



José Maranhão

**GRANDES VULTOS
QUE HONRARAM O SENADO**

Francisco de Sales Gaudêncio e Eduardo Peruzzo

SENADO FEDERAL





José Maranhão

José Maranhão

GRANDES VULTOS
QUE HONRARAM O SENADO

Francisco de Sales Gaudêncio
e Eduardo Peruzzo

Mesa Diretora do Senado Federal

Biênio 2023–2024

Senador Rodrigo Pacheco
PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo
1º VICE-PRESIDENTE

Senador Rodrigo Cunha
2º VICE-PRESIDENTE

Senador Rogério Carvalho
1º SECRETÁRIO

Senador Weverton Rocha
2º SECRETÁRIO

Senador Chico Rodrigues
3º SECRETÁRIO

Senador Styvenson Valentim
4º SECRETÁRIO

Ilana Trombka
DIRETORA-GERAL

Gustavo A. Sabóia Vieira
SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

José Maranhão

GRANDES VULTOS
QUE HONRARAM O SENADO

Francisco de Sales Gaudêncio
e Eduardo Peruzzo

Brasília — 2023

SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

DIRETOR : Rafael A. Chervenski da Silva

COORDENADOR-GERAL: Luiz Carlos da Costa

SUPERVISORA NOTURNA: Tatiana Nassif Derze

COORDENADOR INDUSTRIAL: André Said de Lavor

COORDENADOR DE EDIÇÕES TÉCNICAS: Aloysio de Brito Vieira

COORDENADOR DE GESTÃO DA PRODUÇÃO: Rodrigo César de Melo Barbosa

Diagramação e capa: Serviço de Formatação e Programação Visual – SEFPRO

Revisão ortográfica: Serviço de Revisão – SERVSO

Gaudêncio, Francisco de Sales.

José Maranhão : grandes vultos que honraram o Senado / Francisco de Sales Gaudêncio e Eduardo Peruzzo. – Brasília : Senado Federal, 2023.

544 p. : il., fots., retrs.

ISBN: 978-65-5676-353-8

1. Política e governo, Brasil. 2. Senador, Brasil, biografia. 3. Político, Brasil, biografia. 4. Maranhão, José, 1933-2001. I. Peruzzo Eduardo. II. Título.

CDD 320.981

Ficha catalográfica elaborada por Cláudia Coimbra Diniz CRB-1 1179

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	15
Capítulo I	21
José Maranhão, um esboço biográfico	21
EPÍGRAFE	23
CURRÍCULO DE JOSÉ MARANHÃO	37
Mandatos	37
Títulos e honrarias	38
Capítulo II	43
A atividade no Senado (2003-2020)	43
NOTA EXPLICATIVA	45
TRECHOS DOS PRONUNCIAMENTOS NO SENADO	47
Defesa da Democracia e das Instituições	47
O Montante das Indenizações	50
Soberania Nacional	80
Educação, Ciência e Tecnologia	106
Combate à Seca e Transposição do Rio São Francisco ...	143
Agricultura	196
Desenvolvimento Regional	215
Aviação	234
Políticas Sociais	244
Saúde Pública	257
Justiça e Segurança Pública	276
Homenagens	294
- Tarcísio Burty (1938-2003)	294
- Álvaro Gaudêncio Filho (1930-2004)	295
- Leonel de Moura Brizola (1922-2004)	296
- Pedro Moreno Gondim (1914-2005)	297
- 420 anos de fundação de João Pessoa/Paraíba (1585)	298
- Aos Aviadores e à FAB	300
- Agronegócio	302

- João Goulart (1919-1976).....	304
- Sivuca (1930-2006).....	307
- 25 anos do PROANTAR.....	310
- Novela Páginas da Vida (2006-2007) e seu autor, Manoel Carlos	311
- Campanha da Fraternidade de 2007 e CNBB	314
- Centenário da Revista do Foro (TJ-PB).....	315
- Marinês, a Rainha do Xaxado (1935-2007).....	317
- Gervásio Maia (1944-2007)	319
- Assis Chateaubriand (1892-1968)	320
- Indústria Nacional	322
- Sen. Cristovam Buarque e o governo Lula.....	324
- Ronaldo Cunha Lima (1936-2012).....	325
- Antonio Mariz (1937-1995).....	326
- D. José Maria Pires (1919-2017)	330
- Walter Brito (1930-2017).....	331
- Eunício Oliveira	331
- José Luiz Clerot (1936-2018).....	332
- Humberto Lucena (1928-1998).....	333
Capítulo III	335
In Memoriam	335
Depoimentos e registros sobre José Maranhão	335
NOTA EXPLICATIVA.....	337
Eterno, por Fátima Maranhão	339
Nos caminhos de meu pai, por Maria Alice Bezerra Cavalcanti Maranhão	345
Saudade sem dor, por Leônidas Bezerra Cavalcanti Targino Maranhão	348
Um porto seguro, por Letícia Mariz Maranhão	349
Fez-se a luz na Paraíba, por Wilma Maranhão	351
Um homem de palavra, por Heráclito Bezerra Cavalcanti.....	352
O bom combate, por Mirabeau Maranhão Leite.....	354
Desafio de uma vida inteira, por Vital do Rêgo Filho	357
Gratidões cruzadas, por Roberto Cavalcanti.....	362
Um mestre em nossas vidas, por Ana Paula Cavalcant... i	366
Compreender a razão do outro, por Raniery Paulino	368

Otimismo nas alturas, por Ruy Bezerra	
Cavalcanti Junior	370
Um olhar para a Cultura, por Maurício Burity	372
Um matuto seguro de si mesmo, por Dada Novais	374
Chegou José Maranhão!, por Liliane Targino	
Belmont de Araújo	375
Um menino-homem, por Ângela Bezerra de Castro	377
O zelo pelo Patrimônio, por Chico Pereira	379
Um carisma diferenciado, por Marcelo Weick.....	381
A energia emanada do povo, por Humberto Trocolli Junior.....	383
... Esse grande piloto!, por Severino Ramalho Leite.....	385
O grande administrador, por José Ricardo Porto.....	386
A palavra e o silêncio, por Dihêgo Amaranto	389
Um gestor responsável, por Helder Moura.....	391
Ver bem não é ver tudo, por Alberto Gomes Bastista	393
Tal qual as águas do rio e do mar, por Dalton Gadelha	395
O tempo não volta, por Virgínia Moraes	397
O último voo, por Pe. Nilson Nunes	398
O legado de José Maranhão, por Nilda Gondim	399
A pandemia apagou o último candeeiro, por Sebastião Ferreira Filho	400
A bondade de José Maranhão, por Germano Romero	401
Troféu para o Campeão, por Michele Ramalho	403
José Maranhão, o estadista, por José Sarney	403
Deus recebe uma belíssima companhia, por Michel Temer	405
Cadeira vazia, por Notas de colegas do Senado Federal..	405
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	415
Obras citadas e consultadas	415
Pronunciamentos, proposições e relatorias.....	416
Entrevistas e depoimentos.....	417
AGRADECIMENTOS	421
SOBRE OS AUTORES	423

ANEXOS	425
Relação dos pronunciamentos de José Maranhão no Senado Federal (2003-2020).....	423
Relação das proposições das quais participou José Maranhão no Senado Federal (2003-2020)	436
Relação das relatorias das quais participou José Maranhão no Senado Federal (2003-2020)	535

PREFÁCIO

A coleção *Grandes Vultos que Honraram o Senado* foi instituída pela Resolução do Senado Federal nº 84, de 19 de novembro de 1996, com um propósito nobre: homenagear ex-senadores que se destacaram como personalidades fundamentais na história cultural, política e parlamentar do Brasil. Por meio dessa publicação, buscamos eternizar suas contribuições para a vida política de nossa nação, reconhecendo sua inestimável dedicação e serviço ao povo brasileiro.

Nesta edição, é com imenso orgulho e profundo respeito que o Senado Federal presta uma justa e merecida homenagem ao ex-senador José Maranhão, destacado parlamentar pelo estado da Paraíba entre os anos de 2003 e 2020. Esta obra apresenta um aprofundado retrato da vida pessoal do biografado, bem como seus discursos memoráveis proferidos nesta Casa, projetos significativos que defendeu e, é claro, sua notável trajetória pessoal e política. José Maranhão foi governador, deputado federal e deputado estadual, sempre representando a sua Paraíba com afincamento e dedicação, deixando-nos em 8 de fevereiro de 2021, quando tornou-se mais uma vítima da terrível pandemia da covid-19.

Ao mergulharmos nas páginas deste livro, teremos a oportunidade de compreender a riqueza de uma vida dedicada à causa pública, à busca incessante

pela justiça social e ao fortalecimento das instituições democráticas. Por meio de suas palavras, de seus atos e de sua visão, José Maranhão nos legou um exemplo inspirador de liderança política, cidadania e compromisso com o bem comum.

A obra que hoje apresentamos é resultado de um meticuloso trabalho de pesquisa, que buscou resgatar momentos marcantes da vida e carreira de nosso homenageado, enriquecendo o acervo histórico de nossa Casa e perpetuando a memória de um homem cujas ações moldaram os rumos da Paraíba e de nosso país.

Ao folhearmos estas páginas, seremos conduzidos por uma narrativa envolvente, que nos transportará por um universo de ideias, debates e transformações sociais. É uma oportunidade única para conhecermos mais profundamente a figura do ex-senador José Maranhão, um estadista que dedicou sua vida à construção de um Brasil melhor e mais justo.

Que a leitura desta obra inspire novas gerações de brasileiros a trilharem o caminho do serviço público com retidão, dedicação e coragem, assim como fez o ex-senador José Maranhão. Que possamos olhar para o passado com gratidão, para o presente com responsabilidade e para o futuro com esperança.

*Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal*

APRESENTAÇÃO

Este volume trata da vida e da obra de JOSÉ MARANHÃO.

Honra-me apresentá-lo: faço o recordando o que sempre recordo, ou seja, a saudade do José Maranhão amigo. Tanto quanto do amigo, do homem público maiúsculo, até extraordinário. Esta última classificação é para revelar que ele não era comum. Tinha os atributos daqueles que pensam no seu povo, no seu Estado e no seu País, o que não é ordinariamente comum. Faço esta afirmação como testemunha ocular e pessoal de sua vida privada e pública. No plano privado, um exemplo ao lado de sua esposa, a desembargadora Fátima Maranhão. Quantas e quantas vezes estive em sua residência, em almoços e jantares, verificando a grande harmonia familiar e a alegre convivência entre eles. E a gentileza com que me recebiam e a todos os seus convidados. Esta harmoniosa alegria ele, Maranhão, levava para a vida pública. Deputado, Governador, Senador, jamais o percebi cansado ou decepcionado. Ao contrário, via nele animação. E esta vem da expressão latina “anima”, que significa alma. José Maranhão punha alma em tudo o que fazia. E por isso produziu benefícios extraordinários para o seu Estado e para o Brasil. Quem chegasse agitado à sua frente logo se acalmava.

Bastava perceber o seu olhar sereno e sua fala mansa. Como contraditá-lo nessa calma e serenidade com argumentos agressivos e despropositados? Impossível. Afinal, ele era homem das ideias, dos conceitos e dos programas e qualquer discussão que com ele se fizesse seria no plano do ideário, nunca no da personalidade. Por isso, José Maranhão foi um exemplo para todos nós brasileiros. E daí a oportunidade desta obra, que o recorda e que, recordando-o, traz a público seu exemplo para ser seguido por todos aqueles que desejam o bem do povo brasileiro.

Recomendo a sua leitura, não apenas para que conheçam a sua vida mas também para que, guiados por ela, sejam seguidores do seu exemplo.

São Paulo, agosto de 2022.

por Michel Temer

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'mG' followed by a stylized flourish.

INTRODUÇÃO

No ano de 2022, quando se comemora o bicentenário da Independência do Brasil, entre as muitas solenidades e registros a essa efeméride, não se pode deixar de notar, contudo, a presença de um estranho monumento. Em vez de bustos ou estátuas, neste caso, o tradicional mármore de Carrara empresta sua alva e pétreia dignidade a um conjunto de prismas com cerca de um metro de altura dispostos lado a lado. Trata-se de um memorial — melhor dizendo, um cenotáfio — aos quase 700 mil brasileiros mortos pela covid-19 até o presente momento. Do interior de cada um dos 27 elementos, representando as unidades da federação, projeta-se uma sóbria luminescência, como se velas acesas ou círios em procissão resplandescessem no teto daquela parte do Auditório Petrônio Portela, na sede do Senado Federal.

Sabemos que a luz desta singela homenagem não será suficiente para alumbrar os caminhos futuros da nossa República, nem, tampouco, para amenizar as dores e consequências sofridas no seio de tantas famílias. Mas, talvez, ainda que metaforicamente, a memória perpetuamente acesa nestes prismas possa trazer uma centelha de reparação a um dos momentos mais sombrios da nossa história recente. Ao menos essa tem sido a expectativa da maior parte da opinião pública brasileira que acompanhou de perto os trabalhos da CPI da Pandemia no Senado, durante o ano de 2021. A famosa frase imortalizada pelos anseios

de verdade e justiça frente aos desmandos da Ditadura de 1964-85, “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”, volta hoje a reverberar, ainda que de forma oculta, nas paredes deste memorial. Isto porque não há homenagem possível frente à morte prematura, nem lição compensatória que possa valer o custo de tantas perdas. Por isso, mais do que um farol, estas chamas ora projetadas cintilam como pequenos vaga-lumes, vestígios únicos e individuais de vidas que se apagaram e que certamente não se podem representar na frieza banal de um número.

Este é o caso de José Targino Maranhão (1933-2021), mais um brasileiro perdido para esta famigerada doença. Brasileiro, sim, talvez seja a alcunha que melhor lhe caiba. Isso porque, antes de ser senador da República, Governador da Paraíba (por três vezes), de exercer seus mandatos parlamentares na Câmara Federal e Assembleia Legislativa, antes mesmo de ser constituinte, eleito em 1982... Era José Maranhão um brasileiro. Antes, muito antes, de virar o exímio aviador — e mecânico de aviões! Ou, até antes que o menino mergulhasse no sonho icário através das páginas de Saint-Exupéry... Era José Maranhão um brasileiro. Antes de ser o esposo da Desembargadora Maria de Fátima, pai de Maria Alice, Leônidas e Letícia, e, inclusive, mesmo antes de ser o primogênito de Seu Beja e Dona Yayá... Já era José Maranhão um brasileiro.

Agora, ser antes de tudo ‘um brasileiro’ não o torna especial, eis a condição geográfica que a todos iguala pelo nascimento nesta vasta porção de terra que outrora apelidaram: Brasil. O que faz de José Maranhão um sujeito singular foi manter-se um brasileiro — firme e fiel aos seus princípios —, mesmo depois de tudo. Depois de quase 70 anos de carreira pública, de uma vida devotada ao povo da Paraíba, depois de todo o prestígio de seus cargos e carisma de sua atuação, despediu-se sem distinção, irmanado ao mesmo fado de muitos filhos da terra, e outros tantos, mundo afora, que partiram antes da hora. José Targino Maranhão — que até no nome carrega uma parte do Brasil — fora um brasileiro até o fim. E não por mero acidente geográfico, mas pelo que a nação brasileira para ele de fato representava, não em ufanismos vãos ou patriotismos de fachada, mas na veemência de sua fala e, mais do que isso, na contundência de suas ações.

Os documentos aqui reunidos comprovam que, entre sucessos e percalços, é inegável que toda a trajetória política de Maranhão esteve sempre atrelada a uma enorme preocupação com os destinos do seu estado, do Nordeste e de todo o Brasil. Traço indelével de sua raiz trabalhista, a maneira como os interesses nacionais aparecem defendidos pelo político em suas proposições e

pronunciamentos torna praticamente impossível classificá-lo nos termos simplistas destes *political compass*, dos quais se valem hoje alguns analistas. Ora tradicional, ora conciliador, outras vezes um ‘radical’, Zé Maranhão aparece entre aqueles sujeitos multifacetados que, seja dentro ou fora do campo político, são quase impossíveis de se enquadrar, e, por isso mesmo, muito difíceis de serem biografados.

Para nossa sorte — e do leitor — esta não será a razão de ser desta obra. Primeiro porque fazer uma biografia completa ou “definitiva” — como chegam a proclamar alguns autores — de uma figura como Zé Maranhão seria trabalho para muitos anos, sobretudo se pensada no tipo de uma biografia modal. Ou seja, quando, além de esmiuçar as experiências diretas da personagem, o estudo a utiliza como uma espécie de eixo privilegiado para ilustrar todo o seu contexto. O que esperamos que ainda seja realizado, pois Maranhão e seu grupo político se prestam muito bem a este tipo de estudo.

Em segundo lugar porque já existe um primoroso apanhado biográfico de José Targino Maranhão. Trata-se do livro *José Maranhão: uma vida de coerência*, de Gonzaga Rodrigues e Ângela Bezerra de Castro, que nos apresenta um percurso fotobiográfico de feições variadas da trajetória familiar e política de José Maranhão até aquele momento de sua vida. Impresso numa qualidade ímpar, o relato é um deleite a todos que apreciam o gênero, além de ter sido uma forte inspiração e fonte indispensável para o texto que ora apresentamos. Por óbvio que a última década e meia não aparece contemplada na dita obra, publicada em 2009, tampouco esgotam-se nela as facetas múltiplas de Maranhão durante o período abordado. Coube-nos, então, preencher algumas lacunas e avançar por certos horizontes, mas nada em nossa pesquisa supera ou substitui a importância desta referência a todos que queiram melhor conhecê-lo.

Neste sentido, além da análise de documentos oficiais e publicações na Imprensa, as entrevistas a pessoas próximas de Maranhão possibilitaram testemunhos valiosos não só de sua vida pública, mas também privada, sendo o levantamento mais espontâneo do impacto por ele causado também nas muitas vidas que orbitavam a sua. Com destaque ao comovente relato pessoal da Dra. Fátima Bezerra Cavalcanti Maranhão narrando, entre outros momentos, os últimos dias com o companheiro de longa data e a imensa saudade por ele deixada. Tais trechos se encontram no livro *Voo do Amor*, que a autora dedica à memória de todas as vítimas da covid-19 e ao qual já aproveitamos para agradecer o acesso ainda no prelo.

No entanto, não foram estas as principais razões que nos desobrigaram — ao menos por enquanto — da tarefa hercúlea de transcrever uma vida tão vasta como a de José Targino Maranhão. A verdade é que, para que este nosso e prolífico brasileiro figurasse — e fulgurasse — entre os Grandes Vultos que Honraram o Senado, não foi e nem será necessária nenhuma obra de nossa feita. Afinal, o legado do próprio Maranhão já fala por si, cabendo-nos apenas dar-lhe nova voz. Por isso, nos recolhemos à — não menos árdua — tarefa de pesquisa, seleção e curadoria dos inúmeros registros de sua própria atuação, e que merecem não apenas permanecer na memória do Senado Federal mas serem conhecidos do grande público, sobretudo em um momento onde a política e as instituições vivem tantas intempéries.

Por essa razão, abrimos esta homenagem com um breve relato biográfico — ou “eskorço”, como preferimos chamar. Como o próprio título já sugere, ele traz apenas algumas linhas gerais sobre as origens familiares e primícias políticas de Maranhão até sua chegada ao Senado Federal. A função deste primeiro capítulo é mais situar o leitor do que verdadeiramente informá-lo acerca de todos os fatos que compõem a extensa carreira do biografado.

Em seguida, no intuito de reunir testemunhos primários do pensamento e da ação do político, agrupamos por temas e compilamos na forma de excertos, e por vezes até integralmente, a quase totalidade de seus pronunciamentos na tribuna do Senado entre 2003 e 2020. A nota explicativa que abre este segundo capítulo dá conta de justificar nossas escolhas metodológicas, mas não custa adiantar que foram abordados diversos temas que dão corpo à atuação política de Maranhão, não somente no Senado, mas em toda sua vida pública, tais como: a defesa da Democracia, Educação, combate à seca e desenvolvimento do Nordeste, entre outros.

Finalmente, encerramos, no terceiro capítulo, com um *In Memoriam*, contendo dezenas de depoimentos e registros de familiares, amigos, políticos e pessoas próximas que, além de deixarem sua última homenagem, ajudam a recompor outros traços da figura única e genuína que fora José Maranhão e que somente tais relatos poderiam revelar.

Sendo necessária uma escolha, dentre os muitos materiais disponíveis, procurou-se dar destaque àqueles que melhor representam, ainda que por amostragem, a trajetória política de José Maranhão. Há sempre dois grandes riscos nestas escolhas: o de deixar muita coisa de fora e o de se criar coerências e conexões a posteriori. Aqui assumimos os dois sob pena de não deixar faltar essa homenagem a quem nunca faltou ao Brasil. Sim, uma homenagem, sem

pretensas declarações de imparcialidade. Viemos, na realidade, advertir que um destes que vos escreve — embora opere sob os auspícios de Clio e os preceitos do campo disciplinar da História — fora muito próximo de Zé Maranhão, seu seu Secretário de Estado de Educação e Cultura. Mas, antes de mais nada, seu grande amigo. É com esta estima que procuramos recompor, mínimamente, algumas partes deste peculiar perfil. Se há de fato “parcialidade” que necessita escusas é justamente esta, a de não termos esgotado, de forma alguma, o legado de Zé Maranhão, aqui trazemos o mínimo, deixando a cargo do leitor que complete o restante do quebra-cabeças.

João Pessoa, 1^a de setembro de 2022.

*Francisco de Sales Gaudêncio
Eduardo Peruzzo*

Capítulo I

José Maranhão, um esforço biográfico



EPÍGRAFE

O termo “escorço” caiu em desuso. Seu sentido original era justamente a ideia de um primeiro rascunho, uma versão resumida, próximo àquilo que os cartunistas chamam de sketch. No universo literário os escorços biográficos eram geralmente discursos breves contendo homenagens a figuras públicas ou relatos resumidos da biografia de um autor que abriam as coletâneas de seus escritos. Provavelmente, o mais famoso entre brasileiros nos seja o Escorço Biográfico de Dom Pedro I, escrito pela viajante e naturalista britânica Maria Graham (1785-1842), que esteve diversas vezes no Brasil e fora próxima da família real. Embora não tenha sido publicado à época, a obra fora concluída na Inglaterra em 1835, pouco depois da morte do monarca.

Este seria apenas um dentre os importantes relatos de lady Graham que mais tarde impressionaria autores do calibre de Oliveira Lima e Gilberto Freyre. Para este último, que a cita em diversos trechos de Casa Grande e Senzala e em muitas outras de suas obras, a argúcia e objetividade da autora, que conhecera o Brasil de princípios do XIX, eram tamanhas que suas páginas seguiam frescas, até o presente. É provável que o segredo de Graham — como de certa forma ela mesmo dá a entender em sua “Nota prévia” — esteja no fato de ter percebido,

logo de cara, que para além de seus escassos conhecimentos pessoais acerca da pessoa do imperador, ao passo que a narrativa prosseguia, a vida de Dom Pedro imiscuía-se com os acontecimentos da vida nacional durante o Primeiro Reinado. Não havia como separar o príncipe do homem, e o homem do seu contexto.

Talvez, novamente tomados pela efeméride — 1922-2022 — estamos partindo do repertório da Independência, e, neste caso mais propriamente da figura de Dom Pedro I, para chegarmos, finalmente, a José Maranhão. Mas isso não é fortuito, filhos de seu tempo — embora possa não parecer — como qualquer outro vivente os historiadores estão sempre condicionados às questões do presente. Se neste exato instante nos inquieta esta temática é porque há uma questão que perpassa os últimos dois séculos de nossa história: será que somos de fato independentes? Será que, entre outras coisas, o Brasil alcançou sua maioria enquanto nação ao ponto de não mais sofrer os arbítrios de outras potências? Será que os acontecimentos recentes de nossa vida política revelam instituições e uma Democracia madura? Como se dará o florescimento de um país moderno se não através da Educação e de um desenvolvimento de todo seu território, de maneira planejada e sustentável?... Mas, estas e outras questões do presente não inquietam somente a nós, elas foram parte da vida política de Zé Maranhão por, pelo menos, sete décadas. Suas ideias, suas obras e sua biografia como um todo — que passamos agora a escrutinar — são prova incontestante disso.

José Targino Maranhão tem suas raízes fincadas num rico passado político de Araruna, ainda nos tempos da monarquia, quando era conhecida como Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Serra de Araruna, do Termo e Comarca de Bananeiras. Uma pequena, porém, próspera povoação que está localizada no Curimataú paraibano e, que já em meados do século XIX, ganharia status de município (1877). Sempre marcada pela presença de figuras políticas ilustres que fazem parte de sua história como Estevão José da Rocha, primeiro e único Barão de Araruna — não confundir com o da telenovela de livre inspiração, que tem como base *Sinhá Moça*, romance de Maria Dezonne Pacheco Fernandes, também ambientado no final do século XIX —, um grande proprietário de terras da região de Bananeiras, e de onde viria seu título. De acordo com o pesquisador ararunense Humberto Fonseca de Lucena, os Bezerra Cavalcanti, em especial, Manuel Januário Bezerra Cavalcanti e os Carneiro da Cunha, também influentes na política de Bananeiras (a qual Araruna estava ligada), dominaram tanto a política local quanto a de toda província até os primeiros anos da República.

É a partir daí que emerge a liderança do clã Targino e Pereira da Costa, que se estenderia até boa parte do século seguinte. E é desse clã que surge o “Targino”,

nome vindo do lado materno, que somado ao “Maranhão”, uma herança por parte de pai, dará origem, mais tarde, a figura de José Targino Maranhão, uma das mais expressivas da política paraibana nos últimos tempos.

Tudo teria começado com o patriarca Targino Pereira da Costa, dono de engenho e negociante, um dos signatários do documento que solicitava a criação da vila de Araruna, em 1871, e depois, membro eleito da primeira Câmara Municipal em 11 de julho de 1877. Até sua morte em 1887, pode-se dizer que a liderança política local era ainda compartilhada entre os Targino e os Bezerra Cavalcanti. A partir daí, Pedro Targino da Costa, major, da Guarda Nacional, um de seus três filhos passa a ter uma atuação decisiva na política de Araruna, sobressaindo-se como chefe do clã Targino, dividindo a liderança familiar com o irmão Targino Pereira da Costa, o coronel Gino, e Francisco Targino Pereira da Costa, o conhecido Padre Targino.

Entre 1909 e 1921, o major Pedro Targino da Costa passou ocupar o cargo de prefeito municipal de Araruna, indicado por João Machado, Presidente do estado na época. Posteriormente, entre 1916 e 1919, seria eleito deputado à Assembleia Legislativa da Paraíba. Os Targino eram muito ricos e a riqueza de toda família, se somada, poderia alcançar a soma dos 1.000 contos de réis, conforme destaque de Lyra Tavares. Segundo ele, ao tratar da economia de Araruna, as principais fortunas do município eram avaliadas em 2.000 contos, sendo a metade dos Targino e a outra metade dividida entre outras famílias.

No âmbito deste clã, há que se destacar também o percurso de José Targino Pereira da Costa, primo de José Maranhão. Que se formou engenheiro agrônomo pela Universidade de Oxford (Inglaterra), em 1917. De volta ao Brasil, em 1921, iniciou sua carreira política como deputado estadual da Paraíba, reelegendo-se para as duas legislaturas seguintes, mas, com a vitória da Revolução de 1930 e a dissolução da Assembleia Legislativa estadual perdeu seu último mandato. Em 1934, porém, foi eleito deputado à Assembleia Constituinte do seu estado, participando dos trabalhos constituintes na função de Vice-Presidente. Com a promulgação da nova constituição paraibana, em 1935, teve seu mandato estendido, permanecendo na Assembleia Legislativa da Paraíba até 10 de novembro de 1937, quando o golpe do Estado Novo acabou por fechar todas as casas legislativas do país.

Com o fim da ditadura Vargas, em outubro de 1945, filiou-se a União Democrática Nacional (UDN), elegendo-se, nas eleições de janeiro de 1947, vice-Governador da Paraíba na chapa encabeçada por Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo. Em meados de 1950, com a renúncia de Trigueiro — que se

candidatara a uma cadeira de deputado federal — tornou-se Governador do estado. Durante seu curto governo concluiu as obras deixada pelo seu antecessor e ampliou os serviços de transportes e de abastecimento de água de João Pessoa, a capital do estado. Como se pode notar a busca por uma infraestrutura que pudesse sanar os males da seca já se fazia presente no enredo político dos Maranhão.

Em 1956, Pereira da Costa passou a fazer parte do governo de Flávio Ribeiro Coutinho, assumindo a pasta estadual de Viação e Obras Públicas, onde permaneceu até o final do governo em 1958, quando — ao contrário do primo e quase xará — afastou-se definitivamente da vida pública, passando a se dedicar exclusivamente a suas atividades empresariais no setor agropecuário. Nesta mesma época o nosso, Zé Maranhão, exercia seu primeiro mandato, com deputado estadual na Paraíba.

Com relação ao sobrenome “Maranhão”, Gonzaga Rodrigues e Ângela Bezerra de Castro registram sua forte presença na vida política da Paraíba desde os tempos coloniais, citando um Albuquerque Maranhão à frente dos negócios da capitania, entre 1657 e 1663. Isso, logo depois da expulsão dos holandeses, quando se deu a obra de restauração da sua economia e administração. A partir da segunda metade do século XVII, foram muitos os membros da família Maranhão que estiveram presentes nas listas de Governadores, não só da Capitania da Paraíba, mas também de Pernambuco e do Rio Grande do Norte. Conforme o historiador José Octávio de Arruda Mello, ao lado dos Targino e dos Pereira da Costa, os Maranhão já aparecem em fatos políticos e sociais de Araruna ao longo do período monárquico (1822-1889) que culminam com a criação do município nas últimas décadas do XIX.

Benjamim Gomes Maranhão, o “Beja Maranhão” — também conhecido como “Seu Beja” ou o “Velho Beja” —, nasceu em 25 de dezembro de 1906, filho de José Gomes Maranhão e Maria Júlia Maranhão, casando-se em 1933, com Benedita Targino Maranhão, mais conhecida como “Dona Yayá”. Com ela teve cinco filhos: José, Carmésia, Wilma, Benjamim e Íris. José, seu primogênito — também conhecido como “Zé de Beja” —, crescerá com responsabilidade pelos demais irmãos e os cuidados com a mãe, assumindo, desde cedo o segundo posto de “homem da casa”.

Beja Maranhão foi prefeito de Araruna, entre 1955 e 1959, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Elegeu-se sucessor Alfredo Barela, também do PTB na disputa de 1959 ao derrotar Agenor Targino, candidato do Partido Social Democrático (PSD). Em 1963, disputou novamente a prefeitura de

Araruna pelo PTB, sendo derrotado por Targino Pereira da Costa Neto, do Partido Democrata Cristão (PDC), por apenas 67 votos: 1.258 de Targino contra 1.191 dados a Beja Maranhão, portanto, por uma diferença muito pequena. No ano seguinte, lançou sua candidatura à primeira eleição para a prefeitura de Cacimba de Dentro, um antigo distrito de Araruna pelo qual lutou para se tornar município. Nesse pleito, concorrendo pela coligação PTB/PSD, obteve 1.013 votos contra os 540 de Mário Pequeno de Moura, candidato derrotado da UDN — União Democrática Nacional.

Nascido em 1944, Benjamim, que era seu quarto filho, talvez tenha sido também uma aposta nos planos políticos de Seu Beja. Tanto é que o lançou como candidato a vice-prefeito de Araruna, no pleito de 1968, na chapa encabeçada pelo médico Rivadávia Pereira Guedes, ambos pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), um dos dois partidos criados pelo regime militar dois anos antes.

Nessa eleição, os candidatos de Beja Maranhão foram derrotados por Agenor Targino, filho do ex-Governador do estado, José Targino Pereira da Costa, candidato a prefeito pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Mentor Carneiro da Fonseca, seu vice, também do mesmo partido. Destaque-se que José Maranhão, à época já estava em seu quarto mandato como deputado estadual: em 1954 eleito pelo PTB; 1958, pelo PSP; 1962, eleito novamente pelo PTB e em 1966, pelo recém-criado MDB.

Diferentemente de José, seu irmão mais velho, desde a adolescência o jovem Benjamim revelava-se mais boêmio, um amante dos esportes e de uma vida menos regrada. Em 1981, ainda muito cedo, pois estava com apenas 37 anos de idade, Benjamim viria a falecer. Para Seu Beja e o filho Zé Maranhão, essa foi uma triste e dolorosa ocorrência que marcaria para sempre, não somente suas vidas, mas de toda a família.

Apesar da origem tradicional, uma vez que sempre esteve ligado a grande propriedade e a pecuária, Beja Maranhão foi um dos poucos paraibanos a perceber que importantes mudanças marcavam o campo e a economia da Paraíba. Eram grandes modificações processadas entre 1935-1950, em que as culturas do feijão e cana-de-açúcar, e mesmo do algodão, foram relativamente deixadas de lado, visto que numa nova alternativa econômica passava a atrair mais investimentos, mesmo que não promovesse mudanças estruturais no seu sistema produtivo.

Tratava-se do sisal ou agave, que em pouco tempo faria da Paraíba, a maior produtora nacional daquela época. Por sua resistência à aridez e ao sol intenso,

o agave é a planta típica para ser cultivada em regiões semiáridas, em especial o agave sisalana, cuja fibra depois do beneficiamento das folhas destina-se a indústria de cordoaria — cordas, cordéis, tapetes, capachos e outros produtos. Além de fornecer, também, matéria-prima para a fabricação de celulose, papéis finos e medicamentos da indústria farmacêutica, dele se tem inúmeros subprodutos, dos quais pode se destacar a acetona, alcatrão, amônia, ceras, clorofila, entre outros. Além disso, a polpa da folha também pode ser usada como forragem ou adubo, o mesmo se aplicando ao bastão floral, largamente empregado em construções rurais.

O patriarca, com certeza, foi capaz de intuir que uma política de modernização da agricultura — como aquela defendida pelo governo Argemiro Figueiredo — seria vital para a superação do secular modelo agrícola vigente na Paraíba: os roçados familiares voltados para a produção do feijão e outros gêneros para o consumo próprio, com o excedente sendo comercializado; a cotonicultura entre seus altos e baixos e a agricultura canavieira, que se voltava mais para a produção de rapadura e aguardente. O que se pensava era numa verdadeira revolução agrícola, que além de visar a instauração do moderno, apresentava também, o desejo de destruição do tradicional, substituindo os processos rudimentares de cultura pelas modernas normas racionais sugeridas pela ciência, conforme fala do próprio Governador paraibano. É aí que o agave aparece como terreno fértil e, a partir do incentivo de políticos, se espalhará por todo o estado do litoral ao sertão, com a distribuição gratuita de mudas e de discursos que o destacavam como a salvação, em uma época de dificuldades na economia. Em um curto espaço de tempo, o agave se tornaria uma das culturas agrícolas mais importantes da Paraíba, chegando a superar em alguns casos, até o algodão. Para as elites agrárias, pelo menos, ele se apresentava como a base para construção de um novo sonho de enriquecimento.

Beja Maranhão, de acordo com o historiador José Octávio de Arruda Mello, era parte dos novos segmentos sociais que emergiram com as plantações de sisal, formando uma terceira força política num espaço em que sempre pontificaram a UDN e o PSD, duas forças tradicionais da vida política paraibana. É com ela e, especialmente, com José Targino Maranhão que se fortalece o PTB. Beja era um médio proprietário do Curimataú paraibano, mesmo sem a forte tradição oligárquica, se enriqueceu pela tenacidade com que se dedicou ao plantio e a comercialização do revolucionário sisal, além dos prósperos negócios com a pecuária. Para tanto, foi de fundamental importância o primogênito José Maranhão, único sócio da empresa Benjamim & Filho que passou a operar com

dois escritórios em João Pessoa. Benjamim Maranhão foi uma figura central no processo de promoção desse novo ouro verde entre os agricultores paraibanos, uma mostra de que seu sucesso advindo dessa nova possibilidade econômica, deveria ser compartilhado com todos. Quanto à Benjamim & Filho, José Maranhão era sócio do pai desde os 15 anos.

José Targino Maranhão nasceu em Araruna, uma simpática cidade serrana do interior paraibano, em 6 de setembro de 1936, um dia antes de ser comemorado os 114 anos do grito do Ipiranga, em que o príncipe-regente D. Pedro de Alcântara proclamou a separação do Brasil da antiga metrópole portuguesa — daí, talvez, outra razão pela recorrência do tema em nosso estudo. Ainda pequeno, aprendeu as primeiras letras na escolinha de Dona Nice Nunes, em Araruna, onde também estudou no Grupo Escolar Targino Pereira, completando o ensino primário. Os estudos do secundário seriam feitos em João Pessoa em regime de internato, no Ginásio Lins de Vasconcelos, o obrigou a viver já com certa autonomia, longe de casa e numa cidade grande, com menos de dez anos de idade. E foi ali que ele aprendeu a sobreviver, a reagir e agir diante de todas e quaisquer dificuldades do dia a dia; foi ali que, desde cedo, obrigado a assumir uma personalidade íntegra, que bancasse as responsabilidades frente ao rigor e disciplina impostos neste tipo de colégio. Não devem ter sido tempos fáceis para o menino, mas certamente contribuíram para conformar, mais tarde, seu caráter de homem reto e fiel e estes princípios aprendidos na infância, decidindo e tomando atitudes corretas, mesmo nas horas mais difíceis.

Mesmo não sendo um aluno excepcional, Maranhão destacava-se no campo que se convencionou chamar de Ciências Exatas, especialmente em Física e Matemática. Ao mesmo tempo demonstrava ter familiaridade com as artes mecânicas, chegando a construir um cineminha para deleite de seus companheiros; posteriormente, essa habilidade se estenderia para a mecânica de aviões. A aviação sempre exerceria um inexplicável fascínio sobre o nosso José, desde o tempo em que ia espiar de longe os aviões do aeroclube local. Daí o sonho de se tornar um piloto e a paixão pela aviação que o acompanharia por toda vida. Segundo ele próprio, isso viria da leitura dos livros do escritor francês Antoine de Saint-Exupéry, também piloto que chegou a inaugurar a ligação aérea entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, em 1930. Exupéry desapareceria misteriosamente em junho de 1944, quando voava em uma missão pró-aliados no Mar Mediterrâneo, em plena Segunda Guerra Mundial.

O que ele nunca negou: seu projeto inicial era cursar o ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica), em São José dos Campos, estado de São Paulo. Para

tanto chegou a cogitar numa preparação mais apurada, em cursos especializados para estudar naquela já renomada instituição de ensino superior, cujos exames de ingresso eram muito difíceis, além de serem bastante concorridos. Contudo, o caminho da Política iria levá-lo para outras searas bem diferentes, mesmo que o sonho da aviação não desaparecesse completamente de sua vida. Fazendo o vestibular na Universidade Federal da Paraíba para a Faculdade de Direito, ao mesmo tempo em que se preparava para sua primeira eleição, foi aprovado, fazendo o bacharelado durante o todo seu primeiro mandato como deputado estadual, entre 1955 e 1959. Afinal, somente o curso de Direito — mais do que qualquer um outro ligado à aviação — seria capaz de fornecer as ferramentas muito mais úteis na carreira de um homem público que ele acabava de iniciar. Afinal, era através da política que ele voaria muito mais alto.

As eleições de 1954, que fariam o jovem Maranhão a ocupar pela primeira vez uma cadeira na Assembleia Legislativa da Paraíba, pelo PTB, juntamente com Antônio Leite Montenegro e Eduardo Alencar Ferreira, outros dois eleitos pela legenda, apresentam um componente que certamente iria modificar o quadro político-partidário de Araruna. Trata-se de um pitoresco episódio que passou a ser denominado o “Racha dos Targino”. No dito episódio, o velho Beja Maranhão acabaria por se revelar um grande líder, alcançando uma vitória que o consagraria para sempre na história política ararunense. Como candidato à Assembleia Legislativa da Paraíba, diante das críticas dos opositores, Benjamim acabou por retirar sua candidatura como deputado estadual em favor do filho José Maranhão. A principal figura da política local à época, José Targino, que fora prefeito do município, foi contra, pois queria indicar seu genro Celso Novais, então prefeito licenciado da cidade. Atuando nos bastidores de maneira habilidosa, o velho Beja foi o grande vencedor, indicando e elegendo o jovem José Targino Maranhão como deputado estadual, pelo PTB, para a terceira legislatura da Assembleia Legislativa da Paraíba, entre 1955 e 1959. Ao ser empossado, o secundarista José Targino Maranhão foi considerado, à época, o deputado mais jovem do Brasil, pois tinha apenas 18 anos de idade. Com isso, tinha início uma grande e vitoriosa carreira política que superou as próprias expectativas vislumbradas pelo Velho Beja. Naquele momento, o que o patriarca dos Maranhão pretendia era apenas derrotar os Targino, a força tradicional da política ararunense de cores udenistas, o que de fato se concretizaria nas eleições municipais de 3 de outubro de 1955, quando se elegeu prefeito do município de Araruna com 2.699 votos, contra os 1.620 de Ernesto Targino da Costa Moreira.

Nessa eleição para o Parlamento estadual, o jovem Zé Maranhão, como agora passava a ser conhecido, foi o segundo mais votado pela legenda do PTB, em toda Paraíba, com um total de 3.153 votos, dos quais 2.855 vieram de Araruna, enquanto o udenista Celso Otávio Novais de Araújo, candidato derrotado dos Targino, obteve apenas 1.591, sendo que deste total, 822 votos eram de Araruna. Nos quatro anos da sua primeira legislatura, Zé Maranhão foi um parlamentar assíduo que atuou de forma discreta, sempre em defesa dos interesses de Araruna, seja em plenário ou através de propostas enviadas a Mesa da Casa. Exemplo disso, são seus projetos de lei propondo a criação dos municípios de Tacima e de Cacimba de Dentro, que se tornarão realidade em 1959. Além disso, como parte de uma geração de universitários engajada nas lutas pela soberania nacional, Maranhão esteve presente nos principais encontros e debates, em que eram discutidos os problemas da realidade brasileira, em um dos momentos mais traumáticos da vida política nacional.

O resultado do bom trabalho de um parlamentar atuante, certamente o reconduziria à Assembleia Legislativa da Paraíba, como de fato ocorreu nas eleições de outubro de 1958. Desta feita, contudo, não seria reeleito pelo PTB, uma vez que este não disputaria essas eleições, em virtude de uma crise interna aberta com a possível incorporação pela legenda de Argemiro Figueiredo, uma das mais expressivas figuras do udenismo paraibano. Esse quadro de crise acabaria por levá-lo para o Partido Social Progressista (PSP), uma agremiação política nascida durante a redemocratização do país. Criada e liderada pelo médico paulista Ademar Pereira de Barros, prefeito da cidade de São Paulo, era uma legenda em franco crescimento.

No pleito de 1958, Zé Maranhão se elegeu com 2.947 votos, dos quais 2.477 foram obtidos em Araruna. Agora, não mais um estreante na política, ao repetir com mais desenvoltura a boa atuação da legislatura anterior, José Maranhão passou a fazer parte da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa da Paraíba, para o biênio 1959/1960, quando foi eleito o primeiro-secretário. Contudo, no plano estadual as ocorrências políticas que se seguiriam ao afastamento, por doença, do governador Flávio Ribeiro Coutinho, em 1960, acabariam por destravar a corrida sucessória. Isso porque o vice Pedro Moreno Gondim, um forte candidato ao governo da Paraíba, renunciou à assunção de um governo interino, assumindo em seu lugar o deputado José Fernandes de Lima, presidente da Assembleia Legislativa. Para a composição de seu secretariado, Fernandes Lima escolheu José Maranhão para ocupar a Secretaria da Agricultura do Estado, entre 1960 e 1961. Esta seria, portanto, sua primeira experiência à frente de um

cargo do Poder Executivo, onde poderia mostrar sua capacidade de gestor da coisa pública, com várias medidas que em muito beneficiaram os produtores rurais e a economia da Paraíba.

Em 1962, de volta aos quadros do PTB, que o elegeu para o seu primeiro mandato, Zé Maranhão retornava à Assembleia Legislativa da Paraíba para a sua terceira legislatura. Elegeu-se com o total de 3.510 votos, sendo o segundo mais votado da legenda, ficando Ronaldo Cunha Lima, com a primeira colocação, com um total de 3.796. Para alcançar aquele total de votação, Maranhão teve 2.703 votos do seu fiel eleitorado de Araruna.

Essa legislatura foi uma das mais agitadas da ALPB, a começar pela eleição da Mesa Diretora, sempre marcada pela ingerência do Executivo, em que, na maioria das vezes, sem a disputa pelo voto na urna acabava numa composição negociada. Contra o esquema do governo Gondim, que tinha como candidato o deputado Clóvis Bezerra, levantou-se a oposição formada pelos deputados do PTB e do PSB e alguns parlamentares do PSD, contrários ao Governador Pedro Moreno Gondim, da UDN.

Surgia, portanto, de maneira surpreendente, uma chapa rebelde encabeçada pelo agora veterano José Targino Maranhão, que saiu vencedor da disputa com 20 votos contra 19 de Clóvis Bezerra. Os situacionistas derrotados não reconheceram a vitória dos “rebeldes” com base num parecer jurídico, alegando que a oposição não conseguira a maioria absoluta de 21 votos dos 40 deputados da legislatura, e não os 39 presentes ao pleito, exigindo, portanto, um segundo escrutínio. Ao não aceitar o expediente jurídico os deputados oposicionistas proclamaram eleito José Maranhão e abandonaram o recinto. Abriu-se então uma crise que chegou a mobilizar até o Ministério da Justiça, e a falta de quórum pela ausência da oposição se prolongaria até 22 de fevereiro de 1963, portanto, 20 dias depois da abertura dos trabalhos da nova legislatura. Nesse episódio, Maranhão mostrou a sua capacidade de liderança, não aceitando nenhuma das propostas apresentadas pelo grupo situacionista, que pudesse lesar algum de seus companheiros da oposição. Para ele, segundo seus princípios, o que estava em jogo era uma ideia e não apenas a composição da Mesa Diretora da ALPB.

Ainda em 1962, Maranhão surpreende a todos, assinando o célebre Manifesto Pró-Cuba, um protesto contra a decretação, pelo presidente Kennedy, dos Estados Unidos, do embargo econômico sobre a ilha. Naquele momento, Cuba, que iniciava a implantação das reformas preconizadas pela vitoriosa Revolução Cubana de 1959 e que a partir de 1961 adotaria o socialismo, aproximara-se da União Soviética, em plena Guerra Fria. Foi este o contexto em que eclodiu a

famosa Crise dos Mísseis, quando o mundo se viu a beira de um novo conflito mundial. Dessa vez, temia-se a eclosão de um primeiro e catastrófico conflito nuclear. Segundo ele, ao referir-se depois ao manifesto, tratava-se de um documento que definia a política de soberania nacional que defendíamos para o nosso país e que proclamava o princípio de autodeterminação dos povos. Conforme suas palavras: “nunca hesitei, nem hesitaria, agora, em oferecer meu apoio a esse manifesto”.

Na mesma época, também passou a integrar a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), que desde 1956 congregava um grupo de parlamentares de vários partidos dispostos a defender as políticas e soluções nacionalistas para a superação dos problemas do desenvolvimento brasileiro. Entre seus principais membros vale a pena destacar, entre outros, alguns nomes como: Almino Afonso (PTB-AM), Barbosa Lima Sobrinho (PSD-PE), Bocaiúva Cunha (PTB-RJ), Campos Vergal (PSP-SP), Dagoberto Sales (PSD-SP), Jerônimo Dix-Huit Rosado (UDN-RN), Djalma Maranhão (UDN-RN), Domingos Velasco (PSB-RJ), Eusébio Rocha (PTB-SP), Jacob Frantz (PTB-PB), Jarbas Maranhão (PSD-PE), Josué de Castro (PTB-PE), José Neiva Moreira (PSP-MA), Leonel Brizola (PTB-GB), Néelson Carneiro (PSD-GB), Rogê Ferreira (PSB-SP) e Valdir Pires (PSD-BA).

Estes anos iniciais da década de 1960 não foram fáceis. O trabalhismo crescia, fazendo de seu João Goulart, seu líder, o vice de Jânio Quadros que se elegera Presidente da República e renunciara em 1961. A crise sucessória aberta com a tentativa de barrar a posse de Goulart, uma ameaça de golpe das forças conservadoras, a deflagração da Campanha da Legalidade, a solução emergencial com a adoção do parlamentarismo, o plebiscito de 1963 com o retorno ao presidencialismo e as discussões envolvendo as reformas de base, foram acompanhadas com intensa participação popular. A partir de Pernambuco, em expansão desde 1955, formaram-se as Ligas Camponesas que se tornariam atuantes também na Paraíba. Tudo isso parecia prenunciar os tempos difíceis que viriam a partir de 1964, com o golpe militar de 31 de março, que, a partir da deposição de João Goulart, colocava um ponto final na República Liberal que nascera em 1946.

Com ele, instaurava-se no país os 21 anos de um regime ditatorial em que o Poder Executivo se fortalecia cada vez mais, o Legislativo se esvaziava em todos os níveis, os partidos políticos eram extintos e os direitos e garantias individuais suprimidos pelas edições dos sucessivos e temíveis atos institucionais. Começava assim, a era da caça as bruxas com as prisões, demissões e cassações de

todos aqueles tidos como inimigos da nova ordem instituída regime autoritário. Maranhão tinha plena convicção que sua hora estava prestes a chegar. Era só uma questão de tempo.

Com a supressão do sistema pluripartidário e a implantação do bipartidarismo, pelo AI-3, em 1966, José Maranhão optou pelo MDB, que, ao contrário da ARENA — o partido do governo —, era entendido como o partido de oposição consentida ao regime. Maranhão recusou os convites e resistiu a todas as tentativas de ingressar nessa última. Mais uma vez, por uma questão de princípios, mantinha-se coerente a fidelidade partidária, uma de suas virtudes mais importantes, mesmo que soubesse que se aderisse a ARENA estaria a salvo das intempéries que sobreviriam nos anos que se seguiram.

E foi pelo MDB que, em 1966, José Maranhão se elegeu novamente deputado estadual para sua quarta legislatura. Nesse mandato, deu sequência aos inúmeros pronunciamentos que, desde o golpe de 1964, vinha fazendo em plenário, em que sempre defendia de maneira veemente a imediata redemocratização do país.

É certo que, desde a edição dos primeiros atos institucionais, Maranhão se preparava para as consequências que poderiam advir de suas posições contrárias ao regime, no que não estava enganado. Afinal, por uma questão de formação e de princípios nunca fora conivente com os desmandos praticados pelo regime de exceção contra o Estado de Direito, e era visto como defensor de reformas estruturais e líder do trabalhismo estreitamente ligado a João Goulart, que fora deposto pelo golpe. Em 29 de abril de 1969, por força do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, e o endurecimento do regime militar intensificando o processo de cassação de mandatos parlamentares, especialmente dos opositoristas, Maranhão tinha seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos.

Voltaria então para os negócios e os empreendimentos da Benjamim & Filho, em tempo integral. O seu retorno à vida política se daria somente em 1982, quando se filiaria ao PMDB — Partido do Movimento Democrático Brasileiro, criado em janeiro de 1980 para suceder ao MDB, que fora extinto em 29 de novembro de 1979, quando se decretou o fim do bipartidarismo.

Durante a década de 1970, mesmo afastado da vida pública, Zé Maranhão não deixou de cuidar do caminho que o levaria de volta ao mundo da política. Conforme José Octávio de Arruda Mello, durante esse tempo, cuidou de manter o controle político do triângulo formado pelos municípios de Araruna, Tacima e Cacimba de Dentro — os dois últimos criados a partir de projetos de lei de sua autoria, elegendo deputados estaduais o futuro sogro Waldir Bezerra e o

cunhado Newton Pedrosa, e a irmã Wilma Maranhão, prefeita de Araruna. Nessa década também começaria a namorar Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti, com quem se casaria e criariam seus três filhos Leônidas, Maria Alice e Letícia e com quem viveria até sua morte em 2021, aos 87 anos.

Beja Maranhão, seu pai, que com ele compartilhou as angústias de sua cassação pela ditadura militar, em 1969, não chegou a viver para acompanhar a volta por cima dada pelo filho dileto, numa trajetória que o levou a se tornar uma das grandes expressões políticas da sua querida Paraíba. Benjamim Maranhão faleceu em 1º de dezembro de 1977, com 71 anos de idade.

Com seu retorno à vida política, em 1982, José Maranhão se egeria pelo PMDB deputado federal pela Paraíba. Poucos dias depois de eleito, declarou em entrevista ser favorável às reformas constitucional e agrária, à legalização do jogo e à realização de eleições diretas em todos os níveis, mas contrário aos votos distrital e vinculado e indeciso quanto à legalização do aborto. Em fevereiro de 1983, se tornaria membro titular da Comissão do Interior, e no ano seguinte, o amor a sua paixão antiga — a aviação — o levaria a integrar, também como titular, a Comissão Especial sobre Código Brasileiro de Aeronáutica da qual se tornaria vice-presidente.

Ainda nos anos de 1980, Maranhão se reelegeria duas vezes, 1986 e 1990, como deputado federal pela Paraíba. Na primeira como deputado à Assembleia Nacional Constituinte, onde foi uma das vozes que defendeu a reforma agrária, o direito de greve dos trabalhadores e as empresas estatais, como a Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, entre outras.

Em 1994, foi eleito vice-governador da Paraíba na chapa encabeçada pelo senador Antônio Marques da Silva Mariz como governador. Com a morte de Mariz, em janeiro de 1995, Maranhão assumiu o governo do estado até setembro do mesmo ano, quando se reelegeu governador até 2002. Para concorrer às eleições para senador pela Paraíba neste mesmo ano, renunciou ao governo ocupando uma cadeira no Senado Federal entre 2003 e 2009. Entre 2009 e 2011, em virtude da cassação, pelo STF, do governador Cassio Cunha Lima, que se elegera no pleito anterior, Zé Maranhão — o segundo colocado — volta a ocupar o governo da Paraíba mais uma vez.

Em 2014, Zé Maranhão disputaria sua última eleição. Concorria para uma cadeira do Senado, pela coligação PMDB/PT, tendo Nilda Gondim como primeiro suplente e Roosevelt Vita como segundo. Elegeu-se com o total de 647.271 votos contra os 521.938 obtidos por Lucélio Cartaxo, o segundo colocado.

José Targino Maranhão não chegaria ao fim deste último mandato como senador da República. Como mais uma vítima das complicações advindas da covid-19, Maranhão faleceu em 8 de fevereiro de 2021, no Hospital Vila Nova Star, em São Paulo, ao final de uma lenta agonia que se arrastou por várias semanas.

Assim nos deixou esse grande brasileiro, cuja obra fazemos questão de destacar. Deixa em seus familiares e amigos uma saudade imensa. Deixa em Brasília e na Paraíba colegas que dele só guardam as melhores recordações. Deixa toda uma multidão de apoiadores que nutrem ainda hoje uma enorme estima por Zé Maranhão — e que pode ser vista nas diversas homenagens que tem recebido, e na forma carinhosa como o povo paraibano se refere a ele, ainda hoje. Deixa-nos em um momento conturbado da política nacional, em que sujeitos com seu perfil e caráter fazem muita falta. Mas, enfim, deixa também esse grande legado do qual trazemos aqui apenas uma pequena amostra.

CURRÍCULO DE JOSÉ MARANHÃO

Formação Acadêmica

Direito, Universidade Federal da Paraíba

Profissões

Advogado, Empresário, Político

MANDATOS

CARGO	INÍCIO	FIM
DEPUTADO ESTADUAL - PB	1955	1959
DEPUTADO ESTADUAL - PB	1959	1963
DEPUTADO ESTADUAL - PB	1963	1967
DEPUTADO ESTADUAL - PB	1967	1969
DEPUTADO FEDERAL - PB	1983	1987
DEPUTADO FEDERAL - PB	1987	1991
DEPUTADO FEDERAL - PB	1991	1995
VICE-GOVERNADOR - PB	1995	1995
GOVERNADOR - PB	1995	1999
GOVERNADOR - PB	1999	2003
SENADOR - PB	2003	2011
SENADOR - PB	2015	-

TÍTULOS E HONRARIAS

- Medalha "Mérito Santos-Dumont", conferido pelo Ministério da Aeronáutica (1986);
- Medalha Santos Dumont - Grau Ouro - governo de Minas Gerais (1997);
- Medalha Cel. Elísio Sobreira - Polícia Militar da Paraíba - João Pessoa/PB (21/04/1996);
- Medalha Coriolano de Medeiros - Escola Técnica Federal da Paraíba - João Pessoa/PB (23/09/1996);
- Medalha José Américo de Almeida, conferida pela Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público, Estado da Paraíba (1998);
- Medalha Cruz de Sangue, conferida pela Polícia Militar da Paraíba (1999);
- Medalha do Sesquicentenário de Joaquim Nabuco, concedida pela Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (1999);
- Medalha Pedro da Cunha Pedrosa, conferida pelo Tribunal de Contas da União – PB;
- Ordem do Mérito Aeronáutico - Grande Oficial - Ministério da Aeronáutica - Brasília/DF (23/10/96);
- Ordem do Mérito Militar - Grande Oficial - Ministério do Exército - Brasília/DF (1996);
- Ordem do Mérito Epitácio Pessoa do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Terceira Região (1988);
- Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho Epitácio Pessoa - Tribunal Regional Eleitoral do Trabalho da Paraíba (1995);
- Ordem do Rio Branco - Grau Grão-Mestre, do Presidente da República Federativa do Brasil (1987);
- Ordem do Mérito Santos Dumont - Ministério da Aeronáutica (1989);
- Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, conferido pelo Tribunal Superior do Trabalho, Grau Grã-Cruz (2001);
- Medalha José Américo de Almeida, conferida pela Fundação Casa José Américo de Almeida (2003);
- Cidadão Honorário do Município de Alagoa Grande;
- Cidadão Honorário do Município de Alagoinha;
- Cidadão Honorário do Município de Areal;
- Cidadão Honorário do Município de Aroeiras;
- Cidadão Honorário do Município de Assunção;

- Cidadão Honorário do Município de Baía da Traição;
- Cidadão Honorário do Município de Bananeiras;
- Cidadão Honorário do Município de Bayeux;
- Cidadão Honorário do Município de Belém do Brejo do Cruz;
- Cidadão Honorário do Município de Cabaceiras;
- Cidadão Honorário do Município de Cabedelo;
- Cidadão Honorário do Município de Cajazeiras;
- Cidadão Honorário do Município de Campina Grande;
- Cidadão Honorário de Campo de Santana;
- Cidadão Honorário do Município de Caçara;
- Cidadão Honorário do Município de Catolé do Rocha;
- Cidadão Honorário do Município de Congo;
- Cidadão Honorário do Município de Cuité;
- Cidadão Honorário do Município de Cubatí;
- Cidadão Honorário do Município de Frei Martinho;
- Cidadão Honorário do Município de Guarabira;
- Cidadão Honorário do Município de Gurinhém;
- Cidadão Honorário do Município de Itaporanga;
- Cidadão Honorário do Município de João Pessoa;
- Cidadão Honorário do Município de Marizópolis;
- Cidadão Honorário do Município de Mulungu;
- Cidadão Honorário do Município de Nova Floresta;
- Cidadão Honorário do Município de Ouro Velho;
- Cidadão Honorário do Município de Patos;
- Cidadão Honorário do Município de Pedra Lavrada;
- Cidadão Honorário do Município de Pedro Régis;
- Cidadão Honorário do Município de Piancó;
- Cidadão Honorário do Município de Picuí;
- Cidadão Honorário do Município de Pocinhos;
- Cidadão Honorário do Município de Puxinanã;
- Cidadão Honorário do Município de Remígio;
- Cidadão Honorário do Município de Riachão;
- Cidadão Honorário do Município de Rio Tinto;
- Cidadão Honorário do Município de Santa Rita;
- Cidadão Honorário do Município de São João do Rio do Peixe;
- Cidadão Honorário do Município de São João do Cariri;
- Cidadão Honorário do Município de São José de Piranhas;

- Cidadão Honorário do Município de São José dos Ramos;
- Cidadão Honorário do Município de São Miguel de Taipu;
- Cidadão Honorário do Município de Sapé;
- Cidadão Honorário do Município de Serra Branca;
- Cidadão Honorário do Município de Solânea;
- Cidadão Honorário do Município de Soledade;
- Cidadão Honorário do Município de Sobrado;
- Cidadão Honorário do Município de Souza;
- Cidadão Honorário do Município de Uiraúna;
- Título de Personalidade do Ano de 1994, concedido pelo Município de Picuí/PB;
- Título de Personalidade do Ano de 1995, concedido pelo Município de Sousa/PB;
- Título de Personalidade do Ano de 1999, concedido pelo Município de Sousa/PB;
- Título de Personalidade do Turismo, concedido pela Associação Brasileira de Agência de Viagens da Paraíba - ABAV (1996);
- Título conferido pela Universidade Estadual de Londrina - UEL (1996);
- Diploma da Medalha Tiradentes conferida pela Loja Maçônica "Regeneração Campinense" (1997);
- Honra ao Mérito do Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba;
- Título de Governador do Ano conferido pela Associação Nacional dos Procuradores do Estado a Paraíba (1999);
- Troféu "PRESTÍGIO E DEDICAÇÃO", concedido pela Revista Portugal, no Município de Oliveira de Azeméis (1996);
- Medalha de Honra de Saúde das Associações Brasileiras da Polícia Militar (1972);
- Medalha AMIGO DA CNEC - PB (1999);
- Destaque OS MELHORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA, conferido pela BRASMARKEET, ISTO É e SBT (2000);
- Homenagem prestada pela Diretoria do Capítulo Paraibano da ABAP - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE (2001);
- Medalha Mérito ABRACEN - Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (2002);
- Honra ao Mérito conferido pelo Corpo de Bombeiros do Estado da Paraíba - PM/PB;

- Preito de gratidão dos Irmãos Maristas no seu Centenário de Criação do Educandário;
- Homenagem do Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa - PAMALS - FAB;
- Honra ao Mérito do Lions Internacional;
- Homenagens do Rotary Club João Pessoa - Norte;
- Homenagem do Sindicato da Indústria da Construção Civil de João Pessoa (2002);
- Preito de Gratidão dos Diretores, Corpo Clínico e Funcionários do Hospital Regional de Urgência e Emergência de Campina Grande pela instalação do Hospital Público de Urgência e Emergências Médicas (2002);
- Reconhecimento Empresarial pelo CDL/CG e FCDL/PB, pelas importantes obras e programas que marcaram a administração do governo José Maranhão (2002);
- Preito de agradecimento da SUDEMA e ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS do Jardim Botânico Benjamim Maranhão;
- Preito de gratidão pelo apoio prestado à OFICINA ESCOLA DE JOÃO PESSOA, no projeto de revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa;
- Honra ao Mérito da Associação Paraibana dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Estado da Paraíba;
- Preito de gratidão do Complexo Psiquiátrico Clementino Fraga;
- Preito de Gratidão conferido pela Federação Paraibana de Futebol pela criação do Vale Legal (1998);
- Preito de gratidão da Câmara de Dirigentes Lojistas de João Pessoa, pelo apoio no desenvolvimento do comércio da cidade (1998);
- Diploma de Administrador Emérito conferido pelo CONSEJ - Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária;
- Diploma de reconhecimento e agradecimento do SESC, FECOMÉRCIO, SENAC pelos relevantes serviços prestados às Entidades e ao Comércio Paraibano (1999);
- Sócio Honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte;
- Aula Inaugural para o Curso de Especialização em Gestão de Segurança Pública da Polícia Militar do Estado da Paraíba;
- Agraciado com o Título dos GRANDES NOMES - OS MAIORES DA PARAÍBA pelos Diários Associados e Emissoras Associadas;

- Agraciado como o Título "Os Melhores de 1999", na categoria "Político do Ano", pelo Instituto Marketing & Pesquisas;
- Agraciado com o Certificado de Mérito pela administração do patrimônio público estadual, pela JPA tour Paraíba;
- Prêmio Personalidade Tambaú 99, conferido pela TV Tambaú;
- Medalha do Mérito da Ordem Pastoral Nordestina - APACCO, Taperoá/PB (1996);
- Diploma de Honra ao Mérito conferido pelo PMDB do Estado da Paraíba, através dos diretórios Estadual e Municipal da cidade de Patos;
- Diploma de Honra ao Mérito da Câmara Municipal de São José dos Campos, Estado de São Paulo (1984);
- Diploma de Mérito Partidário concedido pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (1993);
- Certificado de Deputado Municipalista do Brasil, concedido pela Associação Municipalista do Brasil;
- Diploma de Honra ao Mérito conferido pelo PMDB do Estado da Paraíba através dos diretórios Estadual e Municipal de Guarabira;
- Sócio Benemérito da Academia de Letras de Campina Grande - PB;
- Sócio Benemérito da Sociedade Paraibana de Combate ao Câncer e Rede Feminina de Combate ao Câncer - PB;
- Diploma de Honra ao Mérito do Consulado Geral da República de El Salvador, com sede em Salvador/Bahia (1996);
- Diploma de Ordem Estadual do Mérito Renascença do Piauí (2000);
- Sócio Honorário da Associação Comercial de Campina Grande (1995);
- Preito de Gratidão da Defensoria Pública da Paraíba (2002);
- Homenagem do Jeep Clube da Paraíba, pelo incentivo ao desenvolvimento do esporte no Estado da Paraíba;
- Homenagem de Gratidão do Sindicato dos Motociclistas de Campina Grande quando da inauguração da duplicação da BR - 230 (2001);
- Homenagem da Federação Paraibana de Ciclismo pelo decisivo apoio à modalidade no Estado da Paraíba (2002);
- Título de Sócio Benemérito da Associação dos Cronistas Esportivos do Estado da Paraíba (2000);
- Homenagem do TRADE TURÍSTICO DA PARAÍBA pela realização de projetos de infraestrutura realizados em todo o Estado da Paraíba (2002);
- Título de Benemérito do Esporte Paraibano, conferido pela Associação das Federações de Esportes da Paraíba.

Capítulo II

A atividade no Senado (2003-2020)



NOTA EXPLICATIVA

Na introdução geral desta obra falou-se em “dar voz” a José Maranhão e neste capítulo é isso que se pretende — literalmente — fazer. Quem melhor para ilustrar a trajetória parlamentar de Maranhão do que ele próprio, através do registro de seu trabalho como senador. Para tal, além de apenas arrolar suas muitas contribuições que aparecem listadas entre as centenas de projetos de lei e atividade nas comissões, o que se procurou fazer foi dar centralidade aos seus pronunciamentos realizados na tribuna do Senado Federal entre os anos de 2003 e 2020.

Como se sabe, “Parlamento” tem origem no verbo latino *parolare*, o que significa: falar, debater... E, mais precisamente em uma Democracia, defender uma ideia. Mas palavras e ideias nada mais são do que uma forma de adentrarmos numa visão de mundo muito mais ampla e que no caso de Maranhão se expressa na coerência de uma vida dedicada a temas de enorme relevância para desenvolvimento do país, com especial preocupação pela sua querida Pa-

raíba. E isso pode ser facilmente percebido pelo recorte que optamos por dar aos textos originais dos registros taquigráficos. Estes podem ser encontrados na sua íntegra através da consulta virtual no Diário do Senado Federal, sem maiores dificuldades.

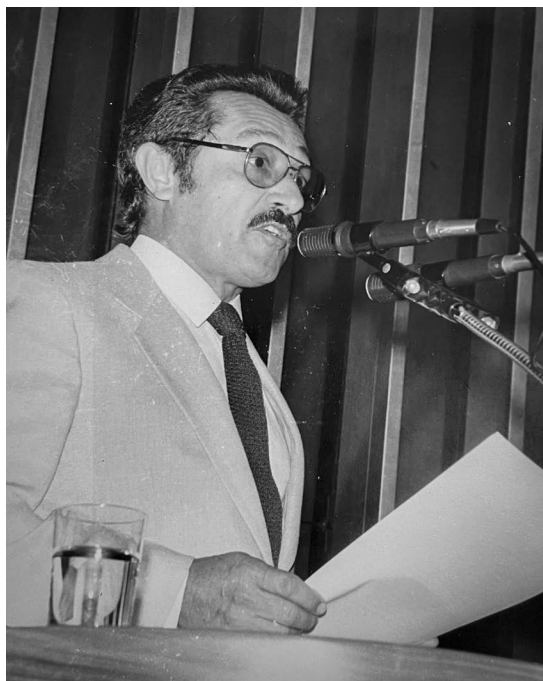
Aquí, preferimos compilar trechos mais relevantes, suprimindo algumas informações mais técnicas, repetidas e até mesmo as muitas intervenções e apartes que Maranhão recebia em seus pronunciamentos. Não que isso não tenha relevância dentro dos discursos, mas foi a forma que encontramos para deixar suas falas mais literárias aos olhos do leitor. Sempre lhes sendo fiéis e indicando as nossas intervenções e descontinuidades entre colchetes. Esta regra não se aplicou para alguns textos por conterem informações técnicas de suma relevância — como no caso dos dados acerca da transposição do São Francisco, por exemplo.

A distribuição por temas também foi uma estratégia para direcionar procuras mais específicas, agora é fato que é impossível separar aspectos que, na realidade, estão interligados. O próprio Maranhão deixa claro que promover a educação e tecnologia é defender a soberania nacional, que não se pode falar em desenvolvimento regional no Nordeste sem os projetos de combate permanente as secas etc. De modo que as divisões são meramente formais, trechos diferentes de um mesmo pronunciamento acabaram figurando em duas ou três categorias, que foram dívidas da seguinte forma: Defesa da Democracia e das Instituições; Soberania Nacional; Educação, Ciência e Tecnologia; Combate à Seca e Transposição do Rio São Francisco; Agricultura; Desenvolvimento Regional; Aviação; Políticas Sociais; Saúde Pública; Justiça e Segurança Pública; Homenagens.

O capítulo encerra com a relação das proposições e relatorias de Maranhão no Senado, onde também se pode averiguar — quantitativamente — que, além de falar, era um homem que, de fato, fez muito pelo Brasil.

TRECHOS DOS PRONUNCIAMENTOS NO SENADO

DEFESA DA DEMOCRACIA E DAS INSTITUIÇÕES



Críticas à morosidade com que o governo trata da reparação de danos causados por sanções impostas pela ditadura militar a servidores civis e militares brasileiros, 13/11/2003

[Publicação no DSF de 14/11/2003 - Página 36962]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que vou tratar aqui, com certeza, é também muito caro ao Senador Paulo Paim.

Sr. Presidente, o Estado brasileiro tem pouca pressa em resgatar a grande dívida material e principalmente moral que tem com as vítimas da longa noite que foi a ditadura militar de 1964. Dezenas de milhares de cidadãos tiveram seus

direitos fundamentais violentados e seus projetos de vida destruídos por não se submeterem ao regime do arbítrio que, por tanto tempo, infelicitou o nosso país.

O próprio regime militar reconheceu, já em sua fase de distensão e no ocaso de sua existência, a obrigação de reparar tais crimes, o que fez parcialmente por força da Lei nº 6.683, de 1979, que concedeu perdão aos perseguidos políticos, permitindo a reversão ao serviço dos que haviam sido privados de seus cargos ou empregos nos órgãos da administração direta ou indireta.

A Emenda Constitucional nº 26, de 1985, ampliou a reparação dos danos, inclusive determinando a correção dos salários dos inativos anistiados, com as promoções e progressões salariais a que fariam jus se houvessem permanecido em atividade.

Finalmente, a Constituição de 1998, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, consolidou, em seu art. 8º, o processo nacional de anistia, estendendo a todos os brasileiros que tiveram, por motivos políticos, seu direitos violentados, assegurando as promoções, na inatividade, ao cargo, ao emprego ao posto ou à graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e nos regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos, civis e militares, e observados os respectivos regimes jurídicos. Esse dispositivo constitucional foi regulamentado pela Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002.

Lamentável que a ordem democrática, que nos custou tantos sacrifícios restaurar, não se disponha a resgatar essa dívida com a prontidão e a diligência necessárias. Pela morosidade, a atual administração contribui para prolongar no tempo as injúrias mais diretas e pessoais que a ditadura infligiu à sociedade brasileira. Não podemos esquecer que os crimes perpetrados, que chegaram ao extremo de eliminar vidas, tiveram ampla natureza moral e econômica, cuja significação para as vítimas não se esgotou no ato da violência, mas se avolumou pela continuidade no tempo de seus efeitos nefastos.

Foram carreiras profissionais, projetos e perspectivas existenciais que a ditadura destruiu, atingindo brutalmente pessoas e suas famílias, privadas que foram, às vezes, por longo tempo, em outras, de forma definitiva, da possibilidade de uma reconstrução condigna, ao negar-lhes os direitos e as oportunidades de realização pessoal. Não reparar pronta e plenamente esses malefícios da ditadura equivale a um ato de cumplicidade com os seus crimes.

O processo nacional de anistia segue morosamente, não obstante já transcorridos quase 15 anos — repito, não obstante já transcorridos quase 15 anos

— desde que a Constituição Federal estabeleceu os princípios de sua operação. É inexplicável a flagrante inadequação dos mecanismos e recursos que o Estado brasileiro destina ao exame e à solução das dezenas de milhares de pleitos que afluem de todo o país. Estima-se em cerca de 40 mil os processos protocolizados no Ministério da Justiça, com previsão de finalização de apenas três mil por ano, ritmo em que seriam necessários, ainda, mais 13 anos para o despacho dos processos já acumulados a despeito do laborioso esforço do Presidente da Comissão de Anistia, Dr. Marcelo Lavenère Machado.

Artigo publicado no jornal Correio Braziliense, de 2 de fevereiro de 2003, denuncia que dezenas de possíveis beneficiários das aposentadorias especiais, quase sempre pessoas em idade avançada e enfermas, não resistiram à longa espera, vindo a falecer, alguns em situação de extrema privação, antes de serem atendidas.

Diante disso, acredito que se faz urgente que o Ministério da Justiça adote as seguintes providências:

1. eleve o número de membros das três câmaras da Comissão de Anistia de 3 (três) atuais para pelo menos 9 (nove);
2. intensifique os julgamentos, em todas as Câmaras, passando as reuniões de mensais para semanais;
3. amplie o quadro de assessores jurídicos e de pessoal técnico em proporção ao número de membros das câmaras de avaliação;
4. remova as dificuldades para o pagamento das reparações concedidas, sob a infundada alegação da falta de recursos.

Sr. Presidente, gostaria de ler e incorporar ao meu discurso o ofício subscrito pelo Sr. Carlos Fernandes, atual Presidente da Associação Brasileira de Anistiados Políticos, dirigido ao Ministro-Chefe da Casa Civil, o eminente Dr. José Dirceu. O ofício diz o seguinte:

Os impasses criados em torno da aplicação da Lei nº 10.559/02 exigem que prestemos esclarecimentos a V. Ex^{as}, a fim de, julgamos, auxiliar nas decisões a serem tomadas por essa Digna Comissão Interministerial.

Iniciamos por informar, em documento anexo, a verdadeira dimensão dos valores em atraso referentes aos processos de aeronautas, que tanto escândalo causaram ao governo. Do demonstrativo percebe-se que houve um cálculo 8,5 vezes maior do que seria correto, o que, evidentemente, leva à impressão de que os demais processos teriam a mesma dimensão.

Esses números sensacionalistas, exagerados e mentirosos foram dados como razão para o atraso na apreciação dos processos de anistia que estão aí. E eles não são verdadeiros.

O MONTANTE DAS INDENIZAÇÕES

A avaliação feita pelo Ministério da Justiça quanto ao montante a ser despendido está superdimensionada, por existirem processos protocolados na Comissão de Anistia que não têm direito a qualquer indenização.

O governo tem dito que há 40 mil processos de anistia a serem examinados e alega que o país não tem condições de pagar tantas indenizações. Seria o caso de perguntar quanto o país pagou pelas execuções sumárias que foram feitas pelo Regime de 64, pelas perseguições e todo um aparato que foi montado para garantir a máquina da repressão funcionando como uma engrenagem cruel, que cassava mandatos políticos, mandatos populares, demitia professores, cassava os estudantes nas universidades.

Todos os países do mundo que tiveram experiência com a anistia pagaram o seu preço. O erro foi do Estado e o atual governo, mais do que ninguém, tem obrigação moral com esses segmentos injustiçados da sociedade brasileira, porque é um governo cuja luta, conhecida de todos, sempre foi em defesa da cidadania, da democracia e de compromisso com a reconstitucionalização do Brasil.

A Argentina chegou a pagar US\$655 milhões. O Uruguai, só até 1999, pagou US\$95 milhões para indenizar os prejuízos que o Estado totalitário causou aos cidadãos — e não foram apenas prejuízos materiais, mas, sobretudo, prejuízos morais.

Como o ofício é longo, Sr. Presidente, quero anexá-lo ao meu pronunciamento. Peço, portanto, que V. Ex^a o considere lido e o incorpore ao meu discurso.

Por fim, a última sugestão que queremos fazer à Comissão encarregada da apreciação dos projetos de anistia:

5. Realize negociações com as sociedades anônimas de economia mista (Petrobrás, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, entre outras), de que o governo federal detém a maioria das ações, para que assumam a responsabilidade pelo pagamento aos anistiados a elas vinculados no

quinquênio de que trata a Lei nº 10.559. E não pode ser diferente, até porque essas empresas são do governo, e foi o governo brasileiro, na época dirigido por uma ditadura militar, que impôs esses sacrifícios e prejuízos aos cidadãos brasileiros.

6. Adote medidas que permitam o cumprimento de portarias assinadas pelo Ministério da Justiça e publicadas no Diário Oficial da União concernentes ao tema. Para que essas portarias, que até hoje têm sido apenas uma declaração de intenção do governo, especificamente do Ministério da Justiça, não fiquem apenas como uma satisfação que se dá ao público, que se dá à sociedade, sem que tenham atingido sua eficácia. Só o julgamento desses processos restituirá aos injustiçados do Regime de 64 os direitos que lhe foram negados.

Repito, Sr. Presidente: não assegurar pronta e justa reparação a todas as vítimas da ditadura é assumir uma atitude de cumplicidade com seus crimes.”

Leitura de trechos da declaração da CNBB sobre a crise política por que passa o Brasil, feita na quadragésima terceira Assembleia Geral (como Líder), 17/8/2005

[Publicação no DSF de 18/8/2005 - Página 28049]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com o exíguo tempo de cinco minutos apenas que me restam, lerei alguns trechos da declaração da CNBB sobre a crise política do Brasil, que foi proferida na 43ª Assembleia Geral, em Itaici, dia 15 do corrente.

O documento tem muita oportunidade neste momento que está vivendo o Brasil de crise marcada pelo envolvimento de figuras exponenciais, tanto do Executivo quanto do Legislativo, diferentemente de outras crises em que o Poder já se envolveu no Brasil.

Disse, com muita razão, que esta crise é mais grave ainda do que aquela ocorrida no impeachment do Presidente Collor, porque, naquela época, somente o Executivo era acusado da prática de atos de corrupção. Nesta crise, estão envolvidos tanto o Executivo, por alguns de seus membros mais proeminentes, quanto o Legislativo, pela ação de alguns Parlamentares, cujos nomes já foram declinados publicamente e cujos atos já foram discutidos em prosa e

verso na imprensa e nas tribunas parlamentares nas Comissões Parlamentares de Inquérito.

A crise atual não tem realmente precedentes no Brasil. Por isso, a nota da 43ª Assembleia-Geral de Bispos do Brasil tem uma grande importância. Ela analisa a situação com imparcialidade, com firmeza e com absoluta isenção e pode, neste momento, constituir-se até num roteiro para o próprio Congresso Nacional orientar-se no processo de apuração.

A CNBB diz, com toda a clareza, que é preciso apurar e responsabilizar criminalmente, punindo, inclusive com a devolução dos valores, que são elevados, aqueles que se apropriaram de recursos públicos — mas sempre com serenidade, sempre evitando que esse episódio se transforme não num instrumento de apuração serena, justa, de apuração da verdade, mas num instrumento de promoção pessoal de quem quer que seja.

Vou ler, Sr. Presidente, alguns trechos importantes desta nota, pedindo a V. Ex^a que ela conste, na íntegra, nos Anais da nossa Casa, porque, realmente, ela tem uma importância histórica da maior valia. Diz a nota:

Nós, Bispos da Igreja Católica no Brasil, reunidos na 43ª Assembleia-Geral da CNBB, de 09 a 17 de agosto de 2005, em Itaici, Indaiatuba, SP, nos preocupamos com a situação do país. Diante das reiteradas denúncias de corrupção nas diferentes instâncias do Poder Público, e face à indignação que elas levantam, conclamamos o povo brasileiro a recuperar a esperança, concretizando-a em compromisso de participação política.

Diz mais adiante:

O uso de fontes escusas para o financiamento de campanhas eleitorais, o desvio de recursos públicos, a manipulação de empresas estatais em benefício de partidos, e tantas outras denúncias de corrupção que vêm acontecendo de longa data, e que nos últimos dias emergiram de forma escandalosa, provocam, em todos nós, a indignação ética.

É preciso buscar raízes históricas da perversa cultura de corrupção implantada no país. Ela se nutre da impunidade, acobertada pela convivência, que se torna cumplicidade, incentivada por corporativismos históricos, habituados a usar em benefício de interesses particulares as estruturas do poder público.

A indignação ética, que nasce da consciência da violação de valores fundamentais, resulta estéril caso não leve a um maior comprometimento pessoal com ações concretas, em favor do aprimoramento da ordem política. É indispensável contribuir para uma maior participação popular nas decisões sobre os rumos do nosso país, fortalecendo a prática da democracia, sem nos omitir ou desistir.

Para que esse compromisso ético com o Brasil seja efetivo, é preciso ter presente a corrupção pessoal e a estrutural.

A corrupção pessoal deve ser investigada, punida inclusive com devolução dos recursos desviados, e também prevenida por meio de maior transparência na administração dos bens públicos. Sua erradicação requer um esforço de conversão pessoal e uma sólida consciência moral, cultivada por uma educação permanente para a cidadania, para a renovação do tecido social da Nação.

A corrupção estrutural convive com o atual sistema político-eleitoral brasileiro, e vem associada à estrutura econômica que acentua e legitima as desigualdades. É urgente uma radical reforma deste sistema.

Sr. Presidente, cumpre aqui, até para injetar um pouco de confiança na ação desta Casa Legislativa, lembrar que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com prazo aberto para emendas até as 15 horas de hoje — que já passaram —, um projeto de lei de autoria do Senador Bornhausen. Esse projeto realmente representa a nossa contribuição possível, dentro da exiguidade do prazo e dentro do calendário geral do país, pois visa tipificar, como atividade ilegal, práticas políticas que contribuem para o ambiente de corrupção que geralmente é estimulado por campanhas caras, pela participação de elementos culturais nos chamados ‘showmícios’, que não são efetivamente atos políticos, mas que contribuem para o encarecimento da campanha.

O projeto do Senador Bornhausen está sendo objeto de discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — e creio que o Relator, Senador José Jorge, deverá proferir o seu parecer ainda amanhã — e vai ser aprovado em tempo hábil, de maneira que, nas próximas eleições, não se repitam as mesmas práticas nocivas de corrupção.

[...]

A Palavra de Deus nos conforta e sempre nos assegura que ‘a Verdade vos libertará’ (Jó, 8:32). Nos momentos difíceis, a graça de Deus se manifesta mais. Podemos contar com sua ajuda. Apostamos nas convicções éticas e cristãs do

povo brasileiro, capazes de reanimar a todos, na superação dos impasses que a crise atual nos apresenta.

Reanimando-nos mutuamente, vamos todos nos unir por um novo Brasil, conforme a convocação da 4ª Semana Social Brasileira que neste momento queremos encorajar 'dando as razões da nossa esperança' (1 Pd, 3:15).

Que Deus nos ajude e proteja por intercessão de Nossa Senhora Aparecida.

É o que diz o manifesto dos bispos brasileiros apresentado na 43ª Assembleia da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

Passo às mãos de V. Ex^a, pedindo que conste nos Anais da nossa Casa”.

Apresentação de projeto de lei para tipificar como crime de responsabilidade e improbidade administrativa a divulgação de publicidade por titulares de cargos públicos, 24/8/2005

[Publicação no DSF de 25/8/2005 - Página 28980]

“Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos minutos, ouvi o candente discurso-protesto do Senador Eduardo Siqueira Campos sobre um tema que certamente se constitui em uma preocupação nacional, o uso abusivo, por parte de titulares de cargos executivos, da chamada propaganda institucional, ou seja, a subversão do que deveria ser a propaganda, a mídia institucional, que está prevista e garantida na Constituição e, ao mesmo tempo, limitada, mas não caracterizada como crime de abuso de poder, de promoção pessoal.

Há uma lacuna profunda na legislação vigente. Todos os estatutos que tratam deste assunto são omissos no que respeita à caracterização dos delitos que são o abuso da propaganda institucional, da mídia institucional, convertendo-se em instrumento de promoção pessoal dos titulares do Poder Executivo, caracterizando assim o uso de recursos públicos para promoção pessoal.

O art. 9º da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, condena essa prática, bem como o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Todavia, fica frouxa a proibição porque não estabelece a punição para aqueles que transgredirem o estatuto.

Por isso, estamos apresentando um projeto de lei — o que fazemos agora —, que altera as Leis nºs 1.079, de 10 de abril de 1950, e 8.429, de 2 de junho

de 1992, e o Decreto Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tipificar, como crime de responsabilidade e como ato de improbidade administrativa, a divulgação da propaganda irregular pelo Poder Público, diga-se, pelos titulares de cargos executivos – prefeitos, Governadores e Presidente da República.

[...]

A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a Lei Eleitoral, já contém, corretamente, normas rígidas para disciplinar a propaganda institucional dos governos durante as campanhas eleitorais. Mas o problema não se restringe a esses períodos. Diria que os titulares de cargo Executivo têm a isenção a esse princípio durante todo o período administrativo, não apenas naquele curto espaço de tempo em que o Código Eleitoral estabelece penas para os que descumprirem essas normas. Antes disso, durante todo o tempo de seu mandato, eles são livres para praticar a mais desavergonhada propaganda promocional pessoal dos titulares do cargo.

É muito comum assistirmos aos Chefes do Poder Executivo utilizando, durante todo o seu mandato, a propaganda institucional para promover símbolos, imagens e cores que marcaram a sua campanha política.

[...]

A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

Esse comportamento irregular de nossas autoridades vem tendo lugar, em grande parte, pela falta de norma que tipifique explicitamente como ilícito esse procedimento.

Assim, com o objetivo de suprir essa lacuna, estamos propondo o presente projeto de lei para caracterizar a utilização abusiva da publicidade oficial, tanto como ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública quanto como crime de responsabilidade contra a probidade na administração do Presidente da República, Ministros de Estado, Governadores, Secretários de Estado e prefeitos.

[...]

Trata-se de providência que vem ao encontro das iniciativas que buscam aperfeiçoar a nossa Legislação Eleitoral e a ela conexas, uma vez que, com a aprovação deste projeto, teremos a redução do abuso de autoridade em nossas eleições, homenageando o princípio da igualdade que deve prevalecer entre todos os candidatos, ao mesmo tempo em que se obrigará que as ações de pu-

blicidade do Poder Público destinem-se, exclusivamente, a atender ao interesse da sociedade.”

Comentário à matéria de capa da revista IstoÉ desta semana, retratando o quadro geral da saúde e o sucateamento dos hospitais públicos no país, 1º/12/2005

[Publicação no DSF de 2/12/2005 - Página 42363]

“Sr. Presidente, agradeço a generosidade de V. Ex^a. A recíproca dos conceitos é verdadeira em relação à atuação de V. Ex^a e do Senador Alberto Silva no Estado do Piauí. Desafiando o conservadorismo de um Estado que vinha se revezando entre oligarquias, o Piauí elegeu um médico que trazia no próprio apelido o grande significado de seu trabalho, Mão Santa, Governador do Estado e Senador da República. E o Senador Alberto Silva, do alto da sua idade e da sua inteligência, tem conseguido manter acesa a admiração de seus pares no Senado. Quando ocupa a tribuna, o Senador Alberto Silva chama a nossa atenção pelo respeito que devotamos à sua personalidade, à sua inteligência, à sua cultura e sobretudo ao seu elevado espírito público.

Nobre Senador Mão Santa, a eleição a que V. Ex^a se refere, de 1994, não foi a maior vitória do PMDB. A maior vitória do PMDB ocorreu depois, em 1998, quando eu fui reeleito Governador do Estado, com 82% dos votos válidos, e o Senador Ney Suassuna sagrou-se campeão de votos no nosso Estado.

[...]

É um galardão que guardo no melhor dos meus arquivos o fato de, desde o Golpe Militar de 64, não ter pertencido a outro Partido senão ao glorioso MDB, hoje PMDB.

Costumo dizer, Sr. Senador, de maneira informal, que não sou um histórico do PMDB, porque sou pré-histórico. Eu já carregava no coração, na consciência e na palavra o receituário democrático do PMDB antes mesmo de ele ter surgido, depois de 64, pois antes de 64 pertenci ao PTB, na época em que o PTB era uma proposta social democrática.”

Veto do Presidente Lula ao projeto de renegociação das dívidas dos agricultores. Falta de uma política agrária no Brasil, 23/3/2006

[Publicação no DSF de 24/3/2006 - Página 9395]

“Pacientemente, ouvi os argumentos brilhantes dos Líderes, que se revezaram na tribuna durante quase toda a tarde de hoje, discutindo sobre as CPIs. Até hoje, os resultados que as CPIs apresentaram ao Senado da República, à Câmara Federal e à sociedade são muito parcos, pequenos, diante do estardalhaço com que foram anunciadas. E isso causa certa decepção não somente na sociedade, mas também em muitos Senadores e em muitos Deputados, que gostariam de ver uma apuração serena, que gostariam de ver um comportamento equilibrado dos integrantes das Comissões Parlamentares de Inquérito e não aquele animado palanque político, em que se fala muito mais para as plateias que tomam conhecimento dos trabalhos pela TV Senado do que propriamente para os membros da Comissão, os quais deveriam ter aquela conduta sensata, serena, do Judiciário na apuração dos fatos, nunca personalizando ou partidariando suas decisões. Isso frustra a população brasileira.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito deveria ser tão forte e tão rápida como um raio, porque o Congresso Nacional, esta Casa, a Câmara Federal não podem ficar paralisados. A discussão dos grandes problemas nacionais que nos são trazidos aqui não pode depender dos holofotes que animam um e outro lado.

Eu não excluiria partidos políticos disso, porque sabemos que todos os partidos políticos que participaram dessas CPIs estão tendo, mais ou menos, uma posição partidária e não uma posição institucional, não uma posição funcional, de quem quer realmente descer a fundo nas apurações, sem a preocupação de poupar um e de ‘descer a lenha’ — como se diz na gíria popular — em outros, nos adversários.

Essa é uma apreciação que faço, mas não quero examinar a fundo essa questão.

Meu Líder, Senador Ney Suassuna, quer apartear-me. Quando S. Ex^ª me procurou para incluir-me na CPI, eu lhe disse que declinava do convite, porque, no meu conceito, a composição de CPI não podia ser partidária, pois isso nos subordinaria aos interesses do Partido e não ao interesse público, ao interesse coletivo.”

Felicitações ao atleta paraibano Kaio Márcio Almeida, medalha de ouro nos 100 metros borboleta, nas olimpíadas de Xangai-China. Considerações sobre a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, referente à quebra do princípio da verticalização nas próximas eleições no país, 6/4/2006

[Publicação no DSF de 7/4/2006 - Página 11303]

“Sr. Presidente, quero comentar a recente decisão do Tribunal Superior Eleitoral, declarando inconstitucional a emenda que o Congresso Nacional promulgou, quebrando o princípio da verticalização nas eleições estaduais do nosso país. O assunto tem chamado a atenção de muitas pessoas. Na Paraíba, quando me desloco às cidades do interior, perguntam-me por que razão se quer impor essa camisa-de-força à vida político-partidária dos Estados e dos municípios brasileiros. Hoje, essa decisão afeta negativamente o princípio federativo, a liberdade do voto de cidadãos brasileiros e de aliança entre partidos políticos. Trata-se da minha veemente oposição ao que nos foi imposto recentemente: a interpretação do Tribunal Superior Eleitoral à verticalização das coligações partidárias.

Sr. Presidente, V. Ex^a é testemunha das nossas discussões ao aprovarmos a Emenda à Constituição nº 52, de 2006, que não pôde ser adotada em obediência ao princípio constitucional da anualidade e da anterioridade das leis. Não existe, em todo o nosso aparato legal, uma restrição ao exercício democrático da coligação em nível estadual ou municipal. A Lei Eleitoral, ao dispor sobre coligações, mantém a definição constitucional que confia aos partidos políticos total e ampla liberdade de associação.

Vale repetir que a Lei Eleitoral (Lei nº 9.504, de 1997), o Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 1965), a Lei Geral das Eleições e a própria Constituição Federal, art. 17, inciso I, não restringem a liberdade partidária e as suas coligações em qualquer nível.

A Lei Eleitoral foi utilizada em 1998 sem que o instituto da verticalização fosse invocado.

Em seu enunciado, o art. 6º dessa lei preceitua que ‘é facultado aos Partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleições majoritárias, proporcionais ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para eleição proporcional dentro dos partidos que integram a coligação para o pleito majoritário.’

Ao se tentar impor que a coligação celebrada em nível nacional seja seguida em todos os níveis, estadual ou municipal, afronta-se a democracia e o direito dos partidos políticos, seus membros e eleitores. Não nos parece democrático, juridicamente adequado e justo para com a liberdade de expressão e direito dos cidadãos brasileiros se interpretar o conceito de circunscrição da forma como foi feito.

[...]

A letra legal deveria ser o condicionante maior de todo o processo eleitoral. Inexiste legislação que proíba ou iniba a coligação na maioria dos países democráticos, sejam esses parlamentaristas ou presidencialistas. O mesmo se dá em nosso país.

A Lei Eleitoral, no nosso entender, não se refere à relação entre alianças, nacional, estadual e municipal, com vistas a qualquer tipo de vinculação ou sujeição entre elas. Pelo contrário, Sr. Presidente, a interpretação do Tribunal Superior Eleitoral extrapola a letra da Lei.

Foram impostas aos partidos políticos situações anômalas de alianças que ferem o princípio da liberdade de associação e distorcem a realidade expressa pelas circunstâncias locais ou regionais. Ao se exigir que os partidos políticos tenham atuação homogênea em todo o território nacional, fere-se, frontalmente, uma das cláusulas pétreas da Constituição Federal, a que rege o princípio federativo.

[...]

Entendo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a adoção do princípio da verticalização não deixa de ser um pouco de inspiração antidemocrática, advinda do regime anterior, do regime autoritário e militar de 1964. É um pouco do entulho autoritário do Regime de 1964 que criou, como forma de conter a livre manifestação democrática da sociedade, o chamado voto vinculado, que obrigava o eleitor a escolher desde o cabeça da chapa até o último candidato, sempre da mesma legenda, anulando-se os votos que não fossem dados à mesma legenda. Era uma forma que se tinha para depurar os resultados que viessem beneficiar os partidos de Oposição. E, agora, essa forma sofisticada, essa forma fantasma de se reeditar o voto vinculado por outra via, pela via do federalismo servil, que obriga os partidos do Estado a se subordinarem a coligações que não têm nada a ver com a realidade de cada Estado e que não podem corresponder ao desejo e à vontade da livre manifestação popular, dentro da realidade política de cada Estado da Federação.”

Análise da renúncia do Ministro Nelson Jobim à disputa pela presidência do PMDB. Questões econômicas envolvidas na visita do Presidente dos Estados Unidos ao Brasil, 9/3/2007

[Publicação no DSF de 10/3/2007 - Página 4838]

“Sou amigo pessoal, companheiro de longas datas do Presidente Michel Temer e, evidentemente, não tenho nenhuma restrição a lhe fazer. Apenas o exercício democrático da alternância de poder me inspirou a uma candidatura que realmente poderia inovar as práticas gerenciais dentro do PMDB.

O PMDB — vou ser mais otimista do que alguns colegas que já se pronunciaram aqui e companheiros de Partido — sempre teve, historicamente, o instinto da preservação, por isso resistiu às agruras do tempo da ditadura militar. E tenho memória viva disso, porque estou no PMDB desde a sua fundação e, após o regime ditatorial de 64, não conheci outro partido, outra legenda partidária. Mesmo tendo sido cassado, em 1969, pelo AI-5, nunca deixei de exercer a prática político-partidária. Apesar das ameaças e da efetivação dessas pelos órgãos de informação, que não permitiam que um cassado tivesse qualquer tipo de atuação política, nunca deixei de exercer minha atividade política. Por isso, várias vezes fui intimado, tive que responder a outros inquéritos, além do que me levou à cassação; segundo eles, eu estava ilegalmente participando de movimentos políticos, dentro ou fora do meu Estado.

Então, tenho amor profundo a esse Partido. Minha história política foi praticamente toda dentro do PMDB. Antes de 1964, era membro do PTB, quando ele era uma proposta social democrática — muito jovem, deixei-me envolver por essas propostas. Só deixei o PTB quando, em 1966, os partidos foram extintos e abriu-se a perspectiva de filiação a novos partidos. Filiei-me, então, ao MDB.

De maneira que minha visão sobre o momento que estamos vivendo agora é a de que o PMDB encontrará inspiração na sua própria história, para superar essa crise.

A história do PMDB é a de um partido que tem o próprio instinto de preservação; que nasceu na dificuldade, no ostracismo, na perseguição do regime militar, em que muitos dos seus companheiros tombaram por atos discricionários de cassação de mandatos e de suspensão de direitos políticos.

Por que, então, o PMDB, em plena vivência da democracia restaurada no país, hoje, neste ano de 2007 da graça do Senhor, não saberá superar essas crises?

Tenho certeza de que o PMDB saberá superar essas crises pela ação de todos os nossos companheiros, mas, sobretudo, pela ação inteligente e competente de suas lideranças, como o Presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros, como o Presidente José Sarney e o próprio Presidente Michel Temer.

Acho que chegou a hora — já que estamos, pelas imprevisões do acontecimento, submetidos a uma única candidatura — de o PMDB encontrar o caminho da sua própria história. O PMDB não pode, nem deve dividir-se por questões menores, de poder, como a que envolve a determinação do grupo que vai predominar, se o grupo A ou o B. Essas são questões secundárias. O PMDB tem um papel importante, e, hoje, como um partido da base de sustentação, tem um papel fundamental na própria governabilidade. Essa é a minha posição, esse é o meu pensamento.

Ontem, tive a honra de receber, no meu gabinete, a visita do Deputado Michel Temer, do Deputado Geddel Vieira e do Deputado do meu Estado, meu companheiro da Paraíba, Wilson Santiago, e os três me fizeram um convite para que eu integrasse a chapa, que será vitoriosa, fatalmente, na convenção que se realizará no domingo. Agradecendo o honroso convite e a visita também, disse-lhes que não podia aceitar integrá-la, porque era uma chapa única. Não queria ser visto por ninguém, dentro e fora do Partido, como um oportunista; isso era algo que fugia à minha visão ética da política. Estava honrado com o convite, mas não podia aceitá-lo.

Conversando com o Presidente Renan Calheiros, ontem, pela manhã, já tinha ouvido de S. Ex^a a orientação de que os nossos companheiros estavam liberados para assumirem a posição que quisessem. Essa era a minha posição, porque costumo ser coerente e, sobretudo, costumo honrar os compromissos políticos que faço.

Já estou telefonando a todos os companheiros da Paraíba — são 27 votos no Estado — para dizer-lhes, como já disse a muitos, que a nossa orientação é no sentido de que fica a critério de cada delegado votar, comparecer, ou não votar, não comparecer. Fica a juízo de cada uma essa decisão, até porque penso que não seria democrático, nem seria um gesto de zelo com o Partido, no momento das dificuldades que estamos enfrentando, acrescentar mais esta ação: a de deixar marcada numa convenção, num gesto de intolerância, a posição de divisão dentro do Partido.

Continuo, Sr^{as} e Srs. Senadores, companheiros que estão me ouvindo, acreditando na força do instinto de preservação do nosso Partido. Já passamos por dificuldades muito maiores, quando do regime autoritário de 1964, e aqueles que escreveram a história da democracia, a história mais recente da redemocratização no país registraram todos esses episódios. De forma que acredito que o PMDB, mais uma vez, vai restaurar sua unidade e certamente vai voltar aos tempos de glória, aos tempos de prestígio — algo que sempre teve na opinião pública do país.

Aquí foi ressaltado por todos os companheiros — e o faço também — a realidade de que o PMDB é o maior Partido do Brasil, é o Partido que tem maior capilaridade com a sociedade, alastrando-se em todos os seus segmentos, em todas as classes sociais. Isso, porque o PMDB tem a marca da tolerância, que é um dos fundamentos da nossa origem. Quando se instaurou no Brasil, por força de um ato institucional, o regime do bipartidarismo, o MDB era uma frente de oposição.

[...]

Ali estavam os homens das mais diferentes tendências ideológicas, programáticas, integrados no PMDB porque existia um compromisso comum entre todos eles: lutar pela restauração da democracia no Brasil. Então, é da própria essência do PMDB esse pluralismo político. Por isso mesmo, não há por que se pensar que uma eventual divergência possa levar o Partido a sofrer maiores abalos. Creio firmemente que, na sua sabedoria, sobretudo no resgate da sua história, o PMDB haverá de sair-se galhardamente dessas dificuldades.

[...]

Um grande paraibano, José Américo de Almeida, tinha uma frase: “Voltar é uma forma de renascer, e, na volta, ninguém se perde”. Certamente, todos nós que amamos esse Partido, que o temos no coração, na alma e no nosso dia a dia, vamos poder voltar para contribuir com a sua unidade e, sobretudo, com o seu papel decisivo, como sempre foi em toda a História recente do Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria fazer apenas esse breve comentário sobre o nosso Partido, até porque fica difícil nos omitirmos dos fatos que ocorreram. E nunca fui homem de me omitir. Digo sempre que a pior decisão é a que não se toma. E eu tenho posições. Quero repetir mais uma vez que o fato de não ter aceitado o convite dos companheiros Michel Temer, Wilson Santiago e Geddel Vieira não significa nenhum despreço a qualquer dos três, mas, sobretudo, uma posição coerente com os princípios éticos que sempre adotei.

Se o meu candidato renunciou, aceitar agora uma posição na outra chapa poderia parecer a muitos uma atitude de oportunismo. E, se há algo que eu abomino na vida pública, é o oportunismo, porque eu vejo no oportunismo o vírus de todas as mazelas da política nacional, infelizmente.”

Considerações a respeito da décima Marcha a Brasília em Defesa dos municípios (como Líder), 11/4/2007

[Publicação no DSF de 12/4/2007 - Página 9550]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pelo décimo ano consecutivo, a Marcha em Defesa dos municípios chegou a Brasília. Mais uma vez, centenas de personalidades da política brasileira, entre prefeitos, Secretários Municipais, Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, Governadores, Ministros de Estado, o próprio Presidente da República e outras autoridades, reúnem-se, para debater os principais temas relacionados às nossas cidades, nesse que é o mais importante evento do municipalismo nacional.

É nos municípios que as demandas mais essenciais do cidadão se encontram concretamente com o Poder Público e onde esse é colocado em xeque com as deficiências e com as dificuldades das municipalidades.

Fala-se muito na importância da União, do Estado Federal, dos Estados-Membros da Federação, mas nenhuma entidade é mais importante na Federação brasileira do que o Município, a única real. Enquanto o Estado e a União são abstrações de direito, o Município é o lugar concreto em que o cidadão nasce, vive, trabalha, produz, realiza e morre; é onde a Nação auferes os resultados da contribuição de todos, para construir um país melhor.

Quero falar aqui, sem nenhuma pretensão, da minha experiência como Governador de Estado por duas vezes. Conheço de perto — e muito bem — os dilemas e as angústias dos prefeitos, diante da escassez permanente dos recursos.

É bem verdade que a condição para a emancipação de distritos democratizou-se muito em vários pontos do território nacional, inclusive no meu Estado, que hoje, apesar de um território pequeno, conta com 223 municípios. É importante também registrar que, em todos os novos municípios, mesmo naqueles de pouca expressão econômica, notou-se, depois da emancipação, um surto de desenvolvimento e, sobretudo, de bem-estar da população, no

que diz respeito à urbanização e aos serviços essenciais de saúde, de educação e de transporte coletivo.

Creio que não estou exagerando, ao afirmar que a Marcha já se tornou uma das mais marcantes tradições da nossa democracia. Ela representa, antes de mais nada, a liberdade de expressão, a legitimidade da luta pelo direito e pela justiça e a busca permanente da igualdade, da superação das dificuldades e da melhoria de vida dos cidadãos deste país.

Quero, assim, dar as boas-vindas aos prefeitos que, uma vez mais, vêm, legitimamente, à Capital federal, para apresentar seus anseios, suas preocupações, suas esperanças e, principalmente, sua pauta de reivindicações, a qual, não tenho dúvida, reflete as reais necessidades dos municípios brasileiros.

Em especial, apresento as boas-vindas aos prefeitos do meu Estado, da Paraíba, companheiros de longa data, de jornada, de sonhos e de ideais, comungando as mesmas e sofridas preocupações na construção coletiva de uma sociedade mais justa na partilha de oportunidades e de serviços públicos de qualidade para todos, conforme preceituado na Constituição Federal.

Nos últimos dez anos, a Marcha dos prefeitos conquistou vitórias nada desprezíveis. Em 1999, por exemplo, o aumento de cerca de 10% no Fundo de Participação dos municípios foi resultado direto das demandas realizadas no âmbito da 2ª Marcha.

[...]

Neste ano, as demandas dos gestores municipais compõem-se, prioritariamente, de cinco pontos, quais sejam: o financiamento da saúde pública, o transporte escolar, as etapas e as modalidades de educação básica, o pagamento de precatórios e o aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios. É verdade que essa reivindicação já tinha sido feita há três anos e prometida também há três anos, mas não há por que se negar um crédito de confiança ao Presidente, agora, no seu segundo compromisso de atender a essa reivindicação, que me parece justa e até mesmo modesta, dos administradores municipais, tamanhas são as tarefas e as dificuldades que enfrentam nas suas comunas.

De outra parte, os municípios reclamam das autoridades brasileiras, não só do Executivo, mas desta Casa do Congresso Nacional, da Câmara Federal. Reclamam a injusta partição das receitas nacionais no atendimento daquilo que são direitos irrecusáveis das edidades brasileiras.

Permeando todos os cinco pontos estão a evidente preocupação dos prefeitos em relação à saúde financeira de seus municípios; sua constante luta por um pacto federativo mais consistente; e, principalmente, a ênfase e a prioridade

que os prefeitos sempre colocam nas questões que afetam mais de perto seus concidadãos: a saúde, a educação e o bem-estar das pessoas.

Quero deixar registrado que, de minha parte, sou plenamente favorável à pauta trazida pelos prefeitos nesta 10ª Marcha. Tenho a convicção de que, como de costume, suas demandas são legítimas e justificadas. Aliás, no curso do meu trabalho legislativo, não tem sido outra minha posição, sempre que necessário, defendendo essa reforma no sistema federativo, sobretudo, no que respeita à divisão do bolo da receita nacional.

[...]

Lidar com questões dessa relevância é algo que os prefeitos fazem com empenho e com dedicação. E eu diria que, na média, os prefeitos brasileiros têm cumprido com esse mandamento constitucional. Não são os prefeitos, mas muitos Governadores, como o do meu Estado, que deixam de aplicar na saúde pública, o que a própria Constituição caracteriza como crime de omissão.

O excesso de obrigações a que são submetidos os municípios brasileiros, aliado aos escassos recursos de que os prefeitos dispõem para dar conta de todas as necessidades da população, gera distorções no equilíbrio federativo, que, aliás, sempre foi extremamente precário no Brasil, como todos aqui sabem.

A situação que os municípios atravessam, com muitos deveres e com poucos direitos, é insustentável! Uma distribuição de recursos proporcional e justa, que corresponda às competências e às responsabilidades de cada instância da Federação, é a grande meta a ser alcançada, não apenas pelo movimento municipalista, mas também pelo Brasil, como Nação. Nesse particular, a Marcha dos prefeitos pode contar com todo o nosso apoio e com nossa solidariedade.

Faço votos, finalmente, de que a 10ª Marcha dos prefeitos a Brasília em Defesa dos Municípios, evento que já faz parte de nossa tradição democrática, seja um fulgurante sucesso, como vem acontecendo a cada ano, mas que, sobretudo, as recomendações extraídas deixem a mera retórica, no menor prazo possível, para se consubstanciarem nas indispensáveis ferramentas distributivas das quais o Brasil e os brasileiros tanto carecem.

As conquistas das Marchas anteriores, além de um estímulo, são a evidência de que os prefeitos estão no caminho certo e de que uma Federação mais justa e equânime está cada vez mais próxima.”

Anúncio de projeto de decreto legislativo de autoria de S.Exa., estabelecendo normas gerais sobre a fiscalização de obras e serviços pelo Poder Legislativo, 31/5/2007

[Publicação no DSF de 1º/6/2007 - Página 17401]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a sociedade brasileira vive hoje um agravamento das tensões derivadas da existência de corrupção endêmica e do rechaço que provoca entre a cidadania, expresso pelo clamor popular diante da revelação de uma espiral quase interminável de casos reprováveis.

Esse fenômeno, em triste evidência, exige redobrados esforços do Parlamento para o exercício das suas funções de controle externo. É a nós, ao Congresso Nacional, sem desprezar a importante colaboração de outras respeitáveis instituições públicas, que a Constituição Federal determina que façamos a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e de suas entidades, por intermédio do exercício do controle externo. E o próprio Congresso Nacional determina à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que presido, assumir a linha de frente no acompanhamento e na fiscalização da execução orçamentária e financeira e da gestão fiscal da União Federal.

É preciso ouvir o grito popular: são precisos mais e melhores controles!

Compete à Comissão, e a mim em particular como seu Presidente, debruçar-se sobre os meios e instrumentos que permitam o combate mais cerrado e mais eficaz à fraude, à irregularidade e à improbidade com a gestão pública.

É sobre isto que venho tratar: enfrentar sem tréguas esse imenso desafio institucional. A Casa não tem ficado, nem ficará inerte.

As iniciativas para o fortalecimento do controle têm sido recorrentes no Congresso Nacional, e, a cada grande desafio, novas medidas vêm sendo postas em prática. Permitam-me, aqui, uma brevíssima recapitulação do quanto percorremos, antes que eu passe ao essencial de meu pronunciamento, que é o quanto ainda precisamos avançar.

Em 1992, uma CPI de gravíssimos efeitos na história nacional dedicou-se a apurar os ilícitos eventualmente cometidos pelo Sr. Paulo César Farias contra o Erário, resultando em modificações na legislação de financiamento eleitoral, em recomendações detalhadas sobre elaboração e execução orçamentárias, atingindo a própria abertura de um processo de crime de responsabilidade contra o então Presidente da República.

Em 1993, outra CPI apurou os fatos contidos nas denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos referentes a atividades de parlamentares, de membros do governo e de representantes de empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União, iniciativa do Legislativo, que, cortando na própria carne, fez com que houvesse uma profunda reestruturação dos procedimentos orçamentários e das imunidades parlamentares e a perda de mandatos por vários parlamentares associados a práticas irregulares.

Em 1995, foi criada no Senado Federal a Comissão Temporária das Obras Inacabadas, que identificou 2.214 obras inacabadas e um desperdício de recursos que atingiu R\$20 bilhões, origem dos procedimentos que resultaram no mecanismo de bloqueio de recursos orçamentários para obras com indícios de irregularidades.

Em 2002, a Câmara dos Deputados instituiu nova CPI para aprofundar os trabalhos iniciados pelo Tribunal de Contas da União no que tange à execução irregular de obras públicas.

Em 1999, o Senado Federal pôs em marcha outra CPI sobre o Poder Judiciário, onde se revelaram vários problemas relevantes na execução orçamentária daquele Poder, com a elucidação dos fatos relativos ao caso da obra do TRT de São Paulo, com a condenação criminal do agente público responsável pelas irregularidades e até com a cassação do mandato de um Senador envolvido com os contratos irregulares.

Por fim, em 2006, a chamada “CPMI das Ambulâncias” apurou denúncias envolvendo a aquisição fraudulenta de bens para a saúde, resultando numa série de modificações na Lei de Diretrizes Orçamentárias — na própria regulamentação interna de apreciação do projeto orçamentário anual, para tornar mais transparentes as emendas e as transferências de recursos a entidades privadas.

Já ao apagar das luzes do ano de 2006, as Casas Legislativas aprovaram a nova Resolução nº 01/2006-CN, que consolida e atualiza as competências e o funcionamento da Comissão Mista de Orçamento, principal canal de vigilância sobre os recursos públicos de que dispõe o Parlamento. Nesse novo instrumento, encontram-se regras mais claras e estáveis para o processo de apreciação e de emendamento dos projetos de lei relacionados ao Orçamento federal, aumentando a transparência de todos os atos, distribuindo de forma mais equilibrada os poderes decisórios entre os diferentes Comitês e Relatores e impondo severos limites a emendas que não observem os princípios da boa gestão orçamentária.

Passos adiante têm sido dados. Certamente, o controle do bem público no Brasil avançou consideravelmente nos últimos anos. Mas é preciso mais! Hoje, estamos diante do quadro terrível suscitado pela Polícia Federal, em que uma empresa privada espalha tentáculos de corrupção sobre os mais variados pontos da estrutura do Estado. Os avanços não foram capazes de prevenir as navalhas que sangram o país! A criatividade dos que avançam sobre o Erário parece inesgotável. Inesgotável também tem de ser o Parlamento em sua luta para dotar-se de instrumentos eficazes de fiscalização e de controle e para empregá-los diligentemente.

É nesse sentido que venho propor novos avanços, respostas rápidas, que, embora discretas e austeras, como convém ao trabalho de controle, permitem atacar fragilidades fundamentais ainda existentes no mister de fiscalização a cargo do controle externo.

Iniciei meu pronunciamento lembrando que é ao Congresso e às suas Casas que a Constituição encomenda o exercício diuturno do controle, diretamente ou com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Pois bem, o auxílio da Corte de Contas encontra-se já detalhadamente regulado, especialmente pela Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992. Essa Lei estabelece as bases e os fundamentos para que aquele órgão auxiliar possa exercer plenamente suas competências.

Isso não ocorre, entretanto, com a ação direta das Casas Legislativas. O papel do Senado Federal e da Câmara dos Deputados no exercício do controle externo encontra-se registrado em trechos dispersos de diferentes regimentos e resoluções, carecendo de parâmetros firmes e seguros para orientar os passos dos parlamentares. Tanto é assim, que as sucessivas leis de diretrizes orçamentárias têm trazido dispositivos, também fragmentados, relativos à orientação das ações de controle sobre obras e serviços irregulares, como forma de estabelecer minimamente os padrões de prevenção de fraudes e de irregularidades. Essa dispersão de normas coloca enormes obstáculos à agilidade da fiscalização parlamentar: torna difíceis tanto a execução das relações concretas com o Tribunal de Contas da União, para lhe solicitar o auxílio, quanto a própria ação do Congresso para o conhecimento direto e sem intermediários de atos e fatos da gestão quando julgar necessária tal medida.

[...]

A ausência de um marco normativo preciso torna difícil o exercício daquele controle cotidiano, permanente, regular, da receita e da despesa pública, essencial também para as corretas alocações orçamentárias. É esse trabalho diuturno, de formiguinha, o único preventivo eficaz contra a malversação. O

Congresso não pode ficar demasiadamente dependente de iniciativas pontuais como as CPIs. Estas são, sem dúvida, importantíssimas, mas têm seu foco limitado pela própria criação (apuração retroativa de um fato determinado). Só podem recomendar, não tendo a prerrogativa de levar adiante os procedimentos preventivos, exploratórios, reiterados e sistemáticos que são indispensáveis para a prevenção de irregularidades com o patrimônio público. É a isso, por sua vez, que são vocacionadas as Comissões Permanentes e que é especialmente vocacionada a Comissão Mista de Orçamento.

Com sabedoria, o próprio Congresso Nacional já reconheceu a necessidade de uma estruturação das normas para seu exercício do controle: a Resolução nº 01/2006-CN, que já mencionei, encomenda expressamente a elaboração de um Decreto Legislativo que disponha “sobre normas que permitam o desenvolvimento satisfatório da fiscalização de obras e de serviços pelo Poder Legislativo”.

[...]

É essa a missão que busco cumprir com a apresentação de um projeto de Decreto Legislativo com tais características; um texto que consolida as diferentes disposições sobre a fiscalização a ser exercida pelo Congresso Nacional, alicerçado na contribuição sistemática das Consultorias Técnicas de Orçamento de ambas as Casas do Congresso, que recolho, aprimoro e subscrevo. O projeto que apresento aborda, individualizadamente:

- os princípios gerais da ação de controle;
- a fiscalização sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves (incluindo os mecanismos de bloqueio da execução das despesas: obras com irregularidades ficam proibidas de receber emendas e, portanto, recursos);
- as formas sistematizadas de solicitação de auxílio ao Tribunal de Contas da União; e
- o acesso e a organização das informações imprescindíveis à fiscalização e ao controle externo.

É preciso destacar que a iniciativa permitirá ao Congresso atribuir caráter permanente aos mecanismos de fiscalização orçamentária de obras irregulares, que atualmente dependem de renovação a cada Lei de Diretrizes Orçamentárias — fragilidade que causa descontinuidades e perda de eficiência, uma vez que impede as instituições envolvidas (Tribunal de Contas da União e Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização) de planejarem com antecedência as respectivas atuações de controle.

[...]

A simples edição de um decreto legislativo pode não parecer, à primeira vista, medida de impacto, mas cometeriam engano os que pretendessem minimizar sua importância: é da diligência constante, bem organizada, reiterada e incansável que nasce a possibilidade de prevenção da fraude, de detecção precoce das irregularidades, de expectativa do controle que desestimula as ações ilegítimas. O fim da impunidade conquista-se no trabalho cotidiano, miúdo até, do controle sistemático que a Constituição garante e exige ao Parlamento.

Ora essa diligência, esse trabalho de formiguinha, hoje, encontra fortes obstáculos pela carência de regulamentação. Ofereço à consideração do Legislativo um instrumento de fortalecimento institucional para o pleno exercício das prerrogativas constitucionais do controle externo, que se faz imprescindível nestes momentos tão difíceis da vida nacional, que impõem ao Parlamento eficácia permanente e esforço redobrado para o combate às fraudes e às irregularidades com o patrimônio público.

O projeto de decreto legislativo a que me referi já foi devidamente apresentado no Protocolo Geral do Congresso Nacional. Peço a contribuição indispensável de todos os Srs. Senadores, no sentido de nos ajudarem na tarefa de aprovar, o mais rapidamente possível, esse instrumento que me parece eficaz para o combate à corrupção.”

Comentários acerca de reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania destinada a julgar o Senador Delcídio do Amaral, 9/5/2016

[Publicação no DSF de 10/5/2016 - Página 50]

“A preocupação dos membros da Comissão [CJC] é com a questão da ampla defesa. Essa foi a alegação que fizeram tanto o Senador quanto os seus advogados lá. E eu achei por bem tolerar isso, até porque nós estamos vivendo momentos atípicos no Brasil.

V. Ex^a [Sen. Renan Calheiros, PMDB-AL], que é um homem que tem uma história democrática muito longa, não passou ainda pela experiência por que eu passei. Eu fui cassado pelo regime militar de 1964, porque fiz o manifesto da Frente Parlamentar Nacionalista, defendendo a autodeterminação dos povos, defendendo a soberania nacional. E dizia-se, naquela época, que era um ma-

nifesto pró-Cuba. Fomos cassados sem direito a uma só palavra de defesa. Eu trago, no meu espírito, essas marcas, que não terei de esquecer nunca. No ano passado, eu recebi uma cópia da ata do Conselho de Segurança Nacional, que cassou o meu mandato por dez anos, impedido de viver até como cidadão, porque aquele que fosse cassado não tinha direito nem a andar em uma calçada na rua. Essa é a realidade. Então, eu tenho esse sentimento da necessidade de, na democracia, ter-se ampla defesa [...] e eu não achei errado a Comissão ter dado o prazo que está na lei, que é de cinco sessões, e que termina na quinta-feira.

Outra coisa: eu quero dizer também ao Senador Romero Jucá, meu amigo, meu correligionário, que não concordo com essa história de o Plenário do Senado votar o parecer, o relatório do Senador Ferraço antes de a Comissão aprovar. A Comissão é que aprova esse relatório, e vem para cá. Agora, se a Mesa do Senado, sob a orientação do Senador Romero Jucá, quer exercer a sua soberania, que o faça. E se assim proceder, eu renuncio, no mesmo dia, à Comissão de Constituição e Justiça e reviso todos meus compromissos.”

Defesa da aprovação do processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff em razão do cometimento de crime de responsabilidade, 30/8/2016

[Publicação no DSF de 31/8/2016 - Página 124]

“Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, venho a esta tribuna me posicionar diante de um processo, que trata de crime de responsabilidade, em desfavor da Presidente da República, Dilma Vana Rousseff.

É um processo difícil e doloroso. Mas esta Casa é chamada a decidir e temos que nos manifestar.

Inicialmente, convém destacar que desde os primeiros momentos do processo, a Comissão Especial do Impeachment se balizou sob a égide das leis e da Constituição Federal, garantindo à Presidente a mais ampla defesa.

O primoroso parecer do Senador Antonio Anastasia destaca com profundidade os crimes cometidos pela Presidente, quais sejam: a “abertura de crédito suplementar, mediante decreto, sem autorização legislativa e a contratação ilegal de operações de crédito com instituição financeira controlada pela União.

Ouvi aqui inúmeras vezes que não haveria embasamento legal. Ora, foram contrariadas a lei de responsabilidade fiscal, a Lei 1079 de 1950, em seu art. 10, e o art. 85 da Constituição Federal.

Os princípios fundamentais do planejamento, da transparência, do equilíbrio das contas públicas, da legalidade, da separação dos poderes e da moralidade administrativa foram completamente ignorados pela Presidente da República. Tais fatos são justificadores deste processo.

Presenciei diversos momentos de crise política na história do Brasil — essa é uma das poucas vantagens de 62 anos de vida pública — e posso assegurar que não há golpe, como afirmam os defensores da Presidente afastada.

Dilma Rousseff teve todos os direitos de defesa resguardados em um julgamento conduzido com rigor e equilíbrio pelo Presidente da Suprema Corte deste país, Ministro Ricardo Lewandowski.

Foram cumpridas todas as etapas exigidas pela Constituição Federal e ficaram evidenciados os crimes praticados. É aqui que se observa o lado jurídico do processo.

Mas além dos aspectos legais, convém destacar que os atos da Presidente foram responsáveis por mergulhar o país na mais profunda crise, que se evidencia no desemprego de 12 milhões de brasileiros, na falta de recursos para a saúde e para a educação, provocados, principalmente, pelo desequilíbrio das contas públicas.

A defesa da Presidente vem invocando reiteradamente a sua inocência e tentando, por várias formas. Mas as provas recolhidas ao processo são irrefutáveis e contundentes.

Nesse aspecto há que se destacar a participação ativa e destacada do meu conterrâneo Senador Raimundo Lira, na presidência da Comissão Especial e do Senador Antonio Anastasia, que brilhantemente, agiu como exímio investigador, permitiu a ampla defesa e o contraditório, e comprovou sem qualquer traço de dúvida, que os atos praticados pela Presidente, são enquadrados no rol dos crimes de responsabilidade.

Senhoras e Senhores, os 54 milhões de eleitores que sufragaram o voto na chapa vencedora não deram a ela uma carta em branco para a satisfação de ambições pessoais ou partidárias. Tampouco deram uma licença para se praticar todo tipo de mazelas, ou para desrespeitar a legislação e a Constituição brasileira. Na verdade, o governo agiu como se tivessem recebido uma escritura do Brasil, desde que ganhou a eleição e ainda mantem o sentimento de que o país é uma propriedade sua.

Foi contra essas mazelas, contra os desarranjos governamentais que a população indignada saiu às ruas para protestar.

Por meio dessas manifestações o povo apelou ao Congresso para que cumpra o seu dever. Esse é o aspecto político do processo, que culmina com a decisão que agora proferimos.

Portanto, senhoras Senadoras, senhores Senadores, é hora de nós brasileiros olharmos para o futuro e avançarmos rumo à superação das nossas enormes dificuldades econômicas e sociais, com a preservação das garantias que a Constituição nos assegura. Tenho confiança no comando do Presidente Michel Temer, que deverá assumir e, com sua experiência política, saberá conduzir o Brasil no caminho correto neste delicado momento, para que, em 2018, possamos escolher um Presidente com novo mandato para manter o Brasil no rumo do desenvolvimento e do progresso.”

Solidariedade à Senadora Vanessa Grazziotin por agressão sofrida no aeroporto de Curitiba (PR), proveniente de um advogado integrante do Movimento Brasil Livre – MBL, 8/9/2016

[Publicação no DSF de 9/9/2016 - Página 27]

“Sr. Presidente, eu quero trazer também a minha solidariedade à colega Vanessa Grazziotin [PCdoB-AM], que eu não conhecia antes de ser Senador da República por esta segunda vez. E foi uma das boas coisas que aconteceram na minha vida conhecer Vanessa, uma pessoa de quem podemos divergir, mas a quem temos de respeitar, porque o que ela exercita aqui é o direito democrático de expressar o seu pensamento.

E ela faz isso com brilhantismo, com coragem, às vezes com veemência, mas sempre garantindo a linha da elegância, da lhanza no trato. Quantas vezes não fiquei contrariado com as posições de Vanessa aqui — não com as posições, mas com a forma veemente com que ela se pronunciou — e, logo mais, quando ouvi o segundo tempo da sua exposição, retifiquei tudo o que tinha dito?

Aprendi a admirá-la e a respeitá-la. É uma mulher extraordinária. E, na realidade, nós precisamos de pessoas como Vanessa, que tem coragem de assumir posições e que, por isso mesmo, merece o nosso respeito.

E aqui eu me lembro de uma frase [atribuída a] Voltaire, o filósofo e escritor Voltaire: ‘Não concordo com uma só palavra do que dizeis, mas morro defendendo o direito de dizer’.

Você, Vanessa, conquistou a admiração de toda esta Casa do Congresso Nacional. É o que estou ouvindo agora: todos, neste momento, mostram-se indignados com o que aconteceu a você, mas sentem a satisfação de poder expressar a admiração e o respeito à grande mulher que você tem sido.”

Críticas ao constante reajuste no valor dos combustíveis, 22/5/201

[Publicação no DSF de 23/5/2018 - Página 42]

“Os recentes aumentos dos preços da gasolina, do diesel, do gás, enfim, dos derivados de petróleo, chamam a atenção da sociedade e ecoam aqui neste Parlamento.

Hoje, o tema é pauta de destaque nos principais jornais do país, que apontam o rompimento pelos Estados Unidos do acordo com o Irã e o recuo acentuado na produção de petróleo na Venezuela como principais fatores para a diminuição da oferta das commodities no mercado internacional e a consequente elevação do seu preço.

Há uma contradição nessas informações. Quando o preço do petróleo foi lá para baixo, a gasolina não diminuiu um centavo aqui, um centavo aqui, e alguma instituição, alguém, pessoa física ou jurídica, ganhou o resultado disso e não o distribuiu com a sociedade brasileira. Como agora querem distribuir as suas desvantagens, se é que há, ou seus prejuízos?

Não fosse o bastante, a economia global em crescimento pressiona a demanda e os preços do petróleo e dos seus derivados, conforme informa o editorial econômico do jornal O Estado de S. Paulo de hoje.

O combustível em qualquer país do mundo é um produto de consumo social, ou seja, a economia, a vida das pessoas depende dele. E sempre há políticas de proteção para justificar, como eu acabei de afirmar, que o brasileiro não tenha direito a participar das benesses quando o mercado do petróleo está lá embaixo. Então, seria razoável que o governo agora tivesse algum mecanismo para evitar, Sr. Presidente, que esse malefício chegasse à bolsa do cidadão.

Eu ouvi aqui comovido o depoimento do Senador Jorge Viana, falando que muitos pequenos industriais da sua terra — isso, com certeza, está acontecendo no Brasil inteiro e não duvido que na minha Paraíba também aconteça o mesmo — já deixaram de utilizar o gás de cozinha e outras fontes de calor nas suas indústrias.

É de conhecimento geral que o preço dos combustíveis no mercado interno está atrelado ao valor do barril de petróleo no mercado internacional. Também é notório que o aumento da cotação do dólar em relação ao real e outras moedas influenciaram nesse aumento de combustíveis.

Entretanto, nesse cenário, a população brasileira e os agentes econômicos afetados não podem ser abandonados para navegarem ao sabor da maré do mercado. O governo precisa agir de forma eficaz, para impedir que o cidadão comum, especialmente aquele mais carente, sofra com esses aumentos absurdos dos combustíveis no seu dia a dia — para evitar que a mãe e o pai de família tenham que trocar o leite, a carne ou o pão pelo gás de cozinha; para permitir que o caminhoneiro, trabalhador vital para o funcionamento da nossa economia e para o abastecimento das nossas cidades, consiga ter um lucro digno de mercado pelo seu serviço e tenha motivação e brio para continuar enfrentando as estradas.

Além disso, não se pode esquecer que o petróleo e seus derivados constituem a base da economia produtiva, e a manutenção dos seus preços elevados gera dificuldade ao crescimento econômico, inflação e estrangula o sistema produtivo, gerando desemprego e perda de produtividade da indústria nacional.

Ao analisar a composição do preço médio da gasolina, por exemplo, constatamos que o ICMS corresponde a 29%, em média, e que a Cide, PIS/Pasep e Cofins, juntos, correspondem a 16% do valor global do preço do combustível. Caros Senadores, estamos falando de uma carga tributária de 45%, sobre um produto tão essencial quanto o próprio pão de cada dia! Está claro que o governo possui margem para resolver a situação.

Não é por acaso que manifestações começam a eclodir pelo nosso país. Os caminhoneiros deflagraram uma paralisação por tempo indeterminado e bloqueiam rodovias em vários Estados.

Diante da premente necessidade de dar uma resposta ao cidadão sobre esse problema que afeta diretamente o seu cotidiano e as suas finanças, clamamos ao governo federal que estude medidas urgentes de desoneração da carga tributária que incide sobre os combustíveis, como forma de mitigar o problema de forma quase instantânea.

Sou pré-candidato ao governo do Estado da Paraíba e gostaria de fazer uma afirmação aqui: não posso concordar com a permanência desse quadro. O povo paraibano clama por uma medida do governo! Por onde passo, no meu Estado, ouço pessoas, especialmente as mais humildes, reclamando das dificuldades que vêm enfrentando por conta da alta do custo dos combustíveis. Essa situação não pode perdurar!

Nós temos que fazer aqui uma cruzada e nos dar as mãos, Senadores de todos os partidos, Senadores da Base, como eu sou, Senadores da oposição, como muitos também o são.

Acredito na competência e no bom senso do nosso Presidente Michel Temer e de sua equipe econômica, se bem que até teria motivo para não continuar acreditando, vou ser sincero, diante da passividade com que o governo vem admitindo essa situação, que eu considero uma situação de verdadeiro descalabro.

[...]

Acho que a Petrobras é importante para o Brasil, acho que o Brasil precisa dela. Afinal de contas, foi uma luta que muitas gerações enfrentaram. A minha geração foi marcada por essas lutas, eu participei como estudante dessas lutas – ‘O petróleo é nosso’. Mas essa empresa, que ao longo da história do Brasil foi sempre motivo de orgulho para todos nós, nacionalistas, não pode se tornar num verdadeiro vilão porque aqueles que dirigem a política econômica não querem dar um tratamento condigno a uma questão que se coloca: o que é mais importante para o Brasil? Os brasileiros ou uma empresa, por mais importante que essa empresa seja?”

Manifestação a favor da redução da carga tributária incidente sobre os combustíveis no Brasil

[Publicação no DSF de 30/5/2018 - Página 40]

“Então, resta-nos abordar o outro viés da questão [...] que já mencionei: o peso descomunal dos tributos sobre o valor do combustível nas bombas.

Do preço que se paga pela gasolina e pelo diesel lá no posto de gasolina, para abastecer o carro, o ônibus, o caminhão, nada menos do que 45% são impostos. São 16% de Cide, PIS/Pasep e Cofins mais 29% de ICMS. Sim, senhores, 45% de impostos, mais de 25% só de ICMS.

Talvez esteja exatamente aí a saída mais imediata para aliviar o bolso do consumidor.

É claro que tocar no assunto desoneração, em qualquer caso, atrai a simpatia e a antipatia, inversamente proporcionais, dos consumidores [...] por um lado, e do governo, por outro lado. Se os primeiros ficam felizes obviamente, o segundo já pensa nas consequências das perdas de receita. Mas, diante da atual situação, não vislumbro alternativa.

Parece-me que rever impostos, em especial a generosa fatia do ICMS, é a única ferramenta caseira, o instrumento interno de que podemos lançar mão para atenuar o problema sem maiores tardanças. Sei que isso não é fácil. Dificilmente, os governos estaduais, com os seus orçamentos já comprometidos, às vezes, até com programas sociais íngenes, concordariam com tal mudança.

A espiral ascendente dos preços dos combustíveis tem um potencial devastador para a atividade econômica [...] com consequências tão imprevisíveis quanto danosas para toda a sociedade. É alimento reforçado para uma alta inflacionária, que vai pressionar o poder de compra dos salários dos trabalhadores e gerar instabilidade para toda a cadeia produtiva nacional.

Parafraseando Gabriel García Márquez, é uma tragédia anunciada! O que faremos para evitá-la? E quando? O tempo está contra nós, Sr^{as} e Srs. Senadores, contra o Estado. Façamos algo agora.”

Sessão Temática destinada a debater as perspectivas das Eleições de 2020 e eventuais medidas legislativas necessárias, 17/6/2020

[Publicação no DSF de 18/6/2020 - Página 41]

“Cumprimento o Presidente Weverton e cumprimento os colegas que estão fazendo parte desta sessão remota para trazer a minha opinião, que, aliás, já é conhecida dos Srs. Parlamentares, especialmente daqueles que me honraram com a subscrição da minha PEC, a PEC 22.

Nós estabelecemos um prazo para compatibilizar a eleição com a provável suspensão dos efeitos do coronavírus. Não tenha dúvida de que isso é uma suposição. Ninguém tem bola de cristal. Nem mesmo os cientistas se aventuraram a dizer em que prazo essa questão estará superada, estará resolvida. Mas é

evidente que é preciso evitar certas tendências, fora do próprio Senado, entre os prefeitos, entre Vereadores, etc., na busca de, aproveitando este momento de pandemia, prorrogar mandatos.

Essa tese de prorrogação de mandatos nós rejeitamos, como a grande maioria do Senado da República já rejeitou — é conhecida a opinião de todos —, porque seria quebrar o princípio da periodicidade da eleição e da rotatividade do poder. Se nós não temos o direito de prorrogar mandatos, porque este não é o nosso papel, nós estamos quebrando um princípio que é basilar para o funcionamento da democracia, a periodicidade das eleições. Então, nós fixamos na nossa PEC a realização de eleições, no começo de dezembro, primeiro domingo de dezembro, e no último domingo de dezembro, evidentemente, assegurando, assim, a periodicidade dos mandatos e a posse dos eleitos já em janeiro de 2021.

Não há dúvida nenhuma de que esta matéria já está exaurida. Aí os Senadores os mais abalizados, os mais estudiosos, aqueles que têm, inclusive, o conceito generalizado de que são bons juristas, que são profundos conhecedores da Constituição e que têm todo o nosso respeito. Eu sei que há muitos projetos, e nós temos que encontrar um denominador comum que possa conciliar todos esses objetivos. Com raras exceções, os projetos mudam a data da eleição, mas não mudam a data da posse, evitando a prorrogação de mandatos. Eu quero, neste momento, manifestar o propósito de me reunir com os demais autores dos projetos e com todos os Senadores no sentido de buscar a equação que seja mais adequada, que seja mais favorável à conciliação de todos os projetos que estão aí.

Não há dúvida nenhuma de que ninguém pode prever. Até hoje os cientistas mais abalizados, os pesquisadores não se aventuraram a fazer esta previsão: quando terminará esta epidemia. Ninguém falou sobre isso, assegurando à população a certeza de que ela tem data para terminar. Por isso mesmo, todos estão pensando de um só modo: encontrar uma fórmula que possa conciliar. E nós escolhemos o mês de dezembro, porque seria, dentro de um provável novo calendário eleitoral, a data mais conveniente para conciliar a realização das eleições com a epidemia que estamos vivendo.

Então, eu quero, neste momento, colocar-me à disposição de todos os colegas no sentido de encontrarmos um denominador comum, uma fórmula conciliatória capaz de ser a fórmula eu não digo ideal, mas a mais prática, para se enfrentar esse novo problema que se insere na vida nacional.

Muito obrigado aos colegas que me ouviram. Eu me limito a esses comentários, até porque os comentários que foram feitos pelos oradores anteriores já

exauriram, no meu entender, todas as hipóteses que podem ser alegadas aqui neste momento.

Eu não sei se o Presidente da Mesa já encontrou uma equação que possa reunir os autores de todos esses projetos para discutir esse assunto com mais profundidade. Eu acredito que esta sessão também tenha esse objetivo.”

SOBERANIA NACIONAL



Considerações sobre as conclusões da reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio, 25/9/2003

[Publicação no DSF de 26/9/2003 - Página 29102]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a conclusão da reunião ministerial da Organização Mundial de Comércio, realizada no Balneário de Cancun, no México, há poucos dias, apenas confirmou o que era de se prever e o que as reuniões preparatórias já indicavam: pouco ou nada se avançou no atendimento aos desideratos dos países do G-22, grupo liderado pelo Brasil.

Na verdade, o resultado foi mediano em termos dos interesses brasileiros, com a liberação de textos vagos e imprecisos sobre as medidas concretas que serão tomadas para harmonizar o comércio internacional.

Paralelamente, para além de qualquer previsão razoável, fortes e violentas manifestações ocorreram, o que parece estar se tornando uma rotina nas reu-

niões importantes da OMC, diante das quais não devemos nos deixar enganar. Algum significado tal sucessão de protestos tem e, por isso mesmo, merece a reflexão dos líderes dos países-membros da organização. Protestos e movimentos de rua não surgem do nada. Eles refletem sempre alguma divergência entre grupos e, sendo assim, devem ser objeto de análise em busca de conciliação possível, aquela que evite o confronto destrutivo.

A mais impactante das manifestações de protesto contra a OMC foi o suicídio do camponês coreano logo no início da reunião. Toda vez em que uma vida humana é ceifada, mesmo que seja por suicídio, devemos refletir, para além da insanidade do ato em si, sobre o significado dessa morte. Algo de muito grave está ocorrendo, para que pessoas sejam levadas a morrer por questões que parecem ser meramente comerciais.

Lembremo-nos de que, apesar de estarmos vivendo o inevitável ciclo da globalização, os povos ainda preservam e desejam viver no mundo das nações soberanas, senhoras de seus próprios destinos e autônomas nas escolhas de seus projetos e objetivos de desenvolvimento.

A globalização, tal como está colocada, principalmente no setor de comércio, é uma via estreita, na qual cabem apenas uns poucos, exatamente os mais fortes. Facilmente se percebe a tentação colonialista dos ricos sobre os pobres, não mais pela força militar, mas pelo poder econômico. O discurso da livre iniciativa e da liberdade comercial conflita com o alto protecionismo das economias desenvolvidas contra os produtos e serviços das economias mais pobres.

Nesse sentido, Sr. Presidente, o pronunciamento do Presidente Lula na abertura da Assembleia Geral da ONU reflete bem o sentimento de discriminação e injustiça percebido pelos povos emergentes e pobres em relação às posturas dos Estados Unidos, da União Europeia, do Japão e dos demais países desenvolvidos. Tentam eles manter-nos à margem do progresso e de seus benefícios. O resultado é o aumento da fome e da miséria em escala planetária, nunca vista em épocas anteriores. Contudo, é necessário reconhecer que essa posição está na lógica da chamada globalização, a nova e mais perversa forma de colonialismo econômico.

Sr^{as} e Srs. Senadores, temos visto, em todos os veículos de comunicação no Brasil, sobretudo depois que tivemos a disputa comercial com o Canadá a respeito das encomendas de aviões envolvendo a Embraer e a Bombardier, um volumoso noticiário sobre as questões de comércio exterior brasileiro e, em especial, sobre nossas exportações agrícolas.

Cabe-me aqui fazer uma observação sobre a estupidez e a truculência da lógica capitalista dos países mais ricos do mundo nesse incidente entre Brasil e Canadá. Mesmo quando há um interesse colateral, mesmo assim, o respeito aos interesses dos países subdesenvolvidos ou em fase de desenvolvimento é sempre condicionado ao interesse dos países mais ricos. A indústria brasileira Embraer realmente tem tido grande êxito, mas é preciso lembrar que a empresa é apenas uma montadora de aviões. A rigor, a Embraer não faz nada senão montar os kits que recebe dos países desenvolvidos, inclusive do Canadá. Turbinas que são fabricadas no Canadá, chapas de duro alumínio que são fabricadas nos Estados Unidos, todos os componentes, todos os insumos na produção dos aviões da Embraer são, de resto, produzidos nos países do Primeiro Mundo, mas, mesmo assim, eles não toleram a convivência e o sucesso dos países do mundo em desenvolvimento. Aí é que está o absurdo, a lei que impera hoje no mercado internacional da globalização.

Todos os últimos governos brasileiros, independentemente da coloração política, têm, desde o início da década de 1990, repetido à exaustão que precisamos aumentar nossas exportações para equilibrar as contas e que o nosso carro-chefe é a pauta de produtos agroindustriais, especialmente os agrícolas, altamente competitivos que podemos oferecer desde grãos, como soja, a produtos manufaturados, como suco de laranja.

O que fica claro em toda a nossa luta por melhores e maiores mercados é que o agronegócio ainda é um elemento central no intercâmbio entre as nações. O mundo ainda é fortemente dependente do que acontece no universo da produção, comercialização e consumo de produtos agrícolas, seja nos mercados internos, seja no comércio internacional.

Na verdade, Sr. Presidente, com o desmantelamento dos feudos e baronatos agrícolas, passamos do mundo essencialmente agrícola dominante até o século XVIII, para o mundo moderno da industrialização e da relativa democratização da terra, com o avanço da agricultura familiar de pequenos e médios proprietários. Isso, todavia, não resolveu nem o problema da distribuição das terras na maioria dos países, nem o terror da fome nos países pobres. Ademais, fica patente que a agricultura é, além de uma questão econômica, uma questão social importante e central, mesmo nas economias desenvolvidas do mundo. Paralelamente, a industrialização não substituiu a agricultura, quanto mais não seja, porque a população mundial, cada vez mais numerosa, demanda sempre mais alimentos e seus congêneres.

De fato, Sr. Presidente, a população diretamente dependente da agroindústria é grande, o que torna a questão não apenas econômica, no sentido estrito do termo, mas social, com as enormes repercussões que terá, se houver uma crise no setor. Países como a França ou os Estados Unidos sabem perfeitamente bem o que significará em termos internos se seus respectivos setores agrícolas entrarem em crise. As repercussões de ordem social serão catastróficas para eles e para seus parceiros comerciais.

[...]

Ora, Sr. Presidente, o Brasil não pode ficar à mercê da expectativa de um acordo comercial multilateral para resolver seus entraves internos de desenvolvimento. O povo do Nordeste já sofre de miséria suficiente, para ter que ficar esperando por um prato de comida que deverá vir do hemisfério norte. Deus sabe quando. O Brasil não pode esperar que concessões externas possam resolver nossos problemas internos. Temos que adotar agressiva política agrícola e agrária neste país. Só assim teremos voz e poder para discutir acordo na OMC.

Aguardar a generosidade dos países desenvolvidos do mundo, esperando que eles deixem de manter os subsídios que garantem a permanência de seus trabalhadores no campo é uma utopia, para não dizer uma ingenuidade, daqueles que organizaram esse encontro da 5ª Convenção da Organização Mundial do Comércio.

O Brasil vive, desde todo o sempre, a falta de um projeto de desenvolvimento articulado e que tenha continuidade e consistência no tempo. E o setor rural é um dos que mais sofrem com isso. Se tanto se fala que é graças à agricultura que nossas exportações não estão no vermelho, é hora de olhar para as pessoas que produzem e dar-lhes apoio. E isso se faz, Sr. Presidente, com políticas para o campo que ataquem simultaneamente todas as frentes, valorizando sobretudo o emprego, fixando efetivamente o homem ao seu próprio habitat, distribuição justa de terras, mediante reforma agrária pacífica e destituída de colorações político-partidárias; oferta de crédito a juros suportáveis pela atividade de maior risco que existe na face da terra, a agricultura, que está sujeita à inclemência do tempo; manutenção de seguro agrícola que garanta que os produtores não ficarão na miséria se houver quebra de safra motivada por adversidades climáticas; garantia de preços mínimos que deem certeza de que os produtores não serão destruídos por uma queda de preços súbita; oferta de suporte tecnológico e técnico que aumente a produtividade e qualidade, principalmente dos pequenos e médios produtores, que são os que têm as maiores dificuldades de acesso a esse suporte indispensável; oferta de um sistema de infraestrutura de

apoio à estocagem; distribuição, transporte e comercialização da produção, o que implica também um sistema intermodal de transporte eficiente e em boas condições de operação e não as estradas precaríssimas que temos.

Dirão, possivelmente, os que me ouvem, que estou propondo uma revisão completa da política brasileira para o setor agrícola. Concordo que sim, estou propondo esta revisão que há muito se faz necessária. Isso para atender às recomendações do FMI. A política agrícola e a política econômica em geral do país são as mesmíssimas praticadas no governo anterior: sacrifica as atividades econômicas do país, tira do Estado sua capacidade de investir na produção, na infraestrutura, para que o Brasil tenha mais saldos e mais superávit para garantir o pagamento de juros, já que do principal não se paga nada e cada vez mais se acumula, ano a ano.

Sr. Presidente, tive a honra de participar da delegação brasileira que compareceu à reunião de Cancun e pude ver a dificuldade que há para harmonizar os interesses dos diferentes países e grupos de nações. É difícil imaginar que a Europa ou os Estados Unidos renunciem aos seus programas internos de subsídio aos produtores rurais, sob o risco de gerarem uma crise econômica e social dentro dos seus próprios territórios.

[...]

Não renunciam porque esses programas internos de subsídios são sociais e, sem esses subsídios, dificilmente aqueles países podem garantir o emprego no campo, até porque, em condições naturais de produção, evidentemente os climas tropicais têm vantagens competitivas muito maiores do que os climas temperados, que têm uma pequena estação produtiva — quatro meses no ano —, enquanto os climas tropicais têm um período de fertilidade agrícola muito maior.

É certo que o Brasil, com toda a legitimidade, deseja colocar os seus produtos no mercado externo e, particularmente, nos mercados de maior poder aquisitivo. Mas são justamente esses, os países ricos, os que mais protegem os seus produtores. Há uma incompatibilidade entre os interesses do Brasil, em matéria de produção agrícola, e os interesses dos países ricos do mundo.

Temos aí um impasse de difícil solução, já que Estados Unidos e Europa dificilmente concordarão em reduzir os seus subsídios, menos ainda eliminá-los, como desejam Brasil, Índia e os demais membros do G-22. Frente a isso, clamam os países pobres que é preciso haver maior abertura dos mercados para que tenham chance de crescer e resolver os seus problemas internos de pobreza extrema.

Sr. Presidente, a OMC talvez seja o fórum mais complexo e delicado que hoje as nações enfrentam para tentar harmonizar os seus interesses. Comparável a esse, talvez, só o fórum da ONU e de seu Conselho de Segurança, com as questões do terrorismo, das ações armadas de países como Estados Unidos e Inglaterra e a instabilidade do Oriente Médio. E devemos ter a consciência de que será um longo caminho, até que se chegue a um denominador comum, no qual os que cedem não se sintam perdedores, e os que ganham não estejam aproveitando-se da fraqueza dos demais.

Muito se tem escrito e dito a respeito do que deve ou pode ser feito no comércio mundial, para se promover alguma justiça nas trocas entre as nações: Desde raciocínios maniqueístas sobre as causas das distorções, como o de que uma vaca no hemisfério Norte recebe mais subsídios do que uma criança no hemisfério Sul — e é verdade —, até propostas de doação, pura e simples, de alimentos dos países com excedentes para os que têm carência de produção.

Não podemos negar a boa intenção dos que assim argumentam. Contudo, tais argumentos carecem de base realista, pois não é possível fazer com que um país rico deixe de alimentar suas vacas, que, no final, garantem a renda de seu povo, para doar dinheiro vivo para alimentar outros povos. Nada seria resolvido, e criar-se-iam novos problemas, como: quem arcaria com os custos de estocagem, transporte e distribuição dos alimentos doados?

[...]

O final da reunião ministerial de Cancun deixou claro que os Estados Unidos e a União Europeia não facilitarão a vida do G-22 apenas por razões humanitárias. Terá que haver compensações para que eles cedam nos subsídios. Para isso, teremos que trabalhar duramente, nós todos, para fortalecer o Brasil o suficiente para ter algo a oferecer em troca, que não seja apenas doar uma fatia de nossa própria riqueza.

Se não tivermos muito claro o que queremos de um projeto de desenvolvimento bem articulado, permaneceremos navegando ao sabor dos acontecimentos, sem iniciativas capazes de sanarem, de modo permanente, nossos problemas. Ou tomamos consciência de que devemos trabalhar, aqui e já, para crescer, sem esperar, ou continuaremos a lamentar a falta de cooperação internacional.

[...]

Só teremos uma agricultura forte e realmente competitiva, quando os governos se dispuserem a investir no setor. Não é colocar o dinheiro na mão do agricultor, do produtor rural, mas criar a infraestrutura necessária para que a agricultura possa ser moderna, competitiva. No Brasil, há uma empresa que é

realmente exemplar: a Embrapa — Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Mas, não só neste governo, mas em todos, os recursos têm sido por demais escassos para que a empresa desenvolva as pesquisas, a experimentação, o trabalho científico, que serve de suporte e de apoio à atividade agrícola, que é uma atividade que hoje, para ser competitiva, precisa ter esse grau de desenvolvimento.

Nós, brasileiros, temos o privilégio de ter clima, pluviosidade, luminosidade e solo de boa fertilidade — não diria ótima, mas razoável. É isso que nos dá competitividade na produção de grãos, agora ameaçada pelos subsídios dos países do Primeiro Mundo.”

Considerações sobre a visita ao Brasil da enviada especial da ONU, Asma Jahangir, 23/10/2003

[Publicação no DSF de 24/10/2003 - Página 33327]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tendo em vista os acontecimentos decorrentes da vinda da Relatora Especial da ONU para Execuções Extrajudiciais Sumárias ou Arbitrárias, a Dr^a Asma Jahangir, não poderia furtar-me a tecer algumas considerações e prestar alguns esclarecimentos que reputo de fundamental importância para todo o Brasil.

A enviada especial da ONU fora encarregada de fazer um levantamento continental sobre execuções sumárias de vidas humanas e, ao término desse levantamento, recomendará o envio de um grupo daquela Organização ao nosso país, para realizar uma investigação no Poder Judiciário.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o que legitima a vinda de uma enviada da ONU para investigar assuntos da esfera do Judiciário? E mais, qual a base legal e, diria, até moral, que a conduzira a propor uma intervenção indireta no Judiciário, por meio da vinda de membros da ONU para apurar, em tese, fatos e acontecimentos da alçada do Judiciário?

Entendo, *data maxima venia*, que é uma interferência desrespeitosa a um Poder da União, declarado e amparado pelo princípio constitucional da independência entre os Poderes da nossa soberana Nação.

[...]

As conclusões a que chegou a Sr^a Asma Jahangir, com toda a certeza, levam-nos a crer que ela não teve tempo para conhecer nossa Constituição. Caso contrário, saberia que é ao Poder Executivo que compete o policiamento ostensivo e a investigação de crimes. Que é ao Poder Executivo que compete a proteção de testemunhas. Que é ao Poder Executivo que compete a administração dos presídios e a condução das delegacias de polícia. Que é o Poder Executivo, também, o responsável pela administração e funcionamento da Febem, órgão responsável pela recuperação de menores infratores, que tanto impressionou a enviada da ONU.

[...]

É bom rememorarmos aqui os precedentes que aconteceram com saldos negativos não somente para os países envolvidos, mas para toda a humanidade. O caso do Iraque começou com a ONU acusando o governo da prática de tortura e de armas de destruição em massa. Não apurou coisa alguma, mas ofereceu o pretexto que a potência hegemônica do mundo, os Estados Unidos, precisavam para invadir o Iraque, para saquear as suas riquezas e escravizar o seu povo.

Vale salientar que não existe em nosso país qualquer política pública incentivando execuções sumárias. No Brasil, quando uma testemunha, um suspeito ou um inocente é morto por um agente oficial, não se pode dizer que houve uma execução perpetrada pelo Estado, mas um crime cometido por um cidadão de farda, um bandido que, por infeliz acaso, veio a se tornar policial. Trata-se de grave delito. E crimes existem em qualquer país, do primeiro ao terceiro mundo. Fato incomparavelmente mais grave é o aval estatal a violações de direitos humanos, como ocorre no Paquistão, terra natal de Asma Jahangir, cuja legislação permite a violência doméstica contra a mulher, a submissão da mulher ao homem, Sr^{as} Senadoras, o que é terrivelmente condenável!

Em contrapartida, o art. 5.^o da nossa Constituição Federal diz expressamente que 'ninguém será submetido à tortura ou tratamento desumano ou degradante', considerando a tortura crime hediondo, inafiançável e insuscetível de graça ou anistia. O mesmo dispositivo constitucional proíbe a pena de morte, estabelece o princípio da presunção de inocência, do devido processo legal e da vedação de tribunais de exceção.

[...]

Sr. Presidente, reafirmo meu profundo respeito à senhora Asma Jahangir, bem como à ONU, por sua luta pela paz e pelos Direitos Humanos. Entretanto, afasto conclusões apressadas para dilemas complexos e repúdio, veementemen-

te, qualquer tipo de tentativa de intervenção em nossas instituições que importe cessão da soberania brasileira a qualquer organismo internacional.

A ONU, a meu ver, é bem-vinda para realizar estudos, formular relatórios e sugerir soluções. Entretanto, se a intenção é promover investigações, realizar julgamentos e fomentar crises institucionais, prefiro que fique em Genebra, bem longe de comprometer a democracia de meu Brasil.

[...]

Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é a minha modesta opinião sobre essa insólita e surpreendente tentativa de intromissão de um organismo internacional nos assuntos referentes ao bom funcionamento dos Poderes no país, sobretudo, afetando a soberania do Brasil, uma nação independente, governada por homens escolhidos pelo povo e capacitados para resolver internamente as crises que encontramos no curso de nossa caminhada nem sempre fácil, nem sempre feliz; mas é dentro do país que encontraremos solução para corrigir todas mazelas que afetam tanto o Judiciário, como o Legislativo e o Executivo.”

Anúncio de corte, pelo Ministério da Fazenda, nos recursos do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil, 22/9/2005

[Publicação no DSF de 23/9/2005 - Página 31768]

“Não sei até onde vai continuar essa política fiscalista, monetarista do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Brasil. Mas sei perfeitamente que ela não corresponde a um projeto nacional de desenvolvimento social e econômico, que ela atenta contra a própria soberania nacional porque subordina os interesses fundamentais da Nação brasileira aos interesses do sistema financeiro internacional.

Fui daqueles que votou no Presidente Luiz Inácio Lula da Silva desde o primeiro turno. Aqui integro a Bancada de sustentação do governo, mas me considero absolutamente decepcionado com os caminhos de política econômica e financeira que o governo brasileiro escolheu para nosso país. São caminhos que não se identificam com os objetivos nacionais, são caminhos que sacrificam o desenvolvimento do nosso povo. Não posso ver com olhos de complacência o que está acontecendo a setores fundamentais, eu diria mesmo estratégicos da

vida nacional, como o que vem acontecendo com a área de saneamento básico no Brasil e com a área de saúde. O déficit de saneamento, por exemplo, já chega à casa dos R\$278 bilhões.

É curioso que outro dia a Imprensa Nacional, movida por inspiração que considero subserviente, anunciava que o Fundo Monetário Internacional autorizava o governo brasileiro a investir três bilhões em saneamento básico, uma quantia ridícula diante do nosso déficit, mas a minha decepção foi maior ainda quando, depois de ler a manchete, eu li o texto do noticiário que dizia que o Fundo Monetário Internacional concordava que o Brasil, dos seus próprios recursos, investisse três bilhões na área de saneamento básico.

É como se o Brasil não fosse mais um país soberano, não tivesse mais autonomia para investir num setor vital da sua economia, do social, e que tivesse que pedir autorização ao Fundo Monetário Internacional. A manchete sugeria sub-repticiamente que um organismo internacional estava investindo 3 bilhões de reais.

Não era nada disso. Um organismo internacional estava se imiscuindo em questões da soberania nacional para dizer o que o governo brasileiro poderia investir na sua área de economia.

Isso ocorre em todos os segmentos. Agora, é na questão vital para este país, a de investimentos na área de ciência e tecnologia. Como o Brasil pode ingressar de forma equilibrada na competição do mercado globalizado, competindo com países do Primeiro Mundo nessa relação de dependência tecnológica que temos, e que promete, pela ausência de providências corretivas, se ampliar muito mais ainda? É como se, nesta competição desigual entre países emergentes, como o Brasil, e países de Primeiro Mundo, tivéssemos de competir com alguém armado dos mísseis de última geração e tivéssemos de usar apenas uma baleeira, ou um bodoque, ou o arco e a flecha. Não existe a menor possibilidade de o país ter uma economia sólida se ele não tem condições de igualdade para competir, sobretudo nos mercados de exportação.

É bem frisante a situação por que atravessa a soja no Brasil. No ano passado, por esse tempo, estávamos comemorando 'otimisticamente', ledo engano, a grande vitória das exportações de produtos primários brasileiros. E, hoje, o mesmo setor já começa a verter lágrimas amargas, porque a situação já não é a mesma nos mercados internacionais [...] disse aqui que é a taxa de câmbio, mas não é a taxa de câmbio, é o valor absoluto do produto. E essa história já aconteceu muitas vezes no Brasil. É uma história que se repete, e isso aconteceu no passado com a borracha, aconteceu com o sisal da minha Paraíba, com o algodão

da minha Paraíba, com a cana-de-açúcar, com o café e com o cacau, porque país que não procura agregar valores da tecnologia moderna e da industrialização aos seus produtos primários fica sempre submetido a essa tirania dos mercados internacionais, sobretudo a praticada pelos países desenvolvidos. A política de boa vizinhança é a política de bons negócios e enquanto [...] enquanto o governo brasileiro não entender isso, e enquanto a diplomacia brasileira não entender isso, não teremos respeito nas áreas internacionais do comércio.”

O agronegócio e a sua importância para o país. Justificação de requerimento que será encaminhado ao Ministro da Agricultura, solicitando informações sobre o nível de endividamento do setor agropecuário, 24/11/2005

[Publicação no DSF de 25/11/2005 - Página 41196]

“O governo luta no foro internacional para conseguir que os países desenvolvidos, como os da União Europeia e os Estados Unidos, reduzam os subsídios e outras formas de suporte agrícola aos seus produtores rurais. Trata-se de um volume que excede a US\$320 bilhões, o que evidentemente distorce as relações de trocas internacionais e cria barreiras e dificuldades para os nossos produtos. Mas essa também é uma tarefa ilusória.

O governo brasileiro vem dizendo, nos fóruns nacionais e internacionais especializados, que está fazendo um apelo aos países desenvolvidos, pressionando-os para que abram mão da proteção ao setor primário em cada país. Isso parece algo extremamente ingênuo, para não dizer até de má-fé, como se aqueles países pudessem abrir mão de políticas de proteção social ao emprego. Antes, o Brasil deveria estar praticando a mesma política de subsídio à agricultura, porque, em qualquer parte do mundo e em qualquer tempo da história da humanidade, a atividade agrícola, por ser uma atividade de alto risco, sempre foi subsidiada, sempre foi garantida por seguros especiais.

O Brasil vive de crises em crises, e esse filme, que certamente vai passar de novo, eu já vi muitas vezes: eu o vi com a crise da borracha, com a crise do cacau, com a crise do café, da cana-de-açúcar, do algodão e do sisal na minha Paraíba.

Não é admissível que, em vez de haver uma política agrícola definida e realmente objetiva, o governo venha com essas explicações “inocentes” de que

está apelando aos países desenvolvidos do mundo para que eles deixem de ter uma política social compatível com a proteção do emprego no campo.

Detemos excelentes vantagens comparativas na área da agroenergia, pois contamos com terras férteis e apropriadas para o plantio de cana-de-açúcar e de oleaginosas, matérias-primas utilizadas na substituição de combustíveis fósseis.

Com o Proálcool, que ora completa 30 anos — de dificuldades e de sucesso —, o Brasil desenvolveu tecnologia para o aproveitamento da cana-de-açúcar, e, hoje, lideramos a produção global, respondendo por um em cada três litros de álcool produzidos mundialmente. Dominamos 50% do comércio internacional do álcool combustível e tecnologia para produzir álcool em escala industrial.

O país precisa aproveitar a conjuntura mundial de altos preços de combustíveis fósseis para impulsionar os investimentos na produção de energia alternativa oriunda da biomassa. O custo de produção de um litro de álcool no Brasil é menos da metade daquele produzido nos Estados Unidos e na Europa.”

A repactuação da dívida dos pequenos agricultores nordestinos e o anunciado veto presidencial à proposição. Os atropelos de percurso do Programa do Leite na Paraíba e a inflexibilidade do governo federal, que alterou as normas e procedimentos do programa de aquisição e distribuição do produto, 16/2/2006

[Publicação no DSF de 17/2/2006 - Página 5452]

“Sr^a Presidente, aproveito a sua generosidade para falar de um outro assunto, que me parece da maior importância para o povo brasileiro, qual seja o registro das patentes e das marcas. O Brasil detém um recorde muito triste e não é de hoje, nem se vá dizer que esta é uma questão politizada, porque isso vem de todos os governos brasileiros. Desde o Brasil Colônia até hoje, o quadro é o mesmo. Diga-se de passagem, o Brasil foi um dos primeiros países da América do Sul a adotar o registro de patentes, mas nunca deu a necessária importância, nunca passou do formal.

As patentes, como todos sabem, são uma forma de valorizar a capacidade inventiva, criativa dos cidadãos, daqueles que realmente pensam em produzir, realmente pensam em contribuir para a vida econômica nacional.

Enquanto em países desenvolvidos, um registro de patente pode se dar em até dois a três anos, no Brasil levam-se nove anos para registrar uma patente. É como se nós já tivéssemos tantos inventos reconhecidos e registrados que não precisássemos de mais nada para contribuir com a produção, para contribuir com a grandeza nacional.

Então, faço este discurso e peço a V. Ex^a que o considero como lido, porque o tempo já está escasso. Trata-se de um apelo ao Ministério da Ciência e Tecnologia, a cuja estrutura está vinculada o INPI, no sentido de que agilize a realização de um concurso para habilitar técnicos cientistas para analisarem os processos de pedido de registro de patente. Esse concurso já foi anunciado e é da maior importância para resolver esse retardo na apreciação dos processos de registro de patentes. Que se faça imediatamente esse concurso, e até que se contrate em caráter emergencial — a lei permite essas exceções —, porque a demora na constituição de uma estrutura que corresponda à demanda de projetos apresentados ao INPI traz prejuízos à economia do país e, sobretudo, neste momento de globalização, que o mundo inteiro vive, e que os países precisam produzir mais e melhor para poderem ser competitivos no mercado internacional.”

Análise da renúncia do Ministro Nelson Jobim à disputa pela presidência do PMDB. Questões econômicas envolvidas na visita do Presidente dos Estados Unidos ao Brasil, 9/3/2007

[Publicação no DSF de 10/3/2007 - Página 4838]

“O segundo comentário que faço é a respeito da visita do Presidente dos Estados Unidos, a maior potência econômica e bélica do mundo, ao Brasil. Naturalmente, interessa à comunicação oficial do governo americano e, de uma certa forma, ao próprio governo brasileiro, a inversão dos propósitos dessa viagem. Muitas pessoas — e eu me situo entre elas — acham que essa visita tem muito mais a ver com o fato político da influência que vêm ganhando na política, sobretudo na América do Sul — eu não diria de toda América Latina, mas da América do Sul —, as posições políticas do Presidente Hugo Chávez.

Não há dúvida de que os Estados Unidos, de repente, agora, já na segunda metade do segundo mandato do Presidente Bush, nunca levaram muito a sério os interesses econômicos da América do Sul, e do Brasil em particular. O maior exemplo disso é a posição imperial que os Estados Unidos, aliados aos países da Comunidade Europeia, sempre adotaram em relação à questão dos subsídios à agricultura. Diga-se, de passagem, subsídios à agricultura porque é o que está incitando os segmentos da produção e da economia nacional, já que a soja se tornou o carro-chefe das nossas exportações. Diria subsídios também em outros segmentos, como o industrial.

Durante muitos anos, a aciaria brasileira foi uma das mais modernas do mundo. Não era a americana, que apresentava o mesmo índice tecnológico que apresentava a aciaria brasileira. Evidentemente, conseguíamos, como conseguimos ainda, produzir o aço, o ferro e outros metais importantes para a indústria metalúrgica do mundo a custos muito mais baixos, por conta de a matéria-prima — ferro — ser abundante no Brasil e porque a nossa indústria instalou-se em parâmetros que lhe permitiam produzir a custo mais baixo. Isso acontecia, e acontece ainda, com o aço brasileiro, sobretaxado na América. Então, não é apenas o produto agrícola.

O Brasil vem, há mais de quatro anos, choramingando, reclamando, propondo inutilmente a extinção dos subsídios à agricultura. Tanto Europa quanto Estados Unidos fazem ouvido de mercador a esses interesses, porque o que está em jogo, na realidade, é a manutenção de uma agricultura que, pela diversidade dos climas desses países, não pode ser competitiva com a agricultura do Brasil, que tem um clima, graças a Deus, muito favorável à prática agrônômica e hoje utiliza tecnologias modernas graças ao trabalho extraordinário exercido pela Embrapa.

E o Brasil vem batendo nessa tecla, insistentemente, sem nenhum resultado. Por quê? Trata-se de proteger o emprego, a mão de obra e os interesses econômicos. Seria muito difícil a Europa concorrer, por exemplo, com o açúcar brasileiro se o açúcar deles é produzido a partir da beterraba. Será muito difícil para os Estados Unidos concorrerem com o etanol produzido no Brasil, fazendo-o a partir do milho, que, todos sabemos, tem uma produtividade industrial bem mais baixa do que a da cana-de-açúcar — sobretudo sem ter as benesses de um clima, de uma ecologia privilegiada para a agricultura, como é a brasileira.

Então, é ilusório esperar-se que o Presidente dos Estados Unidos, nessa visita que não teve exatamente o propósito de negociar nenhum acordo vantajoso para o Brasil, abra mão das sobretaxas que vão impor ao produto brasileiro

quando for exportado para lá. Até porque essas sobretaxas são o instrumento de que dispõem para se compensarem do prejuízo que o clima e a diversidade climatológica propiciam às práticas agronômicas.

[...]

Houve um tempo em que o Brasil tinha o Instituto do Café, que era um grande cartório para proteger a cultura cafeeira do Brasil. Café era sinônimo de divisas, de dólar, de grandes exportações. Contudo, o Brasil não se preparou devidamente para o futuro. Sua política era puramente protecionista; visava proteger uma lavoura que, inegavelmente, foi um sustentáculo da economia nacional durante muito tempo.

Depois houve a política do açúcar, com a criação do Instituto Nacional do Açúcar e do Álcool, incidindo nos mesmos erros, porque faltava uma política agrícola global que protegesse não apenas a produção agrícola em si mesma, mas que cuidasse dos desdobramentos, dos aspectos comerciais, estes, sim, fundamentais.

O Brasil inteiro é dominado pelas economias de mercado. E as economias de mercado historicamente têm tratado muito mal a produção primária. Os países ricos, que são industrializados, sempre primaram por uma política de sabotagem aos produtos agrícolas. Quando o Brasil ia bem com a produção de café, os países ricos se empenhavam em estimular, em apoiar a produção de café em países mais pobres da África ou da Ásia, onde o trabalho era quase escravo, criando uma concorrência desleal para com o produtor brasileiro.

O que se fez com o Plano Nacional do Álcool foi algo muito parecido. O Brasil é pioneiro nas tecnologias do álcool carburante, na produção industrial de motores para esses usos, para esses fins. E, agora, há o motor flex, que é já um desdobramento mais tecnológico que permite a utilização simultânea ou alternativa de vários combustíveis diferentes, tanto os combustíveis fósseis, como os combustíveis renováveis. Então, o Brasil dominou essa tecnologia, e isso foi importantíssimo para o país.

De repente, o governo brasileiro resolveu puxar o tapete da produção de álcool, e muitos estabelecimentos industriais e agrícolas foram à falência. Isto se deu em razão de o Brasil não ter, em sua globalidade, em sua integralidade, uma política agrícola; não ter a visão de que uma política agrícola é dever do governo brasileiro para com sua própria economia. Faltou isso ao país. Sempre vivemos de improvisação.

Agora, em vez de estarmos tão deslumbrados com essa visita estratégica e política do Presidente Bush, o Brasil teria que pensar em novas tecnologias.

Deveríamos aproveitar, por exemplo, os subprodutos da cana-de-açúcar que são jogados no lixo ou queimados como combustível para caldeiras. A indústria petrolífera mundial continua sobrevivendo, mesmo com a carência e os preços altos, porque há toda uma diversidade de produtos que entraram na vida das civilizações em todo o mundo — plásticos e outros derivados, assim como gasolina, óleo diesel, querosene, uma infinidade de produtos que fazem parte do nosso cotidiano como as fibras sintéticas.

O Brasil deveria, pois, dedicar recursos públicos à pesquisa para o desenvolvimento dos produtos derivados da química fina da cana-de-açúcar. Ninguém pode ter certeza de que esta situação que hoje se esboça alvissareira para a cana-de-açúcar será eterna. Então, é preciso tratar do futuro dessa produção, desenvolvendo outros produtos; não somente o álcool carburante, não somente o álcool puro, o álcool anidro e o etanol, são verdade, mas desenvolvendo outros produtos industriais do que hoje é subproduto das indústrias e que são amontoados no lixo ou simplesmente queimados nas caldeiras das usinas.

É essa a minha modesta visão sobre esse momento que é celebrado com tantas loas: a visita do Presidente dos Estados Unidos ao Brasil. O Brasil precisa olhar para dentro e construir o seu próprio futuro.”

Críticas à atitude do Governador de São Paulo que determinou o corte de verba para manutenção do Parlatino, além da reintegração do edifício-sede ao patrimônio do Estado de São Paulo (como Líder), 6/9/2007

[Publicação no DSF de 7/9/2007 - Página 30346]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi, com muitas tristezas, a notícia, confirmada, de que o Governador José Serra, do Estado de São Paulo, coloca sob risco de funcionamento o prédio onde até então funcionava o Parlatino [Parlamento Latino-Americano]. O ofício, assinado pela Sr^a Rosemary Martins García, que se encontra em minhas mãos, deixa muito clara essa medida.

Imaginem, por um instante, que o prefeito de Washington resolva, de uma hora para outra, fechar o edifício-sede da Organização dos Estados Americanos, sob o argumento de que são muito elevadas as despesas para sua manutenção! Como V. Ex^{as} reagiriam? Acredito que da mesma forma que eu, com espan-

to, afinal a OEA é uma das mais importantes organizações multilaterais das Américas, voltada ao fortalecimento da democracia, à promoção dos direitos humanos e à discussão de problemas comuns que afetam os países da região.

Pois bem, foi com esse mesmo espanto que reagi ao tomar conhecimento de que o Governador José Serra determinou o corte de verbas destinadas à manutenção do Parlamento Latino-Americano, Parlatino, e a reintegração de seu edifício-sede ao patrimônio do Estado de São Paulo.

Com todo respeito que merece o Governador e ex-Ministro José Serra, quaisquer que tenham sido os motivos que o levaram a adotar essa atitude, creio que S. Ex^a age de modo equivocado e na contramão da história.

Vivemos um momento ímpar em nossa história: a feliz coincidência do fenômeno da globalização, por um lado, e do fortalecimento das instituições democráticas em nossos países, por outro, nos fazem verdadeiramente sonhar com a possibilidade da união pan-americana. Se, com a Europa, onde existem muito mais diferenças culturais, isso tem sido possível, por que não entre nós?

Por isso, digo que o Governador José Serra age na contramão da história. Sua atitude reflete o desprezo por aquilo que é o Parlatino, pelo que ele representa para os povos latino-americanos. Mas não é só isso. Em se tratando de um organismo internacional do qual o Brasil faz parte, essa atitude é, no mínimo, indelicada e coloca o governo brasileiro, sobretudo o Itamaraty, numa posição difícil e pouco confortável.

O surgimento do Parlatino resultou de um longo processo, iniciado, por assim dizer, até mesmo antes da Independência do Brasil, pois ainda no longínquo ano de 1816 surgiram as primeiras propostas para que fosse assinado o ‘Tratado de União, Liga e Confederação Permanente, inspirado nas ideias integradoras do Libertador Simón Bolívar. Muitos percalços foram superados, mas a ideia não esmoreceu.

Imbuídos desses ideais integracionistas, diversos Parlamentares latino-americanos — entre os quais incluo o nosso saudoso Senador Nelson Carneiro — fundaram, na cidade de Lima, Peru, no dia 7 de dezembro de 1964, o Parlamento Latino-Americano. Em 1987, também em Lima, seu tratado de constituição foi institucionalizado, reunindo, então, 18 países-membros. Seu ideal maior é a formação da Comunidade Latino-Americana de Nações (CLAN), alicerçada na democracia, no princípio da autodeterminação dos povos, na integração regional e no pluralismo político e ideológico.

Por força dos tratados que lhe deram origem, o Parlatino tem sua sede permanente na cidade de São Paulo. Por meio desses mesmos instrumentos, o Brasil

se comprometeu a garantir àquela organização o gozo da capacidade jurídica e dos privilégios e imunidades inerentes às entidades dotadas de personalidade jurídica internacional. Nessa condição, o Parlatino desfruta, em território brasileiro, da capacidade jurídica e dos privilégios e imunidades necessárias para o cumprimento de suas funções e para a realização de seus propósitos.

Então, Sr^{as} e Srs. Senadores, não pode o Governador de São Paulo querer, de modo unilateral, decretar o fechamento da atual sede do Parlatino, sob pena de inviabilizar o seu funcionamento e comprometer a consecução de seus objetivos.

Aliás, Sr. Presidente, justiça seja feita, trata-se de um belíssimo edifício circular, com 43 metros de diâmetro e 5 andares, todo revestido de vidro, projetado pelo incomparável gênio de Oscar Niemeyer, dotado de um significado singular. Como disse o próprio Niemeyer: 'Sua arquitetura expressa a grandeza que o objetivo do Parlatino Latino-Americano representa — unir os povos do continente em defesa dos seus direitos e da sua soberania tantas vezes depreciada'.

Por isso, não posso deixar de me entristecer ao ver atitudes como essa do Governador de São Paulo. O Brasil, apesar de sua importância significativa no contexto regional, não é sede de quase nenhum organismo internacional. E, quando somos sede de algum, como é o caso do Parlatino, acontece um episódio lamentável como esse, que tem mobilizado parlamentares dos diversos países-membros no sentido de reverter a situação.

O próprio Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, já se posicionou contrariamente a essa iniciativa e, em encontro que manteve com deputados e senadores latino-americanos, comprometeu-se a agir perante o governo Federal para que a União auxilie a que se mantenha a sede do Parlatino. Ao mesmo tempo, solicitou que os deputados formassem uma comissão para estudar a viabilidade da permanência daquela organização em território brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, só me resta associar-me aos esforços dos parlamentares que se têm mobilizado para que a situação seja contornada, entre os quais destaco os Deputados Bonifácio Andrada e Vanessa Grazziotin e o Senador Eduardo Suplicy.

Esta Casa não pode permitir que o Brasil sofra mais um revés no cenário internacional, sobretudo no momento delicado pelo qual passamos, com fontes de instabilidade nas relações do Brasil com a Bolívia, o Equador e a Venezuela. Aliás, é sempre bom lembrar que, na Venezuela, há um Presidente com aspirações de liderança na América Latina e que poderia muito bem tentar levar a sede permanente do Parlatino para Caracas!

Então, este é o alerta que faço: Presidente Lula, Ministro Celso Amorim, não deixem que a sede do Parlatino saia do Brasil! Somos o maior e mais importante país da América Latina e não podemos aceitar que, de forma vexatória, sejamos obrigados a assistir à transferência da sede desse importante fórum parlamentar para outro país irmão.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer. Espero, nesse afã que deve ser a preocupação de todos os Parlamentares brasileiros, que os Srs. Senadores encampem a mesma ideia de salvar o Brasil de uma verdadeira derrota no campo das relações entre as demais nações irmãs latino-americanas.”

Comemoração pela consolidação do Brasil como um país com menos riscos para investimentos. Comentários ao pronunciamento do Senador Cristovam Buarque. Alerta para a crise recente, resultante do pedido de demissão da Ministra Marina Silva, do Ministério do Meio Ambiente. Satisfação pelo êxito dos programas sociais patrocinados pelo governo federal, 16/5/2008

[Publicação no DSF de 17/5/2008 - Página 14877]

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no início deste mês, fomos surpreendidos com uma boa notícia: a Standard & Poors, uma das principais agências internacionais de classificação de risco, concedeu ao Brasil o tão sonhado grau de investimento. Na verdade, o que ocorreu foi que passamos da classificação BB+ para a classificação BBB-, numa escala que vai da nota D (concedida a países insolventes) até a escala AAA+ (reservada a países como os Estados Unidos e a Inglaterra, por exemplo).

De acordo com alguns analistas, o atual cenário de turbulência financeira internacional foi decisivo para a concessão do grau de investimento, porque demonstrou a solidez de alguns indicadores econômicos do Brasil.

Em um mundo cada vez mais globalizado, onde as economias dos países são cada vez mais interdependentes e o capital circula com incrível velocidade, esse fato singelo possui um grande significado: ele vem demonstrar que o Brasil agora é digno de crédito, pode receber recursos externos com tranquilidade porque possui capacidade para honrar os seus compromissos financeiros. Falando

popularmente, é mais ou menos como se tivéssemos deixado de ter nossos nomes no SPC, que é, muitas vezes, a tortura dos devedores que não pagam, dos maus devedores.

[...]

É sobre a questão do etanol, que é apenas uma questão subjacente, não é a questão central, mas tem muito a ver com as preocupações de V. Ex^a.

Os Estados Unidos tinham uma produção diminuta de etanol. De repente ficaram preocupados com a crise do petróleo, uma crise que já levava o país à invasão do Iraque, justificada como uma reprimenda a um ditador — Saddam Hussein —, que detinha a fabricação de armas de destruição em massa, balela que foi completamente desmentida pelo próprio Departamento de Estado americano, mas cuja preocupação era unicamente apropriar-se dos recursos petrolíferos do Iraque, não mais do que isto; da mesma forma que, anos atrás, os Estados Unidos já tinham estimulado as divergências entre o Iraque e o Irã — se meteram no meio, armaram o Irã para invadir o Iraque; e agora estão novamente pressionando o Irã.

Esse jogo de influências geralmente arrasta os países menores — menores economicamente e menores politicamente — como marcha de manobra. Pois eu estava dizendo: os Estados Unidos quase não tinham etanol porque a natureza não lhes favoreceu, oferecendo uma ecologia propícia ao cultivo da cana-de-açúcar que é a fonte mais generosa para a produção de etanol. Resolveram, assombrados com a crise do petróleo, fabricar etanol atabalhoadamente, e saíram nessa fabricação. Ninguém no mundo levantou a voz para fazer qualquer censura aos Estados Unidos, até porque nós sabemos que os meios de informação internacional estão todos nas mãos dos grandes países, outrora chamados de capitalistas — hoje é o mundo todo que se tornou capitalista.

Depois da globalização, infelizmente, todos são iguais. Pois bem, ninguém disse uma palavra.

E o curioso é que quando o Presidente Lula, até com a preocupação com a preservação do meio ambiente, porque se sabe que os combustíveis verdes são menos poluentes que os fósseis, mas quando o Presidente resolveu entrar na produção de etanol, a partir da cana-de-açúcar, a onda chegou, e chegou com muita força, porque toda a imprensa internacional está em cima do Brasil, mas não é para que o Brasil não produza mais etanol, é para que o Brasil não produza de jeito nenhum.

Até hoje o maior produtor de etanol, de repente, se tornou os Estados Unidos. Essa questão nos chama a atenção também para outra questão: a dos

subsídios. Sabemos que os países de clima temperado têm uma limitação muito grande na sua capacidade de produzir alimentos, porque em determinada época do ano os rebanhos têm de ser estabulados e os campos se cobrem de gelo; diferentemente de países — graças a Deus! — como o Brasil, que podem produzir durante todo o ano. Em alguns lugares, que nos acostumamos a dizer que são secos no Brasil, como o Nordeste, onde existe água para irrigação, podem produzir três, quatro safras ao ano.

O Brasil tem hoje, nos países desenvolvidos do mundo, esses mesmos países, a Europa, sobretudo a Europa ocidental, e os Estados Unidos, um concorrente desleal, porque esses países, para compensar suas dificuldades e forçar os preços para baixo, subsidiavam violentamente a sua agricultura.

Vejo até um equívoco muito grande nesse sentido, o equívoco que é cometido pelo atual governo, como o foi pelo anterior, o equívoco de pleitear que os países europeus e os Estados Unidos desistam dos subsídios. O que o Brasil deveria fazer era desenvolver melhor a sua tecnologia agrícola — nesse sentido, temos feito bastante através da Embrapa, graças a Deus — e, ao mesmo tempo, conceder um pouco de subsídio para que a sua agricultura possa empregar mais brasileiros, para que sua agricultura possa oferecer alimentos mais baratos, sobretudo aos pobres, àqueles que precisam de alimentos na mesa para sobreviver.

[...]

O Brasil precisa se debruçar sobre essa questão com mais profundidade, com mais seriedade. O Brasil precisa se livrar de certos estereótipos que vêm de fora, porque até hoje essas intervenções externas não têm trazido nada de positivo ao Brasil.

Nas nossas crises, nós nunca contamos com eles. Na nossa luta para a produção e para a colocação dos nossos produtos nos mercados internacionais, só temos tido, desses países, atitudes de intransigência e de incompreensão — eu estou falando dos subsídios, que sabotam a economia brasileira.

E os subsídios para a indústria, os subsídios que são concedidos ao aço americano? E tudo aquilo que, de repente, o Brasil pode produzir em condições competitivas? Tudo isso tem sido, por parte desses países, bloqueado de uma forma impiedosa.

[...]

E tem sempre um pretexto. Ora é um pretexto humanitário, ora é um pretexto econômico, da mesma forma que eles arranjaram um pretexto para invadir o Iraque. Passaram por cima da decisão da ONU, não respeitaram a decisão das ONU, onde, via de regra, eles mandam, impõem as decisões.

Veja V. Ex^a que coincidência significativa: sempre que um desses países entram em algum conflito, os outros se solidarizam e vão participar do conflito.

[...]

Veja agora, no caso do Iraque, qual foi a posição da Inglaterra, qual foi a posição da Itália, da França, de todos eles?

Aqui mesmo, na América do Sul, nós tivemos recentemente — não muito recentemente, mas historicamente foi recente — o caso das Ilhas Falklands, das Malvinas: imediatamente, a Inglaterra contou com a solidariedade dos Estados Unidos, e os argentinos ficaram sós, porque a solidariedade, a política de boa vizinhança esbarra sempre nos interesses econômicos das grandes nações. Por isso é que o ex-Presidente Jânio Quadros, que tinha muita coisa errada, mas era um homem inteligente e tinha sensibilidade política, dizia que a política de boa vizinhança é a política de bons negócios.

[...]

Eu sou daqueles que, no Regime de 64, tombaram com essa bandeira — eu fui cassado, em 69, pelo AI-5. Eu digo sempre que, se a história se repetisse, eu me repetiria também nas posições que tomei àquela época.

Não me arrependo de nada, porque estava defendendo o meu país [...]. Na Paraíba, havia um jurista — era famoso no Brasil, escreveu várias obras — que se chamava Mário Moacyr Porto. Ele cunhava frases perfeitas, na forma e no conteúdo. [...] Ele dizia sempre que, nas horas de crise, a virtude está no centro — não é no centro político, mas, vamos dizer, no centro geográfico das ideias.

[...]

Bem, acho que os momentos de lamentações já devem ser encerrados. O Brasil não pode parar nessa discussão, porque ninguém, por mais inteligente, preparado e qualificado que seja, pode estar acima do país, acima do Brasil. O momento agora é de todos ajudarmos, contribuirmos, para que o substituto, que já foi anunciado, de Marina Silva, possa continuar esse trabalho.

Que as decisões do Ministério, como disse muito bem o Professor Cristovam Buarque, deixem de ser a decisão do Ministro “A”, do Ministro “B”, daqueles que defendem a produção agrícola de forma extremada, daqueles que defendem a preservação da ecologia também de forma extremada, para ser uma posição que represente a melhor posição para o nosso país.

Mas essa crise teve um lado positivo, no meu entender. Ouí, hoje, o discurso do Senador Mozarildo Cavalcanti. Um discurso sereno, equilibrado, mas que teve a virtude de trazer à discussão problemas que não conhecíamos ainda. Não sabíamos que, na Amazônia, havia ONGs tão poderosas, tão bem

aquinhoadas com recursos públicos de todos os brasileiros. E essa questão precisa ser analisada agora, já que a crise teve a virtude de trazê-las à tona. Era essa a observação que eu queria fazer.

Prosseguindo no meu discurso, eu estava falando da confiança do mercado no governo que o Presidente Lula está fazendo. Essa confiança do sistema financeiro internacional no Brasil nada mais é do que o reflexo dos êxitos da política econômica do Presidente Lula.

É sempre bom lembrar, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, quando o Presidente Lula assumiu, no início de 2003 — e todos aqui se lembram —, havia uma forte desconfiança dos investidores e da comunidade financeira internacional, que não considerava nem um pouco sérias as políticas preconizadas historicamente pelo então candidato Lula. Todos tinham medo, pânico, de que o Presidente Lula, compromissado como sempre foi com as causas sociais e com os movimentos populares, pudesse querer fazer um governo, a exemplo de outros que já ocorreram no Brasil e na América do Sul, populista, um governo descompromissado com a realidade econômico-financeira do país.

O clima era de intranquilidade geral. Por exemplo, a cotação do dólar chegou a R\$4,00 nas últimas semanas da campanha, sinalizando o nervosismo do mercado quanto a possíveis consequências da vitória de Lula.

Lula era apresentado por certos setores mais conservadores — ou desconfiados, para usar uma palavra mais realista — como o antieconomia, como alguém que não teria pulso para gerir as finanças nacionais. Isso, é claro, tinha sua razão de ser. Afinal, o Brasil não possuía exatamente tradição de estabilidade e de capacidade de honrar seus compromissos.

O Brasil saíra de inúmeras crises, desde Getúlio, quando se preparou um golpe que foi abortado pelo gesto dramático e altamente corajoso: o suicídio do Presidente Getúlio Vargas. Esse golpe foi abortado, mas não desistiram dele. O golpe continuou e terminou se efetivando com a deposição do Presidente João Goulart e com 21 anos de férrea ditadura.

Esses antecedentes davam ao povo brasileiro, de um lado, aqueles que lutavam pela consolidação da democracia, de se fixar num Presidente que pudesse restabelecer a confiança do povo num governante que realmente tinha compromisso com os mais pobres, com os mais humildes; e, de outro lado, os setores mais conservadores, o receio de que o país pudesse mergulhar numa crise. Ao contrário, vivemos durante muitos anos sob o signo da hiperinflação, que chegou a bater 2% ao dia, o que hoje equivale ao índice de um semestre. Além disso, tínhamos enorme dificuldade para acumular dólares suficientes para pagar os

juros da dívida externa, e a dívida interna crescia em proporções geométricas. Ademais, vivíamos praticamente sob a tutela do Fundo Monetário Internacional (FMI), cujos técnicos faziam constantes visitas a Brasília para conferir o desempenho da economia e para ditar metas para que o Fundo pudesse nos conceder ajuda em moeda forte. Ajudas essas que, no meu entender, sempre foram ajudas alienantes, ajudas que nos forçaram a posições que, muitas vezes, resultaram na renúncia da nossa própria soberania.

Mas, felizmente, tudo isso é coisa do passado. Hoje, esses fatos são apenas parte de nossa história recente. Atualmente, temos uma economia cada vez mais sólida, fruto de esforços que começaram há pelos menos 10 anos e que foram corajosamente mantidos pelo Presidente Lula e sua equipe econômica. Certamente, um dos maiores responsáveis por tudo isso é o Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, incansável defensor das políticas responsáveis pela estabilidade econômica.

Se conquistamos o grau de investimento, isso se deve, fundamentalmente, a três diretrizes básicas seguidas à risca pela equipe econômica: o câmbio fluutuante, a persistência na obtenção de superávits primários e o cumprimento de metas de inflação previamente estabelecidas. Sobre o superávit primário, tenho até minhas divergências, mas é uma política econômica e, evidentemente, merece ser encarada com respeito. As minhas divergências se situam exatamente no ponto em que o superávit primário, muitas vezes, forçam o governo nacional a priorizar a questão do compromisso com a dívida externa, em oposição ao compromisso com o desenvolvimento social e econômico, sobretudo o social.

[...]

Outro êxito econômico importante, e também profundamente significativo do ponto de vista político, foi a quitação dos empréstimos junto ao FMI. Essa era uma “pedra no sapato” do governo brasileiro há muito tempo e sempre foi uma bandeira da oposição que o Brasil ficasse, de uma vez por todas, livre da interferência do FMI em nossos assuntos internos.

Estou falando que essa sempre foi uma preocupação das oposições, de hoje e de ontem, só que, muitas vezes, o palanque é o mesmo, mas os atores mudam.”

Manifestação a favor da redução da carga tributária incidente sobre os combustíveis no Brasil

[Publicação no DSF de 30/5/2018 - Página 40]

“Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de expressar a grande preocupação que me aflige, assim como aos colegas, como vejo, a respeito da instável situação dos preços dos combustíveis em todo o Brasil. Sim, da situação de preço, porque acredito ainda que todo o esforço conciliatório que o governo está fazendo pode tirar o Brasil, num curto prazo, da situação em que se encontra.

Desde o ano passado, principalmente, com a nova política de preços da Petrobras, houve variações constantes, quase que diariamente, na cotação da gasolina, do diesel e dos demais derivados de petróleo, o que é, na maioria das vezes, repassado ao consumidor final.

Para entender um pouco melhor o porquê de isso estar acontecendo, precisamos avaliar a composição dos preços dos combustíveis, que está atrelada a dois fatores principais: a dependência brasileira de gasolina importada e a carga tributária que incide sobre esses produtos.

A produção de petróleo no Brasil vai bastante bem, obrigado. Dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis dão conta de que, recentemente, houve até um aumento, ainda que modesto, na quantidade de barris extraídos por dia no Brasil, puxado pela exploração de campos do pré-sal. Somos o 13^o maior produtor mundial do chamado ouro negro.

Porém, não temos nem onde nem como retirar toda essa produção, ou seja, transformar o material bruto em gasolina e diesel, pelo menos não na quantidade de que precisamos, depois de anos de incentivo à compra de veículos, de expressivo aumento da frota nacional e de natural incremento do consumo.

Durante quase 30 anos, não houve planejamento para o abastecimento dessa demanda crescente e, conseqüentemente, não houve investimentos. Não construímos uma única refinaria em três décadas, entre 1980 e 2009. Isso é uma verdade de que as pessoas bem informadas têm consciência.

Somos obrigados a vender o óleo bruto mais barato e a importar subprodutos do petróleo, pagando bem mais caro. Temos de nos submeter às variações internacionais dos preços, aos substanciais custos de frete e às instabilidades do câmbio do dólar, entre outras variáveis complicadas.

Embora outras plantas de refino estejam sendo construídas nos Estados do Ceará, Maranhão e Rio de Janeiro e parece que em Pernambuco também, por exemplo, a solução do problema dos preços, por esse lado, é bastante demorada. O Brasil e os brasileiros não podem esperar.”



Audiência no Ministério da Educação solicitada pelo Reitor da nova Universidade Federal de Campina Grande-PB, Professor Thompson Mariz, para apresentar o plano de expansão da Universidade Federal da Paraíba, 21/7/2005

[Publicação no DSF de 22/7/2005 - Página 25064]

“Sr. Presidente, estou aqui para, na condição de representante da Paraíba, registrar um fato da maior importância, ocorrido ontem no Ministério da Educação, em virtude de uma audiência solicitada pelo Reitor da nova Universidade Federal de Campina Grande, para apresentar, com o apoio e a solidariedade de toda a Bancada de Parlamentares paraibanos — desta Casa, estávamos presentes eu, o Senador Efraim Morais e o Senador Ney Suassuna, portanto, a unanimi-

dade da Bancada [...] para apresentar [...] o Plano de Expansão da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba. Eu até diria, com mais propriedade, o plano de interiorização do ensino de terceiro grau no Estado da Paraíba, um dos princípios que defendo desde muito tempo, desde a época que fui Deputado Federal, porque entendo que o Brasil não pode continuar com a sua universidade insulada, isolada nos grandes centros do país. A universidade tem que ir até o estudante, porque todos sabemos — e isso está provado estatisticamente — que apenas 25% da juventude brasileira que conclui o segundo grau acessam a universidade brasileira.

Uma das causas desse baixo índice de acesso à universidade é, sem dúvida alguma, a questão econômica. Nem sempre os filhos dos trabalhadores, os filhos dos operários e até mesmo a classe média, que, no interior do Nordeste, cada vez mais se empobrece, têm condições de cursar uma universidade na capital do Estado, pagando pensão e outras despesas de estadia. Portanto, sempre me pareceu absolutamente correto e democrático que a universidade se desencastelasse das capitais dos Estados ou das grandes cidades brasileiras e adentrasse no interior para abrir os seus câmpus. Pois é isso que está fazendo agora o Reitor Thompson Mariz, titular da Universidade Federal de Campina Grande.

Naquela audiência, ficou provado também que as boas causas podem unir todos os paraibanos, porque estávamos ali os integrantes de todas as Bancadas, suprapartidariamente apoiando a iniciativa do reitor.

Eu gostaria de pinçar aqui, do relatório e da exposição que foi feita pelo reitor, alguns dados estatísticos que me parecem absolutamente oportunos neste momento. No Brasil, desde a liberalização do ensino de terceiro grau, constata-se o seguinte quadro: 70,8% das universidades pertencem à iniciativa privada, apenas 29,2% pertencem ao governo federal ou estadual, são universidades públicas. Essa é uma questão de fundo.

Para os países emergentes ou do Terceiro Mundo, como o Brasil, em que o padrão econômico das pessoas é bastante baixo, dificilmente o modelo que existe nos Estados Unidos poderia dar o mesmo sucesso aqui no Brasil. Até porque existe outro conceito aí, em voga nos círculos acadêmicos, muito equívocado, o de se dizer que o modelo correto de universidade é a universidade privada, é a iniciativa privada no ensino superior, citando-se, como exemplo, a universidade americana.

O processo de criação e manutenção da universidade americana é muito diferente do brasileiro. A universidade americana privada, na realidade, é mantida fundamentalmente pelo governo americano, por intermédio de uma política de

renúncia fiscal que permite às grandes empresas que investirem na educação, na pesquisa científica e tecnológica, deduzir do Imposto de Renda muitas vezes até a parcela de 30% do imposto devido.

Se o governo brasileiro, à semelhança do governo americano, estivesse procedendo da mesma maneira, eu daria razão àqueles que defendem a precedência do ensino privado em oposição ao ensino público no Brasil.

Outra realidade que vem em abono ao conceito da interiorização da universidade: as universidades brasileiras se concentram na razão de 66% nas capitais. Apenas 34% estão localizadas nas cidades do interior. Se compararmos esses dados com o percentual bastante baixo dos estudantes do interior que acessam a universidade, encontramos mais um motivo e razão para se ir ao encontro à reivindicação da Universidade Federal de Campina Grande.

Aquí nós temos outra estatística, na Exposição do Reitor, de muito interesse, sobretudo para o Nordeste brasileiro. A Paraíba, por exemplo, tem apenas 4,98% de seus jovens matriculados nas escolas de nível superior; o Distrito Federal tem 13%; o Rio Grande do Sul, 11%; Santa Catarina, 10%; Rio de Janeiro, 10%.

De novo, acho que é um dado social e econômico, sobretudo, de grande valia para que se processe, até como uma prioridade nacional, a interiorização da universidade.

[...]

Todos os países do mundo que estão bem situados nessa competição globalizada, como por exemplo, os Tigres Asiáticos, investiram maciçamente em todos os níveis da Educação, desde o ensino fundamental até o ensino de terceiro grau, pós-graduação, formação de doutores etc. E a grande competição no mercado internacional não é hoje em dia em torno dos recursos materiais. Os recursos materiais são importantes, o capital é importante, mas muito mais importante do que o capital é o domínio da ciência, do saber, do conhecimento. Não fosse isso, o Brasil estaria muito bem situado no mercado internacional. Mas nós estamos competindo apenas com aquele pequeno nicho dos produtos primários. Hoje, o produto da bola da vez é a soja. O Brasil se vangloria de ter safras excepcionais, mas nós sabemos que aí também está um grande risco que a economia brasileira sofre. Basta examinar a história recente da economia nacional para verificar que todos os produtos primários já tiveram seu auge e sua decadência. Alguns nunca mais se levantaram. Eu vou citar, aqui, só o exemplo do cacau, do café, da cana-de-açúcar, do sisal na Paraíba e do algodão no Nordeste, que está se recuperando no Centro-Sul — no Nordeste, dificilmente se recuperará. Isso porque nunca o governo brasileiro tratou de agregar valor a essa produção.

Ainda há poucos minutos, eu conversava aqui com um grande representante do setor produtivo da agricultura. E eu lamentava que o governo ainda não tinha tomado essa política de incentivar a industrialização da soja, para que ela não ficasse na dependência da cotação do dólar — que é variável — ou na vontade dos países consumidores do mundo. Eu tenho alguma experiência com produtos exportáveis, porque, durante muito tempo, fui exportador na minha juventude na Paraíba, participando da empresa que meu pai fundara. A política dos países do Primeiro Mundo é tão leonina em relação aos países periféricos que todas as vezes que a política cambial brasileira tinha um considerável aumento de dólar, no dia seguinte os produtos nacionais eram reajustados para baixo. Dessa forma, a cotação mais alta do dólar pouco ou nada beneficiava os exportadores nacionais, porque eles, como detentores absolutos dos mercados de compra, reajustavam o preço dos produtos e terminavam sendo os verdadeiros beneficiários da política monetária do país.

Isso aconteceu quando o Brasil, depois de 20 anos de política monetária rígida, com taxa de dólar naquela época de dezoito e trinta e dois — era essa a taxa de conversão para a moeda da época — de repente, o então Presidente Jânio Quadros, numa das suas famosas vassouradas, baixou a Instrução nº 204. Em três meses, o dólar, que valia 19 cruzeiros e 24 centavos, pulou para 500 a expressão monetária da época. Nem por isso os produtos primários brasileiros foram efetivamente beneficiados.

Então, o Brasil precisa fazer um esforço como se fosse um esforço de guerra, investindo de forma prioritária e maciça na Educação de todos os níveis. O Brasil tem um sistema educacional absolutamente equivocado.

[...]

O jovem que conclui o segundo grau e não vai acessar a universidade — esses 80% que não ingressam na universidade — vai fazer o que no mercado de trabalho se ele não tem uma profissão, se ele não aprendeu a fazer, para se inserir no mercado de trabalho cada vez mais exigente de habilidades e conhecimentos?

O governo precisa mudar inteiramente esse sistema e priorizar o ensino de segundo grau profissionalizante, para formar profissionais para o mercado de trabalho que temos aí, pelo menos nos grandes centros do país.

Por todas essas razões, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero enfatizar essa audiência de ontem com o Ministro da Educação, que, como já disse, levou a sua presença à Bancada inteira, na Câmara e no Senado, do nosso Estado e a figura do próprio Governador, que também compareceu.

Esse é um ato que só engrandece a classe política paraibana, que se mostra assim afinada com as necessidades e com as urgências do nosso Estado. Muito obrigado."

Greve dos servidores das universidades federais, 20/9/2005

[Publicação no DSF de 21/9/2005 - Página 31500]

"Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde meados de agosto, há mais de um mês, portanto, as universidades federais convivem com a greve de seus servidores técnicos e administrativos.

O movimento, recomendado pela Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra), busca fazer com que o governo federal atenda às reivindicações da categoria. Reivindicações, por sinal, que me parecem justas: a garantia de recursos orçamentários em 2006 para a implantação da segunda etapa da carreira e a racionalização dos cargos; a resolução imediata do Vencimento Básico Complementar, e o atendimento de pauta específica protocolada no Ministério da Educação, referente ao auxílio-saúde, ao vale-alimentação e ao parcelamento de férias, entre outros pontos.

[...]

As modernas teorias de administração, sabemos todos, ressaltam a importância de se dar o devido valor aos recursos humanos. A lição, Sr^{as} e Srs. Senadores, é válida em qualquer circunstância: é válida nas grandes corporações multinacionais, é válida no armazém da esquina e é válida, por suposto, também no caso das instituições federais de ensino superior.

Se o governo federal, com acerto, quer transformar para melhor a educação superior em nosso país, deve estar preparado para proporcionar aos agentes dessa transformação condições adequadas de trabalho. Deve estar ciente de que tais agentes serão afetados por temas como implantação de planos de carreira, níveis de capacitação e incentivos de qualificação, racionalização dos cargos, resolução imediata do Vencimento Básico Complementar; auxílio-saúde, vale-alimentação e parcelamento das férias. São temas que, evidentemente, não precisam ser detalhados num diploma legal, mas que fazem parte de um contexto que também não pode simplesmente ser varrido para debaixo do tapete."

Considerações sobre a educação profissionalizante. Destaque para a atuação do CEFET, entidade que patrocina apoio através da oferta de cursos técnicos, 21/9/2005

Publicação no DSF de 22/9/2005 - Página 31585

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a análise histórica dos países mais avançados prova que não há desenvolvimento sem educação. Se quisermos um Brasil rico e competitivo, o passo fundamental é garantirmos a boa formação de todos os jovens brasileiros.

Neste momento, desejo falar especialmente da educação profissionalizante, que serve ao cidadão como ferramenta para a sua transformação pessoal e, como decorrência, para a transformação do país.

As atuais gerações têm-se espantado, nas últimas quatro décadas, com a irresistível ascensão econômica dos Tigres Asiáticos. Nos últimos anos, países como o Japão, a Coreia do Sul, a ilha de Formosa e as cidades de Cingapura e Hong Kong saíram, em um curto período histórico, da pobreza vazia de esperanças e de conjunturas econômicas graves para a riqueza mais avassaladora.

Ainda na Ásia, o milagre do crescimento chinês aponta para o surgimento de uma nova superpotência mundial nas próximas décadas. Todos esses exemplos, a despeito das suas muitas nuances, estão calcados em um traço comum, que deve servir para nossa reflexão: a aposta vigorosa dos líderes asiáticos na educação, na cultura e na formação intelectual dos seus povos; na educação e na cultura, em suma, como alavancas para transformação das realidades nacionais.

Tem-se dito que o ensino no Brasil, no atual governo, da mesma forma como se dizia dos governos anteriores, tem merecido mais investimentos públicos. Mas eu diria que para vencer esse gap, essa diferença do nível tecnológico e científico no ensino brasileiro, temos de fato investido muito pouco. Estamos — há alguns analistas que assim consideram — há 20 anos de atraso, há 20 anos de distância em relação não aos países do Primeiro Mundo, Estados Unidos, Europa, mas em relação mesmo aos chamados Tigres Asiáticos, que trataram a educação do seu povo com vigor e com entusiasmo.

Eu creio mesmo que o Brasil para superar essa diferença precisava investir como se estivesse num esforço de guerra. Investir maciçamente na melhoria qualitativa e quantitativa, porque, na verdade, são pouquíssimos acessos à universidade. Sabe-se que apenas 25% a 30% dos jovens que concluem o Segundo Grau têm acesso efetivo ao ensino superior. E por que isso acontece? Porque a

universidade ainda é um privilégio de poucos, mesmo as universidades públicas, que estão invadidas por aqueles que, tendo uma educação de melhor qualidade, dominam os cursos de ingresso de admissão, os chamados vestibulares.

E as escolas de Terceiro Grau do setor privado, que proliferaram de um tempo para cá, pela condição de se exigir uma anuidade, uma mensalidade, que não é baixa, têm sido também privilégio daqueles que têm poder aquisitivo mais alto.

Sr^{as} e Srs. Senadores, há algum tempo, a riqueza de certo indivíduo, de certa empresa, ou de determinado país, era algo completamente tangível e jazia nos objetos materiais, móveis ou imóveis, na planta industrial, ou na frota de automóveis, na extensão da infraestrutura, ou no tamanho das Forças Armadas.

Essa realidade mudou, e devemos levar esse fato em consideração, ao planejarmos o nosso futuro. Em nossos dias, a imagem de marca de uma empresa pode valer muito mais do que o conjunto das suas fábricas. Por outro lado, as commodities — produtos primários — pouco significam dentro das maravilhas tecnológicas que inundam as várias vitrines das lojas de todo o mundo.

Sabemos que países como o Brasil, que repousam as suas esperanças econômicas e sociais unicamente na exploração de produtos primários, não têm a estabilidade econômica, porque já se sabe — e todos aqui conhecem esse filme, o que aconteceu no passado — que os produtos primários se tornam objeto da exploração dos mercados dos países desenvolvidos, para onde esses produtos são exportados.

Há pouco tempo, estávamos festejando, como uma conquista definitiva, as exportações recordes de soja, a produção recorde de soja, e, agora, aquele otimismo exagerado que dominou a economia e o setor agrícola do país, durante algum tempo, já está sendo substituído pelas reclamações, pelo choro e pelo pessimismo que reflete a situação real de um país que, tendo excelentes áreas para a agricultura e tem até conseguido fazê-la com competência e com habilidade, não tem procurado industrializar os produtos provenientes da agricultura na proporção da produção agrícola, agregar mão de obra e assegurar emprego para as multidões de trabalhadores que continuam desempregados.

Essa mudança histórica indica que a riqueza, hoje, é sinônimo do conhecimento, da domesticação da natureza e do domínio da técnica.

Sem conhecimento, estaremos condenados ao atraso, à globalização de baixo perfil, a partir de uma produção com reduzidas margens de valor agregado. Sem conhecimento, nada receberemos a título de direitos autorais, ou direitos vinculados à pesquisa e desenvolvimento, que, sem sombra de dúvida, não nascem do nada.

[...]

O fortalecimento da nossa indústria — que deve ser mais produtiva, mais eficiente e mais competitiva — depende da aposta do Estado brasileiro na qualificação da mão de obra nacional. No mercado globalizado, só há uma palavra de ordem: competitividade, que significa conhecimento tecnológico e científico, domínio da produção especializada, da produção competitiva.

Por isso, cerro fileiras ao lado dos que veem, no ensino médio profissionalizante, uma via segura para o crescimento nacional.

Em nosso país, as antigas escolas técnicas cumpriram bem esse papel de difusão dos saberes profissionalizantes. Em nossos dias, entidades como o Cefet — Centro Federal de Educação Tecnológica — auxiliam o estudante brasileiro na conquista da sua capacitação profissional.

[...]

A excelência das Escolas Técnicas — atuais Cefets — convida-nos a multiplicar a experiência vitoriosa em todo o nosso território, que deve contar com muitos outros estabelecimentos do mesmo gênero, no maior número possível de cidades.

Defendo que o Ministério da Educação, responsável não só por boa parte da manutenção das escolas no Brasil, mas, sobretudo, pelas de nível superior, encare a possibilidade de democratizar as Escolas Técnicas. Que elas não se limitem, a exemplo do meu Estado, a apenas duas cidades, mas que se estendam por todo o Estado, se não na sua totalidade, pelo menos em todas as cidades-polo do nosso Estado, de maneira a oferecer aos trabalhadores brasileiros oportunidade para se especializarem!

O ensino profissionalizante ainda é um privilégio, que fica insulado nas grandes cidades. Nega-se à grande maioria dos filhos dos trabalhadores a oportunidade de especialização. O estudante do curso médio, na sua grande maioria, é frustrado, pois conclui um curso que não lhe permite ter acesso, de maneira conveniente, ao mercado do trabalho; carrega debaixo do braço um canudo de papel que não tem a necessária utilidade como instrumento de sua promoção social e econômica.

Sr^{as} e Srs. Senadores, estejam certos de que o investimento bem projetado na educação não é despesa ou gasto, mas, antes, receita futura do Estado, riqueza vinda, líquida e certa, de retorno seguro.

Digo-lhes, além disso, que o ser humano que obtém uma chance de progredir na vida geralmente se agarra a ela, empenhando-se para obter os melhores resultados na sua preparação e no seu aprendizado.

A história recente da nossa indústria bem revela o quanto somos capazes de realizar, tão logo uma ideia programa se instala na consciência nacional. Por essa razão, empresas ultracompetitivas, como a Embraer e a Petrobras — eu diria até que a nossa indústria eletromecânica é competitiva, não sei se no jogo do mercado globalizado —, puderam evoluir em nosso solo, graças ao engenho e à capacidade inventiva dos brasileiros.

Há outra fase, que é o futuro de toda a humanidade: a indústria de informática. Aqui, está representada apenas como grandes indústrias de montagens, que, recebendo os softwares, recebendo os projetos e os produtos acabados de países do Primeiro Mundo ou dos chamados Tigre Asiáticos, limitam-se a montar esses equipamentos, fazendo, no máximo, uma caixa dentro da qual estão colocados.

Parece-me que é chegada a hora de o nosso país apostar, com toda a segurança, na formação da sua juventude. Por essa via, abriremos aos estudantes as mais generosas e frutíferas oportunidades e a esperança de um futuro auspicioso e feliz a ser partilhado pelo conjunto da sociedade.”

Anúncio de corte, pelo Ministério da Fazenda, nos recursos do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil, 22/9/2005

[Publicação no DSF de 23/9/2005 - Página 31768]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, li com muita tristeza na imprensa, edição de hoje, que o Ministério da Fazenda junto com o Ministério Planejamento havia feito um corte violento nos recursos do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil. Recursos que resultam de contribuição das empresas, especialmente na área de petróleo e de eletricidade, para financiar os projetos de desenvolvimentos tecnológicos e científicos, sobretudo confiados às universidades e instituições de pesquisas nacionais. É muito triste que isso esteja acontecendo.

Enquanto na Alemanha o governo destina 2,3% do PIB nacional para o setor de pesquisa e tecnologia e nos Estados Unidos, 2,7% do PIB nacional — países líderes no Primeiro Mundo altamente desenvolvidos — o governo brasileiro

se acha com o direito de olhar com desprezo, com desinteresse para um setor que é fundamental ao desenvolvimento nacional.

[...]

Este fato de [que] hoje, o Brasil imprimiu um corte de 60% nos recursos destinados à ciência e tecnologia, é realmente algo que nos deixa desanimados, desesperançados em relação ao futuro deste país. Mesmo os países mais desenvolvidos do mundo não se dispensam de investir na ciência e tecnologia, porque só a ciência e a tecnologia garantirão ao Brasil uma posição realmente soberana nos mercados internacionais.”

Pretensão da Embrapa de realização de parcerias para financiamento de projetos de pesquisas científicas e tecnológicas com a iniciativa privada. Decisão do Conselho Nacional de Saúde que excluiu da contabilização dos gastos obrigatórios com saúde pelos municípios, as despesas decorrentes de investimentos em esgotamento sanitário e coleta e tratamento de lixo das cidades, 6/10/2005

Publicação no DSF de 7/10/2005 - Página 34333

“A imprensa de hoje traz uma notícia inteiramente auspiciosa sobre uma decisão da nossa Embrapa. A Empresa está anunciando que pretende fazer parcerias para financiamento de projetos de pesquisas científicas e tecnológicas com a iniciativa privada, com as empresas privadas brasileiras.

Na verdade, este modelo que ora está propondo a Embrapa não tem nada de novo. É o modelo que se pratica nos Estados Unidos, na Europa e atualmente até na Rússia. De tal sorte que o fato novo e auspicioso é uma empresa da credibilidade, do porte, da importância que tem a Embrapa para a economia nacional, especialmente para o setor primário, agricultura e pecuária, ter resolvido ingressar por um caminho utilizando um modelo absolutamente vitorioso em todos os países do primeiro mundo.

Desnecessário é falar sobre a importância da Embrapa, o papel decisivo que ela teve e tem nos resultados da agricultura e da pecuária brasileira, inclusive os resultados que são comemorados, às vezes até de forma exagerada, pelo governo

brasileiro, pela extraordinária produção de soja e outros grãos ostentada pela economia nacional nos dois últimos exercícios.

Sabemos que outros papéis mais importantes estão reservados à Embrapa. Faltam-lhe recursos financeiros.

Há poucos dias, lia e comentava desta tribuna outra notícia, nada auspiciosa, de que o governo brasileiro impunha um corte de 65% em um fundo voltado para o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro.

A Embrapa, nos últimos anos, apesar dos projetos extraordinários que tem desenvolvido, vem passando por este drama: a carência de recursos. Todos sabemos — não é preciso ser cientista para saber disso — que não se faz pesquisa sem investimentos do poder público, especialmente em um país do Terceiro Mundo, onde as empresas multinacionais já recebem essas pesquisas prontas das suas matrizes. Fica aí o grande vazio para as indústrias e outros segmentos genuinamente nacionais, que, não tendo recursos suficientes para financiar os organismos de pesquisas científicas e tecnológicas, perdem-se no caminho da competição internacional.

De modo que essa decisão da Embrapa, que, por ora, é apenas uma proposta ao governo federal, eis que a Embrapa é uma empresa estatal, um órgão do governo federal, depende, portanto, da aprovação dos órgãos da Administração Pública Federal, do Ministério a que ela está subordinada. Essa proposta representa um avanço significativo, porque é a forma de buscar essa parceria com a iniciativa privada, parceria essa que interessa tanto à iniciativa privada como à Embrapa e, portanto, à economia nacional.”

Carência de investimentos governamentais em pesquisa e desenvolvimento. Defesa da aplicação de 3% do PIB brasileiro em pesquisa, 18/11/2005

[Publicação no DSF de 19/11/2005 - Página 40299]

“Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho repetido nesta Casa que a falta de investimentos em pesquisa e desenvolvimento no Brasil afeta gerações atuais e causará prejuízos imensuráveis às futuras gerações. A política oficial brasileira vem ignorando a importância dos gastos em educação, pesquisa e desenvolvimento. Diga-se de passagem, que esse vezo não é um privilégio do

atual governo: todos, sem exceção, desde muito, vêm agindo assim. Ignoram que a relação custo/benefício desses investimentos reverte em bens e serviços mais competitivos, mais elaborados e com alto valor agregado, beneficiando a população brasileira e inserindo o país no concerto das nações mais desenvolvidas.

Em nível internacional o setor privado encabeça os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), dos quais depende a competitividade dos produtos, a sua aceitação em novos mercados e a taxa de lucro das empresas.

Defendo a tese de que o governo brasileiro deve estimular o desenvolvimento de novas tecnologias. Não podemos ficar eternamente à espera de que as empresas transnacionais transfiram o conhecimento humano e tecnológico acumulado em suas matrizes para os produtos que aqui industrializam e exportam.

Recente relatório da Confederação das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), comentado pela Gazeta Mercantil em 16 de novembro último, mostra que as empresas transnacionais estão aumentando seus investimentos em P&D em ritmo mais acentuado, direcionados a países em desenvolvimento, particularmente na Ásia, visando a criação de novas tecnologias orientadas para as exportações. Anteriormente, Sr^a Presidente, tais tecnologias objetivavam a adaptar produtos e processos ao mercado local.

Empresas transnacionais investem mais em pesquisa e desenvolvimento em países onde há uma combinação de alto contingente de profissionais bem treinados e mão de obra barata. Por exemplo, a maioria dos investimentos em P&D pelas transnacionais americanas, que representam 42,3% das corporações estudadas pela UNCTAD, que eram normalmente aplicados localmente, estão agora se dirigindo para os países em desenvolvimento, notadamente os asiáticos. Em 2002, 10% dos investimentos em P&D por empresas americanas foram para a Ásia, contra apenas 3,4% em 1994. O Brasil, apesar de ainda ser um dos principais acolhedores de empresas americanas, teve tal participação reduzida de modestos 2%, em 1994, para ínfimos 1,4%, em 2002.

Sr^{as} e Srs. Senadores, os gastos com pesquisa e desenvolvimento pelas empresas transnacionais são maiores que os de muitos países. Empresas como a Ford, Siemens, Toyota, General Motors, por exemplo, aplicaram em P&D, apenas em 2003, mais de US\$5 bilhões cada uma, quantia esta superada apenas por alguns países em desenvolvimento, notadamente a China, Coréia, Taiwan e Brasil.

A mudança de estratégia dessas corporações deve-se à crescente concorrência internacional, à demanda por produtos de alta tecnologia e de menores custos. O capital humano, atualmente, requer não apenas o conhecimento in-

telectual, a capacidade de desenvolver tecnologias e criar novos produtos, mas compete em grandeza crescente em um mundo globalizado.

O hiato tecnológico entre países desenvolvidos e em desenvolvimento é crescente, e também entre estes últimos. A escassez de investimentos em recursos humanos, em educação básica e superior, em infraestrutura física e equipamentos laboratoriais e de pesquisa, debilita e restringe o avanço de um país. Um dos obstáculos ao crescimento do valor agregado aos produtos manufaturados no Brasil é a falta de recursos aplicados em ciência e tecnologia.

O crescimento das exportações brasileiras de produtos que agregam valor de alto conhecimento tecnológico vem-se reduzindo. Por exemplo, a participação de produtos manufaturados com alta intensidade tecnológica na pauta das exportações recuou, entre 2000 e 2004, de 18% para apenas 12%.

Repito que as lições de políticas técnico-científicas a serem aprendidas por nosso país são muitas. Enquanto nos Estados Unidos, os pesquisadores se concentram na iniciativa privada; no Brasil, as universidades públicas geram mais de 90% da capacidade tecnológica, intelectual e científica. Nessas mesmas universidades, Sr^a Presidente, o desestímulo tem sido crescente nos últimos vinte anos, pela baixa remuneração relativa, pelos poucos investimentos em instalações, em laboratórios e equipamentos.

O Estado brasileiro e a sociedade não podem se omitir quanto à prioridade de ser dada à qualidade na educação em todos os níveis.

O que queremos dizer, Sr^a e Srs. Senadores, é que, em um país em vias de desenvolvimento como o Brasil, não se pode esperar que a iniciativa privada tenha essa responsabilidade espontânea de investir em pesquisa e desenvolvimento, por várias razões: primeiro, porque as indústrias de ponta, no Brasil, são inteiramente de capitais estrangeiros e elas recebem de suas matrizes pesquisas já elaboradas e prontas; segundo, porque as empresas brasileiras não têm a cultura do investimento em pesquisas e desenvolvimento. E, note-se: já estão pagando um preço por isso tudo. Exemplos disso são as estatísticas que já citei, em que a participação de empresas com alta tecnologia nas exportações é cada vez menor.

Por isso, avulta a importância de que essa pesquisa seja feita de forma massiva pelo governo, pelo Poder Público, por intermédio das universidades públicas e privadas — e, neste caso, desde que o Poder Público lhe conceda incentivos especiais para isso — ou dos institutos de pesquisas como a Embrapa e outros institutos públicos que temos no Brasil. E não devemos nunca esperar que a

iniciativa privada trate, exclusivamente ela, dessa responsabilidade, Senadora Heloísa Helena.

O que se dá no Brasil — e isso vem de governos anteriores — é que a universidade vem sendo sucateada; a universidade pública no Brasil passa por um processo doloroso de desmonte, que vai desde a desvalorização do professor, que é mal remunerado, até o desinteresse das instituições universitárias, das instituições de terceiro grau na área de pesquisa aplicada à ciência e à tecnologia. E o Brasil já está pagando por isso. Este ano foi um ano anestésico para a opinião brasileira, em função de um eventual crescimento da produção de grãos e de uma conjuntura favorável nos mercados internacionais.

Ví, aqui mesmo desta tribuna, muitos Senadores do governo e da Oposição tecendo loas à política agrícola nacional, porque fizemos uma exportação recorde de grãos, especialmente de soja.

Mas contemplei, Sr^a Presidente, esse cenário com muita tristeza, porque eu já vi este filme acontecer muitas vezes no cenário da economia nacional: produtos agrícolas que outrora garantiram divisas no balanço cambial do Brasil depois caíram inteiramente em desgraça e perderam importância na pauta das exportações brasileiras. Eu vi esse mesmo filme, que temo ocorra logo mais com a soja, acontecer com o algodão, com o sisal da minha querida Paraíba, com o cacau, com o café e com muitos produtos brasileiros. Alguns ainda se sustentam graças à política de incentivos que, cada vez mais, encontra adversários aqui e, sobretudo, fora daqui.

O Estado brasileiro e a sociedade não se podem omitir quanto à prioridade a ser dada à qualidade na educação em todos os níveis. Acrescente-se que os países desenvolvidos não mais detêm o semi-monopólio de cientistas e engenheiros. Nos anos 2000 e 2001, por exemplo, um terço de todos os estudantes universitários do mundo se concentravam na China, na Índia e na Rússia, conjuntamente.

Não é de admirar que 69% das maiores empresas transnacionais, em resposta à pesquisa da UNCTAD, planejam aumentar a participação de seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento no exterior, sendo a China, os Estados Unidos, a Índia e o Japão os destinos preferidos. Coréia, Cingapura, Taiwan, Tailândia e Vietnam são outros potenciais candidatos a atraírem tais investimentos.

O Brasil, no meu entender, deve investir pelo menos 3% do PIB, anualmente, em ciência e tecnologia, se quisermos reduzir as distâncias que se abrem entre nós e outros países. O pagamento de juros dos serviços das dívidas interna e externa absorve, a cada ano, mais recursos orçamentários. Somos generosos

ao perdoar dívidas de outras nações. Entretanto, relegamos o futuro de nossa população ao atraso tecnológico.

O desenvolvimento de recursos humanos é prioridade indelegável do Estado. Temos as experiências positivas da Petrobras, da Embraer, da Embrapa, três empresas públicas. A Embraer, no passado, buscou a qualidade de seus quadros de projetistas que hoje garantem ao Brasil admiração do mundo inteiro como produtor de produtos aeronáuticos.

Vale ressaltar que, entre as 700 empresas pesquisadas pela UNCTAD, destacam-se no Brasil apenas a Petrobras, no 317º lugar — posição muito humilhante para um país do tamanho e da economia do Brasil —, e a Embraer, em 349º lugar. A Coreia, por exemplo, tem 10 empresas; Taiwan, 8; China e Hong Kong, 3, cada.

Sr. Presidente, os investimentos estrangeiros em pesquisa e desenvolvimento podem contribuir para o desenvolvimento dos países hóspedes. Entretanto, o conhecimento acumulado localmente pelos recursos humanos e institucionais é condicionante para o aproveitamento de qualquer inovação. Carecemos, nobre Senador Ney Suassuna — V. Exª tem-se preocupado muito com esses aspectos do desenvolvimento nacional —, de uma política coesa e coerente de investimentos em ciência e tecnologia, sob pena de inibirmos e postergarmos o crescimento do país.”

Destaque para o esforço do governo Lula em ampliar o acesso e interiorizar o ensino superior, 16/3/2006

Publicação no DSF de 17/3/2006 - Página 8521

“Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a necessidade de investimentos em educação tem sido um tema recorrente em meus pronunciamentos, pois os países que investiram e investem em educação, em todos os níveis de ensino, despontam como potencialmente desenvolvidos.

Minha preocupação foi sempre a de solicitar às administrações federais mais recursos que viabilizassem a expansão do ensino e a sua interiorização, possibilitando a todas as classes de renda, particularmente àquelas de menor poder aquisitivo, o direito de estudar e contribuir para o desenvolvimento tecnológico e científico nacionais.

Como fui sempre um cobrador da execução de medidas de políticas educacionais, não poderia deixar de reconhecer e registrar o esforço empreendido pela atual administração federal para expandir e interiorizar o ensino superior.

Dados do Ministério da Educação mostram que, após mais de uma década de marasmo e de reduzidos investimentos na educação superior, o volume de recursos à disposição das universidades para expandir e interiorizar a educação superior pública no Brasil é de R\$ 592 milhões, dos quais foram repassados R\$ 192 milhões em 2005, e os restantes R\$ 400 milhões serão aplicados em 2006 e 2007.

Os investimentos em construção, em reaparelhamento de novas e velhas unidades de ensino, na reforma e na adequação das instalações e laboratórios são gastos bem-vindos. Contribuirão em curto prazo para a inclusão social e a geração de renda e emprego e em longo prazo para o desenvolvimento regional e nacional, reduzindo desigualdades.

Os números do MEC não nos deixam mentir. Estão em processo de instalação dez novas instituições de ensino superior público e sendo consolidados ou criados 42 câmpus, em diversas unidades federativas, beneficiando 68 municípios.

[...]

Nesse particular, registro o esforço pessoal e institucional — porque é de toda a equipe — das Universidades Federais de João Pessoa e de Campina Grande, nas pessoas de seus Reitores: Professor Rômulo Soares Polari, de João Pessoa, e Professor Thompson Mariz, de Campina Grande. Na verdade, a problemática do ensino superior na Paraíba está sendo abordada em duas frentes. Na frente universitária — acadêmica e administrativa — e também na frente política.

Tanto o Reitor de João Pessoa, da Universidade Federal da Paraíba, o Professor Rômulo Soares Polari, como o Professor Thompson Mariz, titular da Reitoria da Universidade Federal de Campina Grande, após elaborarem os planos que apresentaram à sociedade, têm feito reuniões regionais em todas as regiões polos do Estado da Paraíba, convocando a classe política e as lideranças representativas de segmentos da sociedade, especialmente da área de ensino, para abordagem dessa questão.

Felicitos ambos os reitores citados, pela forma democrática, pela forma politicamente correta com que estão encaminhando, perante a comunidade acadêmica, perante o Ministério da Educação, perante a sociedade e perante a classe política da Paraíba, a questão da expansão da universidade, visando à sua interiorização.

Na verdade, já fiz outros discursos aqui no Senado, abordando a necessidade de a universidade ir até onde está o estudante, e não esperar que o estudante se desloque dos lugares mais remotos dos Estados brasileiros às capitais. Via de regra — pelo menos é a realidade do meu Estado —, só as cidades de grande porte têm contado com o benefício da universidade.

Assim, vejo esse projeto de interiorização como de inclusão social e, sobretudo, é um projeto que faz justiça à inteligência, que não é privilégio das pessoas com mais recursos materiais ou de categorias sociais mais elevadas.

Muitas vezes, pessoas inteligentes e até gênios são encontrados nas camadas mais carentes da população. Por falta de oportunidade, perdem-se muitos valores na sociedade brasileira, cuja organização administrativa, parece-me, nesse aspecto da universidade, é absolutamente excludente.

[...]

Gostaria de ressaltar a importância da criação, em nível nacional, do Programa Universidade para Todos (ProUni), programa de bolsas de estudo que possibilita a milhares de jovens de baixa renda o ingresso em instituições privadas de educação superior. No primeiro ano de execução, o Programa ofereceu 71.905 bolsas integrais e 40.370 parciais, um total de 112.275 bolsas em todo o território nacional. Para 2006, está prevista a conclusão de 130 mil bolsas de estudo, integrais e parciais.

Alegro-me também constatar que a preocupação com a qualidade de ensino não tem sido deixada de lado. A implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) um exemplo, possibilitando a avaliação de forma integrada de diversos aspectos da educação superior, ministrada a instituições públicas e privadas.

Sr. Presidente, a reforma da educação superior em nosso país vem sendo discutida nos últimos anos no Executivo, no Legislativo e com a sociedade civil. Estamos certos de que esse projeto de lei, que chegará a este Congresso neste ano, receberá de nossos Pares contribuições valiosas que assegurem ao Estado a definição da educação como prioridade nas políticas públicas, com a garantia da alocação de recursos necessários e suficientes para viabilizar a inserção do Brasil no contexto das nações mais desenvolvidas.

Aquí, Sr. Presidente, eu me permitiria, ainda, aduzir mais um comentário: o Brasil precisa investir, de forma maciça, em todos os níveis de educação do nosso povo, desde o ensino fundamental até os cursos de pós-graduação, como se estivéssemos em esforço de guerra. De outra forma, nos próximos 20 anos — é uma constatação que os cientistas dessa área têm feito —, não teremos

condição de superar a distância, o gap que existe, por exemplo, entre o Brasil e países asiáticos de economia em ascensão, como a Coréia do Sul, Taiwan e a própria China continental, que já estão disputando, em algumas áreas do desenvolvimento científico e tecnológico, com países do Primeiro Mundo.

O Brasil precisa se aperceber da importância de investir nessa área. O Presidente da República, o governo atual vem realmente, como acabei de registrar, fazendo investimentos significativos, mas é importante incrementá-los, se o nosso objetivo é superar as limitações que o país vive hoje e que já se projetam em nossa economia. Afinal, sabemos perfeitamente que o grande capital, no segundo milênio, deixou de ser o domínio dos investimentos materiais em fábricas e outros equipamentos para ser realmente o domínio do conhecimento científico e tecnológico.”

Felicitações ao Senador Garibaldi Alves Filho pelo discurso abordando o drama vivido pelos agropecuaristas nordestinos. Elogio ao Programa Espacial Brasileiro, iniciado em 1961, considerando-o merecedor de atenção e orgulho do povo brasileiro, 5/4/2006

[Publicação no DSF de 6/4/2006 - Página 11145]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Programa Espacial Brasileiro iniciado em 1961, merece todo o apoio desta Casa e da população brasileira. A viagem iniciada no último dia 31 pelo Tenente-Coronel da Aeronáutica, Marcos César Pontes, a partir do Cosmódromo de Baikonur, no deserto de Cazaquistão em direção à Estação Espacial Internacional é não somente motivo de orgulho para os brasileiros, mas um tributo à perseverança e ao desafio daqueles que se dedicam a desbravar o espaço.

Participa o Brasil da vanguarda de um segmento tecnológico de ponta, resultado do avanço científico e tecnológico na área espacial. Fomos pioneiros no domínio da técnica da aviação, fruto da criatividade e do espírito desbravador de Alberto Santos-Dumont, inventor, construtor e aviador, quem há quase 100 anos, conquistou os céus com o 14 Bis, no primeiro voo tripulado de um ‘aparelho mais pesado que o ar’, percorrendo 60 metros, a quase 3 metros de altura.

A façanha do mineiro em céus europeus é, comprovadamente, legado pioneiro para a história, e destronou a experiência dos irmãos Wright, sabe-se que a tentativa de reprodução do chamado voo pioneiro daqueles irmãos americanos não obteve êxito, mesmo sendo testado com a avançada tecnologia e conhecimento americanos.

Não é por acaso que a expedição 13 tenha sido denominada de 'Missão Centenário'. A viagem espacial do astronauta brasileiro na nave russa (ex-soviética) Soyuz TMA-8, compartilhada com outros dois astronautas, o russo Pavel Vínoogradov e o norte-americano Jeffrey Williams devem nos encher de júbilo.

Rendemos nossa homenagem ao astronauta brasileiro e a todos que acreditam na indústria aeronáutica e na qualidade do pessoal dedicado à causa. Os avanços tecnológicos no século XX, notadamente no segmento de pesquisa do espaço sideral que legaram ao mundo os lançamentos espaciais não teriam sido possíveis sem a realização do sonho do nosso compatriota, Santos-Dumont. A façanha hoje experimentada por mais um brasileiro, decorridos cem anos da nossa primeira incursão no domínio do espaço são fruto de pesados investimentos na formação de recursos humanos e na geração de novas tecnologias pela União Soviética, pelos Estados Unidos, Canadá, Japão e países de Europa.

O aperfeiçoamento do tráfego aéreo e da aviação para fins bélicos, da geração de satélites armados com precisão e de engenhos aéreos não tripulados, do programa guerra nas estrelas e das armas de energia dirigida, são alguns dos avanços no último século. Não fossem todos os avanços obtidos, a contribuição da pesquisa espacial às áreas médicas, às telecomunicações, à eletrônica e à informática na vida das populações já seria suficiente para compensar os investimentos realizados.

Sr. Presidente, somos partícipes de um consórcio de 16 nações que desenvolvem programas espaciais, somos pioneiros no domínio da aviação, temos uma reputação solidificada pelo aperfeiçoamento tecnológico representado pela Empresa Brasileira de Aeronáutica – EMBRAER, além de contarmos com elevado e reconhecido padrão de serviços de transporte aéreo civil e militar. Agora, ingressamos no ranking dos países que enviaram astronautas ou cosmonautas ao espaço.

Tenho, em diversas ocasiões, deste Plenário requerido a atenção do governo brasileiro para a questão dos investimentos em educação, em treinamento, em desenvolvimento científico e tecnológico. Reporta a edição de ontem do Correio Braziliense que o meio acadêmico questiona as aplicações de recursos

financeiros da atual administração na área de pesquisa e inovação tecnológica, particularmente para a corrida espacial.

A proposta de alocação de recursos orçamentários para 2006 que era de 2 bilhões de reais foi reduzida para 800 milhões e além de tudo não existem parâmetros aceitos para a mensuração dos gastos em ciência e tecnologia no país. Há divergência entre estudiosos e governo quanto à participação das despesas em ciência e tecnologia no produto interno bruto. Para uns trata-se de 1,4 por cento, para outros, 1 por cento. Não importa quem está com a razão, o fato é que estamos a anos-luz de distância de outros países, sejam desenvolvidos ou em desenvolvimento.

A participação do setor privado nos investimentos em ciência e tecnologia também deve ser estimulada. As universidades federais e órgãos governamentais ainda são o berço das principais linhas de pesquisa e inovações tecnológicas.

No âmbito da corrida espacial, o atual Centro Técnico Aeroespacial (CTA), criado há 60 anos, em 1946, vem seguindo os avanços internacionais no setor aeroespacial. A criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), onde o nosso Tenente-Coronel foi inicialmente treinado, garante a capacitação e formação de recursos humanos em áreas de tecnologia de ponta. O CTA, por meio do ITA e do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), exercem uma função indispensável à consolidação do programa espacial brasileiro.

Tenho lido na imprensa críticas ferrenhas ao dispêndio com a missão e com o treinamento do nosso representante. Esquecem os críticos que esta missão não é uma aventura, não é um passeio espacial ou desperdício de recursos. Ao contrário, representa um investimento na escalada do conhecimento científico e tecnológico, no despertar de uma nova era.

O lançamento oficial pela Agência Espacial Brasileira de dois itens comemorativos à viagem espacial do primeiro astronauta brasileiro, um selo criado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e uma medalha de prata produzida pela Casa da Moeda gera mais publicidade em torno do voo. Tenho certeza de que muitas mentes jovens foram aguçadas e mais tarde decidirão a trilhar pelo mesmo caminho, a se candidatar ao desenvolvimento da engenharia aeronáutica, da ciência geodésica, dos estudos prospectivos na área espacial.

Estávamos há dez anos, no mesmo patamar de conhecimento espacial dos chineses, para citar apenas um dos exemplos do que a falta de investimentos e de determinação no alcance de objetivos nos tem levado a estacionar nesta área. Os chineses, enviaram em 2003, uma missão tripulada e já se posicionam como o terceiro país em desenvolvimento tecnológico espacial.

Aviagem por si só já seria relevante. Alegam os críticos que os experimentos realizados pelo astronauta brasileiro não agregam muito. Esquecem os detratores que muitos dos oito experimentos associados a universidades no país e à Embrapa resultarão em maior compreensão dos fenômenos enzimáticos e dos seus efeitos no organismo com repercussões positivas para o tratamento da diabetes. Outros permitirão o aprimoramento de técnicas de preservação ambiental, de medicamentos de ação mais rápida, de controle de circuitos eletrônicos que apurem o controle térmico dos satélites, área que daria ao Brasil autonomia no setor e abertura de mercado de alta tecnologia.

Segundo informa o Ministério da Aeronáutica, o programa espacial, que em 2005 teve um orçamento equivalente a US\$ 100 milhões, tem sofrido com a falta de verbas e foi quase abolido em anos anteriores. Chegou em alguns anos, a contar com apenas US\$ 15 milhões.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a falta de visão dos nossos dirigentes contrasta com as excelentes condições geográficas do país para o lançamento de satélites e com a importância da indústria espacial que mobiliza mundialmente mais de 20 bilhões de dólares. A base de Alcântara, no Estado do Maranhão, palco de uma das mais sérias tragédias ocorridas no país, em 22 de agosto de 2003, apresenta a melhor localização comparativa para a colocação de um satélite em órbita geoestacionária. A sua proximidade da linha do equador, propicia economia de combustível em até 30 por cento quando se compara os custos de lançamento em bases situadas em latitudes mais altas.

O acidente ocorrido momentos antes do lançamento do veículo espacial VLS-1VO3 causou a morte de 21 técnicos de alta capacitação e contribuiu para a morosidade no desenvolvimento de novas tecnologias. Há menos de 3 anos do ocorrido observa-se total omissão sobre o assunto. A opinião pública foi, à época, bombardeada com notícias desencontradas, com especulações sobre possível boicote internacional ao programa, ou sobre a qualidade do combustível sólido usado. Entretanto, até o presente, muitas questões não foram esclarecidas. Urge que o Centro Espacial de Alcântara seja plenamente recuperado e entre em funcionamento, pelo menos até o final de 2006.

Esperemos que os próximos passos do programa espacial brasileiro sejam mais largos. Há notícias alvissareiras. O CTA e a Agência Espacial Brasileira (AEB) comunicaram, há poucos meses, o desenvolvimento de novos veículos lançadores com capacidade para transportar satélites e plataformas espaciais de pequeno, médio e grande porte a órbitas baixas, médias e de transferência geoestacionária.

O Programa denominado 'Cruzeiro do Sul', com custo estimado em US\$ 700 milhões e prazo de execução para 17 anos (2022), atenderá as missões espaciais propostas no Programa Nacional de Atividades Espaciais (Pnae) da AEB, além de missões de clientes internacionais. Congratulo-me com este Programa que propiciará ao país a independência no transporte espacial de satélites de vários portes.

Os ganhos de soberania nacional e de capacitação industrial com o desenvolvimento de satélites de veículos de lançamento ao espaço revestem-se de valor estratégico para qualquer país. Saliente-se que uma das grandes metas do país é o desenvolvimento de um satélite geoestacionário, que gira na mesma velocidade da Terra, gerando imagens detalhadas sobre determinado ponto, facilitando o monitoramento de grandes áreas. Dominamos a tecnologia de foguetes de sondagem utilizados para estudos, mas é primordial que desenvolvamos lançadores de satélites.

Historicamente, a exploração espacial começou com o lançamento do satélite artificial Sputnik pela URSS a 4 de outubro de 1957, no Cosmódromo de Baikonur (base de lançamento de foguetes da URSS), em Tyuratam, no Cazaquistão. Este acontecimento provocou uma corrida espacial pela conquista do espaço entre a URSS e os EUA que culminou com a chegada do homem à Lua. O primeiro ser vivo no espaço foi a cadela russa da raça Laika, Kudriavka, em 1957, a bordo da nave espacial Sputnik II. Em 12 de abril de 1961, o russo Yuri Gagarin realizou o primeiro voo orbital de 48 minutos, a bordo da nave Vostok I.

Mais uma vez congratulo-me com o astronauta brasileiro Marcos Pontes. Espero que o esforço e o sacrifício necessários à inclusão do Brasil no rol dos países dotados de conhecimentos aeroespaciais sejam reconhecidos e redundem em maiores avanços para a toda a sociedade brasileira. Parabéns a todos os colegas da aeronáutica, aos cientistas brasileiros e às suas famílias. O sonho de voar e de conquistar o espaço está vivo e deve ser perseguido pelas novas gerações."

Lamento pelo acidente ocorrido com estudantes na Paraíba, 24/5/2006

[Publicação no DSF de 25/5/2006 - Página 18083]

“Sr. Presidente, o art. 329 do Código de Trânsito Brasileiro estabelece, com muita clareza, os requisitos para o transporte escolar em todo o território nacional. Portanto, não é crível que a própria autoridade pública, no caso o Governador do Estado, permita a contratação de transportes sem a devida adequação para passageiros, mormente para alunos menores, como aconteceu.

Diz a lei que somente ônibus, vans, Kombis e embarcações adequadas podem ser objeto desse contrato. A própria circunstância do acidente que estamos registrando neste momento revela que é exatamente o descumprimento das normas legais a causa primária de acidentes. Houve um choque de um ônibus — também escolar — com um caminhão inadequadamente chamado de ‘transporte escolar’. E quem morreu? Os alunos que estavam sendo transportados pelo ônibus? Não. Morreram treze alunos, todos estavam sendo transportados pelo caminhão.

A própria circunstância desses óbitos revela que faltou à autoridade pública um mínimo de respeito à vida humana. É realmente desumano se admitir que, em pleno século XXI, ainda se transportem estudantes como se fossem mercadorias, coisas inanimadas”.

Convicção de que os investimentos em educação, ciência e tecnologia são básicos para o desenvolvimento de qualquer nação, 13/7/2006

Publicação no DSF de 14/7/2006 - Página 24201

“Sr^a Presidenta, Sr^s e Srs. Senadores, volto a esta tribuna, para reafirmar minha convicção de que os investimentos em educação, ciência e tecnologia são básicos para o futuro de qualquer nação. O exemplo recente de crescimento econômico acelerado em países asiáticos deve-se, primordialmente, à existência de mão de obra treinada e às pesadas inversões em pesquisa e desenvolvimento, seja pelo setor público, seja por empresas privadas.

Infelizmente, a despeito de esforços individuais localizados, estamos longe de atingir qualidade de ensino compatível com as reais necessidades de desenvolvimento do país e de eliminação das desigualdades regionais de emprego e renda.

Estudo coordenado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em vários países, vem avaliando, a cada três anos, o aproveitamento de alunos entre 15 e 16 anos de idade nas áreas de leitura, matemática e ciências. O referido estudo objetivou analisar se a escola oferece conhecimentos e habilidades essenciais para a participação efetiva do jovem na sociedade, ou seja, como eles interpretam e utilizam no dia a dia o conhecimento adquirido e como poderão expandir e aplicar inovações.

Evidencia-se que, nos países que receberam melhor avaliação, Coreia, Japão e Finlândia, a demanda pelo país e pelo setor privado por serviços educacionais de qualidade determina o currículo, as decisões de investimentos e o desempenho do sistema escolar. É bom notar que esses três países que apresentaram melhores índices na pesquisa, há bem poucos anos, bem poucas décadas, não tinham a menor importância nas estatísticas referentes à educação, ao conhecimento científico e tecnológico.

No caso brasileiro, em que as decisões são tomadas longe da sociedade, no tópico “leitura”, os estudantes avaliados ocuparam o último lugar. Vejam bem, Senadores, é uma pesquisa de natureza internacional e nós, vergonhosamente, estamos detendo o último lugar. O entendimento de ‘matemática’ nos legou o penúltimo lugar no ranking de cerca de 60 países. Os dados sobre o desempenho na área de ‘ciências’, coletados em 2006, ainda não foram publicados, mas não se pode esperar muita alteração nesse quadro, até porque não se pode, lamentavelmente, registrar uma mudança quanto às políticas de educação do país.

Confirmando aqueles resultados, pesquisa realizada pelo Ministério da Educação em novembro de 2005 e divulgada recentemente revela a precariedade do nosso sistema de ensino público. Mediante a chamada “Prova Brasil” foram avaliados 3,3 milhões de estudantes brasileiros cursando a 4ª e a 8ª séries em escolas públicas urbanas em todas as unidades federativas. Os resultados foram preocupantes.

De acordo com o Ministério da Educação, em média, o conhecimento dos alunos da 8ª série é o esperado para os alunos que estão na 4ª série. Esse fato realmente é preocupante e, por si só, seria capaz de decretar a falência do sistema educacional em qualquer país do mundo. Há dificuldades na interpretação de textos, na solução de simples cálculos e mesmo na leitura de horas.

O Distrito Federal apresentou a melhor média, para o português e matemática, na 4ª série; Mato Grosso do Sul para as duas disciplinas, na 8ª série. Os alunos da Região Nordeste apresentaram as piores médias para as duas séries. Um outro dado não surpreendente mostrou que, quanto maior o poder aquisitivo, maior a nota do aluno, mesmo quando as condições de oferta de ensino são idênticas. É claro! Já se sabe, perfeitamente, que a condição econômica tem resultados diretos no que respeita ao aproveitamento do aluno, no que respeita à capacidade intelectual dos alunos. O exemplo do Distrito Federal confirma a regra: dos cinco colégios com melhor atuação dentre os 300 avaliados, apenas um não está situado no Plano Piloto.

Esse dado aqui é revelador. Apenas um dos colégios avaliados com esses resultados positivos não se situa no Plano Piloto. Quer dizer que aqui mesmo, em Brasília, que é uma cidade que é tudo o que o Brasil não é, porque é a sede do poder, evidentemente é a Unidade da Federação que atrai os maiores investimentos do Orçamento-Geral da União, e o próprio nível econômico da cidade permite orçamentos melhores para a educação; mesmo aqui, nas cidades que estão na periferia da cidade, o índice de aproveitamento é muito parecido com a média nacional, o que mostra que há uma correlação muito forte entre o poder aquisitivo e a capacidade intelectual dos alunos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não é demais repetir que a educação é fator determinante para o desenvolvimento econômico. Os números da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OECD) indicam que um ano adicional de escolaridade propiciará um crescimento médio de 3% no Produto Interno Bruto de uma nação, pelo aumento da produtividade do capital humano.

Reconheço que dispomos de legislação e de fatores que podem melhorar a eficiência do setor produtivo. Além disso, o nosso país produz ciência de alta qualidade em diversas áreas do conhecimento. Entretanto, a falta de divulgação e de recursos financeiros e humanos para sua implementação é um fato verdadeiro. Temos escassez de pesquisadores e técnicos, de tecnólogos e de administradores.

Precisamos estimular o ensino profissionalizante de nível médio no país. Maiores investimentos devem ser carreados para a ciência e tecnologia nas universidades públicas, onde são geradas as principais inovações, como resultado de anos a fio em pesquisa.

Precisamos estimular o ensino profissionalizante médio. Esse é um ponto relevante para o sistema educacional do Brasil. Isso porque sabemos que o ensino médio nem sempre é o degrau que permite o acesso às universidades. As

estatísticas revelam que no país apenas 20% do alunado que conclui o segundo grau acessam o terceiro grau. Essa é uma estatística nacional; mas, se particularizar o caso do Nordeste, do Centro-Oeste, do Norte do país, essa estatística é mais preocupante ainda, porque esse índice cai para o patamar de 12%, 15%. Precisamos, portanto, estimular esta parte do ensino, o ensino profissionalizante.

É conhecido o drama dos jovens que conseguem concluir o segundo grau, mas que não acessam o mercado de trabalho porque lhes falta uma profissão; falta-lhes a especialização em qualquer atividade econômica no mercado de trabalho, que cada vez é mais exigente com relação à capacitação profissional.

São muitos os desafios, Sr^a Presidenta, mas nem tudo está perdido. Lemos, diariamente, na imprensa, sobre o crescimento e a aplicação de tecnologias de ponta no país, particularmente na área de tecnologia de informação e de telecomunicações. O Banco do Brasil já conta com 400 mil clientes usando o aparelho celular em suas transações bancárias, envolvendo, em média, R\$1,3 milhão transações/mês. Estima-se que, em breve, o celular com chip substituirá os úteis cartões de crédito e de débito.

Em Recife, a criação do Porto Digital, com receita estimada em R\$500 milhões para 2006, emprega três mil pessoas na área de tecnologia de informação, dos quais 78% na geração de softwares. A expansão, entretanto, esbarra em falta de mão de obra especializada, apesar do crescimento de recursos técnicos e universitários nessa área de conhecimento.

É inquietante que, mesmo se enquadrando dentre as principais potências fornecedoras de software, o Brasil, ao contrário da Índia e da Finlândia, ainda não conquistou uma fatia expressiva como exportador de sistemas e serviços. Importamos 70% do software que usamos. Mesmo produzindo tecnologia de ponta voltada para o setor financeiro e de governo, representantes do setor afirmam ser difícil ganhar mais mercado.

Os problemas são crônicos: falta de mão de obra qualificada, taxaçaõ alta, burocracia na certificação de empresas, alto custo de financiamento e legislação trabalhista onerosa, sem falar que o sistema de registro de patentes no Brasil é o mais lento do mundo. Este país bate recorde no emperramento da concessão de registros de patentes e marcas, registros esses que são absolutamente necessários para que o Brasil possa se inserir no mundo moderno.

A importância, para as futuras gerações, de um investimento contínuo em educação, ciência e tecnologia é imprescindível. O Presidente francês Jacques Chirac, em visita a esta Casa, em 25 de maio deste ano, assim se expressou — é bom ouvirmos com atenção esta expressão, que foi proferida no cenário deste

Legislativo por um Presidente francês, não por um Presidente do Terceiro Mundo ou de um país em ascensão, ávido de desenvolvimento, mas pelo Presidente de um país cuja economia é consolidada e onde a ciência e a tecnologia, desde muito, são das mais avançadas do mundo: “Mais do que nunca, esse mundo será o da excelência e do conhecimento, exigindo de cada um a participação com determinação na competição econômica e científica mundial. Somente quem dominar o saber, a pesquisa tecnológica, bem como as melhores técnicas do comércio e das finanças, poderá imprimir a sua marca nos tempos vindouros”.

E é isso que defendemos para o nosso país!

Alegra-me saber que, em outubro deste ano, será mais uma vez realizada, no Brasil, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. O evento destina-se a divulgar o conhecimento acumulado pela sociedade brasileira, popularizando a ciência aqui produzida e integrando instituições de pesquisas e pesquisadores ao cidadão beneficiário dos resultados desse conhecimento.

O crescimento da iniciativa, coordenada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, é marcante. Por exemplo, em 2004, foram promovidas 1.848 atividades (seminários, palestras, discussões, visitas a universidades) em 252 municípios e com a participação de 257 instituições. Em 2005, 844 instituições estiveram envolvidas em 332 municípios e realizaram 6.701 atividades. A expectativa dos organizadores é que, em 2006, esses números dobrem.

A despeito dos avanços relatados, ninguém discute que um dos obstáculos ao crescimento do valor agregado aos produtos manufaturados no Brasil é a falta de recursos aplicados em ciência e tecnologia. Repito: as lições de políticas técnico-científicas a serem apreendidas pelo nosso país são muitas.

Enquanto nos Estados Unidos os pesquisadores se concentram na iniciativa privada, no Brasil, as universidades públicas geram mais de 90% da capacidade tecnológica, intelectual e científica.

Esse fato merece uma análise mais profunda. Aqui, geralmente, estatísticas americanas são citadas como exemplo para mostrar que lá existe uma universidade privada que caminha com seus próprios pés e que não depende de quaisquer subsídios governamentais. Mero engano, ledo engano! Na realidade, as grandes universidades americanas estão abrigadas em fundações pertencentes a grandes corporações econômicas, como Ford e outras tantas. Essas empresas recebem poderosos recursos do setor público através de uma política de renúncia fiscal que aporta os necessários recursos públicos para que as universidades privadas possam manter o ensino tecnológico e científico necessário ao desenvolvimento do país em altos níveis.

Tal fato não me parece um milagre, Sr^a Presidenta, mas é digno de ser observado, de ser analisado, e não só pelo Ministério da Educação brasileiro, que sei que enfrenta sempre pressões negativas muito fortes, neste e em todos os governos anteriores, desde que o Brasil entrou, como o mundo todo, no sistema de economia globalizada. É constante a luta do Ministério da Educação contra o contingenciamento de recursos públicos para a educação, que é feito pelo Ministério do Planejamento e pelo Ministério da Fazenda e que tem propiciado dificuldades imensas para que Ministros e técnicos daquele Ministério realmente possam implementar uma política progressista de investimentos reais na melhoria das condições de educação no país.

Nessas mesmas universidades, o desestímulo à pesquisa e à inovação tem sido crescente nos últimos vinte anos — exatamente o período em que o Brasil vem se submetendo de forma avassaladora a uma política globalizante predominantemente financeira e submissa aos interesses do capital financeiro internacional. As restrições são infundas: remuneração relativa baixa, investimentos limitados em instalações, em laboratórios e equipamentos.

A despeito do hiato tecnológico entre países, acrescente-se que os países desenvolvidos não mais detêm o monopólio da formação de cientistas e engenheiros. Nos anos 2000/2001, por exemplo, um terço de todos os estudantes universitários do mundo se concentravam na China, na Índia e na Rússia conjuntamente. Não é por acaso que a China já desponta como a quarta economia do mundo.

E o Brasil, o que é que tem de fazer? Seguir esses exemplos e não seguir pura e simplesmente o receituário do Fundo Monetário Internacional e do sistema financeiro internacional. O Brasil, no meu entender, deve investir pelo menos 3% do PIB, anualmente, em ciência e tecnologia se quisermos reduzir a distância que se abre entre nós e outros países.

Nesse sentido, Sr^a Presidenta, Srs. Senadores, nós já apresentamos um projeto, que tramita nas comissões técnicas do Senado, tornando obrigatório o investimento de 3% do PIB na área de ciência e tecnologia.

Devemos aperfeiçoar a formação de nossos jovens. Torna-se prioritária a oferta de um ensino de qualidade, em nível profissionalizante e superior, que produza subsídios para o crescimento da produtividade individual e da economia.

Defendo a tese de que o governo brasileiro deve estimular o desenvolvimento de novas tecnologias. Não podemos ficar eternamente à espera de que as empresas transnacionais transfiram o conhecimento humano e tecnológico

acumulado em suas matrizes para os produtos que aqui industrializamos e exportamos, porque, antes de fazer isso, elas vendem caro essa tecnologia, mas não vendem o conhecimento e a inteligência que as levou à produção desses equipamentos que formam hoje a inteligência dos computadores, que é o setor industrial de ponta no Brasil e em todo o mundo.

Agradeço a V. Ex^a, Sr^a Presidenta, a paciência com que me permitiu produzir este discurso, sobre um tema que considero fundamental, determinante. Não adianta o Brasil permanecer com uma obsessão que hoje domina a nossa economia e, às vezes, causa certa euforia ao governo: o Brasil como exportador de produtos primários. O Brasil precisa agregar mão de obra à sua produção, e o caminho para fazê-lo é ingressar no mundo da tecnologia, da ciência e, sobretudo, produzir nossos próprios projetos de desenvolvimento econômico e social.”

Reflexão sobre a crise de alimentos no mundo. Elogios ao trabalho desenvolvido pela Embrapa, 14/5/2008

[Publicação no DSF de 15/5/2008 - Página 14433]

“No cenário contemporâneo, Sr. Presidente, um novo desafio se configura. Talvez uma derradeira “janela de oportunidade” de crescimento econômico e desenvolvimento social esteja se abrindo para o Brasil. Não é impossível que os mercados europeu e americano, premidos pela relativa escassez de gêneros, revejam sua estratégia protecionista e sua política de subsídios. Esse fator, aliado à disparada do preço do petróleo, pode dar ao Brasil uma posição de proeminência na produção agrária, incluindo combustíveis verdes, como o álcool e o biodiesel.

Mais uma vez, um importante papel caberá à Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária, a Embrapa. E ela precisa estar preparada.

Felizmente, o governo do Presidente Lula tem recomposto o orçamento daquela estatal, dotando-a dos meios necessários para que cumpra sua missão, agora em novíssimo patamar, superando o paradigma da agricultura tropical, agregando tecnologia e valor aos nossos produtos, a fim de inseri-los nos mais diversos mercados mundiais.

Capacidade, nós temos. É impressionante constatar que a Embrapa propiciou um incremento de nada menos que 87% na produtividade da terra no período

compreendido entre 1970 e 2006. Esse enorme salto tecnológico não significa apenas lucro. Resulta ainda em imensa economia em termos de área cultivada e na preservação de cerca de 90 milhões de hectares.

Esse é, sem dúvida nenhuma, um ponto importante da questão e talvez uma resposta eloquente às pseudopreocupações de alguns no que diz respeito à questão desse novo campo que se abre à economia rural brasileira, na produção dos chamados combustíveis verdes: o etanol e o biodiesel. Há uma certa conspiração, sobretudo daqueles mesmos países, os países ricos, que sempre tiveram uma visão “preconceituosa”, que, na realidade, é uma visão estratégica de sabotar as iniciativas que se promovem nos países do chamado Terceiro Mundo, ou países hoje emergentes, como o Brasil e outro mais.

[...]

Por ocasião do 35º aniversário da Embrapa, o Diretor-Presidente, Dr. Sílvio Crestana, pronunciou um enfático discurso em solenidade na Presidência da República. Demonstrou, naquela ocasião, a consciência plena dos imensos desafios futuros, ao lado de uma confiança irrestrita na capacidade de a Embrapa continuar com suas realizações científicas e tecnológicas para o progresso social, econômico e ambiental no Brasil. À mesma solenidade, compareceu o Presidente da República, que anunciou investimentos da ordem de R\$ 41 bilhões até 2010 em ciência, tecnologia e inovação.

Eis uma notícia alvissareira, sobretudo porque o pacote de investimentos integra um grande plano, extensamente debatido com a comunidade científica nacional, visando expandir e fortalecer o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Nas palavras do próprio Presidente Lula, no seu programa radiofônico semanal, as metas são: ‘ampliar e fortalecer a parceria com estados e municípios e aumentar o número de doutores titulados por ano. Segunda prioridade, promover a inovação tecnológica nas empresas’. Metas: aumentar a razão entre os gastos em pesquisa, desenvolvimento e inovação privada de 0,51% do PIB para 0,61% do PIB até 2010 e, ainda, estruturar o sistema brasileiro de tecnologia. Terceira prioridade: pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas, como tecnologia da informação, biocombustíveis, agronegócio, insumos para a saúde e energia nuclear. E a quarta prioridade: ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social.

[...]

No meu entender, a tarefa de resgate da atividade científica e tecnológica do Brasil é uma atividade que deveria envolver inteiramente o governo e as insti-

tuições brasileiras como se fosse um esforço de guerra. Só assim nós teremos condições de recuperar o tempo perdido até agora.

Na atualidade, a PEC nº 54/2004 encontra-se incluída na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, tendo como Relator o nobre companheiro Senador Alvaro Dias. Por sua destacada relevância, por sua especial oportunidade, peço aos Senadores e às Senadoras aqui presentes que lhe dediquem o seu apoio íntegro, a bem do Brasil.

Sem dúvida nenhuma, será importante a forma como o Senado da República se empenhará nessa tarefa íngente, que é uma tarefa absolutamente prioritária, ao dotar as instituições nacionais de pesquisas de recursos para se aparelharem e, sobretudo, para a formação de quadros de cientistas e tecnólogos, que certamente vão conduzir esse processo de efetiva emancipação do Brasil.

Tenho certeza de que os meus Pares não faltarão com o seu apoio à aprovação dessa PEC que modestamente tivemos a iniciativa de apresentar e que já se acha com parecer favorável, aguardando aprovação na Comissão de Constituição e Justiça.”

Instituição do piso salarial nacional para professores do magistério público. Considerações sobre a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 17/7/2008

Publicação no DSF de 18/7/2008 - Página 27900

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem à tarde tive a honra e a satisfação de participar, no Palácio do Planalto, ao lado do Presidente Garibaldi Alves, do Senador Cristovam Buarque, da Senadora Ideli Salvatti e de outros Deputados e Senadores, que lotaram as dependências do Salão Nobre, da solenidade em que o Presidente da República sancionou a lei que instituiu o piso salarial nacional dos professores no valor de R\$950,00.

Foi um momento histórico para todos aqueles que militam em prol da educação e, sobretudo, um dia histórico para o país. Foi um desses raros momentos que nos fazem sentir orgulho da atividade política e de ter a certeza de que estamos trabalhando pelo futuro do Brasil.

Além da relevância do fato em si, causou-me bastante emoção e alegria ver materializados ali alguns dos clamores que, desta tribuna e por diversas vezes,

tive a oportunidade de pronunciar. Desde o início da minha campanha para o Senado e durante todo o meu mandato nesta Casa, venho me empenhando com afincos pela melhoria da remuneração dos professores e pelo fortalecimento do ensino profissionalizante em nosso país.

Por isso, não poderia deixar de vir hoje aqui, antes do início do recesso Parlamentar, para compartilhar com aqueles que me ouvem essa alegria e júbilo, a fim de deixar gravada na mente de todos a importância do que ontem aconteceu.

Como disse o Presidente Lula naquela oportunidade:

(...) este momento é glorioso para o futuro do país e certamente vamos colher isso daqui a dez anos, quando começar a germinar. O passo que estamos dando é extremamente importante. Não tem nada mais digno para uma nação do que ela ser colocada em âmbito internacional como tendo bons índices de educação.

De fato, Sr. Presidente, a partir de agora, passamos a contar com uma lei que garante, em todo o país, uma remuneração mínima e condizente com a atividade do magistério.

Como bem disse o Senador Cristovam Buarque: 'O mais importante não são os R\$950,00, mas a palavra nacional. A partir de agora, os professores são do Brasil e não do seu Município ou Estado. Nós nacionalizamos a categoria do magistério!'

Isso demonstra a importância que a sociedade brasileira, como um todo, confere à educação. Deste momento em diante, os vencimentos dos professores não ficarão mais subordinados aos interesses regionais e locais, deste ou daquele prefeito, deste ou daquele Governador. Agora, eles, os professores, têm a garantia inafastável de que receberão pagamento condizente por suas atividades.

Nada mais justo, nada mais digno.

[...]

Outra lei igualmente importante, Sr. Presidente, que também foi sancionada ontem, é a Lei nº 11.741, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

Já não era sem tempo que o Brasil adotasse o ensino profissionalizante como uma das suas prioridades na área da educação.

[...]

Nesse ponto, nós temos que creditar ao Presidente Lula uma grande iniciativa, que foi a de expansão da universidade, que eu chamo de interiorização da universidade: levar a universidade até o lugar em que o estudante está para que os filhos dos trabalhadores, os filhos das pessoas pobres também possam acessar, com mais facilidade, se não absoluta, mas relativa, um curso superior. Mas não ter mais do que 100 escolas técnicas para permitir que o estudante que concluiu o 2º grau vá sobrar no mercado de trabalho...

[...]

Desde o primeiro dia de minha campanha para o Senado, venho empunhando esta bandeira do ensino profissionalizante, aliás, uma das principais bandeiras que venho defendendo, porque sei que ele é importantíssimo para o nosso povo, sobretudo para os jovens, que, muitas vezes, tentam sem sucesso ingressar no mercado de trabalho, pelas razões que já explicitéi.

[...]

Com efeito, o ensino técnico profissionalizante é essencial para qualquer país. Ele permite a formação de quadros técnicos de nível médio, fundamentais para auxiliar as atividades do dia a dia de diversos profissionais de nível superior. E não apenas o papel de coadjuvante dos titulares de nível superior.

O ensino médio é importantíssimo para a própria equação industrial e prestadora de serviços deste país. São os profissionais de nível médio que vão mover as máquinas que fabricam os produtos que são distribuídos, que são vendidos no mercado nacional e internacional. São os profissionais de nível médio que estão nos escritórios e nas várias funções, prestando serviço à coletividade.

[...]

Esse fato, aliás, é ressaltado pela própria Organização Internacional do Trabalho, a OIT, que, em relatório divulgado no ano passado, intitulado 'Trabalho Decente e Juventude na América Latina', aponta uma triste realidade: cerca de 106 milhões de jovens entre 15 e 24 anos, da América Latina e do Caribe, têm seus futuros ameaçados pelo desemprego, pela inatividade e pela informalidade. São cerca de 10 milhões de jovens desempregados (equivalente a 16% da força de trabalho); 30 milhões empregados no mercado informal e sujeitos a condições precárias de trabalho; e 22 milhões de jovens que não estudam nem trabalham, por falta de oportunidade. Se assim é na América Latina, no Brasil não é diferente. Estamos em idêntica situação, e todos nós, que vivemos em contato permanente com a sociedade, nas ruas, nas associações, nos vários lugares onde temos que nos reunir com a representação classista para conhecer as dificuldades do aparelho social, somos testemunhas, todos os dias, dessa

situação de desemprego ou de subemprego atravessado pela nossa juventude, que tem suas raízes plantadas exatamente na ignorância e, muito mais do que isso, no subconhecimento, num conhecimento que consumiu boa parte da vida útil de um jovem e que acabou por não servir para nada, por não lhe permitir o instrumental inteligente e necessário ao exercício de uma profissão digna.

Ora, se o jovem não encontra oportunidades de trabalho, só lhe resta uma alternativa: o descaminho para o mundo das drogas, da criminalidade e da prostituição!

[...]

Não há registro de país que tenha alcançado altos índices de desenvolvimento sem educação de qualidade. A partir de agora passamos a trilhar, mais fortemente, o caminho rumo a melhores condições de vida para o nosso povo.

Não pretendamos, embora fosse lícito pretender, imitar países os mais ricos do mundo, como os Estados Unidos, como a Europa Ocidental; mas vamos, pelo menos, querer nos nivelar a países como a Coreia do Sul, como Taiwan, uma pequena ilha, ainda não completamente independente, e a própria China continental, que estão investindo maciçamente na educação dos seus jovens e, por isso mesmo, ostentam índices de crescimento econômico, sobretudo de promoção social do seu povo, iguais, talvez, a muitos países de Primeiro Mundo.

Vamos aspirar a isso. Vamos pedir, aproveitando o embalo desse momento histórico, ao Presidente Lula, ao Congresso Nacional que nos debruçemos sobre essa questão e que vejamos a necessidade de o Brasil partir para outras iniciativas.

Foi importante esse momento, mas ele, por si só, não terá a magia de transformar o quadro precário do ensino brasileiro que está aí. É um ensino de faz-de-conta. Se fizermos uma avaliação das escolas que realmente estão contribuindo na direção de melhor qualidade do ensino, constataremos que restarão pouquíssimas, tanto as escolas públicas como as privadas. Poucas delas seriam capazes de acolher padrões de ensino semelhantes a esses países outrora pobres, miseráveis até países que se alinhavam entre os de mais baixa renda per capita do mundo e que ascenderam a condições extraordinárias como todos nós conhecemos.

O Brasil precisa melhorar a qualidade do seu ensino, e não só melhorar a qualidade de ensino de humanidades, como está aí e que não leva a nada, a absolutamente a nada! Mas, sobretudo, investir no ensino profissionalizante, no ensino técnico, no ensino científico, na pesquisa, porque só assim seremos

capazes de competir num mercado cada vez mais exigente, cada vez mais dominado por aqueles que detêm o conhecimento.”

Críticas à precariedade do ensino no Brasil, 8/3/2018

[Publicação no DSF de 9/3/2018 - Página 83]

“Sr. Presidente, chamou-me a atenção, hoje, uma manchete de O Estado de São Paulo, uma notícia que está em manchete de primeira página, que diz o seguinte: ‘Futuro de 52% dos jovens do país está em risco’. É um relatório do Banco Mundial, mostrando que 25 milhões de brasileiros entre 19 e 25 anos de idade não trabalham nem estudam, ou frequentam escola com atraso ou estão vulneráveis à pobreza. E eu diria: vulneráveis à pobreza e, muitas vezes, ao próprio vício, às drogas, que já grassam no Brasil inteiro como uma verdadeira epidemia.

Sr. Presidente, não há dúvida alguma de que essa constatação estatística de um estudo criterioso e sério do Banco Mundial revela uma verdade, uma realidade que tem origens mais profundas: o ensino no Brasil tem pouco a ver com a realidade do mundo de hoje. É um ensino cuja metodologia não corresponde aos anseios do próprio estudante, nem às necessidades do mercado de trabalho, em que o estudante deveria se inserir após a conclusão do 1º ou do 2º grau. Isso, porque esta é outra realidade que choca neste país: daqueles que concluem o 2º grau, apenas 12% ou 13% têm verdadeiramente acesso ao ensino de 3º grau, ao ensino superior.

E essa massa extraordinária de jovens que concluiu um 2º grau precário, que desconhece a realidade do mercado de trabalho dos dias que atravessamos, onde está? Onde estão esses jovens? Na realidade, é a legião de párias, de desempregados, que o Banco Mundial aqui chama de ‘nem-nem’, nem estudam — porque não podem continuar estudando no 3º grau, acessando o 3º grau — nem trabalham.

Não estudam, porque o país não lhes dá condições de estudar.

Hoje qualquer curso técnico está custando ao brasileiro que não conseguiu passar no vestibular da universidade pública de R\$7 mil a R\$8 mil ao mês. Isso é algumas vezes o salário mínimo que seus pais estão recebendo. Por isso, eles

estão nessa legião que o Banco Mundial chamou de nem-nem, porque nem estudam nem trabalham.

E o Brasil o que tem feito? E os nossos governos, não apenas o atual? Eu acho que há cem anos nós estamos patinando sem saber aonde vamos. De que forma nós podemos estruturar o ensino para atender a realidade do mercado de trabalho, para atender a necessidade de criar lideranças não somente no campo político, mas no campo das ciências, no domínio das tecnologias?

E este é um dos pontos que mais me preocupam: o Brasil, na realidade, não é um país industrializado, mas é uma grande linha de montagem, porque o ensino não foi capaz de criar, quantitativa e qualitativamente, os cientistas de que nós precisamos para formular nossos próprios projetos de desenvolvimento e de produção de material de consumo. Qualquer que seja a atividade industrial em que você [...] imagine, você vai verificar que o Brasil está recebendo os kits e importando, quando muito colocando numa caixa diferente, com o selinho 'Made in Brazil', grande blefe, grande mentira!

O Brasil não foi capaz, por exemplo, de entrar na área da informática. Que país que se respeita e que quer realmente oferecer aos seus filhos uma oportunidade de vida digna que não cuidou dessa questão da modernização dos meios de produção? Que país? Se você for para os pequenos Tigres Asiáticos, outrora países que viviam na quase miséria, você vai ver que eles estão competindo com os países mais ricos do mundo. Está aí o exemplo de Taiwan, está aí o exemplo da Coreia do Sul e de tantos outros chamados de Tigres Asiáticos.

Uma realidade simples de se constatar, um exemplo que pode parecer até resumido, isolado: se você for para a telefonia, a comunicação, hoje o nosso dia a dia está totalmente invadido, ocupado pelos telefones celulares. Em todo esse mundo de telefones celulares que o nosso povo está comprando e usando, quantos telefones celulares foram desenvolvidos e produzidos no Brasil? Nenhum!

Isso seria um exemplo pequeno, mas é muito grande, porque o Brasil joga, manda para o exterior uma fábula do seu balanço de pagamentos em dólares quando adquire esses produtos. Nenhum é produzido no Brasil! É por que o brasileiro não tem inteligência? Antes, pelo contrário, o brasileiro é inteligente, é criativo, nossa mão de obra é muito boa e a nossa ciência também tem gerado grandes inteligências. Algumas ou muitas delas se mudaram do Brasil porque não encontraram aqui mercado de trabalho.

Falta essa base científica e tecnológica na nossa educação, tanto na educação de nível médio como na educação de nível superior. E, se nós não formos capazes de fazer essa revolução do ensino, modernizando-o, adequando-o às

realidades do mundo em que vivemos, nós vamos ficar nessa eterna dependência tecnológica, vamos ficar também nessa carência imensa de mão de obra qualificada para ocupar os cargos, as funções, as atividades que, de outra forma, vão terminar não existindo no Brasil.

Eu registro essa estatística do Banco Mundial, esse estudo do Banco Mundial, e aproveito para lançar aqui um apelo ao Ministério da Educação, ao governo e ao Congresso Nacional mesmo, no sentido de que faça, produza a revolução dos modos de ensino sob pena de o Brasil não ter, no futuro, senão uma condição de importador de tudo aquilo que o dia a dia da nossa sociedade precisa, necessita, para gerar os empregos e para dar dignidade ao nosso povo.”

COMBATE À SECA E TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO



Interpelação ao Senhor Vice-Presidente da República, Doutor José Alencar, acerca da transposição das águas do Rio São Francisco, 4/9/2003

[Publicação no DSF de 5/9/2003 - Página 26137]

“Sr. Presidente [do Senado] José Sarney, Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar, sou filho, talvez, do Estado mais seco de todo o Nordeste. A Paraíba tem 75% do seu território encravado no chamado Semiárido e quase toda a área de cristalino. E a própria exposição que V. Ex^a fez revela as limitações desse território forrado de rochas, que ora está a 2 metros de profundidade, ora está aflorando.

Quando governei o Estado da Paraíba, senti na própria pele o que significa não ter água de beber. Para alguns Estados, a impressão que se tem é que a Paraíba ou o Rio Grande do Norte ou o Ceará, que não contaram com os benefícios

da natureza, querem agora contar com os benefícios da administração pública. Mas não é isso. Não queremos água para irrigação, até porque sabemos que os recursos hídricos do Nordeste, como um todo, são escassos. Queremos água para a sobrevivência da nossa população.

Este ano, o inverno foi tido como regular na Paraíba e no Nordeste. A estação das águas termina no mês de julho, mas há quatro meses, em muitas partes do Estado da Paraíba, a única água que se tem para beber é a transportada no carro-pipa, com todos aqueles inconvenientes que se conhecem para a saúde pública.

Este Projeto de Transposição vem sendo acalentado pelo povo do meu Estado há muitos anos. Acredito que antes de eu nascer isso já era o sonho e a esperança de todos os paraibanos. Recentemente, houve esforços válidos de vários Ministros, especialmente de Aluísio Alves, que foi o primeiro a consolidar uma proposta do governo Itamar Franco. Parecia que o projeto iria começar. Depois que o Ministro Aluísio Alves deixou o Ministério, o projeto parou.

No governo Fernando Henrique Cardoso, o Ministro Fernando Bezerra deu um passo decisivo na direção da consolidação deste projeto. O Senador Ney Suassuna, que também passou pelo Ministério, fez a sua parte. Mas sentíamos que havia algo muito forte que nos tirava a crença: é que faltava a vontade política para esse empreendimento. E sentimos essa vontade agora, não somente pela decisão do Presidente Lula, que é nordestino e conhece as limitações da nossa Região — sendo um emigrante da seca —, sentiu na sua própria pele o que significa não ter água sequer para beber. Mas acreditei muito mais no projeto quando Sua Excelência delegou a V. Ex^a, Sr. Vice-Presidente, a tarefa de coordenar e liderar as equipes administrativas e técnicas que estão elaborando e que certamente vão executar esse empreendimento.

[...]

Eu ouvi aqui alguns companheiros nossos, como legítimos representantes de seu povo, refletindo a legítima desconfiança das populações ribeirinhas do São Francisco, dizerem que era preciso começar pela revitalização, para depois começar o Projeto de Transposição, propriamente dito.

Eu estou tranquilo com relação a tais sugestões. Tenho certeza de que o projeto não pode e nem deve ser feito assim. Por que não começar simultaneamente a revitalização e a execução dos canais, a distribuição da água?

É importante e urgente a revitalização, mas a seca nordestina, a falta d'água é anterior à degradação do São Francisco. A natureza não fez um São Francisco

sem matas ciliares, foi a imprudência do homem que fez isso. Mas foi a natureza que fez uma Paraíba sofrendo a falta d'água, ressequida, de retirantes.

E o próprio Presidente José Sarney — permita-me essa inconfidência, Sr. Presidente — sabe o que significa ser um retirante, porque S. Ex^a tem origem familiar na Paraíba, cuja família se deslocou para o Estado do Maranhão, procurando as águas. Essa é a busca de todos nós, sobretudo nessa parte mais sofrida do Semiárido nordestino.

Nós sabemos perfeitamente que os Estados beneficiários da transposição precisam estar preparados para isso. Cada uma precisa fazer a sua parte. E vejo, hoje, muitos Governadores chorando, porque precisam de mais recursos, descompromissados com a saúde e com a educação, para realizar obras que, de outra forma, não realizariam; Governadores lamentando a carência de recursos. Mas, com um pouco de boa vontade, todos os Estados poderão fazer a parte que lhe cabe nisso.

Eu estou falando, modéstia à parte, com a tranquilidade de quem procurou cumprir o seu dever nesse processo. Na minha modesta administração, eu procurei preparar o Estado da Paraíba para o advento da transposição, construindo as barragens e até os canais de transposição interna, para capilarizar os benefícios da transposição, em que eu acredito e que, certamente, agora, vai-se concretizar. Nós construímos 14 barragens, já com esse objetivo; construímos 37 km de canais de transposição, para utilizar as águas do Sistema Coremas/Mãe d'Água, o maior açude que temos construído há 60 anos, mas que, até então, não havia tido utilização econômica, porque as suas águas ficavam insuladas num recanto do Estado da Paraíba e o solo ficava inadequado para a prática de agricultura moderna irrigada.

Construímos 1,2 mil km de adutoras para distribuir a água dos reservatórios que já existiam e de outros que construímos, de maneira que todas as cidades tivessem um abastecimento d'água digno e decente.

A Paraíba está pronta e madura, Sr. Vice-Presidente, aguardando a construção da transposição do São Francisco. Agora, com a decisão de quem quer realmente fazer as coisas, o governo de Luíz Inácio Lula da Silva resolveu incorporar a este projeto a transposição do Rio Tocantins. Aqui ouvi, quando se falava na doação do Estado do Tocantins, que isso era um benefício para o Tocantins. Bendito benefício que traz esse presente para o Nordeste sofrido, que não tem água de beber! Drenar o Tocantins e abastecer o Nordeste brasileiro é, sem dúvida nenhuma, a maior tarefa deste governo e digo isso não apenas para essa parte do Nordeste, mas para todo o país, que sabe quanto custam —

e quanto já custaram — obras de emergência. E é por saber disso que o povo brasileiro, em pesquisa de opinião pública, realizada há três ou quatro anos pela Confederação Nacional da Indústria, na razão de 85%, aprovou a transposição do Rio São Francisco. Esse espírito não é apenas a marca da solidariedade brasileira, mas é, sobretudo, marca de inteligência. Todos sabem que a transposição representará, a longo prazo, não apenas a emancipação econômica e social do povo, mas uma grande economia do Tesouro Nacional que, assim, ficará desonerado da responsabilidade de praticar a política de emergência sempre que ocorre uma seca no Nordeste.

Sr. Vice-Presidente da República, muito obrigado. Que Deus continue lhe dando essa teimosia que não o faz obedecer nem aos apelos prudentes de sua esposa, quando lhe pede para não falar mais em taxas de juros! Continue falando em taxas de juros, porque, graças a essa fala, muita coisa positiva já aconteceu nesse campo. Continue obstinado, lutando pelas boas causas.”

Problema da seca no Nordeste brasileiro: causas e soluções propostas ao longo da História, entre elas a transposição das águas do Rio São Francisco, 2/9/2005

[Publicação no DSF de 3/9/2005 - Página 30067]

“Hoje ocupo esta tribuna para tratar de uma questão fundamental para o desenvolvimento regional brasileiro e, em especial, nordestino. Refiro-me ao mais antigo projeto de infraestrutura brasileiro, a transposição do Rio São Francisco — o que não é um tema muito pacífico para o entendimento da nossa Presidente, paradoxalmente — Para o chamado Semiárido Setentrional, formado pelos Estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e pelo meu Estado, a Paraíba.

Quero fazer aqui, Sr^a Presidente, uma retrospectiva histórica desse problema, dessa que é uma questão fundamental para o meu Estado, assim como para os demais que já mencionei aqui.

Pela primeira vez na História, em 1818, o assunto foi objeto de um documento produzido pelo intendente do Crato, no Ceará, e da apresentação de um projeto que permaneceu no papel por 200 anos, período em que a região semiárida Setentrional continuou a conviver principalmente com paliativos

destinados a tratar o permanente problema da escassez de água como se este não fosse praticamente a regra daquela região.

O que há de mais curioso nesse problema é que, a despeito de ser um problema nacional, ele tem sido tratado de forma emocional, de forma pouco racional, diferentemente da conduta de outros países do Primeiro Mundo ou do mundo em desenvolvimento, que já fizeram a sua transposição como forma de corrigir deficiências climáticas em regiões mais problemáticas de seus territórios. O exemplo mais frisante disso é a transposição feita na China há mais de dois mil anos.

No Brasil, essa questão, não obstante o projeto em fase de implementação, a questão tem sido tratada como verdadeiro tabu, como algo, para alguns, proibido.

A pesquisa que fizemos mostra o desenvolvimento desse projeto ao longo desses duzentos anos de tentativas e insucessos.

Do Brasil Colônia à República, raríssimas foram as vezes em que se perseguiu de maneira planejada a solução de convivência com o fenômeno climático das secas e da irregular distribuição de chuvas, particularmente severa no Semiárido Setentrional.

Embora a constatação da ocorrência da seca como fator ambiental característico do Nordeste brasileiro, com o qual já conviviam os indígenas, integrados ao ambiente encontrado pelos portugueses, tenha se dado desde os primeiros anos após o descobrimento, havendo sido o primeiro registro disponível sobre seca datado de 1552, convém fazer-lhes um breve relato histórico dessas secas e das principais medidas adotadas como supostas políticas públicas voltadas ao enfrentamento desse problema.

A primeira aprovação de verbas com o objetivo de combater as consequências das secas deu-se somente após a independência do Brasil, como consequência do período de estiagem de 1824 a 1825, cujas consequências passariam a ser referência de tragédia, suscitando nos futuros vitimados o medo da recorrência de eventos de severidade semelhante.

O problema da seca era, entretanto, uma realidade inegável, a ponto de fazer brotar analogias ambientais com a aridez dos desertos, redundando em iniciativas estapafúrdias, como a importação de camelos, visando sua integração à vida sertaneja, ideia apresentada em 1799.

Ao longo dos séculos, também recorrente foi a ideia de transpor águas do São Francisco para o coração da seca. O decênio de 1840, marcado pela grande seca de 1845, contribuiu para que, em 1847, o Deputado Provincial e Intendente

do Crato, Marco Antônio de Macedo, trouxesse, mais uma vez, a alternativa de transposição do São Francisco como medida necessária à região.

Como tentativa de contornar o desconhecimento marcante em relação ao Nordeste, que, por sinal, não se restringia à perspectiva hídrica, o Imperador D. Pedro II apoiou, em 1859, a estratégia de pesquisa de campo na região através da chamada Comissão científica de Exploração, formada por estudiosos de diversas áreas de interesse. Naquele mesmo ano e com a presença dos membros da comissão, foram recebidos os tais camelos importados da Argélia no porto de Fortaleza. A aposta na ocorrência de uma coincidência na roleta da adaptabilidade ambiental para os animais, através da qual a semelhança de escassez de água no Semiárido e no deserto seria suficiente para que sua evolução natural e reprodução prosseguisse, sem descarte seletivo no novo ambiente dos sertões do Ceará, como extensão saariana, seria perdida. Dentre as intervenções na forma de obras necessárias, a comissão também apontou a transposição de águas do São Francisco para a bacia do Jaguaribe, no Ceará, como necessária.

São registros históricos, Sr^a Presidente, e estou me limitando aqui a reproduzi-los neste discurso, cujo objetivo é discutir democraticamente o projeto que agora se apresenta como coisa concreta no governo da República.

A grande seca de 1877 se explicitaria com maior evidência na forma de miséria e de morte, no Ceará, na Paraíba e no Rio Grande do Norte, não coincidentemente onde as reservas hídricas naturais perenes não existem.

É bom frisar que esses Estados a que já me referi são os únicos Estados nordestinos que não têm nenhum curso d'água permanente.

[...]

Diante da hecatombe, a proposta de apoio institucional à migração para a Amazônia e Pará surge como consenso por parte do governo, igrejas, grandes proprietários e comerciantes locais. Aos milhares, cearenses alimentaram esse fluxo migratório no ano seguinte. Data desse episódio de seca a suposta afirmativa de D. Pedro II segundo a qual 'empenharia as jóias da coroa para resolver aqueles problemas'. Mas sobre a veracidade da afirmativa há controvérsia entre os historiadores. Parece que o Imperador nunca chegou realmente a proferir essas palavras. Naquela época, já existiam os truques de mídia, que hoje são tão usuais pelos governantes da atualidade.

A estiagem perduraria até 1879, havendo sido, nesse ínterim, entregue o relatório do engenheiro Guilherme Fernando Halfed, que, incumbido pelo Imperador D. Pedro II, realizou importantes levantamentos na região a partir da primeira metade do decênio de 1850, apontando, mais uma vez, para a

viabilidade da transposição do São Francisco como medida de combate aos efeitos da seca.

A ideia levada ao debate parlamentar não logrou êxito, permanecendo arquivada pelo espaço de tempo de ressurgimento da próxima seca.

É uma característica da vida pública nacional essa tendência à compulsão nos momentos de dificuldade. É claro que o cenário econômico e social em que as secas se desenvolvem hoje é bastante diferente. O Brasil mudou muito desde aquela época. Tenho memória, por exemplo, da seca de 1958, quando, estapafúrdia e improvisadamente, o governo brasileiro resolveu, pressionado pelo fenômeno da seca, despendar altas somas do Orçamento da República no combate aos efeitos da seca. Os resultados foram cenas de corrupção sem precedentes na história administrativa do país, porque o problema da seca não tem sido, primeiro, analisado como problema nacional; segundo, como questão permanente e inerente à própria climatologia do Nordeste.

Não há por que querer ser otimista diante das soluções improvisadas. Elas não produzirão efeitos enquanto efetivamente não ocorrer a transposição do São Francisco, que, já está provado à saciedade, não traz senão benefício a todas as partes e a todos os Estados nordestinos.

Pois bem, como eu dizia há pouco, a estiagem perduraria até 1879, havendo sido, nesse ínterim, entregue o relatório do Engenheiro Guilherme Fernando Halfed, que, incumbido pelo Imperador Dom Pedro II, realizou importantes levantamentos na região a partir da primeira metade do decênio de 1850. Naquela época, já foi apontada a transposição do São Francisco como solução, embora o projeto não tenha caminhado. A ideia levada ao debate parlamentar não prosperou. Nas reuniões mobilizadas pelo governo Central, além da alusão à transposição do São Francisco, foram reincidentes as propostas de perfuração de poços, de construção de açudes para abastecimento dos núcleos povoados e de abertura de estradas.

As décadas relativamente úmidas que antecederam à seca de 1877 haviam contribuído para o crescimento populacional na onda de prosperidade proporcionada pela ascensão do algodão, que, introduzido no Sertão nordestino, encontrou oportunidade histórica de expansão com os problemas enfrentados pelos Estados Unidos, principal consumidor — Guerra da Independência, de 1776 a 1783; e da Secessão, de 1860 a 1865 —, em suprir a indústria têxtil inglesa.

A devastação dessa configuração socioeconômica relativamente favorável, traduzida principalmente em perda de vidas humanas — estima-se que foram mais de 500 mil mortos no Ceará e vizinhanças, conforme constata relatório

da Sudene, datado de 1981 —, evidenciou nacionalmente a necessidade de racionalizar as ações de um plano mais efetivo.

Assim, no relatório de abril de 1878, elaborado por uma comissão científica designada pelo Imperador e presidida por Henrique Beaurepaire-Rohan, formalizou-se a construção de trinta açudes com capacidade de pelo menos um milhão de metros cúbicos, a construção de ferrovias no Ceará, a instalação de estações meteorológicas e o incentivo à açudagem privada por meio do fornecimento das plantas de engenharia, dado que as condições técnicas de construção dos açudes, anteriormente, deixaram a desejar. Em decorrência de tais deficiências, eram destruídos nos anos chuvosos.

As providências arroladas no relatório de Beaurepaire-Rohan, além de não acrescentarem nada de original em relação às propostas anteriores, foram abandonadas, em termos de alocação de recursos, tão logo retornaram as chuvas com o fim da estiagem de 1879.

O primeiro Presidente eleito pelo voto, Prudente de Moraes, se depararia com a revolta de Canudos, de agosto de 1896 a outubro de 1897, desembocadura de um fluxo histórico que se avolumou em adversidades, nascidas com a trajetória de inserção política, econômica, social e cultural do Nordeste no contexto do país. Nesse cenário de desesperança, permeado ainda pelas consequências da terrível seca de 1877, Antônio Conselheiro fez florescer sua mensagem messiânica, congregando na sua vila de Canudos, localizada no expoente adustivo do Raso da Catarina, na Bahia, uma impressionante população oito vezes superior à população de Juazeiro — maior cidade do Norte da Bahia, com cerca de três mil habitantes em 1896, equivalente a mais de 10% da Capital, Salvador.

Tida como a guerra mais trágica da história do Brasil, o conflito que evidenciou o abissal entre as elites urbanas dominantes e os esquecidos do Nordeste foi registrado para sempre na história por Euclides da Cunha, em *Os Sertões*.

Em artigo intitulado 'Plano de uma Cruzada', de maio de 1904, incluído posteriormente no livro *Contrastes e Confrontos*, publicado em 1907, Euclides da Cunha propôs um programa para o Semiárido centrado basicamente em construção de açudes; na 'arborização em vasta escala, com os tipos vegetais que, a exemplo do juazeiro, mais se afeiçoam à rudeza climática das paragens'; na construção de estradas de ferro adequadamente dispostas, facilitando o 'deslocamento rápido das gentes flageladas'; em poços artesianos, 'nos pontos em que a estrutura granítica do solo não apresentar dificuldades insuperáveis'.

Aquí eu faria uma observação ao relatório de Euclides da Cunha, pela experiência de quem governou um Estado que tem 75% do seu território encravado

no Semiárido e quase totalmente constituído por cobertura de rochas graníticas: essa característica torna inteiramente impossível a ocorrência de lençol freático e a utilização dos poços tubulares.

De forma contundente e crítica, particularmente em relação às secas e ao conhecimento e às investidas governamentais na região, Euclides da Cunha escreveu:

Diante da enorme fatalidade cosmológica, temos uma atitude de amadores; e fazemos física para moças. Daí a instabilidade e o baralhamento dos juízos. Acompanhamos o fenômeno escravizados à sua cadência rítmica; não lhe antepomos à intermitência a continuidade dos esforços. Entretanto, o próprio variar das causas precipitadas nos revela a sua feição complexa, exigindo longos e pacientes estudos. E evidente que estes serão sempre estéreis, adstritos aos paroxismos estivais, desdobrando-se na plenitude das catástrofes desencadeadas como objetivo ilusório de as debelar, quando uma intervenção realmente eficaz só pode consistir no prevenir as secas inevitáveis, do futuro.

Com o objetivo de centralizar e organizar as ações federais de combate às secas, é criado, em 1909, pelo Presidente Afonso Pena, o IOCS — Inspetoria de Obras Contra as Secas, que, desaparelhada e sem recursos suficientes, enfrenta, já em 1915, uma seca devastadora, cuja severidade e drama social produzido seria registrado pela escritora Raquel de Queiroz no romance O Quinze. Em Fortaleza, é instalado o denominado ‘Campo de Concentração’, para onde eram conduzidos os flagelados, visando um atendimento emergencial conjunto. Sobre esse cenário escreveu Rodolfo Teófilo: ‘A primeira visita que fiz ao Campo de Concentração deu-me a certeza de que em breves dias teríamos ali um Campo Santo’. Infelizmente, o observador não se enganou.

Apesar da calamidade que se configurava a partir daquele ano e mesmo diante da incisiva atividade da imprensa, não se registrou uma pressão proporcional sobre o Presidente Wenceslau Bráz, permanecendo, mais uma vez, a migração para a Amazônia como a providência já natural e surgindo, a partir de então, outra rota que se tornaria preferencial: sudeste e sul do país.

De 1913 a 1919, num contexto histórico em que o problema do Semiárido parecia ter uma solução bifurcada em uma transposição do São Francisco, voltada a perenizar os rios intermitentes, ou na açudagem, foram realizados pelo

IFOCS estudos voltados à primeira alternativa, concluindo, entretanto, pela inviabilidade técnica da obra.

Dessa perspectiva, o estado tecnológico para sua execução na época, em particular as dificuldades na perfuração de um túnel previsto de extensão considerável, ajudou a reforçar a adoção da alternativa de açudagem, defendida pelo então Diretor do IFOCS, Engenheiro Arrojado Lisboa, consolidando, assim, décadas de priorização do que se denominaria, posteriormente, no meio e no jargão técnico, solução hidráulica, rarefazendo-se ao longo dos anos na proporção do declínio orçamentário, em particular no caso das grandes barragens, também pela própria exaustão dos boqueirões viáveis. No final do século XX, praticamente todas as grandes barragens viáveis no Semiárido dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará estariam construídas ou em construção. Assim foi com Castanhão no Ceará, Santa Cruz no Rio Grande do Norte, Jucazinho em Pernambuco e Acauã na Paraíba, que, aliás, foi construída pelo meu governo.

Um esforço para a redução de distorções e imobilismo histórico em relação ao trato do poder central para com o Nordeste no que dizia respeito pelo menos às ações objetivando uma melhor estruturação da região para o enfrentamento das secas viria com a eleição presidencial do paraibano Epitácio Pessoa, que surpreendeu a classe política com uma mensagem presidencial marcada por arrojado programa de infraestrutura com forte componente de obras hidráulicas para o Nordeste.

A seca inseparável da fome e da morte, a estrutura de poder local personificada nos coronéis e seus capangas, a adscrição das agências governamentais às oligarquias, fazendo-as pífias no alcance dos objetivos, o oportunismo adensando o uso espúrio dos paliativos de combate às secas durante as emergências, a rara e conveniente alegação da condição de brasileiro validando os recrutamentos forçados para guerras pouco compreendidas pela população local (como a guerra do Paraguai), acabariam por fazer da alternativa de migração um escape atraente para o sertanejo vitimado nessa moenda impiedosa e já então secular.

Na década de 1930, merece destaque a inédita inserção na Constituição de 1934 da obrigação do poder central em atacar de maneira planejada o problema do combate às secas, tendo sido definido um percentual de aplicação de 4% — que seria reduzido para 3% na Constituição de 1946, uma constituição democrática, mas que significou um passo atrás no trato com um problema tão grave em relação ao Nordeste. A efetivação orçamentária na observação constitucional nos anos subsequentes, infelizmente, ficou longe de se concretizar,

embora a definição institucional do espaço geográfico de tais aplicações tenha sido delimitado dois anos depois, através da Lei nº 175/1936, que definiu o Polígono das Secas, compreendendo o Semiárido de todos os Estados nordestinos, à exceção do Maranhão e do Piauí, havendo este último sido inserido posteriormente, assim como o Norte de Minas Gerais, através da Lei nº 1.348, de fevereiro de 1951.

[...]

A Paraíba, nesse contexto, se insere como um Estado que vê na transposição não apenas um instrumento de seu desenvolvimento econômico, mas, sobretudo, um instrumento necessário à própria sobrevivência humana de sua população.

Tanto por insuficiência como por subutilização da infraestrutura hídrica disponível, reflexo do subdesenvolvimento que marcaria o Semiárido nordestino, a seca enfrentada em 1941-1942 reeditou, por parte do governo federal, as mesmas medidas de transporte de flagelados para o Sul e a Amazônia (visando suprir de borracha o governo norte-americano na já então deflagrada 2ª Guerra Mundial), cabendo, entretanto, assinalar o refreamento do registro de óbitos em decorrência da seca, o que passaria a ser observável daí em diante, principalmente em função das melhorias de infraestrutura viária e de transporte, evitando que os flagelados fossem vitimados na precariedade do percurso, quando afluíam para as cidades maiores em busca da sobrevivência.

Ainda com Getúlio Vargas no Poder, foi criada a Chesf (1945) e, posteriormente, através de José Linhares, o já desgastado IFOCS é rebatizado como Dnocs, Departamento Nacional de Obras contra as Secas, cujo orçamento, a cada ano, reduziu-se a percentuais inexpressivos em relação às previsões e, hoje, é simplesmente um fantasma da Administração Pública, não por falta de espírito público do seu corpo técnico e administrativo, mas por absoluto desconhecimento da própria Administração Federal, que esqueceu do grande celeiro de homens capazes, de homens competentes que construíram uma obra extraordinária em todo o Semiárido nordestino.

Os esforços parlamentares empreendidos junto à Constituição de 1946 possibilitariam a criação da Comissão do Vale do São Francisco originária da atual Codevasf, Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, buscando materializar institucionalmente o reconhecimento da importância do Rio São Francisco não apenas para o Nordeste, mas para todo o Brasil. A dívida natural representada por uma fonte hídrica que, partindo preponderantemente do Estado úmido de Minas Gerais (de onde vêm três quartos da vazão do São

Francisco), avoluma-se na direção da área mais seca do Brasil começaria a ter o seu papel cobrado mais diretamente no fomento ao desenvolvimento nacional, e o rio pagou em moeda ambiental, como aliás reza a regra: desenvolvimento custa natureza.

Aquí fazemos um comentário adicional. Embora seja quase uma lei da economia o binômio de que desenvolvimento custa natureza, nem por isso concordamos com essa posição que lamentavelmente o mundo observou até hoje. É possível se fazer desenvolvimento conciliando papel econômico, papel social e papel ambiental.

A exigência da consideração adequada desses custos na equação de decisão tradicionalmente econômica somente nas duas últimas décadas do século XX passou gradativamente a ocupar lugar necessário na consciência de uma sociedade que precisa pensar-se sustentável.

Da perspectiva científica, dentre as contribuições para o aprofundamento do conhecimento da hidrologia do Semiárido nordestino, o monitoramento das chuvas a partir dos pluviômetros instalados após a criação da inspetoria que originou o Dnocs permitiu uma disponibilidade de informações fundamentais para o planejamento local e regional. Graças a essa coleta de dados, realizada com razoável sistemática, dispõem-se hoje de séries de chuvas com certo adensamento temporal (número de estação com dados em determinado dia, mês ou ano) a partir de 1910.

O retorno de Vargas à Presidência da República coincide praticamente com a ocorrência de mais uma seca no período de 1951 a 1953. Sua abrangência alcançou as plantações de cacau do Sul da Bahia, bem como do Norte de Minas, áreas cuja precipitação decorre, primordialmente, de outros mecanismos climáticos (frentes frias) que não aqueles atuantes no Nordeste. Não foi a primeira nem a última vez em que a coincidência da ausência dos diferentes mecanismos climáticos responsáveis pelas chuvas nordestinas estendeu a área de impacto da seca. Conforme relato de José Américo de Almeida, o impacto sobre o abastecimento de água das cidades ameaçou de tal forma a população que a possibilidade de evacuação se tornou concreta. Na Paraíba, a seca alcançou o litoral, reduzindo a precipitação na capital com maior severidade em 1952 e 1953. E diga-se que a capital do Estado da Paraíba, João Pessoa, está localizada numa pequena faixa, numa estreita, mas privilegiada faixa do litoral, onde o regime de chuva, de um modo geral, tem se manifestado satisfatório. O fluxo migratório para São Paulo, Rio de Janeiro e Oeste do Paraná estabeleceu-se, facilitado por melhores condições viárias.

Os centros urbanos do Sudeste, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, firmavam-se, cada vez mais, como cenário de projeção da esperança do nordestino ao tomar o destino em suas próprias mãos na decisão de migrar. Assim, movido a esperança, o passivo socioeconômico de séculos, agravado pela dança macabra da seca na arena semiárida do subdesenvolvimento, da justiça social e do abandono, passaria a engrossar as fileiras proletárias do motor capitalista brasileiro, não sem manifestações contrárias de certa linha de pensamento temeroso de que o aumento das tensões sociais naqueles centros urbanos pudesse trazer problemas locais. Os baixos salários e o subemprego ou o desemprego impuseram à maioria dos imigrantes a favela como moradia.

No governo JK, iniciado em 1956, é criado o grupo de trabalho que, tendo à frente o economista Celso Furtado, elabora os estudos que dariam formato ao nascedouro da Sudene, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, aprovada em dezembro de 1959. No ano anterior a essa aprovação, sobreveio mais uma seca que, alastrando por cerca de 500 mil quilômetros quadrados (relatório da Sudene de 1981), impactou os Estados da Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí.

Celso Furtado entendia o processo de industrialização do Nordeste como inadiável, ao tempo em que expressava sua descrença na sustentabilidade do contingente populacional do Semiárido, que, em parte, deveria ser deslocado para novas fronteiras agrícolas no Maranhão, reconhecendo, posteriormente, essa como 'a solução mais simples e imediata' para 'o problema mais grave da região'. Ou seja, 'a estrutura agrária', que 'ali era a mais anacrônica' que ele já então 'conhecera mundo afora'.

Atingindo mais de 600 municípios nordestinos, principalmente no Estado do Ceará, sobreveio a seca de 1970, a primeira durante o governo militar, tendo então o Gal. Médici à frente do Executivo. O Presidente se fez presente à reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, que, desde 1966, havia passado a ser responsável pela concepção do plano de emergência para enfrentamento do problema, onde declarou a necessidade de alocação 'de amplos recursos, inclusive externos, em prol de programas de irrigação em áreas selecionadas, além de mencionar ainda o fortalecimento institucional no campo da pesquisa agrícola e a já tradicional colonização das zonas úmidas nordestinas. Também não faltaram as frentes de trabalho e de distribuição de alimentos.

A última grande seca enfrentada pelo Nordeste no período ditatorial ocorreria no período de 1979 a 1984. Os caminhões-pipa, a exemplo do que ocorrera em 1976, dominam a cena das reações governamentais, ao lado das frentes

de trabalho, estas alistando um número recorde de nordestinos: 3 milhões de nordestinos foram alistados nas frentes de trabalho!

Em 1981, mais uma vez, dessa feita pelas mãos do potencial candidato à sucessão presidencial Ministro Mário Andreazza, devidamente autorizado pelo General Figueiredo, foram encomendados estudos visando à transposição do São Francisco para os Estados do Ceará, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, cuja apresentação, como solução para o problema, dar-se-ia no ano seguinte, na reunião da Sudene.

Inquestionavelmente, a seca, que, ao longo de quase todo o séc. XX, ameaçava os centros urbanos interioranos, impactava, nas últimas décadas, cidades até então não tão vulneráveis e mesmo capitais, sendo Fortaleza o caso emblemático, levando o governo do Ceará a empreender emergencialmente, em 90 dias, a construção do chamado Canal do Trabalhador que, com seus mais de 100 Km de extensão, levaria água do Rio Jaguaribe, maior bacia hidrográfica do Ceará, para a região metropolitana da capital cearense.

A regularização do Jaguaribe que possibilitava as retiradas pelo Canal do Trabalhador era feita primordialmente pelas liberações do Açude Orós, então o segundo maior reservatório dos Estados do Nordeste Setentrional, o qual quase exauriu-se para manter aquele novo atendimento.

Naquele ano, a redução da precipitação registrada em Fortaleza foi proporcionalmente maior do que a registrada na região extremamente seca de Inhamuns, no Ceará. O Ministério da Integração Regional tendo a frente o Norte-rio-grandense Aloísio Alves retomou os estudos da transposição do São Francisco para os Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

A ideia era iniciar a obra com caráter emergencial, transpondo inicialmente 150 m³/s, a partir de um ponto e inflexão do São Francisco e a jusante da represa de Sobradinho, na altura da cidade de Cabrobó, em Pernambuco, aliás, ponto esse apontado como captação mais adequada desde os primeiros estudos do século XIX, bem como o primeiro projeto concreto de engenharia elaborado pelo extinto Dnocs — Departamento Nacional de Obras contra as Secas, em 1982. O governo Itamar Franco terminaria sem que a iniciativa saísse do papel.

No segundo semestre de 1997, a constatação de que se estabelecia no pacífico oriental o El Niño, reputado como o mais forte dos últimos 150 anos, levou diversos técnicos e instituições ligadas à área de meteorologia e recursos hídricos a relatarem a elevada probabilidade de ocorrência de uma seca de extrema severidade no Semiárido nordestino, a exemplo do próprio Inpe —

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Chega o ano de 1998, e conforme alertado, não chegaram as chuvas, passando o alerta a ter eco no parlamento e mais espaço na mídia.

As reações governamentais afetas ao problema da seca eram conduzidas pela Sepre – Secretaria Especial de Políticas Regionais, ligada diretamente à Presidência da República, o que conferia ao secretário status de Ministro. A tragédia anunciada por órgão do próprio governo e a inércia da não prevenção, esta última sem nenhuma originalidade em relação a tantas outras situações semelhantes vividas pelo Nordeste, à parte as favoráveis condições de previsibilidade, um agravante sem dúvida, custou o cargo do Ministro paraibano Fernando Catão, que, ao deixar a Sepre, alegou que a não antecipação de medidas objetivava não causar desemprego na região.

O governo federal definiu então uma comissão gestora, presidida pelo Superintendente da Sudene, que assumiu as reações emergenciais, focando a distribuição de cestas básicas, frente de trabalho (rebatizadas estrategicamente de frentes produtivas), caminhões-pipa, em parceria com os governos estaduais; atendimento de saúde às famílias e, curiosamente, talvez buscando um tom de modernidade e originalidade, um programa de alfabetização e capacitação. Foi ainda reiterada (já o havia sido feito na campanha de 1994) pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso a transposição do São Francisco.

Na verdade, os estudos estavam em curso na Sepre desde 1996 e nessa nova versão a secular rota do São Francisco, tendo como ponto mais distante o Ceará (riacho dos Porcos, na Bacia de Jaguaribe), passou a ser denominada de Eixo Norte de transposição, havendo sido inserido — ideia inicialmente por nós proposta.

Eu estava, nessa época, no governo do Estado da Paraíba e, quando se discutia esse programa, ainda a nível técnico, no Ministério da Integração, sugerimos que se criasse mais um eixo, o chamado Eixo Leste, porque esse eixo atenderia a parte mais seca, mais árida, mais ameaçada pelas secas, que era a região do Cariri paraibano, exatamente o eixo do Rio Paraíba, Rio Seco, como sabemos.

O conjunto formado pelos dois eixos passou a ser denominado Projeto de Transposição do São Francisco para o Semiárido Setentrional, beneficiando os Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

A dubiedade do discurso oficial no período de FHC em relação à transposição favoreceu, entretanto, o aprofundamento dos estudos em desenvolvimento na Sepre, que deu origem ao MI — Ministério da Integração Nacional, pois dilatou os prazos da equipe técnica, permitindo, inclusive, a elaboração do pró-

meiro EIA — Estudo de Impacto Ambiental e do Ríma — Relatório de Impacto no Meio Ambiente para o empreendimento, indispensáveis ao licenciamento ambiental, o qual chegou a ser iniciado em 2000, quando foi possível a realização de audiências públicas presididas pelo Ibama em cidades dos Estados beneficiados. O processo foi suspenso no mesmo ano em virtude de uma ação civil pública impetrada pelo Ministério Público da Bahia, sem a realização de nenhuma audiência pública nos demais Estados da Bacia do São Francisco, à exceção de Pernambuco (Audiência Pública de Salgueiro), beneficiado pelos Eixos Norte e Leste. Também ao fim do governo Fernando Henrique Cardoso, o projeto não se materializaria para além das dimensões do papel.

O pernambucano Luiz Inácio Lula da Silva, migrante declarado da seca de destino ímpar entre os que alimentaram o fluxo migratório Nordeste-Sudeste, ao assumir a Presidência da República em 2003, reconhecidamente inovou em termos de atenção institucional em relação ao problema da seca, em particular no que se entendeu por importância de uma transposição do São Francisco como projeto de potencial contribuição ao contexto da falta de água no Semiárido brasileiro. Em 11 de junho de 2003, promulgou decreto designando à Vice-Presidência da República a coordenação de um Grupo Interministerial formado pelo Ministério da Integração Nacional, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda e Casa Civil, com a finalidade de ‘analisar propostas existentes e propor medidas para viabilizar a transposição de águas para o Semiárido nordestino’.

O Vice-Presidente da República, José Alencar, empenhou-se pessoalmente na missão, promovendo audiências públicas nos Estados da bacia do São Francisco e Estado do Tocantins e nos demais Estados com inserção no Semiárido; reuniões com órgãos financeiros nacionais e internacionais; discussão no Senado e na Câmara dos Deputados; debates técnicos, articulações políticas etc., resultando no chamado Plano São Francisco Plano de Sustentabilidade Hídrica do Semiárido brasileiro, consolidado em um relatório técnico conclusivo, outubro de 2003, apresentado e aprovado pelo Presidente Lula e Ministérios envolvidos com o problema.

Na verdade, o Relatório Técnico Conclusivo não se limitou à finalidade constante no decreto de 11 de junho de 2003, propondo um plano de largo espectro, sintetizado por cinco componentes: Programa de Revitalização do São Francisco, Projetos de Integração de Bacias Hidrográficas, Projetos de Acumulação e Distribuição de Água, Ações Localizadas de Infraestrutura e Ações de Gestão de Recursos Hídricos. A transposição de águas para o Semi-

árido Setentrional foi inserida em um contexto mais amplo passando a constar como uma das providências dentre os projetos de integração de bacias visando à sustentabilidade hídrica para o Semiárido brasileiro.

O Plano São Francisco foi proposto como um conjunto de medidas de longo prazo — a revitalização do São Francisco, por exemplo, tem horizonte inicial de desenvolvimento ao longo de vinte anos —, com vistas a eliminar o fator água como restrição ao desenvolvimento regional. No seu estágio atual, no que concerne à integração do São Francisco com os Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, aguardamos a conclusão do processo de licenciamento ambiental por parte do Ibama, o que acreditamos deverá ocorrer nas próximas semanas, haja visto estarem cumpridas todas as etapas previstas em lei para concessão de licença, permitindo o início do processo licitatório da obra.

Perceber que a sustentabilidade hídrica para o desenvolvimento da maior parte do Semiárido Setentrional, em algum horizonte de tempo, dependerá da bacia do Rio São Francisco tanto quanto os Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas é perceber o óbvio.

Geralmente, os debates de participação pública realizados sobre o tema da integração do São Francisco tendem a assumir feições maniqueístas. Para os que se contrapõem ao projeto, dentre outros argumentos apresentados com relevante frequência, tem-se a visão de que uma transposição representaria uma decisiva ou até fatal agressão ambiental ao São Francisco, esquecendo que, em termos de vazão, retirada o empreendimento transposição é menor do que muitos implantados e em implantação na bacia, praticamente isentos de tal resistência de base escatológica, ‘inocentados’ pura e simplesmente por sua localização geográfica (dentro da bacia).

O exercício dogmático da discussão parece se tornar particularmente atrativo quando o foco é de natureza ambiental. Nesse caso, o imperativo da causa (ecológica), por si, basta como excludente da alternativa da sustentabilidade hídrica do Semiárido Setentrional através de uma transposição a partir do São Francisco.

A integração proposta pelo governo Lula propõe a retirada de ínfimos $26\text{m}^3/\text{s}$ para abastecimento humano na situação de excesso de disponibilidade de água no São Francisco (Sobradinho sangrando) o bombeamento de $64\text{m}^3/\text{s}$ em média (já incluídos os $26\text{m}^3/\text{s}$ para abastecimento humano), atingível no 25º ano após as obras haverem sido concluídas.

O Plano Decenal da Bacia Hidrográfica do São Francisco, elaborado pela ANA – Agência Nacional de Águas e acompanhado pelo próprio Comitê da

Bacia do São Francisco, demonstrou que, mesmo no cenário de desenvolvimento mais favorável no qual o país crescerá a taxas acima de 8% ao ano, será preservada com grande folga a água para o desenvolvimento na própria bacia do São Francisco, posto que o volume retirado pela integração com o Semiárido Setentrional é irrisório. Para fornecer uma ideia do que significa essa vazão, tomemos a hidroelétrica de Itaparica, que, na cota máxima (equivalente ao volume máximo), apresenta um espelho d'água de 828km² e, finalmente, considerando uma evaporação média de 6mm/dia, a vazão máxima retirada pela transposição em um dia de funcionamento após 25 anos da implantação evapora em apenas dois dias em Itaparica.

Comparando-se agora com Sobradinho, imaginemos aquele reservatório com armazenamento médio, digamos, entre as cotas 385,67 (13,22 bilhões de m³) e 386,37 (14,69 bilhões de m³). Se um operador, realizando leitura diária do nível d'água, equivocar-se em apenas 1cm nessa leitura (evento totalmente factível, dada a ocorrência em ondas em Sobradinho várias vezes maiores que esse valor), ele estará errando no armazenamento por cerca de 21 milhões de m³. Caso seja retirada uma vazão de 242m³/s em 24 horas (equivalente aos 21 milhões de m³), na próxima leitura diária ele sequer terá condições de perceber essa retirada, quatro vezes maior do que a retirada média para os eixos norte e leste, após 25 anos de sua implantação.

É sabido que o projeto da transposição está dividido em duas etapas: uma etapa drenará aquela quantidade ínfima de 26 metros, e a segunda etapa se dará depois de 25 anos.

Quanto à energia elétrica, a recuperação da energia necessária ao acionamento do sistema eixo norte é superior a 2/3, ou seja, a potência instalada é de 214MW.

Só para resumir esse tópico sobre o aspecto de geração de energia e consumo versus geração de energia elétrica, o projeto da transposição recupera dois terços da energia consumida no bombeamento.

Há uma forte incidência de aspectos relacionados com equidade social na tomada de decisão de implantação de uma transposição, isso, à parte a questão do futuro agravamento do desequilíbrio do balanço hídrico nas bacias do Semiárido Setentrional. Também validado no plano legal — o São Francisco é um rio de ingerência federal —, a equidade social referida consiste na equiparação de condições entre os cidadãos que habitam o Semiárido Setentrional com os cidadãos que habitam a bacia do São Francisco, no acesso às águas de domínio da União, cujo corpo hídrico principal concentra 70% da água disponível na

região. O São Francisco, sendo um rio da União, não comporta, na temática que envolve o acesso e uso sustentável das suas águas, nenhuma distorção de base meramente geográfica que impute a brasileiros nascidos fora dos limites da bacia tratamento inferior em relação ao dispensado aos nascidos nos Estados são-franciscanos. Todos são cidadãos brasileiros.

Finalmente, ressalte-se que o projeto de integração proposto, contextualizado no espaço formado por todas as dimensões influentes na questão da sustentabilidade hídrica do Semiárido nordestino, representa uma resposta histórica a um problema cujas consequências socioeconômicas, já seculares, extrapolam os limites do Polígono das Secas, influenciando negativamente o país inteiro, com repercussão no exterior, fatores suficientes como apelo ético e moral às forças políticas representativas desta nação brasileira, para convergirem em apoio à iniciativa que, certamente, merecerá o aplauso das presentes e futuras gerações.”

Reflexões sobre as medidas implementadas para atender às necessidades da seca. Leitura de nota divulgada pelo arcebispo da Paraíba, dom Aldo Pagotto, acerca da polêmica em torno da transposição das águas do Rio São Francisco e a respeito da greve de fome que está sendo empreendida por Dom Luiz Flávio Cappio (como Líder), 5/10/2005

[Publicação no DSF de 6/10/2005 - Página 34032]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, instalou-se uma polêmica, que está trazendo muita confusão, em torno do projeto da transposição das águas do São Francisco para os Estados do Nordeste Setentrional, a saber, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará; estes Estados são os únicos Estados do Nordeste que não contam com nenhum curso d’água permanente, o que significa dizer que no Semiárido são estes Estados onde as secas se tornam mais agudas.

Há alguns dias, em um discurso, fiz uma análise histórica do curso da seca desde do Brasil Império até os dias de hoje; e os registros históricos têm mostrado que as medidas pontuais e emergenciais até então implementadas para atender as necessidades da seca se mostraram inteiramente ineficientes, inócuas.

O Presidente Lula teve a feliz ideia de elaborar e assumir politicamente a responsabilidade pela única solução capaz de minimizar os efeitos da seca, inclusive permitindo ao Brasil a oportunidade de tratar com dignidade os irmãos do Nordeste Setentrional.

Esta semana surgiu um protesto feito por um Bispo da Bahia. Esse protesto está sendo objeto de contestação, inclusive entre as autoridades eclesiais do Brasil. Gostaria de ler aqui e agora, para constar dos Anais do Senado da República, a nota que o Arcebispo da Paraíba expediu a respeito dos fatos que respondem melhor do que qualquer outro comentário a respeito da greve de fome que está sendo levada por esse referido Bispo.

A nota tem o seguinte teor:

Os Bispos da Região Nordeste do Brasil são, em sua maioria, a favor da Integração das Bacias do Rio São Francisco. O Arcebispo da Paraíba, Dom Aldo Pagotto, afirma que em sua quase totalidade, os Bispos do Regional Nordeste-2, compreendendo os Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas, no dia 9 de março do presente ano, em reunião reservada, realizada na sede da CNBB em Recife, reiteram essa posição, endossando a esperança do povo nordestino.

O protesto do Bispo de Barra (BA) que está em greve de fome deve ser visto como ato pessoal. Ele não consultou os responsáveis da CNBB, tomando uma atitude isolada da opinião do episcopado. Seu gesto não se identifica com a opinião e com a postura de muitos outros bispos brasileiros. 'Posso tentar respeitar o protesto pessoal do bispo, enquanto cidadão. A Constituição e a democracia garantem-lhe o direito de expressão. O mesmo direito é garantido a qualquer cidadão e cidadã, bem como aos movimentos populares. A mesma e única Constituição não lhe garante o direito de praticar uma espécie de eutanásia. Ninguém é senhor da própria vida! Acometido de coma profundo, caso chegasse ao êxito final de seus intentos, não se pode negar socorros emergenciais. Como cidadãos e irmãos, não podemos deixá-lo morrer à míngua. Entendo que nosso irmão poderá optar pelo diálogo oferecido pelo Presidente e pelos órgãos administrativos ligados ao projeto', afirma Dom Aldo, categoricamente.

A carta que a Presidência da CNBB enviou ao Presidente Lula foi, de certa forma, mal compreendida. A CNBB não assume a posição contrária à transposição do Rio São Francisco, não cabendo à missão da Igreja discutir soluções

técnicas. Porém cabe-lhe propor a discussão dos impactos antropológicos e das dimensões éticas, ademais da tecnologia específica da transposição, de alta complexidade.

As discussões sobre o projeto foram amplamente absorvidas durante as audiências públicas, realizadas em alguns lugares com total serenidade. Em outros, nem sequer foram realizadas, tumultuadas por pessoas e grupos contrariados em seus interesses. A CNBB entende que a revitalização do rio, contemplada no projeto, importa em sua preservação, bem como na vida da população ribeirinha.

O Arcebispo da Paraíba, por meio desta nota, reafirma a sua posição de ser favorável à transposição do rio por acreditar que as águas do 'Velho Chico' vão trazer renda e acabar com a sede de milhares de pessoas carentes tão castigadas com a seca que maltrata a nossa região.

Essa nota, Sr^{as} e Srs. Senadores, é um aviso aos navegantes, aos pescadores de águas turvas que estavam aproveitando o incidente da greve de fome equivocada, levada a efeito pelo Arcebispo da Barra, para fazer explorações políticas e tirar ilações contrárias à implementação imediata da transposição do Rio São Francisco.”

O desmantelamento do programa de recursos hídricos do Estado da Paraíba, 27/4/2006

[Publicação no DSF de 28/4/2006 - Página 13673]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, venho a esta tribuna expor o processo de destruição de um projeto que o povo da Paraíba sagrou como fundamental para o nosso desenvolvimento. Refiro-me ao seguimento de recursos hídricos. A população paraibana depende da regularização artificial de rios pela transferência de águas entre bacias ou pela construção de barragens.

É bom lembrar que a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Ceará são os únicos Estados nordestinos com quase a totalidade de seus territórios situados no chamado Semiárido, que não dispõem de recursos de água permanentes. Os nossos rios e riachos fluem apenas na estação das chuvas, que lá chamamos de inverno. Logo depois, no verão, eles secam exatamente no momento em que mais precisamos de recursos hídricos até para sobrevivência da população e dos rebanhos do criatório paraibano.

Daí a vultosa importância que tem a regularização desses cursos de águas ou a sua transposição, por meio de adutoras ou de canais abertos, permitindo uma integração de todas as suas bacias hidrográficas.

Entre 1995 e 2002, criamos o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, amparados pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a política nacional de recursos hídricos. Qualquer governante ou cidadão bem informado sabe muito bem o que representa para o Semiárido a seriedade do fornecimento de água à população.

Ao desmontar o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, organizado a duras penas ao longo de anos, a atual administração da Paraíba cometeu dois erros graves: desprezou o esforço empreendido anteriormente e retirou do Estado a oportunidade de obter financiamento nacional e internacional do Proágua.

O Proágua Semiárido é um dos mais importantes programas de infraestrutura hídrica e de gestão de recursos hídricos para a região nordestina. Financia a prestação de serviços especializados, propiciando a difusão de conhecimento entre as equipes locais e técnicos federais e de entidades internacionais.

Além de permitir o financiamento das obras físicas, ele é um programa extraordinário de formação de quadros técnicos de recursos humanos indispensáveis a uma maior abordagem técnica, científica do problema das secas no Nordeste.

O Plano de Águas, criado com recursos do Proágua, investiu na infraestrutura e na gestão de recursos hídricos. Instituímos o Sistema Adutor do Cariri para levar água do açude Boqueirão para dez cidades e mais quinze distritos, num raio de 180 quilômetros, na região do Cariri, beneficiando ainda o Município de Pedra Lavrada, na região do Curimataú paraibano.

Negociamos o financiamento para o Sistema Adutor do Congo, servindo Monteiro, Serra Branca, Sumé e várias outras cidades vizinhas. Até 2002, 100% das tubulações foram adquiridas e 80% assentadas; as estações de bombeamento foram iniciadas; enfim, todos os equipamentos foram adquiridos e montados. Contratamos também a aquisição de equipamentos como bombas, válvulas, quadros elétricos, entre outros.

Sr. Presidente, a despeito de contar com recursos garantidos pelo Bird, a obra foi paralisada em 2003 pela atual administração da Paraíba. Sob pressão da opinião pública foi retomada algum tempo depois. O Estado recebeu, em fevereiro de 2005, mais de R\$2,5 milhões para a sua conclusão, contudo a situação atual é de quase paralisação.

Como explicar tamanho desrespeito à administração pública? O esclarecimento parece simples, se combinarmos pelo menos três 'Is': inépcia, ineficiência e inércia.

Primeiro, foi desmontada a estrutura que havíamos criado. A Aagisa – Agência de Águas, Irrigação e Saneamento, e a Semarh – Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Minerais, foram extintas. Uma das componentes do sistema que não foi abolida, a UGP – Unidade de Gestão do Proágua na Paraíba, ficou, entretanto, a ver navios.

Em segundo lugar, o convênio do Proágua/Gestão não foi renovado em tempo hábil, redundando na perda de R\$1,2 milhão aos cofres do Estado. Além disso, os consultores lotados na UGP não recebem pagamento há quatro meses. A Paraíba é hoje o único Estado nordestino participante do programa a exibir tal conduta.

Como corolário, a obra está paralisada. A incapacidade administrativa gerou a carência de pessoal para preparar as prestações de contas. A consequente falta de pagamento à construtora responsável pela obra e aos fornecedores de equipamentos hidromecânicos e eletromecânicos levou ao abandono dos trabalhos. Repito: a obra está paralisada, mesmo existindo dinheiro em caixa para sua conclusão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a situação de desleixo administrativo que ora descrevo terá repercussões futuras para o nosso Estado. Além de não atender às necessidades de abastecimento de água da população, cria entraves à contratação de financiamentos internacionais pela Paraíba.

O descalabro administrativo é demonstrado também no descaso com a manutenção de obras construídas. O Sistema Adutor do Cariri, concluído em 2002, sofreu sabotagem no sistema de automação, segundo relatório técnico da empresa Enatec, responsável pela manutenção da adutora. Placas do circuito integrado do sistema de automação, com voltagem de 110V, foram ligados diretamente na voltagem de 220V!

Em 2005, o Bird avaliou todos os sistemas adutores construídos com o seu financiamento no Nordeste e concluiu que a operação da adutora do Cariri fora comprometida pela falta de manutenção, tornando-se irrecuperável. Como resultado, o Estado da Paraíba terá de devolver cerca de R\$1 milhão pela falta de funcionamento do sistema de automação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, poderíamos nos alongar muito mais, pois todos os sistemas adutores financiados com recursos estaduais têm sofrido com o descaso e despreparo administrativo do atual governo. O Sistema Adutor

Coremas-Sabugí, que transporta água do açude Coremas — o maior do Estado —, para o abastecimento de mais de 180 mil pessoas, entrou em colapso.

O que nos preocupa é que o abastecimento da população seja sabotado por motivos políticos. Isso pode ocorrer pela interrupção no fornecimento de energia elétrica ou pelo desligamento imprevidente das bombas hidráulicas, isolando o sistema de proteção contra variações de pressão hidráulica.

Atualmente, o sistema Coremas-Sabugí parou de fornecer água aos grandes centros urbanos beneficiados. Em resposta à demanda da população, a Companhia Estadual oferece águas residuais de outros açudes com alto teor de sal, dada a estiagem que castiga a área e que hoje, felizmente, já está superada porque, com a graça de Deus, as chuvas chegaram à Paraíba de forma abundante. Mas o povo do Cariri continua reclamando que lhe seja oferecida a água que chega até aquela região desde o nosso governo por meio dessa obra, uma adutora de 180km, para atender exatamente a esses municípios que sofrem com as deficiências ecológicas da região: alta salinidade no solo e no subsolo e chuvas e invernos irregulares. Estamos falando de um sistema com alto potencial de água potável, mas atualmente inoperante na maioria de seu percurso.

Outro setor em absoluto descaso é o das barragens. Por exemplo, a barragem de Jandaia, no Município de Bananeiras, na região do Brejo paraibano, teve a sua construção iniciada no segundo semestre de 2001.

Em 2002, as precipitações pluviométricas diárias, no período de pico das chuvas, foram superiores a 50mm, o que demandou a construção de 'sangradouro de emergência', que não foi executada como deveria. Tampouco a obra foi concluída. No ano de 2003, não ocorreram danos maiores à população em função do parco inverno.

Em 2004, ano atípico, ocorreram chuvas intensas no interior do Estado. As obras de construção ou de manutenção de barragens que foram abandonadas prejudicaram as populações a jusante. A incidência de chuvas pesadas na área da barragem e a cheia do Rio Curimataú ameaçaram com deslocamentos de água e terra os municípios de Caiçara, os Distritos de Umari e Cachoeira, na Paraíba, e a cidade de Nova Cruz, no vizinho Estado do Rio Grande do Norte, Estado do meu querido amigo Senador Garibaldi Alves Filho, que está presente neste momento. A reação foi plácida, irônica e omissa, acusando o governo anterior, culpa que foi evidenciada em sentido contrário.

O mesmo ocorreu com a barragem de Acauã, terceira maior barragem construída na Paraíba. Mais de quinhentas mil pessoas ficaram expostas ao risco de uma possível ruptura. A barragem tem capacidade para armazenar 253 milhões

de metros cúbicos e abastece Campina Grande, com 340 mil habitantes, além de todo o Baixo Paraíba. Objetiva também controlar as cheias do Baixo Paraíba e garantir o suprimento à agricultura e a aquicultura.

A obra de inegável importância foi [...] e continua sendo boicotada pela atual administração, que apresenta díspares justificativas para o descaso, sem a menor fundamentação técnica.

Em junho de 2004, a Paraíba testemunhou o maior desastre envolvendo barragens em sua história. A fundação da Barragem de Camará no Município de Alagoa Nova, na região do Brejo paraibano rompeu. Construída nos anos de 2001 e 2002, no meu governo, com capacidade de armazenamento de 27 milhões de metros cúbicos e altura de aproximadamente 42 metros, a falta de manutenção e de monitoramento do manancial causou um desastre. Isso porque a fundação rochosa da barragem se deslocou e liberou, em poucos minutos, cerca de 18 milhões de metros cúbicos de água, arrasando a zona rural e urbana das cidades de Alagoa Grande, Mulungu e Alagoinha, tragando cinco vidas.

Dada a dimensão da tragédia, uma Comissão Mista formada pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual ajuizou duas ações: a primeira cível, contra o então Secretário de Recursos Hídricos do atual governo e seu Coordenador de Obras; e outra, penal, responsabilizando pelos cinco homicídios os mesmos gestores públicos do governo da Paraíba.

Não bastassem todos os desmandos aqui expostos, os distritos de irrigação, construídos no meu governo estão totalmente devastados e abandonados. O Projeto Várzeas de Sousa, o Canal da Redenção, o Canal Várzea de Arroz e Piancó 1, 2 e 3 — para citar apenas alguns — são exemplos do que a incapacidade administrativa pode acarretar para o futuro das populações de um Estado ou região. Nos dois primeiros projetos, foram investidos R\$110 milhões de recursos federais e estaduais, mas a falta de manutenção prejudicou toda a região e vem sendo objeto de cobrança por parte do Tribunal de Contas da União.

Sr. Presidente, o atual governo não investiu um centavo na conservação e manutenção dos equipamentos nem na continuidade de expansão dos perímetros irrigáveis do Projeto Várzeas de Souza, com uma área de cinco mil hectares, abastecido pelo Canal da Redenção com capacidade de condução de quatro metros cúbicos de água por segundo.

Concluído em 1998, até dezembro de 2002 era utilizado para a criação de tilápias e para projetos de irrigação ao longo de seus 37 quilômetros de extensão.

O Banco Mundial, ao avaliar os projetos de transposição executados no Brasil, publicou, em junho de 2005, que as experiências com o Canal da Re-

denção e com o complexo Várzeas de Souza foram um fracasso. Assim, a falta de gerenciamento, a má conservação das estruturas hidráulicas e a perda da qualidade da água identificada pelo Banco Mundial favorecem os argumentos daqueles que se opõem ao projeto de transposição do Rio São Francisco e que muito beneficiaria o nosso Estado. Vale ressaltar que outros Estados nordestinos serão negativamente influenciados pelos três 'Is' do atual governo da Paraíba.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a questão do abastecimento de água para consumo humano e animal, para irrigação, para lazer e para a geração de energia não pode ser abordada por injunção político-eleitoreira.

Estamos convictos de que o abastecimento de água será a maior questão a ser resolvida pelas gerações futuras. Planejamos e investimos no abastecimento d'água durante nossa passagem pelo governo da Paraíba.

Mantemos nosso propósito e, certamente, com a graça de Deus, sabemos que, mais cedo ou mais tarde, todo esse potencial de recursos hídricos colocado a serviço do desenvolvimento da Paraíba voltará a funcionar na sua plenitude, quando outros governantes, com maiores e mais fundos compromissos com as questões maiores do nosso Estado, tiverem a oportunidade de corrigir os erros e os deslizes acontecidos na atual gestão.”

Debate sobre a necessidade de adoção de política para o abastecimento de água para a região do Semiárido nordestino (como Líder), 12/7/2007

[Publicação no DSF de 13/7/2007 - Página 23886]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, retorno a esta tribuna com o importante tema da garantia de água para abastecimento humano e desenvolvimento socioeconômico da parcela do Semiárido brasileiro que não dispõe de rios perenes e é obrigada a conviver com crises de abastecimento que ameaçam hoje até mesmo o setor de menor consumo: a água de beber em importantes cidades nos estados do chamado Semiárido Setentrional formado pela Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará.

No Nordeste Setentrional, repita-se, sem rios perenes, surpreendem ainda carências em abastecimento de água, que submetem a estabilidade econômica à insegurança hídrica avessa à certeza propícia a investimentos. Mais grave

ainda: estarrece constatar que à quinta maior cidade brasileira — Fortaleza/CE — impõe-se conviver com a guilhotina do colapso absoluto no seu sistema de abastecimento de água, a exemplo de outras como Campina Grande/PB (344 mil habitantes-2000) e Caruaru/PE (350 mil habitantes-2000). Com frequência crescente, também outras cidades da região acionam a Justiça para garantir seus direitos de abastecimento na disputa pelos poucos recursos hídricos locais. Embargos judiciais de usos de águas para abastecimento humano podem — com fiscalização eficiente — ter o efeito pretendido, mas liquidam a economia local por proibir o uso da água para outros fins.

É no contexto do previsível desabastecimento dos centros urbanos que a integração do Rio São Francisco com o Nordeste Setentrional se insere e se justifica de maneira incontestada.

Desde sua primeira menção, ainda no século XIX, até poucos anos atrás, o empreendimento vinha sendo apresentado como um megaprojeto para irrigar terras ao Norte do Rio São Francisco. Entretanto, do crescimento das cidades, catalisado pela mudança de perfil da população local — de rural para urbana — emergiu um quadro de demandas hídricas no qual uma interligação com o São Francisco com fins de suprimento humano torna-se, nos casos mais extremos, emergencial, tanto pelo prazo necessário para a execução física da obra, como pela incontornabilidade de uma provável situação de colapso absoluto.

A própria forma de operação do sistema de integração reproduzida na Outorga para o projeto emitida pela ANA — Agência Nacional de Águas — espelha essa priorização legal e humanitária do abastecimento de uma população que em 2025 nos municípios beneficiados chegará a 12 milhões. A operação do sistema preconiza que 26,4 m³/s sejam destinados, sem restrições, ao suprimento da população através dos chamados eixos de integração Norte e Leste. Ambos os eixos captam a água entre as represas de Sobradinho e Itaparica e têm respectivamente uma capacidade de condução de 99 m³/s e 28 m³/s.

Portanto, o verdadeiro perfil da integração do São Francisco é o de solução racional e única para o problema do desabastecimento dos centros urbanos. Não há originalidade em adotá-la. Assim resolveram seu problema cidades como São Paulo, onde a transposição do Rio Piracicaba retira cerca 65% de sua vazão para garantir a existência da megalópole. Assim se abastece o Rio de Janeiro que sem transpor 70% da vazão do Rio Paraíba do Sul para o Rio Guandu igualmente seria insustentável com sua população. A capital baiana complementa o suprimento de água com a transposição da barragem Pedra do Cavalo para o sistema metropolitano de abastecimento de água. Aracajú, a capital sergipana, deriva

do próprio Rio São Francisco, através de uma transposição, a água que lhe é imprescindível para sustentar sua população. Trata-se, portanto, meus amigos, de uma solução convencional, adotada dentro e fora do Brasil para resolver problemas de desequilíbrio entre ofertas e demanda de água em uma região.

Obras de transposição entre bacias hidrográficas são usadas inclusive no próprio Semiárido Setentrional com o objetivo de corrigir com águas locais os desequilíbrios hídricos abrandáveis com essas disponibilidades. No meu estado da Paraíba, enquanto estive a frente do governo realizamos várias obras dessa natureza, como o Canal da Redenção composto de 37 km de canal revestido, túneis, sifões e aquedutos cujo objetivo maior é o de viabilizar a irrigação no Projeto Várzeas de Sousa com 5.000 hectares de infraestrutura de uso comum também concluído no meu governo.

Várias outras transposições foram realizadas no meu governo com fins de abastecimento humano, interligando açudes de maior capacidade com cidades cujos mananciais locais já não respondiam com segurança o atendimento dos conglomerados urbanos. Assim, planejamos e executamos cerca de 800 km de sistemas adutores garantindo uma solução cidadã para o abastecimento de cidades como Patos, hoje com mais de 100 mil habitantes, e que vivia a depender dos humores do clima para não se submeter a racionamentos que chegavam a 15 dias sem água para 1 dia com água, sem falar no risco de um colapso absoluto quase todos os anos. Exemplos de obras dessa natureza executadas no âmbito do que denominamos Plano das Águas foram os sistemas adutores do Cariri, do Congo e Coremas-Sabugi.

A infraestrutura receptora das águas do São Francisco na Paraíba está pronta e a ela tivemos a satisfação de acrescentar a barragem de Acauã no Rio Paraíba, que se tornou a terceira maior do estado, ficando atrás apenas do Coremas-Mãe d'água e Boqueirão. Dentre esses três maiores reservatórios, o Coremas-Mãe d'água viria a ser o único a não receber águas da transposição, fato injustificável, visto ser o maior reservatório do Estado. Assim, tão logo tomamos conhecimento do problema procuramos o Ministério da Integração Nacional ainda na gestão Ciro Gomes e obtivemos do coordenador do projeto, com o aval do Ministro, a determinação de que se elaborasse o projeto do pequeno ramal interligando o Eixo Norte com as cabeceiras do Rio Piancó, principal tributário do lago do sistema Coremas Mãe d'Água. Temos certeza de que na atual gestão, o Ministro Geddel Vieira dará a continuidade necessária para a concretização desse justo pleito.

Sr^{as} e Srs. Senadores, enquanto fomentador de desenvolvimento regional, o empreendimento da transposição cumpre sua função — dentro da regra de operação explicada — de levar sustentabilidade hídrica para as atividades econômicas em curso e planejadas. Sem água não se pode pensar em nenhum modelo de desenvolvimento, muito menos na reversão do quadro socioeconômico estabelecido.

Em seu estágio atual o projeto passou por todos os trâmites previsto na legislação vigente. Recapitularei resumidamente as etapas já cumpridas nessa longa batalha para garantir o acesso de brasileiros às águas de um rio igualmente brasileiro, classificado como de ingerência federal visto que cruza mais de um estado da federação, conforme Lei Federal 9.433/1997. Em maio de 2003 a Agência Nacional de Águas — ANA emitiu a Nota Técnica 123 — na qual embasava a consistência técnica em se emitir a Outorga Prévia pelo uso das águas sanfranciscanas pelo projeto de integração. Em setembro de 2004, foi emitida a Nota Técnica 492, um Parecer do Ministério do Meio Ambiente em que se atestava haver disponibilidade de água no São Francisco para atender ao projeto sem trazer nenhum prejuízo ambiental para a bacia. Em janeiro de 2005 — Conselho Nacional de Recursos Hídricos, entidade maior que trata das águas brasileiras, aprovou o Projeto e publicou a aprovação na Resolução 47/2005. Em setembro de 2005, a Agência Nacional de Águas, subsidiada na sua Nota Técnica 390, publicou a outorga definitiva do projeto e o Certificado de Sustentabilidade Hídrica, documento que atesta a viabilidade do empreendimento segundo os critérios hidrológicos, econômicos e financeiros, precinzados em lei e fiscalizados por aquela agência.

No que respeita ao licenciamento ambiental, após a emissão da licença prévia para o empreendimento pelo IBAMA, veio à cena uma verdadeira enxurrada de ações na Justiça contestando a viabilidade ambiental do projeto. O Ministro Sepúlveda Pertence, encarregado no Supremo Tribunal Federal de tratar do assunto, debruçou-se com toda sua equipe no processo e após quase dois anos de exaustiva análise e oitiva e todas as partes envolvidas, cassou todas as liminares que engessavam o processo de implantação do projeto. O parecer final do Ministro Sepúlveda, com suas quase 70 páginas, representa uma verdadeira referência bibliográfica no esclarecimento de questões que vinham sendo sistematicamente distorcidas para a opinião pública.

Temos notícia de que determinados setores tentam ainda barrar a execução do projeto ajuizando ações no STF. Fizemos um apanhado dessas ações e asseguro aos senhores e as senhoras que nenhuma dessas novas ações trazem

argumento novo. Trata-se dos velhos argumentos exaustivamente tratados pelo STF no Parecer do Ministro Sepúlveda Pertence e já demolidos um a um com fundamentação técnica incontestável.

Na verdade, o maior problema enfrentado pelo projeto de integração do São Francisco com o Semiárido Setentrional é sem dúvida alguma a difusão de falsas informações em torno de questões de caráter eminentemente técnico.

Como já disse anteriormente, não se trata de um projeto voltado prioritariamente para o uso econômico das águas transpostas no Semiárido Setentrional. A prioridade absoluta do projeto, consoante com a própria hierarquização de uso determinada na lei brasileira, é o abastecimento humano urbano. Enfatize-se que a discussão da transposição como projeto de desenvolvimento estratégico e equidade social entre regiões tornou-se secundária diante da urgência de se resolver o problema do abastecimento urbano. Assim, as duas perguntas básicas são: quanto se precisa de água para suprir 12 milhões de pessoas (em 2025)? E qual é a fonte mais adequada para o atendimento?

Estudos técnicos desenvolvidos nos últimos anos, recentemente validados pela ANA — Agência Nacional de Águas, demonstram que uma vazão de 26,4 m³/s, conforme mencionei, é suficiente para o atendimento. Quanto à fonte hídrica, o Rio São Francisco concentra cerca de 70% da água doce disponível no Nordeste. No ponto de captação do projeto, entre as represas de Sobradinho e Itaparica, o rio apresenta uma vazão mínima garantida de 1.850 m³/s. Os 26,4 m³/s representam 1,4% desta vazão. E a geração de energia? Não será afetada? A vazão firme retirada é tão pequena que o próprio esquema operacional praticado pela Chesf absorve, sem prejuízos, essa retirada. Simulações de operação integradas dos sistemas elétrico e hidráulico (Norte e Nordeste) atesta haver impacto irrelevante. Ainda que houvesse, a legislação brasileira e o senso humanitário asseguram o saciar da sede antes da geração do quilowatt.

Em resumo, se examinarmos as questões que alimentaram esse debate político veremos que o mote predileto dos contrários à integração versa sobre a disponibilidade efetiva de água no São Francisco e no Semiárido Setentrional. Por um lado, apregoa-se o São Francisco como um rio sem condição hidro ambiental de atender à demanda de água do projeto. Por outro lado, alega-se que sobra água no Semiárido Setentrional, numa simplória confusão entre 'capacidade de armazenamento' — volume dos açudes cujo preenchimento com água depende do humor de São Pedro — com 'disponibilidade efetiva de água' — água armazenada pelos açudes nos anos de bom humor de São Pedro.

A conclusão de importantes estudos relacionados com a bacia do São Francisco e com as bacias receptoras do Semiárido Setentrional derrubou formalmente velhos argumentos difundidos há anos na captação de incautos para engrossar as fileiras dos que têm o projeto como o algóz do rio. O Plano Decenal da Bacia Hidrográfica do São Francisco elaborado pela ANA, acompanhado e discutido pelas Câmaras Técnicas do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco e aprovado por esse último, demonstrou cabalmente que há disponibilidade para o atendimento de todas as necessidades hídricas da própria bacia e do Semiárido Setentrional sem comprometer as folgas, ainda que as demandas sanfranciscanas praticamente tripliquem nos próximos 20 anos, algo historicamente sem registro. Crescendo à inédita taxa de 5,2% ao ano, a demanda na bacia saíria de 91 m³/s (2005) para 262 m³/s em 2025.

Assim, o Plano Decenal do São Francisco adotou uma vazão de 360 m³/s para cobrir, repita-se com folga, todas as demandas internas e externas da bacia, não podendo ser omitido que, caso fosse necessária a alocação de mais água para o setor de abastecimento humano, essa vazão poderia crescer para 370, 380, ...400 m³/s, etc, pois o abastecimento humano é prioritário em relação a qualquer uso econômico da água.

Premissa constitucional — e humanitária do ponto de vista ético — assegura o abastecimento humano como prioridade absoluta na alocação de águas no país. As deficiências de disponibilidade de água nos centros urbanos do Semiárido Setentrional careceram de estudos técnicos apenas para quantificá-las, não para reconhecer sua existência. Essa é apresentada pela mídia nacional a cada recorrência de seca. A disponibilidade per capita naquela região está abaixo do mínimo recomendado pela ONU, o que foi recentemente ratificado pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos, divulgado em fevereiro de 2006 pelo Ministério do Meio Ambiente. O que representa a correção dessa deficiência natural secular para 390 sedes municipais, onde habitarão 12 milhões de brasileiros, em termos de volume de água? A derivação de 26 m³/s através de dois canais — eixo Norte e eixo Leste — o que equivale a ínfimos 1,4% da vazão regularmente liberada pela represa de Sobradinho.

Para melhor explicitar que essa insignificância de volume não é o fator que quebraria a sustentabilidade ambiental do São Francisco, comparemos: esse volume de água, se retirado ao longo de 24 horas/dia, equivale ao volume que evapora no lago da represa de Itaparica — onde desemboca a água liberada por Sobradinho — em apenas 10 horas. E ainda: há dezenas de meritórios projetos implantados e em implantação na bacia do São Francisco que derivam 2, 3, 4

vezes esse volume, não para abastecimento humano, mas para irrigação, e nem por isso registrou-se uma celeuma como vivenciamos até bem pouco tempo.

Como já me referi, os chamados eixos de integração — Norte e Leste — têm respectivamente uma capacidade de condução de 99 m³/s e 28 m³/s. Ora, se para consumo humano necessita-se de apenas 26 m³/s, por que uma capacidade total de 127 m³/s (99+28 m³/s)? Para garantir, apenas com os excessos de água nos períodos de cheia do São Francisco, a sustentabilidade socioeconômica do Semiárido Setentrional. Como as cheias no São Francisco ocorrem, em média, em quatro anos por década, durante esses anos os canais funcionarão à plena carga, transferindo para os açudes da Semiárida Setentrional irrisória fração de 1% do volume das enchentes. Note que a sustentabilidade hídrica do desenvolvimento socioeconômico do Semiárido Setentrional é alcançada pelo projeto sem comprometer absolutamente em nada as iniciativas de mesma natureza na própria bacia, posto que volumes de cheia não têm utilidade econômica local, sequer servem à geração de energia elétrica, dado que as cheias passam pelos vertedores das hidrelétricas e não pelas turbinas instaladas.

A integração do São Francisco é a solução técnica mais adequada e econômica para resolver o problema dos centros urbanos do Semiárido Setentrional e garantir seu desenvolvimento socioeconômico sem prejuízos para os estados sanfranciscanos.

Agora que jazem sob a espada da justiça, através do embaixado parecer do Ministro relator no STF os antigos argumentos contrários à integração, resta apenas o início imediato das obras que segundo nos reporta o bravo Exército Brasileiro dar-se-á na segunda quinzena de junho.

O processo licitatório tanto da obra como de supervisão de implantação encontra-se atualmente em curso no Ministério da Integração Nacional, possibilitando assim a escolha das empresas que iram dar continuidade à implantação dos demais quatorze lotes de obras em que está dividido esse prioritário empreendimento inserido no PAC.

Para que nos aproximemos ainda mais desse histórico projeto de interesse nacional estou solicitando ao Ministério da Integração Nacional a realização de uma palestra a ser inserida em programação da Comissão de Orçamento, a que tenho a honra de presidir. Trazendo assim maiores detalhes sobre o cronograma de implantação deste empreendimento cujos reflexos positivos para o crescimento extrapolam os limites do Nordeste e se farão sentir em todo o Brasil.”

Solidariedade às vítimas das enchentes que assolam a Paraíba. Comentário sobre a realidade do Semiárido nordestino, 10/4/2008

[Publicação no DSF de 11/4/2008 - Página 9063]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nas últimas semanas, o Nordeste brasileiro, que costuma ocupar os noticiários por causa da seca crônica do agreste, tem sido destaque na imprensa por causa de temporais que desabaram sobre a região. Já são mais de duas semanas de chuva, que só agora dá sinais de arrefecimento.

Meu Estado, em particular a Paraíba, tem sido duramente castigado por essas chuvas. No final de semana, quando diminuíram as precipitações, contavam-se mais de 18 mil pessoas afetadas pelas águas. Mas hoje, Sr. Presidente, já temos dados mais recentes sobre os últimos acontecimentos de enchentes na Paraíba, que nos informam o seguinte: o Município de Sousa é o mais atingido no Sertão, e o povoado de Curralinho encontra-se completamente isolado. É realmente uma situação *sui generis*, porque Sousa é o centro do Semiárido da Paraíba e, geralmente, um dos municípios mais castigados pela seca.

O Município de Cabaceiras está completamente isolado em razão das águas. A televisão tem mostrado que as pessoas estão se deslocando na cidade em canoas. Ora, o Município de Cabaceiras, considerando-se todo o Semiárido nordestino, é talvez o que apresenta a mais baixa precipitação em todo o Nordeste brasileiro. Em média, a precipitação de Cabaceiras é muito baixa. Dessa vez, aconteceu o inverso, e Cabaceiras está até parecida com os municípios da Amazônia, onde, geralmente, a estação das chuvas cria alagamentos.

Em Bayeux, cidade que fica na região metropolitana de João Pessoa, mais de 500 pessoas tiveram de deixar suas casas na madrugada de ontem, o que é um espetáculo doloroso para todos nós paraibanos. A cidade de Bayeux é caracterizada por um grande contingente de trabalhadores, muitas vezes trabalhadores informais ou trabalhadores desempregados. Essas pessoas estão sofrendo muito.

Na Paraíba já é de 26 o número de mortos por afogamento. Nos últimos dois dias, os alagamentos diminuíram, graças a Deus. Nós estamos com 82 municípios em estado de emergência. Dos 223 municípios da Paraíba, que é um Estado que tem uma divisão territorial muito grande, 86 já estão em estado de calamidade pública.

Até o final da semana passada, 67 açudes do Estado estavam sangrando, elevando a vazão de vários rios que cortam cidades, causando inundações.

Eu gostaria de fazer um comentário aqui, porque essa realidade do Semiárido nordestino é pouco conhecida no Brasil, lamentavelmente. Os rios da Paraíba são de curso temporário. Eles têm água fluindo apenas na estação das águas, das chuvas. E nem todos os anos esses rios pegam água. A maioria deles, especialmente os menores, passa mesmo a estação da chuva sem uma correnteza, como nós dizemos na Paraíba, normal.

Então, esse espetáculo de hoje, quando todos os rios estão fluindo além do limite normal, realmente causa surpresa muito grande na infraestrutura das cidades. As cidades e os campos, de um modo geral, não estão preparados para essa situação de enchente, porque o que acontece na Paraíba, especialmente na região do Semiárido e no Sertão, são anos de seca, e secas repetidas. De forma que falta sempre essa infraestrutura para enfrentar situações inteiramente inesperadas, como as chuvas que caíram este ano. Quando se fala em chuvas inesperadas — e quero que todos entendam isso mesmo ao pé da letra —, pensa-se logo: e a meteorologia não disse nada? Primeiro, todos sabemos que meteorologia não é ciência exata, é uma técnica de observação que nem sempre se confirma. Até mesmo na aviação, onde a meteorologia é mais exigente e se faz com frequência, os boletins meteorológicos são expedidos a cada duas horas. E, não raro, os aeronautas são surpreendidos, quando demandam o seu destino, e encontram uma situação inteiramente diversa daquela prevista nos projetos da meteorologia. Então, imagine um Estado onde o comum é se ter escassez de chuva ou secas prolongadas, como acontece com a periodicidade média de onze anos.

Aliás, essa questão de açudes destruídos também está relacionada com essa situação peculiar da pluviosidade, da precipitação do Nordeste. Como sempre se esperam anos de chuva escassa, nunca os Poderes Públicos se aplicam no sentido de fazer a chamada manutenção preventiva de seus reservatórios de água. Evidente que, se essas manutenções preventivas fossem feitas, poderiam ser evitados muitos prejuízos que estão acontecendo agora na Paraíba.

Ainda hoje de manhã, eu conversava com o Senador Efraim Morais e ele me dizia que um dos açudes da sua terra natal, que é uma região muito simpática e muito querida de todos nós paraibanos, mas que tem uma precipitação muito baixa, estava a ponto de ser levado pelas enchentes e foi necessário se improvisar um sangradouro, rasgando uma parte da parede do açude, para salvar a obra.

Então, é evidente que, em situações como essa, pouco ou nada se pode fazer além dessas emergências que foram adotadas. Mas, na maioria dos casos, evitar-se, por exemplo, formigueiros nas paredes dos açudes que são feitos de barro, de argila, é uma providência simples, mas absolutamente necessária. Porque, quando a pressão da água represada invade os formigueiros, geralmente estoura a parede, e aí a situação é irremediável.

As estradas também estão comprometidas: seis rodovias estaduais encontram-se interditadas e outras dezenove acham-se em situação precária, dificultando ainda mais a ação de assistência às populações que ficam isoladas por falta de estradas.

Como se vê, Sr. Presidente, a situação é grave.

O povo paraibano está sofrendo duramente com essas chuvas, mas temo que o Poder Público não esteja atuando à altura da emergência. É evidente que, da parte do Presidente Lula, já foi assinado um documento. Aliás, foi aprovada aqui, no Congresso Nacional, medida provisória editada em 4 de abril, aprovada em sessão do Senado antes de ontem, e já foi publicada no Diário Oficial, o que significa a boa intenção e a agilidade, sobretudo, como agiu o Presidente da República e, em particular, o Ministro Geddel Vieira, da Integração Nacional. É um crédito [...] de R\$613.752.057,00, que vai permitir ao governo federal transferir recursos aos Estados, inclusive ao nosso Estado da Paraíba e aos municípios de todos os Estados na Região Nordeste, para que se adotem medidas capazes de minimizar o sofrimento da população.

Quero aqui fazer um comentário. Evidentemente, esse retrato que está acontecendo hoje, na Paraíba, não é o comum.

O comum na Paraíba é a seca, ou é a escassez de chuva, ou a irregularidade na distribuição das chuvas. Muitas vezes, chove a média histórica, porém as chuvas são mal distribuídas, frustrando inteiramente a atividade agrícola no Estado.

Quando se pensa em seca, não há como excluir essas possibilidades. Temos hoje a convicção, que é a dos técnicos, dos especialistas, de que o Nordeste precisa aprender a conviver com a seca, precisa aprender a conviver com situações como esta. Mas esse aprendizado pressupõe a necessidade da construção de obras que podem minimizar os efeitos da seca.

Nesse particular, como todo paraibano, como todo nordestino, sobretudo do Nordeste Setentrional, não podemos deixar de louvar a iniciativa corajosa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando resolveu assumir politicamente o Projeto de Transposição das Águas do São Francisco. Esse projeto vai permitir a

regularização dos cursos d'água, que, no Nordeste Setentrional, são apenas temporários alguns deles e, muitas vezes, inteiramente secos nos 365 dias do ano.

Mas a obra da Transposição pressupõe outras iniciativas — as iniciativas dos governos locais —, no sentido de represarem os cursos d'água que têm maior peso e maior importância na geografia do Estado.

Quando estivemos à frente do governo do Estado da Paraíba, nós fizemos algumas obras nesse sentido. Fizemos, por exemplo, 23 açudes de pequeno e de médio porte, que nos permitiram armazenar água, em momentos como esse que estamos vivendo agora, para os anos de seca. Esta é a velha prática: acumular nos anos de abundância para não sofrer nos anos de escassez. Essa questão é inclusive uma questão bíblica.

Por outro lado, há necessidade de se fazer a interligação de bacias. Nós temos uma região da Paraíba, por exemplo, o Alto da Borborema, onde os cursos d'água sofrem dessa irregularidade — e são escassos —, e a água do subsolo também é uma água precária para a alimentação humana, porque é região de cristalino: a rocha aflora ou está a quatro, cinco, dez metros abaixo da superfície do solo. Não se tem aí um lençol freático que permita utilizar e dessedentar a população humana e os rebanhos do nosso Estado.

Então, a construção dessas obras complementares e a construção de adutoras — nós fizemos cerca de oitocentos quilômetros de adutoras — é que vai permitir transportar as águas das regiões onde elas podem ser acumuladas, e vão ser garantidas pela transposição, onde não há condições naturais de se construir, de se erigir uma barragem para atender às necessidades da população e dos seus rebanhos.

Faço este comentário, que pode parecer desfocado porque estamos falando de excesso e não de escassez de água, mas, paradoxalmente, o problema do excesso e da escassez de água resultam no mesmo ponto. Se não utilizamos inteligentemente as águas excedentes em momentos como este que a Paraíba está vivendo, dificilmente teremos condições de enfrentar as dificuldades que o Estado, mais cedo ou mais tarde — as secas são periódicas e inevitáveis —, terá de enfrentar mais adiante.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eram essas as palavras que eu queria dizer aqui, trazendo a minha solidariedade aos meus irmãos paraibanos, especialmente os que foram atingidos pelo fenômeno das enchentes, para os quais nunca o nordestino do Semiárido, especialmente para a região do cristalino, está preparado, porque enchentes não são um fenômeno corriqueiro, frequente, usual como ocorre em outras regiões do país.

[...]

Nós, que usamos tanto essa tribuna — eu, V. Ex^a [Presidente do Senado Efraim Morais] e outros paraibanos — em busca de socorro pela seca que atingia a nossa região, hoje estamos aqui pedindo ao governo federal que, mesmo com a MP, agilize a chegada desses recursos para atender não só à Paraíba, mas a tantos outros Estados do Nordeste que vêm sofrendo com o grande volume de água. [...] V. Ex^a nasceu numa das regiões que mais padecem com o fenômeno das secas. Aliás, tive a honra de, no governo de Estado, construir uma adutora de 285 quilômetros para poder chegar até a região do nosso ora Presidente Efraim Morais.

Inaugurei essa obra junto com Efraim Morais, o que, certamente, é um alívio para os sofrimentos crônicos da sua população tão laboriosa, tão dedicada ao desenvolvimento do Estado da Paraíba.”

Apelo por celeridade na execução das obras de transposição do Rio São Francisco a fim de solucionar a insuficiência de abastecimento hídrico no Estado da Paraíba, 7/10/2015

[Publicação no DSF de 8/10/2015 - Página 199]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu venho aqui trazer as minhas preocupações de paraibano em virtude de uma situação de verdadeira ameaça ao abastecimento d’água na Paraíba para o consumo humano. Eu não estou falando em água como recurso econômico, para processo de irrigação, nada disso. Eu estou falando em recursos humanos, em alimentação, em sobrevivência da população.

A Paraíba tem 80% do seu território encravados no Semiárido, com um agravante: é o Semiárido localizado no cristalino, uma região rochosa. Essa configuração geológica dá à Paraíba uma situação, no Nordeste, de muita dificuldade, porque poucas são as possibilidades de águas do subsolo, já que, no cristalino, as rochas, depois dos 50m de profundidade, fecham-se e, até aí mesmo, a água que se encontra é em pouca quantidade e de qualidade bastante comprometida pela salinidade.

Afora uma estreita faixa do litoral, nós não temos água de subsolo. Nós dependemos inteiramente das barragens da Paraíba. E, das barragens

existentes, dos reservatórios existentes, 43 apresentam armazenamento superior a 20% apenas. É o que resta no caixão, como se diz na linguagem paraibana, dos açudes, aquela parte que não é bem utilizável para o consumo humano. Há 36 com armazenamento menor do que 20%, e 45 apresentam armazenamento menor do que 5% — estão praticamente esgotadas. Os municípios do Sertão da Paraíba dependem fundamentalmente de uma barragem: o Sistema Curema-Mãe d'Água. O Sistema Curema-Mãe d'Água também está em situação precaríssima, porque está com a reserva inferior aos mínimos de segurança.

Há um fator que agrava mais ainda essa situação. A região que tem um pequeno lençol freático, água de subsolo, está distante do Sertão, da zona do Curimataú e da Caatinga litorânea, com um desnível de 540m. Não é fácil o bombeamento dessa água para levá-la até as regiões sertanejas e o restante do Estado.

O nível médio das barragens — todas — é de apenas 17,5%.

Pelas evidências do El Niño, fenômeno que regula a precipitação no mundo todo e, especialmente, no Nordeste do Brasil, além dos quatro anos de seca que já nos castigam, teremos mais dois anos de seca: o ano de 2016 e o ano de 2017. Em recente viagem com a Presidente da República, discuti essa questão e pedi que me dissessem qual era, realmente, a situação de previsão técnica e científica para os próximos anos. A informação lamentável que ouvi é a de que vamos ter, efetivamente, na previsão meteorológica existente, mais dois anos de seca.

O que garantiria a quantidade de água suficiente para a sobrevivência da Paraíba, especialmente da população — não estou falando aqui de água para fins econômicos, para irrigação; estou falando de água para abastecimento da população —, seria o projeto da transposição do São Francisco. Esse projeto, que vinha caminhando a passos largos no governo anterior, no governo do Presidente Lula, que, como nordestino se sensibilizou pela nossa situação, entrou em ritmo mais lento de execução. A informação que se tem, fornecida pelos próprios órgãos oficiais do governo, é que, só ao fim de 2017, o chamado Eixo Leste, que é o que serve a população mais carente de água na Paraíba, estaria concluído.

Mas isso é muito teórico, porque sabemos que um projeto de transposição precisa de vários reservatórios. A viagem da água para chegar a esses reservatórios, atingindo o nível de transposição, é de, no mínimo, seis meses. Então, isso significará, se realmente não houver uma providência urgente no sentido de agilizar o processo de execução, que, na Paraíba, a população terá de ser

deslocada, a população terá de ser transposta para outras regiões. Sobretudo na cidade de Campina Grande, que é a segunda maior cidade da Paraíba — no entorno, com a cidade sede, há em torno de 700 mil habitantes —, não haverá água.

O açude Boqueirão, que é o açude que abastece a cidade de Campina Grande, está com uma reserva de apenas 17,9% de seu potencial. E é praticamente uma água já imprópria para o consumo humano, porque o Boqueirão sempre teve uma água pesada, uma água com muitos sais. Dessa maneira, à medida que diminuí essa quantidade de água, concentra-se o sal.

A população de Campina Grande já está sofrendo muito com isso.

Então, minhas colocações aqui são no sentido de apelar para o Ministério da Integração Nacional, para que se leve a sério essa questão, que realmente é uma questão muito séria. É uma questão muito séria! Em Campina Grande, por exemplo, uma solução de emergência, como a perfuração de poços tubulares, não terá a menor eficácia, porque todo o solo de Campina Grande é de cristalino, forrado de rocha, e não produz água em condições e em quantidade suficiente para o consumo humano.

Então, não vejo outra solução, senão a transposição, a agilização do processo da transposição. A Paraíba precisa do projeto de transposição das águas do São Francisco, não como um recurso econômico direto, mas, sobretudo, como um recurso humano. É água para consumo humano, é água para garantir às populações do Estado, especialmente nas zonas do Semiárido, o suficiente do precioso líquido para a sua sobrevivência.

Só para se ter uma ideia do que significa, por exemplo, essa situação de Campina Grande, nós levantamos aqui um quadro eminentemente técnico da evolução do volume de armazenamento nos últimos dez anos no Boqueirão, onde há uma queda na capacidade de acumulação de 400 milhões de metros cúbicos em 2006 [...] para 50 milhões de metros cúbicos em 2015.

Então, esse é o quadro lamentável que vive a Paraíba e que vive a cidade de Campina Grande. A cidade mais importante do ponto de vista da produção, do trabalho, e, sobretudo, das tradições é a cidade de Campina Grande.

Quero trazer essas preocupações ao Senado da República, mas gostaria que essas preocupações não morressem aqui. Por isso, peço a V. Ex.^a que faça chegar esses dados técnicos que embasam este pequeno pronunciamento ao Ministério da Integração, a fim de que aquele Ministério, de posse desta verdadeira radiografia — aqui, não há exagero, pois são dados técnicos e científicos

—, possa realmente partir para uma solução que signifique o apressamento das obras da transposição do São Francisco.”

Sessão de Debates Temáticos destinada a discutir a crise e a escassez de água no Brasil, 18/12/2015

[Publicação no DSF de 19/12/2015 - Página 26]

“Agradeço as referências generosas do Senador Garibaldi Alves, que sempre nos encanta com o seu discurso permeado de bom humor e, sobretudo, de autenticidade.

Agradeço também as boas referências do Senador Cássio Cunha Lima e, diferentemente de Garibaldi, espero ser breve, até porque eu acho que, do ponto de vista da análise global, tanto do problema dos recursos hídricos no Brasil, e quiçá no mundo, já houve aqui análise para além de Parlamentar, pelo conteúdo técnico-científico de alguns oradores que me antecederam aqui.

Eu tinha feito um discurso escrito, para não me deixar perder o rumo pela emoção do momento, mas, diante dessas análises que já foram feitas aqui, eu vou resumir ao máximo e ficar, no caso da Paraíba, seguindo o conselho de Gandhi, que aconselhava: se você pinta a sua aldeia de cores atrativas, ela deixa de ser aldeia para ser internacional, até porque eu vejo muita semelhança entre o que ocorre no meu Estado, a Paraíba, e o que está acontecendo em Estados como o Rio Grande do Norte, como o Ceará e mesmo o Estado de Pernambuco, a quem a natureza agraciou, em parte do seu território, com as águas do São Francisco ao natural. Nós a queremos artificialmente pela transposição. E como precisamos dessa transposição.

Eu queria dizer que o caso da Paraíba é um caso peculiar. Aqui se falou muito na questão da distribuição dos recursos hídricos. E eu aqui me benefico pela minha prática administrativa, que está documentada na Paraíba, das lições do Prof. Hypérides de que o importante não é apenas armazenar, mas distribuir a água, e isso do ponto de vista social; e, do ponto de vista técnico, do ponto de vista científico, é mais importante ainda, porque, pela lição do Prof. Hypérides, e são comprovadas essas lições, a água no reservatório tem um evaporação maior do que a reservação, e perde-se com o tempo pela evaporação, e, quanto

à água nas adutoras, a perda é zero, sem falar no grande benefício social — no grande benefício social!

A Paraíba tem um açude, o Coremas-Mãe d'Água, são dois açudes geminados, que, à época em que assumi o governo do Estado, ele tinha 70 anos de construído. Utilização econômica: nenhuma. Utilização social: pouquíssima.

Servia para abastecer apenas o Município de Coremas, além disso com água bruta. Não se tratava água. E, curiosamente, quando nós resolvemos tratar a água, houve um protesto da população que iria custar alguma coisa a água tratada.

Nós construímos o Canal da Redenção. É um canal de transposição para irrigação das Várzeas de Sousa, cerca de 5 mil hectares, que são terras privilegiadíssimas. E em Coremas não se irrigava, porque o solo, com a topografia adequada para construção daquele grande reservatório, não se prestava para agricultura. Então, nós levamos essa água para as Várzeas de Sousa e construímos aí 37km de transposição.

Quero, em nome de V. Ex^a, saudar toda a Mesa e, em especial, o Presidente, o Senador Cássio Cunha Lima, que teve a feliz iniciativa desta reunião. Saí um pouco, e, ali fora, as pessoas me perguntavam: 'É um seminário' Eu disse: 'É muito mais do que um seminário; é uma palestra informal e de alto nível técnico, científico e político, para discutir um problema que é urgente e inadiável, que é o problema do abastecimento de água.'

Como eu ia dizendo, construímos — Garibaldi até foi muito generoso — 1,5 mil quilômetros de adutoras no Estado. Toda a água que estava reservada nós distribuimos no Estado, porque existiam bastantes reservatórios de água e faltava distribuição.

Além disso, quanto aos açudes, construímos 14 barragens grandes. É considerada grande a barragem de 250 milhões de metros cúbicos, que foi Acauã, e pequenas, mas com grande reposição. Temos lá a barragem de Araçagi, que ainda é barragem, que está com uma reserva significativa, Prof. Hypérides, porque o Rio Mamanguape, durante certa fase do ano, repõe a água que é retirada. E só dali estamos retirando 140 carros-pipa por dia para abastecer a região do brejo da Paraíba. Que paradoxo, a região do brejo! Porque a região do brejo está tão seca quando a região do Sertão.

Pois bem, na Paraíba, há apenas uma barragem que está sangrando, que é a barragem Mumbaba, que fica no litoral, que tem outros benefícios porque tem água subterrânea. Ainda tem. Mas o litoral na Paraíba é uma faixa de menos de

20km no sentido Leste-Oeste. Depois, entramos no Semiárido, caracterizado pelo cristalino.

E os senhores sabem, os técnicos aqui presentes e os políticos que também conhecem esse problema na prática, no seu dia a dia, que no cristalino não há água de subsolo. Isso é o que mais me preocupa — eu queria cingir o meu discurso a esse aspecto. O que mais me preocupa é que uma população, que não é só a da cidade de Campina Grande, que tem pouco mais de 400 mil habitantes, Deputado Ricardo Barbosa — que está aqui, representando o Legislativo Estadual da Paraíba, e que o faz com muito brilhantismo sempre que é necessária uma voz ativa e corajosa —, mas o que me preocupa é que Campina Grande e toda essa região da Grande Campina Grande, que soma cerca de um milhão de pessoas, está encravada em cima do cristalino. Não há água no subsolo. E o que vamos fazer para atender? Levar água da região do litoral é outra transposição do São Francisco.

Aí é que chego à seguinte conclusão — naturalmente isto é assunto para os técnicos e administradores da área de recursos hídricos do governo federal —: o que fazer para atender a essa situação emergencial de Campina Grande e do Compartimento da Borborema? Não vejo outra solução que não seja o apresamento — vou usar a expressão que pode parecer até empírica demais — da implantação do projeto da transposição do São Francisco.

Não vamos aqui procurar culpados pelo atraso de uma obra que poderia já ter sido construída, alguns dizem, desde o Império e que não o foi.

[...]

Mas justiça se lhe faça, mesmo num momento como este, em que às vezes oportunisticamente era melhor não falar. Mas vou falar: o Presidente Lula é que teve a coragem, o discernimento e a sensibilidade de nordestino para não só anunciar, mas iniciar e fazer de forma eficiente, de forma rápida. Não sei se poderia dizer o mesmo em relação ao atual governo, que também é do mesmo Partido, que também é aliado, mas o certo é que se tem de dar o seu ao seu dono. Ele merece essa referência. E, como nordestino, sou sensível a tudo isso.

Então, o que fazer? Essa é uma pergunta aos administradores e aos técnicos da área de recursos hídricos do governo federal — porque essa obra não é dos Estados, não vamos culpá-los. O que fazer para agilizar a implantação dessa obra?

Deus permita — já se disse que meteorologia não é uma ciência exata, e não é mesmo — que se frustrate a observação técnica que está sendo feita com base no fenômeno El Niño, mas o certo é que o Nordeste já vem confirmando

desgraçadamente essa regra, há quatro anos. Nós estamos em quatro anos de seca, e a previsão é de mais dois anos de seca, inclusive o próximo ano, que já está bem próximo.

O que fazer para atender à população, uma população de mais de um milhão de pessoas?

A minha observação aqui está calcada em uma região que, pela observação de todos, não tem outra solução senão a transposição do São Francisco.

[...]

Os técnicos dizem — há poucos dias eu estive nessa área, conversando e ouvindo a opinião, que eu respeito, dos técnicos — que, depois de concluídas todas as obras, ainda teremos a espera de alguns meses para o enchimento dos canais, dos reservatórios, etc. Se assim acontecer — e se acontecer também, Deus permita que não aconteça o fenômeno El Niño, dando mais dois anos de seca —, o que farão os paraibanos que moram em Campina Grande, que moram no Compartimento da Borborema para sobreviver? Essa é a indagação que deixo aqui.

Este, em síntese, é o meu discurso. Não quero tomar mais tempo. Vou seguir o conselho que Garibaldi nos deu, embora ele próprio não o tenha cumprido tanto, e dizer ao Prof. Hypérides que eu fiquei muito feliz porque cumpri o dever de casa, segundo a visão de sua observação técnico-científica.

[...]

Fico muito feliz porque nós construímos 1.500 quilômetros de adutoras e canais de transposição. Algumas obras até haviam sido iniciadas pelo governo de Cássio; outras estão sendo continuadas agora pelo governo de Ricardo Coutinho. Graças a Deus, a Paraíba, nesse aspecto, está querendo viver um tempo novo, em que os administradores não se incompatibilizam com as obras, porque são incompatibilizados com os autores das obras. E eu tomei também essa lição, Governador Cássio.

Então, quero aqui deixar, mais uma vez, os meus cumprimentos a toda a Mesa, aos técnicos que tiveram a sensibilidade de comparecer e trazer as luzes dos seus conhecimentos e das suas gestões sobre as questões que nós estamos abordando aqui.

Quero felicitar o quase paraibano Senador do Piauí, que é um Estado sob certo aspecto privilegiado. O Piauí tem uma área seca, mas não é todo seco, porque tem o Rio Parnaíba ali, o Rio Potí, etc., irrigando as suas terras e trazendo água para dessedentar os que moram naquela região.

Quero cumprimentar o Senador Elmano Férrer, que tem sido um grande companheiro, inclusive na Comissão de Constituição e Justiça, a que eu, ele e o Senador Cássio pertencemos.

Agradeço também a presença do Senador Medeiros. Diz Garibaldi que você está resgatando a sua migração.

[...]

Mas eu queria dizer a Garibaldi que essa tendência é dos nordestinos. Os nordestinos geralmente migram muitas vezes para se livrar do que nós estamos sofrendo agora: da seca; outras vezes, buscam oportunidade e reconhecimento de outras áreas.

Eu até felicito V. Ex^a, porque, estando hoje na região das águas, vem aqui prestigiar este evento e trazer o concurso da sua autoridade e do seu mandato.

Quero, finalmente, agradecer e parabenizar o Senador Raimundo Lira pelo discurso que fez aqui de uma análise global — não foi apenas nacional — do Brasil, do problema das águas, mostrando as responsabilidades que muitas vezes os homens têm no que respeita à preservação dos recursos hídricos. O desrespeito à natureza muitas vezes é responsável, não no caso do Nordeste brasileiro. O Nordeste já nasceu assim. Desde que o Planeta Terra foi habitado, o Nordeste sempre teve essas dificuldades, mas, graças a Deus, nós temos uma população valente, lutadora, inteligente, corajosa, persistente, que, apesar de todas as dificuldades, vem resistindo às agruras do tempo para tornar o Nordeste essa terra maravilhosa que é.”

Agradecimento ao governo federal pela continuidade das obras de transposição do Rio São Francisco, 9/3/2017

[Publicação no DSF de 10/3/2017 - Página 107]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acometido de uma virose gripal, já há quase uma semana, que me atingiu sobretudo nas cordas vocais, eu gostaria de me reservar para fazer um pronunciamento mais detalhado, mais profundo e à altura do que representa a transposição do São Francisco para a Paraíba e para todo o Nordeste Setentrional. No entanto, eu quero fazer aqui um breve registro, dada a importância desse evento.

Amanhã, a Paraíba estará recebendo de braços abertos e corações transbordantes de alegria o Presidente Michel Temer, que vai fazer a entrega ao nosso Estado de mais uma etapa da transposição das águas do São Francisco. É evidente que, como a Paraíba tem dois braços da transposição, temos o Eixo Leste, que é esse que será inaugurado amanhã, e o Eixo Norte, que se destina ao Alto Sertão, em direção ao Rio Grande do Norte e ao Ceará.

Mas, sem dúvida nenhuma, a nossa maior angústia em função da seca, que já nos assola há cinco anos, é exatamente o Eixo Leste. Esse, que o Presidente Temer, com a coragem, a decisão e a determinação de um verdadeiro estadista, entregará, sensibilizando-se com a situação da população que reside ali no Eixo Leste, que tem como centro uma das maiores cidades do Nordeste brasileiro, Campina Grande, que contribuí para o desenvolvimento do nosso Estado e o desenvolvimento de todo o Nordeste, mas que está ameaçada de padecer de privação total de recursos hídricos. Digo isso porque é lógico que não seria humanamente admissível que se tivesse outra alternativa, senão a transposição do São Francisco.

Campina Grande e todo o Compartimento da Borborema, assim como 70% do território da Paraíba, estão encravados na região geologicamente classificada como Cristalino. É conhecido dos hidrogeólogos da ciência que, no Cristalino, não existem lençóis d'água subterrâneos. E é evidente que a única reserva que nós contávamos — e ainda contamos, embora precariamente —, o Açude Boqueirão, já estava no final da sua capacidade de fornecer água para o abastecimento de Campina Grande.

Portanto, se não fosse a coragem, a determinação do Presidente Temer, evidentemente, amanhã nós não iríamos ter essa alegria, esse contentamento e, sobretudo, essa tranquilidade de estar recebendo água adequada nessa etapa, não para praticar irrigação, mas para socorrer as necessidades de consumo d'água da população, necessidades que são insubstituíveis. E, no caso típico da Paraíba, dificilmente existiria outra solução que não fosse essa que amanhã vai ser implementada, a transposição do São Francisco.

Ainda no governo Dilma, eu fui convidado para integrar a comitiva de Sua Excelência, numa viagem que ela fez a Campina Grande, para inaugurar um conjunto habitacional. E ela me fez uma pergunta: 'Senador, qual é o maior problema da Paraíba?' E eu, sem pestanejar, disse a ela: 'Água de beber.' Não é água para irrigação; não é água para fins industriais; não é água para as necessidades de higiene dos lares, não. É água de beber. Campina Grande está

ameaçada de passar por uma grande tragédia. E aí eu descrevi a ela exatamente isso que acabei de falar aqui.

Nós não temos água para socorrer a população. Eis que o único reservatório em condições de fazê-lo está pouco a pouco se esgotando.

S. Ex^a — eu vou fazer aqui um ligeiro comentário, e um comentário que faço com toda a isenção, porque vou dar o mérito ao seu dono —, o Senador Raimundo Lira, disse aqui, agora, o que sempre eu tenho dito: quem tomou a decisão de fazer a transposição, na história do Brasil, foi o Presidente Lula. E veja que eu sou adversário do Presidente Lula, mas a verdade precisa ser dita e ser reconhecida, porque este país não pode viver de enganação. Não é lícito que um homem público sonegue a verdade dos fatos, simplesmente porque está a serviço de um interesse político. Ele foi aquele que teve a coragem, a determinação de iniciar esse projeto, de adotar esse projeto que vinha desde o Império. Ninguém tem dúvida disso. A história registra. Ele foi o único que teve coragem de abraçar o projeto e dar a ele a necessária celeridade, rapidez na execução. Não pôde terminar no período de seu governo, mas deixou o projeto bem avançado. Eu não posso dizer o mesmo da Presidente Dilma. Ela não tratou essa questão com o zelo, com a consciência cívica que teve o Presidente Lula. E, por isso, nós chegamos ao governo Temer ameaçados de passar por uma grande crise.

Graças a Deus, o governo de Temer teve a coragem de propiciar os recursos necessários para que a obra, em três turnos por dia, chegasse ao ponto em que está chegando, de modo que amanhã será a sua grande celebração.

Então, eu quero registrar aqui esse fato, porque acho que é historicamente importante.

Eu já ouvi, lá na Paraíba, muitas pessoas quererem assumir a autoria, a paternidade desse projeto. Esse projeto é grande demais para pertencer a uma só pessoa, para pertencer a um só partido, para pertencer a uma só liderança. Todos, sem exceção, colaboraram. Uns colaboraram mais, outros colaboraram menos, mas, na hora da alegria, da satisfação, até essa distinção, essa graduação de apoio, é bom que não se fale nela.

Agora, eu queria registrar aqui um fato. Eu estou aqui, em mãos, com este fascículo que é o chamado Plano das Águas, que lá na Paraíba todo mundo conhece. Esse plano, modéstia à parte, foi concebido e executado no meu governo. E qual foi a visão desse plano? A Paraíba é pobre de águas de subterrâneo; os abastecimentos d'água têm que ser feitos com a água de superfície, com as águas que estão nas barragens, nos açudes; mas acontece que, em muitos açudes — o

exemplo maior disso é o Coremas-Mãe d'Água, que soma 1,28 bilhão de metros cúbicos —, essa água estava represada, sim. Mas há 70 anos ela estava represada, sem ter a necessária utilidade, porque os governantes não cuidaram de fazer a sua distribuição para os municípios do entorno.

Nós fizemos, então, o Plano das Águas e distribuímos as águas do Coremas-Mãe d'Água a todas as cidades no Vale do Sabugi, a partir da cidade de Patos, que é a maior do Sertão da Paraíba, mas seguindo também na região de Espinharas — toda a região de Espinharas. E, neste momento, todos, mesmo com as dificuldades que estão aí, estão recebendo água em seus lares.

E eu chamo para uma reflexão: se não fosse esse Plano das Águas, como estaria a Paraíba hoje, com a seca de cinco anos? Estaria toda condenada a utilizar água transportada em carro-pipa, com as interrupções inevitáveis, com os custos elevadíssimos e, sobretudo, com a qualidade comprometida para a saúde pública do povo.

Então, nós fizemos essa adutora e fizemos mais cinco adutoras, somando, no total, 1.280km, para distribuir água dos mananciais já existentes na Paraíba e daqueles outros, como é o caso de Acauã, que nós realizamos em nosso governo.

O que aconteceria com a transposição? A transposição chegará até Boqueirão. E depois de Boqueirão? Onde ficaria a água? Ficaria em Boqueirão. No máximo, chegaria a Campina Grande, porque já existe uma adutora de Boqueirão para Campina Grande. E os outros municípios? Sem as adutoras, não iriam receber imediatamente as águas do São Francisco, porque estão no Planalto da Borborema e, por um princípio da Física, evidentemente, a água só sobe serra se for pressurizada em adutoras.

Amanhã — não amanhã literalmente, mas daqui a 45 dias, quando a água chegar em Boqueirão —, os habitantes de Pedra Lavrada, que estão nos confins do Curimataú, do Cariri da Paraíba, estarão também recebendo água de Boqueirão, que será a água do São Francisco, porque nós tivemos a iniciativa de preparar a Paraíba para isso.

Da mesma forma, quanto ao Plano de Integração da Bacia Hidrográfica de Acauã, que também serve a Campina Grande e serve a todas as cidades do Vale do Paraíba, a Paraíba estará também se beneficiando, porque, chegando a Boqueirão, chegará a Acauã, chegará ao Vale do Mamanguape e aos vales do Paraíba, entre o Açude de Araçagi — que nós construímos e que hoje é a salvação de toda a região do Brejo — e o Açude Acauã.

Então, o que eu quero dizer com isso tudo... E até quero repetir uma frase aqui, da época em que estava no governo do Estado. Um dia, um jornalista de

oposição, marcadamente radical, me perguntou, numa entrevista: ‘E o dinheiro da privatização da Saelpa, o que é que o senhor vai fazer com ele?’ Eu respondi: ‘Eu vou fazer água.’ O dinheiro da Saelpa, que era a empresa de distribuição de energia do Estado e que foi privatizada dentro de um projeto nacional do qual não pudemos fugir, foi o recurso necessário para fazer toda essa obra de adução no Estado da Paraíba.

Então, eu posso dizer hoje que, com o Plano das Águas, este plano a que eu estou me referindo, que foi concebido e realizado no meu governo, a transposição imediatamente vai ter grande utilidade. Aí se inclui também — o Senador Lira falou aqui sobre isso e falou oportunamente — o terceiro braço da adução da transposição na Paraíba, que é aquele ramal pequeno, para a importância que tem na vida econômica e social do nosso Estado, que fará a água da transposição cair no Rio Piancó. E, caindo no Rio Piancó, chegará ao Açude Coremas-Mãe d’Água, que hoje — graças a essa adutora a que estou me referindo — abastece a mais de 50 localidades, com água tratada, água limpa, água pura e abundante.

Também se beneficiará com isso o Rio Grande do Norte, porque existe, no represamento do sistema Coremas-Mãe d’Água, um sangramento permanente, que cai no Rio Piranhas e termina no Rio Grande do Norte, no Açude Itans, que fica no Município de Caicó. Então, esse terceiro braço representa uma renção extraordinária para a Paraíba, porque é a distribuição das águas do São Francisco. As águas do São Francisco não podem morrer no Boqueirão e não vão morrer, porque, chegando ao Boqueirão, a outra parte já está feita, a que me referi aqui. Mas, com esse terceiro braço, chegando ao Coremas-Mãe d’Água, ele vai terminar no Rio Grande do Norte, beneficiando também o Estado vizinho.

Era este o registro que eu queria fazer: a Paraíba está preparada para receber a transposição do São Francisco, graças a Deus.”

Homenagem ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, 4/10/2017

[Publicação no DSF de 5/10/2017 - Página 35]

“Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu trago aqui um discurso histórico sobre a criação, evolução, e um período, eu não diria agonizante, mas difícil, de uma das instituições mais importantes do serviço público brasileiro e mais

importante para o Nordeste, o Departamento Nacional de Obras contra as Secas, que está completando quase 100 anos, desde sua fundação.

Faço questão de prestar homenagem a esse órgão da Administração Pública que, mais do que qualquer outro na história republicana, cumpriu um papel fundamental no capítulo da integração nacional e no capítulo humano da criação de condições adequadas para que o Nordeste conseguisse sobreviver aos fenômenos climáticos periódicos que nos acometem em tempos e de forma repetida. E este órgão, o Departamento Nacional de Obras contra as Secas, teve um papel fundamental.

Já se disse, e é verdade, que não se elimina a seca. Não existe fórmula, porque é um fenômeno climático. Seria a mesma coisa que pensar que se iria acabar com os tufões no hemisfério norte, com os tornados e com tantas outras catástrofes que acometem países, e até países muito ricos, como os Estados Unidos.

Recentemente, ocorreu uma série de catástrofes, verdadeiras catástrofes, no litoral dos Estados Unidos, e, apesar de toda a tecnologia que eles detêm, de todos os recursos materiais e todo o conhecimento científico, não foi possível sequer fazer uma previsão adequada. Assim também acontece com a seca no Nordeste.

Mas é preciso dizer que o Nordeste não é um deserto; é uma região submetida à clemência de seu próprio clima. Mas, lamentavelmente, até hoje, o governo da República, não este, mas todos os governos da República não foram capazes de criar uma política permanente de convivência com a seca, que permitisse suavizar os resultados das secas periódicas que acontecem, inexoravelmente, em períodos mais ou menos previsíveis, mas não totalmente previsíveis, com os conhecimentos, com a tecnologia que o homem tem para fazer a previsão.

Mas eu quero, aqui, fazer este discurso sobre a ação desse órgão, que precisa ser revitalizado, sobretudo agora, quando ele teria um papel preponderante na administração, na gestão das águas do São Francisco, que já chegaram ao Eixo Leste do Estado da Paraíba, e, graças a essa obra, uma população de quase um milhão de pessoas está sendo servida pelas águas do São Francisco, está recebendo as águas do São Francisco.

Se não fosse essa transposição, que foi uma promessa que veio desde o Império, que veio desde o governo colonial, mas que só muito recentemente foi cumprida... É preciso que se reconheça, porque a história não aceita o sectarismo e muito menos o partidarismo político, que ela só foi possível porque um nordestino que hoje está em desgraça perante a política brasileira — mas nós temos que lhe render esta homenagem — teve a coragem de tomar a decisão de

começar, no seu governo, a implantação das obras que agora começam a chegar a todo o Nordeste do Brasil. Estou me referindo ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nós podemos ter divergências, e as temos, até profundas, mas jamais poderemos lhe negar esse reconhecimento, a coragem, a capacidade de decisão e a fidelidade à Região a que ele pertence.

O Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), é uma autarquia federal criada em 21 de outubro de 1909, sob o nome de Inspeção de Obras contra as Secas (IOCS). Em 1919, passou a denominar-se Inspeção Federal de Obras contra as Secas, IFOCS, recebendo o nome atual em 1945.

Sua área de atuação abrange todos os Estados do Nordeste e o Norte de Minas Gerais. Foi o primeiro órgão do governo federal a estudar a problemática do Semiárido, marcando, nesse período de quase cem anos, sua presença em todo o solo nordestino.

Seu acervo de obras envolve a construção de rodovias, ferrovias, campo de pouso, aeroportos, portos, a implantação de redes de energia elétrica, ações de abastecimento de água, açudagem, irrigação, piscicultura e outros.

O acervo de realizações do DNOCS, desde 1909, distribuído em superfície geográfica de 969.589km², envolve 1.133 municípios, com uma população de 20.858.264 habitantes, correspondente ao Polígono das Secas, configura-se nos dados a seguir.

Introdução pioneira, a partir de 1911, de um enfoque científico no tratamento da questão da seca, através de levantamentos e estudos abrangendo a geografia, a geologia, a hidrologia, a hidrografia, a meteorologia e o clima, a botânica, a fitogeografia e a cartografia, e que se caracterizava por uma visão geográfica determinística.

Eis aí o campo de abrangência desse órgão.

Construção de 323 açudes públicos, com capacidade de acumulação total de 28 bilhões de metros cúbicos de água; implantação de 622 açudes [...] em regime de cooperação com Estados, municípios e particulares, com capacidade de acumulação de 1,5 bilhão de metros cúbicos de água; perfuração e instalação de cerca de 29.500 poços tubulares profundos, apresentando um índice de aproveitamento de 90%.

Implantação de 177 sistemas de abastecimento público de água em cidades do interior, beneficiando uma população de dois milhões; implantação de mais de quatro estações de piscicultura em fase de construção e o início de operação, que elevarão a capacidade de produção anual de 100 milhões de alevinos por ano.

Monitoramento da pesca em 181 açudes, com uma produção de 17.583 toneladas de pescado, no valor de R\$50 milhões.

Implantação de 816km de adutoras para o abastecimento de 930 mil habitantes, dos 1.059 usuários previstos.

Cabe também ressaltar o pioneirismo do DNOCS em várias áreas, tais como a utilização, na América Latina, de perfuratrizes para poços profundos; a introdução da técnica de construção de barragens de terra no Brasil, com utilização de tecnologia própria e eficiência atestada em mais de mil obras do gênero, sendo considerado como a entidade detentora do maior volume de terra compactada do mundo. Esse é um fato relevante, porque representa uma tecnologia nova, pioneira no mundo inteiro.

A implantação do primeiro laboratório de solos na América Latina, outra marca do DNOCS na história da Administração Pública do Brasil.

A introdução de tecnologias pioneiras na piscicultura, como a descoberta do método de hipofisação, hoje utilizado em todo o mundo, cujo trabalho foi apresentado no XV Congresso Internacional de Fisiologia, realizado de 16 a 19 de agosto de 1935. Essas técnicas já vêm desde 1935, e o Brasil, através desse órgão, vem ensinando tecnologias novas ao seu povo e ao mundo inteiro.

Difusão da tecnologia da produção de pescado em tanques-rede. Todo esse conjunto de obras e serviços prestados à comunidade nordestina custaram aos cofres públicos, através de recursos alocados ao DNOCS, ao longo de um século de história, envolvendo remuneração de pessoal, socorro a flagelados, frentes de emergência, investimentos em obras, etc., um total de US\$9,273101 bilhões em valores correntes que atualizados seriam da ordem de US\$29,497971 bilhões.

Só a título de uma pequena reflexão, podemos dizer que esse valor se aproxima, em valores atualizados, ao investimento feito pela UHE de Itaipu. Deixando de lado todas as ações nas áreas de irrigação, piscicultura, poços, adutoras, etc., e só, como exercício, se estabelecermos uma relação entre os valores investidos e a produção de água no Semiárido, teremos um custo de US\$1,09 por metro cúbico de água acumulada, o que é um valor irrisório pelo mérito da obra, pela importância da obra e pelos custos correntes em sistemas de abastecimento de água no mundo inteiro.

[...]

De 1972 a 1973, entram em operação três perímetros irrigados no Estado da Paraíba: o São Gonçalo — eu faço esse registro porque é na minha terra —, o Engenheiro Arcoverde e o de Sumé, situados, respectivamente, em São Gon-

çalo/Sousa, Condado e Sumé. A implantação dessas obras trouxe bem-estar social e contribuiu para a prosperidade econômica da região.

O Projeto Sertanejo (Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste), criado em 23 de agosto de 1976, mediante o Decreto 78.299, revigorou o programa de engenharia rural do DNOCS. Na Paraíba, foram criados os núcleos de Sousa, Sumé e Pombal, sob o comando do DNOCS/2º DERUR. Nessa ocasião, foram realizados vários projetos e construções de pequenos açudes e poços, além de serviço de assistência aos pequenos proprietários rurais.

Do final da década de 1980 ao início dos anos 1990, inicia-se o programa de emancipação dos perímetros irrigados, quando foi estimulada a criação de organização de produtores e que serão, representando os irrigantes, responsáveis por convênio ou outros instrumentos legais a ser firmado com o DNOCS, para a administração e operação da infraestrutura de irrigação de uso comum do perímetro irrigado. Atualmente, estão assentados nesses perímetros 653 famílias de pequenos produtores irrigantes, sendo 551, em São Gonçalo; 55, no Engenheiro Arcoverde; e 47, no Sumé. Em 2008, numa área colhida de 1.840 hectares, as culturas de maior destaque são o coco e a banana, que, em área de 916 hectares e de 348 hectares respectivamente, produziram cerca de 18.420.000 cocos e 14.200.000 quilogramas de banana e, junto com os outros produtos agrícolas e pecuários, geraram uma receita em torno de R\$11,360 milhões.

Referente à questão da gestão participativa de recursos hídricos, preconizada pela Lei 9.433, de 1997, o DNOCS, a partir de 2003, numa visão nova, promove a formação de comissões gestoras dos açudes, cuja finalidade é partilhar de forma democrática e participativa com a sociedade civil, usuários e demais poderes inseridos na área de influência de cada açude de propriedade do departamento o gerenciamento dos mesmos, ou seja, os interessados no açude participam da sua gestão, contribuem com a sua vivência para um gerenciamento mais equacionado e representativo.

No caso da Paraíba, até 2008, os trabalhos de diagnóstico da situação do reservatório foram feitos em dez açudes tendo sido formadas oito comissões gestoras. O resultado advindo desse projeto é altamente positivo, pois essas comissões vieram trazer o espaço [...] para as discussões — vou encerrar, Sr^a Presidente — sobre o açude, sua gestão rotineira, a busca na resolução de conflitos, que hoje já não necessita ir à Justiça, como dantes acontecia pelo não conhecimento da sociedade do porquê de estar se operando o açude desta ou daquela forma, dado que as discussões e decisões, em geral, ficavam no âmbito técnico.

Conclui-se esta explanação, considerando-se que, ao se pensar o desenvolvimento sustentável para o Nordeste, o conhecimento teórico e prático do DNOCS, obtido ao longo dos seus cem anos de existência [...] no Semiárido é indispensável. O DNOCS é um organismo que, ao longo de sua história, tem caracterizado sua atuação no Semiárido nordestino, por um elenco de realizações, principalmente obras de infraestrutura e de recursos hídricos, que vêm concorrendo decisivamente para o desenvolvimento da região e para torná-la mais resistente e conviver com os efeitos da seca na região.

As ações do departamento, desde o seu início, pelo trabalho sério e comprometido do seu corpo de servidores e daqueles que, administrando o poder maior do país, pensaram na Nação e no DNOCS aportaram condições para que realizasse esse trabalho de aparelhamento dessa região [...] reinantes no Nordeste.

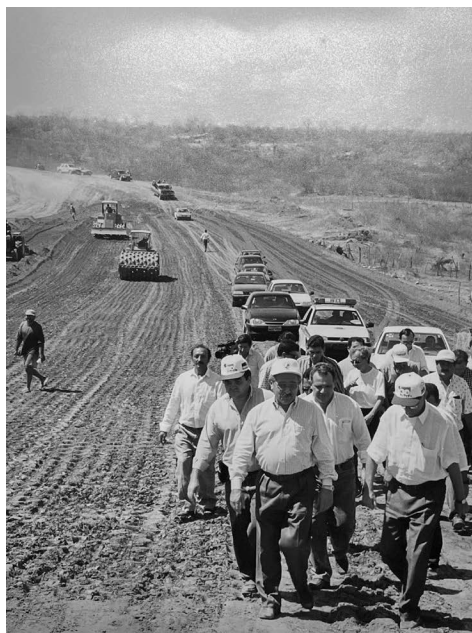
Para concluir, Sr^a Presidente, é questão patriótica, neste ano de festa desses cem anos, mostrarmos para nosso povo que o investimento no conhecimento imaterial, pago por eles com o aporte dos seus impostos, não pode ser deixado escrito, que aquela experiência do dia a dia que só a convivência, o fazer junto transmite ao que está próximo não irá conosco, ficará a serviço desse povo e para a posteridade.

Urge, portanto, que o quadro de servidores do DNOCS, principalmente seu corpo técnico, seja renovado, para que os novos, nessa convivência com os mais velhos [...] que passarão para a história do departamento, enriqueçam seu conhecimento e vivência e também, posteriormente, transmitam para os que os sucederem, nesse ciclo que faz a vida, de renovação. E, com isso, façam-nos nordestinos, brasileiros, a permanecermos em nosso local, na terra em que nascemos, com qualidade de vida e dignidade, verdadeiramente cidadãos e cidadãs desta rica região do nosso país.

Era o que eu tinha a dizer, Sr^a Presidente, prestando uma justa homenagem a um órgão, o DNOCS, que tem quase cem anos de existência e que já prestou relevantes serviços a este país. Agora, sobretudo, neste período em que [...] cada vez maior, porque nenhum outro órgão público ou privado consegue amealhar a experiência, o conhecimento e a tecnologia que ele tem no combate e, sobretudo, na convivência com a seca.”

[Disponível reprodução integral do discurso, onde consta o Registro histórico e atuação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS. Cf. Publicação no DSF de 5/10/2017 - Página 138]

AGRICULTURA



A crise gerada pelo surgimento de um surto de febre aftosa no Mato Grosso do Sul, 20/10/2005

[Publicação no DSF de 21/10/2005 - Página 35719]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, a título de pós-aparte, gostaria de me referir, com duas palavras somente, ao Senador Alberto Silva. Todas as vezes que S. Ex^a ocupa a tribuna, faço questão de ouvir seu pronunciamento, pois de suas palavras objetivas, claras, com o raciocínio de engenheiro que é, mas de político sensível aos problemas sociais, sempre traz muitas lições. E a lição maior que nos dá é a de que o espírito não tem idade. O homem se impõe pelos seus conceitos, pelos seus princípios, pelo seu ponto de vista e não pela sua idade física. Jovem é aquele que, como Alberto Silva, traz sempre a iluminação de ideias jovens, de ideias novas, de ideias revolucionárias.

Lembro-me de que, nos primeiros dias de meu mandato, pelo menos uma vez por semana, eu tinha a satisfação de ouvir Alberto Silva aqui, da tribuna,

defendendo projetos que representavam propostas inovadoras para a administração pública. Inovadoras e sustentadas. Vamos usar o termo que está tão em voga: sustentada.

Decorridos dois anos, o governo resolveu encampar uma das suas ideias. Ninguém mais de que ele falou desse assunto, o biodiesel, daqui da tribuna Senado da República. Alberto Silva foi pioneiro no lançamento dessa ideia e não se limitou a apresentá-la de forma panfletária. Ele apresentou essas ideias de forma objetiva, com projetos viáveis — não projetos ilusionistas daqueles que querem fazer magia com ideias e com palavras retumbantes muitas vezes, mas com propostas absolutamente objetivas e viáveis.

[...]

Sr. Presidente, hoje quero, eu não diria bater na mesma tecla, mas falar sobre o mesmo assunto: a crise gerada pela erupção de um surto de febre aftosa no Mato Grosso do Sul.

Tenho ouvido muitos pronunciamentos a respeito dessa questão. Alguns têm realmente o objetivo de colaborar, de ajudar o governo a se orientar, a escolher um norte, um caminho. O Presidente da República não precisava dizer que a responsabilidade pela febre aftosa ou pela não utilização da vacina que evita a febre aftosa é dos criadores. Na verdade, o primeiro responsável por essa questão é o governo. Em primeiro lugar, porque a aftosa é um problema de saúde pública que afeta não somente a saúde dos animais, mas também a saúde da população nacional. Em segundo lugar, porque a febre aftosa traz prejuízos efetivos para o Brasil. O governo anda muito preocupado com balança de pagamentos, com as exportações. Pois bem, a febre aftosa traz prejuízos ao Brasil. Este é um ponto.

Outro ponto, esse pequeno deslize verbal do Presidente da República deve-se ao fato de Sua Excelência ter sido mal assessorado, tenho certeza. Certamente, antes de pronunciar aquela entrevista, ele não tinha conversado com o Ministro, da Agricultura, pessoa altamente competente. Se tivesse conversado com o Sr. Roberto Rodrigues, se aconselhado com ele, certamente não teria feito aquela declaração, que motivou tanta exploração por parte de certos segmentos da imprensa e até da Oposição. Sim, porque o Presidente quis tirar o corpo e, ao mesmo tempo, chamou para si a responsabilidade.

Dizia Carlos Lacerda que o excesso de habilidade milita contra o habilidoso. Lá no sertão da Paraíba, dizemos: sabedoria demais é pecado. Sua Excelência jamais poderia ter dado aquela declaração, porque, se por um lado é dever dos pecuaristas vacinar o seu rebanho, por outro, é papel do Estado coordenar essa imunização que precisa ser feita no rebanho brasileiro.

Nós sabemos que no Brasil existem Estados onde a aftosa ainda não foi debelada. Muitos Estados. Estados até que têm peso na pecuária brasileira não conseguiram controlar, ainda, o surto de febre aftosa.

Não existe outro caminho, senão a vacinação continuada, permanente, constante, regular. Quem induz os proprietários, os pecuaristas a fazerem, com regularidade, essa vacinação? É o governo. Aí, sim, é o papel do governo: induzir, por intermédio de campanhas inteligentes.

Nós votamos aqui e aprovamos, há alguns meses, um acordo comercial com o Paraguai, sobre o qual até me pronunciei. Nesse acordo, havia uma cláusula que obrigava o governo brasileiro a financiar a vacinação do rebanho do país vizinho, sob o argumento de evitar a transmissão de aftosa existente naquele país.

Ora, se o Brasil tem dinheiro para financiar a vacinação contra a aftosa em um país vizinho, por que não tem dinheiro para financiar a vacinação do seu próprio rebanho? Eu abordei essa questão quando se discutia aquele acordo comercial.

Então, a situação é esta. Não comporta polêmicas, porque o assunto é de uma clareza que não equívoca nem uma criança de cinco anos. Cabe ao governo e ao Ministro da Agricultura, que considero um homem capaz, um homem da área, conhecedor dos problemas, no mínimo apresentar ao Congresso Nacional, à opinião nacional, por intermédio dos meios de comunicação, o que o governo vai fazer.

[...]

Há alguns anos, a Inglaterra — quem diria, um país de Primeiro Mundo — teve um surto da chamada vaca louca, que deu prejuízos colossais àquele país não somente no que respeita à exportação, mas também em termos de consumo interno. As pessoas se negavam a consumir a carne. Foi preciso que o governo explicasse à população onde havia aquele surto, qual era a região atingida por ele. Mesmo assim, ainda durante muito tempo, prevaleceu uma desconfiança muito grande da população com relação à carne bovina, e as pessoas procuravam outras alternativas: peixe, aves, etc.

Portanto, essa questão precisa ser enfrentada, sobretudo pelo Ministério da Agricultura. O Ministro da Agricultura é um homem que tem muita vivência e experiência neste assunto. Entretanto, não sei se S. Ex^ª está tendo os recursos financeiros necessários para implementar esta e outras providências, que são absolutamente essenciais para garantir a produção, tanto pecuária como agrícola, no país.

Na última vez em que estive com o Ministro, senti-o pessimista ou pelo menos extremamente inconformado com os cortes que estavam sendo impostos ao seu orçamento, e uma das coisas que S. Ex^a alegou foi o problema da vacinação.

Não podemos abrir mão de discutir esta questão. Sobretudo, devemos ter uma participação mais ativa e objetiva, oferecendo sugestões que, porém, têm que vir com base em informações que o próprio governo precisa dar, informações claras, precisas, com muita transparência, porque, afinal de contas, não é motivo para o governo se envergonhar ou para se sentir diminuído com a ocorrência de um fato natural em função de imprudência e omissão que não vêm deste governo. O quadro de dependência da febre aftosa é crônico no Brasil e já vem de muitos governos.”

O agronegócio e a sua importância para o país. Justificação de requerimento que será encaminhado ao Ministro da Agricultura, solicitando informações sobre o nível de endividamento do setor agropecuário, 24/11/2005

[Publicação no DSF de 25/11/2005 - Página 41196]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, [...] contamos com o combustível disponível em toda a rede de abastecimento a preços competitivos. A introdução de tecnologia biocombustível, testada desde 2003, em veículos de passeio, permite a mistura de álcool anidro e gasolina, em qualquer proporção, ou seu uso isoladamente.

Recentemente, a Embraer, outra empresa que orgulha os brasileiros, certificou, em nível nacional e internacional, o uso de álcool combustível em aeronaves — a exemplo, a aeronave Ipanema —, com excelentes resultados, inclusive com aumento da potência e, sobretudo, com aumento dos intervalos de revisão, porque o álcool é muito menos corrosivo para os motores a combustão interna do que aqueles que consomem a energia fóssil.

O Brasil também entrou na rota do biodiesel com investimentos previstos pela Petrobras de R\$145 milhões em cinco anos. Ressalte-se que a União Europeia espera produzir um milhão de toneladas do combustível em 2005, e, nos Estados Unidos, existem 35 usinas em operação e 25 em fase de autorização.”

A repactuação da dívida dos pequenos agricultores nordestinos e o anunciado veto presidencial à proposição. Os atropelos de percurso do Programa do Leite na Paraíba e a inflexibilidade do governo federal, que alterou as normas e procedimentos do programa de aquisição e distribuição do produto, 16/2/2006

[Publicação no DSF de 17/2/2006 - Página 5452]

“Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que trago para discussão nesta Casa, de tão polêmico e injusto, vem agravando a situação de dificuldades e de carências vividas pelos pequenos agricultores que se dedicam à pecuária leiteira bovina e caprina, na Paraíba.

Esta tarde, realmente, foi um dia em que os agricultores nordestinos se converteram no interesse maior desta Casa, sobretudo com o discurso do Senador José Agripino, e com os apartes que vieram em seu apoio, a respeito do veto apostado pelo Executivo ao projeto de lei da renegociação das dívidas de pequenos agricultores do Nordeste.

E, agora, Sr^a Presidente, gostaria de trazer este assunto: a questão do Programa do Leite, que foi anunciado na Paraíba com tanto estardalhaço, despertando o interesse da população e, principalmente, da administração estadual — e aí o interesse não foi o mesmo, porque foi político e demagógico —, que, inopertunamente, chamava a si a autoria do projeto de iniciativa e remuneração do governo federal .

[...]

A nova resolução inviabiliza os altos investimentos realizados pelos pequenos produtores para garantir o fornecimento de leite ao programa. Tão logo o governo federal anunciou a implantação do programa, os pequenos criadores da Paraíba se organizaram, adquiriram matrizes leiteiras, prepararam seus estábulos e suas cocheiras e melhoraram as cercas e as pastagens. Agora, de repente, eles se veem surpreendidos por uma resolução que corta drasticamente 80% do fornecimento que eles vinham fazendo. No início do programa, a garantia mínima de aquisição era de cem litros ao dia; o governo, agora, reduziu esse fornecimento a apenas vinte litros por dia.

Como se não bastassem os imensos prejuízos que os pequenos agricultores e pecuaristas do nosso Estado vêm tendo, há, agora, mais esse imenso prejuízo para inviabilizar inteiramente a pecuária leiteira, sobretudo a que é praticada pelos pequenos produtores.

Gostaria de lembrar aos técnicos do governo que essa decisão é uma verdadeira cilada, porque o que se esperava quando o governo estabeleceu um limite de cem litros era que isso fosse mantido, até porque os produtores que não tinham uma produção de cem litros tiveram de fazer despesas para se enquadrar no Programa. E, uma vez feitas as despesas — aquisição de matrizes, como já falei, adaptação dos estábulos —, de repente, cortaram 80% da compra de leite, que não é subsídio.

O Brasil, que possui uma das maiores extensões territoriais, com condições climáticas e ecológicas satisfatórias à pecuária, tem uma pecuária de leite pífia. Enquanto a nossa pecuária de corte é muito grande, a pecuária de leite no Brasil é muito reduzida, porque já se sabe que o preço do leite é um confisco ao produtor.

Enquanto, na pequena Suíça, que ostenta a condição de exportadora de leite em pó para o Brasil, subsidia-se ao criador com US\$950,00 ao ano, com o único compromisso de manter a vaca em seus estábulos, de fornecer o leite; no Brasil, confiscam-se recursos, esforços de toda natureza aos produtores de leite.

É por isso que o Brasil, detentor de uma extensão territorial tão grande e um clima privilegiado para a produção de leite, continua sendo um país importador desse produto. Essa é uma das vergonhas nacionais, apesar de ser pouco conhecida. Se alguém disser a um cidadão pouco informado que o Brasil é importador de leite, ele vai morrer de vergonha, porque acredita — todos nós acreditamos — que o seu país é exportador de leite. E a realidade é outra, inteiramente contrária, exatamente por esse confisco que se faz do esforço, do trabalho, da estrutura e da organização da pecuária leiteira no Brasil.

Não somos contrários a que se favoreça a pequena agricultura. Tenho, em toda a minha vida pública, trabalhado prioritariamente para o segmento mais carente da população e apoiado os pequenos produtores.

[...]

Diz-se aqui, com muita injustiça, que os homens e as mulheres que estão nas periferias das grandes cidades são trabalhadores sem profissão. Mentira! Preconceito contra o agricultor! Na realidade, ele é um profissional da agricultura e está vegetando na periferia das grandes cidades, porque o Brasil não tem políticas agrícolas que realmente possam lhe garantir o emprego, o meio de vida.

E essa medida a que me estou referindo hoje, sem dúvida nenhuma, mostra a insensibilidade do governo para com esse problema. Diminuir a produção de leite em um Estado não atenta só contra os interesses da agricultura, mas também contra os interesses das populações mais carentes.

O Programa do Leite, que investia na Paraíba R\$49.692.400,00, era, na realidade, uma grande contribuição que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva dava à alimentação das crianças de famílias pobres, carentes.

Há mais de sessenta anos, o cientista social Josué de Castro escreveu a obra Geografia da Fome, na qual mostrava que a fome não era questão somente do desenvolvimento físico das populações, era sobretudo uma questão do desenvolvimento da inteligência das pessoas. Provou, com os elementos científicos mencionados na sua obra, que o cérebro das pessoas subalimentadas, especialmente na primeira infância, sofre danos irreversíveis, provocando deficiências que o cidadão carrega a vida inteira.

Pensem na situação de um trabalhador subalimentado, que não tem uma alimentação rica em proteína, sais minerais e vitaminas, como o leite, e na sua sorte num mercado de trabalho cada vez mais competitivo em relação à qualidade do trabalhador. O trabalho do operário deixou de ser meramente físico para se tornar especializado, exigindo conhecimentos pelo menos elementares para lidar com máquinas e equipamentos, como computadores. Somente assim, ele terá acesso ao mercado de trabalho.

Portanto, Sr^a Presidente, essa medida do governo é, por todos os títulos, errônea. Causará um prejuízo irreparável aos pequenos pecuaristas que se aparelharam para fornecer cem litros de leite por dia. Isso não é coisa nenhuma! O leite in natura, que vem do produtor rural, custa R\$0,60, quando muito; aqui no Brasil central é até menos, R\$0,35 a R\$0,40. Na Paraíba, R\$0,60. Mas, para o agricultor, significa muito, principalmente porque ele preparou toda uma estrutura para fazer esse fornecimento e, de repente, vê-se reduzido a apenas vinte litros.

Faço uma previsão que não é pessimista, é realista: ele não vai fornecer nada, porque não conseguirá manter uma estrutura de produção com uma receita de apenas vinte litros de leite/dia. Isso é realmente um absurdo!

Estou certo de que o Ministro da área, Sr. Patrus Ananias, que tem se revelado um homem comprometido com a questão alimentar, vai rever essa posição. Não vou esperar nada do governo do Estado da Paraíba, sócio nos louros quando anunciava em sua mídia que o programa era dele, simplesmente porque era o distribuidor do leite, já que tinha uma parceria com o governo federal.

Mas não quer ser sócio no ônus; sócio no bônus, mas não no ônus.

Então, apelo ao Sr. Patrus Ananias no sentido de que reveja essa medida, para que os agricultores da Paraíba possam sobreviver, já que a estrutura que foi montada pelos criadores da Paraíba só foi montada porque eles acreditaram no governo. Eles acreditaram que o governo era um parceiro leal e não iria surpreendê-los com medidas tão prejudiciais como esta.”

Veto do Presidente Lula ao projeto de renegociação das dívidas dos agricultores. Falta de uma política agrária no Brasil, 23/3/2006

[Publicação no DSF de 24/3/2006 - Página 9395]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2006, que trata da repactuação das dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene, aprovado nesta Casa, foi objeto de veto presidencial, substituído pela Medida Provisória nº 285, de 2006.

O tratamento dado pelo Poder Executivo ao assunto não nos convence. Alega o governo que já procedeu a uma ampla renegociação das dívidas de produtores rurais, seja na região Nordeste seja em outras regiões do país. Alega também que a matéria aqui votada faria aumentar o déficit público, pela escassez de recursos alocados para tal finalidade.

Lamentavelmente, esse é o discurso próprio, adequado, do modelo econômico que, infelizmente, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva adotou, seguindo exatamente as pegadas do governo neoliberal que o antecedeu. Acreditar que uma iniciativa que eu não diria sequer de cunho social, mas de cunho econômico, se constituiu em um instrumento de déficit público é um absurdo, sobretudo quando o governo não entende que se constituiu um instrumento gerador de déficit público o pagamento de juros da dívida externa, que são realmente escorchantes e ultrapassam qualquer limite que se possa imaginar.

O setor agropecuário, que historicamente contribuiu para o desenvolvimento econômico na Nação brasileira na geração de emprego e renda, na oferta de biomassa para a substituição energética, no abastecimento alimentar e na for-

mação líquida de divisas, está sempre à deriva de políticas públicas, a despeito da legislação vigente.

Aliás, devo dizer que, desde a Proclamação da República até hoje, nenhum governo procurou definir uma política agrária neste país; por isso, a agricultura e a pecuária vivem sempre à mercê de medidas paliativas, de medidas conjunturais, e nunca se pensa nesse setor tão importante, não apenas por ser o que mais emprega, mas, sobretudo, por ser um dos setores que mais têm gerado divisas para equilibrar o nosso balanço cambial.

Não obstante esse fato, o governo atual, assim como os anteriores, desde a Proclamação da República, e ousou dizer desde o descobrimento do Brasil, não se preocupa em criar uma política agrária que reconheça a atividade primária como uma atividade econômica que contribui para a grandeza nacional.

As informações sobre a inadimplência, há muito discutida nesta Casa, são escassas e quase impossíveis de obter. Em novembro de 2005, mediante o Requerimento nº 1.365, de 2005, solicitei ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informações sobre o nível de endividamento dos produtores rurais.

Por ocasião da aprovação da lei a que me referi, observei que se discute muito em cima de dados irrealis, imprecisos e inteiramente inidôneos, porque não existe qualquer fundamento factual. Falou-se aqui, inclusive, como argumento para bombardear o projeto no momento em que estava sendo discutido, que nele foram incluídas atividades que não eram exatamente as atividades econômicas dos pequenos e médios produtores rurais. Mas quem inseriu essa categoria de grandes empresários rurais no projeto? Exatamente aqueles que, depois, aqui no plenário, alegaram como fundamento para negação à aprovação esse fato.

É um princípio de direito: ninguém pode se beneficiar do deslize que comete. Não se pode beneficiar, meu caro e brilhante Presidente, do deslize que comete.

[...]

As pessoas, objeto dessa tentativa de composição de dívidas, de securitização de dívidas, estão sobrevivendo precariamente num pedaço de terra que, muitas vezes, tem uma origem familiar, já vem dos ancestrais dos atuais exploradores da terra. São pessoas que vivem exclusivamente da terra, mas que não puderam honrar as suas dívidas — como é da própria cultura dos agricultores essa firmeza em honrar os compromissos assumidos —, em virtude da ocorrência, da incidência de fatores climáticos, que já são conhecidos, meu Deus.

Sabe-se que existe uma região seca no Brasil, o Semiárido do Nordeste brasileiro, desde que o Brasil é Brasil, desde o descobrimento do Brasil até

hoje. No começo deste pronunciamento, eu dizia que faltam, não só a este governo, mas a todos os governos da República, mesmo antes da Proclamação da República, políticas agrárias adequadas que pudessem definir essa situação e criar mecanismos, instrumentos de compensação para aqueles que vivem em regiões problemáticas, como é o Semiárido nordestino.

Não podemos tratar — e isso é um truísmo antigo — da mesma forma regiões que são diferentes, pessoas que são diferentes. Esse é um princípio de justiça social e também de justiça econômica. No mundo inteiro, há disparidades intrarregionais. Os Estados Unidos, que são sempre o modelo capitalista que todo mundo gostaria de ver utilizado em seu país, têm regiões desérticas, regiões parecidas, assemelhadas às do Nordeste, mas o governo, para manter a população fixada no seu hábitat, e evitar, como disse V. Ex^a muito bem, que essa população, forçada pela necessidade de sobrevivência, se mude para os grandes centros urbanos, constituindo novos problemas sociais e inclusive sofrendo o estigma da discriminação... Nos Estados Unidos fala-se muito de discriminação em relação ao negro, e ela existe, é verdadeira, é uma hipocrisia dizer que não existe. Todavia, já existe pelo menos uma preocupação, que eu diria universal, de todas as pessoas, de procurar assegurar ao negro um espaço mais democrático, um espaço mais justo na sociedade.

Mas não existe discriminação maior do que a que sofre o agricultor retirante, que sempre existiu e existe ainda no Nordeste em grande proporção. Quando ele vai para o Sul ou quando vai para São Paulo, é tratado de forma pejorativa, é tratado com discriminação inclusive no mercado de trabalho, recebendo os piores e os mais aviltantes salários, executando os serviços menos dignos que o mercado de trabalho oferece.

Se o Brasil tivesse praticado até hoje uma política adequada, uma política em relação ao Semiárido nordestino, certamente estaria pagando um preço muito mais baixo do que paga atualmente, inclusive na ocorrência de cada seca.

[...]

Os agricultores nordestinos estão sofrendo muito, Senador Ney Suassuna, porque estão impedidos de acessar os meios de financiamento da produção há muitos anos. Há muito tempo, essa parcela significativa da economia rural está impedida de realizar qualquer transação e, conseqüentemente, de sobreviver com mais dignidade nessa atividade onerosa, que é a agricultura, sobretudo nessa região em que o tempo é ingrato, em que o tempo é padraço.

[...]

Necessitamos buscar soluções para essas dívidas e ajudar um setor que, na safra 2005 e 2006, deverá produzir 122,6 milhões de toneladas de grãos, a despeito das intempéries climáticas, das altas taxas de juros, das taxas cambiais baixas e das doenças que afetam o setor.”

Felicitações ao Senador Garibaldi Alves Filho pelo discurso abordando o drama vivido pelos agropecuaristas nordestinos. Elogio ao Programa Espacial Brasileiro, iniciado em 1961, considerando-o merecedor de atenção e orgulho do povo brasileiro, 5/4/2006

[Publicação no DSF de 6/4/2006 - Página 11141]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de tudo, quero felicitar ao Senador Garibaldi Alves Filho por trazer hoje, como um dos temas principais do seu discurso, o drama que estão vivendo os agropecuaristas nordestinos, sobretudo aquelas da área do Semiárido, impedidos de acessar os financiamentos para tocarem as suas lavouras, em virtude do impasse gerado entre o Congresso Nacional e o Executivo em relação à lei aprovada aqui, que abria uma pequena janela para a sobrevivência desse segmento tão importante para a vida econômica e, sobretudo, para a vida social do Nordeste brasileiro.

Na verdade, a situação dos agricultores e dos pequenos pecuaristas — pecuaristas das chamadas miunças, aqueles que se dedicam à pecuária de pequeno porte, a única adotada na região do Semiárido, os caprinos e os ovinos — é dramática, porque, por um lado, se vê às voltas com as dificuldades inerentes a um setor permanentemente castigado pelos fatores climáticos, as secas que ocorrem com uma periodicidade inexorável no Nordeste, e, por outro lado, impedidos de acessar as linhas de crédito, que já são escassas e pouco eficientes, do Sistema Financeiro Nacional, especialmente dos bancos oficiais que operam na região — Banco do Nordeste e Banco do Brasil —, agora agravado por essa situação de impasse, lamentavelmente, agravada pela morosidade com que governo e Congresso Nacional têm tratado dessa questão.

Então, quero felicitar ao Senador Garibaldi Alves Filho por mais uma intervenção sua, somando-se aos esforços da Senadora Heloísa Helena, do Senador Ney Suassuna, deste modesto orador que está aqui e de tantos outros que, em

nome da economia regional, em defesa da economia regional, têm clamado às autoridades do Executivo no sentido de abrir as suas mentes para discutir o problema com a grandeza e com a visão de estadista com que ele merece ser efetivamente discutido. Privar o setor agropecuário, especialmente os pequenos e médios proprietários, que, no Semiárido, é a grande maioria — eu diria que 80% dos agropecuaristas do Nordeste estão na região do Semiárido e são pequenos e médios —, de qualquer acesso aos meios bancários de financiamento é, sobretudo, uma atitude burra, uma atitude não inteligente do governo, porque, com isso, sacrifica a economia da região, leva-a a uma verdadeira falência — aliás, já está vivendo essa falência — e conseqüentemente diminui as possibilidades de arrecadação nessa área tão sofrida, que é o Semiárido nordestino.”

Justificação de proposição que S.Exa. encaminhará à Casa, para permitir que as pessoas maiores de 60 anos possam decidir sobre o regime de bens no casamento. Comentários acerca de expediente recebido da Mesa do Senado, a respeito de solicitação de informações sobre a questão do endividamento dos agricultores. Defesa de uma política permanente para o setor primário da economia, 6/7/2006

[Publicação no DSF de 7/7/2006 - Página 23056]

“Encaminhamos, há cerca de três ou quatro meses, um pedido de informação dirigido às autoridades financeiras e bancárias do país, aos bancos oficiais, a respeito da questão do endividamento dos agricultores do Nordeste brasileiro, e somente agora recebemos da Mesa do Senado a resposta ao pedido de informação dirigido ao Tesouro Nacional. A forma lenta, demorada, como o órgão oficial respondeu a um pedido, que teve naturalmente o endosso da Mesa do Senado, mostra que, quase sempre, o Executivo faz pouco caso daquilo que constitui indiscutível prerrogativa constitucional do Congresso Nacional.

Evidentemente, tenho todo o direito de suspeitar que essa informação só chegou agora depois que o Presidente Lula, o Executivo, resolveu ceder na negociação e garantir aquilo que a Bancada do Nordeste e muitos Senadores até do Sul e do Centro-Oeste do país estavam fazendo em favor dos agricultores, ou seja, a concessão de uma renegociação de suas dívidas, cujos valores se tornaram

absurdamente elevados, até pela intransigência com que os órgãos creditícios do governo se posicionavam em relação à possibilidade de uma renegociação. Essa dívida foi se acumulando ao longo do tempo e tornando-se muito maior do que o próprio patrimônio líquido dos devedores.

É lamentável que ainda haja esse quadro no país.

O Poder Legislativo, para ver cumpridas as suas atribuições, muitas vezes tem que conviver com uma realidade como essa. Eu até acredito que o Tesouro Nacional, nem assim mesmo, retardatariamente, teria nos respondido se o Presidente da República não tivesse decidido atender aos apelos do Congresso e dos agropecuaristas brasileiros e nordestinos.

Esse registro que faço é apenas para lamentar a situação de pouca consideração e de pouco respeito dos órgãos oficiais para com o Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acho até que a forma obstinada com que as autoridades monetárias se opunham à negociação da dívida dos agricultores era uma forma rude e pouco inteligente de compreender a realidade da economia nacional. O Nordeste brasileiro, sobretudo o Semiárido, que é o Nordeste ecologicamente mais sofrido do que o Nordeste costeiro, ao mar, não tinha como conviver com essa realidade. E não tinha por uma razão muito simples: o Brasil, que desde Pero Vaz de Caminha tornou-se conhecido pelas suas imensas potencialidades para a agricultura — a terra em que, em se plantando, tudo dá, no linguajar do português escrivão da armada —, continua nesta posição contemplativa de governo.

Até hoje, nenhum Presidente da República, nenhum chefe do Executivo, interessou-se por definir uma política para o setor primário, para a agricultura, para a pecuária brasileira. Nós vivemos de improvisações, de ficções, de mentiras, e a maior de todas elas é considerar o Brasil como um todo, uniforme. Uma legislação ou um dispositivo legal que pode ser muito justo para o Centro-Sul do país torna-se simplesmente inaplicável para a região Nordeste, para o Semiárido brasileiro, assim como para a Amazônia. Cada região é um país diferente. E o Brasil não soube, até hoje, conviver com esta realidade e, por isso, paga o preço do próprio atraso, da própria teimosia, da falta de interesse em discutir uma questão de tanta profundidade e importância para os que vivem no Brasil como um todo.

Por exemplo, quanto as políticas emergenciais de combate à seca têm custado ao Nordeste brasileiro e ao Tesouro Nacional? São chamadas inapropriadamente de combate à seca, porque a seca é um fenômeno natural que se repete com certa periodicidade e que a ciência da meteorologia conhece plenamente.

Se tivermos políticas duradouras para enfrentar os problemas da seca, naturalmente estaremos mais preparados para a ocorrência do fenômeno, que não é desconhecido do homem e muito menos do governo.

A respeito desta situação, tem-se no Brasil uma experiência que vem desde o descobrimento. A história, a literatura, a cultura popular, até a canção popular, estão cheias de obras e de pronunciamentos que definem com bastante precisão o que é a seca do Nordeste e o que se deveria ter feito, que até hoje não se fez, para que a ocorrência desse fenômeno não trouxesse tanto prejuízo aos que moram no Nordeste e ao Tesouro Nacional.

Por exemplo, o projeto de transposição das águas do São Francisco está encalhado por decisões judiciais, cuja motivação é exatamente o interesse de um segmento conservador, que pode estar movido de bons propósitos, mas está desinformado.

Ora, outros países que viveram situações semelhantes à do Nordeste fizeram transposição de águas. A China a fez dois mil anos antes de Cristo e agora está reprisando o feito, com o maior projeto de transposição de águas já conhecido no mundo, pelo menos trinta vezes maior do que o projeto de transposição das águas do São Francisco.

E para obstaculizar esse projeto, levantam-se os argumentos mais retrógrados, mais atrasados, mais preconceituosos, que não resistem a qualquer análise, nem mesmo a do senso comum. E o projeto está parado.

Ainda bem que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está mostrando musculatura na disputa pela Presidência da República. Então, todos temos o direito de vislumbrar um fio de esperança, sobretudo o Nordeste Setentrional, a parte mais sofrida da região Nordeste, porque não existem cursos de água permanente. Tenho certeza de que, sendo reeleito Presidente da República, o nordestino Lula levará à frente esse projeto, agora paralisado pelo capricho e pelas opiniões conservadoras e atrasadas de segmentos que se opõem, sem nenhuma razão aparente, à realização dessas obras.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que temos feito na tribuna desta Casa é defender uma política permanente para o setor primário da economia nacional. Mas uma política que trate os diferentes como diferentes. Não é justo o argumento de se querer nivelar nas potencialidades, nas qualidades e nos defeitos os Estados do Nordeste e os Estados do Centro-Sul do país. Cada um tem suas características, e a mais irrecusável delas, em uma região geoeconômica, é exatamente a característica climática, a ecológica, aquela cujo comportamento

não depende do homem, mas cujos efeitos podem perfeitamente ser compensados por uma política social e econômica inteligente.

Acredito firmemente nisso e trouxe para esta Casa a proposta que fiz quando me candidatei a Senador da República: meu compromisso com o meu povo e com a minha gente.”

Considerações sobre a veiculação, pela imprensa internacional, da alta do preço dos alimentos. Repúdio à atitude do coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Antônio Dantas (como Líder), 30/4/2008

[Publicação no DSF de 1º/5/2008 - Página 11187]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a economia global vive, neste momento, uma conjuntura de aumento acelerado dos preços dos alimentos. O resultado já é percebido, nos países mais ricos e de população bem nutrida, no crescimento dos índices inflacionários, o que tem gerado uma inquietação popular como há muito não se via. Semana passada, os servidores públicos do Reino Unido — um dos países onde o sindicalismo é menos ativo — entraram em greve por reposição salarial, seguindo o movimento de seus congêneres franceses de quinze dias atrás. Na Alemanha, os protestos se repetem. No Haiti e em Burkina Faso, revoltas populares eclodiram.

As causas desse aumento de preços são diversas. Entre outras circunstâncias, houve quebra da última safra de grãos de grandes produtores, como Austrália e Canadá, e, a partir da escassez relativa, vem operando a lei da oferta e da procura. Por outro lado, o preço do barril de petróleo nos mercados internacionais parece não ter mais teto: anunciou-se, dia desses, a ultrapassagem da barreira dos 110 dólares por barril. Já ameaça chegar a US\$ 120. E com o petróleo, lá sobem também os preços de fertilizantes e defensivos agrícolas, para não falar dos custos de transporte — tudo que se reflete no preço dos alimentos.

Apesar desses fatos óbvios e mais que conhecidos, certas autoridades econômicas internacionais aparecem nos meios de comunicação para anunciar que a alta dos alimentos se deve à utilização, por parte de países como o Brasil, de suas terras agrícolas para a produção de biocombustíveis! Quer dizer: para essa gente, o Brasil é o grande culpado pelo aumento global dos preços dos

alimentos. E por consequência, culpado do agravamento da fome dos pobres de todo o mundo, sobretudo nas nações mais miseráveis.

Ora, é de se perguntar, Senhor Presidente, se tal conversa faz algum sentido. Há quantas décadas os países ricos, sob o argumento de garantir sua segurança alimentar, vêm subsidiando suas agriculturas caras e ineficientes, impedindo o crescimento da produção dos países emergentes e pobres, sabotando seu desenvolvimento econômico e bloqueando a redistribuição mundial da riqueza? O subsídio mensal concedido pelo governo da Suíça a uma vaca leiteira, por exemplo, equivale, segundo um documentário do canal Discovery apresentado recentemente, a umas três bolsas-família do Brasil. Uma única vaca vale três famílias! Subsidiavam suas vaquinhas sagradas e depois reclamam dos preços dos alimentos...

Mas esses são e sempre foram os termos do comércio mundial: a lei do mais forte. A produção dos países ricos, seja a de tecnologia de ponta, seja a agroindústria, pode ter seus termos de troca valorizados; a dos países pobres ou emergentes, essa tem de ter preços aviltados, com termos de troca injustos impostos pelos donos da riqueza.

Naquelas circunstâncias, não tinha choro: era pagar o que eles queriam. Agora, quando acontece de estarem eles com a faca no peito e os tais termos de troca nos favorecem, nós somos os vilões do mercado. Seria engraçado se não fosse vergonhoso.

Não podemos cair nesse jogo. Não podemos nos deixar enganar pelo discurso demagógico que manipula o argumento da fome como se não tivessem os países ricos responsabilidades pela exploração colonial do Terceiro Mundo e pela imposição de relações desiguais de comércio década após década. E não podemos cair tampouco no jogo dos demagogos de vizinhos nossos, como o coronel Hugo Chávez, que ataca os biocombustíveis não porque causem fome, como tenta fazer crer, mas porque concorre com sua galinha dos ovos de ouro, o petróleo. Evo Morales é outro que, dependente da venda de gás natural, faz eco contra o etanol e o biodiesel.

Felizmente, nossos governantes não se deixam ludibriar, nem por autoridades internacionais, nem por dirigentes de países desenvolvidos, nem por esses vizinhos pobres, mas 'amigos da onça'. Na XXX Conferência Regional da América Latina e Caribe da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO, realizada aqui em Brasília neste mês de abril, o Presidente Lula da Silva, interrogado sobre a relação entre os biocombustíveis e a carestia dos alimentos, declarou: 'É sempre mais fácil escolher respostas

simplistas por trás de supostas preocupações sociais. O biodiesel não é o vilão na questão do aumento dos preços dos alimentos.’

O Brasil é, com efeito, o exemplo de país cuja agricultura tem conseguido realizações extraordinárias na produção e alimentos e de biocombustíveis. Ao mesmo tempo, sem que uma exclua a outra. E também sem ser necessário causar nova devastação florestal, ao contrário do que afirmam certas ONGs ambientalistas, que, paradoxalmente, conseguem se mostrar inimigas dos biocombustíveis.

Trata-se de um paradoxo porque é evidente que os biocombustíveis representam solução para o problema do equilíbrio dos gases reputados causadores do efeito estufa na atmosfera, ao substituir os combustíveis de origem fóssil.

Os Ministros Celso Amorim e Guido Mantega também deram declarações corretas no sentido de identificar os subsídios agrícolas e o protecionismo comercial dos países ricos como causas maiores da crise dos preços dos alimentos. E até o Presidente do Banco Mundial (Bird), Robert Zoellick, segundo matéria de Nalu Fernandes, do Estado de S. Paulo do dia 13 de abril, mesmo associando biocombustíveis e preços dos gêneros alimentícios, reconheceu que o álcool brasileiro, produzido a partir da cana-de-açúcar, tem menos impacto no mercado de alimentos que o álcool americano, produzido a partir do milho e muito menos eficiente em termos de rendimento energético.

Disse Zoellick, ainda, que o Brasil é dos países que mais aumentou sua contribuição para o Programa Mundial de Alimentos da ONU.

Ora, esse reconhecimento, partindo do Presidente do Bird, deveria servir para calar as vozes acusatórias dos que não desejam ver o Brasil aproveitando uma conjuntura internacional favorável a sua capacidade produtiva e a seu perfil de exportações.

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores: a decisão de produzir em escala industrial o álcool combustível, que já data de três décadas, colocou o Brasil em uma posição invejável em termos de segurança energética e de tecnologia alternativa para o petróleo. A tecnologia do agronegócio tornou possível aumentar a produção de alimentos e de biocombustíveis concomitantemente. Não permitamos que toda essa realização de nossa gente se perca por darmos ouvidos à cantilena desses arautos do desastre, que escondem suas verdadeiras intenções imperialistas sob o discurso tão simpático do combate à fome.”

Reflexão sobre a crise de alimentos no mundo. Elogios ao trabalho desenvolvido pela Embrapa, 14/5/2008

[Publicação no DSF de 15/5/2008 - Página 14433]

“Como não sou José do Maranhão, mas José Maranhão, também posso servir ao Piauí, sobretudo secundando o trabalho e a luta que V. Ex^a desenvolve na tribuna do Senado em defesa do seu Estado.

[...]

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, um fantasma vem assombrando o mundo. É triste e dura a sua face, pois são inestimáveis os malefícios que produz, ceifando vidas, tolhendo possibilidades, provocando dor e agonia em diferentes rincões do planeta Terra: o fantasma da fome.

A economia mundial atravessa uma quadra marcada por forte aumento dos preços dos alimentos. De regra, o desabastecimento e a carestia afetam, primeiro, os mais pobres — e rebeliões populares têm ocorrido em países como Haiti, Egito, Camarões, Costa do Marfim e Burkina Faso. Mas, agora, Sr. Presidente, também os países ricos começam a experimentar os efeitos perversos da crise, como a pressão inflacionária e o desabastecimento de alguns gêneros alimentícios. Inglaterra, França e Alemanha enfrentaram, recentemente, protestos em razão desses aumentos de preços.

Mesmo o Brasil, com seu setor primário altamente desenvolvido e competitivo, não logrou manter-se imune às decorrências de tal crise, abruptas modificações do quadro de produção, que não é apenas em alguns países, mas em quase todos.

E, aqui, caberia um comentário que não invalida o que já afirmei sobre o êxito que o Brasil tem tido nas últimas safras de grãos. Geralmente, as estatísticas registram números de toneladas produzidas, números de reais, outras vezes até em dólar, que é a moeda referencial internacional. Mas falta fazer uma análise mais profunda. Eu até me aventuraria, aqui, aprioristicamente a dizer que, se o Brasil tem crescido muito a produção de soja, eu não posso afirmar que o Brasil tenha crescido muito a produção de outros alimentos, já que soja também é alimento — feijão, milho, mandioca e outros produtos. O que vale é o que pesa no balanço de pagamentos, o que vale é o que se exporta e, como não se exportam gêneros alimentícios efetivamente, os chamados gêneros de primeira necessidade, como feijão, arroz, milho e mandioca, geralmente não se tecem comentários a essa análise que deveria ser feita.

Esta noção é muito importante. Por sua própria natureza, a crise pode ter intensidade variável, mas sua duração tende a ser curta. E a crise, como sabemos todos nós, concede a oportunidade de sua superação quase sempre pelo aperfeiçoamento das estruturas que anteriormente se mostraram mais ou menos débeis. Assim, não é à toa que a mencionada palavra pertence à mesma família do verbo ‘acrisolar’, que significa ‘purificar’, ‘atingir um grau de excelência superior’.

Há poucos dias, o diário britânico *Financial Times* publicou que ‘o Brasil é uma óbvia solução para a crise de alimentos mundial’. Trata-se da mais cristalina das verdades. Possuímos excepcionais condições de solo, clima e regime pluviométrico, grandes quantidades de terras agricultáveis, tecnologia, mão de obra qualificada e *know-how*.

Assim, não são poucas as empresas brasileiras do setor de alimentos apoiadas pelo BNDES que caminham hoje rumo ao mercado de capitais e à internacionalização, índice de sua robustez econômica e de sua competência técnico-administrativa. Um grande frigorífico brasileiro, para ficar num único e bom exemplo, incorporou concorrentes de países como Argentina, Itália, Estados Unidos e Austrália.”

DESENVOLVIMENTO REGIONAL



Registro de encaminhamento de ofício das Bancadas paraibanas na Câmara e no Senado, solicitando ao Ministro de Minas e Energia apoio na luta pela instalação de um polo petroquímico na Paraíba (como Líder), 26/1/2006

[Publicação no DSF de 27/1/2006 - Página 2304]

“Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, integrantes das Bancadas paraibanas da Câmara e do Senado — eu, o Senador Ney Suassuna, a Deputada Lúcia Braga e os Deputados Wilson Santiago, Benjamin Maranhão, Marcondes Gadelha e Luiz Couto — encaminhamos ofício ao Exm^o Sr. Ministro das Minas e Energia reivindicando o seu inestimável apoio na luta pela instalação, em nosso Estado, de um polo petroquímico.

A Paraíba vem sofrendo, ano a ano, o esvaziamento de suas atividades econômicas, a redução de dotações orçamentárias para investimento, a perda de produtos historicamente importantes.

A redução das desigualdades intra e inter-regionais não pode deixar de ser prioridade na alocação de recursos de um país. O Estado da Paraíba demonstra ínfima participação na alocação de recursos federais, mesmo considerando os esforços extraordinários que as suas Bancadas de todos os partidos vêm fazendo quando da elaboração do Orçamento e no dia a dia das ações administrativas junto aos Ministérios da República.

No ano passado, Pernambuco foi escolhido para sediar nova refinaria de petróleo, a primeira a ser construída no país desde 1980. Instalada com recursos da Petrobras e da PDVSA, empresa venezuelana de petróleo, fará parte do Complexo Portuário de Suape, que com novo aporte de recursos se consolidará entre os mais importantes portos brasileiros.

A criação de empregos durante os quatro anos de construção e após a operação, Sr. Presidente, contribuirá para redução do fluxo migratório a partir daquele Estado. A produção estimada de duzentos mil barris de petróleo por dia garantirá ao Brasil importante redução nos gastos com importação de petróleo e seus derivados.

No Estado do Ceará, está em construção o Complexo Portuário de Pecém, um grande polo siderúrgico, com o suporte financeiro da Petrobras, particularmente para instalação do gasoduto, o Gasfor II, que transportará gás natural dos campos de Ubarana/Guamaré, no Rio Grande do Norte, até a nova unidade siderúrgica de Pecém.

Essas notícias, Sr. Presidente, são alvissareiras. Afinal de contas, estamos saindo daquele vezo histórico do Brasil de concentrar todos os investimentos produtivos no centro-sul do país, mormente no eixo Rio-São Paulo-Belo Horizonte. São motivo de alegria e de esperança para todos nós, nordestinos, que lutamos pelo desenvolvimento de nossa região como um todo. Nossa reivindicação é que a Paraíba não seja esquecida nesse novo ciclo de desenvolvimento da região.

Recentemente, descobriu-se petróleo em Souza, Paraíba, além de possibilidades de exploração em águas marinhas também. Já foram realizados estudos preliminares pela Agência Nacional de Petróleo que detectaram a presença de gases e petróleo em quase todos os poços perfurados, ainda que experimentalmente, na região do Rio do Peixe.

Já se sabe que o petróleo é de boa qualidade, como o explorado no Rio Grande do Norte, maior produtor brasileiro de petróleo em terra. Não se sabe ainda a extensão da reserva petrolífera, mas há estimativas de que a produção pode atingir de 10 a 15 mil barris por dia, o que já seria suficiente para atrair o

interesse da Petrobras. Em breve, deverão ocorrer as primeiras licitações para a exploração de poços.

Como disse o Presidente Lula, em visita recente ao nosso Estado, essa descoberta de petróleo em Sousa deixou a Paraíba toda prosa. Estamos de fato prosas, Sr. Presidente, orgulhosos como sempre estivemos de nosso Estado e sobretudo entusiasmados com as perspectivas que se abrem.

[...]

E para o Brasil, porque a Paraíba se insere nessa realidade econômica com o peso da inteligência de seu povo e, sobretudo, com a capacidade de trabalho da sua gente.

O nosso justo pleito encontra respaldo na necessidade urgente de mudança no perfil econômico de uma região que, de próspera produtora de algodão e sisal, vem experimentando declínio — atualmente, perdeu inteiramente a oportunidade comercial e luta por uma substituição econômica desses produtos que já foram os dois maiores sustentáculos da economia rural paraibana.

A participação do Estado da Paraíba no produto agrícola brasileiro recuou de 1,4% em 2000 para 1,1% em 2003. A economia pecuária, sobretudo a de corte, realmente sofreu um declínio muito grande, já que dependia da parceria com o setor agrícola.

O novo traçado da ferrovia Transnordestina, rebatizada, em finais do ano passado, de Nova Transnordestina, que representa mais um esforço para a integração regional e nacional de áreas estagnadas, exclui o Estado da Paraíba, Sr. Presidente, o que é uma discriminação econômica odienta. A Transnordestina passa distante do território paraibano, como se fosse algo intencional, fazendo um arco, uma curva, para distanciar-se do território da Paraíba.

O Estado, que ocupava o quarto lugar na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, encontra-se hoje reduzido às últimas posições. Durante os sete anos em que governei a Paraíba, tínhamos o quarto lugar na arrecadação de ICMS. Acima de nós estavam apenas os Estados grandes do Nordeste: Ceará, Pernambuco e Bahia. Hoje, a Paraíba se encontra entre os últimos lugares na arrecadação de ICMS.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Paraíba tem contribuído para o desenvolvimento do Sul e do Sudeste do país, pelos persistentes fluxos migratórios devidos à incidência de seca e à falta de oportunidades e de oferta de emprego local — sobretudo em razão de uma crônica política que se excedeu em privilégios ao Centro-Sul do país, mormente ao eixo Rio-São Paulo-Belo

Horizonte, negando ao Nordeste brasileiro as oportunidades financeiras para produzir o seu próprio desenvolvimento econômico.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já se tornou lugar-comum apontar a desigualdade como o grande mal nacional, fonte de inúmeras outras mazelas que nos afligem. Infelizmente, não será logo que veremos essa praga desaparecer da pauta de debates. Diminuir as enormes desigualdades que caracterizam nossa vida social e econômica é um imperativo que se imporá a nós ainda por muito tempo.

Entre essas desigualdades, uma das mais resistentes, das mais permanentes é a que separa os Estados do Norte e Nordeste dos Estados do Sul e do Sudeste do país. Essa distância não tem diminuído significativamente; ao contrário, podemos ver sinais de que está, de fato, aumentando.

[...]

Dados do IBGE mostram que, em 1985, a participação da Região Nordeste no PIB nacional era de 14,1%. Em 2003, essa participação diminuiu para 13,8% — quase 1% de queda. A variação não parece grande, mas se torna mais relevante se levarmos em conta o crescimento populacional. De todo modo, é triste constatar que, em quase 20 anos, nada mudou na forma como se distribui a riqueza entre as Regiões: o Nordeste continua pobre e empobrecendo. Pior do que ser pobre é continuar empobrecendo, como se fosse infinito o limite da própria pobreza.

Os grandes investimentos a que me referi no início deste meu pronunciamento, juntamente com outros que deixei de mencionar, são uma promessa de que algo pode mudar nos próximos anos. Quero crer que seja esse o caso, Sr. Presidente. De qualquer modo, há muita distância a se percorrer para que as desigualdades regionais sejam, enfim, diminuídas.

A instalação de um polo petroquímico na Paraíba, somando-se aos investimentos já em curso na região, seria, indiscutivelmente, uma alavanca decisiva para o desenvolvimento do Nordeste — e, por extensão, de todo o país. Essa é a reivindicação que dirigimos ao Exm^o Sr. Ministro de Minas e Energia. Temos o que oferecer e queremos dar a nossa contribuição. Pedimos apenas que nos sejam garantidos os meios.”

Consternação pelo veto a projeto de lei que atendia reivindicações trabalhistas de funcionários dos Correios. Regozijo pela inclusão do Estado da Paraíba no clube dos produtores de petróleo, em virtude da descoberta de bacia petrolífera, 9/2/2006

[Publicação no DSF de 10/2/2006 - Página 3830]

“Sr. Presidente, antes de encerrar, pediria vênua a V. Ex^a, zeloso cumpridor do Regimento, para que pudesse permanecer mais um minuto na Tribuna para pedir que os Anais desta Casa registrem um fato auspicioso anunciado hoje no Jornal do Brasil e na Gazeta Mercantil: o meu Estado, a Paraíba, se insere agora no clube dos produtores de petróleo, a OPEP brasileira.

Nas várzeas de Souza, na região do Rio do Peixe, segundo informações da Agência Nacional de Petróleo, existe uma bacia petrolífera em qualidade igual às melhores do mundo, petróleo fino, que vai nos garantir uma posição de destaque na produção do ouro negro, o petróleo.

Há uma previsão, pelos primeiros estudos realizados e confirmados [...] de que essa bacia petrolífera poderá produzir 15 milhões de barris de petróleo da melhor qualidade por dia. Esse evento foi tão importante para o nosso Estado, sobretudo para a região de Souza, que no passado foi a maior produtora de algodão de fibra longa do Nordeste brasileiro e que, de repente, com o advento da praga do bícudo e, depois, com outros fatores impeditivos do resgate dessa cultura, encontrava-se em verdadeiro desespero para encontrar uma cultura substitutiva capaz de sustentar a economia de milhares de agricultores residentes naquela região, impedidos de trabalhar e de produzir. O petróleo é uma esperança nova para o povo do Vale do Rio do Peixe na Paraíba.

Como se fosse pouco o que significa essa alvissareira notícia, a Paraíba foi contemplada também com uma bacia petrolífera em mar que se estende por 7,6 quilômetros e que poderá também produzir petróleo da melhor qualidade.

Sr. Presidente, para não tomar mais tempo desta Casa, peço que faça inserir nos Anais da Casa a matéria publicada na Gazeta Mercantil de hoje, página C3, e no Jornal do Brasil, página A17, que traz esse auspicioso fato que é uma esperança para a Paraíba e para todo o Nordeste brasileiro.”

Considerações sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no que diz respeito aos investimentos destinados ao Estado da Paraíba, 15/2/2007

[Publicação no DSF de 16/2/2007 - Página 2298]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero tecer algumas considerações a respeito do Plano de Aceleração do Crescimento, no que diz respeito aos investimentos do governo em meu Estado, a Paraíba.

Aquí, resumidamente, vou elencar os investimentos previstos no PAC:

1 - Logística – Transportes:

a) BR-101 – Nordeste: duplicação e adequação de capacidade Natal -Entroncamento BR-324 (Feira de Santana).

Já consta no Orçamento-Geral da União de 2006 a ação Adequação de Trecho Rodoviário na BR-101 no Estado da Paraíba. Foram executados R\$25 milhões dos R\$109 milhões autorizados. Consta, também, no OGU 2007, com R\$225 milhões para a obra.

b) BR-230 – PB: Duplicação João Pessoa – Campina Grande.

Já consta no Orçamento-Geral da União 2006, exercício findo, a ação Adequação de Trechos Rodoviários na BR-230 no Estado da Paraíba. Foram executados R\$12 milhões dos R\$25 milhões autorizados. Consta, também, no OGU 2007 com R\$55 milhões para a obra.

Eu devo dizer que tanto a BR-101 como a BR-230 são obras já em andamento e anunciadas pelo governo, inclusive em ato solene, em outras oportunidades.

A BR-101 está em execução.

Na BR-230, quando governei a Paraíba, foram investidos R\$100 milhões, dos quais R\$63 milhões provenientes dos cofres do Estado da Paraíba. Existia um convênio que obrigava o governo a investir 90% do valor da obra, ou seja, R\$90 milhões. Essa obra foi iniciada no governo de Fernando Henrique Cardoso. Como os recursos não eram liberados e queríamos concluí-la, passamos a investir, além dos 10% já previstos no contrato de concessão, mais R\$55 milhões, que, segundo o acordo celebrado com o próprio Ministério dos Transportes, à época, ficariam como reserva para a construção do segundo trecho. Esse crédito ficou no Ministério dos Transportes e, ao que me consta, já foram liberados cerca de 70% desses valores. Evidentemente, essa não é uma obra nova, mas a conclusão de um pequeno trecho, que se resume a 30% de toda a extensão da estrada.

2 - Logística – Aeroportos:

a) João Pessoa – PB: ampliação da capacidade para 860 mil passageiros/ano.

Essa obra vem-se arrastando por muito tempo e, lamentavelmente, de forma precária, que não faz jus à condição do Aeroporto Castro Pinto, o primeiro aeroporto em importância do Estado da Paraíba. Trata-se de um pequeno remendo, de uma obra de péssima qualidade e que, realmente, vem decepcionando os paraibanos.

3 - Energia – Transmissão de Energia Elétrica:

a) Linha de Transmissão Colinas – Coremas – TO – PB (Colinas – Ribeiro Gonçalves – São João do Piauí – Milagres – Coremas).

Ora, essa obra também não representa algo de novo, pois já estava prevista há muitos anos, em vários projetos, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso. Evidentemente, não se pode dizer que ela não tenha repercussões na vida econômica do Estado da Paraíba, mas não é uma obra específica para o nosso Estado.

4 - Infraestrutura Social e Urbana – Sistema de Abastecimento de água: consta unicamente no OGU 2007 com R\$2,2 milhões para a obra.

Nessa área de abastecimento de água e infraestrutura de saneamento básico, também a Paraíba tem grandes carências e, evidentemente, esses recursos são ridículos, em função do tamanho e da extensão da obra que deve ser feita.

Menciona o plano as adutoras Capivara, Acauã e do Congo.

Essas obras foram iniciadas em nosso governo. No caso da Adutora do Congo, deixamos 25% instalados e a totalidade dos materiais — canos, válvulas e bombas — inteiramente estocados, mas eles não foram estocados pelo atual Governador do Estado da Paraíba.

5 - Infraestrutura Social e Urbana - Projetos de Irrigação:

a) Várzeas de Souza.

Desse projeto constam duas obras — a adutora Coremas — Mãe d'Água-Várzeas de Souza, com 37 quilômetros de adutora, de transposição das águas do açude Coremas — Mãe D'Água para Várzeas de Souza, e a desapropriação de seis mil hectares para implantação do Projeto Várzeas de Souza -, que foram inteiramente concluídas no nosso governo. Faltava, apenas, instalar os irrigantes nas áreas irrigadas, que foram desapropriadas e pagas, e licitar a área para distribuição com os irrigantes. Aqui, fala-se em recursos de R\$4 milhões, que são, realmente, insignificantes para uma obra dessa magnitude.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não estou aqui apenas para reparar, para censurar, para criticar o PAC. Entendo que, mais do que isso, o Congres-

so Nacional precisa implementar, complementar os orçamentos e emendar o projeto no que respeita às obras fundamentais.

Nós, da Bancada da Paraíba, vamos nos reunir para elaborarmos nossas emendas no momento em que as medidas provisórias e os projetos de lei estiverem em discussão no Senado e na Câmara Federal. Há muito o que se fazer no meu Estado. A Paraíba não pode se conformar apenas com a menção de obras que já foram feitas ou que estão quase completamente executadas e que representam pequenos investimentos diante da magnitude do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento do país. Ora, o PAC é um programa quadrienal, que totaliza investimentos da ordem de R\$503 bilhões. Portanto, a Paraíba não pode se satisfazer com os mínguidos recursos e obras de pouca expressão e de pouca repercussão na sua vida econômica elencados no PAC.

Sr. Presidente, voltarei à tribuna desta Casa para analisar, em maior profundidade, o PAC no que respeita aos investimentos destinado à Paraíba e à Região Nordeste como um todo. Já elaboramos duas emendas a duas medidas provisórias relativas aos investimentos na área de habitação e saneamento básico. O Programa fala, de forma geral, dos investimentos que serão feitos em várias regiões, mas não os quantifica, sobretudo os destinados para a Região Nordeste. Como sabemos, o Nordeste sempre leva desvantagem política no que respeita à alocação de recursos públicos para obras importantes como essas, como a habitação popular e o saneamento básico, que são deficitárias no Nordeste brasileiro. Por isso, apresentamos duas emendas às medidas provisórias, sugerindo a quantificação desses recursos em proporção da nossa população; ou seja, 25% dos recursos seriam destinados aos Estados nordestinos como um todo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, era isso que queria falar à Casa e, no mais, registrar, com satisfação, a decisão do governo federal em publicar atos licitatórios de 14 licitações para a transposição do Rio São Francisco. Sabemos perfeitamente que a transposição do São Francisco, para os Estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará, não é apenas uma reivindicação que se situa, que se limita à área econômica. É, sobretudo, um projeto social e humano da maior importância, dado que esses Estados são os únicos na Região Nordeste que não dispõem de curso de água permanente para garantir o abastecimento da sua população humana e dos seus rebanhos. O Nordeste e a Paraíba, em especial, vêm no projeto da transposição do São Francisco — projeto que vem se arrastando desde o Império — uma solução definitiva para essa crônica carência de água, não apenas para fins econômicos, mas, principalmente, para a sobrevivência da própria população, como disse anteriormente.”

Viabilização econômica das bacias petrolíferas dos Estados da Paraíba e de Pernambuco, e também da bacia do Rio do Peixe, localizada no Município de Sousa - PB, 17/7/2007

[Publicação no DSF de 18/7/2007 — Página 25236]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que me traz hoje a esta tribuna — às vésperas de iniciarmos mais um recesso parlamentar — é um tema sobre o qual me venho empenhando pessoalmente desde 2003 e que considero de altíssima relevância para o Estado da Paraíba e para o Brasil. Refiro-me à viabilização econômica das bacias petrolíferas da Paraíba e de Pernambuco e também da bacia do Rio do Peixe, localizada no Município de Sousa.

Permitam-me contar um pouco da história da descoberta do petróleo naquela região. É uma história realmente pitoresca. Um cidadão chamado Crisógômio Estrela, da tradicional família Estrela, do Município de Sousa, conhecido como ‘Gangão’, agricultor, na sua luta pela sobrevivência, para alimentar seu rebanho, estava tentando cavar um poço tubular próximo à sua residência. De repente, com poucos metros de trabalho de escavação, ele encontrou não água potável, como esperava, mas petróleo. O petróleo estava jorrando praticamente à flor da terra.

Naquela época, eu estava à frente do governo da Paraíba e, imediatamente, mobilizei a equipe de geólogos do Estado para averiguar o fato que a todos parecia muito auspicioso. Realmente, mobilizei, àquela época, a Agência Nacional do Petróleo – ANP, a própria Petrobras e o Ministério das Minas e Energia, que fizeram um estudo profundo sobre a ocorrência de petróleo na bacia do Rio do Peixe. Ficou comprovado que ali existia não só petróleo, o óleo grosso, como comumente acontece, mas um óleo de primeiríssima qualidade, o chamado óleo fino.

Várias rodadas para licitação dessa área já se esboçaram. Lamentavelmente, não sei por que razão, até agora, a ANP, o Ministério de Minas e Energia e a própria Petrobras não se interessaram no sentido de tornar efetiva a exploração do petróleo na bacia do Rio do Peixe.

[...]

Lembro-me de que fui ao gabinete da Sr^a Dilma Rousseff, quando ainda era Ministra de Minas e Energia, reclamando o atraso dessa perfuração.

Veja quanto tempo faz! Eu falava sobre o potencial daquela região. Ela começou a rir, foi em cima do seu bureau e puxou um vidro, que era uma amostra do petróleo de Sousa. Já naquela época, havia a conclusão. E, posteriormente, a nosso pedido, a Ministra fez um estudo profundo, em que ficou comprovada a existência de petróleo em condições de exploração econômica.

Sem dúvida, estamos diante de um enorme potencial estratégico para o país, sobretudo no atual momento. Por isso, vi com profunda tristeza a notícia de que, mais uma vez, a bacia do Rio do Peixe não integra o menu preliminar dos blocos que serão leiloados pela ANP na 9ª Rodada de Áreas Exploratórias, da qual deveria fazer parte a bacia de Pernambuco e Paraíba.

Quero ressaltar, Sr. Presidente, que, em março deste ano, a Assembleia Legislativa da Paraíba aprovou requerimento, de autoria do nobre Deputado Guilherme Almeida, solicitando a união da Bancada federal do Estado para agilizar, junto à ANP, o início da exploração do petróleo no Estado da Paraíba.

Em virtude desses fatos, no último dia 12, oficiéi ao 1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, nobre Deputado Lindolfo Pires — que, aliás, é filho de Sousa —, informando que não esmorecerei em minha luta e continuarei trabalhando pela viabilização da bacia do Rio do Peixe, como venho fazendo desde 2003.

Aquí na tribuna, neste momento, cumpro meu dever, como representante do Estado da Paraíba no Senado da República, de procurar, por todos os modos, sensibilizar os membros desta Casa, as autoridades governamentais e a Nação para a importância da bacia do Rio do Peixe não apenas para o meu Estado da Paraíba, mas, sobretudo, para o Brasil.

Gostaria de dizer que é evidente que as repercussões econômicas de um fato dessa natureza projetam-se em todo o cenário nacional, especialmente, como já frisei, em um momento em que o Brasil e o mundo inteiro passam por dificuldades no que respeita a questão da energia fóssil.

Para o Município de Sousa, essa descoberta é realmente uma dádiva dos céus. Sousa, em um passado glorioso e recente, era a Meca do algodão de fibra longa no Estado da Paraíba. Havia várias usinas de beneficiamento, a cidade crescia de forma extraordinária, e sua população vivia muito bem pela exploração do algodão e pela pecuária extensiva, consorciada à exploração do algodão. Lamentavelmente, a crise do bicudo que deflagrou em toda a Região Nordeste, com mais força do que no Sul e no Centro-Oeste, inviabilizou completamente a cultura do algodão. Sousa continua lutando por uma atividade econômica que possa substituir o suporte muito forte que lhe dava a exploração do algodão

tanto no setor primário, na agricultura, como na sua industrialização. E, agora, o povo de Sousa tem sentido a importância dessa descoberta de petróleo, tanto é assim que há alguns fatos que queremos registrar.

A simples notícia da exploração do petróleo propiciou um esforço verificador da economia de Sousa, que identificamos em alguns indícios. Por exemplo, o orçamento fiscal do Município teve um crescimento de 166%, passando de R\$15 milhões, em 2002, para R\$40 milhões, em 2006. Há um surto de crescimento no Município na área da construção civil, na área de estabelecimentos comerciais. Mas essa expectativa toda, que é positiva e que mostra a sensibilidade do povo para a atividade econômica, só se concretizará efetivamente se o governo, imediatamente, der consequência a uma descoberta já constatada de petróleo na bacia do Rio do Peixe.

Além disso, inserir o petróleo do Município de Sousa nessa 9ª Rodada de Leilões da ANP significaria também inserir mais fortemente a Paraíba no conjunto dos empreendimentos de grande vulto previstos pelo PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. Lamentavelmente, o Programa de Aceleração do Crescimento não chegou à Paraíba com a mesma força com que chegou a muitos Estados da Federação, tanto no Centro-Sul como no Centro-Oeste e até no Norte do país. E seria talvez uma forma de o governo compensar essa desvantagem comparativa que a Paraíba sofreu na elaboração do PAC.

Portanto, Sr. Presidente, já concluindo meu pronunciamento, quero apenas dizer que sou um entusiasta do projeto de viabilização econômica do petróleo da bacia do Rio do Peixe, pelo qual tenho trabalhado há anos.

Continuarei lutando para que o petróleo de Sousa seja incluído no rol das licitações da ANP e para que a Paraíba seja, cada vez mais, destinatária de recursos financeiros que propiciem o seu efetivo desenvolvimento.

Esse é o meu dever, essa sempre foi e continuará sendo a minha luta!”

Registro da participação de S.Exa. no Foro Parlamentar Interamericano de Gestão para Resultado em Desenvolvimento, patrocinado órgão que integra o Banco Interamericano de Desenvolvimento, sobre a elaboração dos orçamentos e o seu processo de fiscalização, 31/8/2007

[Publicação no DSF de 1º/9/2007 - Página 29809]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero começar agradecendo ao Senador Mão Santa o cavalheirismo, o companheirismo e a generosidade. Sendo meu amigo, é inteiramente suspeito para falar a meu respeito de forma tão gentil e tão generosa, mas, de qualquer forma, é sempre prazeroso receber o estímulo de companheiros como Mão Santa, que, nesta Casa, formou uma legião de amigos e de admiradores.

Hoje, o Congresso Nacional recebeu das mãos do Ministro Paulo Bernardo a proposta do Orçamento da União para o próximo exercício de 2008, acompanhada do PPA – Plano Plurianual de Investimentos. Esse fato auspicioso para a vida institucional do país permitirá que nós, da Comissão de Orçamento, que tenho a honra de presidir, trabalhem para entregar o Orçamento devidamente elaborado dentro dos prazos previstos na Constituição, da mesma forma que, até hoje, todas as peças que integram o ciclo orçamentário têm sido discutidas, aprovadas e concluídas dentro dos prazos estabelecidos na Constituição Federal e no nosso Regimento Interno, a Resolução nº 1 do Congresso Nacional.

É importante que a Comissão de Orçamento, que agora vem funcionando com absoluta transparência e de forma democrática, possa concluir suas tarefas constitucionais dentro dos prazos estabelecidos na lei. É evidente que esse será o nosso empenho e o nosso esforço.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos dias, recebemos o convite de um órgão que integra o Banco Interamericano de Desenvolvimento para participar de um seminário, na bela cidade do Panamá, sobre a elaboração dos orçamentos e o seu processo de fiscalização. Reuni algumas anotações que quero trazer a este Plenário como prestação de contas dessa missão patrocinada pelo Bird.

Essa comissão foi integrada por mim, pelo Deputado Manoel Júnior, pelo Vice-Presidente da Comissão, o Deputado Roberto Rocha e pelo Sr. Fábio Gondim, que é consultor da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional.

Tivemos a oportunidade de falar sobre as experiências brasileiras em matéria de gestão estratégica para o desenvolvimento, mas principalmente pudemos ouvir a experiência de outros países num ambiente favorável a troca de informações, debates e questionamentos.

Em meu pronunciamento, ressalté a relação histórica e estreita que se verifica entre o amadurecimento de democracia e a participação dos Parlamentares na elaboração das leis orçamentárias, destacando que, no Brasil, o Congresso pode alterar livremente a proposta orçamentária encaminhada pelo Executivo, inclusive aumentando o total dos gastos, caso encontre erros na estimativa de receitas. Vale destacar a surpresa dos demais países ao constatarem o grau de liberdade que o Congresso brasileiro tem para alterar as propostas orçamentárias, não obstante o relativamente curto período de redemocratização.

É evidente que estamos falando de uma experiência após a queda do regime militar de 1964, pois, no período da sua existência no Brasil, de triste memória, infelizmente o Congresso Nacional funcionava apenas como um instrumento homologatório das decisões e dos atos de gestão do Executivo.

Ressalté que a tramitação das leis orçamentárias no Brasil ocorre no âmbito de uma comissão mista, composta por Deputados e Senadores, para em seguida receber aprovação pelo Colegiado do Congresso Nacional em sessão única. Esse procedimento dá maior celeridade ao processo e permite que o Parlamento brasileiro aprove as leis orçamentárias dentro do prazo, o que não ocorre em inúmeros países, mesmo que não deliberem sobre seus orçamentos com a mesma profundidade que nós o fazemos. É o caso do Chile e da Argentina, que têm democracias novas, mas consolidadas, que infelizmente ainda não alcançaram o grau de organização e, sobretudo, de independência do Legislativo na elaboração das peças orçamentárias.

Além disso, falei sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, mandamento legal admirado pelos nossos vizinhos, porque os demais países latino-americanos ainda não chegaram a esse grau de refinamento no que diz respeito à transparência das contas públicas e aos compromissos com o equilíbrio fiscal e com a transparência fiscal na execução dos orçamentos de seus países.

Destaquei a existência de um tribunal de contas especializado e independente em relação ao Executivo, cuja participação com a Comissão Mista de Orçamento permite que as obras com indícios de irregularidades graves tenham a sua execução orçamentária suspensa rapidamente, de forma a evitar desvio de recursos públicos.

Abordei ainda aspectos relativos às mudanças recentes por que passou a tramitação das leis orçamentárias no Congresso brasileiro, em especial quanto ao funcionamento da Comissão Mista de Orçamento.

O Deputado Roberto Rocha, por sua vez, deu a sua impressão acerca do funcionamento da Consultoria de Orçamento, tendo manifestado a satisfação dos congressistas brasileiros em poder contar com um órgão de excelência em sua estrutura.

Ressaltou a importância de uma “oficina de presupuesto” no processo de amadurecimento da democracia de um país, uma vez que um Parlamento, contando com o assessoramento adequado, passa a ser capaz de fiscalizar e mesmo de direcionar a atuação do Executivo.

O Deputado Manoel Júnior, por sua vez, disse que o Estado brasileiro já evoluiu o suficiente para poder pensar em um orçamento impositivo, matéria que, aliás, está na pauta do Congresso, tendo sido aprovada no Senado, e que tramita hoje na Câmara dos Deputados.

Embora esse seja um tema comum em países mais desenvolvidos — o orçamento impositivo —, tornar o orçamento impositivo, em muitos dos países vizinhos, ainda é impensável. Nós sentimos, na surpresa dos Congressistas que integraram aquele conclave, o grau de inusitado que a iniciativa do orçamento impositivo representava para eles, mesmo como simples tentativa de incluir, na sua Constituição, dispositivos dessa natureza.

Creio que o Brasil já dispõe do ferramental técnico e do amadurecimento político necessário para fazê-lo, como bem destacou o nosso Deputado, em seu pronunciamento, naquele foro.

Em sua palestra, o consultor-geral de orçamentos, Sr. Fábio Gondim, expôs a estrutura disponível para os Parlamentares de ambas as Casas do Congresso Nacional, destacando que é formada por consultores selecionados por concurso público, sem vínculos partidários, o que garante o assessoramento isento, focado na técnica, sem viés político. Demonstrou que nosso país, em termos de controle social do gasto público, ocupa uma posição de destaque entre as Nações do mundo e que o Parlamento brasileiro não apenas tem acesso a todas as informações de que necessita para as tomadas de decisão, mas também é o grande patrocinador da transparência em nosso país. Essa foi, basicamente, a nossa participação no seminário como expositores. Entretanto, mais interessante do que dissemos foi o que ouvimos os colegas estrangeiros. A partir da troca de experiências, pudemos perceber que o Parlamento brasileiro ocupa

lugar de destaque dentre os países da América Latina no que diz respeito ao planejamento e orçamento.

Nossa democracia está consolidada, e o Congresso Nacional pode, efetivamente, participar da elaboração dos orçamentos. Ainda há muito que fazer, sem dúvida, mas já evoluímos muito.

Ouvimos dos Parlamentares e consultores estrangeiros que, dentre os países participantes, apenas o Brasil, México, Chile contam com uma consultoria de orçamentos permanente. Nos outros, ou não há consultoria ou sua existência limita-se ao período de tramitação das leis orçamentárias, com consultores indicados pelos Partidos.

Verificamos, portanto, que nos demais países os Parlamentares não podem contar com assessoramento qualificado quando vão tratar de matérias orçamentárias com o Poder Executivo. Os Deputados e Senadores dos países participantes solicitaram, em uníssono, a criação de oficinas presupuestárias em seus países, órgãos dos quais já dispomos em nossa estrutura.

A respeito da organização e da melhor estruturação dos trabalhos da Comissão do Orçamento, cumpre-me dizer a esta Casa do Congresso que tomamos outra iniciativa para tornar efetiva a tarefa, o exercício da fiscalização da execução orçamentária, que, ao contrário do que muitos pensam, é exercida pelo Congresso Nacional.

O Tribunal de Contas da União, órgão do qual o brasileiro pode se orgulhar, tem, no entanto, a função de apoio técnico, de apoio específico na análise, na apreciação e na fiscalização das contas públicas, eis que os seus pareceres, sempre calcados na melhor técnica, são analisados e aprovados ou não pelo Congresso Nacional.

Na história republicana, não há exemplos frequentes de não aprovação dos pareceres remetidos pelo Tribunal de Contas, mas a função institucional de fiscalização das contas públicas é do Congresso Nacional. O Tribunal de Contas é o órgão de apoio técnico do Congresso Nacional, mas, até hoje, não dispúnhamos de um instrumento legal, de instrumento institucional para exercer, efetivamente, essa fiscalização.

Por isso, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um projeto de decreto legislativo que passará a disciplinar o trabalho de acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária do Orçamento-Geral da União. Esse projeto já foi enviado de volta à Comissão de Orçamento, para que possa proferir parecer e, em poucos dias, remeter novamente ao Congresso Nacional, que decidirá soberanamente.

Muitos ainda não têm acesso às informações necessárias para a tomada de decisões, ficando, na maioria das vezes, impedidos de fazer avaliações tempestivas e de aprovar lucidamente as dotações orçamentárias para o exercício seguinte sem dados relativos à execução do exercício anterior. Por outro lado, nós, no Congresso brasileiro, temos acesso irrestrito a informações relativas a planejamento e orçamento, da elaboração à execução orçamentária. Obviamente, ainda temos muito a evoluir e, principalmente, precisamos trabalhar para que esse mesmo nível de informação passe a ser disponível nos níveis estadual e municipal.

Além disso, em outros países, constatamos que o que seria o órgão de controle externo funciona, na verdade, como uma controladoria vinculada ao Poder Executivo. Obviamente, mesmo havendo obrigação constitucional de fornecimento de informações ao Legislativo, não há como garantir total isenção na fiscalização e tomada de conta dos órgãos públicos. No Brasil, o titular do controle externo é o Congresso Nacional, que pode contar com o auxílio do Tribunal de Contas, bem estruturado.

Hoje, podemos dizer que existe uma relação institucional, funcional, muito estreita entre o Congresso Nacional, por meio da Comissão de Orçamento e o Tribunal de Contas da União. Ao contrário do que ocorre na maioria dos países vizinhos, não há, no Brasil, paralisação ou retomada de obras com irregularidades graves sem a manifestação explícita do Congresso Nacional.

Nesse aspecto, eu queria aqui fazer uma observação um pouco lateral.

O Tribunal de Contas tem reclamado que a sua estrutura, apesar de muito eficiente, ainda não é quantitativamente adequada para atender, de forma mais rápida e mais eficiente, as demandas que chegam até sua alçada.

Penso que o Congresso Nacional deveria oferecer os meios necessários para que essas tarefas ocorressem com mais eficiência ainda, para evitar inclusive a paralisação de algumas obras que, submetidas ao contencioso do Tribunal de Contas, ficam aguardando durante muito tempo o deslinde das pendências surgidas durante a execução dessas obras.

A participação do III Seminário do Foro Parlamentar Interamericano de Gestão para Resultados nos permitiu constatar, portanto, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, que, não obstante ainda haja muito a conquistar na área de planejamento, orçamento e fiscalização financeira, o Brasil encontra-se no caminho correto, consolidando, cada vez mais, sua democracia, permitindo definição, controle e avaliação das políticas públicas pelos representantes eleitos pelos Estados,

e proporcionando a transparência orçamentária e o controle social dos gastos públicos como nenhum outro país vizinho ainda conseguiu fazer.

Eram essas considerações que queria tecer, Sr. Presidente, a título até de relatório e prestação de contas da participação, na condição de Presidente da Comissão de Orçamento, naquele seminário que reuniu representantes dos parlamentos latino-americano, e que mostrou, evidentemente, o grau de organização, de estruturação a que chegou o Congresso Nacional em matéria de elaboração orçamentária e de fiscalização da execução orçamentária.

Obrigado, Sr. Presidente, inclusive pela tolerância com que V. Ex^a permitiu-me um tempo maior para fazer esse sucinto relatório sobre a nossa participação naquele Foro Parlamentar Interamericano de Gestão para Resultado em Desenvolvimento, patrocinado por órgão do Banco Interamericano de Desenvolvimento.”

Registro da inauguração do primeiro parque eólico do Brasil, o Parque Eólico Millennium, em Mataraca, na Paraíba, 17/4/2008

[Publicação no DSF de 18/4/2008 - Página 10056]

“Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o Município de Mataraca, na Paraíba, inaugurou hoje, pela manhã, o primeiro parque eólico do Brasil, o Parque Eólico Millennium, com capacidade de produção de 10,2 megawatts de energia limpa e renovável, resultado de um empreendimento que mobilizou investimentos da ordem de R\$49 milhões, e configura um marco na estratégia de desenvolvimento da empresa australiana Pacific Hydro, no Brasil.

A energia eólica é hoje considerada uma das mais promissoras fontes naturais de energia, justamente por ser limpa e renovável — e, diga-se de passagem, a única energia que ela consome é uma dádiva de Deus a todos os homens: o ar em movimento, o vento. A Paraíba, que tem condições excepcionais para a geração desse tipo de energia, despontou como o hospedeiro preferencial desses investimentos que, certamente, serão determinantes para o incremento do emprego e renda, com a conseqüente melhoria das condições de vida das populações litorâneas, hoje altamente dependentes do turismo.

Segundo Mark Agar, diretor da Pacific Hydro no país, “o desembarque na Paraíba é apenas o primeiro passo de uma estratégia maior que a companhia desenhou para o Brasil. Nossa meta é termos empreendimentos que gerem 300 megawatts por aqui”, diz o executivo.

É importante ressaltar que a usina da Paraíba só saiu do papel e se tornou uma realidade auspiciosa porque o insumo foi negociado por meio do Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, o Proinfra, do Ministério de Minas e Energia.

É curioso que, num empreendimento tão importante, tão significativo para as fontes de energia do nosso país e, particularmente, para o Estado da Paraíba, o governo federal, que geralmente é acusado por certos segmentos da Oposição de fazer propaganda de suas obras, de suas realizações, com fins eleitorais, não divulgou uma nota sequer a respeito de um empreendimento tão importante, o que revela o caráter sério com que o governo federal vem tratando as questões efetivamente sérias.

Entretanto, o mercado potencial desse tipo de energia é imenso e a demanda crescente em todo o mundo, sendo que a capacidade global instalada (hoje, de 94,1 mil megawatts) cresceu 26,6% no ano passado, segundo dados da Associação Mundial de Energia Eólica, fechando em 93,8 mil megawatts.

Ainda segundo a Associação, a expectativa é a de que a geração mundial de energia eólica alcance 170 mil megawatts em 2010.

No Brasil, a fonte eólica é bastante tímida (247,1 megawatts), ocupando a 25ª posição num ranking de 74 nações.

Agora a Paraíba, que deverá ser seguida pelos Estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Santa Catarina, Bahia e Rio Grande do Sul, empreende uma promissora caminhada rumo à colocação do Brasil num patamar compatível com as condições geofísicas que o habilitam a ser um referencial na produção dessa modalidade de energia limpa.

Parabéns ao prefeito João Madruga, da cidade beneficiada com essa obra. João Madruga é prefeito do PMDB e tem caracterizado as suas preocupações e os seus projetos administrativos em atender as demandas da sociedade. Com o apoio que vem dando a esse empreendimento, a essa usina de energia eólica, João Madruga está colaborando não apenas com seu próprio município e a população ali residente, mas com todo o Estado da Paraíba e também com o Brasil.

Parabéns à população de Mataraca, que conta agora com uma nova janela de desenvolvimento sustentável.

[...]

Mas o mais importante é que o Brasil, urgentemente, faça investimentos nas tecnologias para produção das próprias usinas de energia eólica, porque não há tecnologia que não seja assimilável rapidamente pela indústria nacional. A tecnologia da aparelhagem para a produção de energia elétrica é muito simples, é muito elementar.

É evidente que são grandes usinas, mas, desde a minha infância, tínhamos certa familiaridade com a energia eólica, que era produzida para uso doméstico. As fazendas, antes desse surto de eletrificação rural, utilizavam um cata-vento com um gerador que produzia a energia consumida pelas famílias. No fundo, no fundo o princípio é o mesmo. É só questão de uma escala maior.

O Brasil precisa urgentemente, em vez de importar essas tecnologias da Holanda, da Dinamarca, da Alemanha ou dos Estados Unidos — não sei se lá também se faz; nos três primeiros, tenho certeza — o Brasil precisa produzir os seus próprios equipamentos, porque é isso que vai baratear os custos e vai democratizar o uso dessas usinas em escala maior e de uma forma mais rápida.

O Brasil tem pressa de crescer, tem pressa de complementar os sistemas de hidrelétrica, de termoeétrica, de energia solar. Enfim, neste século XXI, nós temos que utilizar todas as fontes de energia e, sobretudo, fontes como a energia eólica, que é uma fonte absolutamente limpa e que consome um combustível que custa zero ao cidadão, porque é uma dádiva de Deus. Os ventos que, como V. Ex^a disse muito bem, como estudioso da questão, são abundantes, permanentes e constantes, sobretudo no litoral nordestino.

[...]

E são países de tamanho territorial bem menor do que o Brasil e que, certamente, não têm as mesmas condições naturais de ventos constantes, permanentes que nós temos no Brasil e, sobretudo, essa interação entre a energia eólica e a energia hidráulica. A natureza é muito generosa com este país, o Brasil. Por isso, a afirmação popular, o dito popular ‘Deus é brasileiro’.

Temos essa mesma interação, por exemplo, no que respeita à questão hídrica e à transposição do São Francisco. Quando chove nas cabeceiras do São Francisco, está no pico da seca o Nordeste Setentrional. Então, essa diferença pluviométrica permite que haja essa interação com a transposição do São Francisco, que vai trabalhar com muito mais economicidade e, sobretudo, sem nenhuma ameaça aos Estados doadores da água, não obstante a celeuma que há aí que identificamos como inspirada em outras razões, e não na lógica pura e, sobretudo, na boa gestão administrativa.”

AVIAÇÃO



Comemoração do Dia do Aviador e do Dia da Força Aérea Brasileira, 20/10/2005

[Publicação no DSF de 21/10/2005 - Página 35662]

“Esta homenagem [ao Dia da Aviação Nacional e o Dia do Aviador] ganha relevância na perseverança e qualidade do pessoal dedicado à causa aeronáutica no Brasil, reputação solidificada com os ganhos de mercado e aperfeiçoamento tecnológico da indústria nacional, tão bem representada pela Empresa Brasileira de Aeronáutica – Embraer, no elevado e reconhecido padrão de serviços prestados pelo transporte aéreo civil e militar.

Costumo dizer que a história da Embraer revela que essa empresa nasceu com o pé direito. É uma empresa feliz, porque foi estatal na época em que só

podia existir uma empresa daquele porte para se consolidar da maneira que se consolidou se fosse estatal. Se não tivesse nascido de um projeto sonhado, idealizado e concretizado pelo Ministério da Aeronáutica, jamais teríamos a Embraer de hoje, empresa privada que conquista os mercados internacionais.

Os avanços tecnológicos do século XX, notadamente no tráfego aéreo e no aperfeiçoamento da aviação para fins bélicos e de pesquisa do espaço sideral, legaram ao mundo os lançamentos espaciais, novas aptidões de satélites armados com precisão e engenhos aéreos não tripulados, Guerra nas Estrelas — o grande projeto de guerra nas estrelas — que produziu o GPS, hoje um instrumento a serviço não somente da navegação aérea, marítima, mas de muitas utilidades na vida prática dos cidadãos brasileiros — armas de energia dirigida, dentre outros avanços que não teriam sido possíveis sem a realização do sonho do nosso compatriota.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no bojo desta homenagem não podemos deixar de lembrar que o Brasil, país de dimensões continentais, não pode e não deve, sob o risco de comprometer as gerações futuras, relegar a sua defesa, particularmente a Aeronáutica. A escassez de recursos, necessários para investimentos em equipamentos e custeio para a manutenção da frota, tem sido objeto de discussões frequentes na imprensa e nesta Casa.

Por exemplo, no Orçamento-Geral da União para 2005 foram alocados para o Comando da Aeronáutica R\$7,4 bilhões e R\$7,6 bilhões para 2006. Aos Fundos Aeronáutico e Aeroviário foram destinados R\$1,29 bilhão em 2005 e R\$1,43 bilhão para 2006. O Plano Nacional de Defesa, cujas prioridades foram definidas em governos anteriores, prevê investimentos da ordem de US\$3,5 bilhões até 2010, destinados ao equipamento da frota militar e ao fortalecimento aéreo, recursos estes, entretanto, de liberação lenta e adiada.

A importância estratégica e vital da Força Aérea para a defesa aeroespacial do território brasileiro e para fazer cumprir acordos internacionais de participação em missões de paz requer do governo ações objetivas e definidas, a alocação de recursos financeiros condizentes com a importância do país no concerto das nações e proteção da nossa base territorial, das nossas fronteiras e do espaço aéreo sobrejacente.

Depois de mais de três anos de negociações, a Força Aérea Brasileira – FAB, de indiscutível tradição e serviços prestados à Nação, adquiriu da França 12 aviões caças supersônicos, do tipo Mirage 2000C, que substituirão os velhos Mirage IIIEBR, adquiridos na década de 70 para a defesa do espaço aéreo da capital federal e de toda área de abrangência do SIVAM. A aquisição significou

um passo acertado em termos emergenciais e pelo montante financeiro simbólico, apenas simbólico, de 60 milhões de euros (aproximadamente R\$170 milhões), quantia essa bastante inferior àquela proposta no Programa FX, que, no entanto, previa a transferência de tecnologia supersônica para a indústria aeronáutica nacional.

É preciso não esquecer que os grandes projetos civis da aviação internacional, quase sem exceção, começaram numa prancheta de projetos para fins militares, para fins bélicos. É difícil justificar a transferência para a iniciativa privada do montante de recursos exigidos por um projeto para construção de uma aeronave avançada sem o objetivo maior de defesa dos interesses nacionais.”

Preocupação com a situação caótica experimentada pelos usuários do transporte aéreo em todo o país, 8/2/2007

[Publicação no DSF de 9/2/2007 - Página 1327]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a situação caótica experimentada pelos usuários da aviação comercial nos últimos meses é motivo de muita preocupação. Requer providências que não apenas mascarem o problema, mas que resultem em melhores perspectivas para todos os envolvidos em um dos mais importantes segmentos da economia, de reconhecido valor estratégico para o desenvolvimento do país.

As lamentáveis ocorrências de 2006 não podem e não devem ser repetidas em 2007. No entanto, ainda se observam atrasos em pousos e decolagens e cancelamentos de voos nesse período de férias escolares. Os aeroportos que concentram conexões de voos inter-regionais e para o exterior são particularmente afetados.

Muito já foi analisado, discutido e diagnosticado. Os problemas vêm de longe. Quem necessita utilizar os campos de pouso e espaço aéreo bem conhece a realidade. É uma realidade preocupante. Somente o empenho de alguns heróis anônimos e a relutância de outros pode responder pela aparente situação de calma e tranquilidade no que respeita ao tráfego aéreo brasileiro.

A população brasileira, particularmente os usuários da aviação comercial, sempre acreditou que voávamos — no jargão da profissão — em céu de brigadeiro.

No entanto, há anos, relatórios oficiais clamam por providências, pela rápida liberação de recursos financeiros e atentam para a precariedade dos equipamentos utilizados e para o reduzido número de controladores. Ora, o treinamento leva tempo e enquanto não se efetuam novas contratações, o setor, com demanda crescente, não pode parar. Como resultado, a jornada de trabalho extrapola os limites definidos em lei e os riscos de erros aumentam. Além disso, os salários, aviltados pela política vigente para o setor público, não oferecem incentivos a novos candidatos.

Em 2003, por exemplo, ano em que se estabelecia uma política de aviação civil, o Conselho de Aviação Civil – Conac já advertia para os efeitos nefastos do contingenciamento dos recursos alocados ao Programa de Proteção e Segurança dos Voos. Não devemos esquecer que os recursos aludidos e que compõem o Fundo Aeronáutico advêm da arrecadação de tarifas cobradas dos usuários do sistema de aviação, sejam eles passageiros ou empresas comerciais, bem como da chamada aviação geral, assim compreendidos os aviões do setor privado, os aviões aerodesportivos.

Nada mais justo que a legislação fosse cumprida, e as determinações do Conac, acatadas. No entanto, observa-se, de acordo com os dados do Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira, analisados pela organização não governamental Contas Abertas, que os valores do fundo têm crescido nos últimos anos, mas os valores pagos são inferiores às dotações autorizadas e à arrecadação tributária.

Sr^{as} e Srs. Senadores, infelizmente, a tragédia ocorrida em 29 de setembro último, quando colidiram um Boeing 737-800, da empresa Gol, e um jato particular da empresa americana Legacy, esse construído pela empresa que sempre nos orgulhou, a Embraer, marcou o fim da certeza de que na terra de Santos Dumont é seguro voar. A perplexidade da população ante ao que viria depois foi crescendo.

Há pouco já tínhamos sofrido a perda de empresas tradicionais, como a Transbrasil, a Vasp e, ultimamente, a Varig. A situação da Varig foi objeto de discussão em muitos editoriais e artigos da mídia falada e escrita, em pronunciamentos e audiências públicas no Congresso Nacional, em reuniões nos gabinetes do Executivo e discussões nos plenários do Judiciário. Entretanto, o que se discutiu e as medidas propostas não atingiram o cerne dos problemas que afligem o setor como um todo.

São décadas de descaso, de falta de recursos, de indefinições quanto ao papel institucional dos diversos órgãos que administram a aviação civil. Não

podemos deixar de ressaltar que essa atividade é de indiscutível importância socioeconômica e tecnológica para a Nação brasileira.

São muitos os envolvidos, são vários os problemas a resolver, são muitos os conflitos institucionais. No auge do que a imprensa cunhou de “apagão aéreo” procuraram-se culpados por todos os lados. Nenhuma autoridade queria admitir a falta de prioridade atribuída ao setor e o fato de que as ações que demandam urgência se arrastam anos a fio.

Na crise atual, a indústria aeronáutica e a do turismo foram as principais áreas afetadas, bem como a reputação e o nome do Brasil no cenário da aviação internacional. As empresas de aviação comercial também têm sua parcela de culpa pelo descontrole na venda de passagens, o chamado *overbooking*, pela falta de informações precisas aos passageiros, pela falta de tripulação e pelos transtornos criados com o extravio de bagagens.

A prevalência das iniciativas das empresas privadas não foi algo encarado com responsabilidade pelas nossas empresas de aviação, que sempre clamaram pela adoção de um sistema em que as empresas privadas tivessem papel preponderante. No entanto, na hora em que receberam essa autoridade, não souberam usar e se portaram de forma irresponsável no que respeita ao planejamento das suas próprias organizações.

Tivemos sempre a satisfação de figurar dentre os dez países de maior segurança de voo e de melhor indústria aeronáutica, assim compreendidas as empresas de aviação comercial. A Embraer é uma das três maiores empresas aeronáuticas do mundo. Além disso, contamos com excelentes pilotos, com controladores de voo civis e militares de rara habilidade e dedicação ao serviço, infraestrutura aeroportuária desenvolvida e pessoal de terra competente.

E o que nos falta, então? Podemos resumir, a partir dos diversos diagnósticos oferecidos para a solução do problema, em curto e longo prazo, alguns dos obstáculos a uma maior integração do sistema a uma solução que atenda às empresas de aviação comercial, ao setor governamental responsável pela organização do sistema, aos aeroviários e aos usuários do setor.

Além disso, fazem-se necessários urgentes investimentos na infraestrutura, nos equipamentos de proteção ao voo, assim compreendidos aqueles não apenas do controle do tráfego aéreo local, mas, sobretudo, ao controle do voo ao longo das aerovias, que são as estradas do avião.

[...]

Há uma estatística, feita nos Estados Unidos, onde o transporte rodoviário também é seguro, que a relação entre acidentes aéreos — não é a relação abso-

luta, porque evidentemente há muito mais veículos que andam sobre pneus do que aqueles que andam no ar — a relação proporcional é de quatro acidentes fatais, na aérea do transporte rodoviário — e eles escolheram o ônibus, que é o mais seguro de todos os transportes rodoviários — em comparação ao avião.

Então, o avião é inegavelmente uma máquina segura, mas não dispensa a contribuição de quem trabalha em terra. Por exemplo, no momento do pouso, desde a aproximação até o toque final com a pista, a importância, a responsabilidade de um controlador de voo é maior do que a do próprio comandante da aeronave. Isso não diz respeito apenas à habilidade do controlador, aos recursos humanos, mas também aos recursos materiais, tecnológicos, aos equipamentos de que os aeroportos precisam dispor tendo em vista a segurança na ocasião do pouso, especialmente em condições de mau tempo, de visibilidade e teto reduzido e, às vezes até, de visibilidade e teto zero, já que existem equipamentos que permitem essa operação com toda a segurança.

Sabemos, como alguém que usa, inclusive profissionalmente, o avião, que isso não existe no Brasil. Graças a Deus, pelo menos 2/3 do nosso território apresenta condições meteorológicas muito satisfatórias: clima tropical, quase sempre tempo limpo, céu aberto, condições de voo visual. Se aqui fosse como na Europa ou nos Estados Unidos, que apresentam meteorologia adversa, evidentemente, os acidentes estariam se sucedendo a cada minuto.

Há realmente um descaso crônico nos investimentos em segurança de voo, que não é um problema novo deste governo, mas de governos anteriores, inclusive dos governos militares, que, pelo fato de serem militares e terem um Ministério militar a controlar a aviação, poderiam ter investido adequadamente em segurança do voo, em controle de aeroporto e aerovias. Isso não ocorreu. O Brasil precisa atentar urgentemente para isso se deseja inserir nossa Nação no contexto de uma aviação nacional moderna, eficiente e segura.

Devemos salientar que, mundialmente, o transporte aéreo vem sendo objeto de desregulamentação. Um caminho irreversível, mas que ainda provoca acalorados debates no Brasil. A ideia de privatização e desmilitarização do setor, particularmente do controle do tráfego, são ainda difíceis de digerir pela maioria das autoridades do setor.

Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a, que tem dado contribuição tão valiosa, deve estar lembrado ainda do projeto de criação da Anac. Foram dois anos de espera nas gavetas da Câmara Federal. De repente, um impulso inusitado trouxe o projeto à discussão do Senado. Procurei mostrar que não era possível se fazer uma mudança tão radical num sistema que, até então, era controlado

pelo setor militar, e colocá-lo sob o controle civil. Era preciso aprofundar-se nas discussões para que, afinal, não acontecesse a crise dos dias de hoje.

Os nossos companheiros, infelizmente, não tiveram sensibilidade para compreender essa situação. Havia pressões de todos os lados. Havia uma pressão forte, inclusive, da Embraer, que reclamava a necessidade de se controlarem técnicos e engenheiros aeronautas para o exame e a avaliação de novos produtos da indústria. E, sob esse pretexto, o projeto foi aprovado a toque de caixa, tanto na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, como aqui no plenário. E o resultado está aí.

O visível crescimento da demanda por transporte aéreo, estimulado pela globalização e pela melhoria dos níveis de renda, afetou os recursos da aviação comercial e acarretou aumento de demanda por técnicos especializados, por pilotos, por controladores de voo, por comissários de bordo.

A infraestrutura de controle do tráfego aéreo no Brasil, infelizmente, não acompanhou a velocidade tecnológica requerida pela aviação civil e militar. Ademais, não houve treinamento de pessoal em número condizente com o aumento da demanda pelos serviços.

Acrescente-se que a profissão de piloto não oferece mais os atrativos do passado. As nossas instituições responsáveis pelo treinamento estão alquebradas. As escolas de aviação civil, que tinham sede nos aeroclubes do Brasil e que foram resultado de campanha que mobilizou toda a sociedade brasileira, estão agonizantes. Poucas estão conseguindo sobreviver e manter cursos com a qualidade tecnológica que a aviação exige hoje em dia. A Força Aérea Brasileira (FAB) tem, a cada dia, menos recursos para manter seus esquadrões no ar. Mesmo assim, seus pilotos foram chamados a colaborar na solução da crise, transportando passageiros das empresas comerciais.

A administração de recursos financeiros para o setor aeronáutico, regulado pelo governo, aparece, indiscutivelmente, como um dos óbices do sistema. Dados da Assessoria de Orçamento do Comando da Aeronáutica, compilados em 20 de dezembro de 2006, mostram, para o período 2003/2007, déficits globais médios de R\$2,2 milhões por ano, ao se compararem ações pré-propostas nas leis orçamentárias e o efetivamente autorizado.

Essas ações envolvem aquisição, modernização e revitalização de aeronaves; operação, manutenção e controle do espaço aéreo; modernização e vitalização do controle de espaço aéreo, desenvolvimento do AM-X, entre outras.

Ora, a não liberação de recursos em tempo hábil e no montante necessário, ano após ano, gera empecilhos ao desempenho do setor. Mesmo que as autori-

dades neguem que houve contingenciamento de verbas, no caso da Aeronáutica, é fato que ele ocorre para todos os setores que dependem do Tesouro Nacional.

A organização Contas Abertas, em seu site, corrobora nossa afirmativa ao registrar que a liberação das verbas autorizadas para o setor aeronáutico tem se dado com muita lentidão a cada ano.

Em 2006, exatamente em função do colapso setorial, observou-se rápida execução orçamentária do Programa Proteção ao Voo e Segurança do Tráfego Aéreo nos últimos três meses do ano. Notem bem que, nos últimos três meses do ano, após eclodir a crise, foram empenhados R\$198 milhões — entre o final de outubro e o final de dezembro, no auge da crise e sob pressão da mídia e do Congresso Nacional. Contudo, dos R\$531,7 milhões autorizados na Lei Orçamentária para o Programa no ano de 2006, somente 53,7% tinham sido pagos até o final de outubro.

Outro objeto de discussão, a chamada desmilitarização do setor, foi exacerbada com a criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que substituiu o Departamento de Aviação Civil (DAC). A Anac não parece ter-se adaptado às peculiaridades do setor. As respostas evasivas de seus diretores e o desconhecimento de princípios básicos que orientam a navegação aérea e seus serviços deram a impressão de que a Agência não se estruturou efetivamente para atender seus objetivos.

No final das contas, causou embaraço a postura das autoridades e a total falta de coordenação e de entrosamento entre os diversos setores envolvidos: Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica, Infraero, Anac, sindicatos patronais e dos aeroviários.

O inusitado de toda a questão é que, a despeito de toda crise, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), que administra 67 aeroportos, relata que houve um crescimento de 6,72% no número de passageiros, nos primeiros onze meses de 2006, quando comparado a igual período de 2005. Foram registrados 93,1 milhões de passageiros nos aeroportos, e foi arrecadada receita de R\$669 milhões, em 2006, nos 32 terminais de logística de cargas.

Sr. Presidente, é inaceitável que retrocedamos no tempo. Demos ao mundo Santos Dumont, o “Pai da Aviação”. A importância estratégica da aviação nacional e as atribuições constitucionais do Congresso Nacional requerem desta Casa a urgente decisão de assegurar que o Poder Executivo encaminhe soluções rápidas, que permitam manter o Brasil na posição que sempre ocupou, na vanguarda em matéria de segurança de voo, para que não mais se repita o dramático e inadmissível “apagão aéreo”.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Essa é minha modesta contribuição a um setor que, sem dúvida alguma, é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do nosso país.”

Homenagem pelo transcurso do Dia da Indústria, ocorrido em 25 de maio corrente (como Líder), 29/5/2008

[Publicação no DSF de 30/5/2008 - Página 17185]

“Já que estou homenageando a indústria nacional, Sr. Presidente, gostaria aqui de destacar, especialmente, um dos setores em que a nossa indústria atinge a mais alta excelência. Refiro-me, Sr^{as} e Srs. Senadores, à indústria aeronáutica, justo motivo de orgulho nacional. Nossa Embraer se aproxima dos 40 anos, que completará, em 2009, como a maior indústria aeronáutica do hemisfério sul e a terceira maior do mundo, presente nos Estados Unidos, em Portugal, na França e na China.

Eu gostaria de dizer que os êxitos da Embraer de hoje são consequências lógicas do que foi a Embraer de ontem, ou seja, uma empresa estatal fundada sob o patrocínio de um instituto: o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, que montou um projeto hoje vitorioso, mas, no passado, decisivo para as vitórias que hoje o Brasil celebra por ter a maior indústria aeronáutica do hemisfério sul e a terceira maior indústria aeronáutica do mundo.

Por que isso? Porque o Ministério da Aeronáutica, no momento de feliz inspiração, resolveu chamar a si a montagem desse projeto e, paralelamente a isso, desenvolveu um instituto para a formação de quadros que, hoje, é um dos maiores também da América do Sul: o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, uma escola de nível superior que formou, e forma, os engenheiros que garantem o sucesso dos projetos que hoje estão levando a bandeira brasileira a todos os países do mundo.

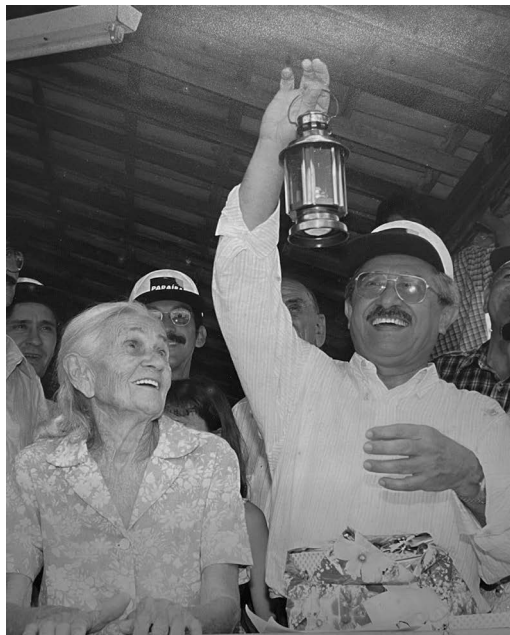
É preciso fazer esse registro para mostrar que uma iniciativa estatal bem conduzida, e conduzida com seriedade, pode realmente oferecer a solução de que o Brasil precisará ainda para o desenvolvimento de tecnologias competitivas que precisam ser instaladas no Brasil, sobretudo no que respeita à indústria de informática.

É interessante o que nós contemplamos no cenário nacional: países outrora caracterizados por um imenso atraso, como a Coreia do Sul, Taiwan e, mesmo assim, a China continental, pela vontade de seus governantes, pela determinação obstinada de investir maciçamente na formação de quadros científicos e tecnológicos, resolveram partir com os olhos voltados para o futuro desses países. O Brasil precisa fazer o mesmo: não só continuar investindo na indústria aeronáutica, mas em outros ramos da indústria de ponta. Mas, para que isso aconteça, o Brasil, antes de tudo, tem de investir no ensino tecnológico e científico.

Neste ano, o Presidente Lula deu um passo importante em duas direções: na interiorização da universidade e na criação de inúmeros Cefets e escolas de ensino médio profissionalizantes, formando profissionais para um mercado já muito exigente nessa área, sobretudo as indústrias mais sofisticadas, a indústria eletrônica. Mas precisa investir muito mais ainda, e investir de forma corajosa e de forma ousada e ininterrupta.

É preciso que outros governos que se sucedam ao atual façam o mesmo e até invistam mais do que o atual, porque, para que o Brasil realmente recupere o tempo perdido, ele precisa investir nessas áreas como se estivesse num verdadeiro esforço de guerra. E, realmente, essa guerra é a guerra da competição, a guerra da tecnologia, a guerra da ciência, é a guerra mais importante que os tempos modernos nos reservam.

Empregando — estou me referindo ainda à Embraer — quase 24 mil pessoas e gerando milhares de outros empregos indiretos, tinha, no final de março último, uma carteira de pedidos firmes que já ultrapassava os US\$20 bilhões. Possivelmente, não há maior símbolo da pujança do setor secundário nacional do que esse.”



Considerações sobre as conclusões da reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio, 25/9/2003

[Publicação no DSF de 26/9/2003 - Página 29102]

“E nós brasileiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, sabemos mais do que ninguém o significado de uma crise no campo. O Brasil da primeira metade do século XX, no qual mais de 50% da população era campesina, transformou-se, hoje, em um Brasil urbano, no qual 80% da população moram nas regiões citadinas.

Só este dado estatístico revela todo o esforço a ser feito para revertermos o fluxo migratório em direção ao campo, aliviando a pressão sobre as cidades e revalorizando o produtor rural mais do que a produção rural, como hoje tem sido a prática.

Cumprе observar que o Brasil, no presente momento, está celebrando uma safra de grãos sem precedentes, que gerou o superávit comercial de US\$147 bilhões. Mas a grande questão é que essa produção de grãos, sobretudo de soja,

pela própria natureza da atividade, não é uma grande geradora de emprego para o homem do campo. Por isso, aqui falamos na revitalização para o produtor rural e não apenas para a economia brasileira. Há uma diferença muito grande em produzir para o social e produzir para a economia.

Batemos sucessivos recordes na safra de grãos, cujo fito é a exportação, mas continuamos com problemas de renda para o agricultor, e com problemas de acesso à comida para boa parte da população. Num país que se orgulha de ser uma grande potência agrícola, o Presidente da República teve que criar um programa, o Fome Zero, para subsidiar a produção das grandes massas populares, entre elas o próprio trabalhador rural. Tal fato, por si só, revela não apenas a deficiência, mas até a ausência total de uma política consistente para o setor primário. Na verdade, esse problema é crônico e se arrasta por meio da gestão de muitos governantes. Não é um problema novo no governo Lula. É natural que, pela sua luta política como líder de trabalhadores, como líder de camponeses, a Nação brasileira esteja a cobrar que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva faça o que os antecessores não fizeram: uma política agrária abrangente.

Convivemos, de modo cada vez mais difícil, com cidades hiperpopulosas, cheias de marginalidade e com crescente população periférica carente, para as quais sempre sobra o epíteto de desqualificada e, portanto, de difícil colocação no mercado de trabalho, sem que se façam programas de readaptação custosos. Ora, Sr. Presidente, tais pessoas vêm de famílias e grupos que, frequentemente, há gerações, acumulam qualificação e conhecimento para a atividade rural nas terras brasileiras, muitas vezes as mais difíceis de lidar, como as do Nordeste. É um erro, um equívoco o que os meios de comunicação dizem a respeito dos trabalhadores rurais que migraram para os grandes centros industriais. Dizem que são trabalhadores desqualificados, sem profissão. Não é verdade. De fato, são trabalhadores qualificados, têm uma profissão definida. Aprenderam a lidar com a terra, com o campo, são profissionais competentes para a atividade agrícola. Estão sofrendo, deslocados de seus centros de trabalho, por falta de estímulo, de atenção, por falta de uma política rural consistente capaz de tornar estimulante a atividade daqueles que vivem do trabalho no campo. E todos, quase que sem exceção, abandonaram seu quinhão de terra não porque quiseram, mas porque não tiveram apoio e incentivo da sociedade e dos governos para continuar produzindo. Tornaram-se marginais urbanos, pesando sobre a sociedade, porque esta mesma voltou-lhes as costas enquanto ainda podiam e desejavam ser produtivos.”

Comentários à matéria publicada na revista IstoÉ sobre a devolução de cartões do Programa Bolsa Família na Paraíba, 18/8/2005

[Publicação no DSF de 19/8/2005 - Página 28401]

“Sr. Presidente, Srs. Senadores, as preocupações do Brasil são com o escândalo, esse verdadeiro terremoto Tsunami, que tomou conta dos noticiários dos jornais do Brasil inteiro e de alguns jornais de outros países.

De repente, quem contempla o cenário nacional, olhando pela ótica do periodismo brasileiro, tem a impressão de que não existe mais dignidade neste país. Existe, sim. A grande maioria do povo brasileiro, especialmente entre o povo simples, que, sendo simples, sabe renunciar à tentação que leva muitos homens públicos, às vezes até privilegiados do ponto de vista financeiro, a cometerem delitos graves contra a Nação e, sobretudo, contra a confiança dos seus eleitores.

A revista IstoÉ, edição de 17 de agosto de 2005, traz na primeira página uma manchete. Aqui, a fotografia do Presidente Luiz Inácio da Silva e o noticiário de que o publicitário Duda Mendonça confessa ter recebido R\$10,5 milhões do PT nas Bahamas, dizendo que leva a crise política para o Palácio do Planalto.

Lá em cima, no cantinho, em letras bem menores, está a notícia que me chamou a atenção, porque se refere à pequenina e heroica Paraíba, meu Estado natal. Eu diria pequenina e honesta Paraíba, Estado que tenho a honra e o orgulho de representar nesta Casa do povo.

A manchete diz: ‘É possível ser honesto. Na Paraíba, famílias devolvem o cartão do Bolsa Família.’ E o que está dizendo a revista com isso? Simplesmente registra um fato que poderia servir de exemplo para a Nação brasileira inteira. Duzentas e onze famílias beneficiárias do Bolsa Família, no meu Estado, Município de Pombal, tomaram a decisão de devolver o cartão que lhes dava direito de receber R\$50,00 todo mês. Na sua consciência cívica, essas famílias se convenceram de que não tinham mais direito a receber o Bolsa Família, porque, naquele momento da devolução, deixava de existir a condição para recebê-la, que era o fato de todos serem desempregados na família.

Ouçamos os depoimentos que a revista IstoÉ, do alto da sua competência, tomou lá no Estado da Paraíba. Diz aqui que o marido de Gilvânia Monteiro Lacerda, de 34 anos, obteve um emprego em uma padaria. ‘Gilvânia entregou o benefício que recebia há menos de um ano, depois que ele foi trabalhar numa padaria.’

Outro exemplo. São muitos aqui. Não vou citar todos, até pelas advertências do Presidente de que o tempo é exíguo.

‘Se a gente que precisa não tiver consciência, quem vai ter?’

Veja o raciocínio honesto, simples, mas de uma clareza cartesiana, de uma pessoa simples e humilde, diferentemente daqueles que se apropriaram de milhões do Tesouro Nacional.

Depois de três meses doente, meu marido conseguiu trabalho. Minha mãe, embora meu pai não tenha emprego, porque sofre da coluna, nos ajuda. É como uma corrente. Acho que estou ajudando a outros, devolvendo um benefício que graças a Deus existe, mas que, no momento, não preciso mais.

Vejam outro exemplo:

María do Céu, 66 anos, reza na mesma cartilha de Gilvânia. Ela abriu mão de R\$50 depois que ficou viúva e passou a receber pensão: Eu não tinha nada e agora recebo dois salários.

Uma das pessoas ouvidas disse que a cidade é pobre, mas que a situação é de quem tem consciência e deve dividir o pouco com todos.

A Secretária de Ação Social, Yasnaia Pollyana, dá uma declaração. Ela poderia muito bem, como faria um político populista ou vaidoso, dizer que tudo aquilo era fruto do trabalho que seu esposo, o prefeito, fazia na cidade. Sei que, em grande parte, é assim, pois o prefeito daquela cidade, o Jairo, é um homem de bem, faz uma administração séria atualmente, que já vem séria desde a administração anterior, do ex-prefeito Verísinho Lacerda, que se dedicou por inteiro ao equilíbrio fiscal de sua cidade e à seriedade administrativa.

Mas o que diz sua esposa? Ela diz aqui que esse fato se deve a duas coisas: ao envolvimento do Ministério Público e do Judiciário local e à obediência [...] de todas as regras do programa. Se todo mundo agisse dessa forma, com esse equilíbrio, com essa seriedade e com essa obediência ao império da lei, certamente não estaríamos amargando essa situação que está aí, que envolve sobretudo o Executivo e a Câmara Federal — graças a Deus, o Senado da República, até agora, tem se mantido fora das acusações.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero mais uma vez aqui repetir que estou muito orgulhoso de ser paraibano, porque em minha terra encontra-se gente como essas marías, como essas joanas, como essas aparecidas, que estão lá dando exemplo de dignidade, de seriedade e de obediência à lei.”

A importância que vêm ganhando na renda familiar os proventos da aposentadoria, 7/2/2006

[Publicação no DSF de 8/2/2006 - Página 3398]

Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, é de conhecimento geral a importância que vêm ganhando, na composição da renda familiar, os proventos da aposentadoria. Em todo o Nordeste, em especial no Estado da Paraíba, essa importância é ainda maior em função da carência de empregos e da falta de oportunidades de geração de renda.

Temos, em todo o território paraibano, principalmente na área do sertão, comunidades inteiras onde os benefícios previdenciários e assistenciais compõem, sem a menor sombra de dúvida, a parte mais significativa dos recursos de que depende a sobrevivência das famílias.

Assim, Sr. Presidente, sempre defendi, seja no Parlamento, desde o meu primeiro mandato, em 1955, seja no Executivo estadual, que ocupei por dois mandatos consecutivos, serem sagrados os recursos dos aposentados, e pouco todo o cuidado que se tome ao lidar com o tema.

Foi com surpresa e com desgosto, portanto, que tomei conhecimento de decisão recente do Tribunal de Contas da União, em novembro último (e publicada no Diário Oficial da União no dia 17 do mesmo mês), em que aquela Corte considerou ilegal o pagamento de vantagem salarial denominada 'Adiantamento Pecuniário – PCCS', que havia sido agregada, desde o final da década de 1980, à remuneração do pessoal da área de saúde oriundo do extinto Inamps, no âmbito da representação paraibana do Ministério — não só na Paraíba, diga-se de passagem, mas em todos os Estados da Federação.

A decisão, Sr. Presidente, além de negar o registro da aposentadoria a um grande número de pessoas, o que já representa, por si só, um grave transtorno na vida desses servidores, retirou dos seus proventos precisamente sua maior parcela, o PCCS, responsável em muitos casos por mais de 50% do valor do contracheque. Está claro, portanto, que o alcance e o impacto do acórdão são, sob o ponto de vista social, graves e profundos.

Mas o caso apresenta aspectos ainda mais estranháveis, uma vez que a rubrica PCCS é suportada, em termos de sua exigibilidade, por um direito líquido e certo, vez que decorrente de decisão judicial transitada em julgado, confirmada em última instância pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Diante de tal quadro, Sr^{as} e Srs. Senadores, está claro o motivo do inconformismo que toda essa situação gera — e deve gerar — efetivamente; e não só da parte dos interessados, mas de toda a sociedade paraibana e, permitam-me a liberdade, também da parte dos membros deste Senado Federal.

Além de configurar uma ameaça à sobrevivência de inúmeras famílias, em função da relevância que têm, para elas, os proventos dos aposentados, agride, se formos objetivos e consequentes, o próprio Estado de Direito, uma vez que a Corte de Contas se põe, agora, a revogar as sentenças dos Tribunais Superiores.

São esses os motivos pelos quais trago o tema ao conhecimento dessa Presidência e do Plenário, motivos que recomendam que se solicitem à Presidência do Tribunal de Contas da União esclarecimentos acerca do acórdão em questão, e ao Ministério da Saúde as razões que o levaram a suspender, a partir da folha do último mês de janeiro, o pagamento do PCCS, como vem sendo comunicado, por meio de Termo de Cientificação, aos servidores interessados.

Finalizando, Sr. Presidente, reitero meus compromissos com a plena vigência da ordem jurídica, assegurada pela Constituição, e com os direitos dos cidadãos brasileiros, especialmente aqueles de que são titulares os meus conterrâneos da Paraíba, os aposentados do Ministério da Saúde.

Que tenham todos eles a certeza de que sua situação (embora já sob competente exame do Supremo Tribunal Federal, por força de mandato de segurança impetrado pelo Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência da Paraíba) terá, por parte deste parlamentar e por parte de todo o Senado, acompanhamento atento e vigilante.”

Consternação pelo veto a projeto de lei que atendia reivindicações trabalhistas de funcionários dos Correios. Regozijo pela inclusão do Estado da Paraíba no clube dos produtores de petróleo, em virtude da descoberta de bacia petrolífera, 9/2/2006

[Publicação no DSF de 10/2/2006 - Página 3830]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Empresa Brasileira de Telégrafos – ECT, por conta das recentes denúncias que motivaram a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com o seu nome, vem sofrendo um

processo de desgaste em sua imagem que preocupa a todos os seus valorosos e dedicados funcionários.

Tenho certeza de que a figura do carteiro, em particular, continua a despertar em todos nós o mais absoluto respeito e admiração. Porém, embora incansável no cumprimento de seu ofício e zeloso na salvaguarda de nossa correspondência, o carteiro brasileiro nem sempre vê reconhecida a importância da valorização de sua profissão.

Exemplo disso foi o veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2002, que estendia o direito de complementação da aposentadoria a todos os empregados da ECT, sem exceção, que tenham sido integrados ou admitidos em seus quadros até 31 de dezembro de 1976.

O postulado legal vetado, Sr^a e Srs. Senadores, atendia a uma reivindicação das mais justas e antigas da classe dos carteiros, que, após anos e anos de luta e intensa mobilização, viu frustrada sua expectativa de garantir uma aposentadoria mais digna para seus representados.

São inúmeros os carteiros, Sr. Presidente, que têm procurado não só a mim, mas também outros membros do nosso Parlamento, para que nos posicionemos contra o arbítrio e a crueldade evidenciados em tal veto, que revogou as esperanças de um futuro mais tranquilo para diversos funcionários, ativos ou inativos, dos Correios.

O fato é que o PLC nº 6 acabava com uma situação absolutamente esdrúxula e conflitante: a discriminação insidiosa entre funcionários de uma mesma instituição que a atual legislação perpetua, diferenciando-os conforme o regime jurídico de sua admissão.

Ora, Sr. Presidente, se todos são funcionários dos Correios, se desempenham as mesmas funções e tarefas, não há sentido algum, do ponto de vista de isonomia constitucional, em conceder o direito à complementação a alguns e negá-lo aos demais!

Não se trata aqui — é bom que fique bastante claro — de estender privilégios ou regalias, no sentido de atender demandas corporativas. O que defendemos, e a justificativa do PLC nº 6, de 2002, deixa bastante nítida tal situação, é o fim da discriminação e da falta de isonomia entre trabalhadores de uma mesma instituição.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero declarar aqui o meu irrestrito apoio, assim como já o fizeram outros membros desta Casa, a essa justa e legítima causa defendida pelos carteiros do nosso país.

Este Parlamento tem que derrubar o veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2002, sob pena de consagrarmos o vilipêndio aos direitos de significativa parcela dos funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.”

Encaminhamento de pedido de informações ao Ministro da Saúde sobre as aplicações constitucionais de estados e municípios na área de saúde. Falta de pagamento de parcelas devidas aos ferroviários aposentados, 9/3/2006

[Publicação no DSF de 10/3/2006 - Página 7475]

“Há alguns dias, recebi, em meu gabinete, correspondência da Associação dos Ferroviários Aposentados do Nordeste, entidade ligada à Federação Nacional dos Ferroviários Aposentados e Pensionistas, solicitando minha intervenção neste Plenário em favor dos reajustes salariais acordados desde 2003 com as autoridades governamentais e até hoje não pagos.

Segundo a referida Associação, milhares de ferroviários aposentados, ou seja, cerca de cem mil pensionistas e seus familiares, que dependem diretamente dessas aposentadorias, estão sendo duramente prejudicados com o não pagamento do que lhes é devido.

Aliás, em carta enviada ao Sr. Ministro dos Transportes, Dr. Alfredo Pereira do Nascimento, datada de janeiro de 2006, a Associação solicitou informações sobre o motivo do atraso de trinta parcelas — atencem bem, Srs. Senadores: trinta parcelas! — nas aposentadorias dos seus associados. Pelos seus cálculos, são 28 meses e dois pagamentos do 13º salário que até hoje não foram integralizados e que fazem parte de Dissídio Coletivo de Trabalho nº DC-95590/2003-000-00-00, publicado no Diário da Justiça, em 30 de junho de 2004, devidamente julgado, tendo sido determinada a quitação pelo Pleno do Superior Tribunal de Justiça. De acordo com as entidades representativas dos ferroviários aposentados, a decisão foi cumprida apenas em parte pela Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima, atualmente em processo de liquidação.

Vale dizer que, em dezembro de 2004, foi efetuado o pagamento de 9% retroativos ao mês de maio de 2003. Em verdade, o referido percentual diz

respeito ao Acordo Coletivo de Trabalho realizado entre alguns sindicatos ligados à categoria e a empresa.

Todavia, é importante destacar que a Fenafap, não se sentindo satisfeita com o entendimento ao qual nos referimos, tomou a decisão de continuar com o dissídio e conseguiu êxito judicial com o percentual de 14%, dissídio que lhe garantiu também retroatividade a partir de maio de 2003. Dessa forma, como podemos concluir, falta saldar a diferença de 5% devida até hoje pelo governo aos ferroviários aposentados. Diante desta realidade, não existe mais condições de adiar o acerto de contas. O governo precisa apenas disponibilizar os recursos e reconhecer de vez a decisão judicial.

É importante destacar que, em setembro de 2005, os funcionários ativos da rede ferroviária receberam todos os atrasados em cinco parcelas. Entretanto, os aposentados e pensionistas não foram abrangidos pelo mesmo direito. Devo alertar que tal decisão feriu frontalmente a Lei nº 8.186/91, que, no parágrafo único do art. 2º, diz o seguinte: “O reajustamento do valor da aposentadoria complementada obedecerá aos mesmos prazos e condições em que for reajustada a remuneração do ferroviário em atividade, de forma a assegurar a permanente igualdade entre eles”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como desculpa por não ter incluído os ferroviários aposentados, as autoridades governamentais alegaram que não dispunham de verba. Mas, logo no início deste ano, o governo federal comunicou abertamente que estava pronto para realizar grandes obras de infraestrutura pelo país afora.

Sr. Presidente, não sabemos até quando neste país as próprias autoridades públicas a quem cumpre zelar pela observância das leis continuam impunemente, continuam imperialmente desconhecendo a obrigação de acatar a lei, de assegurar aos cidadãos, sobretudo às pessoas mais humildes, como esses ferroviários, o direito, a percepção de seus próprios salários, já objeto de ações judiciais.

A Justiça, como se costuma dizer, é lenta, mas chega, porque é a única que temos. Mas nem com a decisão judicial o cidadão consegue fazer prevalecer os seus direitos. Quanto mais humilde o cidadão mais ele é vítima desse descumprimento, desse desprezo à própria norma da lei.

Eminente Senadores e Senadoras, eu gostaria de terminar este pronunciamento repetindo as preocupações manifestadas pelos líderes que comandam a Afan. Para eles, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que assumiu o Poder nacional empunhando a bandeira da democracia, da liberdade, da justiça, da

diminuição da desigualdade social e do desenvolvimento sustentável, certamente não é sabedor das agruras e das dificuldades que são enfrentadas quotidianamente pelos aposentados e pensionistas ferroviários de nosso país.

Se realmente o pleito da categoria ainda não chegou à mesa de trabalho do Presidente — tenho quase certeza de que não chegou, de que anda perdido nos escaninhos da burocracia nacional — aproveito a oportunidade para pedir-lhe que examine a questão com interesse e autorize, de imediato, o cumprimento integral do que foi firmado e decidido judicialmente em favor da categoria dos aposentados ferroviários.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente, agradecendo ao Senador Paulo Paim pela generosidade da inversão da nossa inscrição.”

Comemoração pela consolidação do Brasil como um país com menos riscos para investimentos. Comentários ao pronunciamento do Senador Cristovam Buarque. Alerta para a crise recente, resultante do pedido de demissão da Ministra Marina Silva, do Ministério do Meio Ambiente. Satisfação pelo êxito dos programas sociais patrocinados pelo governo federal, 16/5/2008

[Publicação no DSF de 17/5/2008 - Página 14877]

“Em 2003, crescemos apenas 1,1%, enquanto em 2007 esse índice foi de 5,4%. É claro que está aquém daquilo que nós desejávamos, mas houve um incremento significativo no crescimento econômico do Brasil.

Parece, Srs. Senadores, que esse resultado vai-se repetir também em 2008: de acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o primeiro trimestre desse ano registrou um crescimento da ordem de 7,6% nas vendas reais da indústria, em relação ao primeiro trimestre de 2007. Certamente, já temos aí uma influência do PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, embora a oposição insista em dizer que ele não sai do papel!

Além disso, eu não poderia deixar de mencionar, também, o crescimento da massa salarial. Tomando por base os dados consolidados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), verificamos que, no acumulado 2005 e 2006,

a massa salarial do país aumentou 20,6%. Calcula-se que, do início de 2005 até o fim de 2007, o aumento tenha sido de 30% em termos reais!

Todos esses expressivos resultados que acabei de mencionar são fruto, claro, da política econômica que vem sendo coerentemente adotada pelo governo ao longo desse período.

Mas, também, esses números refletem o êxito dos programas sociais implementados pelo governo. Refiro-me, por exemplo, ao BCP, Benefício de Prestação Continuada, uma ajuda financeira para idosos com mais de 65 anos, cuja renda seja de até um quarto do salário mínimo e, de modo especial, ao Bolsa Família, que consolidou quatro programas anteriores: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Vale Gás. Eu mencionaria, também, o Programa de Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar – PAA. É um tiro só matando dois coelhos, porque, é lógico, se o governo estimula a agricultura familiar, mas não lhe cria o mercado para a colocação dos seus produtos, esse programa poderia levar a uma grande falência. O governo ajuda na alimentação dos mais pobres e, ao mesmo tempo, ajuda a fortalecer uma atividade econômica, tornando-a viável e dando condições de dignidade a esse produtor que, geralmente, vivia à margem dos grandes produtores rurais.

O resultado desses programas é tão expressivo que a última PNAD, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo IBGE em 2006, mostra que houve uma significativa redução do número de brasileiros que, em 2001, tinham renda domiciliar per capita igual ou abaixo de R\$100,00: naquele ano, 38 milhões de pessoas estavam nessa situação; em 2005, conseguimos reduzir para 30 milhões. Houve, portanto, uma redução de oito milhões de brasileiros.

Também houve uma redução da desigualdade social. Entre 2001 e 2005, de acordo com o PNAD, o quinto mais pobre da população brasileira teve um ganho de renda domiciliar per capita de 26,6%, enquanto o décimo da população mais rica teve queda de 1,3%. Se tomarmos como parâmetro a variação do Coeficiente de Gini, que mede a desigualdade da renda, verificaremos que, entre os 74 países nos quais esse indicador é acompanhado desde a década de 90, menos de um quarto foi capaz de reduzi-lo a uma velocidade maior do que o Brasil, de acordo com estudo realizado pelo Ipea. Isso indica que, graças aos programas inclusivos de renda adotados pelo governo, possuímos um dos ritmos de queda da desigualdade social mais acelerados do mundo!

Esses dados são confirmados pela Cepal, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina. Em recente estudo divulgado em 2007, aquela

comissão informa que, graças aos programas sociais do governo, o Brasil já conseguiu atingir a Primeira Meta de Desenvolvimento do Milênio, de reduzir pela metade o número das pessoas extremamente pobres verificado em 1990. Essa meta, é bom frisar, não é do governo brasileiro, mas do órgão que já citei.

O resultado de todas essas políticas inclusivas, Sr^{as} e Srs. Senadores, é mais dinheiro no bolso dos brasileiros, sobretudo daqueles mais pobres, que nunca tiveram acesso ao mercado consumidor.

E aqui eu faria um comentário acerca da forma como certos segmentos se portam diante dos programas sociais do Presidente Lula, tentando desqualificar esses programas, e com aquela velha balela de que mais importante é ensinar a pescar de que dar o peixe. Lembraria aqui o exemplo daquele país que, para esses mesmos segmentos, é tido como um padrão social, um padrão político, um padrão econômico: os Estados Unidos. Nos Estados Unidos, os governos têm programas sociais semelhantes a esse que o Presidente Lula está levando à frente aqui, no Brasil. Porque é claro: é importante ensinar a pescar, mas uma coisa não prejudica a outra. Você tem que dar o peixe enquanto o cidadão não aprende a pescar ou enquanto o mar não está para peixe. Essa é que é a realidade.

Isso tem como consequência direta o aquecimento do consumo, a ponto de o governo já haver cogitado medidas para restringir o crédito, conforme veiculado pela imprensa. De fato, as vendas a varejo, por exemplo, cresceram 10% no ano passado, graças, principalmente, aos 20 milhões de brasileiros que migraram das classes D e E para a emergente classe C, ansiosa por exercitar a demanda reprimida que, historicamente, a caracterizou nos estratos anteriores. Fatos como esses aqui elencados servem para comprovar, à exaustão, o acerto das políticas sociais do governo, na medida em que elas têm reflexos positivos incontestáveis na economia, substituindo velhos paradigmas e introduzindo no Brasil o almejado ciclo virtuoso do crescimento sustentado.

A perfeita sincronia entre política econômica e política social exorciza a perversa diretriz econômica preferencial de governos pretéritos, segundo a qual era preciso crescer primeiro para só então distribuir o bolo. Esses governos passaram, e nunca cumpriram a segunda parte de suas promessas.

Hoje, o governo brasileiro tem um dos maiores e mais eficientes programas de transferência e redistribuição de renda do mundo. E é justamente essa preocupação com o social, com a necessidade de se habilitar o indivíduo para o acesso à sociedade de consumo que coloca o país num novo patamar: o fortalecimento do mercado interno desponta como premissa para o desenvolvimento econômico sustentado.

Desse modo, Sr. Presidente, quero, aqui, manifestar o meu mais irrestrito apoio à política econômica adotada pelo governo, que está fazendo com que o Brasil não apenas mereça o reconhecimento e a confiança da comunidade financeira internacional, mas também possa melhorar as condições de vida do nosso povo mais sofrido.

É isto que a sociedade espera de nós, políticos: trabalho, seriedade e competência, sobretudo, compromisso com a nacionalidade.”



Situação da saúde pública do Brasil. Importância do Programa Saúde da Família, 15/9/2005

[Publicação no DSF de 16/9/2005 - Página 31138]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quem acompanhou a evolução da saúde pública brasileira nos últimos quinze anos pôde observar avanços muito significativos no setor, tanto em termos de operacionalização quanto em termos da própria concepção do que seja a saúde pública.

De um lado, pudemos observar a reestruturação operacional do atendimento à população, com o advento do Sistema Único de Saúde, o SUS, que atua de acordo com os princípios constitucionais básicos que balizam a política de saúde pública no país: a descentralização, a universalidade do atendimento e a participação da comunidade.

Essa nova abordagem traduziu-se, na prática, na descentralização político-administrativa do setor e, paralelamente, na implantação de uma forma moderna de atendimento à população.

Sr. Presidente, nos últimos quinze anos, as autoridades de saúde pública do nosso país passaram a operar dentro de uma concepção filosófica praticamente oposta à que vinha sendo historicamente adotada no Brasil. No passado, a ênfase era dada à doença. A abordagem da saúde pública era meramente curativa. Em outras palavras: o Estado só considerava um indivíduo como usuário do sistema de saúde pública a partir do momento em que ele ficasse doente e desse o ar de sua graça em um hospital.

A nova concepção vigente na saúde pública brasileira é diametralmente oposta à abordagem meramente curativa. O foco não é mais na doença, é na saúde. A prevenção ganhou relevância similar ou mesmo maior que a cura das doenças. As unidades básicas de saúde, marcadas no passado por um comportamento fundamentalmente passivo, vem ganhando caráter cada vez mais ativo. Ou seja, os agentes de saúde, ao invés de esperarem a doença nos hospitais, passaram a levar a saúde às comunidades.

Nesse novo contexto, o Ministério da Saúde resolveu dar ênfase e prioridade absoluta à saúde básica, mais especificamente ao Programa de Saúde da Família, justamente o tema sobre o qual pretendo discorrer neste pronunciamento.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em março de 1994, aconteceu o lançamento do Programa Saúde da Família – PSF, com a finalidade de promover uma verdadeira revolução no modelo assistencial de então. A nova concepção de saúde adotada pelo Estado brasileiro, sobre a qual discorri anteriormente, encontrou no PSF um veículo privilegiado para a realização de seus ideais.

A saúde de uma pessoa é determinada por vários fatores, de ordem física, psicológica, ambiental. Natural, portanto, que a nova abordagem favoreça o trabalho de equipe. Cada equipe do PSF, chamada de Unidade Básica de Saúde da Família, compõe-se de um médico, de um enfermeiro, de um auxiliar de enfermagem e de quatro a seis agentes comunitários de saúde. A Unidade de Saúde trabalha com um território de abrangência definido e realiza o cadastro e o acompanhamento da população vinculada a esse território, sendo recomendável que cada equipe seja responsável por, no máximo, 4,5 mil pessoas.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma observação. Quando eu ainda era acadêmico de Direito — e a todos nós, jovens estudantes, empolgavam-nos as ideias socialistas —, fiquei entusiasmado ao ver que a China, que emergia de uma revolução, tendo à frente o grande líder Mao Tse-Tung, havia resolvido implantar os chamados programas de saúde, versão oriental do que o Brasil, a partir de 1994, resolveu fazer. Esse programa na China tinha o nome de ‘doutores de pés descalços’. Eram paramédicos, enfermeiros, pessoas que tinham

rudimentos de saúde pública que adentravam as casas das famílias levando conhecimento sobre como proteger a sua saúde. Era um embrião daquilo que, agora, de forma mais moderna e mais sofisticada, o Brasil quer fazer. Mas é preciso registrar que aquele embrionário programa evoluiu bastante na China e responde por um estado de saúde pública realmente privilegiado no território da China continental.

Chegamos tarde, mas chegamos, Sr. Presidente!

Um balanço da primeira década do Programa de Saúde da Família mostra, de maneira clara e inequívoca, que o programa é um sucesso.

Atualmente, cerca de 22,4 mil equipes do PSF assistem a 72,4 milhões de pessoas em todas as Unidades da Federação, cobrindo quase 4,8 mil municípios. A meta do governo federal é aumentar o número de pessoas assistidas para cem milhões e o número de equipes para trinta mil.

Mas esses não são os números mais importantes, Sr^{as} e Srs. Senadores. Os benefícios do PSF são mais bem traduzidos pelos indicadores de saúde dos últimos anos nos municípios cobertos pelo programa.

Segundo pesquisa do Ministério da Saúde, os investimentos no Programa Saúde da Família são um dos maiores responsáveis pela redução da mortalidade infantil entre 1990 e 2002. A ampliação em 10% da cobertura do programa resultou em uma queda média de 4,6% da mortalidade infantil. Nesse particular, os investimentos no PSF mostraram-se mais eficazes que outras medidas importantíssimas, como a água tratada e o aumento dos leitos hospitalares.

Acho, no entanto, que há um certo otimismo em causa própria do Ministério da Saúde. Não se pode subestimar o valor fundamental que têm, em questões de saúde pública, o abastecimento da água e o esgotamento sanitário.

Além da mortalidade infantil, outros indicadores também experimentaram melhorias expressivas nas cidades servidas pelo programa. Podemos citar, como exemplos, o aumento do número de consultas pré-natais, a redução do número de mortes decorrentes de complicações no parto, o aumento dos índices de cobertura vacinal, além da ampliação dos atendimentos nas Unidades Básicas de Saúde, que, por sua vez, desafoga os ambulatórios e os prontos-socorros dos hospitais de médio e grande porte.

Sr. Presidente, toda história de sucesso contém capítulos reservados aos obstáculos, e toda iniciativa bem-sucedida tem espaço para aperfeiçoamento e melhorias. Com o Programa de Saúde da Família, não poderia ser diferente.

A implantação do programa nas grandes cidades ainda é problemática. Existe dificuldade para contratar médicos em tempo integral — uma das exigências do

PSF. Nos municípios com mais de 100 mil habitantes, 60% das Unidades Básicas de Saúde não contam com esses profissionais. Há também complicações no que se refere aos incentivos financeiros fornecidos pelo Ministério da Saúde. Para receber os incentivos em nível máximo, o Município precisa comprovar que 70% da população é assistida pelo programa — objetivo relativamente fácil para municípios pequenos e médios, mas complicado para municípios mais populosos.

Esses entraves, aliados a uma infraestrutura precária em muitas localidades do país e a um nível ainda precário de desinformação da população, são alguns dos obstáculos com os quais as autoridades de saúde pública ainda terão que lidar nos próximos anos.

Em relação aos possíveis aprimoramentos do programa, vejo alguns pontos em que, muito claramente, o PSF pode ser aperfeiçoado. Um dos mais patentes, a meu ver, refere-se à composição das equipes de saúde. Sou da opinião que cada equipe deveria contar com pelo menos mais dois profissionais, ambos de suma importância para o bem-estar geral do indivíduo: um dentista e um psicólogo. Cada vez mais exigimos da Medicina uma preocupação com o ser humano como um todo. Em outras palavras, cuidar do corpo sem cuidar da mente é inútil, mesmo porque muitos males do corpo têm origem na natureza psicológica. A inclusão de um psicólogo nas equipes de saúde supriria essa importante lacuna e aperfeiçoaria a qualidade do atendimento das Unidades Básicas de Saúde. O mesmo pode ser dito da inclusão de um dentista na equipe, sendo desnecessário discorrer sobre os benefícios do tratamento dentário para a população, principalmente para a população pobre, que não tem meios financeiros para acessar os consultórios odontológicos pagos.

[...]

Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, considero o Programa de Saúde da Família uma das iniciativas mais felizes do Estado brasileiro. Prova de seu caráter de questão de Estado, e não de governo, é sua adoção pelas sucessivas administrações, desde sua implantação durante o mandato de Itamar Franco.

É também uma exceção e um exemplo edificante, porque esta não é a constante da vida pública brasileira. De um modo geral, abandonam-se projetos importantes, projetos sérios, quando muda o governo, por questões meramente pessoais ou político-partidárias.

A prioridade absoluta dedicada à saúde básica e ao PSF, pelo Ministério da Saúde, revelou-se uma decisão das mais acertadas, tendo em vista o retorno visível do investimento feito no programa da melhoria de indicadores, como

a redução da mortalidade infantil. São previstos, no âmbito da expansão do PSF, investimentos de US\$500 milhões até 2008, metades dos quais virá de empréstimos concedidos pelo Banco Mundial.

Aliás, quero aqui fazer um registro de reconhecimento, Sr. Presidente, ao Banco Mundial, que tem amparado, na sua programação para a América Latina, muitos programas que realmente são de grande utilidade pública. Tive oportunidade de administrar, no meu Estado, um projeto que tem o apelido de 'Cooperar'. Aliás, apropriado, pois se trata de um projeto para a realização de obras de infraestrutura, especialmente de eletrificação rural e de recursos hídricos, na zona rural. É um projeto de combate à pobreza rural. Resta, agora, combater os obstáculos que impedem que o programa se desenvolva ainda mais.

Por fim, reitero a minha sugestão ao Ministério da Saúde, para que se incluam dentistas e psicólogos nas equipes básicas de saúde. O sistema de saúde básico melhorará ainda mais com a inclusão desses dois profissionais, que, sem dúvida nenhuma, são de muita utilidade para o PSF.”

Pretensão da Embrapa de realização de parcerias para financiamento de projetos de pesquisas científicas e tecnológicas com a iniciativa privada. Decisão do Conselho Nacional de Saúde que excluiu da contabilização dos gastos obrigatórios com saúde pelos municípios as despesas decorrentes de investimentos em esgotamento sanitário e coleta e tratamento de lixo das cidades, 6/10/2005

[Publicação no DSF de 7/10/2005 - Página 34333]

“Quero fazer esse registro porque o fato é altamente auspicioso para a economia nacional.

E ao lado desse registro, quero fazer outro, Sr. Presidente, que resulta das reclamações que representa uma recente decisão do Conselho Nacional de Saúde.

Sabemos que os municípios brasileiros têm a obrigação legal de investir 15% da sua receita corrente líquida no setor de saúde. Até 2003, era permitido às unidades municipais investirem para atingir esse índice, como despesas em saúde, as despesas decorrentes de investimentos em esgotamento sanitário e coleta e tratamento do lixo das cidades.

Ultimamente uma decisão do Conselho Nacional de Saúde excluiu desta contabilização os recursos que as prefeituras são obrigadas a investir na área de esgotamento sanitário e na coleta de lixo. Isso representa para os municípios, sem querer aqui discutir a natureza doutrinária desse conceito do Conselho Nacional de Saúde, a inviabilidade das administrações municipais, especialmente nos pequenos municípios, que vivem basicamente das cotas do Fundo de Participação dos Municípios.

[...]

Mas, Sr. Presidente, não quero discutir aqui a natureza doutrinária dessa decisão do Conselho Nacional de Saúde. Quero dizer que ela representa um sacrifício ainda maior para os pequenos municípios do meu Estado — e estou informado que até no Estado do Piauí, na querida terra do nosso Presidente, Senador Mão Santa — porque já operam numa situação de muito desequilíbrio fiscal, por conta inclusive das repetidas e inesperadas quedas das cotas do Fundo de Participação dos Municípios, que, aliás, foi objeto de um protesto, tanto meu, quanto de outros Senadores aqui, logo que a medida mais recente produziu uma drástica diminuição da cota desse Fundo. E essa é outra questão que realmente nos deixa muito preocupados. E é a grande preocupação de Estados e municípios nordestinos.

Ocupei o governo do Estado da Paraíba e sempre fui surpreendido por esses cortes nas cotas do Fundo de Partição dos Estados, que ocorriam juntamente com os municípios. Sempre procurei as autoridades do Ministério da Fazenda para encontrar, pelo menos, uma justificativa, uma explicação e nunca a encontrei. Dizia-se — e ainda hoje se diz — que isso é uma caixa-preta que nunca foi aberta e que, certamente, no dia em que for aberta, causará muita indignação aos administradores dos municípios e dos Estados Brasileiros.

Assinei, hoje, um requerimento, em parceria com o Senador Ney Suassuna, na Comissão específica que trata das questões municipais, convocando o Presidente do Conselho Nacional de Saúde, para que ele venha a esta Casa explicar as razões dessa resolução, que é mais um torniquete a dificultar a vida dos municípios paraibanos e dos municípios do Nordeste brasileiro como um todo.”

Comentário à matéria de capa da revista IstoÉ desta semana, retratando o quadro geral da saúde e o sucateamento dos hospitais públicos no país, 1º/12/2005

[Publicação no DSF de 2/12/2005 - Página 42363]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a matéria de capa da revista IstoÉ desta semana resume o sentimento de vergonha que nos atinge ao presenciarmos, a cada dia, em nosso país, de norte a sul, o descumprimento da Constituição Federal e o total desprezo à dignidade da população.

Refiro-me, Sr. Presidente e Srs. Senadores, à situação de penúria, omissão e desrespeito às mínimas noções de humanidade, cidadania e consciência cívica observada nos hospitais mantidos pelo Poder Público no Brasil.

O relato de dois repórteres que peregrinaram, durante oito dias, em hospitais de Belém, Salvador, Fortaleza, São Paulo, Rio de Janeiro... Eu poderia falar também da nossa Paraíba, Senador Ney Suassuna, porque o Hospital de Trauma e Urgência, o único existente no Estado da Paraíba, está inteiramente sucateado, não por falta de recursos, mas por falta de responsabilidade e de gestão, não por falta de dedicação e de competência dos médicos que servem àquela casa hospitalar, não por falta de recursos do Sistema SUS, porque os recursos do Sistema SUS cresceram cerca de 50%.

Na época em que fui Governador, o Sistema SUS despendia, com a manutenção daquele hospital, R\$500 mil ao mês. Hoje esse valor foi elevado para R\$750 mil, que não chega ao hospital. Como os recursos não são transferidos diretamente à administração do hospital, porque não é uma unidade orçamentária, eles são transferidos à Secretaria de Saúde e lá mesmo eles morrem, chegando apenas a ínfima quantia de R\$300 mil.

Citei esse tópico em relação à Paraíba, referindo-me apenas a um hospital, mas, oportunamente, vou falar a respeito do quadro geral da saúde e dos hospitais no nosso Estado.

Vou referir-me agora ao quadro nacional.

A penúria e a escassez de recursos de infraestrutura e de recursos humanos não se resumem às regiões mais pobres ou ao interior dos Estados. O ambiente cruel faz parte da rotina diuturna de milhões de brasileiros, contribuintes de altos impostos e taxas e relegados ao descaso e à incompetência administrativa.

Na teoria, tudo parece um mar de rosas. Basta abrir o sítio do Ministério da Saúde, responsável pela formulação das políticas públicas, para navegar em

uma infinidade de projetos que, na prática, deixam muito a desejar. Citemos o HumanizaSUS, o QualiSUS, programas destinados a melhorar a relação entre o usuário e o atendimento hospitalar, que continuam ignorados e ainda não renderam os resultados esperados.

O Ministério da Saúde, com o apoio do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, realizou pesquisa em 2003 demonstrando que mais de 90% da população brasileira é usuária do sistema SUS, direta ou indiretamente, Presidente Mão Santa, V. Ex^a que conhece essa situação na palma da mão. Trata-se de mais de 164 milhões de pessoas que dependem de ações governamentais para fazer valer o acesso aos serviços de saúde, compatíveis com a brutal carga tributária que suportamos.

Costuma-se dizer, Sr. Presidente, que muitos dos usuários do sistema SUS não são contribuintes da Previdência. Não existe maior balela e maior injustiça social do que essa, porque em um Estado democrático, em um Estado de direito como queremos todos nós que o Brasil seja, todos são contribuintes. Os tributos estão embutidos em tudo que se consome em um país democrático.

Foram gastos, em 2004, na Função Saúde, mais de R\$34 bilhões; para 2005, dos R\$38 bilhões previstos, foram empenhados R\$33 bilhões, e estima-se, para 2006, volume superior a R\$43 bilhões. São cifras ínfimas, se comparadas com países da própria América do Sul, como no caso da Argentina, que gasta duas vezes mais com saúde do que gastamos no Brasil.

É do conhecimento das autoridades o longo tempo de espera em filas nas emergências dos hospitais, filas para a realização de consultas médicas — quem quiser, se houver dúvida, levante-se às cinco horas da manhã e procure um ambulatório do INSS: vai encontrar pessoas dormindo no chão, porque chegaram a essas filas na noite do dia anterior a fim de garantir uma consulta médica que muitas vezes termina não havendo porque o médico adoeceu e não veio atender ou porque o número de pessoas na fila ultrapassa a capacidade de atendimento do corpo médico-hospitalar — e exames e a superlotação das unidades de atendimento médico. Entretanto, a burocracia que permeia a administração da saúde pública é cruel, omissa e cúmplice de muitas mortes, que realmente têm acontecido, o que não constitui aqui a descoberta de nenhuma novidade.

É comum serem encontrados em hospitais equipamentos de alta qualidade e precisão de altíssimo custo que não funcionam pela ausência de médicos ou de especialistas para sua operação e manutenção.

Há poucos dias, fui ao Ministro do Planejamento, antes tendo ido ao Ministro da Saúde, pedir que atendesse a uma reivindicação da Reitoria da Universi-

dade Federal de Campina Grande, que adquiriu uma aparelhagem completa para exames de hemodinâmica por US\$1 milhão. Os aparelhos estão no hospital há mais de um ano e até agora não foram sequer montados porque o Ministério da Educação não autoriza a contratação de médicos, embora tenham sido aprovados em concurso público para o bom funcionamento desse serviço.

A falta de profissionais é um fato. Sabemos que a interiorização da Medicina foi e é uma questão séria a resolver, mas a criação de vagas em hospitais, particularmente os universitários, que treinam as novas gerações de médicos e enfermeiros, depende de uma extensa cadeia de procedimentos e decisões burocráticas. Decisões que atrapalham o funcionamento do processo, não somente pelo vazio do emaranhado burocrático, mas, sobretudo, porque as decisões estão a depender de uma política fiscal que sobrepõe os interesses do sistema financeiro nacional e internacional aos interesses da população brasileira.

Sr^{as} e Srs. Senadores, um festival anônimo e de despreparo entre os diversos escalões dos setores responsáveis pela contratação de recursos humanos tem sido realmente o grande entrave à solução desses problemas. Ora trata-se de decisão do Ministério do Planejamento, ora da Saúde, ora da Educação, termina não sendo de ninguém, e a solução não vem.

Mesmo que as vagas existentes, que o resultado do concurso público tenha sido homologado, a falta de transparência, de fiscalização, de supervisão inibe o fluxo normal de provimento de pessoal treinado imprescindível ao atendimento da parcela mais humilde da população.

Os obstáculos enfrentados por aqueles que procuram atendimento médico ou dentário nos hospitais ou postos de saúde são incomensuráveis. Como constataram os repórteres da revista: 'Palavras como urgência e emergência têm significados diferentes daqueles encontrados em dicionários'.

A cultura do mau atendimento, com raríssimas exceções, faz parte do dia a dia do serviço de saúde pública. Repito: o sistema opera com funcionários sem adequado treinamento, superlotação das unidades, insensibilidade às reivindicações dos pacientes, equipamentos e acomodações desconfortáveis, sujas e impróprias. E essa não foi a primeira vez que um órgão da imprensa nacional denunciou esse descabimento. Estou careca de ouvir na televisão e de ver nas revistas e nos jornais denúncias com esse mesmo conteúdo. Os pacientes são acomodados em cadeiras plásticas, macas, armários, pelo chão, deserdados que são pela saúde pública que, no diagnóstico de muitos médicos e sindicatos da categoria, padecem de situação 'terminal'.

O Ministério da Saúde declara que realiza vários programas com a missão de trazer a saúde para perto do cidadão e dar ao profissional a especialização necessária a fim de que possa exercer seu trabalho com mais qualidade. Mas é claro que todos esses programas de capacitação profissional e de aquisição de novos equipamentos dependem fundamentalmente da vontade política de assumir o problema da saúde da população como o problema prioritário do país. São programas e projetos nos quais os recursos são investidos sem supervisão. Quando existem auditorias, estas se arrastam anos a fio, tornando a impunidade dos responsáveis um lugar comum.

Isso também existe. Mas sou franco em dizer que os recursos que o governo brasileiro — não este, já que o problema é crônico e está presente em todas as administrações, desde o Brasil colônia — destina são sempre inferiores às reais necessidades do setor.

A prática frequente de transferir pacientes de um Município menor, onde inexistente hospital público, para a capital ou centros maiores ganhou nome. Imaginem depender do ambulatório ambulante, que é a ambulância. Significa viajar quilômetros e quilômetros pelas esburacadas e abandonadas rodovias do país para amenizar dores, realizar partos, hemodiálise, exames cardiológicos, ou procedimentos básicos como trocar curativos ou gessos.

Isso mesmo, Sr. Presidente, neste momento, muitas ambulâncias estão se movimentando em território brasileiro, levando e trazendo pacientes para a via-crúcis de um posto médico, hospital ou maternidade, seja no Norte, Nordeste ou na Capital Federal.

Não podemos ignorar tamanho descaso e incompetência no setor de saúde pública. Precisamos de uma urgente mudança nos métodos e dinâmica operacional do sistema de saúde. A municipalização dos serviços, a criação de farmácias populares, a criação do Cartão do Paciente, passos para melhorar o atendimento, ainda não mostram sinais de terem sido implementados eficientemente. E eu diria mais, de terem sido implantados na sua totalidade.

A farmácia popular chegou a muitos poucos municípios em todo o território nacional. Na Paraíba, temos talvez quatro ou cinco farmácias populares. É um sistema extraordinariamente eficiente, teoricamente, mas cuja eficiência está a depender da localização geográfica em todo o território nacional.

[...]

Mas eu diria a V. Ex^a [Sen. Alberto Silva, PMDB - PI] que a terceirização não me parece uma solução adequada, mesmo porque o SUS convive com a terceirização. O número de hospitais privados contemplados pelo SUS é muito

maior do que o número de hospitais públicos, e certamente as deficiências, agora denunciadas em relação ao hospital público, também existem em relação ao hospital privado.

Os administradores culpam a escassez de recursos humanos e financeiros; os médicos e seus sindicatos apontam problemas administrativos e de direção pelas indignas condições de trabalho. Os fornecedores reclamam do atraso no pagamento dos serviços prestados, e o círculo vicioso está formado. Ninguém sabe, ninguém viu, e a população sofre indefesa, impotente, os efeitos dos desmandos ímpunes e aviltantes dos interesses da população!

A atitude insensível e complacente com o atual estado de coisas, compromete gerações e estaciona o país no patamar dos subdesenvolvidos, com prejuízos desumanos para a nossa gente.

E aqui, outra vez, repito os números e a força da estatística. Países da América do Sul dedicam muito mais recursos do Orçamento público ao setor de saúde do que o Brasil. É o caso da Argentina. Vou ficar nesse país, que muitas vezes é chamado nosso rival, mas que na realidade tem uma economia muito menor do que a do Brasil e que investe recursos públicos, duas vezes mais do que o Brasil no trato dos problemas de saúde.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer. Denúncias como essa que a revista *Veja* faz, inclusive documentada com o registro de fatos verificados em todo o território nacional, precisam ser consideradas, levadas a sério pelas autoridades públicas, especialmente pelo Ministério da Saúde. E digo isso com toda a autoridade, porque o Ministério da Saúde hoje é ocupado por um ilustre membro do meu Partido, o PMDB. É claro que problemas como esse, que já se constituem em mazelas crônicas no Brasil — eu diria desde o descobrimento até hoje — não vão se resolver do dia para a noite. Mas com um pouco de boa-vontade e decisão política, certamente, o governo, os seus técnicos, os seus médicos, os seus sanitaristas, os seus administradores públicos vão encontrar soluções eficientes, honestas e eficazes."

Encaminhamento de pedido de informações ao Ministro da Saúde sobre as aplicações constitucionais de estados e municípios na área de saúde. Falta de pagamento de parcelas devidas aos ferroviários aposentados, 9/3/2006

[Publicação no DSF de 10/3/2006 - Página 7475]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, abordarei dois assuntos e procurarei ser o mais breve possível, para não amolar os companheiros que estão desde muito cedo aqui, trabalhando para o cumprimento de seus deveres em favor do povo brasileiro.

O primeiro assunto diz respeito a um pedido de informação que estamos dirigindo à S. Ex^a o Ministro da Saúde a respeito das obrigações que têm os gestores estaduais e municipais, os governos estaduais e municipais, de prestar informações sobre as aplicações constitucionais na área de saúde. Trata-se da Emenda à Constituição nº 29, de 13 de setembro de 2000, que estabelece os percentuais de aplicação das receitas correntes líquidas dos Estados e municípios na área de saúde.

Esse pedido de informação fundamenta-se no fato de que essas informações não vêm sendo remetidas com regularidade ao Ministério da Saúde. Recentemente, acessamos o site do Ministério da Saúde, desejosos de saber os percentuais de aplicação do nosso Estado, a Paraíba, em saúde. A informação que está na Internet é de que a Paraíba só mandou essas informações ao Ministério — apesar de ser uma obrigação constitucional dos Governadores — até o exercício de 2002, coincidentemente até o período da minha gestão à frente do governo do Estado.

E o que se sabe na Paraíba, pelos relatórios da auditoria do Tribunal de Contas do Estado, é que o governo Estadual não vem cumprindo com essas obrigações; aplica em saúde muito menos do que devia, muito abaixo da obrigação constitucional, cerca de apenas 65% do que efetivamente deveria aplicar. Em consequência disso, a população é que sofre. Os hospitais do Estado e outros equipamentos responsáveis pela saúde do povo estão funcionando muito mal. A população sofre com isso.

Por isso, encaminhamos o seguinte requerimento de informações:

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando

a escassez de dados de gestão financeira que permitam avaliar o cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, requeiro sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde as seguintes informações:

No ano de 2005, os Estados e municípios enviaram ao Ministério da Saúde as informações necessárias para verificar o cumprimento das determinações da Emenda Constitucional nº 29, de 2000?

No ano de 2005, a União, os Estados e municípios cumpriram as determinações da Emenda Constitucional nº 29, de 2000?

Quais as medidas adotadas para punir aqueles que não enviaram as informações e para os que não cumpriram as determinações legais?

Sala das Sessões.

Senador José Maranhão.

As razões dessas informações estão explicitadas, Sr. Presidente, nas próprias informações do Sistema SUS. Temos aqui a relação dos recursos federais destinados ao Estado da Paraíba pelo Sistema SUS.

Desde o exercício de 1999, foram R\$334.371.987,00. Os recursos são destinados em valores crescentes. Darei o total de seis anos. Esse total vem crescendo da seguinte forma: em 1999, R\$1.790.030,00; em 2000, R\$9.687.991,52; em 2001, R\$14.271.987,00; em 2002, R\$58.834.733,00; em 2003, R\$94.293.930,00. Tivemos um crescimento de quase R\$40 milhões do exercício de 2002 para o exercício de 2003. A atual gestão administrativa do Estado da Paraíba recebeu, em 2003, quase R\$40 milhões a mais do que no ano anterior. Em 2005, R\$78.544.000,00.

No entanto, com relação aos recursos aplicados na saúde efetivamente, revelam os relatórios da auditoria do Tribunal de Contas do Estado que a administração estadual não vem aplicando os mínimos determinados pela Constituição estadual e faz aplicação, no total, 30% a 40% inferiores ao que devia efetivamente aplicar. Por isso estamos dirigindo esse pedido de informação ao Ministério da Saúde.”

[O requerimento expedido pelo Sen. José Maranhão pode ser acessado em Publicação no DSF de 10/03/2006 - Página 7478]

Apelo ao governo da Paraíba pela apresentação de políticas efetivas para assegurar o direito aos cidadãos à saúde, em especial, pela regularização da distribuição de remédios de uso contínuo, 14/9/2007

[Publicação no DSF de 15/9/2007 - Página 31517]

“Sr. Presidente, Srs. Senadores, inicialmente, quero agradecer a V. Ex^a, Senador Mão Santa, pela generosidade de seus conceitos a meu respeito, que só posso atribuir ao espírito partidário e ao companheirismo que têm marcado a vida de V. Ex^a nesta Casa do Congresso Nacional.

Falou-se muito aqui — e certamente outras vezes ainda se vai falar — a respeito da crise que envolveu esta Casa do Congresso Nacional em torno das propostas de cassação de mandato do Presidente do Senado da República, Senador Renan Calheiros.

Não vou incidir no mesmo ponto, não vou bater na mesma tecla, até porque, decidida como foi, soberanamente, a questão pelo Plenário desta Casa, resta-nos agora retomar a normalidade de nossa atuação, até porque o Brasil reclama dos seus Senadores, dos seus Parlamentares, a votação de muitas propostas que são fundamentais e que são do interesse de toda a população.

Hoje, por exemplo, Sr. Presidente, quero falar a respeito dos chamados medicamentos de uso continuado, que, no meu Estado, a Paraíba, vêm sendo objeto de interrupções seguidas, com um sacrifício muito grande para os portadores de moléstias incuráveis cujas dores só podem ser amenizadas com a aplicação desses medicamentos. A população do meu Estado vem sofrendo muito exatamente pelo fato de que a distribuição desses medicamentos tem sofrido repetidas, seguidas interrupções.

Tive a bênção de receber do povo da Paraíba a confiança que me levou a ser Deputado Estadual por quatro mandatos, Deputado Federal por três mandatos, duas vezes Senador, duas vezes Governador, e agora Senador. Tenho, para com o povo do meu Estado, não só uma eterna dívida de gratidão, mas também, e sobretudo, uma responsabilidade que busco honrar em todos os meus atos neste Parlamento.

O que me traz hoje à tribuna, Sr. Presidente, é essa responsabilidade que tenho com o povo da Paraíba, na qualidade de representante do meu Estado nesta Casa do Congresso.

Há muito, tenho ouvido reclamações e queixas de pessoas na Paraíba a respeito da assistência farmacêutica no Estado, especialmente no que diz respeito aos medicamentos de uso continuado. A queixa mais comum é a de que esses remédios estão sempre em falta.

Ora, Sr. Presidente, esse descuido com o atendimento das necessidades básicas, por parte do governo do Estado, é particularmente cruel. Se não bastasse a angústia que já acompanha as doenças crônicas, como o mal de Alzheimer, o mal de Parkinson, ou condições de altíssimo risco, como o transplante de órgãos, que pede o uso continuado de medicamentos para controlar o risco de rejeição, os pacientes são ainda submetidos ao desespero de não saber se o remédio de que sua vida muitas vezes depende estará disponível na próxima vez que precisarem.

Essa é a situação da Paraíba. Os pacientes que dependem da assistência farmacêutica para ter acesso a medicamentos de uso continuado e alto custo vivem como se sua vida fosse uma loteria. Num mês, o remédio chega. No outro, o remédio, quando chega, atrasa. A doença, no entanto, não espera.

Foi preocupado com essa situação que encaminhei ao Ministério da Saúde requerimento pedindo informações detalhadas sobre os repasses relativos a medicamentos de uso contínuo no Estado da Paraíba, nos últimos dois anos. No meu Estado, a Administração local, sempre que cobrada pela imprensa e pelas associações de pessoas dependentes desses medicamentos, tem-se desculpado sob a alegação de que os medicamentos em causa não são remetidos ao Estado da Paraíba.

Preliminarmente, cumpre ressaltar que o requerimento pedia informações sobre recursos federais repassados para aquisição de medicamentos de uso contínuo e que, por um lamentável equívoco, a informação prestada pelo Ministério refere-se apenas a medicamentos de dispensação em caráter excepcional. A expressão é do documento do próprio Ministério.

A rigor, medicamentos de uso contínuo são aqueles utilizados no tratamento de doenças crônicas ou degenerativas, dos quais o paciente deverá fazer uso ininterrupto, conforme a prescrição. Essa categoria de medicamentos, contudo, não consta como tal nos componentes do bloco de financiamento da Assistência Farmacêutica, conforme estabelecido na portaria do Ministério que regulamenta o financiamento e a transferência de recursos federais para as ações e os serviços de saúde.

[...]

Dirigi-me ao Ministério da Saúde, em Brasília, que, por intermédio do órgão competente, me informou que os recursos que estavam sendo reclamados pelo paciente e pelo prefeito, seu defensor nesse caso, já tinham sido remetidos à Paraíba. E, efetivamente, esses recursos tinham sido remetidos. No entanto, não se sabe que uso o Estado fez, tanto assim que faltava o medicamento.

A imprensa da Paraíba vem trazendo constantemente notas, protestos, apelos de pacientes e de associações que os representam, como a Associação dos Portadores de doença de Alzheimer, doença de Parkinson, de pessoas que receberam transplantes de toda natureza. V. Ex^a fala que é necessário mais do que o apelo, mais do que o pedido de informação. É necessária até a instalação de uma CPI para apurar em profundidade essas causas. Mas o que me parece, Senador, é que essa questão, pelo seu simples enunciado, já determinada a responsabilidade de quem age dessa forma.

O Congresso Nacional aprovou a Emenda nº 29, que está incorporada à Constituição vigente. Essa emenda obriga que os Governadores e os prefeitos apliquem em saúde pública como um todo, não apenas a que se faz nos hospitais e nos consultórios, mas ações de saúde pública em geral, 12% da receita corrente líquida.

Na Paraíba, há mais de quatro anos, vem se aplicando menos da metade desses valores. O Tribunal de Contas do Estado, não obstante essas evidências de irregularidades e de deslizes, que são verdadeiros crimes de responsabilidade, tem aprovado constantemente as contas da atual gestão estadual.

Nem se diga que o Estado não aplicou esses recursos porque não tem condições financeiras. A questão é elementar. O que é prioritário para um Estado federado? Construir obras ou cuidar devidamente da saúde das pessoas? Penso que a saúde é uma prioridade muito maior do que a construção de obras. Mas eu devo dizer que não aceito essa justificativa de que o Estado não tem condições de aplicar os 12% a que está obrigado pela Constituição em vigor, porque, à época em que governei o Estado — não estou aqui querendo fazer promoção pessoal, mas estão aí os pareceres do Tribunal de Contas —, nós aplicávamos não apenas 12%, mas 13% da receita corrente líquida, em média, durante o período de duas gestões em que administramos o Estado.

Então, segue-se, que é uma questão de vontade política, de determinação e de responsabilidade em cumprir a própria lei.

Não se trata de uma visão humanística, mas de um dever, um dever constitucional. Não é um ponto facultativo! É um dever constitucional a aplicação mínima de 12% em saúde pública. Se houver essa aplicação, evidentemente a

situação da saúde em meu Estado e em qualquer outro Estado da Federação em que isso esteja ocorrendo será inteiramente diferente.

Os medicamentos de uso contínuo podem fazer parte dos três componentes do bloco de financiamento da Assistência Farmacêutica, que é a forma pela qual são classificados os repasses de recursos federais para os Estados e municípios relativos à assistência farmacêutica. Assim, não é possível contabilizar o repasse de recursos federais para o Estado da Paraíba relativo aos medicamentos de uso contínuo, especificamente.

Estou aqui analisando a resposta ao pedido de informação que nós fizemos ao Ministério da Saúde. A resposta não é clara, a resposta não esclarece a questão devidamente e deixa uma cortina de fumaça que permite, inclusive, coonestar as desculpas ‘amarelas’ que vêm sendo dadas pela Administração do Estado.

As informações remetidas pelo Ministério da Saúde, em atendimento ao requerimento citado, não permitem esclarecer devidamente a situação do financiamento das ações de assistência farmacêutica no Estado da Paraíba porque dizem respeito apenas às transferências federais sobre um dos componentes dessa ação. Para uma análise com mais critério e possibilidade de conclusão, seriam relevantes informações, no mínimo, sobre o total de transferências federais para assistência farmacêutica, incluindo cada um e todos os componentes da ação; e o valor da contrapartida do Estado.

A assistência farmacêutica pública constitui um dos aspectos da assistência à saúde menos universalizado: 80% dos medicamentos dispensados no país o são por uma farmácia comercial e resultam da compra direta pelo paciente/consumidor.

Outro dado que aponta nesse sentido é o de que os gastos com medicamentos constituem o principal componente dos gastos das famílias com saúde — superiores, inclusive, aos gastos com mensalidades com planos de saúde e com consultas e exames —, e essa situação é mais grave nas famílias de baixa renda do que nas de alta renda.

Em que pese o crescimento dos gastos federais e estaduais com assistência farmacêutica, o volume de recursos é ainda insuficiente frente à demanda e à crescente judicialização da política do setor, resultado do número crescente de ações judiciais, pleiteando, em especial, o fornecimento de medicamentos de alto custo, que o Ministério classifica como ‘medicamentos de dispensação em caráter excepcional’.

Entre as razões para a insuficiência dessa política são apontadas, entre outras: a descentralização da aquisição, distribuição e dispensação de medicamentos para as secretarias estaduais e municipais de saúde, que encontrou aqueles organismos desparelhados para as novas atribuições; o descumprimento da Emenda à Constituição nº 29, de 2000, por parte dos Estados, o que limita os gastos com assistência em geral e com assistência farmacêutica em especial; o descumprimento, por parte de Estados e municípios, do pactuado nas comissões intergestoras no que diz respeito aos gastos e às contrapartidas para assistência farmacêutica; a ausência de políticas de pessoal, que impede a contratação e manutenção de quadros qualificados para a gestão; o crescimento do número de ações judiciais, decorrente da insuficiência da prestação de serviços por parte do Estado e da crescente conscientização das pessoas do fato de que são portadoras de direitos e de que eles lhes estão sendo negados.

Esse é o ponto ético, a questão moral mais grave nesse processo. Em muitos casos, quando os medicamentos chegam às mãos dos usuários, chegam sob a forma de uma dádiva, de uma generosidade de quem, eventualmente, está no exercício da Administração e não como um direito legítimo e inalienável do cidadão brasileiro.

A Constituição reza com toda clareza: saúde: direito do cidadão, dever do Estado. E ponto final. Não há como atribuir à distribuição de medicamentos à população o caráter de um favor, de um ato de generosidade ou de humanitarismo. É um dever do Estado, é um direito do cidadão.

[...]

Nada justifica a negligência com que aparentemente se tem tratado a questão da assistência farmacêutica, especialmente a distribuição de medicamentos de uso continuado, cuja interrupção, quando não é fatal, representa sempre um agravamento da condição do doente. Talvez falte sensibilidade ao governo do Estado, talvez falte um pouco mais de competência técnica para planejar a execução de um programa complexo e caro como de fato é esse. Alegar que faltam recursos é mentira.

Não faltam recursos. O governo federal tem cumprido o seu compromisso como co-financiador. Cabe ao Estado ajustar suas prioridades para não deixar à míngua esses pacientes já tão fragilizados pela condição em que se encontram.

Vejam os Srs. Senadores que não estamos aqui falando de algo trivial. Repito: não estamos aqui falando de algo trivial. É de vida ou morte que estamos falando. Para muitos, que não têm outra maneira de adquirir esses medicamentos caros e

difíceis, essa assistência significa sobrevivência. Esquecer ou negligenciar isso é aceitar o risco da cumplicidade pelo agravamento do sofrimento dessas pessoas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, infelizmente, não são todos os que são capazes da verdadeira compaixão, aquela que nos faz entender e compartilhar sinceramente o sofrimento dos demais. Para muitos, talvez seja até difícil de entender o que pode sentir uma pessoa já combatida pela perspectiva de ter sua vida dependendo de um medicamento, sem a segurança de que amanhã terá a dose de que necessita. Mas não se trata apenas de sensibilidade ou de piedade, Sr. Presidente, e sim de assumir a responsabilidade que vem junto com o mandato que recebemos do povo.

É dever do Estado, diz a Constituição Federal, apresentar políticas efetivas para assegurar aos cidadãos o direito à saúde. Falhar com respeito a isso é falhar em sua responsabilidade. É desconsiderar a Constituição e, no final das contas, demonstrar profunda indiferença por aqueles mesmos que nos concedem a autoridade que, sendo negligentes, deixamos de exercer efetivamente.”

JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA



Considerações sobre a visita ao Brasil da enviada especial da ONU, Asma Jahangir, 23/10/2003

[Publicação no DSF de 24/10/2003 - Página 33327]

“Todas essas informações seriam imprescindíveis à análise dos fatos relatados por Asma Jahangir. E, infelizmente, ela não tinha essas informações, e não fez questão de tê-las. Fez uma análise unilateral de situações da realidade social; no entanto, não levou em consideração a realidade jurídico-legal do país.

De tudo o que falou — e falou muito em míseros vinte dias — não se pode negar que Asma Jahangir só disse uma única verdade: o nosso Judiciário é lento!

E a que se deve essa lentidão do Judiciário?

O fato não é novo e, sinceramente, não é preciso vir aqui uma missão da ONU para falar sobre o que já se sabe. Erguer o dedo em riste na direção do Poder Judiciário é atitude por demais simplista, para não dizer presunçosa.

São muitas causas para um só efeito.

[...]

Conclui-se que a estrutura do Judiciário nem de longe acompanhou o crescimento e a demanda processual, numa avaliação de que a população continua a confiar na Justiça; senão, a ela não recorreria.

[...]

Trata-se de uma realidade matemática simples, da qual, não se pode fugir com bravatas. A solução, entretanto, não é tão óbvia como possa parecer. Não há como se aumentar rapidamente o número de juízes para um patamar necessário. Em primeiro lugar, porque não há dinheiro. Em segundo, porque não há estrutura adequada onde esses magistrados possam trabalhar. Em terceiro, porque não há matéria-prima qualificada o suficiente, recursos humanos, para assumir tal quantidade de postos. Por último, porque os recursos públicos costumam ser uma delonga, uma tortura, à qual resistem apenas os mais preparados emocionalmente. A solução para esse problema, entretanto, passa sobretudo pelo Poder Executivo, fato esse que pode perfeitamente passar despercebido por uma visitante acostumada com o sistema administrativo de outros países, onde a realidade é bem diferente.

Por outro lado, a lentidão da Justiça também pode ser creditada ao infindável número de recursos capazes de transformar a demanda mais simples em uma batalha interminável e altamente dispendiosa.

[...]

Afirmo — e não em relação a um, dois ou dez magistrados — que a maioria dos juízes brasileiros é constituída por homens íntegros, por verdadeiros juízes.

Advertido pelo Presidente, estou me autolimitando. Apenas mencionarei, de relance, um conto alemão que revela, de forma brilhante, a importância de o cidadão contar com a contribuição de juízes independentes. É preciso que a magistratura seja independente para que possa assegurar ao cidadão seus direitos constitucionais, sua liberdade, sua segurança.”

Comentários sobre a matéria de capa da revista *Veja*, edição de 26 de outubro último, intitulada "7 soluções contra o crime", 10/11/2005

[Publicação no DSF de 11/11/2005 - Página 39143]

"Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, após a resposta negativa da população brasileira ao referendo sobre a comercialização de armas, tão comentada nesta Casa e nos órgãos de imprensa, a revista *Veja*, edição de 26 de outubro último, trouxe uma matéria de capa, intitulada: '7 soluções contra o crime'. São medidas viáveis, de custo relativamente menor do que a instalação de aparatos policiais sofisticados e objetivam reverter a presente criminalidade nas áreas urbanas, abrindo novas perspectivas econômicas aos jovens atraídos pelo crime organizado.

Os níveis atuais de criminalidade e violência urbana e rural em nosso país refletem os desníveis sociais da população, o precário estado da educação e da saúde públicas, a urbanização desenfreada, o desemprego e a extrema desigualdade na distribuição de renda, mas, acima de tudo, a impunidade e a ineficiência dos sistemas penitenciário, policial e judiciário.

Ninguém ignora que a violência tem muitas causas, que variam de local e situação. A revista *Veja* sugere algumas medidas correntemente adotadas em algumas cidades brasileiras. A primeira seria a promoção de cursos profissionalizantes, de atividades esportivas, de oportunidades de lazer aos jovens de baixa renda, aproveitando a infraestrutura existente de escolas públicas, quartéis, igrejas e centros comunitários, inibindo o crescimento da violência.

Devo dizer que as medidas preconizadas pela revista *Veja* são de cunho meramente pontual. É claro que se o Brasil — sejam os municípios, os Estados da Federação ou a própria União — dispusesse de recursos para prover as comunidades de equipamentos como os que foram sugeridos pela revista *Veja*, o país teria recursos também para dispor de uma polícia eficiente, que passa, necessariamente, por um investimento não somente em recursos humanos, que, de um modo geral, são bons, mas também em recursos materiais, tais como equipamentos, viaturas, sistemas de comunicação, etc. Além disso, as Polícias Militares e Cíveis precisam estar estimuladas por uma boa remuneração, o que lhes permitiria ter qualidade de vida, sem, por exemplo, ter que morar na periferia, muitas vezes em lugares dominados por marginais de toda ordem, criminosos, e com eles conviverem em conluio social.

A sensação de impunidade por parte dos criminosos é um outro fator estimulante à prática de delitos. E concordo plenamente com isso. Não há dúvida de que a morosidade do aparelho policial e da estrutura do Judiciário — questão mais relacionada com a obsolescência do Código de Processo Penal e do Código Criminal, que dão excessivo prazo para andamentos de processos — estimula a ação dos criminosos.

Muitas vezes um indivíduo comete um crime, é preso em flagrante e, depois, obtém, por meio de medida judicial, o relaxamento de sua prisão. A solução definitiva, tanto da investigação policial como do processo judicial, permite-lhe acumular outros crimes.

Quando Governador da Paraíba, por várias vezes compulsei essas estatísticas e convivi com essa problemática. Muitas vezes, o sujeito cometia o primeiro crime, respondia judicialmente por ele, mas, solto, reincidia na prática criminosa, às vezes no mesmo crime, caracterizando aquilo que os americanos chamam de *serial killer*, ou seja, o criminoso que executa crimes em série com as mesmas características. Por quê? Porque o aparelho judiciário e o próprio aparelho policial andavam muito lentamente.

Enquanto a experiência de outros países mostra que penas mais severas agem para dissuadir a prática de crimes, no Brasil a precariedade dos presídios, que são verdadeiras escolas de crime, a ineficiência na investigação e no julgamento de processos criminais geram uma total falta de credibilidade no sistema judiciário por parte da sociedade e dos potenciais criminosos, que percebem que a prática do crime pode compensar.

A posição da sociedade brasileira, quando chamada a se pronunciar sobre a comercialização de armas, mostra que o cidadão não acredita na eficiência das autoridades no que diz respeito à sua segurança. Por isso, não quis abrir mão do potencial direito de adquirir uma arma para a sua defesa pessoal.

Parece que a conduta da sociedade nesse processo esteve muito mais ligada a essa desconfiança generalizada do cidadão na capacidade da autoridade pública para garantir a sua segurança.

No Brasil, Sr^{as} e Srs. Senadores, há dois presos para cada vaga nas penitenciárias. São cada vez mais frequentes as rebeliões em presídios, as denúncias de corrupções, do tráfico de drogas e de armas, do crime organizado, comandados a partir dos interiores das cadeias públicas.

A introdução de prisões industriais terceirizadas, comuns em Estados americanos e europeus — e como estamos distantes de poder copiar essas experiências! —, cujo modelo vem sendo testado com êxito no Paraná e no Ceará,

parece indicar um caminho que possa contemplar preceitos do Código Penal e da Constituição de 1988.

Uma das medidas preconizadas pela revista *Veja* seria limitar o horário de funcionamento de bares e formar polícias comunitárias. A cidade de Diadema, considerada, em 1999, a mais violenta do país, limitou o funcionamento de bares das 6 da manhã às 11 da noite, resultando, em 5 anos, na queda de 68% no número de homicídios e de atendimentos médicos emergenciais.

Atentai bem para este número, Sr^{as} e Srs. Senadores — 68% —, com uma simples medida, que, com boa vontade e com interesse, pode ser copiada por outras cidades brasileiras.

A garantia de fiscalização de uma medida de tal ordem é dada por uma equipe de fiscais da prefeitura e de policiais, que diariamente alternam roteiros e equipes com o objetivo de coibir abusos e tentativas de corrupção, por parte dos usuários e proprietários de bares.

[...]

O funcionamento de bares das 6 horas da manhã às 11 horas da noite, essa simples medida a que me referi, reduziu substancial e drasticamente o número de homicídios e de outras ocorrências policiais na cidade de Diadema, em São Paulo. Esse é um modelo que poderia ser adotado ainda que experimentalmente em outras cidades.

O papel da polícia comunitária é prevenir pequenos delitos, restringir atos de vandalismo e de violência doméstica, além de aproximar pessoas que se distanciam cada vez mais e temem até a vizinhança.

A simples introdução de câmeras de segurança nos centros urbanos aumenta a sensação de segurança por parte do público, auxilia na identificação de criminosos e mostra eventuais desvios de conduta por parte de polícias, como provam exemplos testados no Brasil e no exterior.

A corrupção do aparelho policial é um dos aspectos enfocados pela revista *Veja*. A denúncia de crimes, abusos e má conduta por parte de agentes da lei mina a confiança da sociedade naqueles que têm, como ofício, garantir a sua segurança e combater o crime.

Quando policiais facilitam a fuga de detentos, vendem armas aos criminosos, envolvem-se em quadrilhas e cometem homicídios, todo o sistema de investigação e punição fica desacreditado e comprometido.

A política de 'tolerância zero', aplicada pela Prefeitura de Nova York, nos anos 90, consistia em testar a honestidade dos policiais pela própria corpora-

ção, reduzindo pela metade o número de homicídios e tornando mais seguro o centro da cidade.

O FBI, a Polícia Federal americana, ao contratar seu pessoal, realiza testes periódicos com detector de mentiras e exige a declaração anual de bens e de rendimentos, particularmente para aqueles que lidam com informações confidenciais.

A eficiência na investigação e a punição dos culpados são, sem dúvida, elementos essenciais para coibir a criminalidade. Por exemplo, enquanto no Brasil existem 322 policiais para cada 100 mil habitantes, nos Estados Unidos, há 283. No entanto, a nossa Polícia desvenda apenas 3% dos casos de homicídios, contra 70% dos americanos. Não é por acaso, Sr. Presidente, que nossa taxa de homicídio é três vezes maior do que daquele país.

Aquí vem, novamente, a questão do aparelhamento das Polícias Militares e Cívicas, culminada com a baixa remuneração dos policiais que exercem essa missão tão espinhosa.

Na verdade, não podemos sequer traçar esse parâmetro entre o aparelho repressivo americano, a Polícia americana, e a Polícia brasileira, por razões muito óbvias: sabemos que a Polícia americana é bem remunerada, é bem aparelhada; que o processo de investigação científica e de investigação médica é um dos instrumentos poderosos daquela Polícia, para que os crimes sejam desvendados com a rapidez que a sociedade exige e precisa.

A outra medida citada pela revista seria aumentar a eficiência da Justiça. Senadora Heloísa Helena e Senador Eduardo Suplício, sei que V. Ex^{as} estão, eu não diria, ansiosos, porque pessoas de alto equilíbrio psicológico como V. Ex^{as} nunca ficam ansiosas, mesmo diante de situações até muito mais severas do que esta a que estão sendo submetidos agora, pelo meu discurso. Mas a eficiência da Justiça é, sem dúvida nenhuma, uma das razões mais fortes para se ter um processo que realmente faça diminuir a criminalidade, porque o grande estímulo para a criminalidade é, sem dúvida alguma, a certeza da impunidade. Isso ocorre até em outros segmentos da sociedade, como, por exemplo, o crime de colarinho branco. E V. Ex^{as} têm-se empenhado muito nas CPIs sobre essas questões todas, sobre a corrupção. É a certeza da impunidade que faz crescer muito, além das taxas normais, a corrupção e os crimes organizados.

Mas é preciso aquí ter uma visão objetiva, uma visão clara. A justiça do Brasil não é ineficiente porque quer ser ineficiente. Os próprios instrumentos básicos na área da criminalidade, o Código de Processo Penal e o Código Penal, precisam ser atualizados, pois, sem dúvida alguma, são os grandes freios, já

que o juiz tem de obedecer ao que está na lei; ele não é só um executor da lei para os outros, mas um cumpridor da lei para si próprio. Pois bem, no Brasil, há 7,73 juízes para cada 100 mil habitantes, enquanto, em outros países — e eu citaria países da América Latina mesmo —, no Chile, por exemplo, há apenas 3,22 juízes para cada 100 mil habitantes. E lá os processos fluem com muito mais rapidez. Mas esta tarefa nos cabe, na condição de legisladores: encarar a necessidade de atualizar os nossos códigos, que são muito antigos e que já não correspondem à realidade social que estamos vivendo. Devemos encarar isso sem preconceitos de natureza ideológica, sem preconceitos de nenhuma natureza, e oferecer ao país códigos atualizados, tanto de Processo Penal como o Código Penal, e condizentes com essa realidade que nos aflige a todos.

Fala-se, também, naquela mesma reportagem, sobre a necessidade de maiores investimentos na educação. Há poucos minutos, eu estava ouvindo aqui um Senador que é um grande educador, um homem que dedicou e que dedica toda a sua vida à solução das questões da educação, oferecendo equações não somente como crítico, mas, sobretudo, como formulador de soluções: o Senador Cristovam Buarque. E S. Ex^a lamentava os cortes que, já, agora, neste exercício financeiro, a área da educação está sofrendo, pela falta de apoio do Ministério do Planejamento e do Ministério da Fazenda.

[...]

Dizia que o Orçamento para 2005 era R\$412 milhões, dos quais o governo liberou apenas R\$100 milhões. Ora, se em 2005 o Orçamento era de R\$412 milhões e o governo só liberou R\$100 milhões, no exercício de 2006, em que o Orçamento ainda será menor — R\$360 milhões —, quanto sobrá efetivamente para a área de Segurança Pública neste país? Esses são fatos que a Comissão proposta por V. Ex^a certamente irá estudar a fundo, exigir compromisso do governo e apresentar à sociedade as razões do porquê a Segurança Pública funciona tão mal neste país.

Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, é conhecido de todos que não existe solução única para atos de violência e de criminalidade. Quaisquer que sejam as medidas estruturais adotadas para a redução da desigualdade social, da geração de emprego, do acesso a escolas e aos serviços de saúde pela população mais pobre, devemos adotar práticas que objetivem reduzir a impunidade, melhorar as condições de cumprimento das penas e garantir acesso igualitário à justiça. Esse é um dos problemas mais sérios [...] porque o cidadão que é privado de sua liberdade pela prática de um pequeno crime, e que sequer tem a assistência de um advogado, com certeza, será um revoltado e, se antes ele praticou o

crime por mera delinquência, ele vai praticar um mesmo crime por revolta, por insubordinação a uma sociedade injusta que lhe tira os direitos fundamentais.

Desta forma, teremos políticas cujo resultado será não só a prevenção da violência, mas a promoção e a proteção dos direitos humanos.”

Manifestação de perplexidade com a onda de violência e criminalidade que assola o país. Registro da passagem, hoje, do Dia do Defensor Público, 18/5/2006

[Publicação no DSF de 19/5/2006 - Página 17385]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para expressar minha perplexidade e angústia com a brutal onda de violência que assolou a maior cidade da América do Sul no último fim de semana.

Também gostaria de me solidarizar com todos os brasileiros que se sentem inseguros no seu direito constitucional de ir e vir.

Quero ainda manifestar meu pesar às famílias daquelas cujas vidas foram ceifadas em decorrência das ações criminosas verificadas em importantes municipalidades brasileiras.

Acredito que essa crescente onda de violência e criminalidade reflete a cultura da impunidade vigente em nosso país, além dos fatores socioeconômicos que são inegavelmente também determinantes desse quadro que evidentemente inquieta a sociedade brasileira, sobretudo as autoridades responsáveis pela administração pública.

Enquanto a experiência de outros países mostra que penas mais severas agem para dissuadir a prática de crimes, no Brasil, a precariedade dos presídios, que são verdadeiras escolas de crime, a ineficiência na investigação dos crimes e no julgamento de processos criminais geram total falta de credibilidade no sistema judiciário por parte da sociedade e dos potenciais criminosos, que percebem que a prática do crime pode compensar.

No Brasil, Sr^{as} e Srs. Senadores, cada vaga em um presídio é ocupada por dois ou mais sentenciados, realidade que fermenta ainda mais o caldo de cultura das rebeliões, como a do último final de semana.

A prepotência do crime organizado, com o firme comando a partir do interior das cadeias públicas, reflete também o poder da corrupção e da impunidade que coopta agentes públicos e advogados.

A sociedade precisa confiar que, a depender do Congresso Nacional, tudo será feito para coibir a criminalidade. Mas é bom que se diga, como membro deste Congresso, com a necessária humildade e seriedade, que, nesse episódio, deu para ver, mais uma vez, confirmado o vezo das Casas Legislativas brasileiras para agir de forma compulsiva. Ontem — exatamente ontem — a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania resolveu fazer um verdadeiro mutirão para tirar do engavetamento, do esquecimento várias propostas legislativas cuja eficácia somente agora, diante da catástrofe que está acontecendo, foram devidamente reconhecidas.

Assim é que, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ontem mesmo, foram aprovados o PLS nº 140, de 2005, que disciplina a reparação de dano decorrente da prática de infração penal; o PLS nº 186, de 2004, que propõe o aumento do limite de cumprimento das penas privativas de liberdade de 30 para 40 anos e estabelece que a unificação de penas autônomas se aplica ao tempo do cumprimento em regime fechado. O PLS nº 474, de 2003, aumenta os prazos prescricionais; e o PLS nº 179, de 2005, cria o regime penitenciário de segurança máxima. A manutenção dos órgãos de segurança pública foi contemplada pelas Propostas de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, e nº 60, de 2005, que definem um percentual de aplicação mínima de receita imposta para tal finalidade.

Foram aprovados novos projetos de lei que preenchem diversas lacunas no aparato legal. O PLS nº 138, de 2006, trata da indisponibilidade dos bens do indiciado ou acusado e da necessidade de comparecimento pessoal em juízo para solicitar a restituição ou disponibilidade. O PLS nº 136, de 2006, altera a Lei de Execução Penal para incluir como falta disciplinar grave a utilização de telefone celular pelo preso. A videoconferência como regra no interrogatório judicial está prevista no PLS nº 139, de 2006.

Eu queria, com a sua permissão, Sr. Presidente, fazer uma observação sobre o PLS nº 139, que trata da chamada videoconferência. Um projeto semelhante a este havia sido objeto de discussão acalorada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no começo desta Legislatura e não logrou aprovação. As pessoas, apegadas a filigranas políticas ou jurídicas, opunham-se permanentemente, no seu conservadorismo judiciário, a que se adotasse uma forma tecnicamente válida e condizente com os tempos atuais de se tomar o interrogatório dos acu-

sados em crimes pela Justiça. Isso confirma, mais uma vez, que este Congresso, a exemplo mesmo da sociedade brasileira, porque essa é uma questão, no meu entender, psicossocial, age sempre da mesma maneira: de forma compulsiva, no momento em que a tragédia acontece. E foi preciso que ela acontecesse para que todos se dessem conta de que era preciso fazer alguma coisa mais séria para deter a onda de crimes que está ocorrendo no país.

O PLS nº 135, de 2006, propõe impedir a possibilidade de livramento condicional para os casos de reincidência em crime doloso apenado com reclusão. A definição de regras para o investimento em segurança por parte do governo federal é objeto do PLS nº 134, de 2006.

Outro exemplo típico de que, às vezes, é preciso que aconteça uma tragédia para que as pessoas se sensibilizem e se convençam de que este ponto é muito mais importante do que o saldo primário, que representa uma preocupação deste e de outros governos, que representa, sobretudo, como todos sabemos, um compromisso com a área financeira internacional, e não com o homem, com a sociedade brasileira. Foi preciso que acontecesse uma tragédia dessa natureza para que todos se convencessem de que é preciso se ter mais sensibilidade com a questão da segurança pública e, de repente, que é necessário que se tirem alguns reais do chamado saldo primário para investir em segurança pública.

Em qualquer assembleia onde se discute a segurança pública, fala-se da precariedade do aparelho policial. Sabemos que temos poucos e mal remunerados policiais. Sabemos que temos poucos e desaparelhados policiais no Brasil. Falta às polícias militares, às polícias civis, à polícia investigativa, sobretudo, instrumentos para a operacionalização de sua finalidade legal, de sua profissão, de sua atividade. Há Estados da Federação em que os policiais não têm sequer um carro para se deslocar na tarefa difícil e arriscada de fazer o policiamento.

Nesse caso, incluo meu Estado, a Paraíba, que está com a polícia pessimamente aparelhada, faltando-lhe viaturas. As viaturas são verdadeiras sucatas. Assim não dá para perseguir um criminoso nem de bicicleta.

[...]

Eu queria, por último, Sr. Presidente, dizer à Casa que uma questão dessa magnitude não pode ser tratada da maneira como alguns brilhantes colegas, bons Senadores, trataram ontem aqui, arrastando a discussão para o campo político-partidário. Essa questão não é nem do meu Partido, o PMDB, nem do PFL, nem do PSDB, nem do PT; não é do governo nem da Oposição. É uma questão da sociedade. Essa é a nossa visão. É a visão que eu queria trazer, aqui, a esta tribuna do Senado, porque, evidentemente, se há alguma coisa para a

qual todos nós devemos estender as mãos, somando aptidões e competências, sobretudo boa vontade, é em relação a esta questão. Não posso admitir que ela seja tomada como um instrumento de promoção político-partidária de quem quer que seja. Dizer-se que esse problema aconteceu agora, no governo de São Paulo — que, se não me engano, é do PSDB —, não é verdade e não é honesto, como também não é justo atribuir a culpa ao atual governo da República. Essa é uma questão crônica da vida nacional.

O Governador de São Paulo deve estar lamentando que essa bomba de efeito retardado tenha estourado nas suas mãos, pois poderia ter acontecido nas mãos de um governo do PT ou do governo do PMDB, o meu Partido.

É por isto que ocupo a tribuna no dia de hoje: para dizer que o momento não é de ninguém se vangloriar com a desgraça de um governante que, por acaso, está à frente de um Estado — e há bem pouco tempo — e em cujas mãos a bomba estourou. Também não se dá direito a que ninguém de outra facção se julgue no direito de acusar o Presidente da República como responsável por essa situação. Todas as causas remotas — e são remotíssimas e crônicas — responsáveis por esse mal que aí está são muito antigas, vêm de longo tempo. E, se houve incompetência para resolvê-las, não foi apenas incompetência de um, de dois ou de três governos, mas, sim, de muitos governos e, eu diria, até da sociedade como um todo.

É claro que, nesta hora prevalece, aqui, o espírito da fábula de La Fontaine, sobre a história do jardim do Padre e do leão. Conta que houve uma peste, porque um animal tinha comido a grama do jardim do padre. E o rei leão convocou uma assembleia para ouvir todo mundo. E, aí, começou o discurso do Presidente da assembleia, o rei leão: 'De minha parte, quero ser muito franco, muito leal com todos. Eu não sou herbívoro e, conseqüentemente, não posso ser responsável por esse dano ao jardim do padre'. A raposa falou, com aquela personalidade que a ela se atribui de ser manhosa, e também se confessou inocente. Para resumir a história, todos os animais eram inocentes. Então, apresenta-se o burro e diz: 'Quero confessar minha fraqueza. Estava com uma fome imensa e, quando passei diante daquela grama, fui tentado pelo demônio e tirei um talinho de capim'. Quando ele disse isso, o leão falou: 'Eis o culpado!'. E todos os animais disseram: 'Esse é o culpado'.

Mas, na realidade que estamos vivendo, não há o jumento. Ninguém é culpado de nada. Penso que ninguém é culpado de nada, porque todos são culpados pela atual situação: os governos presentes, os governos passados, os Partidos que estão na Oposição, os Partidos que estão no poder e até mesmo certos

segmentos da sociedade que preferem usar a técnica do avestruz — quando o perigo chega, enterra a cabeça na areia, como se o desconhecimento aparente do fato pudesse lhe tirar do perigo.

Sr. Presidente, é essa a minha opinião modesta, evidentemente, uma opinião de alguém que não é especializado em segurança pública. Não é a opinião de um jurista, mas de um homem que já viveu bastante para entender [...] que o momento é de buscar soluções com o concurso de todos, porque penso que tanto o governo quanto a Oposição, tanto os Partidos que estão no poder como os Partidos que estão na Oposição, são constituídos de homens inteligentes, de homens preparados, de homens cultos, de homens de boa vontade, que, desejando, podem dar uma contribuição valiosa para que a sociedade brasileira sofra menos com essa mácula, com essa vergonha que aconteceu e, sobretudo, com esse sofrimento muito grande, decorrente de perda de vidas preciosas, tanto do lado de pessoas inocentes, que nada tinham a ver com a história e que foram alvejadas por tiros, como até mesmo, eu diria, dos bandidos, dos policiais, porque a ninguém, numa democracia, num estado de Direito, é dado o direito de praticar justiça com as próprias mãos.

[...]

E, para terminar, lembro que hoje é o Dia do Defensor Público. Eu gostaria de deixar aqui registrada minha homenagem de apreço, de admiração, de respeito a essa categoria. Num quadro como esse, vemos como é importante a missão, o trabalho, a função do defensor público, lamentavelmente nem sempre reconhecida por nós todos que estamos no poder.”

Avaliação do sistema prisional brasileiro, fazendo referências à comarca de Guarabira, interior do Estado da Paraíba, que renovou as práticas de execução penal. Registro de participação de S.Exa., hoje, em reunião no Palácio do Planalto, quando o Presidente Lula fez um balanço de seu governo, 28/8/2008

[Publicação no DSF de 29/8/2008 - Página 36248]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tornou-se já um verdadeiro consenso nacional considerar os problemas da segurança pública, melhor dizendo, a ne-

cessidade de superação do altíssimo nível de insegurança a que hoje se submete toda a nossa sociedade, como uma das prioridades programáticas do Estado.

Não poderia ser de outra forma. A violência, a corrupção e o crime, quando ultrapassam um determinado limite, ameaçam corroer e descaracterizar o melhor que uma determinada sociedade tem para enfrentar os desafios do presente e, assim preparada, construir seu futuro. Creio, infelizmente que, entre nós, esse limiar tenha sido cruzado há quase 5 décadas, quando a urbanização acelerada levou à falência a capacidade de nossos centros urbanos de prover os cidadãos de condições dignas de vida; quando o ritmo do desenvolvimento deixou de criar a quantidade necessária de empregos; e quando um temporário eclipse da democracia aliviou a elite dirigente da insubstituível vigilância da mídia e da saudável sanção das urnas.

O fenômeno da violência no Brasil é amplo e complexo. Por isso, gostaria de abordar, nesta oportunidade, um de seus aspectos menos visíveis para o conjunto da sociedade: a crise prisional — tema absolutamente oportuno, que mereceu uma brilhante série de reportagens feitas para a televisão e veiculadas, no final do mês de maio último, pelo Jornal da Globo, sob o título Apagão Carcerário.

O documentário, dividido em cinco capítulos, faz uma radiografia precisa e contundente das mazelas que caracterizam esse mundo sombrio e distante da atenção social — a prisão —, cujas graves ameaças ao dia a dia dos brasileiros precisam, com urgência, ser revisitadas, reavaliadas e desativadas.

Inicialmente, porque, em sua presente situação de abandono, superlotação e descontrole, o sistema prisional tornou-se uma verdadeira universidade do crime.

Ao contrário de regenerar criminosos, de recuperá-los para a vida em comunidade, as prisões brasileiras tornaram-se um local vicioso, onde surgem novas e poderosas organizações criminosas, a exemplo do Comando Vermelho, no Rio de Janeiro, e do PCC – Primeiro Comando da Capital, em São Paulo, que muitas vezes administram suas operações ilegais diretamente dos corredores dos cárceres.

Ao contrário de reabilitar os criminosos para o trabalho produtivo, nossas penitenciárias mantêm homens e mulheres em situação de ócio por anos a fio, amontoados em pátios imundos e em celas estreitas, abarrotadas, com três, quatro vezes sua máxima lotação.

Nesse ambiente, as rixas são inevitáveis, gerando-se mais crime e violência, seja por vingança, seja na disputa pelo poder no interior dos presídios, baseado na força bruta, na violência e na coerção. Nesse ambiente, o tráfico de drogas e

o contrabando de armas, de cigarros e de telefones celulares, entre outros bens, alimentam toda uma microeconomia, cujos ganhos são utilizados no aliciamento de agentes penitenciários, na manutenção de redes criminosas externas, compostas por amigos, parentes e cúmplices, e na compra de privilégios.

[...]

A quem queremos enganar com esse tipo de política prisional e penitenciária?

Os repórteres da TV Globo, citando como fonte o Ministério da Justiça, falam da existência de 422 mil presos, espalhados pelo Brasil, mantidos pelo Estado a um custo unitário de R\$1.600,00 por mês, ou seja, mais de quatro salários mínimos — muito mais que o salário mensal de um agente penitenciário! E sabemos que, infelizmente, o déficit operacional das penitenciárias, que gira em torno de 185 mil vagas, dificilmente será resolvido no curto prazo — até porque, no âmbito da União e dos Estados, nunca há orçamento suficiente sendo alocado para essa finalidade.

Nesse ambiente insuportável, que um detento chamou, no documentário, de ‘cemitério de homens vivos’, teriam sido assassinados 1.048 presos, apenas no ano de 2007, número esse que a CPI do Sistema Prisional suspeita, inclusive, esteja sendo subdimensionado.

Aliás, informação e estatísticas confiáveis não são o forte do setor, que conta — para além dos presos e presas em cumprimento de pena — com um contingente não contabilizado de crianças de idades diversas, que vivem encarceradas na companhia de suas mães, algumas delas nascidas e mesmo geradas no ambiente prisional.

Há, inclusive, o caso no qual, por deficiência no encaminhamento do processo de acusação penal, um cidadão ficou seis anos preso, sem julgamento — ou melhor, foi literalmente esquecido —, numa cela do interior do Estado de São Paulo, por haver-se envolvido em uma briga de rua. Acusado de tentativa de homicídio, ele incorreria, caso chegasse a ser condenado, numa pena máxima de seis anos, podendo ainda progredir para o regime semiaberto, com pouco mais de um ano de reclusão.

O quadro geral — todos podem ver — é capaz de estarrecer, de indignar e de envergonhar os homens e as mulheres de bem; e de fazer temer pela impossibilidade de superá-lo.

[...]

Há, portanto, soluções para o apagão penitenciário. É possível fazer melhor, desde que se queira fazer diferente; desde que se queira, de fato, recuperar

os detentos para a vida produtiva e plena, e não depositá-los em ambientes sórdidos, onde perdem a saúde, a dignidade e o potencial para viver uma vida honesta, depois de libertados.

Por que, então, nos acomodamos ao circo de horrores no qual se transformaram nossas prisões e nossas penitenciárias? Por que permitir que os institutos penais continuem fomentando, ensinando e fazendo aprender o crime; estimulando a barbárie e a violência; fomentando a corrupção?

Sr. Presidente, o apagão penitenciário não é fenômeno isolado na crise de segurança pública. Muito ao contrário, ele se origina na falta de segurança e realimenta a situação de insegurança a que está reduzida a maioria das metrópoles, das cidades e dos povoados deste Brasil.

Como a paraibana Guarabira demonstrou, é possível romper o ciclo de insanidades que fez do sistema prisional brasileiro o “cemitério dos homens vivos”, no dizer de um apenado.

Mas, para isso, devemos rever todos os erros que, neste momento, fazem do apagão penitenciário uma vergonha para este país, ante nossos próprios olhos e os das nações civilizadas.

Aquí desta tribuna, portanto, lanço um apelo aos homens de bem deste país, em especial àqueles investidos de poder político, para que se mirem no exemplo que Guarabira oferece ao Brasil. Só assim poderemos ter um sistema prisional que realmente cumpra as finalidades que dele se espera: punir o detento e, ao mesmo tempo, reeducá-lo para o convívio social.

Ao concluir, aproveito para cumprimentar a Rede Globo de Televisão, especialmente a equipe de jornalismo, jornalistas e fotógrafos, pelo destemor e sensibilidade com que captaram a realidade das nossas prisões e mostraram a face cruel e desumana do modelo dominante, mas, sobretudo, acenando a chama da esperança com as experiências exitosas e possíveis, como a de Guarabira no meu Estado, a Paraíba.

Finalizo convidando à reflexão, a partir desse excelente documentário, que nos conduz à inevitável inquietação quanto à insustentabilidade do atual modelo prisional brasileiro.”

Justificação de proposição que S.Exa. encaminhará à Casa, para permitir que as pessoas maiores de 60 anos possam decidir sobre o regime de bens no casamento. Comentários acerca de expediente recebido da Mesa do Senado, a respeito de solicitação de informações sobre a questão do endividamento dos agricultores. Defesa de uma política permanente para o setor primário da economia, 6/7/2006

[Publicação no DSF de 7/7/2006 - Página 23056]

“Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, eu pedi a palavra para justificar a apresentação de um projeto de lei que revoga o inciso II do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 — Código Civil —, para permitir às pessoas maiores de 60 anos a livre decisão sobre o regime de bens no casamento.

Art. 1º Revoga-se o inciso II do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 — Código Civil.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sr. Presidente, a capacidade plena dos cidadãos brasileiros maiores de 60 anos para dispor de seus próprios bens é restrita pelo inciso II do art. 1.641, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o novo Código Civil. Aquele diploma legal consubstancia restrições à livre disposição, pelos idosos, de bens de sua propriedade, tornando obrigatório o regime da separação de bens no casamento da pessoa maior de sessenta anos.

Vale lembrar que o Código Civil de 1916 estabelecia em seu art.258, parágrafo único, inciso II, a obrigatoriedade do regime de separação de bens para todo casamento de homem maior de sessenta ou de mulher maior de cinquenta anos.

A doutrinadora Silmara Juny Chinelato, ao examinar o novo Código Civil (Comentários ao Código Civil, Vol. 18, São Paulo, Saraíva, 2004), expõe argumentos acerca da matéria, opinião com a qual concordo.

Nada nos convence de que em pleno século XXI uma norma criada em 1918, ou seja, no início do século XX, possa ser mantida. A letra daquele inciso determina que qualquer pessoa acima de sessenta anos, pelo baixo poder de discernimento — vejam que absurdo para os dias que atravessamos! —, necessita de proteção da lei.

Tal conceito não se sustenta em termos científicos. Em realidade, pessoas com mais de sessenta anos detêm amadurecimento suficiente para exercer a capacidade plena de decisão sobre seus bens. A experiência adquirida na vida pessoal, familiar e profissional deveria ser um aspecto a mais a influir na tomada de decisão e não um elemento restritivo.

Outro ponto a ser levado em conta, nas palavras da eminente jurista, seria a constatação, pela Fundação IBGE, do aumento médio da expectativa de vida dos brasileiros, muitas vezes maior que há noventa anos, quando foi editado o Código Civil que criou a referida normal legal.

A inconstitucionalidade do preceito poderia ser arguida ao se discriminar, por motivo de idade, qualquer indivíduo. O entendimento de que a plena capacidade mental deva ser aferida em cada caso concreto nos levou a propor um Projeto de Lei que revoga o inciso II do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o novo Código Civil, para o qual solicito o apoio das Sr^{as} e Srs. Senadores.

A legislação não pode e não deve presumir questões de discernimento. O mesmo Código Civil, que julga incapaz de tomar decisões patrimoniais uma pessoa maior de sessenta anos, valoriza pessoas acima de dezoito anos, ou seja, que estão entrando na idade adulta, como plenamente capazes de decidir sobre a divisão de seus bens.

Supor, de modo apriorístico, que a pessoa, por ter atingido determinada idade — seja qual for —, tem sua capacidade de raciocínio e discernimento comprometida implica incorrer em patente discriminação, bem assim em ofensa ao princípio da dignidade humana.

Todos os Srs. Senadores e qualquer pessoa medianamente informada sabem perfeitamente que sobretudo o mundo dos negócios e a vida pública brasileira estão repletos de exemplos edificantes de pessoas com idade até mais avançada, que conservam seu discernimento pleno e capaz, enriquecido pelas experiências vivenciadas ao longo da vida.

E, para harmonizar a legislação infraconstitucional com os preceitos constitucionais, parece-nos que o mais acertado será revogar o inciso II do art. 1.641, deixando à Justiça o julgamento de casos concretos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é a justificativa que apresentamos ao projeto de lei a que me referi.”

Satisfação pela aprovação do Projeto de Lei do Senado que prevê causa de aumento de pena para o crime de estupro cometido por duas ou mais pessoas, 1º/6/2016

[Publicação no DSF de 1º/6/2016 - Página 74]

“Eu queria felicitar o que eu vou chamar aqui, talvez inapropriadamente, de Bancada Feminina no Senado da República, mas esse grupo de mulheres extraordinárias e que sabem por que vieram para o Senado, pela posição firme que tomaram no caso desse monstruoso ato de violência sexual, moral e física praticado contra uma mulher. Nós sabemos que não somente esses atos que chegaram ao conhecimento da mídia, e que estão tendo a devida dimensão na informação à opinião pública brasileira, mas muitos outros estão acontecendo em todos os recantos do Brasil.

Isso é fruto de uma cultura machista, de uma cultura patriarcalista, que induz a realização desses delitos, desses crimes, que são crimes contra a humanidade.

Se alguém envolvido em um episódio dessa natureza se lembrasse de que tem mãe, que tem irmã, que tem avós, que na cultura brasileira são conhecidas como o esteio da nossa sociedade, pensaria duas vezes antes de fazer isso. Mas falta, no espírito daqueles que administram o país, e falta, no espírito daqueles que fazem a lei — vamos fazer a nossa mea-culpa —, a compreensão humanística de que a mulher precisa ser respeitada como um ser e tem um papel fundamental em todas as sociedades, especialmente na sociedade brasileira. E não pode ser vista apenas um objeto de desejo sexual; não pode ser vista apenas pela covardia daqueles homens que não sabem respeitar a sua própria origem, filhos de mulheres.

Eu queria só registrar aqui que, quando estive governando a Paraíba, eu pratiquei dois atos objetivos, como costumo ser: um criando a Secretaria da Mulher, na estrutura administrativa do Estado; e outro criando a Delegacia da Mulher, que ainda hoje existe na Paraíba e que tem contribuído para a redução desse tipo de crime criminalidade e de desrespeito à mulher. Então, eu queria registrar isso aqui com toda a objetividade e sem nenhum objetivo secundário, porque foi um fato que aconteceu há quase 20 anos. Há 20 anos, um Governador já tinha essa concepção sobre a questão que nós estamos debatendo hoje e que, lamentavelmente, ainda se registra em todos os recantos do Brasil, deste imenso país.”

HOMENAGENS



– Tarcísio Burity (1938-2003) –

Voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal e ex-Governador do Estado da Paraíba, Tarcísio Burity, 8/7/2003

[Publicação no DSF de 9/7/2003 - Página 17331]

“Burity era um homem de paz, governou a Paraíba com o coração. Ainda me recordo de seu primeiro mandato. A Paraíba atravessou uma seca sem precedentes na sua história, e àquela época o governo da República, talvez por ser um governo militar, não tinha a necessária sensibilidade humana para os problemas dos mais pobres e dos mais humildes e exigia que as frentes de emergência obrigassem as mulheres trabalhadoras a deixar seus lares, muitas vezes a quilômetros de distância, para carregar pedras nas frentes de trabalho. Burity,

que era Governador do Estado, deu um murro na mesa, como se diz, e afirmou: 'Aqui na Paraíba não se fará isso. As paraibanas pobres não serão humilhadas nem sacrificadas com essa medida'. De fato, as mulheres, a partir desse gesto de Burity, que não concordou com o governo central, passaram a trabalhar em seus próprios lares, o que já era bastante para uma mulher do campo.

Esse fato marcou a história de Burity como administrador sensível e humano de tal forma que, decorridos trinta anos, o seu nome ainda é lembrado com respeito, com admiração e sobretudo com gratidão pelas populações pobres e humildes da Paraíba.”

– Álvaro Gaudêncio Filho (1930-2004) –

Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Álvaro Gaudêncio Filho, 15/3/2004

[Publicação no DSF de 16/3/2004 - Página 7036]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faleceu, na cidade de Campina Grande, o ex-Deputado Federal Álvaro Gaudêncio Filho, fato que abalou profundamente a sociedade paraibana, em particular os meios políticos, onde ele era respeitado, admirado e muito querido.

Faço esta breve comunicação para me associar a toda a Bancada da Paraíba, no Senado Federal, e subscrever o requerimento do Senador Efraim Morais, também assinado pelo Senador Ney Suassuna.

Álvaro Gaudêncio era um político proeminente do Estado da Paraíba, que teve toda uma vida dedicada à função pública. Bacharel em Direito, foi promotor público, advogado militante, empresário rural, prefeito da sua terra natal e deixa uma profunda lacuna na vida pública do Estado da Paraíba.

Todos lamentamos profundamente o seu passamento.”

– Leonel de Moura Brizola (1922-2004) –

Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Governador Leonel de Moura Brizola, 22/6/2004

[Publicação no DSF de 23/6/2004 - Página 19054]

“Leonel Brizola foi, sem dúvida, o último grande líder civil nacional e aquele que, não somente após deflagrado o golpe de 64, mas muito antes disso, já alertava a Nação para o golpe militar que se esboçava como um modelo encomendado pelo Departamento de Estado americano para toda a América do Sul, para toda a América Latina.

E isso ficou provado nos registros históricos nacionais e internacionais, inclusive nos arquivos do Departamento de Estado americano, que, após cinco anos do fato, foram liberados por imperativo constitucional dos Estados Unidos da América do Norte.

Na verdade, a partir daquele momento infeliz da história política brasileira, o país foi mergulhado em uma noite de 21 anos de retrocesso político, de desrespeito aos direitos humanos, de cassação não somente de mandatos eletivos, mas de inteligências, pois houve uma migração em massa de professores universitários, de intelectuais e de pensadores brasileiros, que se exilaram, espontânea ou compulsoriamente, em outros países democráticos. E Leonel Brizola foi o maior expoente da política nacional a enfrentar a situação.

Gostaria de destacar sua coerência, seu compromisso com a democracia e, sobretudo, com a soberania nacional. Tive a honra de ser companheiro de partido de Leonel Brizola. Àquela época, seu partido era o PTB — a que pertenci também, quando o PTB era uma proposta social democrática, razão pela qual atraía o interesse e a adesão da juventude brasileira em todos os seus segmentos.

Acompanhei de perto a sua luta e dela participei, motivo pelo qual também fui cassado em 1969, quer dizer, cinco anos depois da cassação e exílio de Leonel Brizola.

Conheci de perto o homem público, o cidadão dotado de uma coragem extraordinária — de coragem cívica também. E, como muitos registros históricos mostram, Leonel Brizola costumava dizer que, se o Presidente João Goulart — outro grande líder da resistência democrática deste país — o tivesse ouvido, o golpe não teria sido consumado. E, hoje, até acredito que o golpe não teria acontecido com tanta facilidade, que teria havido confrontos mesmo, se o

Presidente João Goulart, por sua natureza pacífica, extremamente humana, não tivesse renunciado a esse esforço de resistência em nome da paz.

[...]

Pois bem; não fosse a magnanimidade, o espírito pacífico do Presidente João Goulart, talvez o curso da história tivesse sido outro inteiramente diferente, porque Leonel Brizola era um homem de coragem e que tinha na sua vida, nos seus atos, nos vários cargos que exerceu, a marca do nacionalismo; talvez a mais forte qualidade de Leonel Brizola: nacionalista por convicção, defensor da soberania nacional, com aquela coragem que lhe era caracterizada.

Foi este homem, este líder que a política nacional perdeu. Mas o seu exemplo, que está registrado na História atual do nosso país, certamente, haverá de inspirar outros brasileiros numa luta que o Brasil ainda tem que enfrentar. Talvez não seja agora o momento da grande afirmação nacional do povo brasileiro, mas esse momento ainda chegará, porque ele é ansiado por todos aqueles que realmente querem ver um Brasil realmente livre, um Brasil realmente independente, um Brasil que possa determinar as suas políticas e fazer a construção da grande nação que este país terá que ser no futuro.”

– Pedro Moreno Gondim (1914-2005) –

Justificativas a requerimento de pesar pelo falecimento do ex-Governador da Paraíba, Sr. Pedro Moreno Gondim. Importância da industrialização dos produtos brasileiros destinados à exportação, 4/8/2005

[Publicação no DSF de 5/8/2005 - Página 26629]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro o falecimento de um grande paraibano, grande homem público brasileiro, ocorrido no dia 27 do mês passado. Refiro-me ao ex-Governador da Paraíba, ex-Deputado Federal, Pedro Moreno Gondim. Ao mesmo tempo, estou apresentando um requerimento, na forma do Regimento, solicitando à Casa a aprovação de sessão especial de homenagem ao Dr. Pedro Moreno Gondim.

Em curtas palavras, gostaria de dizer que Pedro Moreno Gondim, na vida pública paraibana, inaugurou um novo tempo, caracterizado pela transparên-

cia na Administração, sobretudo pela participação popular nas decisões de governo. A sua vida é pontilhada de exemplos edificantes. Tanto assim que os paraibanos prantearam a sua morte não apenas pela falta que fará à política, mas também pelo exemplo de vida pública que ofereceu num momento tumultuado da vida nacional, como este que atravessamos agora, marcado por episódios de corrupção, de comprometimento de políticos em atos que só envergonham a população brasileira, tanto em âmbito nacional quanto estadual. De maneira que Pedro faz uma falta muito grande, mas o seu exemplo de vida pública, de vida pessoal, fica como referencial para gerações atuais e gerações futuras.”

– 420 anos de fundação de João Pessoa/Paraíba (1585) –

Comemoração dos quatrocentos e vinte anos de fundação da cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, 4/8/2005.

[Publicação no DSF de 5/8/2005 - Página 26587]

“Neste 5 de agosto, a Paraíba está comemorando os seus 420 anos de fundação. Sua capital, João Pessoa, nasceu cidade sem nunca ter sido vila. É a terceira capital mais antiga do Brasil, depois de Salvador, sede do governo Geral, e do Rio de Janeiro.

Nasceu cidade pela circunstância de ser conquistada e fundada às custas da fazenda real, não porque o colonizador quisesse assim privilegiá-la, mas como estratégia de conquista. Foram necessárias cinco expedições, cruentas lutas seguidas por mais de onze anos e milhares e milhares de vidas, a grande maioria de indígenas, para que essa pequena faixa de terra semiárida do nosso extremo oriental fosse efetivamente ocupada. É que o avanço do domínio europeu no rumo do Rio Grande do Norte, do Ceará e do Maranhão somente seria possível depois de rompida a barreira da Paraíba.

Nasce, pois, como cidadela de resistência. E os mesmos bastiões levantados pelo colonizador contra os nativos potiguares são utilizados, quatro décadas depois, pela união de portugueses e paraibanos, contra o invasor holandês.

A Restauração Pernambucana também leva o sangue e a resistência dos nascidos na Paraíba. Aqui invoco a memória do grande Barbosa Lima Sobrinho,

que via na espada do paraibano André Vidal de Negreiros o marco fundador da nacionalidade, o primeiro ato efetivo de nossa soberania nacional.

Pequenina e heroica, como era tratada na retórica de Epitácio Pessoa, veio mostrar, através da ação corajosa de um seu sobrinho, que a expressão não era de mera retórica. Negando apoio ao candidato do Catete, com os estados irmãos acampando tropas ostensivas de intervenção, acuado em seu próprio território, o Presidente João Pessoa, sem a isso se propor, fez partir da Paraíba a Revolução de 1930. Seu próprio governo, exercido em menos de dois anos, era um dos inspiradores da Revolução. Tanto assim que Lindolfo Collor, ao tomar conhecimento do seu programa, não teve outro vaticínio: 'Este ou sai deposto ou morto'. Fora escolhido pelo tio para manter a oligarquia e se encarregara, pelo seu senso de justiça, de derrubá-la.

Ocupada, inicialmente, mais por estratégia de guerra do que por fins econômicos, cedo a Paraíba ascendeu à terceira posição na economia colonial do início do século XVI. Menos de um quinto do seu território rendeu ao colonizador o melhor açúcar e a mais cobiçada madeira de tinta da colônia.

O mais da terra é seco e pobre, mas assim mesmo cultivada, mais de tenacidade do que de fruto econômico, reunindo, em seu pequeno espaço, todas as variantes de solo e clima do Nordeste.

Fundada num remoto 5 de agosto dos fins do século XVI, somente na República pôde experimentar alguma conquista destinada a seu povo. E não fez mais, em todo esse tempo, do que lutar contra a seca e a injustiça social.

Expressão dessas lutas contra o castigo do homem e da terra é o grito das suas letras ou da sua poesia. Augusto dos Anjos, em 1912, quando a capital experimentava o progresso da energia e do abastecimento de água na grande solidão do restante do Estado, consegue entoar a sua dor, a dor do seu povo sofrido, num Brasil que sonhava com o Parnaso. Poeta triste, poeta da morte e da melancolia que a metrópole cultural olha com desdém. É o poeta que se antecipa à Revolução Modernista, antecipando igualmente, 'os do Norte que vêm', em que o paraibano José Américo aparece como divisor do romance brasileiro, trazendo com ele as vozes mais representativas da literatura da região: o conterrâneo Zé Lins, a cearense Rachel de Queiroz, o alagoano Graciliano, o baiano Jorge Amado, o grito de nacionalidade e de redescoberta do romance brasileiro.

É este cinco de agosto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que não vejo como não ser incluído entre as efemérides da Nação brasileira.

Se sempre houve ganhos extraordinários na galeria dos seus expoentes — e isto se repete com frequência: há pouco dias a Academia Brasileira de Letras reunia pensadores e instituições para uma reflexão sobre o pensamento de Celso Furtado —, o mesmo não acontece nas conquistas sociais do seu povo.”

[Ver também o discurso de Comemoração dos 418 anos de fundação de João Pessoa na Paraíba (como Líder), 5/8/2003, disponível em publicação no DSF de 6/8/2003 - Página 22189]

— Aos Aviadores e à FAB —

Comemoração do Dia do Aviador e do Dia da Força Aérea Brasileira, 20/10/2005

[Publicação no DSF de 21/10/2005 - Página 35662]

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na ocasião em que esta Casa comemora antecipadamente o Dia da Aviação Nacional e o Dia do Aviador, celebrados no dia 23 de outubro em homenagem ao histórico e pioneiro voo do ilustre brasileiro Alberto Santos Dumont, na Paris de 1906, parabênizo a todos os aviadores brasileiros, exemplos de dedicação e destemor, participantes de tão sonhado ato de voar, imitação da liberdade dos pássaros.

A criatividade e o espírito desbravador de Santos Dumont, inventor, construtor, aviador, piloto de prova, fizeram com que há quase 100 anos os céus fossem conquistados no primeiro voo tripulado de um ‘aparelho mais pesado do que o ar’, percorrendo 60 metros a quase três metros de altura. A façanha do mineiro em céus europeus é, comprovadamente, legado pioneiro para a História, destronando a experiência dos irmãos Wright, cuja tentativa de voo pioneiro foi objeto de reprodução, sem êxito, pela avançada tecnologia e conhecimentos americanos.

Todos aqui, que, em sua grande maioria, são aviadores, devem ter acompanhado a cobertura que a imprensa internacional fez da construção da réplica do Flyer, o avião dos irmãos Wright, que terminou numa poça de lama, sem levantar-se um centímetro do ar. E é preciso dizer que a reconstituição do avião foi feita com rigor técnico e absoluta fidelidade ao avião original dos irmãos Wright. Aquela máquina nunca voou, e foram rigorosamente reproduzidos a

envergadura, o tamanho, os comandos, a potência do motor e o próprio motor, depois de um trabalho de anos, e não deu em nada.

[...]

A presença do Brasil na era espacial, além de oportuna, inscreveu o país no clube dos desenvolvidos, com a criação e implementação do Programa Espacial Brasileiro. É com satisfação que, mais uma vez, aplaudo a nossa notável participação em programas internacionais de exploração espacial, assegurada pela assinatura recente de contrato entre o governo brasileiro e a Rússia, garantindo a viagem de um brasileiro, o Tenente-Coronel Marcos César Pontes, a bordo da nave espacial russa Soyuz, a ocorrer no dia 22 de março de 2006, a partir de uma base localizada no Cazaquistão. É preciso dizer que essa iniciativa resultou de um convênio tecnológico na área internacional, é verdade, não há o que negar, no entanto, esse avião já vinha sendo preparado, há muitos e muitos anos, tanto no Brasil como no exterior, para desempenhar bem a missão que agora vai exercer.

São iniciativas dessa ordem, Sr. Presidente, que nos orgulham e fazem da profissão de avião uma referência para a Nação. Acordos como esses vislumbram uma aliança tecnológica que redundará em benefícios para toda a população brasileira.

Nunca é demais lembrar o funcionamento do Sistema de Vigilância da Amazônia – Sivam e a Lei do Abate, que garantem o monitoramento de nossas fronteiras, particularmente na região amazônica, alvo da cobiça internacional e do tráfico internacional de entorpecentes e demais atos ilícitos. A criação, neste ano, da Agência Nacional de Aviação é mais uma iniciativa que objetiva aperfeiçoar os mecanismos de controle e ajustes da navegação aérea às circunstâncias do país, para fins pacíficos, que fazem parte da índole e tradição brasileiras. Mas é preciso dizer também que, até hoje, o DAC – Departamento de Aviação Civil desempenhou um papel fundamental na construção, sobretudo, dessa aviação civil pujante que existe no Brasil e que, lamentavelmente, no momento, atravessa um tempo de muitas dificuldades. As necessidades de se criar uma agência normativa não vão diminuir nunca o papel que já exerceu o DAC na história da aviação nacional.

A despeito da recessão no transporte aéreo internacional, exacerbada nos finais da década de 90 e acentuada pelos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 em Nova York, os ajustes e reestruturações ocorridas na aviação civil, em nível mundial e no Brasil, felizmente não operaram maiores reduções no tráfego aéreo, seja em termos de volume de carga e em número de passageiros,

demonstrando a vitalidade e potencialidade da indústria aeronáutica nacional e internacional.

A proeza do notável brasileiro há quase 100 anos repete-se diariamente em todos os rincões.

Nesta ocasião, rendo minha homenagem aos aviadores, ao pessoal de terra, aos controladores de voo, comissários de bordo e a todo o pessoal envolvido na poética missão de reduzir distâncias, colaborar com o progresso e atenuar o sofrimento daquelas populações que não dispõem de alternativas de transporte, exemplo de extensas áreas da Amazônia brasileira, ou em zonas de desastres naturais e de conflitos. Não poderia deixar de mencionar que, além do aperfeiçoamento contínuo dos profissionais de aviação, há urgência em que se aprimore a formação profissional dos controladores de tráfego aéreo, civil e militar, cuja profissão não é sequer reconhecida pelo Ministério do Trabalho.

Agradeço aos destemidos aviadores e aos demais profissionais da aviação civil e militar neste dia em que honramos a memória de Alberto Santos Dumont, e faço minha a sábia asserção do Primeiro-Ministro britânico Winston Churchill, ao reconhecer a braveza e a dedicação dos aviadores na II Guerra Mundial, em nome da liberdade e da democracia: 'Nunca tantos deveram tanto a tão poucos'.

Parabéns, colegas aviadores!"

– Agronegócio –

O agronegócio e a sua importância para o país. Justificação de requerimento que será encaminhado ao Ministro da Agricultura, solicitando informações sobre o nível de endividamento do setor agropecuário, 24/11/2005

[Publicação no DSF de 25/11/2005 - Página 41196]

"Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o setor agrícola foi e é marco importante no desenvolvimento econômico brasileiro, na geração de rendas e emprego, na oferta de biomassa para substituição energética, na garantia do abastecimento alimentar e de matérias-primas e na criação líquida de divisas.

Potencialmente, o chamado agronegócio exhibe um mundo de oportunidades. As áreas agricultáveis no nosso país são imensas, detemos tecnologias de produção agrícola adaptadas a nossa diversidade climática, além de compatíveis com a necessidade internacional de projetos de conservação energética.

Paradoxalmente, os recursos financeiros alocados para a agricultura não fazem jus a sua importância estratégica no cenário nacional. Para prosperar, o setor carece de infraestrutura de apoio institucional, de uma situação fundiária mais justa, de investimentos em tecnologias de ponta, de um sistema eficiente de defesa sanitária, do cumprimento da legislação vigente.

[...]

A despeito dos programas vigentes na Administração Pública, voltados para os produtores rurais e suas cooperativas, da globalização da economia brasileira e seu impacto no agronegócio, muitos produtores são alijados do sistema pelos altos juros, pelas regras burocráticas e falta de disposição dos agentes financeiros. Alegam-se escassez de recursos, ausência de dotação orçamentária, burla à Lei de Responsabilidade Fiscal, aumento do subsídio ao campo e muitas outras razões para excluir a agricultura como prioridade.

Legislação não nos falta. Temos, desde 1991, uma lei agrícola — a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 — que ‘fixa os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as razões e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal’. Parece-nos faltar coordenação e fiscalização, Sr. Presidente.

[...]

Não podemos perder o bonde da história, Sr^{as} e Srs. Senadores. O setor agrícola necessita de incentivos e de recursos financeiros para atender às suas atribuições. Somos dotados de recursos naturais renováveis, de mão de obra abundante e habilidosa e de recursos humanos bem treinados e de conhecimentos tecnológicos extensos. Falta-nos uma política pública bem definida, para que possamos nos igualar aos países desenvolvidos em muitas áreas e até suplantá-los.”

– João Goulart (1919-1976) –

Aniversário de morte do ex-Presidente da República, João Goulart, 7/12/2006

[Publicação no DSF de 8/12/2006 - Página 37810]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna, inclusive secundando o gaúcho Paulo Paim, falar a respeito do aniversário da morte do saudoso ex-Presidente da República João Belchior Marques Goulart, conhecido no mundo inteiro como Jango, fato que ocorreu há 30 anos, em 6 de dezembro de 1976, no Município argentino de Mercedes.

Político extraordinário, democrata em essência, tinha um coração grandioso e solidário com as causas trabalhistas. Era afiliado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), por sinal meu primeiro Partido político, exatamente o Partido a que pertenci até o advento do golpe militar de 1964, porque depois entrei no MDB, hoje PMDB, onde estou até hoje.

João Goulart foi Deputado Estadual de 1946 a 1950 e Deputado Federal em duas legislaturas. No Poder Executivo Estadual, foi Secretário do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul, de 1951 a 1952. Ministro do Trabalho do governo Vargas, realizou várias missões ao exterior, representando o país, particularmente, no trato de assuntos trabalhistas.

Um das figuras mais vibrantes da política nacional, homem de palavra, amigo leal e carismático, governou o país em um período de transição entre o parlamentarismo e o presidencialismo. Foi eleito Vice-Presidente do governo Kubitschek e em cumprimento à Constituição de 1946, Presidente do Senado Federal no período de 1956 a 1961.

Reeleito Vice-Presidente na chapa de oposição ao Presidente Jânio Quadros, encontrava-se em missão à China quando o então Presidente renunciou ao cargo em 25 de agosto de 1961.

Assumiu a Presidência em 7 de setembro de 1961, sob o domínio de uma séria crise institucional, sem o apoio do comando militar e após a edição pelo Congresso Nacional do Ato Adicional, de 2 de setembro de 1961, que estabeleceu o parlamentarismo no país.

Em 6 de janeiro de 1963, a população, em plebiscito, aprovou a volta ao regime presidencialista por 80% dos votos; a Constituição Federal foi emendada e Jango assumiu, de modo pleno, a Presidência da República em janeiro de 1963.

Ali desenvolveu uma política externa independente, patrocinou conquistas trabalhistas e iniciou as reformas de base (agrária, fiscal, educacional, bancária e eleitoral), consideradas essenciais ao desenvolvimento brasileiro, um desenvolvimento com reformismo social. Vínhamos de um governo com uma visão desenvolvimentista e empreendedora, o do Presidente Juscelino Kubitschek.

Jango foi precursor dos projetos de integração comercial e regional no país. Em dezembro de 1962, criou o Grupo de Coordenação do Comércio com os países socialistas da Europa Oriental.

A base para a integração regional definida no Tratado de Montevideu, em 1960, inspirado no Tratado de Roma — raízes da Comunidade Econômica Europeia, hoje União Europeia —, foi objeto de decreto que deu origem à Associação Latino-Americana de Livre Comércio. Concebeu-se a ALALC como uma zona de livre comércio na América Latina, a ser criada e expandida no período de 12 anos.

Os movimentos trabalhistas e sindicais, que cresceram na era Vargas, ganharam espaço no governo João Goulart. A gratificação natalina, ou o décimo terceiro salário, aprovada pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, foi uma das conquistas obtidas pelos trabalhadores urbanos, liderados pela Confederação dos Trabalhadores na Indústria.

Os trabalhadores rurais foram beneficiados, naquele mesmo ano, com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963, revogada pela Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973), que estabeleceu as relações trabalhistas no campo, até então não reguladas, como se fizera no meio urbano.

A sindicalização dos trabalhadores rurais que estavam organizados nas Ligas Camponesas foi concretizada — estas deram origem a federações e confederações, cujas demandas ganharam força com o advento da Constituição Federal de 1988.

As ideias progressistas estavam assentadas, mas sofreram com a transição e o estilo de governo de Jânio Quadros. O idealismo de Jango e a necessidade premente de, por um lado, combater a inflação crescente e, por outro, expandir a economia brasileira com ganhos sociais, contudo, não encontravam eco na classe empresarial e política dirigente. Em novembro de 1961, os empresários fundaram o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês), que se tornou um centro de oposição ao governo Goulart.

Mesmo contra uma conjuntura difícil, o país prosperava; a cultura e as artes despontavam em nível internacional. O país, saído de uma década chamada

de ‘anos dourados’, ainda vivia um clima de euforia e de demandas sociais por reformas e por mudanças de rumo.

Em 1962, foi criada a Supra (Superintendência de Política Agrária), com o objetivo de executar a reforma agrária, de onde saíam propostas para a edição do Estatuto da Terra, em 1964. Em 13 de março de 1963, o Presidente João Goulart assinou decreto prevendo a desapropriação, para fins de reforma agrária, de áreas localizadas numa faixa de 10 quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias e açudes construídos com recursos federais.

Em dezembro de 1962, sob a direção do ilustre paraibano economista Celso Furtado, lançou o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que objetivava conter a inflação e promover o crescimento real da economia, assentado nas reformas de base propostas.

Sr. Presidente, naquele início de década, o mundo estava mergulhado na Guerra Fria, na disputa entre as duas maiores potências, e o Presidente João Goulart teve a ousadia e coragem de manter a política externa independente, o que já se iniciara no governo Jânio Quadros.

Naquele período, o governo brasileiro reatou relações diplomáticas com a União Soviética, que haviam sido rompidas no governo Dutra; foi contra as sanções impostas pelo governo americano ao regime de Fidel Castro e recusou apoiar a invasão de Cuba por aquele país.

Mesmo sendo crítico da decisão do governo Castro de instalar mísseis soviéticos no território cubano, João Goulart, fazendo jus à tradição conciliatória da diplomacia brasileira, atuou, a pedido dos Estados Unidos, como mediador junto ao governo cubano, no caso dos mísseis.

Foi uma fase em que a população brasileira experimentou muita ação e reação. A administração do Plano Trienal não conseguia administrar os conflitos que as medidas políticas geravam. A estabilização econômica pretendida não se coadunava com os reajustes salariais aprovados e com as reformas de base em implementação.

O Fundo Monetário Internacional — FMI — e o governo norte-americano condicionavam a concessão dos empréstimos necessários à manutenção dos investimentos públicos à adoção de medidas restritivas ao tão sonhado crescimento do país.

O Presidente não se vergava. Assinou, dentre outros, muitos atos importantes, como: a revisão das concessões governamentais para exploração mineral; a obrigatoriedade das empresas com mais de 100 empregados de proverem ensino gratuito para os dependentes; a taxação de combustíveis vendidos pelas

empresas multinacionais; a outorga à Petrobras do monopólio de importação de derivados de petróleo.

Entretanto, após participar, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, no comício da Central do Brasil, ocasião que precipitou os acontecimentos que levaram, duas semanas depois, à intervenção militar, e em meio às tensões sociais e pressões externas, resolveu deixar o país a vê-lo mergulhado numa guerra civil.

Era um homem de gestos nobres e, sobretudo, um conciliador. Registro, aqui, uma prova cabal do cumprimento da palavra empenhada pelo meu saudoso amigo Jango, amigo do povo da Paraíba. Em 1962, a turma de formandos da Escola de Agronomia de Areia (atualmente, Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba) o convidou para paraninfar a diplomação dos concluintes. O Presidente da República assumiu o compromisso com os formandos de ali estar presente. Na véspera da formatura, a esposa, Dona Maria Teresa, dera entrada na maternidade para dar à luz. Jango, entretanto, não poderia faltar com a palavra empenhada. Viajou, mesmo assim, para Areia e ali, em plena solenidade, foi informado do nascimento de sua filha, Denise.

[...]

Sr. Presidente, quero mais uma vez expressar o respeito, a gratidão e o orgulho de ter convivido com um Presidente da República que muito contribuiu para o crescimento institucional e social da população brasileira: João Belchior Marques Goulart, que nos deixou há 30 anos.”

– Sívuca (1930-2006) –

Posicionamento sobre o reajuste salarial concedido aos parlamentares. Voto de pesar à família de Severino Dias de Oliveira, o sanfoneiro paraibano Sívuca, destaque no exterior, falecido no último dia 14, 18/12/2006

[Publicação no DSF de 19/12/2006 - Página 39017]

“Sr. Presidente, venho a esta tribuna para expressar as minhas condolências à família de Severino Dias de Oliveira, conhecido mundialmente como Sívuca, paraibano da cidade de Itabaiana e cidadão do mundo, que nos deixou no último dia 14, aos 76 anos de idade.

Autodidata, filho de família humilde de agricultores e sapateiros do interior da Paraíba, Sivuca, mesmo sem acesso aos meios de comunicação e até a uma escola específica para desenvolvimento dos seus talentos, desde os quatro anos de idade, começou a revelar os talentos, o seu pendor para a música.

Aos nove anos, já era conhecido no interior da Paraíba, tocando acordeão, a conhecida sanfona, em feiras e animando casamentos e festas populares. Teve uma carreira marcante em nível nacional, atuando em Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro, além de brilhar nos palcos internacionais.

Iniciou-se profissionalmente em Recife. Em 1945, aos quinze anos de idade, após participar de programas de calouros dirigido pelo maestro pernambucano Nelson Ferreira, que o batizou com o famoso nome artístico de Sivuca.

Nenhuma homenagem ao mestre Sivuca pela contribuição à música popular brasileira e a disseminação dos nossos ritmos será demais. Sivuca foi um homem simples, de índole pacata, um ser humano inovador e devotado ao desenvolvimento da música de raiz nordestina e brasileira.

Quem o assistiu, como eu, nas várias oportunidades em que tive a honra de privar da sua amizade, não poderia deixar de ficar encantado com o que ele era capaz, com a magia que este músico exímio desenvolvía com um instrumento conhecido do nordestino, a sanfona, e que notabilizou tantos outros músicos, nacional e internacionalmente conhecidos, como no caso do Pernambucano Luís Gonzaga. Ele tirava efeitos extraordinários e tinha-se a impressão de que estava se ouvindo não uma simples sanfona, mas um outro instrumento, do porte do violino ou do piano, tamanha era a sua habilidade e tamanhos eram seus dons.

Interessante, autodidata, ele não precisou frequentar nenhuma escola para se tornar inclusive parceiro de várias orquestras sinfônicas, como na Paraíba, Pernambuco e Nova Iorque.

[...]

Realmente, Sivuca era um desses expoentes da cultura popular brasileira. Ele representou o Brasil na Europa, em 1958, em conjunto com músicos como Abel Ferreira e com o Trio Iraquitã. Trabalhou em Paris e em Lisboa, de 1960 a 1964. Em 1965, mudou-se para Nova York, onde viveu por dez anos. Ali, dirigiu musicais, criou trilhas sonoras e excursionou pela África, Europa e Ásia.

Também formou parceria com músicos americanos e brasileiros das mais variadas vertentes. Editou belíssimos álbuns e se apresentou, ora como guitarrista, ora como acordeonista.

É outro lado interessante da personalidade e do gênio de Sivuca. Ele era um músico, sempre foi autodidata, mas dominava com maestria não só a sanfona, o seu instrumento original e o mais marcante, mas vários outros instrumentos, como o piano, o violino, a guitarra e outros instrumentos musicais.

Em 1975, Sivuca voltou ao Brasil, onde, como instrumentista, compositor e maestro, fez criações em parceria com outros músicos brasileiros e com a esposa, a médica e compositora Glorinha Gadelha, uma jovem de talento extraordinário — digo isso porque conheço profundamente o casal. Além de ter contribuído para muitas composições mais recentes de Sivuca, Glorinha se mostrou uma excelente consultora econômica, pois foi ela quem pôs ordem na vida financeira de Sivuca.

Como todo artista, ou como a maioria deles, Sivuca era uma pessoa inteiramente desprendida. Geralmente não tinha nas finanças o mesmo êxito que possuía na arte, na música. Até seu casamento com Glorinha, Sivuca estava sempre operando no vermelho, com dificuldades financeiras. A partir do casamento, ele entregou toda essa parte a Glorinha, que me surpreendeu. Eu a conheço desde o tempo de estudante — não eu, que sou muito mais velho do que ela, mas da época em que era estudante. E eu nunca tinha encontrado em Glorinha esse talento para as finanças. Sempre vi nela um grande talento para a música, para a composição, para a literatura. De repente, Glorinha foi a pessoa que Deus colocou no caminho de Sivuca para que ele tivesse uma vida financeira exitosa, graças a esse verdadeiro anjo que surgiu na sua vida, que contribuiu não somente como artista, como compositora, mas também como gerente financeira das suas contas.

[...]

E aqui invoco um provérbio popular que diz que o poeta nasce feito. Acho que não é só o poeta que nasce feito. O músico também nasce feito, o pintor também nasce feito. E não raro encontram-se em alguns os dois talentos convivendo de forma extraordinária, como em alguns períodos da história, sobretudo na Idade Média, que está plena, está repleta de pintores que foram também grandes matemáticos, inventores, inclusive que já preconizaram instrumentos do desenvolvimento científico que só vieram a se materializar anos depois, como no caso da aviação, como no caso das viagens interplanetárias.

Mas há, realmente, essa conexão nos talentos dos gênios.

A música erudita brasileira, e particularmente as orquestras sinfônicas de Recife e da Paraíba, foram bastante influenciadas pelo magistral domínio do acordeom do mestre Sivuca. Eu já disse antes que eram curiosos os sons, os

recursos que ele sabia tirar de um simples acordeom, coisa que não se ouvia nem antes, nem depois de Sívuca.

[...]

A música de Sívuca tem essa permanência, porque é a expressão profunda da alma e da cultura nordestina, emoldurada pela arte, pelo talento, pelo valor do grande músico que foi Sívuca.”

– 25 anos do PROANTAR –

Comemoração dos 25 anos do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR, 13/3/2007

[Publicação no DSF de 14/3/2007 - Página 4882]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste ano, o Programa Antártico Brasileiro (Proantar) completou 25 anos. Este meu pronunciamento é, a um só tempo, uma homenagem a esse evento e uma tentativa de fazer esse importante programa mais conhecido e, conseqüentemente, mais valorizado por toda a população que nos assiste por meio de algum dos diversos canais de divulgação do Senado.

A origem do Proantar remonta ao início da década de 60 do século passado, quando vários países assinaram o Tratado da Antártica, no qual se firmava o compromisso de só ocupar aquela região sob a bandeira da paz e da cooperação internacional para o desenvolvimento de pesquisas científicas.

O Brasil assinou o Tratado da Antártica no ano de 1975 e criou o Proantar pelo Decreto nº 86.830, de 12/01/1982. Menos de um ano depois, já se iniciaram as ações científicas, com a Operação Antártica I, realizada a bordo do Navio de Pesquisa Oceanográfica Barão de Teffé, da Marinha do Brasil, e do Navio Oceanográfico Professor Wladimir Besnard, da Universidade de São Paulo.

Essa expedição desbravadora foi extremamente importante, pois, além das relevantes pesquisas desenvolvidas pelos dois navios em solo antártico, contribuiu decisivamente para a aceitação do Brasil como Membro Consultivo do Tratado da Antártica, ainda em 1983. Isso significa dizer que nos tornamos membros com direito a voz e voto, e que integramos um seletivo grupo de apenas

27 países que decidem sobre as atividades e o futuro do Continente Branco — como também é conhecida.

Em 1984, o Brasil foi aceito como membro pleno do Comitê Científico sobre Pesquisa Antártica, órgão internacional que promove e coordena a ciência antártica.

[...]

Neste ano em que o Programa Antártico Brasileiro completa 25 anos, venho a esta tribuna expressar meus votos de que possamos estender cada vez mais nossas atividades naquele estratégico continente, aprofundar nossos conhecimentos científicos sobre uma região tão pouco compreendida e continuar a coletar informações importantíssimas, que lancem mais luz acerca dos rumos que o clima do nosso planeta tomará no futuro próximo.”

— **Novela Páginas da Vida (2006-2007) e seu autor, Manoel Carlos** —

Elogios à telenovela 'Páginas da Vida', de autoria do escritor Manoel Carlos, 14/3/2007

[Publicação no DSF de 15/3/2007 - Página 5252]

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde o dia 10 de julho do ano passado, o Brasil acompanhou, atento, o desenrolar da telenovela Páginas da Vida, encerrada no dia 2 de março último. Foram 203 capítulos, em que o autor, Manoel Carlos, procurou apresentar situações que, apesar de fictícias, poderiam muito bem ter sido vividas por qualquer brasileiro.

Foram muitos os temas abordados durante a exibição da novela, temas esses que nos levam a refletir profundamente sobre a condição humana nos dias de hoje, nas grandes cidades, num mundo cada vez mais globalizado, mais individualista e carente de valores éticos, carente de solidariedade, carente de convivência familiar.

Durante todos esses meses, assistimos ao drama da pequena Clara, que, como outras milhares de crianças portadoras da Síndrome de Down, lutava por uma educação inclusiva, pelo simples direito de frequentar uma escola, direito esse assegurado a todas as crianças pela Constituição Federal. Nesse período,

também nos emocionamos com a persistência da jovem Marina, lutando para tirar seu pai, Bira, das garras do alcoolismo, um grave problema social que já afeta mais de cinco milhões de brasileiros. Igualmente importante foi a abordagem do racismo, do preconceito contra os portadores da AIDS e da problemática do aborto, temas sempre polêmicos e que, por isso mesmo, merecem que um veículo de comunicação de massa, como a Rede Globo de Televisão, leve a sociedade a refletir sobre eles e sobre a necessidade de sermos mais solidários.

[...]

Enfim, Sr. Presidente, a telenovela Páginas da Vida procurou trazer para o dia a dia do brasileiro uma reflexão sobre a necessidade de resgatar os valores importantes para a convivência social, como a família e a solidariedade, e também de lutar contra o preconceito em todas as suas formas. Suscitou ainda discussão sobre o problema da gravidez indesejada, sobretudo na adolescência, da bulimia e da anorexia, distúrbios relacionados à alimentação que provocaram, recentemente, a morte de três modelos no Estado de São Paulo.

A telenovela procurou, igualmente, resgatar a importância da religião para nossas vidas, apresentando sem exageros alguns fenômenos relacionados ao Espiritismo, e mostrou freiras bem próximas às comunidades carentes, auxiliando os médicos nos cuidados com os doentes.

Uma das características que mais me chamaram a atenção, Sr. Presidente, foi que, ao fim de cada capítulo da novela, eram exibidos depoimentos, muitas vezes polêmicos, de diversas pessoas do povo, narrando acontecimentos de suas próprias vidas, relacionados a temas que dizem respeito a todos nós, como casamento, separação, nascimento, preconceito, sexo e amizade. Essa foi uma maneira brilhante e inovadora, encontrada pelo autor, para dar voz à sociedade, trazendo os temas abordados na telenovela diretamente para o contexto vivenciado pelos telespectadores. Com esse recurso, a novela deixava o mundo do imaginário e ganhava o mundo real.

[...]

Na verdade, o que há de novo nessa abordagem da novela Páginas da Vida é o aspecto pedagógico, atual, realista, mas sem sensacionalismos ou exploração de qualquer natureza de temas que, na verdade, fazem parte do dia a dia da sociedade brasileira, que interessam a todas as famílias, a todos os cidadãos brasileiros.

[...]

Temos o dever de aprimorar as leis e de fiscalizar o Poder Executivo, para que sejam equacionadas questões, a meu ver, fundamentais para toda a sociedade

brasileira. Entre elas, gostaria de destacar o acesso a uma educação verdadeiramente inclusiva para os portadores de necessidades especiais; a reformulação da política de adoção, em benefício dos menores órfãos que anseiam pelo aconchego de um lar; o combate sem tréguas ao alcoolismo, às drogas, aos preconceitos e à violência urbana. O alcoolismo não pode continuar sendo visto como um crime ou como um vício, mas tem de ser encarado pela sociedade e pelo governo como uma doença, como uma patologia a ser tratada com competência técnica e científica pelo Estado brasileiro.

Nesse particular, fortalecer os laços e os valores familiares deve ser preocupação constante de todos nós, cidadãos e homens públicos, pois, em uma sociedade em que a família se degrada, o futuro será sempre uma incógnita.

Desejo, assim, registrar na história desta Casa, a competência do escritor Manoel Carlos, que parablenizo, e de toda a sua equipe de pesquisa, que trabalharam arduamente na elaboração do texto da novela.

Saúdo também o excelente trabalho realizado por Jayme Monjardim, diretor da novela, e todos os atores que fizeram com que a novela saísse do papel, assumisse forma na tela da televisão e ganhasse vida nas mentes e nos corações de milhões de brasileiros.

Por fim, no mês em que celebramos o Dia Internacional da Mulher, saúdo todas as mulheres do Brasil, na pessoa de Helena Camargo Varella, personagem da novela Páginas da Vida, brilhantemente interpretada pela atriz Regina Duarte. Helena, seu exemplo de luta, de perseverança e de amor ilustra muito bem a alma da mulher brasileira!

Encerro este pronunciamento com uma frase do novelista Manoel Carlos, proferida em uma entrevista concedida à Folha Online, no dia 1º de julho de 2006, que traduz meu sentimento quanto à importância dos valores familiares para a nossa sociedade: “Na família não está apenas a força da minha narrativa, mas a força de uma nação, de todas as nações, em todo o mundo”.

– Campanha da Fraternidade de 2007 e CNBB –

Homenagem à Campanha da Fraternidade de 2007, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, intitulada Fraternidade e Amazônia, com o lema Vida e Missão neste Chão, 27/3/2007

[Publicação no DSF de 28/3/2007 - Página 6783]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia de hoje, o Senado Federal decidiu homenagear a Campanha da Fraternidade de 2007, promovida pela CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que, este ano traz o tema Amazônia e Fraternidade e o lema Vida e missão neste chão. Entendo bastante justa e acertada a decisão desta Casa de prestar esta homenagem e não posso me furtar a juntar minha voz às dos demais colegas nesta homenagem, mesmo que brevemente.

A Campanha da Fraternidade, já em sua 44^a edição, foi lançada, em nível nacional, no dia 26 de dezembro de 1963, sob o espírito reformador do Concílio Vaticano II. Por seu intermédio, a Igreja Católica, ano após ano, demonstra sua preocupação com os problemas mais prementes do nosso tempo, e nos convida a uma profunda reflexão sobre como proceder em relação a eles, dentro da ótica cristã, em busca do bem comum.

Nesse sentido, nada mais oportuno que a sociedade brasileira seja chamada a refletir sobre a Amazônia, esse gigantesco território que, por graça e obra de Deus, integra o solo pátrio. Quando digo reflexão, Senhor Presidente, não quero apenas fazer referência aos graves e urgentes problemas ambientais vivenciados pela região amazônica, problemas esses que preocupam a todos nós, mas que, infelizmente, podem servir a interesses contrários à soberania brasileira na Amazônia. Entendo que nossas considerações devem se concentrar, sobretudo, em como desenvolver atitudes de fraternidade para com os povos amazônicos $\frac{3}{4}$ índios, caboclos e ribeirinhos $\frac{3}{4}$ que sofrem a perda do seu espaço vital e o esmagamento de suas culturas.

Por intermédio da Campanha da Fraternidade 2007 somos chamados a responder a uma pergunta intrigante e desafiadora: que tipo de desenvolvimento queremos para a Amazônia?

Certamente, é consenso que devemos buscar o desenvolvimento sustentável, porque a simples exploração predatória é incompatível com a preservação

da vida em nosso planeta. Porém, mais do que sustentável, devemos buscar o desenvolvimento integral que, nas palavras do Papa Paulo VI, consiste no 'desenvolvimento do homem todo e de todos os homens' [Encíclica O Desenvolvimento dos Povos de 1967]. O fundamental, portanto, é eleger o primado do social sobre o econômico, para que todos possam desfrutar, abundantemente, das dádivas propiciadas por esse fabuloso tesouro ambiental, que é a Amazônia.

Portanto, meus parabéns à CNBB pela escolha do tema e do lema da Campanha da Fraternidade de 2007. Manifesto aqui meus mais sinceros votos de êxito a essa iniciativa, uma das mais relevantes em prol da Amazônia e do povo brasileiro.”

— Centenário da Revista do Foro (TJ-PB) —

Registro de comemoração do centenário de circulação da "Revista do Foro", publicação do Tribunal de Justiça da Paraíba, 28/3/2007

[Publicação no DSF de 29/3/2007 - Página 7736]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero trazer ao conhecimento desta augusta Câmara e deixar registrado em seus Anais um fato auspicioso e de real importância que está acontecendo no Estado que represento, a Paraíba: as comemorações dos 100 anos da Revista do Foro, cuja solenidade de abertura ocorreu numa bonita festa realizada hoje em João Pessoa.

Neste mês de março, transcorre o centenário de circulação da nossa Revista do Foro, uma das mais antigas publicações brasileiras do gênero. É ela que registra periodicamente os acórdãos produzidos no âmbito do Tribunal de Justiça paraibano, disseminando as decisões proferidas, em grau de recurso, pelo Tribunal Pleno e suas câmaras cíveis e criminais, além da jurisprudência de interesse dos desembargadores, juízes, procuradores, promotores, advogados e de todos os demais operadores do Direito e membros da magistratura estadual.

Não é todo dia que se vê no país a comemoração dos 100 anos de uma revista especializada. Daí por que o chefe do Poder Judiciário em nossa terra, o ilustre Desembargador-Presidente, Antônio de Pádua Lima Montenegro, resolveu dar o maior brilho possível às festividades em nome da efeméride. S. Ex^a já

declarou 2007, no âmbito do Judiciário da Paraíba, como o ano do Centenário da Revista do Foro e designou uma comissão especial para cuidar de todos os detalhes das comemorações.

Essa comissão do Centenário da Revista do Foro é presidida pelo Desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos, também Presidente da Comissão de Divulgação e Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, comissão responsável pela edição e circulação da centenária publicação. Fazem parte, ainda, da dita comissão a digna Desembargadora Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti; o digno Desembargador Leôncio Teixeira Câmara; o honrado juiz convocado Marcos Cavalcanti de Albuquerque; o secretário da Presidência do Tribunal de Justiça, Dr. Márcio Roberto Soares Ferreira; e o coordenador da Comunicação Social do Poder Judiciário paraibano, escritor Evandro da Nóbrega, do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

[...]

Gostaria, portanto, de me congratular com o Chefe do Poder Judiciário da Paraíba, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Antônio de Pádua Lima Montenegro — assim como com os demais ilustres Magistrados que fazem o Tribunal de Justiça de minha terra e os membros da Comissão do Centenário da Revista do Foro — pela bela, oportuna e rica programação delineada para assinalar a passagem dos 100 anos de uma publicação que orgulha as tradições jurídicas da Paraíba e que serve de exemplo para outros Egrégios Tribunais brasileiros no tocante à divulgação das decisões de superior instância.

Outrossim, parablenizo toda a Paraíba, todos os meus conterrâneos, pela oportunidade de comemorarem em grande estilo um Centenário que só tem a honrar a tradicional vocação dos homens de Letras e dos políticos paraibanos para os estudos jurídicos — vocação tão bem demonstrada pelo exemplo de juristas como o Ministro Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo (que chegou a Presidente do Supremo Tribunal) e do Professor Flósculo da Nóbrega, autor de uma Introdução ao Direito que encantou o Brasil e que, graças ao mesmo Tribunal de Justiça, chegará agora a sua oitava edição, após vinte anos ausente das livrarias nacionais.”

– Marinês, a Rainha do Xaxado (1935-2007) –

Manifestação de pesar pelo falecimento de Maria Inês Caetano de Oliveira, conhecida como "Marinês", a "rainha do xaxado", 17/5/2007

[Publicação no DSF de 18/5/2007 - Página 15196]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, podemos dizer, como muitos poetas o disseram, que nossas vidas são como as estações do ano.

Há momentos em que estamos radiantes, como no verão; outros em que estamos transbordantes de alegria, como na primavera; outros ainda em que nos recolhemos, como no outono; e, finalmente, há momentos em que nos entristecemos, em que nossas emoções parecem congelar e as noites parecem não ter fim, como no inverno.

Pois no dia de hoje, infelizmente, posso dizer que todo o Nordeste brasileiro, e em especial o Estado da Paraíba, encontra-se num profundo inverno, numa profunda e irreparável tristeza. É que faleceu, no dia 14 de maio, segunda-feira, a ‘Rainha do Forró’, a nossa querida Marinês!

Calou-se a voz do ‘último mito vivo da música nordestina!’ Calou-se a voz da ‘Rainha do Xaxado!’

Para sempre se emudeceu a nossa insubstituível Marinês!

O triângulo, o zabumba, o pandeiro e o acordeom, mais conhecido ali como sanfona, todos agora estão no mais profundo silêncio reverenciando a memória daquela que, sem nenhuma dúvida, foi uma das mais perfeitas encarnações da alma nordestina.

Nascida em São Vicente Férrer, em Pernambuco, por sinal a terra do nosso querido companheiro, Senador Jarbas Vasconcelos, em 16 de novembro de 1935, Inês Caetano de Oliveira sempre teve a música como parte de sua família: seu pai (ex-cangaceiro do bando de Lampião) era seresteiro; sua mãe, cantora de igreja; e seu marido, sanfoneiro.

Começou sua bem-sucedida carreira nos já longínquos anos da década de 50, integrando o grupo Patrulha de Choque do Rei do Baião, fazendo uma ‘palhinha’ nas cidades aonde Luiz Gonzaga iria se apresentar.

Em 1956, gravou seu primeiro disco, já no grupo que a consagrou — Marinês e Sua Gente. No ano seguinte, acompanhou Luiz Gonzaga no Rio de Janeiro, apresentando-se em programas de rádio. Naquela ocasião, lançou dois de seus

memoráveis sucessos — Pisa na Fulô e Peba na Pimenta —, que hoje já fazem parte de nossa cultura popular. Ao todo, foram cerca de 30 discos gravados e um vastíssimo repertório. Músicas inesquecíveis, como Forró do Beliscão, Coco da Mãe do Mar, Meu Cariri e Lamento Sertanejo, entre tantas outras, ficarão carinhosamente vivas e eternizadas na memória do nosso povo.

Grandes foram os nomes que se apresentaram ao lado de Marinês; nomes consagrados pela crítica e pelo público como Elba Ramalho, Morais Moreira, Alceu Valença, Genival Lacerda e o nosso inesquecível Luiz Gonzaga, o Rei do Baão.

Hoje, todos nós estamos entristecidos.

A 'nação do forró' perdeu sua rainha, perdeu a sua mãe.

A 'nação do forró' encontra-se órfã e inconsolável!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lamentavelmente, temos esse costume que nos fazem lembrar o quanto certas pessoas nos são caras somente quando somos privados definitivamente de seu convívio.

A foíce certaíra da morte é implacável e não poupa ninguém: ricos, pobres, famosos, anônimos, poderosos ou despossuídos, todos a ela fatalmente se renderão quando sua hora chegar.

Mas, se por um lado a morte física é inevitável, por outro, quando se é um astro de primeira grandeza, como era a nossa querida Marinês, ainda é possível continuar a brilhar eternamente.

Marinês agora pertence ao céu, ao céu estrelado, onde se encontram grandes e inigualáveis nomes da nossa música e de nossas artes. Ela agora está ao lado da imortalidade de Noel Rosa, de Elis Regina, de Tom Jobim, de Luiz Gonzaga, e de tantos outros que, como deuses da nossa música, integram o panteão das artes e da cultura brasileira.

Sua voz continua a ecoar, possante e cristalina, pelos céus de todo o Brasil, graças à maravilhosa tecnologia de que dispomos, que nunca deixará que ela se apague de nossa memória e de nossos corações.

Aquí, desta tribuna, empresto minha solidariedade à família de Marinês, neste momento difícil, e a todo o povo da Paraíba, pela perda desse verdadeiro patrimônio cultural do Estado e do Brasil.

Gostaria, Sr. Presidente, de prestar uma última homenagem a Marinês, parafraseando uma estrofe de uma de suas músicas mais conhecidas, cujo título é O que será de nós.

E assim diria:

O que será de nós agora (sem ela)
O que será de nós (sem ela)
Mas dessa vez ela vai-se embora
E nós vamos ficar sem ela (agora)

Agradeço a todos a tolerância e, sobretudo, o comando benevolente de V. Ex^ª, que me deu certa elasticidade de tempo.”

– **Gervásio Maia (1944-2007)** –

Voto de pesar pela morte do ex-Secretário de Finanças do Município de João Pessoa, na Paraíba, o ex-Deputado Estadual Gervásio Maia (como Líder), 21/8/2007

[Publicação no DSF de 22/8/2007 - Página 28142]

“Sr. Presidente, Sr^ªs e Srs. Senadores, o que me traz hoje a esta tribuna é o pesar pela morte de um amigo e correligionário. Refiro-me ao Secretário de Finanças do Município de João Pessoa, ex-Deputado Estadual da Paraíba, Gervásio Maia, prematuramente falecido, no último sábado, após um infarto fulminante.

A perda, Sr^ªs e Srs. Senadores, é tanto maior, porque Gervásio Maia foi um exemplo ímpar de político, aliando o talento de articulador, de negociador e de conciliador com um grande conhecimento técnico na área de Economia, além da honestidade e da probidade que sempre demonstrou ao longo de sua carreira — carreira, aliás, que sempre abraçou com muito amor, firme na crença de que o ofício público implica doação e de que a política é uma poderosa ferramenta de transformação da sociedade.

Gervásio Maia tinha a política no sangue. Filho de João Agripino, que foi Governador, Senador, Deputado Federal e Ministro, Gervásio Maia herdou de seu pai não só o gosto pela política, mas também o amor à coisa pública. Deixa, por sua vez, como herdeiro, Gervásio Maia Filho, jovem e combativo Deputado Estadual, cuja atuação na Assembleia Legislativa da Paraíba já demonstra que segue de perto os passos do pai.

[...]

O povo paraibano, aliás, o mesmo que o elegeu três vezes, demonstrou mais uma vez seu respeito, sua admiração e seu carinho por Gervásio Maia, comparecendo maciçamente a seu enterro, ocorrido no último domingo, em João Pessoa.

Foi Líder justo, administrador competente, pai exemplar, homem público probo, amigo de todas as horas. O desaparecimento de Gervásio Maia será fortemente sentido por todos. Quero aqui exprimir meu mais profundo pesar por essa perda irreparável e manifestar minha solidariedade aos familiares, aos quais me ligam antigos e duradouros laços de amizade.”

– Assis Chateaubriand (1892-1968) –

Homenagem ao jornalista Assis Chateaubriand, pelo transcurso dos 40 anos do seu falecimento, 17/4/2008

[Publicação no DSF de 18/4/2008 - Página 9927]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como representante do Estado da Paraíba nesta Casa, não poderia me furtar de vir a esta tribuna neste momento em que o Senado da República presta suas justas homenagens a esse grande paraibano e brasileiro que foi Assis Chateaubriand.

A história não é complacente com os medíocres! Ela só registra aquelas personalidades marcantes, por suas atitudes, por suas crenças e por suas ações. Esse foi o caso da figura de Chateaubriand. Sempre polêmico, foi um dos maiores homens de comunicação que este país já produziu.

Começou no jornalismo ainda muito jovem, com apenas 15 anos de idade, no jornal A Gazeta do Norte, o que já denota seu talento nato para o jornalismo. Mais do que isso, ele também era um empresário genuíno, com espírito inquieto e empreendedor, o que ficaria mais do que comprovado quando adquiriu o periódico O Jornal, empresa a partir do qual foi erguido seu poderoso império de comunicações: Os Diários Associados!

Em seus jornais, publicou mais de 11.870 artigos assinados dando oportunidades a escritores e artistas desconhecidos que depois virariam grandes nomes da literatura, do jornalismo e da pintura nacionais, dentre eles destaque Graça

Aranha, Millôr Fernandes, Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Cândido Portinari, entre outros.

Seu interesse pelas artes o levou a ser um dos fundadores do MASP – Museu de Arte de São Paulo que, ainda hoje, é palco de inúmeras exposições que enriquecem e dignificam a cultura brasileira. Sem dúvida alguma, o MASP é, atualmente, um dos mais importantes museus de todo o continente americano!

À Paraíba, em 1967, Assis Chateaubriand entregou ao Magnífico Reitor da Fundação Universidade Regional do Nordeste (hoje UEPB), Prof. Edvaldo de Souza do Ó, o primeiro acervo do Museu Regional de Campina Grande, localizado em Campina Grande – PB. O acervo foi chamado de ‘Coleção Assis Chateaubriand’, com 120 peças. A partir daí, o museu passou a ser chamado de ‘Museu de Artes Assis Chateaubriand’.

São exemplos como esses que devem nos inspirar nos dias de hoje, exemplos de bravura, de destemor, de coragem para empreender e para defender as ideias em que se acredita.

Sua ousadia se estendeu também à televisão, fundando, em 1950, a TV Tupi, quarta empresa de televisão de todo o mundo e a primeira da América Latina!

Não vou me alongar muito, Sr^{as} e Srs Senadores, discorrendo sobre as realizações desse grande e memorável brasileiro, que foi Assis Chateaubriand, certamente uma das personalidades mais importantes de seu tempo e que, de modo bastante justo, é homenageado nesta oportunidade pelo Senado da República, nos 40 anos de seu falecimento!

Que o Brasil possa, com as bênçãos de Deus, produzir outros talentos como esse, que glorificam o talento e o gênio criativo do povo brasileiro.

Sr^{as} e Srs., não tive e nem tenho a pretensão de ser original em minha homenagem a este homem cuja história pessoal se confunde, inextricavelmente, com a história da imprensa no Brasil.

Por tudo que aqui ouvimos e falamos e, sobretudo, pelos incontáveis episódios que tantos de nós tivemos a oportunidade e o privilégio de testemunhar, não tenho dúvidas em dizer deste paraibano excepcional, que construiu um império a partir do sonho: não só para nós, os seus conterrâneos da Paraíba, mais que um homem, Assis Chateaubriand foi e continua sendo uma lenda.”

Homenagem pelo transcurso do Dia da Indústria, ocorrido em 25 de maio corrente (como Líder), 29/5/2008

[Publicação no DSF de 30/5/2008 - Página 17185]

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com muita oportunidade, por iniciativa do Senador José Tenório, logo secundada por diversos colegas, foi celebrada, neste Senado, a passagem do Dia da Indústria, comemorada no dia 25 de maio. Por motivos alheios à minha vontade — compromissos estaduais — não pude estar presente na sessão especial. Entretanto, eu não poderia abrir mão da oportunidade de expressar o meu justo reconhecimento aos homens e mulheres que fazem a indústria brasileira.

Em boa hora, aconteceu a homenagem, cuja oportunidade é ainda maior, Sr. Presidente, na medida em que nos dá ocasião de assinalar o excelente momento pelo qual passa presentemente a indústria brasileira e ao mesmo tempo celebrar o futuro que se abre diante do nosso setor secundário com o anúncio recente do Programa de Desenvolvimento Produtivo.

Os números efetivamente mostram que o momento é positivo. No último trimestre, a produção industrial cresceu 6,3% em comparação com o mesmo período do ano passado, 24º trimestre consecutivo de crescimento, mesmo que o ritmo tenha sido diminuído um pouco. O emprego industrial de janeiro a março aumentou 3%, enquanto a folha de pagamento real aumentou 2,7% de fevereiro para março e 8,7% em comparação com o mesmo período do ano passado. Também vem crescendo a participação dos produtos manufaturados em nossa pauta de exportações na qual esses produtos já representam mais da metade. Há, portanto, o que comemorar neste Dia da Indústria.

Já que estou homenageando a indústria nacional, Sr. Presidente, gostaria aqui de destacar, especialmente, um dos setores em que a nossa indústria atinge a mais alta excelência. Refiro-me, Sr^{as} e Srs. Senadores, à indústria aeronáutica, justo motivo de orgulho nacional. Nossa Embraer se aproxima dos 40 anos, que completará, em 2009, como a maior indústria aeronáutica do hemisfério sul e a terceira maior do mundo, presente nos Estados Unidos, em Portugal, na França e na China.

[...]

Quero crer, Sr. Presidente, que, se o momento pelo qual passa a nossa indústria atualmente é favorável, seu futuro não é menos auspicioso. Não foi por acaso que o Brasil foi elevado à categoria de grau de investimento: a situação econômica do país reflete condições propícias para que entremos em um ciclo de crescimento sustentável. E, nesse ciclo, a indústria tem de assumir um papel de protagonista.

É importante que o Brasil industrialize-se cada vez mais, sobretudo as suas matérias-primas, como, por exemplo, a soja. Estamos ainda comemorando, durante três anos consecutivos, safras exuberantes no setor de grãos, com destaque para a soja. Mas vejo com certa preocupação o fato de que o Brasil não está desenvolvendo a pesquisa científica no campo da industrialização da soja, a exemplo do que fez com o setor primário, o campo da agricultura, da soja e de outros produtos fundamentais para o desenvolvimento de nosso país. O Brasil precisa, sim, partir para uma posição de buscar, por meio da industrialização, agregar mão de obra e dominar tecnologias modernas que nos permitam exportar não apenas os produtos primários, mas também os produtos industrializados que são largamente produzidos pela nossa agricultura, que, pela própria natureza da nossa ecologia, disputa os espaços comerciais com vantagem em relação a muitos outros países do mundo.

Tenho certeza de que a recentemente anunciada Política de Desenvolvimento Produtivo, inspirada pelo objetivo de contribuir para esse crescimento sustentável de longo prazo da economia brasileira, vai efetivamente se mostrar uma aliada importante da indústria nos próximos anos. Focalizando nos imperativos de investir, inovar, exportar e fortalecer a micro e a pequena empresa, o Programa tem tudo para dar impulso e sustentabilidade ao processo de crescimento industrial visível nos últimos anos.

Faço votos, Sr. Presidente, de que nossas melhores esperanças de fato se verifiquem. É de fundamental importância para a saúde da nossa economia que a indústria nacional continue forte e fortaleça-se cada vez mais, gerando emprego, renda e bem-estar para toda a sociedade.

A todos os que fazem a força do setor secundário de nossa economia, deixo aqui meus parabéns pela passagem do Dia da Indústria, e meus sinceros agradecimentos pelos benefícios que geraram incansavelmente para o nosso país.”

Elogia o pronunciamento do Senador Cristovam Buarque sobre a importância da reunião histórica em que o Presidente da República fez uma retrospectiva do seu tempo de governo, 28/8/2008

[Publicação no DSF de 29/8/2008 - Página 36254]

“Antes de declarar encerrada a presente sessão do Senado da República, quero felicitar o Senador Cristovam Buarque. S. Ex^a, com senso de oportunidade, aqui no ambiente do Senado da República, soube repercutir a importância da reunião histórica em que o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, fez uma retrospectiva do seu tempo de governo. Sua Excelência apresentou ao país os ganhos não da sua administração, mas deste país e, sobretudo, afirmou o compromisso de investir na educação do nosso povo com os recursos decorrentes da exploração do petróleo, com essa nova e colossal jazida que o Brasil descobriu.

Não há dúvida alguma que este país não será uma Nação soberana, que este país não irá a lugar algum se não for capaz, até pela necessidade de competir com o restante do mundo, de investir maciçamente na educação do seu povo. Desde muito defendo essa necessidade de investimento. Aliás sou autor de um projeto que vincula recursos, cerca de 2,5% do PIB do Brasil, na educação, principalmente um ensino tecnológico — que é a necessidade do momento — e científico.

[...]

O Presidente Lula precisa ter esse desprendimento, e certamente o terá, porque eu sempre o considero um predestinado. Não estou aqui querendo fazer louvação ao Presidente. Mas um simples retirante do nosso Nordeste que chega a São Paulo para tentar sobreviver e termina na Presidência da República é realmente um homem predestinado.

Se realmente o Presidente fizer essa convocação que V. Ex^a está sugerindo neste momento, marcará um tento na História do Brasil, porque estará definitivamente construindo rumos para o futuro deste país.

Felicito V. Ex^a, que está sendo muito feliz. Todos aqui do Senado conhecemos sua independência. Como ex-petista nunca se negou a reconhecer os

méritos do atual governo, como nunca se furtou à necessidade de criticar aquilo que, a seu juízo, aos seus olhos, parecia-lhe negativo ou digno de crítica. Por isso, acho que V. Ex^a tem muita autoridade para falar nos termos em que está falando. Meus parabéns, Senador Cristovam Buarque.”

– **Ronaldo Cunha Lima (1936-2012)** –

Homenagem póstuma pelo aniversário de morte de Ronaldo Cunha Lima, 7/7/2015

[Publicação no DSF de 8/7/2015 - Página 222]

“Eu quero me associar às palavras do Senador Raimundo Lira em relação ao saudoso político, ex-Senador, ex-Governador, Deputado Estadual, Vereador na cidade de Campina Grande, prefeito da cidade de Campina Grande, um homem que teve uma trajetória política longa e pontilhada de atitudes que o fizeram uma pessoa muito estimada de todo o povo da Paraíba. Fomos correligionários durante muito tempo. Depois, o destino político nos separou, mas sempre tive por ele o maior respeito e a maior admiração. Portanto, é com esse sentimento que eu me associo às palavras aqui proferidas pelo Senador Raimundo Lira.”

[O pronunciamento Homenagem póstuma pelo aniversário de morte de Ronaldo Cunha Lima do Sen. Raimundo Lira pode ser encontrado em Publicação no DSF de 08/07/2015 - Página 221]

Sessão especial destinada a homenagear Antonio Mariz, por ocasião dos 20 anos de seu falecimento, nos termos do Requerimento nº 969/2015, de autoria do Senador José Maranhão e outros Senadores, 17/9/2015

[Publicação no DSF de 18/9/2015 - Página 7]

“Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs. Senadores, 20 anos nos distanciam da morte de Antonio Marques da Silva Mariz, homem público, cuja trajetória foi marcada pela honradez, pela ética e pelo trabalho voltado aos mais carentes. Nascido em João Pessoa, no dia 5 de dezembro de 1937, Antonio Mariz, a exemplo de seus ascendentes, conservou profundos laços com a cidade de Sousa.

Antonio Mariz iniciou sua atuação política na época de estudante, na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, em que militou no Centro Acadêmico Cândido de Oliveira. Estudou ciências políticas na Universidade de Nancy, na França, e foi Promotor de Justiça antes de se candidatar a prefeito de Sousa, na Paraíba, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 1963.

Disputou as eleições com os candidatos da UDN, Filinto da Costa Gadelha, representante do Grupo Gadelha, dominante no Município, e do PSD, o médico Laércio Pires. Durante a campanha, adotou um discurso inovador: defendeu a anotação na carteira de trabalho, então desconhecida na prática administrativa pública; o pagamento do salário mínimo aos trabalhadores; e a necessidade da reforma agrária na linha das reformas de base do Presidente João Goulart. Assumiu o compromisso público de prestar contas de todo o dinheiro que entrasse e saísse do cofre da Prefeitura, o que era uma profunda inovação, já que não existia a preocupação tão forte com a transparência da Administração Pública, como ocorre hoje em dia, muitas vezes, uma obrigação não observada por certos gestores públicos.

[...]

Após o golpe militar de 1964, Mariz foi acusado de subversão, em virtude de sua solidariedade a João Goulart, o que era um dever de fidelidade partidária, já que o Presidente João Goulart era o Presidente do Partido a que ele e eu também pertencíamos à época, quando o PTB era uma proposta social democrática. Foi afastado do cargo, preso e submetido a um inquérito policial militar, como todos nós que professávamos o compromisso com o nacionalismo

e a defesa da soberania nacional. Perante o Grupamento de Engenharia de João Pessoa, permaneceu detido por pouco tempo, logo reassumindo a Prefeitura. A transparência foi a mais forte marca de sua gestão. Por meio da Rádio Difusora do Rio do Peixe, uma emissora local, todos os dias, prestava contas das despesas e receitas públicas — todos os dias!

Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 e o surgimento da Arena e do MDB — diga-se de passagem, partidos que foram criados pelo próprio governo do golpe de 1964 —, o caminho natural de Mariz seria este último, o MDB. No entanto, as contingências políticas do Estado o levaram a se filiar à Arena. Esta é uma história que os paraibanos conhecem e que Mariz, nessa decisão, foi tangido, foi forçado pelas circunstâncias da política local do Município de Sousa e de outros municípios da Paraíba, e é algo que os paraibanos conhecem, que os paraibanos entenderam.

[...]

Como Deputado Federal [eleito em 1970, 1974, 1978 e 1986.], defendeu a restauração da ordem democrática e da liberdade política. Comprometido com a luta pelos direitos humanos, apoiou a CPI que investigaria a prática de torturas, o desaparecimento e o assassinato de presos políticos. Prestou solidariedade a jornalistas presos e condenou o fechamento de jornais.

Considerado um dos grandes juristas da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, saía sempre em defesa da democracia do Brasil, do Nordeste e da Paraíba. Desde seu primeiro mandato, Mariz fez parte do grupo de Parlamentares arenistas, que ficariam conhecidos na Câmara como o grupo renovador, pela postura rebelde em relação à Liderança do governo na Casa.

Como integrante desse grupo, Mariz discordou da indicação do General João Baptista Figueiredo à sucessão do Presidente Ernesto Geisel, apoiando a candidatura opositora do General Euler Bentes Monteiro. Também se pronunciou contra as reformas políticas propostas pelo Presidente do Congresso, em 1978, assinalando que a cada uma das liberdades aparentemente desenvolvidas correspondiam outras normas que, de certo modo, as neutralizavam. Os que foram contemporâneos dessa época sabem perfeitamente que tudo não passava de uma farsa com a qual homens da têmpera de Mariz não poderiam jamais concordar.

Votou a favor da emenda que extinguiu o Senador indireto, mais conhecido como biônico, recusada pelo Congresso.

Em 1978, quando os Governadores foram eleitos indiretamente, dando início ao processo de abertura política, Mariz desafiou os generais e disputou a

convenção da Arena com o então Secretário de Educação da Paraíba, Tarcísio de Miranda Burity, o escolhido dos militares. Contava com suporte popular e de tradicionais forças políticas do Estado. Como escreveu o historiador José Octávio de Arruda Mello: "estabeleceu-se a luta da sociedade contra o Estado, que não poupou esforços para vencer". O resultado da conversão arenista registrou 152 votos em favor de Buriti e 124 em favor de Mariz, além de 28 votos nulos e em branco, em um universo de 286 convencionais.

Nas eleições realizadas naquele mesmo ano, para Deputado Federal e Senador, Antonio Mariz traçou o seu caminho na oposição. O Senador Humberto Lucena, do MDB, eleito com o apoio de Mariz, que liderou uma dissidência na Arena, apoiado por João Agripino, sinalizava que seria ele o candidato das oposições a Governador nas eleições diretas de 1982.

Em 1980, logo após a volta do pluripartidarismo, ao lado do Senador Tancredo Neves, do Deputado Thales Ramalho e de outros líderes de expressão nacional, Mariz participou da fundação do Partido Popular (PP), que foi incorporado ao PMDB em fevereiro de 1982.

[...]

Foi pelo PMDB que, no mesmo ano, Mariz disputou o governo da Paraíba. Perdeu a eleição para o Wilson Braga, do PDS. A derrota de Mariz não foi isolada: naquele ano, o PMDB perdeu as eleições para o governo em todos os Estados do Nordeste, mesmo onde o candidato do partido era considerado favorito até o dia da eleição.

Mariz concluiu o seu mandato de Deputado Federal em janeiro de 1983. Foi convidado, então, pelo Governador Franco Montoro para assumir a chefia do escritório do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (Badesp) no Rio de Janeiro. Em seguida, foi indicado pelo Presidente Tancredo Neves, já na montagem da nova equipe de governo, para a Diretoria de Desenvolvimento Urbano do Banco Nacional de Habitação, cargo que assumiu em 1985.

[...]

Na elaboração da nova Constituição, Mariz votou a favor do rompimento de relações diplomáticas com os países com política de discriminação racial, da limitação do direito de propriedade privada, do mandado de segurança coletivo, da remuneração 50% superior para o trabalho extra, da jornada semanal de 40 horas, do turno ininterrupto de seis horas, do aviso prévio proporcional, da unicidade sindical, da soberania popular, do voto aos 16 anos, da nacionalização do subsolo, da estatização do sistema financeiro, do limite de 12% ao ano para os juros reais, da proibição do comércio de sangue, da desapropriação da

propriedade improdutiva e da descriminação do aborto. Votou contra a pena de morte, a pluralidade sindical, o presidencialismo e o mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney.

Em 1990, Mariz candidatou-se à única vaga ao Senado, em uma eleição na qual o candidato do PMDB ao governo da Paraíba foi Ronaldo Cunha Lima. Mariz e Ronaldo foram eleitos, aquele por uma maioria superior a 200 mil votos.

O maior desafio de Mariz como Senador foi relatar o processo de impeachment do Presidente da República na Comissão Especial do Senado Federal, em 1992. O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Sydney Sanches, a quem caberia presidir o julgamento no Senado, propôs um rito que não previa limite de tempo para a fase de instrução criminal, em que são apresentadas provas e testemunhas pela defesa e pela acusação. Dessa forma, era impossível prever quanto tempo levaria. Mariz, no entanto, sugeriu a mudança desse rito, estabelecendo prazo para a duração do processo, o que permitiu que fosse concluído em 28 de dezembro de 1992.

[...]

Em 1994, Mariz foi eleito Governador da Paraíba pelo PMDB, derrotando, no segundo turno, a candidata do PDT, Lúcia Braga. Ronaldo Cunha Lima e Humberto Lucena, candidatos ao Senado na mesma chapa, também saíram vitoriosos. Já na campanha, o estado de saúde de Mariz veio se agravando, e ele governou por pouco tempo. Faleceu no dia 16 de setembro de 1995, na Granja Santana, residência oficial do governo do Estado.

[...]

Dentre os trabalhos publicados por Antonio Mariz, se destacam Autonomia Municipal e também Aposentadoria dos Trabalhadores Rurais, ambos em 1971. Outra publicação, outro trabalho de Mariz: Uma Política Brasileira de Proteção aos Direitos Humanos, em 1973; Nordeste, em 1977; Sistema Político Brasileiro, em 1978; e Constituinte — Compromisso Democrático, em 1988.

O exemplo de Mariz se reveste da maior importância nos dias atuais, notadamente em face da grave crise que vivenciamos. Que a vida de retidão, de honradez, de ética, de valorização e respeito à coisa pública fique como legado para esta e as futuras gerações.”

– D. José Maria Pires (1919-2017) –

Pesar pelo falecimento do Arcebispo Emérito da Arquidiocese da Paraíba, D. José Maria Pires, 31/8/2017

[Publicação no DSF de 1º/9/2017 - Página 35]

“Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores [...], venho ocupar esta tribuna, para, em meu nome e em nome do meu Estado, externar nossos sentimentos de profundo pesar pelo falecimento do Arcebispo Emérito da Arquidiocese da Paraíba D. José Maria Pires, que partiu neste último domingo, 27 de agosto, em Belo Horizonte, aos 98 anos de idade.

A Paraíba, caros colegas, está em prantos pela perda deste grande homem, que deixa um legado inabalável voltado para a defesa dos mais humildes. Inclusive, há uma frase de sua autoria repetida em cada recanto da Paraíba, aspas. ‘Enquanto imperar a fome, a miséria e o analfabetismo, enquanto não se respeitar no pobre, no camponês e no operário a dignidade da pessoa humana, os cristãos não estarão sendo cristãos.’

D. Pelé, como carinhosamente era chamado, tinha 70 anos de ordenação como padre; desses, 60 anos como bispo e, desses 60 anos, 30 anos dedicados à evangelização e ao trabalho pastoral no Estado. Amado por muitos e respeitado por todos, até mesmo por aqueles que discordavam da sua postura adepta da Teoria da Libertação, foi figura proeminente na Igreja Católica, exercendo cargos de grande relevância não só nas arquidioceses, mas também na CNBB.

Entre tantas outras ações, o seu histórico é marcado pela luta contra as injustiças sociais no período da ditadura, adotando postura de altivez e firmeza. Também participou ativamente dos movimentos relativos aos conflitos fundiários, posicionando-se em favor dos mais fracos, sem, entretanto, deixar de colaborar com a pacificação desses conflitos.

Foi sepultado na capital do Estado que o adotou como filho, João Pessoa, após missa de exéquias em que padres e leigos, pobres e ricos, cidadãos simples e autoridades locais irmanaram-se em uma só oração de gratidão a Deus pelos anos de serviço que Dom José Maria Pires dedicou à missão apostólica no Estado que tem Nossa Senhora da Conceição como padroeira, de quem era grande devoto.

Feito esse registro, quero apresentar também votos de condolência ao nosso atual arcebispo, Dom Manoel Delson, que hoje, representando a Santa Madre

Igreja na Paraíba, despediu-se, com honras de santo, daquele que pautou sua vida pelos princípios da ética, da moral, da solidariedade humana e do amor cristão.”

– Walter Brito (1930-2017) –

Homenagem póstuma ao empresário paraibano Walter Brito, 20/9/2017

[Publicação no DSF de 21/9/2017 - Página 57]

“Eu tinha uma admiração profunda e uma amizade de longa data pelo empresário Walter Brito. Um homem de fé, como já disse o Senador Cássio Cunha Lima, um homem de natureza muito cordata e um empreendedor extraordinário. Foi ele quem iniciou na Paraíba o transporte rodoviário interestadual, intermunicipal, e a sua empresa, durante muito tempo, foi um modelo de empresa moderna, dinâmica, que serviu como exemplo para muitos outros empresários do setor rodoviário.

Tenho certeza de que o exemplo de vida, de trabalho, de realização deixado por Walter Brito inspirará toda sua família a continuar com o trabalho, com a obra que ele deixou.”

– Eunício Oliveira –

Cumprimentos ao Presidente do Senado, Eunício Oliveira, pela prestação de contas do ano legislativo de 2017

[Publicação no DSF de 15/12/2017 - Página 38]

Sr. Presidente, eu não poderia me fazer ausente neste verdadeiro desfile de congratulações, de aplausos à gestão do seu primeiro ano como Presidente do Congresso Nacional e do Senado da República.

E eu não ousaria acrescentar nenhum outro argumento, além de encampar todos os argumentos que foram oferecidos aqui para enaltecer e reconhecer o esforço ingente que V. Ex^a tem para dirigir esta Casa, com independência, com altivez e, sobretudo, com lhaneza de trato em relação a todos nós que compomos o Plenário desta Casa Legislativa. Lhaneza de trato que tem sido alternada por gestos de muita firmeza, mas nunca faltando com a devida urbanidade e com a compreensão na relação com todos os colegas, mesmo, como já foi aqui ressaltado pelos próprios interessados, quando os oradores, no calor do debate, se exaltaram e exerceram o direito de crítica a V. Ex^a, com firmeza, mas sempre de forma respeitosa.

[...]

Meus parabéns e que Deus o continue inspirando! E que neste Natal V. Ex^a possa renovar a fé na democracia e, sobretudo, na relação institucional do Senado da República com os demais Poderes do país.”

– José Luiz Clerot (1936-2018) –

Homenagem póstuma pelo falecimento do ex-Deputado e ex-Ministro do Superior Tribunal Militar (STM), José Luiz Barbosa Ramalho Clerot, 17/4/2018

[Publicação no DSF de 18/4/2018 - Página 92]

“Quero me solidarizar com a família de José Luiz Clerot e dizer poucas palavras, mas que realmente refletem o sentimento de toda a Paraíba, a Paraíba inteligente, a Paraíba íntegra, a Paraíba guerreira.

Eu tive a honra e a satisfação de integrar a Bancada de Deputados Federais juntamente com José Luiz Clerot e a honra também de privar da sua amizade, do seu companheirismo e, sobretudo, do seu grande espírito público.

José Luiz Clerot tornou-se político desde a universidade. No Rio de Janeiro, foi um dos líderes da UNE no período em que essa instituição marcou época na vida nacional, representando a classe estudantil e os jovens do Brasil de um modo geral. Era um político vocacionado, daqueles que fazia política por

idealismo, por amor à causa, e a sua morte deixa, sem dúvida nenhuma, uma lacuna muito grande na vida política nacional e, em particular, na vida pública do Estado da Paraíba.

Por todos esses títulos, eu quero trazer a minha solidariedade, que é a solidariedade de todo o povo paraibano.”

– Humberto Lucena (1928-1998) –

Homenagem ao ex-Senador Humberto Lucena, 18/4/2018

[Publicação no DSF de 19/4/2018 - Página 68]

“Eu quero dizer a esta Casa que a homenagem que se presta, neste momento, ao Senador Humberto Lucena, é das mais justas de quantas já ocorreram aqui em relação a outras personalidades que dignificaram a vida pública nacional, especialmente o Senado da República.

Humberto Lucena foi político praticamente durante toda a sua existência e deixou, na vida do Brasil e da Paraíba em particular, a marca da coerência e da firmeza. Eu dizia sempre que a legenda de Humberto deveria ser ‘sem aderir nem agredir’, porque, durante a fase do regime militar de 1964, ele foi uma das vozes mais autorizadas na luta pela redemocratização do país e sempre a fez com uma serenidade que impunha o respeito aos seus adversários mais empedernidos, numa época em que a vida nacional foi marcada pela violência e, sobretudo, pela intransigência das posições.

Foi uma honra pertencer ao velho PMDB, quando Humberto Lucena, durante praticamente toda a vida do Partido, presidiu essa agremiação. Ele trouxe para a Paraíba o exemplo de dignidade que hoje se constituiu num símbolo da vida política, em nosso Estado, de homens que se fizeram respeitar pela coerência, como eu já disse, pela inteligência e, sobretudo, pela firmeza de suas posições, sempre seguindo este lema: ‘divergir, mas nunca agredir’. Essa foi a marca fundamental da personalidade de Humberto Lucena, que ocupou a Presidência deste Poder, do Senado da República, durante, se não me engano, três mandatos consecutivos.

De maneira que, assim, a Paraíba tem todos os motivos para homenageá-lo, e o Senado da República faz muito bem quando presta essa homenagem agora, exatamente no momento em que a Presidência do Senado cai na pessoa de V. Ex^a, que também é um dos mais ilustres paraibanos da vida pública nacional.”

Capítulo III

In Memoriam

Depoimentos e registros sobre José Maranhão



NOTA EXPLICATIVA

Livros do gênero *In Memoriam* ficaram muito comuns a partir da segunda metade do século XIX até a Grande Guerra. Eles faziam parte do repertório romântico — e também positivista — do culto às grandes personalidades. Diferente dos simples obituários e necrológicos, dispersos por páginas de jornais e revistas e que se perdiam com o tempo, estas obras reuniam num único volume — para a eternidade — os depoimentos e homenagens prestados. Dessa forma, além de fazer os devidos préstimos, os registros de diferentes pessoas, que habitaram épocas e esferas distintas da vida do homenageado ajudavam a recompor partes de sua trajetória.

Outra coisa que se aprende ao estudar esse gênero literário é que estas coletâneas *In Memoriam* dizem muito — e por vezes até mais — sobre os vivos, do que acerca da pessoa que nos deixou. E isso se dá não apenas porque a força da vida tende, naturalmente, a se sobrepor à da morte. Mas, sobretudo, porque as memórias são literalmente vivas, e é por meio delas que sobrevivem o legado e o impacto deixado pelo homenageado, enquanto ainda podíamos desfrutar de sua presença física. É por isso que comoção, deferência e saudade se entrelaçam

nos relatos a seguir de maneira tão vívida, e nos ajudam a colorir uma pintura repleta de conquistas e realizações, mas, sobretudo, de pessoas.

Não se trata, portanto, de retrato de Maranhão, tão somente. Os trechos aqui reunidos — a partir de entrevistas, depoimentos escritos e publicações de familiares, amigos e colegas — ajudam a compor uma paisagem muito maior, onde fulguram os traços de um marido e pai carinhoso, o senso de compromisso de um homem público, as peripécias de um desbravador dos ares... Enfim, entre muitas outras coisas, as obras daquele que para muitos fora “um mestre”.

Visto que a maior parte dos depoimentos fora obtida através de entrevistas realizadas entre junho e agosto de 2022, as versões ora apresentadas são fruto da transcrição, seleção de trechos e adaptação do discurso falado para forma escrita. Trechos foram suprimidos para dar destaque a partes mais relevantes que ajudassem a recompor as mais variadas esferas da vida pública e familiar de José Maranhão.

Algumas palavras e expressões foram alteradas apenas no intuito de tornar o texto mais inteligível, procurando-se manter sempre o sentido original. Salvo exceções, que são devidamente indicadas, os títulos também foram escolhidos nossas, por julgarmos que expressam bem o trecho recolhido; também neste ponto esperamos ter acertado.

Houve também casos em que se aproveitaram depoimentos fornecidos para outras publicações ou nas próprias redes sociais. Esta última modalidade fora também incorporada porque Maranhão nos deixou durante o recesso do Senado, e não houve, portanto, a oportunidade de pronunciamentos oficiais de seus colegas senadores na tribuna, restando somente algumas notas virtuais. Aqui recolhemos apenas algumas das muitas que circularam pelas mais variadas mídias.

Enfim, não foi tarefa fácil escolher apenas partes de depoimentos e, tampouco, o rol dos depoentes. Temos total consciência que muitos que ficaram de fora teriam passagens únicas para contribuir, mas, sob pena de não fecharmos esta obra a tempo, tivemos que nos restringir aos aqui presentes, e por isso nos desculpamos.

Nossa missão não era recompor a vida de Maranhão na sua integralidade, porque isso — como já dissemos — seria impossível. Se, no capítulo anterior procuramos dar voz a Maranhão — por meio de seus pronunciamentos —, agora, neste terceiro capítulo, queremos deixar falar o carinho e consideração que muitos nutriam por ele. Como as muitas contas de um imenso rosário, estes testemunhos singulares ficavam agora ‘amarrados’ numa espécie de monumento literário à saudosa memória de José Maranhão.

ETERNO, POR FÁTIMA MARANHÃO

“Pouco tempo depois da partida de meu marido, ao chegar no Curimataú – região onde temos uma fazenda — fui comprar uns fogos de artifícios para a procissão de São José, em uma vendinha. Lá, uma pessoa exclamou: ‘É a viúva do falecido Zé Maranhão!’ Quando ouvi aquele aposto: ‘viúva’, como me doeu! Considero-me uma pessoa espiritualizada, creio que o amor transpõe barreiras, transcende o tempo e o espaço. Foi a primeira vez que fiquei pensando... ‘Viúva do senador Zé Maranhão!’ E bradei dentro de mim: não sou ‘ex-mulher’, nem ‘viúva’ do senador José Maranhão, sou sua eterna ‘companheira’. Nesta vida que nos uniu, e em muitas outras. Porque os laços que nos prendem são fortes, tão fortes que sigo sentindo sua presença, aqui, comigo, e eu sei que — esteja ele onde estiver — também sigo no seu coração.

Meu nome é Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti Maranhão. ‘Moraes’ em homenagem à minha mãe, que tanto me ensinou a ser uma mulher autêntica, uma mulher verdadeira, uma mulher guerreira. O Bezerra Cavalcanti é um nome da família do lado paterno. Já, o ‘Maranhão’, eu adotei recentemente, após seu falecimento, porque sempre considerei que precisava ser valorizada pelo meu trabalho, pelo meu esforço, pela minha luta e pelo meu nome. Contudo, no dia que Maranhão passou para o outro plano, eu compreendi que, mais forte do que os sobrenomes que eu usava, era a presença do meu marido em minha vida! Então passei a adotar: ‘Fátima Maranhão’, como as pessoas por vezes já me chamavam, acreditando que este era o nome da certidão de casamento. E, usar hoje o ‘Maranhão’ na minha identificação, há uma espécie de compromisso, ‘Fátima Maranhão’, como se fosse: ‘Fátima e Maranhão’.

Certa noite, próximo à data em que completaria 16 anos de idade, eu sonhei que estava voando! No dia seguinte fomos — meu pai e eu — até o aeroclube para realizarmos esse sonho, seria meu presente de aniversário. Chegando lá havia uma pequena aeronave, que de cara já chamava a atenção. Meu pai então se dirigiu a um dos responsáveis pelo hangar: ‘Podemos alugá-la para um voo?’ No que o rapaz respondeu que aquele bímotor era de José Targino Maranhão, que havia sido deputado (estava cassado pelo AI5). Disse que ele não alugava avião, mas que gostava bastante de voar e que não seria muito difícil convencê-lo a levar-nos a um passeio. Dito e feito. Nós pedimos e ele voou conosco. Isso foi no mês de setembro, véspera do meu aniversário e, no Carnaval, em fevereiro seguinte, eu o reencontrei em uma festa, ao som de ‘Máscara Negra’: ‘Tanto riso, oh! quanta alegria, mais de mil palhaços no salão...’ Justamente na

estrofe que se referia ao 'amor da Colombina', o Maranhão passou por mim e lembrei daquele cavalheiro, que havia me encantado pilotando o seu avião. Aquele homem charmoso, maduro, inteligente... E, que além de tudo, era piloto! Então, tratei logo de puxar assunto: 'Você tem voado muito?' E ele simplesmente pegou no meu braço, e, a partir daí, nós caminhamos juntos até hoje e para sempre. Com afastamentos, com retornos, com idas e vindas, mas sem jamais nos desligarmos um do outro.

Zé Maranhão tinha um poder extraordinário de sedução e completude. Quando ele ainda estava aqui — nesse plano físico — não se percebia mais a diferença entre nossas idades, ele um homem octogenário e eu uma mulher sexagenária, nos entendíamos, falávamos a mesma língua, nos comunicávamos apenas com um olhar, naquela cumplicidade de quem conhece um ao outro profundamente. Nessa convivência, amadureci 'no carbureto', cada vez mais, ao lado dele. Maranhão me ajudou a ser quem hoje sou, porque — além da influência muito grande que tive de meu pai e de meu avô, já que perdi minha mãe quando eu tinha apenas 23 anos de idade — fui tremendamente influenciada por ele, no sentido de conceitos e valores; com lições de humildade e simplicidade. Porque a tônica do meu marido eram essas. Não havia acepção de pessoas, da forma como ele tratava o Presidente da República, tratava o porteiro do nosso prédio, com a liturgia de cada cargo sendo respeitada, evidentemente! Aprendi muito com ele, a amar as pessoas.

Em casa, era extremamente amoroso comigo, com os filhos, com os netos, com seus irmãos, cunhados e sobrinhos. Inclusive, era uma espécie de pai para todos. E muita gente que a ele se achegava o chamavam de 'tio Zé', de 'titio', por conta desse carinho que ele nutria para com as pessoas. Por isso, a primeira palavra que usaria para descrevê-lo é: 'Amor'. E, o que é amor? Amor é também perdão, e ele sabia perdoar, não guardava rancor de ninguém, tinha o coração mais generoso que encontrei. Era extremamente compreensivo, algumas das vezes se lhe indagava: 'Como é que você aceita essa pessoa depois dela ter lhe abandonado? Ou lhe haver traído politicamente? Você ainda a acolhe, de braços abertos?' Ele respondia: 'Cada um tem o seu limite e cada um dá o que tem'. Ele sempre recordava-se daquela parábola em que um escorpião tentava atravessar um rio, e foi ajudado pelo monge, o qual mesmo sabendo do risco que corria, Resolvera auxiliar, pois a generosidade estava impressa em sua natureza. Assim era Zé Maranhão, não só o 'mestre de obras' — como lhe apelidaram —, mas Um mestre na vida! Na forma de amar, perdoar e acolher.

O 'Meu Amor' como o tratava, é o pai de família que todo mundo gostaria de ter em seu lar. O pai que dialogava com os filhos, o avô que ensinava ao neto de 8 anos de idade todas as marcas e tipos de avião. Interessante que, quando o menino apresentou dificuldade em pronunciar algumas palavras ele foi o avô-fonoaudiólogo! Avô apaixonado pela netinha de um ano (à época), tratando-a por 'Minha Fofote'. Assim como havia sido o pai-psicólogo da filha adolescente, Letícia, a quem ele ouvia os questionamentos, orientava e buscava sempre compreender. O pai-defensor (era advogado e entendia bem de leis. Foi um legislador dedicado e responsável), de Leônidas, sempre desafiando a vida em sua paixão por motos e automóveis, diante das minhas imposições e cobranças: 'Deixe-o seguir seu próprio caminho caminho.' E o pai-amigo da filha Alicinha, que, já formada em Direito, quis cursar Medicina, algo que para mim — naquele momento — não fazia sentido, mas que fora bem recebido pelo genitor, sempre um incentivador dos filhos. E foi como médica que nossa primogênita, Maria Alice, pôde nos dar todo o suporte e acompanhar o tratamento do pai em São Paulo, naquele período final de vida, tão difícil.

As crianças adoravam o Zé Maranhão, quantas vezes aqui em casa os pais traziam seus filhos para conhecer e tirar fotos com ele. Quanto vezes o segurança atendia a porta. E Maranhão logo aparecia: 'Deixe entrar!' e corria uma criança para dentro da casa! E nas suas caminhadas pela vida pública sempre havia crianças vindo querer, beijar, tirar foto... era de fato muito curioso. O energizava!

Eu que não sou muito afeita às tarefas de cozinha, sempre pude contar com ele. Quando estávamos sem ninguém para nos apoiar nos afazeres domésticos, Zé Maranhão ia para a cozinha, coava café, fazia tapioca, colocava as frutas bem organizadas na bandeja. Preparava o nosso café da manhã completíssimo. E quando eu dizia: 'Ô Meu amor, deixa os pratos aí que amanhã se lava.' Ele, frequentemente, respondia: 'Não! Eu tenho prazer em fazer as coisas simples da vida!' E um detalhe: quando ia ao banho, após a higiene, toda a residência ficava inundada de perfume. No ar, a elegância e a fragrância daquele belo homem. Um homem com que toda mulher sonharia.

Das suas predileções na vida, certamente destaco três: a Família, a Aviação e a Política. Por vezes até brincava com ele que era difícil estabelecer a ordem certa, porque ele se doava intensamente à vida pública, e a aviação, mas sem nunca — jamais — relegar a família. Percebemos, que alguns políticos, por conta do exercício dos cargos, se afastam do lar. Mas, se ele ficasse uma hora dentro de casa, fazia essa hora valer por um mês. Porque era intenso, era pleno.

Sua relação com a Aviação, era, de fato, incrível. Como já relatei, eu o conheci por conta daquele primeiro voo de avião, mas lembro de outros tantos episódios inusitados que poderia passar horas narrando. Recordo de certa vez em que estavam — salvo engano — Lena Guimarães, Idácio Souto, Sales Gaudêncio, Adriano Bezerra, voltando para João Pessoa. Em pleno voo, o avião teve uma pane assim que decolaram do Rio de Janeiro. O piloto ficou apavorado e o chamou. Ele foi lá atrás ver. ‘Era um circuito elétrico, coisa simples, já concertei’. Pousaram tranquilamente, como se nada tivesse ocorrido. Já no chão o piloto exclamou: ‘Se Zé Maranhão não tivesse nessa aeronave nós teríamos morrido! Esse avião nem tinha possibilidades de voar, não tínhamos onde pousar, nem as condições de prosseguir com o voo!’.

Depois do ocorrido, Lena Guimarães disse que nunca mais voaria em aeronave de pequeno porte. Mal sabe ela — que hoje está lá no Céu, junto com o seu amigo — que nos aviões de pequeno porte são muito mais fáceis de se contornar As panes, ainda mais se Maranhão estivesse no voo. Tê-lo em uma aeronave era como ter o próprio ‘anjo do Senhor’ nos protegendo! Quantas vezes, durante todos esses anos nós o vímos dando um jeito em situações dessa natureza, pousando bímotor com um dos motores parados, com trem de pouso travado, tendo que pousar de barriga... Com isso eu quero dizer que meu marido era um exímio mecânico. Era um expert em mecânica de aviões. Inclusive, quando jovem aos 18 anos ele ia fazer vestibular para o ITA, mas aí, o que aconteceu? Entrou na política. Mesmo assim nunca deixou de voar. Voar era o sonho de Maranhão, voar como ele acabou voando para o céu infinito.

Aquí, com os pés no chão, eu preciso acrescentar que dentre todas as suas qualidades eu admirava muito a sua sabedoria. Em uma das intimistas reflexões que fizemos por conta de meu árduo trabalho como magistrada (repleta de processos para julgar) ou mesmo na lida constante dele (nas comissões e votações do Senado e campanhas políticas). Meu marido dizia sempre: ‘Nada melhor do que um dia após o outro. Tudo tem uma solução, se não chegou a solução é porque ainda não chegou ao fim!’ Ou então, às vezes, ele lembrava da letra de uma música que gostava muito, Smile, de Charles Chaplin — de quem tinha todos os DVDs! ‘Sorria, embora seu coração esteja doendo/ Sorria mesmo que ele esteja partido/ Quando há nuvens no céu, mesmo assim você sobreviverá/ ...Sorria, e talvez amanhã você descubra que a vida valeu a pena’.

É nesta letra da música de Chaplin que tenho me agarrado ultimamente, porque me recorda dessas palavras de alento e sabedoria de ‘Meu Amor’. Ma-

ranhão tinha a palavra certa para a hora certa, não havia situações que ele não tivesse uma resposta, não havia dores que não suavizasse, não haveria alegria que ele não trouxesse mais entusiasmo. Maranhão é, foi e será sempre um ícone da vida pública do nosso estado, um dos homens mais sábios que a Paraíba já teve, um dos homens mais íntegros, cultos, éticos — É muita paixão, não é?

As decepções de sua vida políticas foram várias, sobretudo quando cassado, sofreu muito. Eu o conheci nessa época e pude acompanhar a sua luta diante da indiferença das pessoas quanto aquele ostracismo imposto pelo Regime. Para ele conseguir abrir uma conta bancária, era preciso que houvesse abono a conduta de um homem acima de qualquer suspeita. A sua cassação foi uma dor profunda em sua alma, porque ele apenas defendia as ideias democráticas jamais foi subversivo, nunca foi revolucionário, mas sempre foi — como eu mencionei — um estadista, um homem que colocava a República e a democracia como regras de conduta política. Essa exclusão da vida pública, banido dos meios sociais, restrições econômicas, isso fê-lo padecer por demais e a mim também, embora fosse eu muito jovem e não percebesse exatamente a dimensão da punição.

Durante esse período perdeu o pai, Seu Beja — Benjamin Maranhão — e ficou muito, muito abatido. Ficou um tanto recluso, naquela vida solitária. Um homem que vivia no meio do povo, não podia mais receber o abraço do povo! Foi, mais ou menos nessa época, que Wilma Maranhão conseguiu o seu espaço na política, tornando-se Prefeita de Araruna, já tendo contado com o apoio do pai e agora do irmão, Fazendo a família continuar na política. É isso. Eu sempre — e cúmplice — dos momentos tristes e dos momentos alegres na vida de Zé Maranhão.

Quando ele ganhava uma eleição, tinha uma atitude comedida. Ficava feliz, é claro, mas não se envaidecia. Quando perdia, buscava compreender o ocorrido e logo já dava a volta por cima e se reposicionava na luta. Por isso, que digo que Maranhão tinha palavras e atitudes exatas para cada situação. Quando foi eleito senador, e, em seguida, assumiu o governo do Estado, esteve comprometido com ambos os cargos. E, quando perdeu a eleição de Governador (4ª disputa) — no ano 2002 — É lógico que ele ficou pesaroso, ficou, mas disse: 'A vida continua.' E, em seguida foi reeleito senador.

Perder uma campanha e ganhar uma campanha com Maranhão é como um aluno que faz uma prova: hoje tira 10 e amanhã tira 8, tira 7, porque depende do momento, das circunstâncias. Agora, algo que fazia Maranhão sofrer, de fato é quando um correligionário deixava a sala de aula do dedicado professor.

Nestes casos sim, eu via meu marido perder noites de sonos. Não por conta do cálculo partidário, mas por conta dos vínculos pessoais e políticos rompidos.

Mas era Fênix, sempre renascia das cinzas e de um temperamento tranquilo! ‘Bem-aventurados os pacificadores porque serão chamados filhos de Deus’ (Mateus, 5:9).

‘Pacificador’. Eis outro aposto que bem caberia ao vocabulário maranhista. ‘José Maranhão, o Pacificador’, porque quando havia qualquer divergência entre as instituições partidárias, na Paraíba ou em Brasília, Maranhão sempre era convocado. Era chamado por Renan Calheiros, pelo Davi Alcolumbre... O Presidente José Sarney foi uma figura importante na vida de Zé Maranhão, também muito próximo, como fora, talvez até com mais intensidade, o presidente Michel Temer. É aí, nós da família percebíamos como ele era respeitado pelos pares. Na Comissão de Constituição e Justiça, nos projetos de lei, na Comissão de Orçamento, nos tribunais superiores... Conhecido espírito conciliador, agregador, essencial para o trabalho coletivo. Tenho certeza de que ele deixou uma lacuna na vida política do país.

Concluo registrando que a Política não era profissão, e sim, missão. Agropecuarista, amante da terra e do gado, do suor de suas mãos, com eficiência e conhecimento na área, tirava o seu sustento e da família. Com trabalho decente e prazeroso.

Após esses conceitos acerca de Zé Maranhão, ainda poderia usar uma palavra agora, para defini-lo: ‘imortal’. José Maranhão é realmente imortal — eterno! Não por ter ocupado cargos políticos importantes no Senado Federal, na Câmara Federal, no Governo do Estado, na Assembleia Legislativa... Ele se eterniza através dos seus gestos, de suas atitudes e palavras. Insisto, um homem sábio na política que se tornou um estadista, e os estadistas são aqueles que colocam a igualdade e a felicidade coletiva acima de si próprio. Inclusive, antes de morrer suas últimas palavras foram: ‘Vacina, vacina...’ E quando lhe sussurrei: ‘Você já ficou bom da covid, é preciso tratar as sequelas’. Ele completou: ‘Para mim não. Para o povo’. Suas últimas palavras não foram: ‘Estou preocupado com a família... Cuide dos nossos filhos...’ A sua última vontade foi vacina para o povo! Porque ele não queria que as pessoas sofressem que ele estava sofrendo ao contrair a terrível covid-19!. Esse é Zé Maranhão, O homem que viveu para amar seu povo.”

NOS CAMINHOS DE MEU PAI, POR MARIA ALICE BEZERRA CAVALCANTI MARANHÃO

“Assim como minha avó materna, chamo-me ‘Maria Alice’, tenho 35 anos, sou médica, casada, mãe de dois filhos. Filha de Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti Maranhão e de José Targino Maranhão.

José Maranhão no meio familiar não era muito diferente do José Maranhão, homem público, que toda gente conhece. Acredito que seus princípios e seus ensinamentos extravasaram da sua conduta pessoal para a carreira pública. Era homem manso, calmo, de poucas palavras, mas de palavras certas e firmes, de sábios conselhos. Fazia-se sempre presente, não tanto por carinhos fortuitos, mas porque sempre estava na hora exata, na hora mais importante. Sempre que precisávamos dele, ele chegava, para orientar e até para firmemente nos por nos trilhos! Era assim, uma figura difícil de se encontrar, única, que exerce — ainda hoje — uma forte influência na minha vida, na vida dos meus irmãos, dos meus filhos, da família e sobretudo, na vida da nossa mãe.

Ao pensar em meu pai, as primeiras palavras que me vem à cabeça são: ‘honestidade’ e ‘generosidade’. Essas são duas palavras que o definem bem, para mim. Porque, como é de conhecimento geral, ele sempre foi um homem íntegro, que tratava a coisa pública com a mesma responsabilidade que dispndia aos seus negócios pessoais, suas empresas e fazendas... Esse compromisso de gestão e governança ele levava para a administração pública. Por isso, a palavra honestidade o define bem.

Generosidade porque meu pai era uma pessoa — ousar dizer — que tirava de si próprio para dar aos outros, revelando aí outra característica: Solidariedade. Referia-se à Paraíba, como se fosse a sua grande família e tratava a população como se fossem, filhos. Então, se necessário, ele tirava algo de casa para às pessoas, porque o amor que sentia pelo povo paraibano só é comparável ao amor pelos seus próprios filhos.

Ele era o tronco, a base, o Norte da nossa família, tanto para nós do núcleo mais próximo: minha mãe, meus irmãos, meu esposo, eu e meus filhos, como para toda a grande família Targino Maranhão, sobretudo relativamente às suas irmãs. Tudo, de alguma forma, girava em torno dele. Apesar de momentos de convivência partidas — devido ao seu trabalho — a família sempre o tomava como uma bússola, em busca de orientação. Qualquer decisão passava por ele. E quando alguém não o ouvia sempre se dava mal. Cumpria esse papel do grande patriarca amado e amável. Tratava as irmãs com um carinho imenso

e se fazia sempre presente na vida delas e dos sobrinhos. Aliás, eu acho que para os sobrinhos ele também representava uma espécie de segundo pai. Então, realmente era a base da nossa família.

Fora de casa tinha duas paixões, a política, como registrei, e a aviação, mas acredito que, no fundo, a aviação ainda era a maior delas. Quando entrava no hangar, ele esquecia de todo resto, do mundo, dos problemas... Era sua válvula de escape. Às vezes até nos almoços de domingo em família, ‘mainha’ ficava ligando: ‘Meu amor, venha! Venha que estamos todos com fome e só almoçamos com você à mesa.’ Dava 2, 3 horas da tarde e ele lá, mexendo no avião. Certamente, se ele não tivesse enveredado para a Política, teria seguido a carreira de piloto, ou mecânico de aviões, ou engenheiro aeronáutico... Porque era sua paixão número um! Ele sempre quis que um dos filhos herdasse essa paixão. Léo é a adrenalina, entretanto, dizia: ‘Não vejo adrenalina nas alturas, eu gosto do desafio da terra firme, eu gosto de carro de corrida e de moto.’ Nos últimos tempos passou a levar para esse caminho o neto — o José Targino Maranhão Neto — que desde pequeno se mostrou muito receptivo às investidas do avô, mas partiu sem vê-lo corresponder aos seus anseios. Quem sabe? A paixão já existe, ficavam os dois vendo filmes de avião, falando sobre novos modelos de aeronave e até hoje meu filho coleciona miniaturas de avião, conhecendo cada modelo.

As viagens que eu fiz com ele — graças a Deus — foram todas tranquilas. Inclusive, minha mãe e eu sempre nos sentíamos mais seguras quando ele estava pilotando. Existem muitas anedotas e histórias verídicas das peripécias de José Maranhão pelos ares [...], mas — ao contrário do que possa parecer — Quando, ousava, assumia os riscos, e sempre obteve sucesso.

Também na política enfrentou vários desafios, e, na maioria deles, também foi bem sucedido. Com certeza teve obstáculos enormes para enfrentar, mas acho que o desafio mais provocador que ele estava encontrando, (enfrentando na vida pública), era esse jeito moderno de se fazer política. Porque meu pai ainda era do tempo em que o ‘fio do bigode’ valia como um pacto inquebrável. A palavra que ele empenhasse, ele não voltava atrás jamais.

Ultimamente estava se decepcionando com esse novo modo de se fazer política, reclamando “entre muros” da falta de ideologias partidárias. Eu lembro que, em muitas de suas candidaturas, depois de várias noites de incansáveis reuniões... Ele ia dormir com o apoio de três, quatro ou cinco aliados e no dia seguinte acordava sem sequer um telefonema — quando, de repente, lia-se num blog de notícias: ‘fulano, sicrano e beltrano aderiram à campanha do candidato

tal'. Ele se abatia muito com isso, com oscilações do comportamento de alguns políticos, e com a vulnerabilidade que isso oferecia aos seus projetos e ao seu compromisso com a Paraíba. Não era movido por oportunidades ou alianças mais promissoras, quando a palavra já estava empenhada.

Como Governador, onde a gente passa na Paraíba, encontramos feitos e realizações de Zé Maranhão. Não é à toa que ele recebeu a alcunha de 'mestre de obras'. Há pouco tempo — logo depois que ele já havia falecido — eu fui cobrir um plantão em uma cidade do alto Sertão. E, chegando lá, atendi uma paciente — uma senhora —, e no meio da consulta (eu acho que ela viu meu nome no prontuário) perguntou: 'Você é filha de Zé Maranhão?' E eu respondi que sim. Em seguida ela disse: 'Olhe, seu pai foi e é muito importante para nós, principalmente a gente aqui, povo sofrido do Sertão. Ele que trouxe luz para cá na época que a gente não tinha energia elétrica e, graças a ele, hoje, eu e meu marido, "meu velho", temos como nos cuidar, como cuidar da nossa saúde porque nós sofremos de asma e graças a energia eu pude comprar um aparelho de nebulização... Sou muito grata a Zé Maranhão...' E, ao fim da consulta, ela ainda completou: 'Minha filha, siga os caminhos de seu pai, quer seja na política, quer seja por onde você vá, mas siga os caminhos do seu pai, siga ajudando ao próximo.'

As palavras daquela senhora me emocionaram muito. Eu não enveredei pela política, mas onde chego para trabalhar, no exercício da Medicina, encontro sua assinatura, como por exemplo no Hospital de Trauma, obra construída pelo Governador José Targino Maranhão...' Por onde quer que eu passe, eu me deparo com obras feitas por ele, e isso me deixa muito feliz. Eu sei que nunca vou chegar perto de construir um hospital público — pretensão! mas só o fato de eu estar ali, trabalhando dentro de uma obra que foi construída pelo meu pai, provoca-me uma enorme satisfação, como se meu trabalho fosse um pedacinho do legado dele, que dou continuidade a uma minúscula parte desse do caminho por ele traçado, trabalhando com amor em prol do outro, seguindo seus ensinamentos. Tudo isso, José Maranhão passou aos seus filhos e eu pretendo passar aos meus."

SAUDADE SEM DOR, POR LEÔNIDAS BEZERRA CAVALCANTI TARGINO MARANHÃO

“Meu nome é Leônidas, tenho 27 anos, Sou pecuarista e graduado em Educação Física.

Desde pequeno acompanhava meu pai pelas andanças no campo, nas nossas fazendas no Piauí, Tocantins e Paraíba. Lembro que, montados a cavalo, eu observava a maneira como ele conduzia as coisas e tratava as pessoas. Quem o conhece pouco pode até julgá-lo — precipitadamente — como uma pessoa ‘fechada’, reservado. Um equívoco. Seus funcionários e seus vaqueiros, eram muito bem tratados. Com amizade e respeito. No meio da família era muito afável, apaixonado pela esposa, pelos filhos e netos, adorava brincar com estes. Sempre se fazia presente na vida e nos assuntos familiares, gostava de boas e longas conversas. Era tão bom ao ‘pilotar’ a churrasqueira, como era com os aviões! Sua pizza era famosa!

Particípei, várias vezes, das empreitadas dele envolvendo a Aviação. Chegávamos às 9 horas da manhã no aeroclube e saímos altas horas da noite, ou até de madrugada. Presenciei, também várias aventuras no ar, como às vezes que um dos motores desligava! Mas sempre sem pânico, Zé Maranhão estava lá, prestando atenção nos controles do painel de instrumentos, sorrindo, sempre sereno, enquanto dava conta do problema.

Esse mesmo espírito de serenidade, mas com determinação, ele levava para a vida pública. Quando acompanhava mais de perto as campanhas eleitorais, eu podia presenciar aquele coração cheio de alegria sempre que parava — e as vezes alugado por horas — para conversar com as pessoas nas ruas. Ele falava a linguagem das ruas — não tinha ‘frescuras’ com nada. Nunca o vi fazendo qualquer ressalva ou discriminação, tratava todos do mesmo jeito, e eu o admiro muito por isso, não há nada que o desabone a esse respeito. Sei que o povo paraibano compartilha desta admiração.

É impossível resumi-lo em poucas palavras, e tenho certeza de que o depoimento de minha mãe e outros dão conta de descrever o homem de família que ele era. Quanto a mim, só tenho a agradecer a Deus pelo pai maravilhoso que tive. Compreensivo, parceiro, incentivador e bom. Um homem bondoso. Eu só quero que o Brasil e a Paraíba guardem sempre essa imagem dele nos seus corações, sabendo que por aqui ele deixou — além das grandes lembranças — um vazio enorme na mente e no peito da gente. Essa casa sem ele não é a mesma, não é a mesma de quando ele chegava, ao final da tarde, e perguntava

como havia sido o dia da gente... Ele faz muita falta, deixou grande saudade. É muito difícil para mim, ainda preciso desenvolver um trabalho agropecuário sem a orientação dele! Muito difícil!

Só vem essa frase na minha cabeça: ‘o que faria meu pai no meu lugar?’

Nossa família é muito unida. E juntos, minha mãe, minhas irmãs, meus sobrinhos Zé Neto e Fatinha, meu cunhado Aluizio e eu, viveremos essa saudade em um dia, sem dor.

UM PORTO SEGURO, POR LETÍCIA MARIZ MARANHÃO

“Sou Letícia Mariz Maranhão, 22 anos, estudante de Medicina, filha caçula de José Maranhão.

O dia a dia com meu pai era sempre uma surpresa, às vezes ele era mais sério — como costumava ser visto publicamente —, já em outras era bastante bem-humorado. A gente sabia quando ele estava em casa, porque se ele estava lá sempre estava ouvindo música! Não se costuma pensá-lo como alguém descontraído, naqueles trajes de senador, mas em casa ele se soltava, conversava sobre os temas mais diversos e era muito carinhoso conosco. Conversávamos horas sobre os assuntos mais aleatórios e sobre qualquer assunto que a gente perguntasse, ele sabia falar, era impressionante.

Acho que herdei dele certo lado mais introspectivo, mais reflexivo. Vejo em mim aquela curiosidade característica dele, de querer saber das coisas, de verificar como as coisas funcionam... Certa vez lembro que nós ficamos — só os dois — conversando e pesquisando até altas horas na internet sobre a vida de Steve Jobs, aí quando vimos, já eram 3 horas da madrugada. Era fácil perdermos a noção do tempo quando estávamos juntos.

Me recordo, também, de uma traquinagem de criança, estávamos, Léo e eu, lá na casa da Granja do Governador. Pulando no sofá da sala, quando, de repente, ele apareceu! Ficamos assustados pela provável — e merecida — repreensão por nossa ‘arte’. Mas, em vez disso, ele se aproximou, tranquilamente, apenas tirou nossos sapatos e consentiu com nossa diversão, inclusive, somando-se a ela!

Por ser a mais jovem, eu acompanhei menos que meus irmãos a sua vida política e profissional. Mas tenho em mente que ele sempre acabava invadindo o espaço do lar, porque tratava todo mundo como se fosse da família. Recebia todo mundo na sala de jantar, na cozinha... Cansei de dividir a copa da cozinha com seus assessores e seus computadores. Era algo comum. Não chegava a tomar

parte das discussões, mas suas presenças eram muito constantes, já eram praticamente parte da casa. Entretanto, a despeito de trabalharem na nossa cozinha, meu pai não nos envolvia nas questões políticas. Acho que para nos poupar das atribuições da vida pública. Daí suas solitárias noites de sono perdidas. Ele preferia guardar o seu descontentamento somente para si ou dividiu-lo com sua esposa, sempre leal companheira.

Mesmo assim — mal dormida a noite, ou não —, no dia seguinte, ele já estava bem-disposto querendo sair com a gente pra confraternizar. Ele adorava pizza, hambúrguer e comida nordestina, acho que eram seus pratos favoritos. Eu gosto muito de sushi e comida japonesa no geral, tentei introduzi-lo algumas vezes, mas sempre falhei. Ele dizia: ‘Minha filha, você vai comer coisa crua! Se pegar alguma doença eu é que não vou te cuidar!’ Uma forma de me induzir a obedecê-lo.

Muitos adjetivos já foram utilizados para descrevê-lo, por isso vou ficar com apenas uma palavra, uma palavra mais que diz muito: ‘integridade’. Ele era uma pessoa muito correta, e acho que a melhor forma de demonstrar isso é ver como ele se portava nos múltiplos aspectos de existência, como pai, como esposo, irmão, tio, mas também, como político, como cidadão... E isso me faz ter muito orgulho dele.

Em todo lugar em que somos reconhecidos, já vem logo falar com carinho do nosso pai. É difícil ver isso hoje — com outros políticos —, pessoas vindo demonstrar genuína admiração, dizendo que: “Toda minha família sempre votou em Maranhão... Meu filho é fã de Zé...Minha mãe é doida por ele”... Isso comove muito! Saber que era um político íntegro, reconhecidamente o que é uma coisa rara hoje em dia, se formos ver a história recente da política brasileira. É um reflexo do que ele sempre nos ensinou em casa, a ter uma conduta correta, a seguir nossos sonhos, sem pensar apenas no sucesso financeiro, mas no valor do próprio conhecimento adquirido, para sermos — de fato — bem-sucedidos na vida profissional. ‘Conhecimento é a única coisa que ninguém nunca vai te tirar’ — ele sempre dizia! Talvez por isso fosse tão preocupado com a área de Educação.

Era uma pessoa serena, que passava muita confiança, então qualquer problema que aparecesse a gente sempre sabia que podia contar com ele, era sempre um "porto seguro."

FEZ-SE A LUZ NA PARAÍBA, POR WILMA MARANHÃO

“José Maranhão era um idealista! [...] Eu fui assessora de José Maranhão por muito tempo, com muita honra para mim, e acho que o maior legado que um político podia dar foi o legado que ele deu ao povo da Paraíba [...]. Desde seu primeiro governo concluímos que deveria haver uma atuação mais efetiva, com mais recursos para transferir para a população carente, que foi onde nós mais entramos, [...] percorremos esse estado de ponta a ponta, [...] para estar mais perto do povo, do povo carente, do povo sofrido, da criança, que estava sem assistência médica[...]. E a administração de José Maranhão se voltou, tanto a parte administrativa, propriamente, como também para essa parte social. Ele foi um grande gestor e eu tenho orgulho de dizer que, durante as gestões de José Maranhão, estive sempre ao lado dele, procurando junto com ele melhorar as condições de vida do povo da Paraíba.

Foram vários grandes programas — como aquele programa do leite, programa de amamentação —, todos iniciados e jamais esquecidos por Zé Maranhão. Quando deixou a administração, ele continuou, de maneira informal, acompanhando de perto [...]. Eu lembro-me bem do primeiro grande projeto de eletrificação — que se estendia por toda área rural, e uma Paraíba, quase que desconhecia, apagou — 100% — o candeeiro. Pois é, 100%! Zé Maranhão apagou o candeeiro da Paraíba.

[...]

Nós íamos lá para aquelas comunidades rurais pelo interior, em toda a região, porque ele não fazia distinção. Ele fez com que toda a região entendesse a necessidade da presença do poder público [...] Elogiar uma pessoa de casa é sempre complicado, mas eu também não posso me furtar de reverenciar Zé Maranhão, porque ele foi aquela criatura que amou a sua terra! Que lutou, trabalhou, trouxe leite para as comunidades carentes, luz e água para as comunidades rurais. Ele conversava com o pequeno produtor rural, com o agricultor com todas as classes sociais, ele foi o Governador de todos, que, além de idealizar, ajudava a desenvolver os programas e acompanhava passo a passo. E, sempre que possível, eu gostava de estar junto dele como política também que fui, porque ver o nosso estado crescer foi muito bom! E a Paraíba realmente cresceu.”

UM HOMEM DE PALAVRA, POR HERÁCLITO BEZERRA CAVALCANTI

“Maranhão era uma pessoa extremamente carinhosa. Quando começou a namorar com Fátima, — eu tinha em torno de 6 anos de idade. Já naquele tempo ele demonstrava um enorme afeto para comigo, (gostava muito de crianças) lembro de ficar esperando-o chegar às sextas-feiras, para que me levasse à pizzaria chamada La Verità — que ficava na Av. Epitácio Pessoa. Eu passava a semana todinha aguardando-o chegar. Quando chegava, eu corria para abrir o portão, porque sabia do carinho especial que por mim nutria, e que sempre fora muito recíproco.

Aos sábados o passeio continuava. Ele me levava para ao aeroclube e para dar uma volta de avião, fazendo questão de sobrevoar a rua onde morávamos. Domingo pela manhã era aeroclube de novo, ele ia bater papo com os outros amantes da aviação. Ou seja, ele preenchia todo o meu final de semana pacato de criança com aquelas aventuras incríveis, e eu adorava passar a semana inteira esperando a sexta-feira chegar!

E, um fato digno de registro, é que nessa época Maranhão era cassado. Esse momento da sua vida pública e privada o abalou muito, porque ele fora obrigado a deixar a carreira política. Então, dedicava quase todo seu tempo para as fazendas, mas no fim de semana, sempre estava presente lá em casa, e as aventuras recomeçavam. Era uma criança muito feliz junto dele, e ele acabou se tornando uma espécie de segundo pai para mim. Porque eu cresci às voltas com Zé Maranhão, às vezes Fátima nem ia com a gente, mas não importava, ele me tratava como um filho.

Quando veio a anistia ele logo quis retornar a política, sabia que nosso papai — Waldir Bezerra — se recandidataria como deputado. E ele ficou com aquela preocupação: ‘Como é que vamos sair eu e meu sogro como candidatos?’ A irmã dele — Wilma — era, na época, prefeita de Araruna e foi outras vezes prefeita.

Reticente em concorrer com os votos dentro da casa do sogro, Maranhão tentou convencer nosso pai a se candidatar à Câmara: ‘Waldir, por que você não sai candidato a deputado federal? Junto aos meus votos, para estadual, certamente a gente leva! Mas nosso pai respondeu: ‘Não, minha mulher faleceu, todo hoje sou pai e mãe. Não posso ir para Brasília. Vamos fazer o seguinte, você — Maranhão — sai para federal e eu continuo como estadual.’

Maranhão seguiu hesitante, naquela tremenda dúvida e Fátima, então, nervosíssima: ‘Meu Deus, já pensou meu noivo e meu pai, candidatos a deputado

estadual!’ Chegou à convenção — e lembro como se fosse hoje — eu vestia uma camiseta estampada com ‘José Maranhão Deputado’, não dizia se ‘federal’ ou ‘estadual’, porque ele ainda estava decidindo. Mas, naquele mesmo dia os rumos foram tomados. Lá mesmo na convenção papai se sentou com ele e com outros deputados — Romalho Leite, José Fernandes de Lima e Roberto Paulino — onde recompuseram alianças em prol da candidatura de Maranhão o terceiro para federal. Incluo o importante apoio de Mario Silveira e Humberto Lucena.

[...]

Quando, em 1986, ocorreu a campanha de reeleição, mais uma vez percorremos todo Estado. O mesmo em 1990, quando ele concorreu pela terceira vez. Como se sabe, Maranhão foi deputado federal três vezes, deputado estadual por quatro, foi Presidente da Assembleia Legislativa, foi vice-Governador e foi o único Governador da Paraíba a exercer três mandatos, além das duas vezes em que disputou e se elegeu senador. Mais tarde, no final dos anos 1990, houve aquela ruptura entre José Maranhão e Ronaldo Cunha Lima, quando muito líderes acabaram deixando o PMDB.

Mais tarde, em 2010, entramos em nova fase e voltei as viagens e as andanças pelo estado junto dele e apreendi muito, porque agora eu já era adulto, já era maduro e Maranhão me dava muitos conselhos, sobretudo dentro do carro, nas estradas, quando a gente tinha mais tempo para trocar ideias. Ele faz muita falta na minha vida!

Quando meu pai faleceu, em 2013, a minha figura paterna tornou-se Zé Maranhão [...]. Na campanha de 2012, quando ele foi candidato a prefeito de João Pessoa, eu passei 24 horas, praticamente, morando na casa deles, porque não havia tempo nem de voltar para minha. [...] Tendo perdido aquele pleito eu passei então a andar diariamente com ele, porque quando a pessoa está no poder, a casa fica cheia — Vive cercado de gente. Já quando você perde o poder, muitos ‘amigos’ de outrora desaparecem — porque eram amigos do poder e não da pessoa. E, quando ele ficou mais sozinho, eu estava lá com ele [...]. Íamos para a fazenda, para o aeroclube — como na minha infância. Íamos ao shopping, comer um McDonald's — porque ele gostava mesmo!

[...]

De 2014 em diante eu colaborei, efetivamente com todas suas campanhas ao Senado, bem como de algumas campanhas de quem ele apoiava na Paraíba [...]. Mas nunca esquecerei da vez em que estive em Brasília junto dele, me recuperando de um quadro complexo de saúde, onde quase havia perdido a visão [...]. Maranhão chegava em casa, depois de doze horas no Congresso, por volta das

12 horas, às vezes perto da 1 da manhã. Ele me via no quarto abatido, apelando que minha vista voltasse, ele então ficava lá comigo. Colocava uma cadeira ao lado da cama e passava a noite todinha lá, para me fazer companhia, porque sabia que minha situação era grave. Esta imagem e esta gratidão são coisa que quero guardar para sempre. Como também às vezes que me serviu como guia, em que mesmo sem eu enxergar ele me levava nos melhores restaurantes e para passear por Brasília me segurando pelo braço.

[...]

‘Coerência’, ‘lealdade’, ‘simplicidade’ e, acima de tudo, ‘honestidade’. Eu acho que estas são, não uma, mas as quatro palavras que melhor definem Zé Maranhão.

[...]

Zé Maranhão era uma pessoa honesta quando empenhava sua palavra, não precisava nem assinar, cumpria. Quando firmava um compromisso a gente sabia que ia acontecer. [...] então, eu Acho que o exemplo mais forte que ele deixou foi a honestidade. Foi desta honestidade e compromisso. [...] basta ver o respeito e deferência que os demais políticos tinham para com Maranhão e o fato de em mais de 65 anos de vida pública não ter em sua ficha nenhum processo! Algo muito raro hoje em dia.

[...]

Outro fato interessante que não posso deixar de destacar é que Maranhão começou na política, não foi pelo PMDB, mas sim pelo PTB. Interessante, meu pai começou pelo PSB, na época do pluripartidarismo. Depois, durante a ditadura militar, ficaram apenas: Arena e MDB. Meu pai foi um dos fundadores do MDB. A ficha número 1 do partido fora de Ruy Carneiro, a segunda foi de Janduhy, a terceira foi de Argemiro Figueiredo... A quinta foi de Humberto Lucena, a ficha do meu pai foi a sexta e sétima foi Zé Fernando de Lima — se bem me recordo. Maranhão foi a 15ª. Maranhão veio depois da anistia, quando já podia ser candidato e filiou-se ao MDB. Então, assim como meu pai, Maranhão nunca trocou de partido, só tiveram dois partidos a vida toda, os de entrada na vida política e o MDB. Maranhão era um homem coerente.

O BOM COMBATE, POR MIRABEAU MARANHÃO LEITE

“Tio Zé foi, para mim, o tio mais querido e também o mais próximo, ele me acompanhou em toda a minha vida, na infância, adolescência, juventude

e depois na minha vida adulta. Acompanhou meus estudos, mostrava muito interesse no meu crescimento, desde o ensino básico e fundamental e depois na Universidade de Medicina da UFPB, assim como nas minhas pós-graduações.

Sempre foi interessado, entusiasmado e orgulhoso com meu crescimento, ao ponto de entrar no meu mundo profissional e conversar sobre muitos assuntos da Medicina. Tio Zé foi sempre meu amigo, amoroso, para mim foi como um segundo Pai, amei muito meu Pai e amei muito o meu Tio Zé.

Ao admirá-lo sempre o tive como um referencial e exemplo de vida a ser seguido. O admirava também como cidadão, como homem, como chefe de família, como político, empresário e sobretudo como exemplo de seriedade, ética, generosidade, competência e responsabilidade em tudo que fez.

Por fim, guardo lembranças da sua convivência na minha própria casa, onde foi presente e amoroso com minha esposa Olguinha, meus dois filhos Caio e Júlia, sendo também muito amado por eles.

[...]

Desde minha infância um papel de herói, pois como era muito afetivo com crianças dava muita atenção aos sobrinhos, conversava conosco dando importância ao nosso mundo e nos incluía no mundo dele. Nos levando nos seus voos em seu avião, conversando conosco acerca das máquinas que ele tanto gostava de desvendar os mistérios, falava sobre o lidar com a terra e a pecuária, assim como com os animais que ele tanto gostava (gatos, Bovinos), até seus namoros naquela época nos levava a sonhar com o que poderíamos ser como adultos.

O meu tio foi quem preparou as primeiras pizzas que comi, de uma forma simples e singela na sua casa da Lagoa em João Pessoa, após as minhas aulas de inglês quando ele me levava para casa. Ele ocupava um papel de líder na nossa família, de exemplo a ser seguido devido a sua conduta sem vícios, seu respeito e atenção para com todos, sua força de trabalho e determinação.

[...]

Nunca o cargo ocupado mudava o seu modo de ser, apesar dele ser deputado, Governador, senador, ele era o mesmo tio de sempre. Por exemplo, quando o meu tio era Governador e morava na Granja Santana — que serve de residência a quem ocupada este cargo — fomos jantar um sábado à noite com ele e éramos apenas quatro pessoas a mesa; nessa ocasião, a cozinheira preparou um banquete que daria para umas quinze pessoas e ele a chamou, perguntando-lhe o que ela iria fazer com tanta comida que iria sobrar, ou seja, ele era zeloso com o gasto público como o faria se fosse o privado.

Os cargos que ele ocupava não o afastava dos seus conterrâneos que o visitavam na casa de sua família no centro de Araruna e na sua fazenda; ele pessoalmente lidava com seus vaqueiros e sempre perguntava por suas famílias, doenças, etc.

Quando das suas vindas a Campina Grande sempre que sobrava um tempo ele nos visitava, almoçava conosco ou tomava um café, um chá; em todas vezes ao sair da mesa dirigia-se a cozinha para agradecer ao pessoal que tinha preparado a comida. Nunca era uma preocupação recebê-lo em casa, pois ele era uma pessoa de hábitos simples e se alegrava com uma comida caseira, regional.

[...]

Outra característica sua era fazer elogios desde a roupa, a beleza, a casa, aos carros, as crianças... sempre falando coisas positivas. Nos indagava de forma interessada o que estávamos fazendo, nossos projetos, ponderava acerca mesmo de coisas simples e cotidianas como a compra de um trator.

Adorava assistir a documentários tanto os históricos, e principalmente acerca das invenções humanas (máquinas, construções); gostava de compartilhar conosco o que tinha visto. Amava falar sobre os projetos que envolviam as possibilidades de desenvolvimento econômico para o nosso país e para a Paraíba.

[...]

A sua vida inteira foi recheada de momentos gloriosos e muito interessantes, desde a sua infância até os seus últimos dias.

Participei com ele de muitas campanhas políticas principalmente aqui no compartimento de Campina Grande e me chamava atenção a sua capacidade física e mental de enfrentar maratonas tão exaustivas, sua habilidade de conversar com as pessoas e de interpretar os acontecimentos que muitas vezes me parecia obscuro e ele conseguia compreender.

Tio Zé era extremamente nacionalista e acreditava muito no potencial do Brasil e de sua gente. Ele falava com entusiasmo das riquezas naturais, das conquistas no campo científico, do crescimento da agropecuária e afirmava que o nosso país administrado de uma forma séria se tornaria uma grande potência mundial.

Ele conhecia a Paraíba profundamente, cada região e seus detalhes, defendia um investimento direcionado para as aptidões de cada local. Acredito que os projetos acerca de recursos hídricos para as áreas secas do nosso Estado foram prioridades da sua vida pública, pois ele acreditava que com água e a eletrificação rural traria desenvolvimento para estas regiões tão carentes. O projeto de eletrificação rural, apagar o último candeeiro, lhe trouxe muita alegria

como gestor, assim como o projeto das águas era um sonho grandioso para o presente e futuro.

Na minha área médica me comoveu muito a preocupação dele com a saúde, empenhando-se na implementação de hemocentros modernos nas principais cidades do Estado, na construção dos hospitais de urgência e trauma de João Pessoa e Campina Grande se certificando pessoalmente de muitos detalhes preciosos para o bom funcionamento destas unidades hospitalares, para citar como exemplo que ele nos relatava com muito orgulho a implantação de uma Câmara Hiperbárica no hospital de João Pessoa para ajudar na recuperação mais rápida dos ferimentos.

Outro destaque que gostaria de chamar atenção é acerca da fidelidade política ao seu partido por toda sua trajetória política, atual MDB, que de uma certa forma retrata a sua fidelidade aos seus ideais políticos.

Quando assumiu o cargo de Governador uma das suas prioridades era indicar pessoas técnicas e com conhecimento nas áreas específicas para as secretarias em detrimento das indicações políticas, claro que foi um desafio grande na época.

Entretanto, na minha opinião, o seu maior desafio foi manter-se competitivo e vitorioso ao longo da carreira política, sem abrir mão das suas convicções éticas acerca de como fazer e executar política em um mundo que a corrupção se tornou o habitual, e que o ‘modos operandi’ atual estava muito distante do idealismo que o fez abraçar esta carreira que ele tanto amava.

Resumiria esta questão nas palavras do apóstolo Paulo: ‘Combati o bom combate, terminei a corrida, guardei a fé’ (II Timóteo 4:7).”

DESAFIO DE UMA VIDA INTEIRA, POR VITAL DO RÊGO FILHO

“Conheci Maranhão quando meu avô, Pedro Gondim, já participava dos últimos capítulos da sua vida pública. em António Mariz e na pessoa de José Maranhão dois grandes amigos e confidentes. Maranhão iniciou sua vida pública na região de Araruna, seu berço, nas décadas de 1950, 1960, quando que meu avô estava no governo da Paraíba. Meu, pai — Antônio Vital do Rêgo — portanto, conhecia Zé Maranhão desde muito jovem. Já, a minha experiência pessoal com José Maranhão foi exatamente no início do governo António Mariz, em que ele ocupava a função de coordenador político, tanto da campanha, como depois, no exercício do governo. Mariz, à época, já apresentava um quadro de saúde

muito debilitante e escolheu Maranhão como sucessor, mesmo na contramão de forças políticas que se mobilizavam em torno de outros candidatos.

Em 1995 eu tinha acabado de sair da Câmara Municipal de Campina Grande, já era deputado estadual no meu primeiro mandato. Já conhecia Maranhão, ‘de ouvir falar’ “ouvir falar”, mas a primeira impressão que eu tive dele foi engraçada, porque ele se apresentava, ao mesmo tempo, muito sério, compenetrado, mas já demonstrava certas aberturas e aos poucos fui descobrindo que tínhamos vários gostos em comum. A partir daí, quando eu queria ‘deixá-lo mais leve’ eu puxava dois assuntos: ‘aviões’ e ‘gado’! Então, quando ele estava muito tenso, eu perguntava das fazendas... ‘Governador, tem notícia de fulano? Parece que no Tocantins tem parido muita vaca...’ ou, ainda: ‘Governador, e os aviões, tem notícia? O senhor vai para a feira de Oshkosh, esse ano?’ ... E ele logo se desarmava. Conhecia Zé Maranhão há tanto tempo que já sabia de todas as manias dele.

Ele era um homem absolutamente verdadeiro. Você não pegava Zé Maranhão numa mentira — jamais! Cumpridor de compromissos, de sua palavra, tinha um espírito de dever público raro. E tudo isso se expressava na sua forma de governar para os mais carentes, para o bem coletivo, para o desenvolvimento de todo o estado. , verdadeira obsessão por esses preceitos, sem dúvida alguma. Em uma determinada campanha — e essa história já é bem conhecida — nós aderimos ao apelido que ele havia recebido, e começamos a tratá-lo por ‘meste de obras’. Exatamente! Porque ele era um obreiro, ele tinha um compromisso de realizar cada vez mais.

E seu compromisso não era apenas com a Paraíba, mas com todo o Brasil. E acredito que isso aconteça por conta de uma situação que eu mesmo vivi em casa por duas oportunidades. Zé Maranhão foi perseguido pela Ditadura Militar, como meu pai e meu avô, que foram cassados pelo AI-5 no mesmo dia. Essa nuvem cinzenta de tantos anos de ditadura, que ceifou lideranças desse país que estavam apenas emergindo, que teriam condições de pontuar de forma muito importante para o Brasil republicano. Em vez disso, nós tivemos um período obscuro, de esperanças interdidas.

Foi dessa experiência terrível que surgiu esse senso de responsabilidade e esse compromisso com a democracia plena e com o país, de figuras como Zé Maranhão, meu pai e meu avô. Todo o processo de reestruturação democrática do Brasil, com o fim do Regime, passou, efetivamente, por lideranças como José Maranhão. De volta à vida política — depois da cassação — Zé Maranhão estabeleceu dois compromissos: um era com o MDB — o velho histórico

MDB — que se tornou PMDB e, agora, voltou à antiga sigla — e o outro com o interesse público acima de tudo.

Era uma vida que cruzava com a minha todo dia, pelo menos de segunda a quinta. Minha primeira dívida de gratidão para com ele foi quando me escolheu como o seu líder. Imaginem, numa bancada de 36 deputados, 28 o apoiavam; 27 eram do mesmo partido, o seu partido, o PMDB, e somente eu fora eleito pelo PDT. Eu tenho uma origem trabalhista, que remete a Vargas, e Maranhão que havia começado a vida pública no antigo PTB e respeitava isso. Então, Zé Maranhão chegou com a orientação de um homem — que é sempre muito lembrado por mim — chamado Gervásio Maia, o pai, diga-se de passagem, e me conduziu à liderança legislativa do seu governo, sendo eu o único deputado de sua base que era de outra legenda! Era um homem fora da curva, literalmente. Eu sempre interpretei aquele gesto como uma responsabilidade muito grande, era um voto de confiança que ele havia me dado.

Eu morava em Campina Grande. Não tinha ainda a duplicação da estrada que, mais tarde, o governo dele construiria. Então, imagine, eu saía de Campina Grande às 3 da madrugada para poder, 8 horas, estar lá na Granja esperando a hora de tomar o café da manhã com ele. Ali, eu recebia as orientações. Sempre tinha um problema, um pormenor, uma questão para resolver... Porque isso é a vida pública. Nos acompanhávamos sempre alguns assessores e secretários de governo, cinco, seis no máximo. Terminado café-reunião cada um tomava o seu rumo.

[...]

O dia a dia dele era muito corrido. Parecia que ele tinha o trabalho como uma necessidade, uma necessidade de ocupar toda sua estrutura emocional e física. Era incansável. E isso tudo quando ele já estava por volta dos 70 anos de idade, mas sempre esbanjando vitalidade. Tanto é assim que, agora, quando soubemos que — por força dessa famigerada tragédia humana-brasileira — Zé Maranhão fora acometido por covid-19, embora soubéssemos do risco para sua idade, ninguém acreditava que fôssemos perdê-lo para a doença. [...] Ele lutou, lutou enormemente, para viver, porque ele ainda tinha muita lenha para queimar.

[...]

Porque se tinham duas características que definiam muito bem Maranhão eram sua resiliência e seu amor às urnas. Ele gostava de disputar a eleição. Ele gostava, inclusive das eleições mais difíceis. Eu digo sempre que a urna é uma peça que você ama ou odeia! Ou você a chama de meu amor — porque você sabe como conquistá-la —, ou você fica distante delas. Zé Maranhão chamava

a urna de meu amor! Porque ele tinha uma resiliência política fortíssima. Zé Maranhão, quando saía de uma eleição perdendo, ele não abaixava a cabeça e ia logo disputar outra.

[...]

Quando foi tentar o Senado, nesta última vez [2014] — já com mais de 80 anos — a desembargadora Fátima me chamou de lado, junto com o Zé Maranhão, e disse ‘Meu filho...’ — ela sempre me chamou como ‘meu filho’ — ‘Meu filho, eu só deixo o Zé Maranhão se candidatar ao Senado, se você me prometer que vai cuidar dele em Brasília’. Eu — enchendo os olhos de lágrima — disse: ‘Vou cuidar dele como se cuidasse de um pai, desembargadora, do meu próprio pai!’. Nesse dia, Zé Maranhão já saiu da minha casa, em Camboinha, como candidato a senador.

[...]

Havia acirradas disputas internas para compor as chapas, porque naquele ano só havia uma vaga para o Senado. E ele foi para o pleito somente com o nome, a marca MDB e o legado das obras que fez. E não é que ele ganhou a eleição? Ele teve votos comigo, teve votos dos eleitores do Ricardo Coutinho e teve votos dos eleitores de Cássio Cunha Lima. Parece que a Paraíba estava dando, exatamente, a última eleição da vida dele. Fico feliz de ter participado disso ao lado dele, eu dizia: ‘Governador, faça a sua agenda. Eu sei o meu papel nessa campanha’. E o meu papel era esse, elegê-lo Senador, além de três deputados federais e quatro estaduais. Por conta desse pequeno sacrifício de ir disputar — mesmo com muita gente achando que ele não levaria —, ele acabou levando mais essa vitória! Essa resiliência dele era extraordinária. Ensinou-me muito.

[...]

Tenho, para mim, que o maior desafio da vida pública de Maranhão não foi um único desafio, em especial. Houve muitos. Na realidade, eu acho que todos os dias ele desafiava a si mesmo. Desafiava a capacidade que tinha de resolver problemas. Este homem conhecia quase que a totalidade dos funcionários do estado, ele sabia os nomes, as funções, quase de cor. Antônio Fernandes era um secretário de administração dele e entregava a ele a folha de pagamentos. E ele lia como se uma criança estivesse lendo um gibí, porque sabia de tudo, de tudo, de tudo! Quando chegávamos para pedir auxílio para um funcionário, ele já sabia quanto os funcionários ganhavam. Era impressionante sua capacidade de memorização. Por isso, para mim, ele tinha sempre um desafio constante.

O desafio autoimposto de ser melhor, de fazer mais, de tentar arrumar mais recursos para o estado, o desafio de uma vida inteira!

[...]

Também não queria deixar de fazer menção às companhias do senador Zé Maranhão, na primeira e na segunda suplência, que se casaram muito bem com a campanha dele. Minha mãe, a senadora Nilda Gondim, que está no exercício após o falecimento do senador Maranhão, tinha por ele uma referência histórica, ainda tem. Hoje, minha mãe, a cada ano presta as homenagens ao senador, tem contatos permanentes com a desembargadora Fátima. [...] Ela tem um compromisso com a história de Zé Maranhão, para deixar, até o final deste ano, uma atividade parlamentar que era linha de atuação dele.

[...]

Nesta mesma linha das suplências e apoios que ele tinha, eu não posso deixar de citar, ainda os nomes de José Ricardo Porto e Roosevelt Vita, que para mim são grandes referências. Nós éramos um grupo! Dr. Roosevelt Vita era uma figura incomum e foi ser segundo suplente de José Maranhão. Além de toda a ajuda que despendeu, era sempre como um assessor jurídico da campanha, era o coordenador, era aquele grande companheiro. Se um dia o professor Sales Gaudêncio for fazer um livro sobre Roosevelt, certamente eu estaria incluso, de tantas coisas que nós passamos juntos. É uma homenagem que eu queria incluir junto à do Maranhão.

[...]

Mas afinal, qual era a linha de atuação do Zé Maranhão? Ele era uma figura nacionalmente conhecida pelo MDB. Ele tinha um prestígio muito forte em Brasília e dedicou este último mandato a combater as desigualdades regionais. Zé Maranhão não aceitava, como nós seguíamos pagando um alto o preço. Nós, paraibanos, nós, nordestinos. Então, todos os discursos de Maranhão tinham uma tônica contrária a essa concentração de recursos da União, contrária aos movimentos de exclusão e preconceitos contra o Nordeste. Então, para mim, o último mandato dele foi marcado por essa luta contundente para enfrentar a desigualdade regional do Brasil.

[...]

Ele sempre lutou muito pela transposição do São Francisco. Essa obra é um dos marcos mais históricos da nossa vida de nordestinos. A Paraíba é o estado que mais recebe águas do Velho Chico. Ela recebe por dois eixos: eixo Norte e eixo Leste. Eu acho. Agora, se Deus quiser, nós vamos fazer também o eixo do vale do Piancó. É o terceiro eixo na Paraíba, já há recursos orçamentários para

isso. E ele foi um entusiasta dessa obra, porque conhecia muito bem a rigorosa seca do Sertão do Cariri, e suas conseqüências nesta e noutras parte da Paraíba.

Era um brasileiro acima de tudo. Eu acho que essa conexão do Maranhão com o Brasil, com o Nordeste, com a Paraíba... Essa conexão com os mais pobres, ela se fez valer em todos os momentos da sua vida. Então esse comprometimento de Zé Maranhão é algo que me ensinou muito. [...] E, as palavras derradeiras que eu posso expressão são: Maranhão, muito obrigado. Muito obrigado pelas oportunidades que você me deu. Muito obrigado pela confiança que você me dedicou. Muito obrigado pelos momentos que você me ensinou. Muito obrigado pela vida que você pode passar a diante. Muito obrigado pelos seus ensinamentos, de um homem público comprometido com o Brasil. Obrigado por tudo, Zé Maranhão!"

GRATIDÕES CRUZADAS, POR ROBERTO CAVALCANTI

"Conheci José Maranhão numa época em que o MDB ainda não tinha o tamanho que viria a conquistar na vida política da Paraíba. O que havia era uma espécie de 'reinado', capitaneado por Humberto Lucena. Como toda composição desse tipo ela tinha suas fragmentações e divergências, imagine-se uma 'floresta de talentos', cada um buscando subir mais rápido em sua própria árvore! Nestes casos, apagar os incêndios provocados pelas dissidências locais e contrabalancear o jogo político necessita de um grande espírito de liderança e Lucena cumpria esse papel 'apaziguador'.

Naquela altura, Maranhão era então pré-candidato ao governo, vice na chapa Antonio Mariz. E eu já era empresário, possuía o Correio da Paraíba há alguns anos. Em 1984 nós fomos todos surpreendidos com execução violenta — e com motivações políticas — que foi o assassinato do nosso primo, sócio, e diretor do Sistema Correio de Comunicação, Paulo Brandão. Após esse ocorrido, coube à nossa família entrincheirar-se para lidar com todo aquele impacto e enfrentar novas ameaças, o que automaticamente nos colocou em campo oposto às figuras daquela gestão do governo estadual que — de acordo com a Polícia Federal — estariam, comprovadamente, envolvidas com o assassinato. Ao mesmo passo, neste momento de tamanha dificuldade para toda nossa família, Maranhão começa a se aproximar de nós dando todo seu apoio.

Se existe algo que pode unir as pessoas, para além das afinidades — Maranhão e eu tínhamos muitas — é a empatia. A empatia é esse sentimento genuíno,

que surge entre colegas de trabalho, amigos... Para com homens e mulheres, por vezes até desconhecidos. É como uma sintonia, e eu me senti em sintonia com Maranhão, com suas características pessoais, desde o primeiro momento. Não obstante — como já disse — compartilhávamos uma série de afinidades, que davam lastro a todo esse sentimento mútuo.

Éramos, ambos, interessados pela pecuária, pela aviação... Eu sou piloto, ele era piloto! E, é claro, pela política. Porque uma vez que você é empresário do ramo da Comunicação, no Brasil, você é sempre assediado e procurado pelos políticos e a única forma de manter alguma autonomia é você se interessar pelo assunto e se engajar na política, porque não existe Comunicação sem política. Há uma inegável simbiose entre esses dois campos, porque as ideias e projetos políticos só ganham força quando contam com o apoio da opinião pública e cabe a imprensa fazer essa mediação. Por isso, já em 1994, eu aceitei me somar aos esforços de Maranhão, sob a liderança de Mariz, para compor uma nova força política dentro do PMDB da Paraíba. Eu acreditava nos seus projetos e no nosso potencial. No mais, a disputa consistia em vencer a convenção contra o grupo que estava — de alguma forma — envolvido com o assassinato de Paulo Brandão. Ou seja, havia também em mim — confesso — esse sentimento, demasiadamente humano, de proporcionar a derrota política daquele grupo com o qual antagonizava. Compreenda-se que, em essência, sou absolutamente aberto ao pensamento divergente, acho que ele enriquece o debate. Mas, neste caso em específico — pelo incidente com Paulo — a luta de toda nossa família se dava, fundamentalmente, contra essas pessoas e o perigo que a manutenção delas no poder representava para a política paraibana.

Naquele momento, todos nós, inclusive Lucena e o próprio Mariz, conhecíamos a fragilidade na saúde deste último. Logo a responsabilidade pelo vice na chapa era imensa, e Maranhão já fora escolhido considerando-se essa questão. Quem estava mais diretamente ligado à campanha já sabia que Maranhão era nosso futuro Governador em potencial, e isso ocorreu de fato, porque assim que assumira, em 1995, Mariz precisou se licenciar por várias vezes para tratar da saúde, e Maranhão foi assumindo, interinamente, o cargo, até setembro daquele ano, quando falece Mariz e Maranhão se torna o Governador, de fato. Após esse período eu me mantive atuante na política e próximo a Maranhão e seu grupo. Seja no apoio às suas gestões no estado, seja enquanto suplente de Ronaldo Cunha Lima (1995-2003), e posteriormente, do próprio Maranhão (2003-2006) no Senado Federal, ou mesmo assumindo a titularidade da cadeira

(2009-2011), quando este retorna ao governo da Paraíba, 2009. Porque eu fazia parte daquele tronco da família PMDB.

[...]

Fora da vida pública, Zé Maranhão era uma pessoa bastante resguardada, de grandes amizades, mas poucos amigos — compreendem? Ele, na realidade, tinha, toda essa capacidade de articulação política, decorava nomes e número, cumpria os compromissos de sua agenda pública, fazia visitas oficiais — ou mesmo pessoais. Mas, o núcleo, o núcleo íntimo de Maranhão era relativamente pequeno [...]. Embora soubesse separar as coisas, Maranhão valorizava muito a lealdade, a reciprocidade e aquilo que eu chamo de ‘gratidões cruzadas’, que aos poucos vão consolidando a amizade. [...] E, houve mais de um incidente, onde esta lealdade foi posta à prova, como aquele do Clube Campestre — quando houve a ruptura com o grupo de Cunha Lima — e a escolha para o vice na chapa ao governo do estado na eleição de 1998 — quando apoiei o nome de Roberto Paulino, em detrimento de minha própria indicação —, e em ambos os casos Maranhão percebeu que podia contar comigo, que eu estava lá jogando pelo time, como um todo e não só por interesses pessoais, e acho que essa gratidão cruzada era o que fortalecia nossos laços.

[...]

É sempre difícil sintetizar uma figura tão plural, mas outro traço de Maranhão que gostaria de destacar era sua visão empresarial da política. Não que ele não fosse um grande político, mas isso era apenas uma parte do que ele era. No canto de sua mesa de trabalho, além dos relatórios e documentos de governo, havia sempre uma revista sobre aviação, outros assuntos... Ele tinha também esse grande perfil de gestor, interessado por diversos assuntos, e importava isso para a vida pública. A intelectualidade de José Maranhão não era proveniente da sua formação universitária, ela era um instrumento nato, que ele formulara desde muito cedo, na vidinha simples de Araruna. Naqueles saberes que só a vida ensina e que ele aprendera nos cafés da manhã com Seu Beja, naquela política tradicional construída nos laços de confiança pessoal e no dia a dia, que é muito comum até hoje no interior de qualquer lugar do Brasil.

Maranhão nasceu nesse ‘ninho’ — que acabo de descrever —, então é óbvio que era um político nato e que gostava de fazer política. Mas não se reduzia a isso, Pecuária e Aviação eram outros de seus grandes fascínios. Tanto é que, quando não encontrava Maranhão no Palácio, ou em casa, eu não hesitava. Pegava o carro e ia até o aeroclube, lá me dirigia até o hangar onde estava Maranhão em cima ou embaixo do seu avião, montando ou desmontando alguma coisa.

[...]

A intimidade era tanta que sempre que ia a sua casa nunca entrei pela porta da frente, ou era nem sequer anunciado! Eu simplesmente entrava pela cozinha, ia cumprimentando as empregadas e funcionários — que já conhecia pelo nome —, pedindo se já podiam providenciar aquele suco de laranja mimo do céu que eles faziam para Maranhão, e que era uma delícia! Talvez a grande característica do tempo, da afinidade familiar que você estabelece com um político, não é quando você o conhece pelos cargos que ocupa ou o encontra nos salões do Palácio, mas sim quando você reconhece pelos filhos, pela esposa e pelos funcionários, na cozinha de sua casa. E na casa de Maranhão eu sempre tive o afeto, de Fátima, de Leo e Alice — que ainda viviam por lá — e de todos os empregados.

[...]

Maranhão era muito apegado a essas experiências tradicionais que trazia desde a infância e não gostava de simplesmente ceder à novidade e a modismo, nesse sentido acho que daria para considerá-lo um tanto ‘conservador’! Eu explico. Na aviação, a despeito de estar sempre muito bem atualizado e ter uma visão muito ampla e profunda de todas as novas tecnologias da área, ele nunca quis voar em um avião de última linha. Ele gostava de operar os instrumentos analógicos, não os digitais. O avião que possuía era sempre algum usado, que havia comprado em momento oportuno, e que ele mesmo reformava e readaptava. Ele sabia que eu admirava um certo modelo de aeronave italiana — Pilatus — que acho belíssimo e possui uma estética totalmente nova. Ele olhava, se interessava, como sempre, mas no fundo para ele aquilo mais parecia algo extraterrestre, ele preferia o avião dele, com aquelas características — já um tanto obsoletas —, que ele amava.

Nas fazendas, Maranhão também era um pecuarista tradicional. Ele conhecia, mas não se preocupava em adotar ‘as mais novas técnicas e tecnologias agroindustriais’. Por exemplo, um tratorista — que trabalhou muitos anos com ele depois veio trabalhar comigo —, o Nezinho, todo mundo que conhecia o Maranhão sabe quem é ‘Nezinho’, cujo nome é Daniel Diogo Rodrigues. Ele faz de tudo na Fazenda, começou como responsável na parte mecânica dos tratores e virou administrador da fazenda de Maranhão. Ele podia ter ido buscar algum técnico pecuarista famoso, algum veterinário de renome, mas não, neste aspecto ele era conservador e valorizava o trabalho e conhecimento prático daqueles que trabalhavam ao seu redor.

[...]

Ocorre, também, que Zé Maranhão tinha uma preocupação social muito determinante. Não à toa que, a despeito de sua origem, ele ingressou na política e mais tarde retornou a ela sempre em partidos mais voltados para essas causas. Poderia ter se mantido mais fiel ao perfil elitista de um pecuarista, filho de família tradicional do interior do Nordeste, que desde jovem já pilotava o próprio avião, mas não seguiu este caminho, ele tinha uma visão extremamente voltada para o social. A grande realização de Maranhão, na verdade, era ver sua atuação trazendo alguma mudança real na vida das pessoas. Maranhão quando inaugurava uma escola, sentia mais prazer do que quando inaugurava uma fábrica. Ele conhecia a importância e trabalhava na promoção de ambos, mas era impossível esconder sua predileção ao trabalhar pela Educação.

[...]

Mas talvez uma das capacidades mais admiráveis de Maranhão fosse sua sua resiliência, sua capacidade de enfrentar essa adversidade, fosse quando perdia uma aliança ou uma eleição, ou mesmo quando não conseguiu efetivar todos os projetos que tinha em mente [...]. Porque as pretensões humanas são infinitas e as capacidades resolvê-las são finitas. Então, Maranhão tinha uma capacidade limitada, finita de resolver os problemas de todos, não obstante estivesse sempre empenhado nisso. Eu fico feliz em saber que pude ser esse amigo leal, esse conselheiro que esteve sempre presente nestes momentos, ajudando a apaziguar os ânimos para que Maranhão trabalhasse nos sonhos que queria realizar.”

UM MESTRE EM NOSSAS VIDAS, POR ANA PAULA CAVALCANTI

“Zé Maranhão para mim foi um grande exemplo de homem, de gestor, de político, eu aprendi muito com ele, muito. Tive a honra de servi-lo na equipe de governo como secretária, de grandes secretários, como o professor Sales Gaudêncio, de Inês Ramalho, doutor Roosevelt Vita. [...] Depois, eu tive a honra de ser convidada para ser sua secretária particular, não já mais na parte política, mas nos assuntos pessoais, onde estive de 2010 a 2019. [...] Nós criamos uma amizade e uma confiança muito grandes. [...] No trato com as pessoas e com todos nós, era muito humano, muito humano, outra coisa, era sempre muito verdadeiro, muito disciplinado. Ele dizia que: ‘era preferível magoar, mas dizer o certo, do que bater tapinha nas costas e faltar com a verdade’. Por isso era muito verdadeiro com todos, não importava quem fosse, sempre tratava desse mesmo

jeito, os filhos, a esposa, as funcionárias da casa. O trato com os funcionários das fazendas que tive contato, também tinha essa feição muito humana, tanto que era um homem, para mim, é um exemplo realmente de vida e caráter, uma pessoa pública que nunca vi colocando pressão nos funcionários, tanto nas questões particulares como públicas. Ele era assim, muito correto.

[...]

Se tivesse que resumí-lo numa única alcunha, eu certamente escolheria a de 'mestre de obras', pela qual ele ficou conhecido, um mestre de obras na vida das pessoas. Ele realmente criava as possibilidades para as pessoas se realizarem [...]. Quando alguém errava não interessava se era político, filho, quando errava tinha que assumir. Então ele realmente foi um mestre, mestre do viver na vida de todos nós que pudemos compartilhar a caminhada com ele. Ele realmente, posso dizer, construiu não só obras importantes na Paraíba, era um construtor na vida de todos ao seu redor [...]. Quem pôde conviver na intimidade com ele, pôde realmente crescer, crescer como pessoa, como ser humano. Ele era muito culto, lia bastante, e não tinha uma situação que não tivesse uma lição para oferecer, nas mínimas coisas, dentro de casa; no dia a dia; do café da manhã ao jantar, era sempre um aprendizado, em todas as oportunidades. Eu me sinto muito privilegiada por ter dividido tantas horas dos meus dias ao lado do Zé Maranhão, ele realmente foi um mestre em minha vida.

[...]

Nestes mais de 10 anos que o acompanhei, Zé Maranhão deixou muito legado. Na política não ligava muito se alguém era oposição, aliado, não aliado, olhava para o objeto em si, o objetivo daquela ação. Ele era tão assim, que lembro de uma passagem muito particular sobre Serraria-PB. O governo da prefeitura de Serraria não era seu aliado político, mas ele era tão preocupado com a população que me atrevi a fazer um pedido de emenda parlamentar para a criação de uma creche no município, que não contava com nenhuma. Nisso, um assessor ponderou: 'Mas a prefeitura não é aliada!' E Zé Maranhão retrucou na mesma hora: 'Não, e você o que é?'. Foi então que eu completei: 'Não é, senador, mas não tem creche e nós precisamos de uma creche em Serraria, ela é fundamental'.

Aí o que acontece depois? Ele fez. Independente se era aliada ou não, eu levei os dados sobre a população, sobre as crianças, sobre a necessidade e ele fez essa emenda parlamentar. Infelizmente o município estava em débito e depois que o ministério aprovou todo o projeto [...] a Prefeitura não pôde receber. Então, ele, que não precisava me dar satisfação nenhuma, chegou para mim e disse:

‘Infelizmente, minha filha, eu não posso fazer, não porque não são aliados, mas é porque realmente a Prefeitura não tem condições.’

Ele era assim, [...] nas convenções que eu participei com ele, eu o via enfrentando mesmo gente do próprio partido, quando acreditava que uma ação pudesse ser contrária ao benefício do Povo [...]. Essa história de amigo, inimigo... Ele via realmente se a pessoa tinha ou não um objetivo, para o bem da população. Agia assim em tudo que ele fez, e teria feito muito mais em toda essa crise. Então, Zé Maranhão deixou esse legado, deixou essa história bonita, foi um espelho para muita gente, um mestre a ser seguido para sempre.”

COMPREENDER A RAZÃO DO OUTRO, POR RANIERY PAULINO

“Difícilmente a Paraíba vai ter um novo Zé Maranhão. Maranhão era singular. Maranhão que conjugou probidade administrativa com capacidade de gestão. Resumi-lo em poucas palavras é muito difícil, apesar de sua singularidade, porque Maranhão construiu entorno dele essa atmosfera de austeridade, probidade, correção, do ‘sim: sim, não: não’, da firmeza. [...] Maranhão era um homem muito decidido, e o legado, os ensinamentos que ele deixou para mim foram inúmeros. Era um sujeito de muitos atributos, mas se tivesse, de fato, que resumí-lo diria que Zé Maranhão era um homem decidido, um homem que tinha meta, tinha foco e era muito cumpridor de seus dos compromissos.

[...]

Eu gostava do raciocínio lógico de Maranhão, das suas ‘tiradas’. Ele sim olhava para uma pessoa e conseguia resumí-la em uma palavra. Às vezes era como um apelido — por momentos até um pouco pejorativo, sem ser, necessariamente depreciativo, sua intenção era ser engraçado, jocoso! Maranhão tinha um raciocínio lógico perspicaz, tinha vício de linguagem e por isso talvez algumas pessoas pudessem ter uma percepção diferente dele. Mas bastava conversar com Zé Maranhão e ele se aprofundava no debate, era um homem de inteligência rara e sempre com fundamentação, ele sabia sustentar uma ideia [...]. Zé Maranhão eram um homem muito inteligente. O que talvez criasse essa percepção diferente era seu vício de linguagem na fala — que nunca fez questão de dissimular — porque ele nunca negou sua origem. Eu sempre admirei isso, era um homem ligado às suas origens, com orgulho das suas origens e que defendias suas origens.

[...]

Era homem atencioso, porque quem queria falar com o Zé Maranhão falava. E atendia a todos, muito receptivo. Qualquer um que buscou uma opinião dele, um encaminhamento, um convite, certamente obtinha alguma resposta. Eu não me recordo de nenhuma vez que ele tenha dito ‘eu não vou para tal lugar porque eu estou cansado’, eu nunca ouvi isso de Maranhão, no máximo ele justificava: ‘eu não vou porque tenho outro compromisso naquele horário’, mas nunca por estar cansado. Às vezes, quando me sinto exausto, eu lembro dele, e penso: ‘como é que eu vou cansar, mais jovem do que ele?’

[...]

Um fato que acredito não poder faltar no balanço de seu legado é o grande marco de Zé Maranhão ter iluminado toda a Paraíba, é algo que, definitivamente, não pode ficar de fora. Isso, iluminar ‘até apagar o último candeeiro!’ Quando ele chegou para ser Governador ainda existia uma Paraíba muito atrasada, infelizmente, com muita falta de acesso aos recursos públicos, e ele com sua determinação conseguiu suprir isso. Como conseguiu, também, matar a sede de muita gente, com as barragens, com as transposições que ele coordenou. Agora mesmo, por exemplo, parte deste legado já está entrando para história, essa água que está chegando do Rio São Francisco, passará pelo canal de Acauã-Araçagi e as barragens construídas pelo Zé Maranhão, indo matar a sede do alto Brejo. Olha só como teve visão de futuro, nosso Zé Maranhão, como sua obra segue tão presente. Minha cidade, particularmente, Guarabira não tem mais colapso d’água por conta da barragem de Araçagi, inclusive nós batizamos esta barragem a ‘Barragem Zé Maranhão’, por conta de todo esse trabalho.

[...]

Maranhão tem um traço, uma curiosidade muito interessante na sua biografia, na sua história, quando ele chegou na Assembleia da Paraíba, ele era o mais jovem deputado estadual da época, naquela casa legislativa. E, quando ele faleceu, ele era o decano do Senado [...]. Então, essa longevidade na vida pública é para poucos políticos, na Paraíba, ninguém mais a teve. Maranhão foi testemunha de muita coisa, em 1954 era deputado estadual e testemunhou o suicídio de Getúlio Vargas. Quantos impeachments passaram pela ótica de Zé Maranhão? Essa longa carreira política foi dando muita experiência, inclusive para a tomada de decisões. Por isso acredito que outro traço central de sua personalidade fosse: a paciência. Ele era muito paciente para tomar decisão, muito firme, mas muito comedido.

[...]

Lembro que um dia eu estava almoçando com o Zé Maranhão no restaurante do Senado Federal, só eu e ele, quando chegou para cumprimentá-lo a Ministra Fátima Pelaes e ficou conosco, conversando um pouco. Depois soma-se a nós a senadora Simone Tebet, que pergunta: ‘Zé Maranhão, qual o segredo dessa longevidade, dessa vitalidade?’. Foi quando eu, apressadamente, respondi em seu lugar: ‘Paciência!’ Ele, por seu turno, parou um pouco, refletiu e respondeu: ‘Compreender a razão do outro’. Foi a resposta dele, e completou: ‘Eu já recebi muitas flechadas na minha vida, mas procurei sempre compreender as razões!’ Isso para mim foi uma lição muito grande, que eu hoje, inclusive, procuro levar em conta no meu pessoal e parlamentar. Queria ter tido mais tempo de convivência com Maranhão, só para observá-lo. Eu já estava nessa fase de ir para a casa dele e observá-lo, eu queria pegar o máximo daquela experiência para mim. Essas conversas, esses diálogos, as atitudes dele, isso para mim já era uma espécie de laboratório, e por isso a minha homenagem a Zé Maranhão, eu procuro fazer no meu dia a dia, toda vez que me pergunto ‘o que Maranhão faria se estivesse nesta situação?’.

[...]

Então eis minha homenagem a Zé Maranhão. Hoje e onde quer que eu esteja, estarei defendendo as ideias dele... Não ouse jamais uma pessoa atentar contra a memória — a vida, ou a obra — de Zé Maranhão, porque terá um defensor! Isso eu serei, sou ‘maranhista’, fui maranhista ontem, sou maranhista hoje, e seria eternamente porque onde quer que eu esteja, muito do que eu sou, eu devo às lições que ele deixou para mim.”

OTIMISMO NAS ALTURAS, POR RUY BEZERRA CAVALCANTI JUNIOR

“Certa feita, Zé Maranhão me convidou para ir a Recife, em seu avião, e eu disse: ‘Maranhão, e nós vamos poder olhar o litoral?’. E eu tinha a maior vontade de ver o litoral da Paraíba nas alturas. E ele respondeu: ‘Vamos! Com certeza nós veremos’. Eu fui. Resultado, quando o avião subiu, caiu um pé d’água, a visibilidade mal chegava a 20 metros. Não consegui ver absolutamente nada do que eu queria ver, uma chuva danada, e ele, enquanto copiloto, tomou o manche e iniciou o pouso por instrumentos na capital pernambucana. O avião jogando para lá e para cá, imaginem o medo que senti! Agora, essa foi só a primeira vez, ainda teve uma segunda!

Noutra oportunidade, Maranhão me chamou para ir a Campina Grande. Na decolagem do voo de volta para João Pessoa, estávamos na cabeceira da pista, o avião era bimotor, enquanto ele acelerava ouvimos um ruído estranho — primeiro no motor da direita e depois no da esquerda. De repente em plena decolagem o motor da direita parou e ele abortou a subida, mas o avião seguia indo de lado, foi indo, foi indo... Eu já estava morrendo de medo, queria descer ali mesmo! Resultado, ele insistiu, voltou à cabeceira da pista, acelerou, o motor direito voltou a funcionar e fez nova decolagem! Chegamos sãos e salvos, mas eu, sinceramente, daí para frente passei a rejeitar todos os novos convites para voar com o destemido Zé Maranhão.

[...]

Agora, o Zé Maranhão era um empresário do ramo da agricultura. Todos nós sabemos disso. Maranhão, inclusive, foi ex-secretário da Agricultura do estado da Paraíba, no governo de Pedro Gondim. E, mesmo assim, eu nunca vi ninguém dar o devido crédito a sua atuação, neste particular. Todos nós sabemos que a única atividade econômica do Cariri é a caprinocultura [...]. Então, o início do crescimento da caprinocultura na região se deu com Zé Maranhão no governo, em 2009. O estado da Paraíba pagava 90 centavos para o programa de aquisição de alimentos — tanto para o leite de cabra quanto para o leite de vaca — certo? E aí, Zé Maranhão fez uma coisa incrível, impressionante, sobre o preço do leite, que estava defasado para 1,20, o de vaca, e o de cabra para 1,80. É isso que eu gostaria de resgatar, porque até hoje eu não vi nenhum reconhecimento por parte do Cariri com relação a essa benesse e essa situação [...]. Mas quem foi o pioneiro, quem deu atenção especial ao Cariri? Foi José Maranhão.

[...]

Outra coisa, veja, o Canal da Redenção foi um projeto do ex-Governador Antonio Mariz, e era, de fato, a 'redenção' daquela região. Pois bem, no governo Maranhão o projeto estava parado e ele estava parado por uma situação bem distinta, é que havia o Pivas, o Projeto de Irrigação de Vasos de Sousa, que contemplava cerca de 6.000 ha, dos quais ficam 1.000 ha à direita de quem chega em Sousa-PB e 5.000 ha do lado esquerdo. Os 1.000 hectares do lado direito tinham sido tomados por diversos movimentos sociais, MST, Vila Campesina etc. Então, o governo federal naquela época, já tinha investido R\$ 200 milhões de reais, aproximadamente, e ainda faltava 60 milhões para concluir o projeto. Entretanto, em face da invasão [sic] de 6.000 hectares, o governo federal travou o projeto [...]. Então, partiu de Zé Maranhão a proposta de uma solução ao Ministro da Integração.

[...]

Falar sobre o Zé Maranhão, poderia levar muitas horas, ou diversos dias. Mas o que me chama mais atenção era a maneira professoral que ele tinha de debater qualquer assunto. E ele tinha uma experiência em todo e qualquer assunto que você o abordasse. Certa ocasião, eu estava muito apressado, fiz uma pergunta a ele, e depois me arrependi: ‘Por que há aviões com hélice atrás?’ — indaguei — e a explicação levou aproximadamente 3 horas e meia, 3 horas e meia! Pelo estilo dele, Zé Maranhão era assim e quando ele encontrava um interlocutor que lhe dava atenção, ele tinha a maior satisfação de passar a experiência dele adiante. Em, segundo lugar, era um sujeito — pelo menos pela minha experiência — muito carinhoso, atencioso, não só comigo, mas com a família.

Era um homem extremamente preocupado com o desenvolvimento da Paraíba [...]. Muito se fala hoje: ‘Não, agora está acontecendo a transposição do Rio São Francisco, não é? O eixo Norte, eixo Leste...’. Mas e as adutoras? De nada serviriam essas águas se não tivesse os projetos das adutoras, para evitar a sede.

Em suma, é um homem do futuro, meu amigo, que morreu como ele queria, trabalhando. Era um vitorioso. Há um detalhe interessante também que me chamava a atenção, Maranhão era extremamente otimista. [...] Você levava as situações mais terríveis para ele, mas ele sempre, sempre imaginava uma saída, quando não imediata, mais dois, três dias depois, ele lhe chamava para debater uma saída do problema. Maranhão era assim, um homem probo, um homem de grandes conhecimentos. Sabia de tudo, pelo menos alguma coisa de tudo ele sabia e fazia questão de repassar esse conhecimento. Preocupado com a Paraíba, com o bem-estar do paraibano, com o crescimento da Paraíba. É uma pena que ele tenha partido antes da hora.”

UM OLHAR PARA A CULTURA, POR MAURÍCIO BURITY

“O Governador Maranhão — com muita determinação, muita preocupação — quis realmente resgatar a história do Espaço Cultural José Lins do Rego, [construído na gestão de Tarciso Burity], [...] e eu, assumindo a presidência da Fundesc – Fundação Espaço Cultural, encarei esse desafio, e posso dizer hoje, em um momento muito acertado, porque tive um apoio muito grande, tanto de Maranhão como de toda Secretaria da Educação e Cultura, nas mãos do Professor Sales, que aqui me entrevista [...]. Foi, nesta época que tive, de fato, um contato próximo com Maranhão [...] que estava exercendo o seu terceiro mandato. Isso significa dizer que realmente é uma pessoa que conhecia, pro-

fundamente, a Paraíba, posso dizer geograficamente — Litoral-Sertão —, mas também do ponto de vista das respectivas secretarias e das suas fundações. Então, no momento que a gente estava despachando com ele, ele conhecia exatamente o propósito desempenhado por cada secretaria.

[...]

Houve um momento muito curioso naquele processo de reabertura dos equipamentos, dentro do Espaço Cultural. Nós criamos — com todo apoio dele e do secretário — a Escola Especial de Música Juarez Johnson, uma escola que nós planejamos exatamente num propósito de aulas específica para as crianças especiais, fossem deficientes visuais, portadores de síndrome de Down, de Asperger, entre outros. Um projeto de uma relevância incrível, mas ao mesmo tempo, um projeto originalmente pequeno, de uma sala pequena, mas Maranhão, mesmo frente ao tamanho dos problemas que tinha para administrar o estado, teve a sensibilidade de querer se envolver no projeto e, inclusive, participar da abertura da escola. Ele chegou, acho que por volta de uns 40 minutos depois do início das atividades e todos estavam esperando por ele. As crianças começaram a tocá-lo — os deficientes visuais, sobretudo, palpando seu rosto — e ele, visivelmente, se emocionou. Então, isso é um gesto maior de uma pessoa sensível, que apesar do cargo e da responsabilidade que ele ocupava na época estava ali sempre em contato com o seu povo, seja eleitores, sejam eles adultos, sejam eles crianças, e sejam eles crianças especiais [...].

Portanto, tive vários momentos na área da cultura, por exemplo, ele colaborou muito com a reabertura da Biblioteca Juarez da Gama Batista, que estava fechada há 9 anos [...]. A valorização da Orquestra Sinfônica da Paraíba, que estava com a defasagem salarial em torno de 50 a 60% [...]. Foi um momento muito importante. Enfim, relato aqui apenas algumas coisas, mas posso dizer que, como uma pessoa que trabalhou com ele, Maranhão tinha uma visão muito profunda e muito sensível do poder transformador da cultura. Para mim foi uma honra trabalhar com ele, uma pessoa que merece toda homenagem pelos relevantes serviços prestados. Uma pessoa que estava além do seu tempo, que tinha uma mentalidade de compromisso, se ele visse, por exemplo, que uma determinada obra ou projeto iniciados numa gestão passada tinham relevância, ele dava continuidade, não importava se aquela obra fora concebida por 'A', 'B' ou por 'C', ele abraçava aquela visão.

[...]

Maranhão foi muito arguto nesse raciocínio [de convidar um filho para fazer cumprir a obra do pai] [...] porque ali não se tratava apenas de um desafio

profissional, era um desafio pessoal! [...] E até hoje me sinto muito honrado pelo convite e trabalho que desenvolvemos, continuo por conta disso, residindo em João Pessoa, não regressei para Recife, então devo a Maranhão esse meu... Vamos dizer assim: regresso às minhas origens, da minha família, aos meus amigos [...]. Mudou minha vida por completo.”

UM MATUTO SEGURO DE SI MESMO, POR DADA NOVAIS

“Meu nome, Dada Novais — eu digo que é meu nome fantasia, a minha razão social é Maria Auxiliadora Targino de Araújo —, Zé Maranhão era primo do meu avô, mas não foi por essa razão que nós nos aproximamos, eu fui para o palácio para a chefia de gabinete de governo de Antônio Mariz, e já conhecia, de longe, Zé Maranhão. Fiquei muito tempo fora da Paraíba e no centenário do nosso avô, que fora homenageado em Araruna, eu vim do Rio de Janeiro e acabei reencontrando os parentes da Família Targino, que é uma família muito grande.

Quando encontrei Zé Maranhão no governo ele estava no exercício de vice do governo de Mariz e depois, pelo falecimento do Governador, ele assumiu o cargo em setembro de 1995 e, em março de 1996 ele me chamou para o cerimonial. E foi uma coisa muito boa trabalhar para o Zé Maranhão, porque ele sabia tudo de cerimonial, por incrível que pareça, podia até não parecer essa pessoa, mas ele sabia tudo de precedência, e era muito bom trabalhar com ele, porque sabendo disso tudo, ele sabia o valor do cerimonial [...]. Foram nos três governos que nós trabalhamos juntos [...], ele confiava na equipe e isso fazia com que a gente exercesse com mais responsabilidade o trabalho. O que o cerimonial dizia, Maranhão fazia, sem pensar, porque ele sabia que nós estávamos querendo o melhor para ele e nós, em contrapartida, nos sentimos seguros ele, ele cuidava da equipe dele.

Um exemplo, quando eu recebia Maranhão no interior, ele olhava para mim e dizia: ‘O seu motorista já almoçou?’. Isso não existe! Essa preocupação do Governador com o meu motorista! Porque ele sabia que eu tinha que sair antes dele, ou seja, o meu motorista tinha que estar alimentado, e ele pensava nisso. Nós nos sentíamos seguros. Nós éramos uma equipe, em sua maioria, de senhoras, mulheres, casadas e viajávamos esse Sertão todo com ele, e nós sentíamos segurança, ele cuidava de todos e isso era uma coisa muito boa. Por isso, essas são duas palavras que eu guardo na minha lembrança do trabalho que eu exerci com ele: ‘confiança’ e ‘segurança’. [...] Maranhão, era aquela pessoa

que não tinha arroubos de grandeza. Mas era — a palavra que eu insisto em dizer —, seguro! E isso era muito positivo, e tipo de relacionamento, com os amigos, com os auxiliares, com o povo [...].

Ninguém conhecia a Paraíba como ele, Maranhão sabia tudo, quando eu fazia um script de um e o mestre de cerimônia vinha antes da abertura do evento passar as informações, Maranhão já sabia, tinha tudo na cabeça dele. Quando viajava, no avião, antes de decolar eu entregava ao ajudante de ordem uma pasta. Se estivéssemos indo a Pombal, por exemplo, eu entregava a pasta com todos os dados de Pombal: da melhor comida, do melhor restaurante, do ‘doido típico’ local — porque toda a cidade tem o seu folclore, sua pessoa folclórica, tem o seu poeta... Ele já conhecia tudo, às vezes até corrigia a pasta!

[...]

É muito difícil resumir Zé Maranhão em palavras, ele era uma pessoa que respeitava acima de tudo a ‘liberdade’ [...]. Uma vez, na pauta de uma viagem para o interior, tinha um sistema penitenciário que ia ser ‘inaugurado’, e ele reprovou o termo: ‘Isso não é festa, prisão não é festa, liberdade é festa, escola é festa, saúde é festa’. Então era essa pessoa, que via o ser humano como um ser inteiro. Esse era a pessoa de Zé Maranhão, para mim, que gostava de ver ele sendo ele, que adorava a vida. Maranhão dançava um forró como ninguém e dançava como Governador! Maranhão era, como ele dizia, ‘um matuto’. Ele dizia ‘Sou um matuto.’ Ele adorava quando a gente ia para os cantos, para os sítios apagar os candeeiros, era essa a pessoa que ele gostava de ser, de comer ali na casa das pessoas, do povo, ele era esse matuto. Quando chamaram ele de ‘Meste de obras’, como algo que supostamente o desabonaria, ele não se ofendeu [...] Era ele mesmo essa pessoa, o mestre de obras, que mais construiu na Paraíba. Quem quiser questionar, que questione, mas eu estava lá, era eu quem cobria as placas e descerrava as placas! A última coisa que eu digo é essa: ele era pessoa que mais gostava de ser o que era!”

CHEGOU JOSÉ MARANHÃO!, POR LILIANE TARGINO BELMONT DE ARAÚJO

“Tenho a nítida certeza de que José Targino Maranhão não morreu, haja vista que sua pujante presença continua nas amizades que soube conquistar, nas obras que construiu e nas que realizou em benefício do povo paraibano que sempre o amou e o acolheu como o eterno Governador.

Tive a dádiva de trabalhar como José Maranhão, da forma mais próxima exigida pelos cargos que ocupei, nas suas administrações como Governador e no Senado, desde 1997, embora o conhecesse desde a infância. Lembro que aos sete anos de idade já me postava, nas calçadas de nossa Terra Natal, Araruna, juntamente com outras crianças, de mãos dadas, para vê-los sobrevoar a cidade. Era uma verdadeira Festa! Gritávamos: ‘Chegou José Maranhão!’

Considero-o um dos homens mais inteligentes que conheci, cuja calma e sabedoria, sobretudo a virtude de saber ouvir, para bem decidir, marcaram uma vida permeada pela decência, pela ética e pela honradez. Jamais presenciei qualquer ato de grosseria ou destempero de sua parte. Era pacífico, de fala mansa e de fino trato com as pessoas, indistintamente. No entanto, era firme nas suas decisões.

Bom pai de família, bom esposo, bom irmão, bom tio, filho excepcional, herdou do pai, o saudoso Benjamin Maranhão, chamado carinhosamente de ‘Seu Beja’, e de sua mãe, a eterna ‘Dona Yaiá’ — suas maiores referências —, uma educação transmutada em amor, respeito e dedicação ao ser humano. Jamais esquecerei o dia em que sua genitora faleceu, no Hospital Memorial São Francisco, em João Pessoa. Encontrava-me no citado nosocômio e presenciei a partida desta. Impactado, ele pediu-me que ficasse com o pessoal da funerária preparando o corpo para as exéquias.

Homem que tudo fazia pela família, jamais abandonou a irmã solteira Iris. Tinha uma união muito forte com as irmãs Wilma e Carmésia, participantes decisivas nas suas campanhas políticas. Wilma, era a sua conselheira, cúmplice e companheira de várias lutas por ele enfrentada, principalmente após o seu retorno à Vida Pública, depois do Golpe de 1964.

O seu maior hobby era a aviação. Ele mesmo pilotava o seu avião. Fui passageira em várias viagens. Nas horas de folga dedicava-se ao concerto da aeronave com mãos habilidosas. Sabia mecânica profundamente. Era, também, apaixonado por gatos.

Jamais esquecerei seus ensinamentos. Lembro-me que, às vésperas da sua morte, estava eu regando o meu jardim e ansiosa por notícias. De repente olhei para a grama e vi uma pequena placa na qual estava escrito: ‘AMAI-VOS UNS AOS OUTROS COMO EU VOS AMEI’. Conservo esta peça comigo.”

UM MENINO-HOMEM, POR ÂNGELA BEZERRA DE CASTRO

“José Maranhão é um grande amigo, em quem eu depositava total confiança e que também sempre confiou em mim, com a mesma certeza. Foi uma referência permanente em minha vida, com sua presença e atitude em momentos decisivos. Salvou meu tio, José Bezerra Carneiro da Cunha, da morte, transportando-o, em seu avião, de Araruna para João Pessoa. Sem ele, meu tio não resistiria à viagem.

Pouco tempo depois, quando perdi meu tio caçula e fiquei sem chão, ele fez todo o possível para me a arrancar da grande tristeza. Era Secretário da Agricultura e até me levou para trabalhar com ele. Eu tinha apenas 17 anos. Foi a ele que recorri para me orientar, na compra da minha primeira casa. Precisava de um empréstimo da Caixa Econômica e não sabia como fazer. Ele me apoiou em todos os trâmites. Sem ele, teria sido impossível. Convivemos por mais de 70 anos e só tenho a lembrar gestos de nobreza e de muito afeto.

Conheci Zé Maranhão desde sempre, porque nossas famílias eram amigas. Costumo dizer que comecei a admirá-lo através do olhar de meu avô, que repetia sempre: ‘aquele menino de Benjamim é um menino-homem’. Era o elogio pela responsabilidade precoce que Zé Maranhão assumia nos negócios do pai.

Em 1950, no comício de Argemiro, em Araruna, eu preparei um discurso para saudá-lo e queria ler. O palanque era pequeno, e o filho de seu Beja, ainda adolescente, me fez a primeira gentileza. Cedeu seu lugar, para que eu subisse ao palanque. Eu tinha 8 anos e jamais esqueci aquele gesto. Essa primeira impressão se multiplicou em 70 anos de amizade. Sempre o enxerguei como alguém especial e ele sempre correspondeu às minhas expectativas.

Ele era amável e atencioso com as pessoas a quem queria bem. Reservado, mas sempre usava de maior franqueza comigo. Difícil caracterizá-lo em três palavras. Mas eu escolho: ‘Confiança’, ‘Autenticidade’ e ‘Devotamento’.

Adorava o pai, a mãe e os irmãos. Seu Beja e D. Yaiá tinham um lugar especial em seu coração. Não esqueço de que se cobriu de luto, quando Seu Beja morreu. Posso dizer que Wilma era sua irmã preferida, mas dedicava a Carmésia e a Iris a melhor atenção. Era muito devotado à família.

Convivi com toda a família. Havia tanta intimidade entre nossas famílias que ele me considerava como uma irmã. D. Yaiá era sempre muito acolhedora comigo. Dividíamos o interesse pelas plantas. Uma vez eu trouxe uma Flor de Maíó para ela. Trouxe do Rio de Janeiro. Ela não conhecia e ficou encantada. Seu Beja era muito querido, com seu sorriso largo e um abraço carinhoso. Quando ele adoeceu, eu e Mamãe o visitávamos todos as noites no Hospital

Santa Isabel. Minha grande amizade com Carmésia continua, hoje, com Magda, Larissa, e Lília e já inclui Giovana. Zé Maranhão ficava muito feliz com essa amizade que já está na quinta geração.

Ser aviador foi uma forma de não abrir mão daquilo que era sua grande vocação. Queria ser engenheiro aeronáutico. Mas teve de ser político pelas circunstâncias da vida. Seu Beja queria ampliar seu meio de ação, e por isso ele foi deputado, ainda tão jovem que teve a idade aumentada para isso se tornar possível. Vê-lo descer dos céus em Araruna era um deslumbramento e formei em minha mente uma imagem que o associava a um mito. Sempre o vi como alguém acima da fragilidade humana. Fiz um voo com ele para Recife. Fomos levar um gatinho angorá que ele daria de presente à filha de um amigo. Voamos pela beira-mar, uma paisagem extraordinária. Eu com o gatinho no colo, porque ele não queria prendê-lo numa caixa.

Torci sempre pela vitória dele, sempre que foi candidato. Quando foi anunciada sua cassação, eu e minha mãe fomos abraçá-lo, chorando muito. Ele disse, apenas, ‘isso passa’. Então ele passou 10 anos trabalhando de forma mais intensiva. Ocupava todo o tempo no trabalho. E deu a volta por cima, voltou e elegeu-se deputado federal. Para mim, essa eleição marcou a carreira política dele. Mostrou o quanto era forte e determinado.

Outro momento foi quando assumiu o governo, substituindo Mariz. Ali se revelou o grande administrador e reafirmou o seu grande caráter, pela lealdade à memória do amigo que o escolheu como vice. Por fim, a consagração como senador, os paraibanos reconhecendo sua grandeza como cidadão e homem público.

[...]

José Maranhão: uma vida de coerência — escrita por mim em parceria com Gonzaga Rodrigues — veio a lume em 2009, e, portanto, não cobre os últimos 12 anos de sua vida. Àquele percurso biográfico precisa ser acrescentado seu desempenho nos últimos dois mandatos de senador da República. No qual destacou-se como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, a mais importante do Senado. Além disso, era referência para seus companheiros, pela sua história como político que se destacou pela honestidade e competência. Foi emblemático ouvir Alcolumbre repetir o pronunciamento que ele fez de improviso, uma síntese magistral do compromisso de ser senador.

Sua maior contribuição foi exercer a política como compromisso de honra, colocando em primeiro lugar o interesse público. Sempre fez da maior necessidade do povo o centro do interesse de suas ações de governo. Fui sua eleitora,

desde o primeiro voto e sempre tive orgulho de ser representada por ele. Agora, já não tenho escolha, porque falta confiança. Já não tenho um candidato que me represente.”

O ZELO PELO PATRIMÔNIO, POR CHICO PEREIRA

“Maranhão foi um homem íntegro e dedicado à causa pública, fiel às suas ideias políticas e ideologias. Um trabalhador incansável enquanto gestor das responsabilidades que lhe couberam enquanto Governador do estado por três vezes, e como representante dos eleitores que lhe confiaram, através do voto democrático e livre vontade, nos mandatos legislativos que exerceu na Assembleia do Estado, na Câmara Federal e no Senado. Tive o prazer e a honra de estar perto dele enquanto seu colaborador, e noutras tarefas por mais de dez anos.

Conheci José Targino Maranhão quando foi candidato a deputado federal, logo após retornados seus direitos políticos, cassados pela Ditadura Militar. Foi num encontro na casa que ele residia, no Parque Solon de Lucena, em João Pessoa, acompanhando o fotografo Jose Neiva Freire, que veio depois ser o fundador da Grafset, editora e indústria gráfica. Nossa presença naquele momento era para realizar algumas fotografias para sua campanha política, na época movida grande parte por cartazes e ‘santinhos’, distribuídos fartamente aos eleitores. Na ocasião conheci sua noiva Maria de Fatima Bezerra Cavalcanti, que veio a ser a sua esposa.

[...]

Muitos relatos e estudos historiográficos publicados incluem José Targino Maranhão, notadamente do historiador Jose Octavio de Arruda Mello — Sociedade e poder político no Nordeste: o caso da Paraíba, 1945-1964 (2001) — que tem se dedicado à história política da Paraíba nos últimos 50 anos. Mas falta um estudo preciso e mais aprofundado do seu pensamento plural, sobre sua compreensão e ações desenvolvidas por ele em relação aos problemas enfrentados enquanto Governador para resolver questões estruturais da socioeconomia paraibana, especialmente na agricultura e no combate à seca. Não tinha uma formação científica para enfrentar essas demandas, mas entendia como ninguém como resolver, além de ser um ‘mestre de obras’ competente. Ninguém o enganava sobre o que fazer ou sobre o que adquirir com sobre preços. Nisso era um ‘mão de vaca’ — como se diz — com seus negócios, e, mais ainda, com o dinheiro público.

Quando reassumiu o Senado, o país já estava contaminado pelas perturbações políticas e ideológicas atuais, atravessando os grandes escândalos que até hoje se desenrolam de assalto ao patrimônio público. Do impeachment da Presidente Dilma, cassações de parlamentares, entre outros desarranjos da República e a pandemia da covid-19, não impedindo ao senador Jose Maranhão poder contribuir com a sua experiência e a sua inteligência, dando continuidade à sua trajetória iniciada muito jovem em defesa da democracia e do desenvolvimento do país.

[...]

Muito se fez pela cultura da Paraíba. Mas pouco se diz sobre as ações do governo de Jose Targino Maranhão, que foi um dos mais atuantes nessa área, que posso testemunhar, entre as quais a presença do Estado na sua gestão no que se refere a defesa do patrimônio material e imaterial da cultura local, como o intenso trabalho de restauração e revitalização do Centro Histórico da Capital, principalmente da arquitetura barroca de monumentos nacionais como a Igreja dos Beneditinos, da Misericórdia, do Conjunto da Guia, entre outros dos períodos neoclássicos como o da Igreja de São Pedro Gonçalves e todo o largo que inclui a antiga Alfândega, lugar onde nasceu a terceira cidade mais antiga do Brasil, o Casarão dos Azulejos, um dos últimos exemplos dessas fachadas no Estado, o Hotel Globo, e o Conjunto do Padre Ibiapina e o Teatro Iracles Pires, no interior do Estado, além de muitas outras restaurações e usos que lhes foram destinados.

Importante foi contudo ir em frente num acordo com o governo da Espanha, da Prefeitura da Capital e governo federal, para a implantação da Oficina de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, destinada a formação de jovens aprendizes nos diferentes ofícios que se faziam necessários para restaurar esses patrimônios de pedra e cal, escola implantada na antiga fábrica de Vinhos Tito Silva, cujos equipamentos, rótulos, garrafas, carimbos, móveis e outros elementos para fabricação e venda desses produtos foram tombados como patrimônio imaterial da cultura brasileira, além do edifício, também transformado em museu.

Grande foi o apoio e o estímulo dado a cultura popular, que estava esquecida, trazendo a cena a cultura do povo para a visibilidade, como os Cavalo Marinho, as Ciranda, o Coco de Roda, a Literatura Popular do Cordel e do Repente, entre outras manifestações que se tornaram presentes em festivais, encontros, e em todos os lugares que pudessem se fazer notar.

Culminou essas ações com a criação da Lei de Incentivo à Cultura, destinada a patrocinar as diferentes manifestações da cultura paraibana, através de um fundo para desenvolvimento da cultura, criado especialmente para atender esses objetivos, a partir de recursos do Tesouro do Estado. Foi o primeiro passo dado para que, de forma democrática, o Estado pudesse atender as reivindicações da classe artística.

Sua grande falha: Não costumava divulgar nas mídias e de forma intensa os seus feitos administrativos. Pagou caro por esse erro.”

UM CARISMA DIFERENCIADO, POR MARCELO WEICK

“Maranhão é um personagem muito interessante, porque ele é um sujeito que tem uma trajetória de mais de 60 anos de vida pública. Ele, passar por todos os cargos que ele passou e não ter nenhum processo de corrupção, de desvio de conduta, é um testemunho desse caráter. E, mais, quando você conversa com as pessoas do ambiente político, todos eles colocam Maranhão como uma pessoa extremamente séria, extremamente preocupada com o interesse público, com a coisa pública. Isso foi uma das características dele que sempre me tocou muito, porque ele tinha uma visão de serviço público muito forte. [...] Nenhuma conversa que eu tive com ele, era conversa, vamos dizer assim não republicana! Isso era uma coisa muito engraçada nele, [...] quando alguém vinha com uma conversa ‘um pouco estranha’, ele começava a fingir que estava dormindo, ou se distraía, porque era uma forma dele não cortar o sujeito, desviava do assunto.

[...]

Outro ponto forte do caráter era seu perfil de estadista, que também era muito particular nele, diferente daquele estereótipo político tradicional latino-americano: o carismático popular, caudilhesco, que falava como um grande orador. Maranhão nunca foi um grande orador, ele nunca foi ‘o cara’, do ponto de vista das grandes massas. Ele não tinha essa feição, ele tinha, na verdade, um carisma diferenciado. O carisma do aconchego, do conversar. [...] Quando eu fui trabalhar na Casa Civil, era uma loucura cuidar da agenda dele, porque não tinha horário. Ele se sentava, por exemplo, com alguém que ele gostava e passava uma hora e meia conversando... E nós ficávamos malucos! Em dias de muita tensão, para esfriar um pouco a cabeça, Maranhão ia lá para o hangar consertar o avião! Ia conversar com o engenheiro, ia conversar com o piloto...

Ele tinha um jeito muito pessoal de fazer política, era aquele que conhecia o líder comunitário, que conhecia a liderança local, que se dava bem, às vezes, com os dois lados. Tivemos, na eleição de 2010, por exemplo, municípios que os dois lados votaram nele [...] Claro que eu peguei o período de Zé Maranhão mais maduro e mais flexível, talvez quem conviveu, no período do primeiro e segundo mandato de Governador talvez tenha convivido com um político mais contundente, com mais enfrentamentos, mas eu presenciei essa fase mais 'soft'. Um maranhão mais 'paz e amor'!

[...]

Eu acho que ele tinha uma outra questão, ele era um político de compromisso, de palavra. Isso era uma coisa que se presenciava no Senado, ele nunca foi um senador de grandes polêmicas, não era um senador de muitos holofotes, mas era sempre consultado pelos colegas. Foi muito respeitado, justamente por carregar sempre essa serenidade. Quero dizer, ele conseguia fazer sempre uma leitura oportuna da conjuntura política. Ele integrava o chamado 'alto clero' e por conta de sua postura, todo mundo o considerava, da Esquerda até a Direita.

A isso também se traduziu na relação com o Judiciário. Se você pegar o Judiciário no âmbito do STF ou do STJ, o respeito e a interlocução que ele tinha com as instituições era notável, em matéria orçamentária, as discussões mais profundas, ele sempre consultado. Então, quando vemos alguns projetos mais estruturais do país — como, por exemplo, o Código Brasileiro de Aeronáutica, o Sistema Nacional de Aeronavegabilidade — que continham questões mais técnicas, ele era chamado para arbitrar as discussões. No processo legislativo, o período que ele presidiu a CCJ, foi um período muito contundente, porque foi aquele período da crise do governo Dilma e a escolha de alguns Ministros do Supremo e ele com muita serenidade, conseguiu ajudar.

[...]

Eu repito, o carisma que ele tinha era esse carisma dos bastidores, do consenso, da interlocução... Não se costuma ver grandes discursos do Zé Maranhão. Não se preocupava em fazer 'pronunciamentos históricos' dentro no Senado, ele não tinha essa vaidade. O que ele tinha era um compromisso em fazer a boa política, a grande política, longe dos holofotes, dos atritos [...]. Muitos congressistas, às vezes na frente das câmeras, faz um alarido e nunca consegue formar um consenso. Maranhão era diferente, ele era um homem do diálogo.

[...]

Por fim, acredito que Zé Maranhão precisa ser lido, e compreendido, como um personagem que dedicou 70 anos de sua vida, de seus empreendimentos,

de toda a sua trajetória — que ele poderia ter ocupado como um empresário, como proprietário rural — a uma causa pública, dedicando-se a fazer o que ele julgava ser o melhor para o seu estado, para o seu país. Essa abnegação é algo que precisamos enaltecer, porque cada vez menos temos pessoas dispostas a abrir mão de seus projetos pessoais para se dedicar à coisa pública e aos projetos coletivos. Ele tinha muito esse olhar, essa visão, do jeito dele, com as peculiaridades dele, com aquele carisma diferenciado, que lhe era tão particular. Mas ele vivia ali, de forma muito intensa, muito apaixonada. [...] As grandes personalidades não são aquelas que fazem belíssimos discursos ou odes motivacionais, são aqueles que botam a mão na massa e que transformam, e ele era um homem de transformação, ele é homem de realização.”

A ENERGIA EMANADA DO POVO, POR HUMBERTO TROCOLLI JUNIOR

"Eu tive a honra e alegria de conviver por quase trinta anos com José Maranhão, porque, dos oito mandatos que tive, seis foram no PMDB; um mandato no PSDB; e o último agora no PODEMOS. José Maranhão, para mim, é um político em extinção, um homem desprendido, um homem comprometido com o que fazia, sereno. Uma das coisas que eu aprendi muito com o Zé Maranhão foi a paciência. A paciência de Zé Maranhão era algo invejável, fruto da maturidade política que ele acumulou durante mais de 60 anos de vida pública. Ele demonstrava uma serenidade e um equilíbrio que conheci em poucas pessoas na minha vida de 55 anos de idade. Outra coisa que eu admirava muito em José Maranhão, é era sua inteligência.

Me vem à memória o caso de uma barragem que ele construiu na cidade de Salgado de São Félix, no Vale do Paraíba. Em determinado dia, nós fomos visitar a obra da barragem e quando chegamos lá, Zé Maranhão olhou para o engenheiro, chamou e disse: 'Isso aqui está errado. Essa barragem está errada. Quando esse rio encher, essa barragem não vai dar conta. Você tem que mudar esse sangradouro para o outro lado. E tem mais uma coisa, para sair de Salgado de São Félix em direção a Mogeiro, é preciso voltar para Itabaiana e pegar uma outra estrada (o que aumentava a distância em mais de 30 km), quando o mudar o sangrador desse açude, já aproveite e erga uma ponte para que a população de São Félix possa se deslocar para Mogeiro em apenas 5 km.' Ou seja, era

um homem que sabia do que estava falando, tinha muita experiência, muita serenidade, muita paciência.

Eu gostava de andar com Zé Maranhão. Quando ele perdeu as eleições para prefeito de João Pessoa em 2012 — e nessas horas que o político vê quem são seus verdadeiros amigos —, eu e mais duas figuras gostávamos de pegá-lo em casa, uma vez por semana, e levá-lo para almoçar e depois conversámos, a tarde inteira. Éramos o ex-Presidente da Assembleia Legislativa, Ricardo Marcelo, meu compadre, o eterno deputado, amigo de Zé Maranhão, Gilvan da Silva Freire e eu.

Outro momento que gostava muito de compartilhar com Maranhão era nas feiras livres, para ver o respeito e carinho que as pessoas tinham por ele, principalmente as mais idosas que chegavam e diziam: ‘Olha, eu sou de tal canto, o senhor já fez isso na minha cidade’; ‘Eu sou de tal lugar, onde o senhor construiu um hospital, uma estrada, fez a eletrificação rural, um abastecimento d’água etc.’ É por esse motivo que aqui na Paraíba José Maranhão era conhecido como ‘mestre de obras’. Ele tinha essa deferência das pessoas aqui na Paraíba pelo serviço coletivo prestado, e que ele prestou em todas as regiões, eu não tenho nenhum medo de dizer que ele conhecia os 223 municípios do estado como a palma da mão.

[...]

Então, tudo isso me cativava muito. Eu tinha esse desejo imenso de estar sempre perto dele. Eu tinha até cuidado com ele, porque eu me preocupava com a saúde por conta da idade, mas Zé Maranhão, com oitenta anos e eu com cinquenta, me dava um verdadeiro ‘baile’! E eu via Zé Maranhão fazer coisas que eu não conseguia, por exemplo, em uma caravana, do interior da Paraíba, do alto Sertão, da cidade de Conceição, voltando até Patos, são 200 km. A gente parava em pelo menos 8 a 10 municípios. Ele subia na caminhonete, com o sol a pino, fazia o discurso e voltava para o veículo para irmos até o próximo destino. E eu dizia: ‘Governador, que remédio danado que você toma que eu estou aqui, morto no banco de trás e você rindo a toa?’. Aí ele tinha uma frase emblemática: ‘Essa energia vem do povo! Quando eu estou no meio do povo, eu recebo essa energia que eu não me canso e que me agrada demais! Troccoli, isso é a energia que o povo me dá.’

[...]

Outra coisa muito pertinente para se falar sobre José Maranhão era a visão de futuro que ele tinha. A Paraíba não pode jamais esquecer, na minha concepção, uma das maiores marcas do governo de José Maranhão na Paraíba: Hospital de

Trauma Senador Humberto Lucena, que é um hospital que tem praticamente 25 anos e que ainda hoje é o braço direito da emergência em trauma da Paraíba. O hospital de trauma de Campina Grande, outra obra extraordinária que mudou a história da saúde no estado.

[...]

As barragens que José Maranhão construiu! Para que se tenha conhecimento, a Paraíba, distante 50 km do litoral, já começa praticamente no Semiárido, porque começa o Agreste, depois vem o Cariri, e depois o Curimataú, que são regiões extremamente secas, onde passa praticamente um ano sem chover. E Zé Maranhão teve a preocupação de construir adutoras importantes, como a adutora que levou água para Patos, que é, praticamente hoje, a sexta ou quinta maior cidade do estado da Paraíba. E as outras barragens que Zé Maranhão construiu: de Araçagi — no vale do Mamanguape —, a barragem de Acauã, e tantas outras que vieram a minimizar o sofrimento das pessoas que não tinham água sequer para beber.

Então, eu digo que a marca registrada de José Maranhão — e por esse apelido ele tinha: mestre de obras — que tentaram utilizar para denegri-lo numa disputa eleitoral, na realidade serviu como mote para a campanha vitoriosa! [...], o que eu aprendi com o Zé Maranhão, nessas obras que ele tanto fez pela Paraíba, foi também ser um prestador de serviços coletivos. Nós construímos obras no estado que estão aí até hoje funcionando e servindo à população da Paraíba.”

... ESSE GRANDE PILOTO!, POR SEVERINO RAMALHO LEITE

“O José Maranhão que conheci era de boa convivência. Se era dado a irritação, desconheço. Calado por natureza, costumava discorrer sobre todos os assuntos, sempre de forma didática e demonstrando conhecimento. Quando se tratava de agricultura e pecuária, ele subia o tom. Para não lembrar que falar de aviões, para ele, era assunto preferido. Certa feita o encontrei na Câmara dos Deputados com um pequeno embrulho. Perguntei de que se tratava. Ele abriu o pequeno invólucro e me mostrou uma pequena peça do seu avião. O curioso: não encontrando a peça, estava à procura de um artesão em Brasília que a fabricasse. Ele próprio consertava sua aeronave. Não tenho notícia de qualquer pane grave nos seus voos. Me contou que, às vezes, quando se dirigia — sozinho — às suas fazendas no Tocantins ou Maranhão, costumava ligar o

piloto automático para tirar um cochilo durante o voo! Voei algumas vezes com Maranhão no comando da aeronave, sempre com o piloto em pessoa.

Essa é do folclore político, mas é verdadeira. Em uma campanha de Rui Carneiro ao Senado, Maranhão — então cassado pelo AI-5 — tornou-se o seu condutor aéreo por todo o estado. Rui era muito grato por isso e desejava agradecer ao amigo pela sua gentileza. Mas não podia elogiar um cassado, o que contrariava o Regime. No final o discurso, porém, quis lembrar Maranhão e procurou a melhor forma de fazê-lo: ‘Quero agradecer ao querido José Maranhão. Esse grande... esse grande... esse grande piloto!’ E assim Rui evitou ferir o estatuto que perseguia os cassados.

[...]

A vida reserva surpresas aos homens. A política — já se disse — é como a nuvem: muda rapidamente. Encontrei Maranhão no início de 1994 em um voo com destino a Brasília. Confessava-se desencantado com a política. Não seria mais candidato a deputado, me disse. Meses depois, era escolhido candidato a vice-Governador de Antônio Mariz. Com a morte de Mariz, muda a história de Maranhão e muda a história da Paraíba.

Maranhão foi o último remanescente do grupo político paraibano que, a partir de 1945, com o final da ditadura Vargas, passou a comandar os destinos políticos do estado. Alguns, como Argemiro, José Américo e Rui Carneiro, participaram da ditadura caída em 1945. Continuaram com outros, como João Agripino, Humberto Lucena, Ernani Satyro, Ivan Bichara, Ronaldo Cunha Lima, Vital do Rêgo e Ivandro Cunha Lima — falecido recentemente, mas afastado desde há muito das disputas eleitorais. Esses nomes fizeram a história da Paraíba a partir da redemocratização e alguns ingressaram na Nova República, após o encerramento do período de domínio militar. Maranhão repetiu Tarcísio Burity e conseguiu voltar ao governo do Estado, façanha de poucos. Deixou a marca da sua passagem. Pode-se até esquecer o homem, mas a sua obra será eterna”.

O GRANDE ADMINISTRADOR, POR JOSÉ RICARDO PORTO

“O mês de fevereiro deste 2022 marcou o primeiro ano da morte do ex-Governador José Targino Maranhão, que foi governador da Paraíba por três mandatos e com uma carreira política pautada pela coerência e grande capacidade administrativa.

Maranhão iniciou sua vida política em 1954, quando foi eleito deputado estadual pela primeira vez, ainda pelo PTB, o político de Araruna, filho de Benjamim e Dona Yayá, tornou-se um dos nomes mais atuantes no cenário estadual e nacional, sendo Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador e Governador da Paraíba.

O Governador Zé Maranhão deixou um legado de grandes realizações de obras de infraestrutura e serviços que propiciaram a melhora na qualidade de vida do povo paraibano. Foram conquistas sociais destinadas a assegurar bem-estar, saúde, prosperidade e felicidade para os cidadãos da Paraíba.

Quem não se lembra do Projeto Cooperar, quando Maranhão saiu apagando os candeeiros pelos rincões dos sertões paraibanos, levando luz onde só havia breu nas comunidades interioranas? E das estradas construídas, cortando o Estado? A duplicação da BR-230, uma obra monumental que aproximou João Pessoa de Campina Grande? Como esquecer do Hospital de Trauma e todos os investimentos nas áreas de saúde e educação?

Quando Governador dos paraibanos, Maranhão levou obras do estado a todos os municípios. Em alguns, a população nunca tinha visto um Governador pessoalmente. Maranhão quebrou essa omissão, foi presente e atuante, levando o governo aonde o povo estava. Não à toa é que foi chamado, carinhosamente, de 'mestre de obras', em função da grande quantidade de benefícios levados à população paraibana.

Nos municípios mais atingidos pela estiagem, construiu barragens, adutoras e açudes, e chegou a ser denominado de 'Zé das Águas'. Em regiões mais pobres, levou energia elétrica.

Para alavancar o progresso e o desenvolvimento, construiu estradas, reformou inúmeras outras. Levou Saúde à feira livre, construiu hospitais, investiu em educação. Enfim, um governo operoso e de muitas conquistas sociais.

Essa trajetória vitoriosa começou lá atrás, como já dissemos, em 1954, ao eleger-se deputado estadual pela primeira vez, pelo PTB. Meu pai, Sílvio Porto, foi contemporâneo e amigo de Maranhão e, assim como o ex-Governador, teve o mandato de deputado garroteado pelo golpe militar de 64. Ele sempre proclamou a capacidade de Maranhão e a sua sapiência na solução de qualquer imbróglío político, dos muitos que o ex-Governador vivenciou em sua caminhada democrática.

Após ser eleito, em 1954, pelo PTB, Maranhão teve mais dois mandatos de deputado estadual pelo mesmo partido. Em 1967, filiou-se ao MDB, pelo qual voltou a ser eleito deputado estadual, ficando no cargo até 1969, quando foi

alijado da vida pública pelo golpe militar. Em 1982, elegeu-se deputado federal constituinte, voltando, também democraticamente, ao cargo em 1986, na legislatura 1987-1991. Em 1990, voltou a concorrer a uma vaga de deputado federal, sendo eleito para o período 1991-1994.

Como parlamentar, na Assembleia Legislativa ou na Câmara Federal, participou de momentos importantes da vida política nacional. Restaurada a Democracia, participou da elaboração da nova Constituinte.

Em 1994, foi eleito vice-Governador na chapa de Antônio Mariz, assumindo o mandato em virtude da morte do ilustre titular. Para muitos, Maranhão estava no cargo apenas pela amizade com Mariz, mas no exercício do mandato, após a morte do eminente político souse, mostrou surpreendente tirocínio administrativo.

No ano de 1998, disputou a candidatura à reeleição ao governo do estado pelo PMDB, vencendo a convenção do partido e, posteriormente, eleito Governador com cerca de 80% dos votos válidos, sendo o Governador mais votado do país, em termos percentuais, naquele ano.

Posteriormente, em 2002, Maranhão renunciou ao governo do estado para candidatar-se ao senado, sendo eleito o senador mais votado da Paraíba naquela eleição, com 831.083 votos.

Mais adiante, em 2006, disputou, novamente, o governo da Paraíba, desta vez contra o então Governador, Cássio Rodrigues da Cunha Lima, que foi eleito em segundo turno à reeleição, com cerca de 51% dos votos, entretanto, em seguida, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, José Maranhão, em 17 de fevereiro de 2009, retornou ao Palácio da Redenção, como Governador do Estado.

Foi indicado em 2014 pelo seu partido como candidato a senador da República, cargo pelo qual se elegeu pela segunda vez com 647.271 votos (37,12% dos votos válidos). Em fevereiro de 2015, já no início da nova Legislatura no Congresso, foi eleito Presidente da mais disputada Comissão do Senado: a de Constituição, Justiça e Cidadania, para o biênio 2015/2016.

Lamentavelmente, a covid-19 interrompeu uma trajetória de quem soube, brilhantemente, cuidar do patrimônio público e demonstrar como melhorar as condições de vida da população com uma gestão eficiente, operosa e com responsabilidade administrativa. A Paraíba, hoje, como nunca, sente a falta de José Targino Maranhão, um homem que sempre esteve à frente do seu tempo.”

A PALAVRA E O SILÊNCIO, POR DIHÊGO AMARANTO

“José Maranhão foi o maior líder político que o estado da Paraíba teve na sua história recente. Pessoalmente — fora a política — foi um pai, um mestre, um amigo, uma pessoa que me aconselhou e com quem sempre pude contar. Eu comecei a trabalhar com ele quando tinha 17, quase 18 anos. Minha família materna é de Guarabira, as tias de minha mãe foram contemporâneas de Maranhão em Araruna, sempre tivemos essa ligação regional, mas nunca havíamos sido próximos.

Quando fui tirar meu título de eleitor, aos 16, meu sonho era me filiar ao PMDB. Maranhão era o Governador à época e eu fui até o Palácio da Redenção e disse: ‘Eu quero falar com o Governador!’ A guarda se mobilizou, sem sequer imaginar do que se tratava. Disse a ele que queria me filiar ao PMDB, e que acabava de vir do TRE-PB, na perspectiva de entrar na vida política pelas mãos de José Maranhão. Daí, ocorreu aquilo que todos conhecemos, um assessor empurrou para o outro sem saber o que fazer. E eu insistindo: ‘Quero falar com o Governador!’ Lá pelas tantas fui recebido por Idácio Souto — assessor direto de Maranhão — na antessala de seu gabinete.

[...]

O Governador estava despachando e Idácio disse que ia ver o que poderia arranjar, provavelmente com algum descrédito pela minha ousadia. ‘Vou ver o que consigo, se não der hoje, marcamos outro dia.’ Disse ele já tentando me despistar. De repente, ele me mandou entrar, havia falado com o Governador que fizera questão de me receber, naquele instante mesmo. Me apresentei a Maranhão, que logo de cara disse lembrar de ‘maíinha’ e de minhas tias. Perguntou — em seguida — por que eu queria me filiar ao PMDB? Aí falou do PMDB Jovem, que era uma escola de líderes... Ficou bastante animado, assinou minha ficha de filiação e encerramos a cerimônia com um terno abraço.

Tempo depois nos reencontramos em um evento social [...], ele me reconheceu e me chamou para trabalhar com ele. Como bom homem da política, antenado com tudo que se passava a seu redor ele perguntou se não queria ajudá-lo com as suas redes sociais — que à época eram Orkut e MSN. Este grande universo da mídia virtual estava apenas começando a se espalhar pelo grosso da opinião pública, mas ele já havia percebido a importância daquele espaço e a possibilidade de estabelecer um contato mais direto com seus eleitores e a população em geral. Eu já tinha outro emprego naquela época e comecei

conciliando os dois, até que acabei largando tudo para me dedicar integralmente a essa assessoria digital de Maranhão.

Era um universo novo, para todo mundo. Ninguém ainda sabia muito bem como operar nestas ferramentas. Depois veio Facebook... Eu criei perfis em várias plataformas e uma *fanpage*, toda adesão surgira de maneira muito orgânica — não como hoje que se compram seguidores. Maranhão costumava passar a noite toda trabalhando e envolvia a gente nisso. Era um trabalho difícil, porque ele mesmo gostava de responder aos comentários. Eu dizia: ‘Chefe, aqui tem mil e poucos comentários! Não temos como responder todos.’ Mas ele insistia e queria responder um por um. Passava a madrugada respondendo: ‘Obrigado amigo’, ‘Obrigado, querida’... Sobretudo quando via que eram mensagens do interior do estado. Aos poucos fomos entendendo melhor essa dinâmica das redes sociais. Trabalhei com ele nisso até o fim, foram 13 anos.

[...]

Dentre suas muitas virtudes como ser humano e homem público, algo a se destacar em Maranhão é sua ‘palavra’. Na política — sabemos — nem sempre a palavra empenhada é a palavra cumprida. Pois pra Maranhão era. Às vezes ele demorava para tomar uma decisão ou um posicionamento — a gente ficava naquela ansiedade. Na minha impaciência juvenil eu perguntava: ‘E aí, chefe, sim ou não?’ E ele não respondia. Ou melhor, respondia com aquele silêncio característico. Depois comecei a entender que aquele era um silêncio importante para ele, um silêncio reflexivo, de maturação, do qual ele precisava para tomar as decisões. Porque, uma vez tomadas, era dito pelo dito, ele não era de voltar atrás. Eu aprendi muito com as suas palavras, e também com os seus silêncios.

[...]

E, dentro de casa, ele também era uma inspiração, ele e a Dra. Fátima. Um amor atemporal, pareciam dois namorados. Eles dois têm muitos ‘filhos’— não só Alicinha, Léo e Letícia. Eu me incluo, porque ele nos tratava por igual, nos dava a mesma orientação, o mesmo carinho. Então, muita gente que conviveu com Maranhão — mesmo por conta do trabalho — tem na Dra. Fátima essa referência e carinho, por ela ser essa parceria dele e também nos receber de portas abertas. [...] Uma família que abraçava muitas outras.

[...]

O papel dele no Senado, nesses quase oito anos, foi muito importante. Ele ajudou a desburocratizar muita coisa que estava na CCJ, participou de sabatinas importantes — Fachín, Alexandre de Moares —, se posicionava em seus pronunciamentos, dava entrevistas relevantes, se posicionava em seus

pronunciamentos, e por vezes até deixava escapar alguma coisa, sem querer, com o microfone aberto! Ele não se importava, era autêntico e não tinha nada para esconder, era o jeito dele.

Ele foi relator do novo Código Aeronáutico. Foi a um evento nos Estados Unidos para obter mais informações sobre para as pautas que iam para CCJ. Muitas vezes, noite adentro, saía para comer McDonald's — geralmente Mc-Chicken, com suco de laranja e uma torta de maçã —, e depois voltava para o Senado. Ele voltava pra João Pessoa na quinta-feira à noite, ou sexta pela manhã, nem dormia, só cochilava e já estava pronto para a agenda de final de semana no interior. Na segunda-feira atendia as demandas de liderança do MDB local e na terça-feira retornava à Brasília. Das últimas pautas que encampou no Senado Federal, destaco o eixo da transposição do São Francisco, ali em Piancó e São José de Piranhas, a triplicação da BR-230, entre outras muito importantes para o estado.

[...]

Maranhão foi um 'pai' para a Paraíba. Foi muito difícil — desta última vez — receber seu féretro no aeroporto. Porque sempre que eu o deixava lá ele dizia: 'Até a volta.' O aeroporto me lembra sempre dele. Foi uma experiência muito chocante [...]. Mas ele veio com todas as honras que merecia, de carro aberto até o Palácio da Redenção. A multidão ia a rua com panos brancos, colher de pedreiro... Foi muito emocionante quando ele foi velado no palácio — lugar onde despachou muitas medidas que mudaram os rumos da Paraíba, mesmo lugar onde me filiou ao PMDB — e depois, de lá para sua casa em Altiplano (João Pessoa), o corpo seguiu num carro do Corpo de Bombeiros até Araruna, onde o povo o esperava nas ruas. Maranhão foi um pai dos paraibanos, e ele sabia disso. Ele sempre quis cuidar do povo. Este seu último silêncio, deixará para sempre, uma enorme saudade.”

UM GESTOR RESPONSÁVEL, POR HELDER MOURA

“Conheci José Maranhão na campanha eleitoral de 1994, onde concorria como vice na chapa de Antonio Mariz. Até então não tinha qualquer proximidade com ele, mas, quando assumiu o governo, um dia ele me procurou, através do jornalista Idácio Souto. Almoçamos juntos, foi uma conversa boa. Num certo momento, Maranhão perguntou o que achava da política em Campina Grande — então dominada pelo grupo de Cunha Lima. [...] Aquele fora

o primeiro de muitos encontros, onde fomos nos entrosando. Maranhão tinha uma preocupação especial pelas composições políticas no estado porque como liderança política sabia que qualquer projeto só seria levado à cabo se pudesse contar com apoios sólidos e resolver as dissidências internas do partido.

[...]

Mas, além disso — com esse estreitamento nosso — fui percebendo o respeito que ele tinha pelos cidadãos paraibanos e como se empenhava em ser um grande gestor [...]. Era evidente o seu desejo de dar continuidade ao projeto administrativo que Mariz havia começado, como o plano de realizar o Canal da Redenção. Ele estava obstinado em de fazer um bom governo, sempre com seriedade no uso da máquina pública. Sempre que havia algum problema no governo, ele rapidamente procurava estancar, para não ganhar maiores proporções. Por isso minhas primeiras impressões dele foram essas: um gestor responsável.

[...]

Mais tarde aquelas impressões se confirmaram. Vi sua honestidade a serviço da Paraíba e das grandes obras que realizara. Além do Canal da Redenção — posso citar — a Barragem de Acauã, entre outras, a PB-008 para o Litoral Sul, a duplicação da BR-230... Ele tinha uma relação muito forte com o campo, demonstrava ser sensível ao sofrimento do homem com a seca e por isso em seus mandatos, fosse como Governador, fosse no Senado, ele trabalhou muito para remediá-lo.

[...]

Sua paixão pela Aviação é bem conhecida. Certa vez, fiz uma viagem com ele e outras pessoas para a Cajazeiras — acho —, para visitar as obras do Canal da Redenção, e, a certa altura da viagem, o avião começou a fumaçar. Eu e todos os demais passageiros entramos em pânico, mas ele, tranquilamente, foi até o local da fumaça, e consertou o defeito em pleno voo! Algumas vezes, fui fazer entrevista com ele no aeroclube, e ele estava lá montando e desmontando os aviões. Relatava que, muitas vezes, desmontava uma aeronave, para tirar as peças e consertar, ou mesmo montar outra, quase do zero. Talvez essa experiência de consertar as coisas — às vezes durante o seu próprio acontecer — tenha lhe dado um traço adicional a capacidade de gestor, pois essa era sua segunda paixão: gerir o estado e construir soluções, não à toa foi batizado de ‘mestre de obras’.

[...]

Eu acho que, contrariando a todas as expectativas naquele momento, Maranhão fez uma grande gestão quando assumiu após a morte de Mariz. Certamente fora um grande desafio. Praticamente ninguém apostava que seria um grande

governo, mas foi ali que ele se consagrou. [...] Esse fora só o primeiro de muitos desafios de sua carreira pública, certamente. [...] Entretanto, a despeito de todos os feitos administrativos — como as obras hídricas, que citei — Maranhão se notabilizou também por ser, provavelmente, o único político da Paraíba que, mesmo com mais de 60 anos de atividade pública, não tinha uma macha, uma nódoa sequer em sua biografia. E isso merece todo nosso respeito.”

VER BEM NÃO É VER TUDO, POR ALBERTO GOMES BASTISTA

“Em 2009 José Maranhão me chamou para fazer para Diretoria de Expansão da Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba (CAGEPA). Diferente de outras gestões Maranhão considerava a CAGEPA como uma área estratégica, porque nesta pasta se concentravam as obras relacionadas ao abastecimento de água para o Interior do Estado. Porque nesta pasta concentravam-se as obras relacionadas ao abastecimento de água e saneamento de todo Estado, muito feliz em poder ter ajudado gerenciando os recursos e as possibilidades para viabilizar seus projetos, que foram muitos e fundamentais para o desenvolvimento da Paraíba. Foi no âmbito dessa parceria que se estabeleceu nosso laço de amizade.

[...]

Mais tarde cheguei a participar de suas eleições seguintes, mas nossa relação se intensificou quando José — como eu o chamava — estava sem mandato. Nesta época sobrava-lhe mais tempo para os assuntos das fazendas e para Aviação, que era também outra vocação comum que compartilhávamos. No aeroclube, depois de encontros e cafés — que ocorriam quase todo o final de semana — ele começou a me incentivar a fazer um curso de piloto privado. E eu segui o conselho.

Um tempo depois, em 2014, veio a eleição do Senado. E desta vez meu engajamento foi promissor, porque fomos vitoriosos. Ele então, aproveitando de minha experiência em seu governo, e preocupado com os rumos do abastecimento de águas na Paraíba, indicou-me para a coordenadoria estadual do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS, Agosto de 2016). O órgão andava bastante sucateado e fora necessário muito trabalho para que ele finalmente seguisse o seu propósito. Primeiro por parte do Senador Maranhão junto ao governo de Michel Temer e depois de nossa parte. Mas, valeu a pena, pois o esforço resultou nas importantes obras ligadas ao eixo Leste e Norte da transposição do São Francisco em território paraibano.

[...]

José Maranhão para mim é a história viva da Paraíba, e esta lhe será eternamente grata pelo legado que deixou [...]. Ele tinha muita firmeza e segurança no que dizia, conhecia as coisas. É diferente de muitos políticos tradicionais porque estava sempre atualizado, a despeito da idade. Sua idade cronológica não queria dizer nada, ele estava sempre muito ligado às mudanças, informado. Esse é um traço fundamental para quem procurar se dedicar à vida pública e José o tinha, essa vitalidade toda que conciliava com uma simplicidade imensa. Tinha raízes profundas na política regional, mas era um político moderno, que enxergava longe.

O açude Epitácio Pessoa (Boqueirão) estava com apenas 2% da sua capacidade para atender Campina Grande e Complexo da Borborema. O senador José Maranhão conseguiu recurso junto ao presidente Michel Temer, e o Ministro da Integração para recuperação das barragens, culminando com a segurança hídrica de Boqueirão e assim José evitou o colapso hídrico da região.

[...]

Aliás, esse outro traço dele sempre se fazia presente: a simplicidade. Tanto como político, como quanto empresário, ou mesmo com a família, era muito modesto. Para se ter uma ideia eu rodei todo esse estado junto dele e nunca o vi solicitar os seguranças a que tinha direito, ele andava por todo canto sem nenhum receio e sempre com aquela mesma simplicidade que tinha dentro de sua própria casa. Era assim no Palácio da Redenção e também no Senado. Sempre do mesmo jeito.

[...]

O Brasil precisa saber de um destaque da vida de Maranhão. Ele foi um precursor nas obras de transposições e barragens para o enfrentamento das secas no Nordeste. No passado, as águas do Coremas e Mãe d'água evaporavam à vontade enquanto o sertão as pessoas ainda carregavam água no lombo de jumentos — na região de Patos, Santa Luzia, São Mamede, Pombal... José e eu fomos diversas vezes acompanhar os trabalhos na região. Ele sempre dizia: 'Esquerdinho — que é como ele me chamava —, ver bem não é ver tudo...!' É ver o que os outros não veem! Queria acompanhar cada detalhe, saber do passo a passo das obras. Depois das barragens do Corema as águas perenizaram e deram dignidade ao povo da região.

[...]

Para além da Paraíba, é de suma importância que o Senado Federal e o resto do país não esqueçam do estadista e homem público que foi José Targino

Maranhão — que eu tive o prazer de conhecer de tão perto. Para mim era como um ‘pai’, aprendia com ele diariamente. Para o povo era é um grande gestor, que pensava 24 horas por dia em como melhor servir a população. Eu só tenho essa enorme gratidão para ofertar à memória de lealdade e honestidade de José Maranhão. Espero que ele sempre seja visto — e lembrado — por todo bem, e por tudo que fez. Muito Obrigado, José.”

TAL QUAL AS ÁGUAS DO RIO E DO MAR, POR DALTON GADELHA

“Pelos idos de 1970, dos poucos empresários na Paraíba que possuíam avião no estado, um era meu pai, José de Paiva Gadelha, em Sousa. E o outro era José Targino Maranhão, em Araruna. Meu pai não comprara uma aeronave por diletantismo, tampouco por nababismo, mas por razões meramente profissionais: para saber de forma mais rápida e ágil a variação do preço do algodão antes dos concorrentes, já que, na época, não havia telefone naquelas regiões, muito menos internet.

Os motivos pelos quais Maranhão também tinha avião não eram muito diferentes. Ambos eram empresários arrojados e à frente de seu tempo. No entanto, no caso do ex-Governador havia algo que em pai não existia: a paixão pela aviação, que converteu o dono do aeroplano em um piloto de mão cheia.

E foi assim que eu conheci José Targino Maranhão. Quando de seus muitos pousos em Sousa-PB, ante os parques meios de comunicação daquela época, meu pai e Maranhão possuíam um código para identificar o momento em que seu lustre hóspede chegava à cidade. Ele teria de dar um voo rasante, passando pelo bairro do Angelim, próximo às propriedades rurais da nossa família, dessa forma, meu pai já sabia que ele estava na iminência de posar.

Eu — na minha tenra idade — logo pulava no velho Opala preto de José Gadelha para acompanhá-lo até o campo de pouso da cidade e trazer Maranhão até a nossa casa. Pedia para meu pai ‘apressar o passo’ para que eu pudesse ver — embasbacado — a aterrissagem do comandante, que conduzia seu próprio avião!

Dali surgia uma admiração que — mal sabia eu — se tornaria uma bela amizade, concedida pela política, mas consolidada por um convívio de admiração e respeito mútuo. Tive o prazer de votar em José Targino Maranhão nas várias ocasiões em que ele disputou o governo do estado da Paraíba e pode, natural-

mente, honrar a confiança que eu e milhares de paraibanos nele depositamos, sobretudo em razão da pletora de obras que edificou.

Mas o destino parece, de fato, uma ‘pororoca’ em que, inevitavelmente, as histórias de vida precisam se encontrar, tal qual as águas do rio e do mar. Assim como os ‘Josés’ — Gadelha e Maranhão —, que tanto aprendi a admirar, tornei-me empresário no ramo educacional e, inspirado neles, criei um dos primeiros cursos de Aviação Civil do Brasil.

Para tanto, o Ministério da Educação, por óbvio, exigia uma estrutura mínima que contasse com, ao menos, uma aeronave para instrução de voo na escola. Dada a minha necessidade, procurei o amigo José Maranhão para saber se ele não tinha algum avião disponível à venda naquele momento, que suprisse as exigências mínimas exigidas para aquela circunstância específica.

E, então, aquela mesma aeronave que eu — perplexo — via aterrissar em Sousa, quando menino, foi a de que, anos depois, me tornei proprietário pelas mãos do amigo José Targino Maranhão, e que, durante muito tempo, levou os sonhos de muitos alunos que passam pela Escola Superior de Aviação Civil (ESAC).

A vida empresarial me afastou um pouco da política, aquela mosca que muitas vezes me picara noutros momentos de minha trajetória. Pelo conjunto da nossa obra em Educação, Saúde, Comunicação e Cultura, muitos foram os homens públicos que me convidaram para sair de meu cotidiano de gestor e voltar aos palanques. Confesso que deixar a minha empresa seria, para mim, um grande sacrifício pessoal que, definitivamente, não estava no itinerário dos meus planos.

No entanto, em um dos dias que antecediam as convenções para o pleito estadual de 2018, o então senador José Maranhão fez-me o honroso convite de estar ao seu lado naquela eleição, em que ele se preparava para disputar o governo do estado, seja na condição de companheiro de chapa como seu vice ou mesmo na condição de candidato a uma das duas vagas disponíveis à eleição para o Senado.

Relutei internamente por vários dias, conversei com Gisele e meus filhos, mas, infelizmente, não pude aceitar a missão pelas razões pessoais e profissionais que aqui já colocara. Contudo, tendo em vista o nível da nossa amizade, considero que este foi o chamamento de regresso à política mais honroso, com o qual mais me balancei e, de todos os que recebi, seria o único que poderia aceitar, considerando a origem da requisição: um lugar onde não faltava os melhores predicados de um homem público.

Afinal, honestidade, competência, lealdade e amor ao seu povo — virtudes que considero essenciais àqueles que se devotam à vida pública — são marcos na existência de José Targino Maranhão, o piloto que aquele menino olhava contemplado, o mesmo que o amigo de hoje e sempre lembra com saudade e admiração.”

O TEMPO NÃO VOLTA, POR VIRGÍNIA MORAES

“Sou Virgínia Magliano de Moraes, amiga, afilhada e comadre de José Targino Maranhão. Trabalhei em diversas campanhas eleitorais (Governador, senador da República). Conheci José Maranhão através de meu pai, Mazureik Moraes, um dos fundadores do MDB. Convivemos por mais de 40 anos. Meu primeiro voto foi pra ele, deputado federal. Desde lá nossa aproximação só se intensificou. Meus contatos se fortaleceram com ele sendo padrinho de minha filha com que mantinha uma relação de carinho especial.

Me chamou a atenção sua forte liderança. Mesmo afastado da vida pública por 10 anos de forma arbitrária e injusta pelos militares do golpe de 64 conseguiu eleger-se deputado federal, vice-Governador, Governador e senador de forma contínua, após retomar seus direitos políticos.

Em sua atuação como Governador dedicou-se prioritariamente à execução de obras de infraestrutura que incentivassem e sustentassem o desenvolvimento do estado. De tão intensa, essa atividade lhe rendeu o apelido de “mestre de obras”.

Convivi com diversos de seus familiares e pude desfrutar da harmonia que José Maranhão pregava, incentivava e praticava com todos a sua volta. Sempre foi um homem reservado, dedicado à família, mas de posições políticas firmes e definidas, embora sua principal característica fosse a busca incansável da conciliação.

[...]

José Maranhão foi um político honesto, de visão de futuro, conciliador que harmonizava posições divergentes sempre no sentido de viabilizar ações concretas para o desenvolvimento do Estado da Paraíba.

Um dia antes de ser entubado, ligou para mim, através do celular do Dr. Galileu. [...] Me pediu para falar com Nina, sua afilhada, sorriu para ela com um olhar de despedida. Pediu também para falar com minha mãe, lembrou velhas e boas histórias ao lado do meu pai. Disse uma frase que me pôs reflexiva: ‘O tempo não volta...’, no dia seguinte foi para São Paulo e não mais voltou.”

O ÚLTIMO VOO, POR PE. NILSON NUNES

"Eu sou Padre Nilson Nunes, filho natural de Araruna, onde tive a oportunidade de conviver com muitas pessoas boas, entre elas o filho mais ilustre da Cidade, José Targino Maranhão. Quando criança sempre escutei meus pais falarem em Zé Maranhão, deputado, aviador e o homem que ajudava os pobres, para mim ele era tido como um herói, o homem que voava. Não tem como esquecer ainda hoje o barulho do seu avião que anunciava a sua chegada.

Com o passar do tempo, fui estudar para ser Padre e no dia de minha ordenação tive uma grande surpresa, ele foi a cerimônia levando todos os parâmetros litúrgicos para o ministério de um Padre, que guardo ainda hoje. Essa atitude muito me chamou atenção, pois ele era Governador e mesmo com tantas preocupações encontrou tempo para prestigiar um simples conterrâneo, mas era assim o seu jeito de ser, simples e atencioso.

Após a ordenação fui nomeado Vigário de Araruna, minha Paróquia de Origem. A partir daí cresceu uma grande amizade, aos poucos a casa paroquial se tornou um ponto de encontro, onde discutíamos sonhos e projetos para o desenvolvimento da Paraíba, na companhia de sua esposa a Desembargadora Fátima Bezerra, que logo se tornou minha madrinha do coração.

Zé Maranhão, era um homem admirável, grande estadista, um sonhador, um homem que vivia o presente projetando o futuro, por isso na Paraíba as grandes obras tem a marca de seu governo, hospitais, estradas, açudes, escolas e Projetos de desenvolvimento econômico.

Ser amigo de Zé Maranhão para mim era um privilégio, porque o tinha como um mestre experiente, que ensinava pelas atitudes. Foi um Homem que contribuiu para o meu crescimento pessoal, gerou inspiração na ousadia e na coragem de desbravar um novo mundo. Não esqueço um dia em que ele foi à minha casa com sua amada, minha madrinha Fátima e disse: 'Reverendo quero lhe convidar para fazer parte de minha equipe de governo', pouco tempo quando retornou ao governo do Estado, me nomeou secretário, fundão que exerci com muito orgulho. Nesse período pude presenciar muitos gestos bonitos nas viagens pelo estado, entre eles o cuidado com a saúde das pessoas e o cuidado com os pobres.

Agradeço a Deus a oportunidade de desfrutar da amizade da família. Dra. Fátima é uma mulher de Deus. Na sua forma de ser sempre colaborou para que Zé Maranhão fosse o grande homem que foi, sobretudo com ideias e Orações, mas também na educação dos seus filhos, Léo, Alice e Letícia.

A partida de Zé Maranhão para eternidade nos deixou um grande vazio, a Paraíba não é mais a mesma, Falta o homem que, quando a Paraíba reconhecia sua voz forte e tranquila. Zé Maranhão, foi um homem brilhante, ocupou os cargos mais importantes da Paraíba, viveu bem sua vida, morreu fazendo o que mais gostava, estar na rua com o povo. A pandemia nos roubou muitas pessoas amadas, as vezes penso que foi apenas um pesadelo, mas quando não escuto mais a zoadá do seu avião, aí percebo que foi verdade. Ele voou para não mais voltar!

Por fim, quanto a sua forma de educar a prole, de se fazer amar e de ser intenso na afetividade, registro que ao visitá-lo em Brasília, encontrei sua filha Alicinha, fínçada dentro de um hospital 24 horas por dia, saía tão somente para levar a roupa na lavanderia. Dei-lhe um dia de descanso e fiquei a sós com ele — minha madrinha, Fátima, chegou à tarde. E nessa convivência solitária e tão profunda, em um quarto de UTI, sua energia do bem fazia se sentir, com cada médica e enfermeiro que ali adentrava ali — ‘senador educado’, ‘perfumado’, ‘resiliente’...

Oramos. Cantamos. Dei-lhe a extrema unção. E na minha experiência sacerdotal, mesmo encontrando-se em coma induzido, participou espiritualmente da celebração de despedida da vida. Preparou-se para a Páscoa, sendo imolado como um cordeiro, no altar do surgimento produzido pelo covid-19.

Ao ‘tio Zé’, meu padrinho do coração, eu continuarei a pedir a benção. O piloto do Céu!”

O LEGADO DE JOSÉ MARANHÃO*, POR NILDA GONDIM

“Voar entre as nuvens sempre foi o maior prazer e sensação de liberdade do nosso querido senador, pilotando o seu avião. [...] A simplicidade da vida pública, no campo, em Tocantins, na companhia de sua amada esposa, era o seu refúgio e aconchego, a conviver com os animais e a natureza. São referências e momentos inesquecíveis que ficarão eternizados!

José Maranhão representou os paraibanos como Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador e Senador da República. Ocupou todos os espaços

* Extraído da obra *Voo do Amor*, de Fátima Maranhão (no prelo). Título do depoimento atribuído pelos autores.

que o homem público gostaria por meio do voto. Mandatos conferidos pelos paraibanos, conscientes de sua ética, determinação, trabalho, compromisso e responsabilidade. Maranhão, quando Governador da Paraíba, ficou conhecido como o ‘mestre de obras’, por sua obstinação na construção, ampliação e implantação de obras de infraestrutura no Estado, destacando-se o projeto de irrigação das Várzeas de Sousa, com a implantação do Canal da Redenção, a construção de rodovias, de adutoras e barragens importantes para minimizar os impactos da seca para a população paraibana.

Na seara legislativa, Maranhão utilizou sua ‘expertise’ e paixão pela aviação para se destacar como relator do atual Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986) sendo, inclusive, o relator da proposta de reforma do Código Aeronáutico (PLS 2568 de 2016), para a qual apresentou um substitutivo aprovado por uma comissão especial aguardando não apenas a votação no plenário do Senado Federal.

José Maranhão é referência de um homem público, que enalteceu a nossa Paraíba e contribuiu efetivamente na construção e desenvolvimento do Estado e teve o olhar direcionado para os mais vulneráveis.

A importância do seu nome, no cenário nacional, pode ser evidenciada, como um reconhecimento de todos os senadores, com a aprovação do PRS 14 de 2021, Projeto de Resolução do Senado, do qual sou a relatora, que instituiu a Medalha Senador José Maranhão, destinada a agradecer pessoas físicas ou jurídicas que se destacaram no combate à pandemia da covid-19.

José Maranhão deixou um legado; são memórias sagradas que ficarão eternizadas no coração dos familiares e do povo paraibano!”

A PANDEMIA APAGOU O ÚLTIMO CANDEEIRO*, POR SEBASTIÃO FERREIRA FILHO

“Dele me aproximei pelas afinidades de amizade construída pelos nossos antepassados, nossos pais servindo a mesma causa da terra que nos viu nascer. Ainda bem novo o vi ascender à política (1954), como Deputado Estadual, iniciando sua carreira política que permitiu ser, na Paraíba, um dos políticos a ocupar os cargos de parlamentar — na Assembleia, na Câmara dos Deputados, no Senado —, e assumir o governo do estado por três ocasiões.

* Extraído da obra *Voo do Amor*, de Fátima Maranhão (no prelo).

Como Deputado Estadual foi ele quem contribuiu para que Tacima ganhasse a autonomia de município e, tempos depois, atendendo nosso pleito, abonado por lideranças locais — entre as quais os historiadores Humberto Fonsêca de Lucena e Zilma Ferreira —, contribuiu para reparar o equívoco de mudança do nome da cidade, efetivamente colaborou para o retorno à denominação original.

Em tantas outras oportunidades estivemos juntos, caminhando com o olhar para os nossos municípios, ele com a visão geral para os problemas da Paraíba. Uma obra que por si bastaria para a região lhe ser grata, foi a instalação de um campus da Universidade Estadual em Araruna, onde os jovens conterrâneos podem obter conhecimentos para conquistar seus espaços sem sair do seio familiar, bem diferente de décadas passadas.

Agora quando recordamos saudosos a passagem dele, ficamos com a sensação de que Maranhão foi um homem íntegro, um político sem mancha, um administrador público exemplar. Foram mais de sessenta e cinco anos de atividade pública que a pandemia interrompeu, espaço de tempo que ninguém encontra uma pecha que desabone sua trajetória. Modelo de político que ficará com a marca indelével para os jovens.

Uma das marcas de seu caráter foi a fidelidade aos princípios políticos que abarcou, aos sonhos que buscou realizar em favor da coletividade, sem nunca se afastar dos ideais que marcam o início de sua atividade política, interrompida depois de seis décadas depois.

Esse animal feroz que com sua mão invisível conseguiu, com um sopro, apagar o último candeeiro que Maranhão mantinha aceso.”

A BONDADE DE JOSÉ MARANHÃO*, POR GERMANO ROMERO

“Muito já se disse, muito já se escreveu e muito se sabe sobre o senador José Maranhão. Sobre suas qualidades políticas, parlamentares, administrativas, profissionais, empreendedoras e até pessoais como de bom piloto, fazendeiro, pecuarista. E olhe que gente de valor e saber literário como Ângela Bezerra de Castro e Gonzaga Rodrigues se dispôs a escrever sobre ele com o merecido título *Uma vida de coerência*.

Sua trajetória é assunto inesgotável, principalmente para quem parte deixando na história e na memória traços de virtude em tudo o que fez. Pois todo

* Extraído da obra *Voo do Amor*, de Fátima Maranhão (no prelo).

dia há algo a acrescentar pelos que desfrutaram privilegiada convivência em sua vida longa e produtiva.

Mas agora o assunto é, digamos, especial. Não é público como sua respeitada imagem. Mas talvez até mais relevante, pois nos dá a certeza de que ao despertar para o novo mundo que se abrirá diante de seu espírito, com a consciência limpa e regozijada pelo bem, gozará a plenitude e o conforto que merece. E com a disposição de sempre, seguirá sua trajetória de trabalho e dedicação inspiradora nas atividades do plano espiritual.

Mas vamos à virtude que desejamos ressaltar no senador José Maranhão: a bondade! Bondade nata, da solidariedade, da compaixão social e, para quem não sabe, amor pelos animais! Basta apenas isto para definir o nível de evolução dos seus sentimentos de qualquer pessoa. Amar e respeitar os bichos, sobretudo os indefesos e dependentes de nós, que somos classificados, às vezes inapropriadamente, de humanos, é uma qualidade superior a muitas outras. E dela quem nos falou foi uma verdadeira amiga sua, que teve com ele uma relação afetiva sublime e ininterrupta por mais de 70 anos. Desde o berço, aliás, desde os pais e avós: Ângela Bezerra de Castro! Poucos o conhecem tão profundamente quanto ela...

Certa vez, Maranhão quis presentear uma amiga de Recife com um gatinho filhote. E resolveu levá-lo pessoalmente no seu avião particular. À época, uma pequena aeronave que só cabia duas pessoas. Mas a sua preocupação era de como acomodá-lo, pois tinha pena de prendê-lo numa casinha dessas que se vendem nas lojas pet, por maior que fosse, mesmo considerando o tamanho do gato. Tinha receio de que ele ficasse chorando durante o voo, mesmo sendo um trajeto de pouco mais de meia hora.

Veio então a luminosa ideia. Convidar a amiga Ângela para ir com o gatinho no colo, ao seu lado. Nem precisa dizer qual a resposta da amiga, que nutre franciscana amizade por todo o reino animal, vegetal, quiçá até mais do que por grande parte dos humanos. Ela foi capaz de 'criar' até um casal de lagartixas, a quem dava de comer, na casa onde morou. Neta de fazendeiros de Araruna, lugar onde começou a escrever sua vida, cujo bucolismo se impregnou feito aura em seu espírito até hoje, é de lá que vem sua grande amizade com 'Zemaranhão', como se refere sempre sob as inefáveis carícias de suas preciosas e incomparáveis lembranças.

E lá se foram os três para Recife sobrevoando o litoral. 'Vamos bordejando as praias para você ver que coisa linda' — antecipou o piloto à amiga. Ora, 'Zemaranhão'... Coisa linda é esse seu sentimento puro, que, como muito bem sabem outros amigos de verdade, você não se poupou a estender aos mais hu-

mildes e desprotegidos. Agora é você quem entende, mais que nós, o valor que isto tem. Quando passa tudo aquilo que não tem...”

TROFÉU PARA O CAMPEÃO*, POR MICHELE RAMALHO

“Conheci José Maranhão informalmente, dado ao convívio profissional entre meu tio Luiz Sílvio Ramalho Júnior e a Des. Fátima Bezerra Cavalcanti. Surpreendi-me com sua jovialidade e lanheza, tornando-me logo sua fã. Nos encontramos várias vezes nos eventos sociais e em ocasiões mais íntimas e virei testemunha presencial do relacionamento harmonioso e cúmplice do casal e mais que isso: do espírito de justiça visível na conduta desse homem extraordinário. Sobretudo, realço, dentre seus méritos, a ausência de discriminação entre as pessoas, de gênero e de raça.

Quando me tornei Presidente da Federação Paraibana de Futebol, foi o primeiro a me parabenizar dizendo que confiava no meu talento e liderança. Por essa e outras, resolvemos, inclusive, pela sua valorização ao esporte: Conceder a Taça de campeão a José Maranhão pelo gestor que sempre será lembrado pelo povo da Paraíba. É uma honra para o nosso futebol. Esta Taça, na verdade, denominada Governador José Maranhão, será levada pelo vencedor do clássico paraibano Sousa e Atlético. Data importantíssima para as agremiações.

Este notável homem público nunca se distanciou do seu povo, pois dele tinha as mesmas raízes que se cravavam ao chão. Dono de qualidades mil, exuberava otimismo, verdade e obstinação. A sua marca é de um homem leal ao seu povo e à sua terra.”

JOSÉ MARANHÃO, O ESTADISTA*, POR JOSÉ SARNEY

"A pandemia de covid-19 tem cobrado um alto preço da Humanidade, mas, além do sentimento da tragédia coletiva, nos marca profundamente a perda individual de amigos e companheiros de vida pública e de convivência, já com o peso de décadas.

* Extraído da obra *Voo do Amor*, de Fátima Maranhão (no prelo).

* Extraído da obra *Voo do Amor*, de Fátima Maranhão (no prelo).

É com este sentimento que sinto agora o falecimento de um desses grandes amigos, companheiro de muitas batalhas e um homem íntegro e sempre solidário, o senador José Maranhão, um dos maiores líderes políticos da Paraíba, derrotado na batalha contra a essa doença que o acometia desde o segundo turno das eleições municipais do ano passado e cujas sequelas lhe levaram a vida.

Nos conhecemos no começo da década de 1980, quando eu era senador e ele chegou a Brasília como deputado federal. Algum tempo depois tornei-me Presidente da República e ele foi constituinte, trabalhando em defesa dos interesses do Nordeste e do Brasil e muito me ajudando. Em 1994 deixou a Câmara dos Deputados para assumir o mandato de vice-Governador da Paraíba e, logo depois, o de Governador, pelo falecimento de Antônio Mariz. Reeleito em 1998 com a maior margem de votos de todo o País, José Maranhão fez um brilhante governo, que lhe valeu o respeito e a confiança do povo paraibano e brasileiro.

Marca disso foi sua eleição, em 2002, para o Senado Federal, com expressiva votação. No período de 2003 a 2009 convivemos na Câmara Alta em estreita sintonia, quer nos interesses quer nos ideais que nos uniam dentro do Partido. Foi assim, quando, com Requião e Paes de Andrade, nos juntamos numa luta e dissidência para que o PMDB não apoiasse a candidatura Serra.

Quando eu fui Presidente da Mesa, e mesmo fora dela, sempre tive a sua colaboração espontânea e a sua solidariedade. Em 2006 candidatara-se novamente ao governo da Paraíba. Cássio Cunha Lima, candidato a reeleição, teve mais votos que ele. Em 2009, no entanto, o TSE cassou o mandato de Cunha Lima e José Maranhão assumiu novamente a chefia do governo, quando uma vez mais realizou um grande trabalho.

Em 2014, aos 81 anos, voltou a ser eleito para o Senado Federal, onde cumpriria seu mandato, como sempre, com presença marcante, ocupando inclusive a presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Companheiros de partido por 35 anos, tínhamos uma grande convergência de ideias e batalhamos por causas comuns, como por exemplo a defesa do livro e o combate ao armamentismo.

A Paraíba era, naturalmente, a sua permanente paixão. A ela devotou toda a sua carreira política, defendendo seus interesses em todos os terrenos.

Mais que correligionários, fomos amigos. José Maranhão era uma pessoa gentil, de uma convivência serena, agradável, ponderada e patriota. Sinto profundamente sua falta e guardarei para sempre a memória de sua grande figura humana.

Ele tem um lugar indelével e está na história da Paraíba e na política brasileira como um dos seus grandes homens.

Dívido com sua família, a desembargadora Maria de Fátima — de quem o texto que escreveu sobre ele é uma obra prima — e seus filhos este momento de dor.”

DEUS RECEBE UMA BELÍSSIMA COMPANHIA*, POR MICHEL TEMER

“O falecimento do senador José Maranhão nesta segunda-feira (8), devido a complicações da covid-19, gerou comoção nos paraibanos e na classe política do Estado e do País”.

Um dos políticos marcantes do Brasil, o ex-Presidente Michel Temer, que também dividia a mesma sigla partidária com o decano do Senado, prestou homenagens ao parlamentar falecido. O ex-Presidente declarou que a morte de Maranhão é uma grande perda não só para o partido, mas para a política como um todo por conta da liderança nata de José Maranhão:

“Perdemos um grande amigo. Queridíssimo. Sempre tive um apreço extraordinário por José Maranhão. Quando você chegar ao céu, Deus vai recebê-lo com o mesmo aplauso dos paraibanos e brasileiros. Você prestou tantos serviços e digo sem medo de errar: perdemos um grande líder, uma grande figura da história brasileira. Deus recebe uma belíssima companhia”, disse o ex-Presidente.

CADEIRA VAZIA*, POR NOTAS DE COLEGAS DO SENADO FEDERAL

“Há exatos dois anos, estava sentado nesta cadeira, Sua Excelência, o senador José Maranhão, decano desta Casa, que neste momento, convalesce em recuperação de sequelas do Coronavírus. Naquela ocasião, pronunciou, de improviso, as belíssimas palavras que passarei a falar agora: ‘Apenas substituindo o destinatário’.

* Extraído da obra *Voo do Amor*, de Fátima Maranhão (no prelo).

* Título do depoimento atribuído pelos autores. Notas extraídas da obra *Voo do Amor*, de Fátima Maranhão (no prelo); da reportagem “Senadores lamentam a morte do decano José Maranhão”, publicada pela Agência Senado em 9/2/2021; além de redes sociais dos respectivos senadores.

Gostaria de fazer isso como uma homenagem ao senador José Maranhão. Ao senador José Maranhão, todos desejamos plena e rápida recuperação, para que possa retornar ao nosso convívio o mais rápido possível, com a saúde integralmente restabelecida.

Naquela ocasião, assim se dirigiu a mim Sua Excelência o senador José Maranhão. E nesta ocasião, dirijo-me ao senador Rodrigo Pacheco, porque a essência do momento e da mensagem é a mesma. Disse Sua Excelência, o nosso decano à época.

Quero congratular-me com o senador Rodrigo Pacheco, pela sua eleição à Presidência do Senado da República, desejando-lhe todo sucesso, todo êxito. Lembro a Vossa Excelência que, doravante, não existem mais três, quatro, cinco ou duas candidaturas, existe o Senado da República, que caberá, sob a responsabilidade do senador Rodrigo Pacheco, conduzir esta Casa, com que equilíbrio, altivez e independência, em favor do Brasil. Convidou a mim. Hoje, convido o senador Rodrigo Pacheco a assumir a Presidência do Senado da República.”

Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

“Recebi, com profundo pesar, a notícia do falecimento do querido amigo e companheiro de bancada, José Maranhão. A Paraíba, o Senado Federal e o Brasil perdem um grande político, um homem afável no trato, apaziguador, benevolente, muito inteligente.”

Renan Calheiros (MDB-AL)

“Maranhão era mais que um colega parlamentar. Era um senador que dava exemplo de espírito público. Um amigo legal. Um irmão na defesa do bem estar dos brasileiros de seu Estado, Paraíba, e meu Estado, Tocantins. Marcou a história política do Brasil”.

Kátia Abreu (PP-TO)

Já perdemos o amigo Arolde [de Oliveira, PSD-RJ] e agora o Zé Maranhão. A morte cada vez mais perto de todos os brasileiros. Neste momento, nos resta orar pelo conforto aos familiares e amigos. Mas não podemos continuar acovardados e convenientes sem exigir a aceleração das ações para imunização e apurar seriamente todos aqueles, que por ação ou omissão, praticaram crimes no exercício da atividade pública que deram causa já a 233 mil mortos.”

Major Olimpio (PSL-SP) in memoriam, também vítima fatal de covid-19, falecido em 19 de março de 2021

“É com muita tristeza que lamentamos o falecimento do senador José Maranhão, ocorrido na noite desta segunda-feira (8). Maranhão, nome forte na política, homem de coração grandioso para os que os conheceram de perto e com ele tiveram o prazer de conviver. Referência na política paraibana, fez história, deixou histórias, foi exemplo de homem público. Sua morte em decorrência da covid-19 deixa a Paraíba em silêncio. Silêncio esse em respeito à sua trajetória, aos seus familiares, à sua memória.”

Daniela Ribeiro (PP-PB)

“Perdemos hoje o nosso amigo, líder e irmão, Senador José Maranhão, grande homem público, referência na política e exemplo de dedicação à família, à Paraíba e ao Brasil. Rogamos a Deus que o acolha na Vida Eterna e que conforte os familiares e milhares de amigos que aqui permanecem, em oração.”

Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

“Nosso mais profundo pesar pela morte do senador José Maranhão, mais uma perda irreparável causada pela covid-19. Mais do que um correligionário, perdemos um amigo, um companheiro querido e gentil, admirado e respeitado por todos que o cercavam, por sua experiência e por sua postura pessoal e política, marcada pelo

compromisso e pela integridade. O Brasil perde um expoente da vida nacional, defensor incansável da democracia, que não mediu esforços para contribuir da melhor forma possível para o engrandecimento do país e da nossa política. Que o Senhor Deus o acolha em sua infinita bondade. Aos familiares e amigos, o meu carinho, as minhas orações. A Paraíba perde seu ‘mestre de obras’, um homem público que dedicou toda sua vida a construir um estado mais desenvolvido e menos desigual.”

Eduardo Braga (MDB-AM)

“Morreu José Maranhão. O decano no Senado Federal, com mais de 70 anos de vida pública, foi forte como um bom paraibano, mas não resistiu mais à luta que travou contra as complicações da covid-19. Nossos profundos sentimentos de pesar à família e aos irmãos e irmãs da vizinha Paraíba.”

Jean Paul Prates (PT-RN)

“É com muito pesar e tristeza que a gente se despede do nosso querido José Targino Maranhão, nosso querido senador Zé Maranhão. Cordial, com uma vida dedicada aos que mais precisam na sua querida Paraíba. Ele deixa um legado de trabalho, dedicação e respeito aos que divergem. Acima de tudo, ele nos deixa um legado de uma vida pública que nos orgulha. Deixa saudade e um grande exemplo.”

Esperidião Amin (PP-SC)

“Meus sentimentos a todos os familiares do senador ex-Governador paraibano José Maranhão, mais uma vítima dessa pandemia que tantas vidas têm tirado de nós. A Paraíba perdeu não apenas seu mestre de obras, como era conhecido

em sua terra natal, mas também um mestre da boa política da cordialidade. Descanse em paz, meu amigo.”

Irajá (PSD-TO)

“Com grande tristeza, manifesto minha solidariedade ao povo paraibano e à família do senador José Maranhão, levado pela covid-19 nesta segunda-feira. Deixa de legado a larga trajetória política. No nosso coração, estará sempre a lembrança da sua cordialidade.”

Simone Tebet (MDB-MS)

“Foi com muita tristeza que recebi a notícia do falecimento do senador José Maranhão. Integrante do MDB desde 1967, ele teve uma trajetória marcada por muito trabalho e dedicação em todos os cargos que ocupou. Neste momento de luto, me solidarizo com seus familiares e amigos.”

Jarbas Vasconcelos (MDB-PE)

“Nossa homenagem ao sempre Governador e senador José Maranhão. Honra de ter chegado ao Senado da República e ter sido seu colega. Brasileiro raro símbolo de confiança no trabalho e no futuro do Brasil ainda a ser reconhecido. Deus conforte o povo da Paraíba e estenda por gerações seu legado. Respeito sempre aos seus anos de política honrada.”

Eduardo Gomes (MDB-TO)

“Com profundo pesar, recebo a notícia do falecimento do senador José Maranhão, uma inspiração para todos nós que trabalhamos pelo desenvolvimento do Nordeste e do Brasil. No Congresso Nacional, fui testemunha de sua dedicação e compromisso. Com as soluções para os grandes problemas que afligem a população da sua Paraíba e de todo o Nordeste. Meus sentimentos à família e amigos.”

Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE)

“Recebo com muita tristeza a notícia do falecimento do senador José Maranhão, o decano do Senado nessa legislatura. Convivi de perto com o senador Maranhão, especialmente quando ele presidiu a Comissão de Constituição e Justiça, entre 2015 e 2016, logo quando cheguei ao Senado e tornei-me titular da comissão. Sempre guardamos um pelo outro um carinho recíproco e uma amizade fraternal. O senador Maranhão era atencioso, paciente e extremamente preocupado em garantir que o trabalho legislativo gerasse benefícios práticos para a população. Deixará um legado importante e uma saudade grande em todos que convivemos com ele de tão perto. Levo; todos os seus familiares e amigos e a toda população da Paraíba, seu estado. Os meus sentimentos e meu abraço fraternal.”

Antonio Anastasia (PSD-MG)

“Acabo de saber que o querido companheiro senador José Maranhão faleceu em virtude das complicações causadas pela covid-19, após mais de 70 dias hospitalizado. Sempre me lembrarei com carinho das muitas lições que aprendi ao seu lado nesses anos no Senado Federal. O povo da Paraíba perde um senador dedicado e atuante, empenhado na luta pelo seu estado, e nosso país perde um grande líder político. Meus sentimentos à família.”

Ciro Nogueira (PP-PI)

“Acabo de receber a triste notícia da partida do querido amigo senador, José Maranhão. De longe um dos maiores expoentes da nossa política, em muito contribuiu no Parlamento. Não à toa, era tão querido em sua amada Paraíba. Envio meus sinceros sentimentos à família e amigos. O senador José Maranhão era no Senado o único senador remanescente do Golpe Militar de 1964. Ele foi cassado pela ditadura e ajudou na fundação do MDB. Tem parte muito importante na nossa história!”

Randolfe Rodrigues (Rede-AP)

“A morte de José Maranhão, ceifado pela covid-19, deixa uma lacuna no Senado. Ele sempre estava presente em temas de interesse da população, Homem íntegro, cordial, de aguçado senso crítico, de um amor infinito pelo seu estado e pelo país. Solidariedade aos familiares e aos amigos.”

Paulo Paim (PT-RS)

*Estamos num mundo repleto de você, onde
Lembrá-lo, não é só questão de consciência,
é adquirir forças para viver, lutar e vencer!*

*Porque enquanto tudo vai lembrando você, meu companheiro,
tudo vai se tornando infinitamente puro, belo e verdadeiro.*

*Assim, mesmo que neste limitado espaço, tudo vá lembrando você,
Lá fora na rua, na cidade, nos campos, nas outras casas,
todos, envolvidos com seus "eus" e com seus "ais", deixaram de pronunciar o
seu nome.*

*Mas isto não me entristece, eles têm também uma pessoa para lembrar,
apenas, são poucos os que lembram alguém com tanta
intensidade quanto nós lembramos de você.*

Manoel de Tatinho Neto Caranhão

FONTES E BIBLIOGRAFIA

OBRAS CITADAS E CONSULTADAS

AZEVEDO, Fernando Antônio de. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CALLCOTT, Maria (Graham). *Escoço biográfico de Dom Pedro I*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.

FREIRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida e a cultura do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio, 1977.

GAUDÊNCIO, Francisco de S. *Joaquim Silva: um empresário ilustrado do Império*. São Paulo: Noeses, 2022.

LUCENA, Humberto Fonseca de. *Araruna, anotações para a sua história*. Monografia editada Comissão do IV Centenário da Paraíba, 1985.

_____. *Araruna: de Distrito de Paz à Comarca*. João Pessoa: Casa da Memória Editora, s/d.

MARANHÃO, Fátima B. C. *O voo do amor*. João Pessoa: Edição da Autora, [no prelo], s/p.

MELLO, José Octávio de Arruda. *Sociedade e poder político no Nordeste: o caso da Paraíba (1945-1964)*. João Pessoa: Editora Universitária, 2001.

RODRIGUES, Gonzaga; CASTRO, Ângela Bezerra. *José Maranhão: uma vida de coerência*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

SILVA, Wellington. R. da. *A ascensão e a dominação política da família Targino em Araruna no século XX*. 2018. 33f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2018. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/19357>>. Acesso em: 26 ago. 2022.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos nos Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

TAVARES, João de Lyra. *Apontamentos para a história territorial da Parahyba*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque. 1982-1989. 2 vols.

ZILMA, Ferreira Pinto. *Os Targino e os Belmont da Serra de Araruna*. s/l e s/e. 2002.

PRONUNCIAMENTOS, PROPOSIÇÕES E RELATORIAS

BRASIL. Senado Federal. *Diário do Senado Federal*. Brasília. 9 julho de 2003 (n. 98 de 2003) - 18 junho de 2020 (n. 63 de 2020). Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/ver>>. Acesso em: 4 set. 2022.

_____. “Perfil do Senador José Maranhão - PB”, Site do Senado Federal, s/d. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/3361>>. Acesso em: 4 set. 2022.

ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS

ALCOLUMBRE, Davi; CALHEIROS, Renan; ABREU, Kátya. “O Senado”. In: MARANHÃO, Fátima B. C. *O voo do amor*. João Pessoa: Edição da Autora, [no prelo], s/p.

ARAÚJO, Liliane T. B. de. João Pessoa, junho de 2022.

GAUDÊNCIO, Francisco de S. *Áudio transcrito de entrevista gravada*. AMARANTO, Dihêgo. João Pessoa, setembro de 2022.

----- *Áudio transcrito de entrevista gravada*. ARAÚJO, Maria Auxiliadora T. de (Dada Novais). João Pessoa, junho de 2022.

----- *Áudio transcrito de entrevista gravada*. BATISTA, Alberto G. João Pessoa, junho de 2022.

----- *Áudio transcrito de entrevista gravada*. BURITY, Maurício. João Pessoa, junho de 2022.

----- *Áudio transcrito de entrevista gravada*. CAVALCANTI, Ana Paula. João Pessoa, junho de 2022.

----- *Áudio transcrito de entrevista gravada.* CAVALCANTI, Heráclito Barbosa. João Pessoa, junho de 2022.

----- *Áudio transcrito de entrevista gravada.* CAVALCANTI, Roberto. João Pessoa, junho de 2022.

----- *Áudio transcrito de entrevista gravada.* LEITE, Severino Ramalho. João Pessoa, junho de 2022.

----- *Entrevista gravada.* MARANHÃO, Fátima Bezerra Cavalcanti. João Pessoa, junho de 2022.

----- *Áudio transcrito de entrevista gravada.* MARANHÃO, Leônidas B. C. T. João Pessoa, junho de 2022.

----- *Áudio transcrito de entrevista gravada.* MARANHÃO, Letícia M. João Pessoa, junho de 2022.

----- *Áudio transcrito de entrevista gravada.* MARANHÃO, Wilma. João Pessoa, junho de 2022.

----- *Áudio transcrito de entrevista gravada.* PAULINO, Raniery. João Pessoa, junho de 2022.

----- *Áudio transcrito de entrevista gravada.* RÊGO FILHO, Antônio V. do; PERUZZO, Eduardo H.; GAUDÊNCIO, Francisco de S. Brasília/São Paulo, agosto de 2022.

----- *Áudio transcrito de entrevista gravada.* TROCOLI JÚNIOR, Humberto. João Pessoa, agosto de 2022.

WEICK, Marcelo; GAUDÊNCIO, Francisco de S. *Áudio transcrito de entrevista gravada.* João Pessoa, junho de 2022.

FERREIRA FILHO, Sebastião. "A pandemia apagou o último candeeiro". In: MARANHÃO, Fátima B. C. *O voo do amor.* João Pessoa: Edição da Autora, [no prelo], s/p.

GADELHA, Dalton. *Texto de depoimento escrito*. João Pessoa, setembro de 2022.

GONDIM, Nilda. “Apresentação”. In: MARANHÃO, Fátima B. C. *O voo do amor*. João Pessoa: Edição da Autora, [no prelo], s/p.

LEITE, Mirabeau M. *Texto de depoimento escrito*. João Pessoa, junho de 2022.

MARANHÃO, Maria Alice B. C. *Texto de depoimento escrito*. João Pessoa, junho de 2022.

MELLO, José Octávio de A. *Transcrição de depoimento datiloscrito*. João Pessoa, julho de 2022.

MORAES, Virgínia. *Texto de depoimento escrito*. João Pessoa, julho de 2022.

MOURA, Helder. *Texto de depoimento escrito*. João Pessoa, setembro de 2022.

NUNES, Nilson. *Texto de depoimento escrito*. João Pessoa, agosto de 2022.

OLYMPIO, Major et all. Apud EDITORIAL. “Senadores lamentam a morte do decano José Maranhão”, Agência Senado, 9 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/02/09/senadores-lamentam-a-morte-do-decano-jose-maranhao>>. Acesso em: 4 set. 2022.

PEREIRA, Francisco. *Texto de depoimento escrito*. João Pessoa, julho de 2022.

PORTO, José Ricardo. “Maranhão e o legado de administrador”, *Os Guedes*, 6 abril de 2022. Disponível em: <<https://www.osguedes.com.br/2022/04/06/maranhao-e-o-legado-de-grande-administrador/>>. Acesso em: 4 set. 2022.

RAMALHO, Michele. “Troféu para o campeão”. In: MARANHÃO, Fátima B. C. *O voo do amor*. João Pessoa: Edição da Autora, [no prelo], s/p.

ROMERO, Germano. “A bondade de José Maranhão”. In: MARANHÃO, Fátima B. C. *O voo do amor*. João Pessoa: Edição da Autora, [no prelo], s/p.

SARNEY, José. “José Maranhão, o estadista”. In: MARANHÃO, Fátima B. C. *O voo do amor*. João Pessoa: Edição da Autora, [no prelo], s/p.

TEMER, Michel. “Deus recebe uma belíssima companhia”. In: MARANHÃO, Fátima B. C. *O voo do amor*. João Pessoa: Edição da Autora, [no prelo], s/p.

AGRADECIMENTOS

A Fátima Bezerra Cavalcanti Maranhão, extensivo aos demais familiares, pelo apoio e incentivo.

A Ilana Trombka, diretora-geral do Senado Federal, pelo acolhimento e concretização desta homenagem.

À senadora Nilda Gondim (MDB-PB) e a Ranilson Rodrigues da Silva, pelo acesso aos materiais nos arquivos do Senado Federal.

Ao deputado federal Ruy Carneiro (PSC-PB), por facilitar a consulta aos arquivos da Câmara dos Deputados.

Ao deputado estadual Adriano Galdino (Republicanos), presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba, pelo acesso ao Memorial da ALPB.

Aos acadêmicos da APL, Ângela Bezerra de Castro e Luiz Gonzaga Rodrigues, pela biografia de José Maranhão que subsidiou este estudo.

Ao professor Hernani Maia Costa pela amizade e consultoria científica ao projeto.

Aos historiadores Pablo Matias Bandeira e Daniel Santana, pela pesquisa e levantamento de fontes nos arquivos da ALPB e Fundação Casa de José Américo.

A Pablo Orlando Lucena, pela pesquisa, registro fonográfico das entrevistas e digitalização de fontes.

A Fundação Casa de José Américo, guardiã do Fundo Arquivístico José Targino Maranhão, nosso agradecimento.

E, por fim, nossa gratidão a todos que colaboraram com as entrevistas e depoimentos.

SOBRE OS AUTORES

Francisco de Sales Gaudêncio é professor aposentado da Universidade Federal da Paraíba. Membro Efetivo da Academia Paraibana de Letras – APL. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP. Membro e Presidente do Conselho Deliberativo do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Ex-secretário de Estado de Educação e Cultura da Paraíba nos governos de José Maranhão e Roberto Paulino.

Eduardo Holderle Peruzzo é Professor Contratado III (MS-3, Temporário) do Departamento de História, professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em História Social e pesquisador da Cátedra Jaime Cortesão, todos na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atua nas áreas de História Moderna, História Ibérica, Historiografia e História Intelectual.

ANEXOS

ANEXO I

RELAÇÃO DOS PRONUNCIAMENTOS DE JOSÉ MARANHÃO NO SENADO FEDERAL (2003-2020)			
Data	Tipo	Partido/ UF	Resumo do Pronunciamento
8/7/2003	Discurso	PMDB/PB	Voto de pesar pelo falecimento do ex-deputado federal e ex-Governador do Estado da Paraíba, Tarcísio Burity.
5/8/2003	Discurso	PMDB/PB	Comemoração dos 418 anos de fundação de João Pessoa na Paraíba. (Como Líder)
4/9/2003	Discurso	PMDB/PB	Interpelação ao Senhor Vice-Presidente da República, Doutor José Alencar, acerca da transposição das águas do Rio São Francisco.
25/9/2003	Discurso	PMDB/PB	Considerações sobre as conclusões da reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio.
23/10/2003	Discurso	PMDB/PB	Considerações sobre a visita ao Brasil da enviada especial da ONU, Asma Jahangir.

13/11/2003	Discurso	PMDB/PB	Críticas à morosidade com que o governo trata da reparação de danos causados por sanções impostas pela ditadura militar a servidores civis e militares brasileiros.
15/3/2004	Discurso	PMDB/PB	Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Álvaro Gaudêncio Filho.
22/6/2004	Discurso	PMDB/PB	Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Governador Leonel de Moura Brizola.
21/7/2005	Discurso	PMDB/PB	Audiência no Ministério da Educação solicitada pelo Reitor da nova Universidade Federal de Campina Grande-PB, Professor Thompson Mariz, para apresentar o plano de expansão da Universidade Federal da Paraíba.
4/8/2005	Discurso	PMDB/PB	Comemoração dos quatrocentos e vinte anos de fundação da cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba.
4/8/2005	Discurso	PMDB/PB	Justificativas a requerimento de pesar pelo falecimento do ex-Governador da Paraíba, Sr. Pedro Moreno Gondim. Importância da industrialização dos produtos brasileiros destinados à exportação.
17/8/2005	Discurso	PMDB/PB	Leitura de trechos da declaração da CNBB sobre a crise política por que passa o Brasil, feita na quadragésima terceira Assembleia Geral. (Como Líder)
18/8/2005	Discurso	PMDB/PB	Comentários à matéria publicada na revista IstoÉ sobre a devolução de cartões do Programa Bolsa Família na Paraíba.

24/8/2005	Discurso	PMDB/PB	Apresentação de projeto de lei para tipificar como crime de responsabilidade e improbidade administrativa a divulgação de publicidade por titulares de cargos públicos.
2/9/2005	Discurso	PMDB/PB	Problema da seca no Nordeste brasileiro: causas e soluções propostas ao longo da História, entre elas a transposição das águas do Rio São Francisco.
15/9/2005	Discurso	PMDB/PB	Situação da saúde pública do Brasil. Importância do Programa Saúde da Família.
20/9/2005	Discurso	PMDB/PB	Greve dos servidores das universidades federais.
21/9/2005	Discurso	PMDB/PB	Considerações sobre a educação profissionalizante. Destaque para a atuação do CEFET, entidade que patrocina apoio através da oferta de cursos técnicos.
22/9/2005	Discurso	PMDB/PB	Anúncio de corte, pelo Ministério da Fazenda, nos recursos do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil.
5/10/2005	Discurso	PMDB/PB	Reflexões sobre as medidas implementadas para atender às necessidades da seca. Leitura de nota divulgada pelo arcebispo da Paraíba, dom Aldo Paggotto, acerca da polêmica em torno da transposição das águas do Rio São Francisco e a respeito da greve de fome que está sendo empreendida por Dom Luiz Flávio Cappio. (Como Líder)

6/10/2005	Discurso	PMDB/PB	Pretensão da Embrapa de realização de parcerias para financiamento de projetos de pesquisas científicas e tecnológicas com a iniciativa privada. Decisão do Conselho Nacional de Saúde que excluiu da contabilização dos gastos obrigatórios com saúde pelos municípios, as despesas decorrentes de investimentos em esgotamento sanitário e coleta e tratamento de lixo das cidades.
19/10/2005	Discurso	PMDB/PB	Defesa do aumento de investimentos de recursos nas áreas de ciência e tecnologia.
20/10/2005	Discurso	PMDB/PB	A crise gerada pelo surgimento de exum surto de febre aftosa no Mato Grosso do Sul.
20/10/2005	Discurso	PMDB/PB	Comemoração do Dia do Aviador e do Dia da Força Aérea Brasileira.
10/11/2005	Discurso	PMDB/PB	Comentários sobre a matéria de capa da revista Veja, edição de 26 de outubro último, intitulada "7 soluções contra o crime".
18/11/2005	Discurso	PMDB/PB	Carência de investimentos governamentais em pesquisa e desenvolvimento. Defesa da aplicação de 3% do PIB brasileiro em pesquisa.
24/11/2005	Discurso	PMDB/PB	O agronegócio e a sua importância para o país. Justificação de requerimento que será encaminhado ao Ministro da Agricultura, solicitando informações sobre o nível de endividamento do setor agropecuário.
1º/12/2005	Discurso	PMDB/PB	Comentário à matéria de capa da revista IstoÉ desta semana, retratando o quadro geral da saúde e o sucateamento dos hospitais públicos no país.

26/1/2006	Discurso	PMDB/PB	Registro de encaminhamento de ofício das Bancadas paraibanas na Câmara e no Senado, solicitando ao Ministro de Minas e Energia apoio na luta pela instalação de um pólo petroquímico na Paraíba. (Como Líder)
7/2/2006	Discurso	PMDB/PB	A importância que vêm ganhando na renda familiar os proventos da aposentadoria.
9/2/2006	Discurso	PMDB/PB	Consternação pelo veto a projeto de lei que atendia reivindicações trabalhistas de funcionários dos Correios. Regozijo pela inclusão do Estado da Paraíba no clube dos produtores de petróleo, em virtude da descoberta de bacia petrolífera.
16/2/2006	Discurso	PMDB/PB	A repactuação da dívida dos pequenos agricultores nordestinos e o anunciado veto presidencial à proposição. Os atropelos de percurso do Programa do Leite na Paraíba e a inflexibilidade do governo federal, que alterou as normas e procedimentos do programa de aquisição e distribuição do produto.
9/3/2006	Discurso	PMDB/PB	Encaminhamento de pedido de informações ao Ministro da Saúde sobre as aplicações constitucionais de estados e municípios na área de saúde. Falta de pagamento de parcelas devidas aos ferroviários aposentados.
16/3/2006	Discurso	PMDB/PB	Destaque para o esforço do governo Lula em ampliar o acesso e interiorizar o ensino superior.
23/3/2006	Discurso	PMDB/PB	Veto do Presidente Lula ao projeto de renegociação das dívidas dos agricultores. Falta de uma política agrária no Brasil.

5/4/2006	Discurso	PMDB/PB	Felicitações ao Senador Garibaldi Alves Filho pelo discurso abordando o drama vivido pelos agropecuaristas nordestinos. Elogio ao Programa Especial Brasileiro, iniciado em 1961, considerando-o merecedor de atenção e orgulho do povo brasileiro.
6/4/2006	Discurso	PMDB/PB	Felicitações ao atleta paraibano Kaio Márcio Almeida, medalha de ouro nos 100 metros borboleta, nas olimpíadas de Xangai-China. Considerações sobre a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, referente à quebra do princípio da verticalização nas próximas eleições no país.
27/4/2006	Discurso	PMDB/PB	O desmantelamento do programa de recursos hídricos do Estado da Paraíba.
11/5/2006	Discurso	PMDB/PB	Registro da apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro da Fazenda sobre a execução do Programa de Ajuste Fiscal do governo do Estado da Paraíba, firmado com a União, nos termos do Contrato de Consolidação e Reescalamento de Dívidas, no tocante à Dívida Consolidada de Longo Prazo.
18/5/2006	Discurso	PMDB/PB	Manifestação de perplexidade com a onda de violência e criminalidade que assola o país. Registro da passagem, hoje, do Dia do Defensor Público.
24/5/2006	Discurso	PMDB/PB	Lamento pelo acidente ocorrido com estudantes na Paraíba.

6/7/2006	Discurso	PMDB/PB	Justificação de proposição que S.Exa. encaminhará à Casa, para permitir que as pessoas maiores de 60 anos possam decidir sobre o regime de bens no casamento. Comentários acerca de expediente recebido da Mesa do Senado, a respeito de solicitação de informações sobre a questão do endividamento dos agricultores. Defesa de uma política permanente para o setor primário da economia.
13/7/2006	Discurso	PMDB/PB	Convicção de que os investimentos em educação, ciência e tecnologia são básicos para o desenvolvimento de qualquer nação.
7/12/2006	Discurso	PMDB/PB	Aniversário de morte do ex-Presidente da República, João Goulart.
18/12/2006	Discurso	PMDB/PB	Posicionamento sobre o reajuste salarial concedido aos parlamentares. Voto de pesar à família de Severino Dias de Oliveira, o sanfoneiro paraibano Sivuca, destaque no exterior, falecido no último dia 14.
8/2/2007	Discurso	PMDB/PB	Preocupação com a situação caótica experimentada pelos usuários do transporte aéreo em todo o país.
15/2/2007	Discurso	PMDB/PB	Considerações sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no que diz respeito aos investimentos destinados ao Estado da Paraíba.
9/3/2007	Discurso	PMDB/PB	Análise da renúncia do Ministro Nelson Jobim à disputa pela presidência do PMDB. Questões econômicas envolvidas na visita do Presidente dos Estados Unidos ao Brasil.
13/3/2007	Discurso	PMDB/PB	Comemoração dos 25 anos do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR.

14/3/2007	Discurso	PMDB/PB	Elogios à telenovela 'Páginas da Vida', de autoria do escritor Manoel Carlos.
27/3/2007	Discurso	PMDB/PB	Homenagem à Campanha da Fraternidade de 2007, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, intitulada Fraternidade e Amazônia, com o lema Vida e Missão neste Chão.
28/3/2007	Discurso	PMDB/PB	Registro de comemoração do centenário de circulação da "Revista do Foro", publicação do Tribunal de Justiça da Paraíba.
4/4/2007	Discurso	PMDB/PB	Cobranças de uma solução para a crise na saúde pública do Estado da Paraíba.
11/4/2007	Discurso	PMDB/PB	Considerações a respeito da décima Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. (Como Líder)
17/5/2007	Discurso	PMDB/PB	Manifestação de pesar pelo falecimento de Maria Inês Caetano de Oliveira, conhecida como "Marinês", a "rainha do xaxado".
31/5/2007	Discurso	PMDB/PB	Anúncio de projeto de decreto legislativo de autoria de S.Exa., estabelecendo normas gerais sobre a fiscalização de obras e serviços pelo Poder Legislativo.
12/7/2007	Discurso	PMDB/PB	Debate sobre a necessidade de adoção de política para o abastecimento de água para a região do semi-árido nordestino. (Como Líder)
17/7/2007	Discurso	PMDB/PB	Viabilização econômica das bacias petrolíferas dos Estados da Paraíba e de Pernambuco, e também da bacia do Rio do Peixe, localizada no município de Sousa/PB.

21/8/2007	Discurso	PMDB/PB	Voto de pesar pela morte do ex-Secretário de Finanças do Município de João Pessoa, na Paraíba, o ex-Deputado Estadual Gervásio Maia. (Como Líder)
31/8/2007	Discurso	PMDB/PB	Registo da participação de S.Exa. no Foro Parlamentar Interamericano de Gestão para Resultado em Desenvolvimento, patrocinado órgão que integra o Banco Interamericano de Desenvolvimento, sobre a elaboração dos orçamentos e o seu processo de fiscalização.
6/9/2007	Discurso	PMDB/PB	Críticas à atitude do Governador de São Paulo que determinou o corte de verba para manutenção do Parlatino, além da reintegração do edifício-sede ao patrimônio do Estado de São Paulo. (Como Líder)
14/9/2007	Discurso	PMDB/PB	Apelo ao governo da Paraíba pela apresentação de políticas efetivas para assegurar o direito aos cidadãos à saúde, em especial, pela regularização da distribuição de remédios de uso contínuo.
28/2/2008	Discurso	PMDB/PB	Relato sobre os trabalhos da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
10/4/2008	Discurso	PMDB/PB	Solidariedade às vítimas das enchentes que assolam a Paraíba. Comentário sobre a realidade do semiárido nordestino.
17/4/2008	Discurso	PMDB/PB	Registo da inauguração do primeiro parque eólico do Brasil, o Parque Eólico Millennium, em Mataraca, na Paraíba.
17/4/2008	Discurso	PMDB/PB	Homenagem ao jornalista Assis Chateaubriand, pelo transcurso dos 40 anos do seu falecimento.

30/4/2008	Discurso	PMDB/PB	Considerações sobre a veiculação, pela imprensa internacional, da alta do preço dos alimentos. Repúdio à atitude do coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Antônio Dantas. (Como Líder)
14/5/2008	Discurso	PMDB/PB	Reflexão sobre a crise de alimentos no mundo. Elogios ao trabalho desenvolvido pela Embrapa.
16/5/2008	Discurso	PMDB/PB	Comemoração pela consolidação do Brasil como um país com menos riscos para investimentos. Comentários ao pronunciamento do Senador Cristovam Buarque. Alerta para a crise recente, resultante do pedido de demissão da Ministra Marina Silva, do Ministério do Meio Ambiente. Satisfação pelo êxito dos programas sociais patrocinados pelo governo federal.
29/5/2008	Discurso	PMDB/PB	Homenagem pelo transcurso do Dia da Indústria, ocorrido em 25 de maio corrente. (Como Líder)
17/7/2008	Discurso	PMDB/PB	Instituição do piso salarial nacional para professores do magistério público. Considerações sobre a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
28/8/2008	Fala da Presidência	PMDB/PB	Elogia o pronunciamento do Senador Cristovam Buarque sobre a importância da reunião histórica em que o Presidente da República fez uma retrospectiva do seu tempo de governo.
28/8/2008	Discurso	PMDB/PB	Avaliação do sistema prisional brasileiro, fazendo referências à comarca de Guarabira, interior do Estado da Paraíba, que renovou as práticas de execução penal. Registro de participação de S.Exa., hoje, em reunião no Palácio do Planalto, quando o Presidente Lula fez um balanço de seu governo.

7/7/2015	Discurso	PMDB/PB	* Homenagem póstuma pelo aniversário de morte de Ronaldo Cunha Lima.
17/9/2015	Discurso	PMDB/PB	Sessão especial destinada a homenagear Antonio Mariz, por ocasião dos 20 anos de seu falecimento, nos termos do Requerimento nº 969/2015, de autoria do Senador José Maranhão e outros Senadores.
7/10/2015	Comunicação inadiável	PMDB/PB	Apelo por celeridade na execução das obras de transposição do Rio São Francisco a fim de solucionar a insuficiência de abastecimento hídrico no Estado da Paraíba.
3/12/2015	Discurso	PMDB/PB	Sessão de Debates Temáticos destinada a discutir a crise e a escassez de água no Brasil.
9/5/2016	Discurso	PMDB/PB	Comentários sobre a possibilidade de convocação extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença do Senador Delcídio do Amaral, a fim de que seja garantida ao acusado mais uma oportunidade de defesa.
9/5/2016	Discurso	PMDB/PB	Comentários acerca de reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania destinada a julgar o Senador Delcídio do Amaral.
11/5/2016	Discussão	PMDB/PB	Defesa da admissibilidade do processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff, em razão das "pedaladas fiscais" e da publicação de decretos federais para abertura de crédito suplementar sem autorização do Congresso Nacional.
31/5/2016	Discurso	PMDB/PB	Satisfação pela aprovação do Projeto de Lei do Senado que prevê causa de aumento de pena para o crime de estupro cometido por duas ou mais pessoas.

29/6/2016	Explicação pessoal	PMDB/PB	Explicação pessoal referente ao posicionamento de S. Exa. acerca dos Requerimentos nºs 501 e 502, de 2016.
25/8/2016	Discurso	PMDB/PB	Defesa da aprovação do processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff em razão do cometimento de crime de responsabilidade.
25/8/2016	Discussão	PMDB/PB	Defesa da aprovação do processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff em razão do cometimento de crime de responsabilidade.
8/9/2016	Discurso	PMDB/PB	Solidariedade à Senadora Vanessa Grazziotin por agressão sofrida no aeroporto de Curitiba (PR), proveniente de um advogado integrante do Movimento Brasil Livre – MBL.
9/3/2017	Discurso	PMDB/PB	Agradecimento ao governo Federal pela continuidade das obras de transposição do Rio São Francisco.
31/8/2017	Pela Liderança	PMDB/PB	Pesar pelo falecimento do Arcebispo Emérito da Arquidiocese da Paraíba, D. José Maria Pires.
20/9/2017	Discurso	PMDB/PB	Homenagem póstuma ao empresário paraibano Walter Brito.
4/10/2017	Discurso	PMDB/PB	Registro histórico e atuação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS.
4/10/2017	Discurso	PMDB/PB	Homenagem ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
14/12/2017	Discurso	PMDB/PB	Cumprimentos ao Presidente do Senado, Eunício Oliveira, pela prestação de contas do ano legislativo de 2017.

8/3/2018	Discurso	PMDB/PB	Críticas à precariedade do ensino no Brasil.
17/4/2018	Discurso	PMDB/PB	Homenagem póstuma pelo falecimento do ex-Deputado e ex-Ministro do Superior Tribunal Militar (STM), José Luiz Barbosa Ramalho Clerot.
18/4/2018	Pela ordem	PMDB/PB	Homenagem ao ex-Senador Humberto Lucena.
22/5/2018	Discurso	MDB/PB	Críticas ao constante reajuste no valor dos combustíveis.
29/5/2018	Pela Liderança	MDB/PB	Manifestação a favor da redução da carga tributária incidente sobre os combustíveis no Brasil.
2/2/2019	Fala da Presidência	MDB/PB	Registro de inexistência de oposição acerca de a votação para a eleição dos membros da Mesa Diretora ser feita por meio de cédulas.
17/6/2020	Discurso	MDB/PB	Sessão Temática destinada a debater as perspectivas das Eleições de 2020 e eventuais medidas legislativas necessárias.

ANEXO II

RELAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES DAS QUAIS PARTICIPOU JOSÉ MARANHÃO NO SENADO FEDERAL (2003-2020)	
4/9/2003	<p>Matéria: RQM 360/2003</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para integrar a Delegação brasileira que participará da V Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, a realizar-se nos dias 10 a 14 de setembro de 2003, na cidade de Cancun, México.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
6/4/2004	<p>Matéria: PLS 81/2004</p> <p>Ementa: Altera o artigo 2º da Lei nº 6530, de 12 de maio de 1978, para instituir Exame de Proficiência como requisito adicional a ser exigido na inscrição em Conselho Regional de Corretores de Imóveis e dá outras providências.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
6/7/2004	<p>Matéria: PLS 210/2004</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para fixar a data de vencimento das quotas de imposto de renda das pessoas físicas no quinto dia útil de cada mês subsequente ao de competência.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
7/7/2004	<p>Matéria: PFS 2/2004</p> <p>Ementa: Requer, nos termos dos arts. 102-A e 102-B, do Regimento Interno do Senado Federal, seja instaurado Procedimento de Fiscalização e Controle dos atos do Poder Executivo do Estado da Paraíba relativamente à manutenção da Barragem de Camará, em Alagoa Nova - PB, considerando que essa obra foi realizada com recursos parciais, provenientes do Orçamento-Geral da União, a fim de, ante o rompimento ocorrido em 17 de junho de 2004, avaliar a sua eficácia e eficiência.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>

28/10/2004	<p>Matéria: PEC 54/2004</p> <p>Ementa: Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar recursos mínimos às atividades de pesquisa básica e aplicada e de desenvolvimento tecnológico.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB) e outros.</p>
19/4/2005	<p>Matéria: PEC 11/2005</p> <p>Ementa: Altera o art. 100 da CF para instituir limite máximo de comprometimento da receita da União, Estados, Distrito Federal e Municípios com o pagamento de precatórios judiciais.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB) e outros.</p>
14/6/2005	<p>Matéria: PLS 220/2005</p> <p>Ementa: Altera o disposto no art. 1.829 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para deferir a sucessão legítima independentemente do regime de bens entre os cônjuges.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
14/6/2005	<p>Matéria: PLS 221/2005</p> <p>Ementa: Acrescenta parágrafo único ao art. 1.831 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para assegurar ao companheiro sobrevivente direito real de habitação sobre o imóvel destinado à residência da família.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
4/8/2005	<p>Matéria: PLS 270/2005</p> <p>Ementa: Acrescenta o art. 33-A ao Capítulo III do Livro I da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estender aos integrantes de união estável os direitos e deveres inerentes aos cônjuges, previstos nos arts. 25, 27, 30 e 33 do Código Civil, relativamente ao instituto da ausência.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
4/8/2005	<p>Matéria: PLS 273/2005</p> <p>Ementa: Altera o inciso III do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, que disciplina o instituto do bem de família, para assegurar proteção ao patrimônio do novo cônjuge ou companheiro do devedor de pensão alimentícia.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>

25/8/2005	<p>Matéria: PLS 299/2005</p> <p>Ementa: Altera as Leis nºs 1.079, de 10 de abril de 1950 e 8.429, de 2 de junho de 1992, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tipificar, como crime de responsabilidade e como ato de improbidade administrativa, a divulgação de propaganda irregular pelo Poder Público.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
20/9/2005	<p>Matéria: PLS 331/2005</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que "estabelece normas para as eleições" para permitir o voto em separado nos casos que enumera.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
7/10/2005	<p>Matéria: PEC 54/2005</p> <p>Ementa: Altera os critérios para a fixação do número de Vereadores.</p> <p>Autor: Senador Ribamar Fiquene (MDB/MA) e outros.</p>
10/10/2005	<p>Matéria: PEC 55/2005</p> <p>Ementa: Acrescenta alínea c ao inciso LXXVI do art. 5º da Constituição Federal, para estabelecer, em benefício dos comprovadamente pobres, a gratuidade do registro da escritura pública do imóvel destinado à residência da família.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB) e outros.</p>
25/10/2005	<p>Matéria: RQS 1181/2005</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre as perdas econômico-financeiras e de mercado derivadas do surto de febre aftosa em Mato Grosso do Sul, além dos prejuízos para a reputação brasileira como líder exportador de carnes bovinas.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>

24/11/2005	<p>Matéria: RQS 1365/2005</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a escassez de informações sobre o endividamento dos produtores rurais, sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, informações sobre nível de inadimplência nas operações de crédito rural, número de contratos e valor dos débitos, segundo as fontes de recursos.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
9/3/2006	<p>Matéria: RQS 257/2006</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a escassez de dados de gestão financeira que permitam avaliar o cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, esclarecimentos ao Ministro de Estado da Saúde sobre quais as medidas adotadas para punir aqueles que não enviaram as informações e para os que não cumpriram as determinações legais.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
28/3/2006	<p>Matéria: RQS 342/2006</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Ato da Mesa nº I, de 2001, informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre operações de crédito rural, contratadas na área de abrangência da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), ao amparo da Securitização (Lei nº 9.138, de 1995), do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA) (Resolução CMN nº 2.471, de 1998), e do Fundo de Financiamento do Nordeste (FNE) e, ainda, em operações contratadas com recursos equalizáveis do Tesouro Nacional.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
11/5/2006	<p>Matéria: RQS 563/2006</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, sobre a execução do Programa de Ajuste Fiscal do governo do Estado da Paraíba, firmado com a União, nos termos do Contrato de Consolidação e Reescalonamento de Dívidas, no tocante à Dívida Consolidada de Longo Prazo.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>

6/7/2006	<p>Matéria: PLS 209/2006</p> <p>Ementa: Revoga o inciso II do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir às pessoas maiores de sessenta anos a livre decisão sobre o regime de bens no casamento.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
31/7/2006	<p>Matéria: RQS 869/2006</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 43, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para tratamento de saúde no período de 1º a 8 de agosto de 2006, conforme atestado médico em anexo; e ainda, licença para tratar de interesse particular no período de 9 de agosto a 30 de novembro de 2006.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
31/7/2006	<p>Matéria: RQS 870/2006</p> <p>Ementa: Requer licença para tratar de interesse particular no período de 9 de agosto a 30 de novembro de 2006.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
11/4/2007	<p>Matéria: RQS 334/2007</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o § 2º do art. 50 da Constituição Federal, seja encaminhado ao Ministro de Estado da Saúde pedido de informações detalhadas sobre os repasses ao Estado da Paraíba nos últimos dois anos, relativos à distribuição de medicamentos de uso contínuo.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
28/6/2007	<p>Matéria: PLS 381/2007</p> <p>Ementa: Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE), no Município de Cabedelo, no Estado da Paraíba.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
11/7/2007	<p>Matéria: PDN 1/2007</p> <p>Ementa: Dispõe sobre normas para o desenvolvimento da fiscalização de obras e serviços pelo Poder Legislativo, nos termos dos artigos 70 e 165 a 167 da Constituição Federal.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>

21/8/2007	<p>Matéria: RQS 930/2007</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso aos atletas paraibanos Aline Rosas, Ednalva Laureano, Jucilene Sales, Larissa Lély, Basílio Emídio, Ednanci Silva e Kaio Márcio de Almeida, pelos brilhantes resultados obtidos no maior campeonato desportivo das Américas, nos Jogos Pan-Americanos.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
28/8/2007	<p>Matéria: RQS 981/2007</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso a SANDRO ALVES, ANDREONNI FABRIZIUS, DAMIÃO ROBSON, MARCELO JOSÉ, SEVERINO GABRIEL, FÁBIO RIBEIRO, ANTÔNIO DE PÁDUA ALVES E JAILTON LUCAS, pelos brilhantes resultados obtidos no maior campeonato desportivo das Américas para Para-Atletas, os Jogos Parapan-americanos, realizados na cidade do Rio de Janeiro e que os votos sejam estendidos, às respectivas Confederações e Federações Esportivas, e às Câmaras Municipais de João Pessoa e Campina Grande, no Estado da Paraíba.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
29/8/2007	<p>Matéria: PEC 84/2007</p> <p>Ementa: Altera o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição Federal, para estabelecer a gratuidade das ações de mandado de segurança e de mandado de injunção.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB) e outros</p>
14/9/2007	<p>Matéria: PLS 544/2007</p> <p>Ementa: Dispõe sobre o índice de correção previdenciária a ser observado nos reajustes anuais dos benefícios previdenciários mantidos pela previdência social.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
26/9/2007	<p>Matéria: RQS 1106/2007</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Saúde, sobre valores transferidos pela União, nos três últimos exercícios fiscais, à Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba para financiamento de ações de assistência farmacêutica.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>

16/4/2008	<p>Matéria: RQS 447/2008</p> <p>Ementa: Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, Sessão Especial para homenagear o ex-Presidente do Senado Federal Humberto Lucena, pelo transcurso do 10º ano de seu falecimento.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB) e outros</p>
9/2/2015	<p>Matéria: RQS 19/2015</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 332, do RISF, o desarquivamento das seguintes proposições relacionadas: PEC(S) nºs 13, 14 e 67, de 2007; PLS nº 120, de 2006; PLS nº(s) 4, 47, 57, 62, 92, 94, 105, 129, 447, 569, de 2007; PLS nº(s) 175, 176, 240, 433, de 2008; PLS nº(s) 29, 124 e 238, de 2009.</p> <p>Autor: Senador Alvaro Dias (PSDB/PR) e outros.</p>
25/2/2015	<p>Matéria: RQS 72/2015</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 332, § 1º, o desarquivamento das seguintes matérias: PEC 58/2005; PEC 37/2007; PEC 72/2007; PEC 98/2007; PEC 45/2008; PEC 16/2009; PEC 11/2010; PLS 237/2010; PLS 160/2010; PLS 143/2010; PLS 125/2010; PLS 53/2010; PLS 6/2010; PLS 258/2009; PLS 259/2009; PLS 265/2009; PLS 7/2009; PLS 91/2009; PLS 468/2009; PLS 475/2008; PLS 211/2007; PLS 280/2007; PLS 522/2007; PLS 240/2006; PLS 17/2006 e PDS 511/2009.</p> <p>Autor: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) e outros.</p>

26/2/2015	<p>Matéria: RQS 85/2015</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 332, § 1º, o desarquivamento das seguintes matérias: PEC 12/2009, PEC 18/2010, PLS 68/2010, PLS 69/2010, PLS 81/2010, PLS 87/2010, PLS 93/2010, PLS 146/2010, PLS 148/2010, PLS 537/2009, PLS 410/2008, PLS 147/2007, PLS 341/2004 e PRS 6/2007.</p> <p>Autor: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Blairo Maggi (PL/MT), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE), Senador Fernando Ribeiro (MDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Gladson Cameli (PP/AC), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (CIDADANIA/MT), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador Magno Malta (PL/ES), Senadora Marta Suplicy (PT/SP), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Raimundo Lira (MDB/PB), Senador Randolfe Rodrigues (PSOL/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Telmário Mota (PDT/RR), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Waldemir Moka (MDB/MS)</p>
26/2/2015	<p>Matéria: RQS 87/2015</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 332, § 1º, do RISF, o desarquivamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 48, de 2009; 180, 205 e 251, de 2010.</p> <p>Autor: Senador Donizeti Nogueira (PT/TO), Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Blairo Maggi (PL/MT), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Douglas Cintra (PTB/PE), Senador Eduardo Amorim (PSC/SE), Senador Elmano Férrer (PTB/PI), Senador Fernando Ribeiro (MDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (CIDADANIA/MT), Senador José Pimentel (PT/CE), Senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Raimundo Lira (MDB/PB), Senador Randolfe Rodrigues (PSOL/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Reguffe (PDT/DF), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Waldemir Moka (MDB/MS)</p>

27/2/2015	<p>Matéria: RQS 93/2015</p> <p>Ementa: Requerem, nos termos do art. 58 § 3º da Constituição Federal e dos arts. 145 a 155 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma comissão parlamentar de inquérito, composta de sete membros titulares e cinco suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no país, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.</p> <p>Autor: Senador Magno Malta (PL/ES) e outros.</p>
3/3/2015	<p>Matéria: RQS 95/2015</p> <p>Ementa: Requerem, com fundamento no art. 199, Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 23 de março de 2015, destinada a homenagear o Dia Nacional do DeMolay, conforme Lei nº 12.208, de 19 de janeiro de 2010.</p> <p>Autor: Senador Valdir Raupp (MDB/RO) e outros</p>
3/3/2015	<p>Matéria: RQS 96/2015</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 332, § 1º, in fine, do RISF, que seja submetida à deliberação do Plenário a continuidade da tramitação das seguintes proposições: PECs nºs 83 e 104, de 2007; 50 e 52, de 2009; PLSs nºs 81, de 2005; 16, 101, 434, 444, 558, 584 e 700, de 2007; 42, 51 e 94, de 2008; 151, 313, 413, 429, 472, 504 e 561, de 2009; 47, 187, 261, 263, 294, 295, 297 e 308, de 2010; e ECD 55, de 2005.</p> <p>Autor: Senador Marcelo Crivella (REPUBLICANOS/RJ) e outros.</p>
4/3/2015	<p>Matéria: RQS 115/2015</p> <p>Ementa: Requerem, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 145 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 11 membros titulares e 7 suplentes, com finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.</p> <p>Autor: Senadora Lídice da Mata (PSB/BA) e outros.</p>

4/3/2015	<p>Matéria: RQS 119/2015</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 332, § 1º, do RISF, o desarquivamento das seguintes proposições: PLS 182/2005, PLS 117/2006, PEC 48/2007, PEC 80/2007, PLS 144/2007, PLS 1/2008, PLS 4/2008, PLS 9/2008, PLS 28/2008, PLS 170/2008, PLS 191/2008, PLS 209/2008, PLS 212/2008, PLS 257/2008, PLS 319/2008, PLS 320/2008, PLS 321/2008, PLS 455/2008, PLS 489/2008, PLS 9/2009, PLS 286/2009, PLS 287/2009, PLS 463/2009, PLS 518/2009, PLS 525/2009, PLS 532/2009, PLS 2/2010 e PLS 46/2010.</p> <p>Autor: Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) e outros.</p>
4/3/2015	<p>Matéria: RQS 121/2015</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do § 1º, do art. 332, do RISF, o desarquivamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 206, 273, 276, 284, 285, 289, 497, de 2007; 221, 337, 339, 340, de 2008; 209, 214, 388, 389, 390, 391, 392, 396, 399, de 2009; e 194, de 2010.</p> <p>Autor: Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senadora Ângela Portela (PT/RR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Blairo Maggi (PL/MT), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Donizeti Nogueira (PT/TO), Senador Douglas Cintra (PTB/PE), Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (CIDADANIA/MT), Senador Lasier Martins (PDT/RS), Senador Marcelo Crivella (REPUBLICANOS/RJ), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Raimundo Lira (MDB/PB), Senador Reguffe (PDT/DF), Senador Roberto Requião (MDB/PR), Senador Romário (PSB/RJ), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Vicentinho Alves (PL/TO), Senador Waldemir Moka (MDB/MS)</p>
18/3/2015	<p>Matéria: PEC 31/201</p> <p>Ementa: Altera o art. 142 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, para conceder às forças armadas a atribuição de proteger os recursos minerais, hídricos, vegetais e de fauna presentes em território nacional.</p> <p>Autor: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) e outros.</p>
19/3/2015	<p>Matéria: RQS 173/2015</p> <p>Ementa: Requerem, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008.</p> <p>Autor: Senador Romário (PSB/RJ) e outros</p>

28/4/2015	<p>Matéria: RQS 407/2015</p> <p>Ementa: Requerem, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal e dos arts 74, III, e 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 (onze) membros titulares e 7 (sete) membros suplentes, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), apurar as denúncias de que julgamentos realizados no âmbito do CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais foram manipulados para, em descompasso com a lei, anular autuações fiscais ou reduzir substancialmente os tributos cobrados, resultando em sonegação fiscal da ordem de até R\$ 19.000.000.000,00 (dezenove bilhões de reais).</p> <p>Autor: Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO) e outros.</p>
5/5/2015	<p>Matéria: RQS 444/2015</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e aplauso a Claudia Lyra Nascimento, pelos anos de valoroso e dedicado serviço prestado ao Congresso Nacional e ao exercício da democracia brasileira.</p> <p>Autor: Senador Renan Calheiros (MDB/AL) e outros.</p>
6/5/2015	<p>Matéria: PEC 53/2015</p> <p>Ementa: Altera os arts. 73, 101, 104, 111-A, 119 e 123 da Constituição Federal, para instituir a idade mínima de cinquenta e cinco anos como requisito para compor o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal de Contas da União e os Tribunais Superiores.</p> <p>Autor: Senador Raimundo Lira (MDB/PB) e outros.</p>
17/6/2015	<p>Matéria: RQS 697/2015</p> <p>Ementa: Requerem, nos termos do art. 218, II, combinado com o art. 221, I, todos do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Antônio Paes de Andrade.</p> <p>Autor: Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) e outros.</p>
30/6/2015	<p>Matéria: PEC 86/2015</p> <p>Ementa: Acrescenta o parágrafo único ao art. 49 da Constituição Federal para fixar prazo para a apreciação das contas prestadas pelo Presidente da República e determinar o sobrestamento de todas as deliberações do Congresso Nacional, no caso de sua inobservância.</p> <p>Autor: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE) e outros.</p>

2/7/2015	<p>Matéria: PEC 91/2015</p> <p>Ementa: Altera o art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer o prazo máximo de três meses para a indicação de Ministro do Supremo Tribunal Federal por parte do Presidente da República, sob pena de crime de responsabilidade.</p> <p>Autor: Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) e outros.</p>
7/7/2015	<p>Matéria: PEC 92/2015</p> <p>Ementa: Altera os arts. 149, 150, 153, 155, 156, 158 e 161 da Constituição Federal para incluir parâmetros socioambientais no Sistema Tributário Nacional.</p> <p>Autor: Senador Roberto Rocha (PSB/MA) e outros.</p>
8/7/2015	<p>Matéria: PEC 95/2015</p> <p>Ementa: Altera a Constituição Federal, nos seus Incisos I e II do Parágrafo Único do Artigo 158 das regras de repartição da parcela dos municípios sobre ICMS.</p> <p>Autor: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Alvaro Dias (PSDB/PR), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Douglas Cintra (PTB/PE), Senador Elmano Férrer (PTB/PI), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Gladson Cameli (PP/AC), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (CIDADANIA/MT), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Randolfe Rodrigues (PSOL/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Telmário Mota (PDT/RR), Senador Walter Pinheiro (PT/BA), Senador Wilder Morais (DEM/GO), Senador Zeze Perrella (PDT/MG)</p>
8/7/2015	<p>Matéria: PEC 96/2015</p> <p>Ementa: Outorga competência à União para instituir adicional sobre o imposto de que trata o inciso I do art. 155, destinado ao financiamento da política de desenvolvimento regional.</p> <p>Autor: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE) e outros.</p>

13/7/2015	<p>Matéria: PEC 98/2015</p> <p>Ementa: Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Transitórias da Constituição para reservar vagas para cada gênero na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais, nas três legislaturas subsequentes.</p> <p>Autor: Comissão da Reforma Política do Senado Federal – 2015 e outros</p>
14/7/2015	<p>Matéria: PEC 100/2015</p> <p>Ementa: Acrescenta inciso e parágrafo único ao art. 49 e inciso ao art. 84 da Constituição Federal, para prever a participação do Congresso Nacional nas negociações de atos, acordos, convênios e tratados que versem sobre matéria de comércio internacional.</p> <p>Autor: Senador Roberto Requião (MDB/PR) e outros.</p>
14/7/2015	<p>Matéria: PEC 101/2015</p> <p>Ementa: Modifica o art. 144 da Constituição Federal, para determinar que o Diretor-Geral da Polícia Federal tenha a designação de Delegado-Geral de Polícia Federal, e dá outras providências.</p> <p>Autor: Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Aécio Neves (PSDB/MG), Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Eduardo Amorim (PSC/SE), Senador Elmano Férrer (PTB/PI), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Gladson Cameli (PP/AC), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador Jader Barbalho (MDB/PA), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Lasier Martins (PDT/RS), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Raimundo Lira (MDB/PB), Senador Reguffe (PDT/DF), Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Wilder Moraes (DEM/GO), Senador Zeze Perrella (PDT/MG)</p>

19/8/2015	<p>Matéria: PEC 114/2015</p> <p>Ementa: Dá nova redação ao inciso V do parágrafo único do art. 95 da Constituição Federal, para vedar, temporariamente, pelos prazos que especifica, em âmbito nacional, o exercício da advocacia a juízes e membros de tribunais que se afastarem do cargo por aposentadoria ou exoneração.</p> <p>Autor: Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Alvaro Dias (PSDB/PR), Senadora Ângela Portela (PT/RR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Elmano Férrer (PTB/PI), Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Gladson Cameli (PP/AC), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador João Alberto Souza (MDB/MA), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Lasier Martins (PDT/RS), Senadora Marta Suplicy (S/Partido/SP), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Randolfe Rodrigues (PSOL/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Reguffe (PDT/DF), Senador Roberto Requião (MDB/PR), Senadora Sandra Braga (MDB/AM), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Wilder Morais (DEM/GO), Senador Zeze Perrella (PDT/MG)</p>
-----------	--

20/8/2015	<p>Matéria: RQS 963/2015</p> <p>Ementa: Requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos pela realização da 5ª Marcha das Margaridas, nos dias 11 e 12 de agosto do corrente. Requerem, ainda, que o Voto seja encaminhado à Senhora Alessandra da Costa Lunas, Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e Coordenadora Geral da Marcha das Margaridas.</p> <p>Autor: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senadora Ângela Portela (PT/RR), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Delcídio do Amaral (PT/MS), Senador Donizeti Nogueira (PT/TO), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Gladson Cameli (PP/AC), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador Hélio José (PSD/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (CIDADANIA/MT), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador Lasier Martins (PDT/RS), Senadora Lúcia Vânia (S/Partido/GO), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Randolfe Rodrigues (PSOL/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Roberto Requião (MDB/PR), Senador Romário (PSB/RJ), Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senadora Sandra Braga (MDB/AM), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Valdir Raupp (MDB/RO)</p>
25/8/2015	<p>Matéria: RQS 969/2015</p> <p>Ementa: Requerem, nos termos dos arts. 154 e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, Sessão Especial, no dia 17 de setembro de 2015, destinada a homenagear Antonio Mariz, por ocasião dos 20 anos de falecimento do ilustre parlamentar paraibano.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB) e outros.</p>
26/8/2015	<p>Matéria: PEC 117/2015</p> <p>Ementa: Acrescenta o § 2º ao art. 101 da Constituição Federal, e renomeia o parágrafo único para tratar da vacância no Supremo Tribunal Federal.</p> <p>Autor: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) e outros.</p>

2/9/2015	<p>Matéria: PEC 119/2015</p> <p>Ementa: Modifica o art. 56 da Constituição Federal, para permitir que o parlamentar se licencie para assumir temporariamente outro cargo eletivo e para que o suplente possa declinar de substituir o titular sem abdicar da suplência.</p> <p>Autor: Senador Dalirio Beber (PSDB/SC) e outros</p>
8/9/2015	<p>Matéria: RQS 1031/2015</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 76, § 1, c/c art. 152, do RISF, a prorrogação por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar do término efetivo dos trabalhos, do prazo de duração da Comissão Parlamentar de Inquérito do HSBC, criada nos termos do Requerimento nº 94, de 2015.</p> <p>Autor: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) e outros.</p>
15/9/2015	<p>Matéria: PEC 124/2015</p> <p>Ementa: Altera o art. 128 da Constituição Federal para que a indicação do Procurador-Geral da República seja feita dentre indicados em lista triplíce.</p> <p>Autor: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) e outros.</p>
21/9/2015	<p>Matéria: PEC 127/2015</p> <p>Ementa: Altera o art. 109 da Constituição Federal, para dispor sobre a competência da justiça federal para o julgamento de ações decorrentes de acidentes de trabalho em que a União, entidades autárquicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista federal forem interessadas.</p> <p>Autor: Senador José Pimentel (PT/CE) e outros.</p>
7/10/2015	<p>Matéria: PLS 676/2015</p> <p>Ementa: Dispõe sobre a embalagem para a comercialização de soda cáustica líquida e água sanitária, e dá outras providências.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
28/10/2015	<p>Matéria: PEC 138/2015</p> <p>Ementa: Altera o art. 166 da Constituição Federal, para tornar obrigatórias as transferências da União para Estados, Distrito Federal e municípios resultantes de emendas individuais ao projeto de lei orçamentária.</p> <p>Autor: Senador Jorge Viana (PT/AC) e outros.</p>

4/11/2015	<p>Matéria: PEC 143/2015</p> <p>Ementa: Acrescenta os arts. 101 e 102 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir a desvinculação de receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>Autor: Senador Dalirio Beber (PSDB/SC) e outros.</p>
4/11/2015	<p>Matéria: RQS 1254/2015</p> <p>Ementa: Requer, nos termos dos arts. 13 e 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no dia 21 de setembro de 2015, para representar o Senado Federal na posse do Desembargador Rogério Fialho na Presidência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife – PE.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
11/11/2015	<p>Matéria: PEC 145/2015</p> <p>Ementa: Altera o art. 73 da Constituição Federal, para estabelecer a obrigatoriedade de os servidores da área fim dos tribunais e conselhos de contas realizarem estágio em atividades de planejamento e gestão de obras públicas como condição para aprovação no estágio probatório.</p> <p>Autor: Senador Otto Alencar (PSD/BA) e outros</p>
12/11/2015	<p>Matéria: PEC 146/2015</p> <p>Ementa: Dispõe sobre a aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal.</p> <p>Autor: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE) e outros.</p>
24/11/2015	<p>Matéria: PEC 151/2015</p> <p>Ementa: Altera o art. 17 da Constituição Federal para vedar coligações partidárias nas eleições proporcionais.</p> <p>Autor: Senador Valdir Raupp (MDB/RO) e outros.</p>
9/12/2015	<p>Matéria: PEC 155/2015</p> <p>Ementa: Altera o art. 155 da Constituição Federal para possibilitar que Estados e o Distrito Federal, em deliberação conjunta, uniformizem as alíquotas do ICMS sobre os produtos que compõem a cesta básica nacional.</p> <p>Autor: Senadora Ana Amélia (PP/RS) e outros.</p>

17/12/2015	<p>Matéria: PEC 162/2015</p> <p>Ementa: Altera o art. 31 da Emenda Constitucional n.º 19, de 4 de junho de 1988, para estabelecer o parâmetro remuneratório dos militares dos extintos Territórios Federais incluídos em Quadro em Extinção da Administração Federal e dá outras providências.</p> <p>Autor: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP) e outros</p>
16/2/2016	<p>Matéria: PEC 2/2016</p> <p>Ementa: Altera o art. 6º da Constituição da República, para incluir, dentre os direitos sociais, o direito ao saneamento básico.</p> <p>Autor: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP) e outros.</p>
17/2/2016	<p>Matéria: PEC 4/2016</p> <p>Ementa: Dá nova redação ao § 9º do artigo 62 da Constituição Federal.</p> <p>Autor: Senador Ricardo Ferraço (S/Partido/ES) e outros.</p>
17/2/2016	<p>Matéria: PEC 5/2016</p> <p>Ementa: Modifica o inciso XI do art. 84 da Constituição para incluir entre as competências privativas do Presidente da República o comparecimento ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa, a fim de apresentar a mensagem e o plano de governo.</p> <p>Autor: Senador Ricardo Ferraço (S/Partido/ES) e outros</p>
18/2/2016	<p>Matéria: PEC 6/2016</p> <p>Ementa: Altera o inciso II do § 2º do art. 177 da Constituição Federal para determinar o regime de partilha na exploração de petróleo e acrescenta o art. 251 às Disposições Constitucionais Gerais para determinar a participação da Petrobras como operadora na exploração do petróleo em águas profundas.</p> <p>Autor: Senadora Simone Tebet (MDB/MS) e outros.</p>
1º/3/2016	<p>Matéria: PLS 63/2016</p> <p>Ementa: Acrescenta parágrafo único ao art. 1.831 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para assegurar ao companheiro sobrevivente direito real de habitação sobre o imóvel destinado à residência da família.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>

16/3/2016	<p>Matéria: RQS 203/2016</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 75 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Especial Temporária, composta por 11 (onze) membros titulares e igual número de suplentes, com o intuito de debater e propor soluções para a segurança pública do Brasil, além de deliberar projetos de lei sobre o mesmo tema.</p> <p>Autor: Senador José Medeiros (S/Partido/MT) e outros.</p>
17/3/2016	<p>Matéria: PEC 10/2016</p> <p>Ementa: Altera a Constituição Federal, para permitir a participação do servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, no regime de previdência complementar destinado aos servidores ocupantes de cargo efetivo.</p> <p>Autor: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) e outros.</p>
22/3/2016	<p>Matéria: PEC 11/2016</p> <p>Ementa: Altera a Constituição Federal para vedar, nas infrações comuns, a instituição de foro por prerrogativa da função para agentes públicos não eleitos, ressalvados os membros da magistratura e do Ministério Público e outras providências.</p> <p>Autor: Senador Lasier Martins (PDT/RS) e outros.</p>
5/4/2016	<p>Matéria: PLS 156/2016</p> <p>Ementa: Regula as formas de fiscalização pelo Estado e sociedade sobre as fundações públicas federais.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
5/4/2016	<p>Matéria: PEC 14/2016</p> <p>Ementa: Cria as polícias penitenciárias federal, estaduais e distrital.</p> <p>Autor: Autoria não registrada.</p>
6/4/2016	<p>Matéria: PEC 15/2016</p> <p>Ementa: Acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a eleição de representantes do povo para participar de assembleia revisional para dispor exclusivamente sobre a reforma política, eleitoral e partidária, e dá outras providências.</p> <p>Autor: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros.</p>

12/4/2016	<p>Matéria: PEC 18/2016</p> <p>Ementa: Alteram o § 4º do art. 201 da Constituição Federal, para determinar que o reajuste dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) preserve os respectivos valores reais, mediante a utilização, dentre os índices inflacionários divulgados pelas entidades especializadas, daquele mais benéfico aos segurados.</p> <p>Autor: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros.</p>
14/4/2016	<p>Matéria: PEC 19/2016</p> <p>Ementa: Altera a redação do § 9º do art. 144 da Constituição Federal para assegurar aos servidores policiais a percepção de vantagens remuneratórias.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB) e outros.</p>
19/4/2016	<p>Matéria: RQS 303/2016</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 154, § 7º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão de debates temáticos para discutir sobre “Meio Ambiente e Estado: Desafios para o Legislativo, Executivo e Judiciário”, a ser realizada em 26 de abril de 2016 (terça-feira), às 9h.</p> <p>Autor: Senador Jorge Viana (PT/AC) e outros.</p>
26/4/2016	<p>Matéria: PEC 21/2016</p> <p>Ementa: Estende as normas especiais para aposentadoria dos professores previstas na Constituição Federal para as regras de transição estabelecidas pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005.</p> <p>Autor: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros.</p>
10/5/2016	<p>Matéria: PEC 22/2016</p> <p>Ementa: Acrescente o art. 6º-A à Constituição Federal para instituir os serviços públicos essenciais.</p> <p>Autor: Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF) e outros.</p>
10/5/2016	<p>Matéria: PEC 23/2016</p> <p>Ementa: Acrescenta § 5º ao art. 86 da Constituição Federal, estabelecendo ao Senado Federal a instrução e julgamento do procedimento de impeachment.</p> <p>Autor: Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF) e outros.</p>

10/5/2016	<p>Matéria: PEC 24/2016</p> <p>Ementa: Acrescenta § 6º ao art. 86 da Constituição Federal, para responsabilizar o chefe do Poder Executivo reeleito por atos conexos realizados entre os seus mandatos.</p> <p>Autor: Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF) e outros.</p>
18/5/2016	<p>Matéria: PEC 26/2016</p> <p>Ementa: Acrescenta o parágrafo único ao art. 80 da Constituição Federal para prever que o parlamentar que seja réu em ação penal fica impedido de substituir o Presidente da República.</p> <p>Autor: Senador Alvaro Dias (PV/PR) e outros.</p>
30/5/2016	<p>Matéria: PEC 27/2016</p> <p>Ementa: Altera o § 5º ao art. 86 da Constituição Federal, que dispõe sobre a instrução e julgamento do procedimento de impeachment.</p> <p>Autor: Senador Walter Pinheiro (S/Partido/BA) e outros.</p>
31/5/2016	<p>Matéria: PEC 28/2016</p> <p>Ementa: Convoca plebiscito sobre o mandato presidencial, e dá outras providências.</p> <p>Autor: Senador Walter Pinheiro (S/Partido/BA) e outros.</p>
1º/6/2016	<p>Matéria: PEC 29/2016</p> <p>Ementa: Altera o art. 37 da Constituição Federal, para dispor sobre concursos públicos para preenchimento de cargos e empregos públicos.</p> <p>Autor: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros.</p>
12/7/2016	<p>Matéria: PEC 35/2016</p> <p>Ementa: Acrescenta o artigo 175-A à Constituição Federal para fixar os princípios da atividade regulatória.</p> <p>Autor: Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) e outros.</p>

13/7/2016	<p>Matéria: PEC 36/2016</p> <p>Ementa: Altera os §§ 1º, 2º e 3º, do art. 17 da Constituição Federal e a ele acrescenta os §§ 5º, 6º, 7º e 8º, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.</p> <p>Autor: Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), Senador Aécio Neves (PSDB/MG), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), Senador Alvaro Dias (PV/PR), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Edison Lobão (MDB/MA), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador José Aníbal (PSDB/SP), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senador Lasier Martins (PDT/RS), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Roberto Rocha (PSB/MA), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Telmário Mota (PDT/RR), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senador Vicentinho Alves (PL/TO), Senador Waldemir Moka (MDB/MS), Senador Zeze Perrella (PTB/MG)</p>
13/7/2016	<p>Matéria: PEC 38/2016</p> <p>Ementa: Modifica o § 1º do art. 45 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação na Câmara dos Deputados.</p> <p>Autor: Senador Alvaro Dias (PV/PR) e outros.</p>

10/8/2016	<p>Matéria: RQS 601/2016</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao governo brasileiro e ao Ministério de Relações Exteriores, pela decisão de não reconhecer a presidência <i>pro tempore</i> da Venezuela no Mercosul.</p> <p>Autor: Senador José Aníbal (PSDB/SP), Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), Senador Aécio Neves (PSDB/MG), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Romero Jucá (MDB/RR), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Waldemir Moka (MDB/MS), Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Ricardo Franco (DEM/SE), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Hélio José (MDB/DF), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Eunício Oliveira (MDB/CE), Senador Omar Aziz (PSD/AM)</p>
17/8/2016	<p>Matéria: PEC 42/2016</p> <p>Ementa: Altera o art. 159 da Constituição Federal para aumentar a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Estados.</p> <p>Autor: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) e outros</p>

17/8/2016	<p>Matéria: PEC 43/2016</p> <p>Ementa: Altera o art. 94 para estabelecer a exigência de diversidade de gêneros na composição das listas sêxtuplas e trípliques formadas para indicação de membros do Ministério Público e da advocacia para compor os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios.</p> <p>Autor: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Alvaro Dias (PV/PR), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senadora Ângela Portela (PT/RR), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Edison Lobão (MDB/MA), Senador Elmano Férrer (PTB/PI), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador Hélio José (MDB/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senador José Pimentel (PT/CE), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senador Raimundo Lira (MDB/PB), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Roberto Muniz (PP/BA), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Telmário Mota (PDT/RR), Senador Vicentinho Alves (PL/TO)</p>
1º/9/2016	<p>Matéria: PEC 44/2016</p> <p>Ementa: Altera a Constituição Federal, para disciplinar a composição da Mesa do Senado Federal.</p> <p>Autor: Senador Dário Berger (MDB/SC) e outros.</p>

5/10/2016	<p>Matéria: RQS 735/2016</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do inciso IV do § 7º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão de debate temático para discutir o apoio financeiro e a dívida dos estados das Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, com a presença dos respectivos Governadores.</p> <p>Autor: Senador Elmano Férrer (PTB/PI), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Eduardo Amorim (PSC/SE), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senador José Pimentel (PT/CE), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Pastor Valadares (PDT/RO), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Raimundo Lira (MDB/PB), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Wellington Fagundes (PL/MT)</p>
6/10/2016	<p>Matéria: PEC 48/2016</p> <p>Ementa: Altera a Constituição Federal, vedando que os Chefes do Poder Executivo sejam novamente eleitos para o mesmo cargo.</p> <p>Autor: Senador Romero Jucá (MDB/RR), Senador Alvaro Dias (PV/PR), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Eunício Oliveira (MDB/CE), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador Hélio José (MDB/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Magno Malta (PL/ES), Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senador Raimundo Lira (MDB/PB), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Roberto Muniz (PP/BA), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senador Waldemir Moka (MDB/MS), Senador Zeze Perrella (PTB/MG)</p>

19/10/2016	<p>Matéria: PEC 50/2016</p> <p>Ementa: Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição Federal, para permitir a realização das manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro que não atentem contra o bem-estar animal.</p> <p>Autor: Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Elmano Férrer (PTB/PI), Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Pastor Valadares (PDT/RO), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senador Raimundo Lira (MDB/PB), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Roberto Muniz (PP/BA), Senador Telmário Mota (PDT/RR), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)</p>
22/11/2016	<p>Matéria: PEC 62/2016</p> <p>Ementa: Incluiu o art. 17-A no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para reduzir a quinze mil reais o limite do valor pago a qualquer agente público, mensalmente, pelo prazo de vinte anos.</p> <p>Autor: Senador Magno Malta (PL/ES), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Eduardo Amorim (PSC/SE), Senador Elmano Férrer (PTB/PI), Senador Eunício Oliveira (MDB/CE), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador José Aníbal (PSDB/SP), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senador Lasier Martins (PDT/RS), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Pastor Valadares (PDT/RO), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), Senador Roberto Requião (MDB/PR), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Telmário Mota (PDT/RR), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)</p>

13/12/2016	<p>Matéria: PRS 61/2016</p> <p>Ementa: Revoga a Resolução nº 13, de 25 de abril de 2012, do Senado Federal, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), nas operações interestaduais com bens e mercadorias importadas do exterior e dispõe sobre a compensação dos entes prejudicados pelos seus efeitos e a nulificação do processo legislativo respectivo.</p> <p>Autor: Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES) e outros.</p>
14/12/2016	<p>Matéria: RQS 971/2016</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do inciso II do parágrafo único do art. 352, RISF, a extinção da urgência do PLS 280/2016.</p> <p>Autor: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Amorim (PSC/SE), Senador Elmano Férrer (PTB/PI), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador José Aníbal (PSDB/SP), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PDT/RS), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senador Magno Malta (PL/ES), Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Romário (PSB/RJ), Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Telmário Mota (PDT/RR), Senador Virgínio de Carvalho (PSC/SE)</p>

9/2/2017	<p>Matéria: PEC 2/2017</p> <p>Ementa: Altera o § 1º do art. 31 e o art. 75 da Constituição Federal para estabelecer os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública.</p> <p>Autor: Senador Eunício Oliveira (MDB/CE), Senador Edison Lobão (MDB/MA), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Hélio José (MDB/DF), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Waldemir Moka (MDB/MS), Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador José Aníbal (PSDB/SP), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Wilder Moraes (PP/GO), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senador Romário (PSB/RJ), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Fernando Collor (PTC/AL), Senador Thieres Pinto (PTB/RR)</p>
----------	---

22/2/2017	<p>Matéria: PEC 5/2017</p> <p>Ementa: Altera o art. 2º da Constituição Federal para estabelecer vedação absoluta à ocupação de funções de chefia de Poder por réus em processo penal.</p> <p>Autor: Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), Senador Alvaro Dias (PV/PR), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador José Aníbal (PSDB/SP), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Romário (PSB/RJ), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Thieres Pinto (PTB/RR)</p>
22/2/2017	<p>Matéria: PEC 6/2017</p> <p>Ementa: Altera os arts. 21, 22, 42 e 144 da Constituição e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para federalizar os órgãos de segurança pública.</p> <p>Autor: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES) e outros.</p>
7/3/2017	<p>Matéria: RQS 95/2017</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 40, §1º, I, do Regimento Interno, autorização para desempenhar missão no exterior, a convite do Campo de Exposição <i>Sun 'n Fun</i>, como representante do Senado Federal, na Exposição Internacional <i>Sun 'n Fun</i>, que se realizará em <i>Lakeland</i>, Florida, USA, nos dias 4 a 9 de abril de 2017, no Aeroporto Regional de <i>Lakeland</i>. Comunica, em cumprimento ao disposto no artigo 39, I, RISF, ausência do país no período de 2 a 7 de abril de 2017.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>

7/3/2017	<p>Matéria: RQS 644/2018</p> <p>Ementa: Urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 147/2016.</p> <p>Autor: Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Alvaro Dias (PV/PR), Senador Thieres Pinto (PTB/RR), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senador Roberto Rocha (PSB/MA), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Raimundo Lira (MDB/PB), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Romário (PSB/RJ), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Dário Berger (MDB/SC), Líder do MDB Simone Tebet (MDB/MS), Líder do Bloco Social Democrata Eduardo Amorim (PSDB/SE), Líder do PSDB Paulo Bauer (PSDB/SC), Líder do DEM Ronaldo Caiado (DEM/GO), Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Líder do CIDADANIA Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF)</p>
9/3/2017	<p>Matéria: PEC 8/2017</p> <p>Ementa: Altera a Constituição Federal, para garantir a participação de pessoas de ambos os sexos nas listas triplices e sêxtuplas destinadas à escolha dos membros dos tribunais judiciários, dos tribunais de contas e dos Procuradores-Gerais do Ministério Público.</p> <p>Autor: Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE), Senador Hélio José (MDB/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senadora Kátia Abreu (MDB/TO), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)</p>

9/3/2017	<p>Matéria: PEC 9/2017</p> <p>Ementa: Insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para criar o Fundo Nacional do Esporte – FUNDESPORTE.</p> <p>Autor: Comissão Diretora do Senado Federal, Senador Eunício Oliveira (MDB/CE), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador João Alberto Souza (MDB/MA), Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador Gladson Cameli (PP/AC), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senadora Kátia Abreu (MDB/TO), Senador Hélio José (MDB/DF), Senador Thieres Pinto (PTB/RR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senador João Capiberibe (PSB/AP)</p>
----------	---

21/3/2017

Matéria: RQS 161/2017

Ementa: Requerem, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, e dos arts. 145 a 153 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de sete membros titulares e cinco suplentes, para, no prazo de cento e vinte dias, com limite de despesas de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e as despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos, sejam anistias, desonerações, desvinculações, sonegação ou qualquer outro meio que propicie a retirada de fontes da previdência, focando não somente nos valores, mas também nos beneficiários desses desvios.

Autor: Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Alvaro Dias (PV/PR), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senadora Ângela Portela (PT/RR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Fernando Collor (PTC/AL), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador Hélio José (MDB/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador Jader Barbalho (MDB/PA), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Pimentel (PT/CE), Senadora Kátia Abreu (MDB/TO), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senador Magno Malta (PL/ES), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senador Raimundo Lira (MDB/PB), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), Senador Roberto Muniz (PP/BA), Senador Roberto Requião (MDB/PR), Senador Roberto Rocha (PSB/MA), Senador Romário (PSB/RJ), Senador Romero Jucá (MDB/RR), Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO), Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Thieres Pinto (PTB/RR), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Waldemir Moka (MDB/MS), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Zeze Perrella (MDB/MG)

29/3/2017	<p>Matéria: PEC 11/2017</p> <p>Ementa: Altera o § 2º do art. 239 da Constituição Federal, para determinar que o trabalhador, o servidor público e o militar que preencham os requisitos para se aposentar ou passar para a reserva remunerada, mas que optem por permanecer em atividade, possam sacar os valores depositados nas suas contas individuais do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).</p> <p>Autor: Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Aírton Sandoval (MDB/SP), Senador Alvaro Dias (PV/PR), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador Hélio José (MDB/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Thieres Pinto (PTB/RR), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Vicentinho Alves (PL/TO)</p>
29/3/2017	<p>Matéria: PEC 12/2017</p> <p>Ementa: Dispõe sobre a duração do trabalho normal que não poderá ser superior a seis horas diárias e trinta s emanais, nas condições que especifica.</p> <p>Autor: Senador Thieres Pinto (PTB/RR), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Aírton Sandoval (MDB/SP), Senador Alvaro Dias (PV/PR), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senadora Ângela Portela (PT/RR), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador Hélio José (MDB/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Roberto Requião (MDB/PR), Senador Romário (PSB/RJ), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Vicentinho Alves (PL/TO)</p>

30/3/2017	<p>Matéria: PEC 13/2017</p> <p>Ementa: Altera os artigos 73 e 92 da Constituição para estabelecer critérios para a nomeação de Ministros do Tribunal de Contas da União e tribunais superiores do Poder Judiciário, e assegurar a alternância de sexo nessa nomeação.</p> <p>Autor: Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senador Fernando Collor (PTC/AL), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador Hélio José (MDB/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Roberto Rocha (PSB/MA), Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO), Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Thieres Pinto (PTB/RR), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)</p>
4/4/2017	<p>Matéria: PEC 14/2017</p> <p>Ementa: Altera a Constituição Federal, para estabelecer que a submissão de pessoa a condição análoga à escravidão constitui crime imprescritível.</p> <p>Autor: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) e outros</p>

10/4/2017

Matéria: RQS 240/2017

Ementa: Requer, nos termos regimentais, a realização de Sessão Temática, no Plenário do Senado Federal, com o objetivo de debater o impacto econômico e social, para o desenvolvimento nacional e a competitividade internacional do Brasil, de iniciativas regulatórias sobre atividades típicas da econômica compartilhada, inclusive o modelo de prestação de serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, por meio de aplicações da internet e de outras tecnologias digitais, com autoridades e demais convidados a serem oportunamente sugeridos.

Autor: Senador Alvaro Dias (PV/PR), Senador Airton Sandoval (MDB/SP), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Edison Lobão (MDB/MA), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ), Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Magno Malta (PL/ES), Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Thieres Pinto (PTB/RR), Senador Valdir Raupp (MDB/RO)

25/4/2017	<p>Matéria: RQS 277/2017</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal e dos arts. 145 a 153 do RISF, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de sete membros titulares e cinco suplentes, para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus tratos em crianças e adolescentes no país.</p> <p>Autor: Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Hélio José (MDB/DF), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Randolfé Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Waldemir Moka (MDB/MS), Senador Wellington Fagundes (PL/MT)</p>
25/4/2017	<p>Matéria: RQS 281/2017</p> <p>Ementa: Requer nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento de Josival de Souza Júnior, ocorrido no dia 24 de abril de 2017.</p> <p>Autor: Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Raimundo Lira (MDB/PB)</p>

27/4/2017

Matéria: PEC 16/2017

Ementa: Altera o § 1º art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias, para dispor sobre a licença-maternidade compartilhada.

Autor: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Alvaro Dias (PV/PR), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senadora Ângela Portela (PDT/RR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senador Fernando Collor (PTC/AL), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Hélio José (MDB/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senador José Pimentel (PT/CE), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senador Magno Malta (PL/ES), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Roberto Requião (MDB/PR), Senador Roberto Rocha (PSB/MA), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Telmário Mota (PTB/RR)

2/5/2017	<p>Matéria: RQS 300/2017</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do artigo 218, do RISF, a inserção em ata de VOTO DE PESAR pelo falecimento do cantor e compositor cearense Antônio Carlos Gomes Belchior Fontenelle Fernandes, também conhecido por Belchior, falecido aos setenta anos, no dia 30 de abril de 2017, em Santa Cruz do Sul - RS, e a apresentação de condolências a seus familiares.</p> <p>Autor: Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Gladson Cameli (PP/AC), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Alvaro Dias (PV/PR), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Raimundo Lira (MDB/PB), Senadora Kátia Abreu (MDB/TO), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador José Pimentel (PT/CE), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE)</p>
10/5/2017	<p>Matéria: PEC 18/2017</p> <p>Ementa: Altera a Constituição Federal para instituir o voto facultativo nas eleições.</p> <p>Autor: Senador Romero Jucá (MDB/RR), Senador Airton Sandoval (MDB/SP), Senador Raimundo Lira (MDB/PB), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senador Waldemir Moka (MDB/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador José Serra (PSDB/SP), Senadora Kátia Abreu (MDB/TO), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ)</p>

17/5/2017	<p>Matéria: PEC 19/2017</p> <p>Ementa: Altera o art. 62 da Constituição Federal para vedar a edição de medidas provisórias sobre diretrizes e bases da educação nacional.</p> <p>Autor: Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senadora Ângela Portela (PDT/RR), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Alvaro Dias (PV/PR), Senador Roberto Muniz (PP/BA), Senador José Serra (PSDB/SP), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)</p>
31/5/2017	<p>Matéria: PEC 20/2017</p> <p>Ementa: Altera o art. 197 da Constituição Federal, para dispor sobre a instituição de Plano de Saúde Público para a cobertura financeira de serviços de saúde prestados por instituições e profissionais da rede privada.</p> <p>Autor: Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Roberto Rocha (PSB/MA), Senador Alvaro Dias (PV/PR), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senadora Ângela Portela (PDT/RR), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Fernando Collor (PTC/AL), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senador Benedito de Lira (PP/AL)</p>

1º/6/2017	<p>Matéria: RQS 406/2017</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 154, § 7º, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de sessão de debates temáticos para debater sobre “25 anos da Rio 92 e da Convenção do Clima”, a ser realizada em 12 de junho de 2017 (segunda-feira), às 14h.</p> <p>Autor: Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Roberto Requião (MDB/PR), Senador Alvaro Dias (PV/PR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Fernando Collor (PTC/AL), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senador Wellington Fagundes (PL/MT)</p>
2/6/2017	<p>Matéria: R.S 7/2017</p> <p>Ementa: Requer, nos termos legais, que o PLS 443/2016 seja submetido ao Plenário do Senado Federal.</p> <p>Autor: Senador Wilder Morais (PP/GO), Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador Aírton Sandoval (MDB/SP), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senador Elmano Férrer (MDB/PI)</p>

7/6/2017

Matéria: PEC 22/2017

Ementa: Altera o artigo 22, altera o inciso III do art. 52, altera o artigo 73, acrescenta o artigo 73-A, altera o parágrafo único do art. 75, altera a alínea “r” do inciso I do artigo 102, todos da Constituição Federal, e acrescenta os artigos 29-A e 115 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para modificar a forma de composição dos Tribunais de Contas, criar o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e adotar outras providências.

Autor: Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Airton Sandoval (MDB/SP), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Hélio José (MDB/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador João Alberto Souza (MDB/MA), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Raimundo Lira (MDB/PB), Senador Romário (PSB/RJ), Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senador Waldemir Moka (MDB/MS), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Wilder Moraes (PP/GO)

7/6/2017	<p>Matéria: PEC 23/2017</p> <p>Ementa: Dá nova redação à alínea a do inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal para excluir da imunidade relativa ao ICMS as operações de exportação de bens minerais primários ou semielaborados.</p> <p>Autor: Senador Jader Barbalho (MDB/PA), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Airton Sandoval (MDB/SP), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senador Hélio José (MDB/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador João Alberto Souza (MDB/MA), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senador José Serra (PSDB/SP), Senadora Kátia Abreu (MDB/TO), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Roberto Rocha (PSB/MA), Senador Romário (PSB/RJ), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Waldemir Moka (MDB/MS)</p>
14/6/2017	<p>Matéria: RQS 432/2017</p> <p>Ementa: Requer, nos termos das alíneas "d" e "e", do inciso III, e do inciso II, ambos do art. 218 do RISF, que seja consignado nos anais do Senado Federal voto de pesar e condolências à família do jornalista Jorge Bastos Moreno, falecido hoje.</p> <p>Autor: Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Wilder Moraes (PP/GO), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE), Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ)</p>

27/6/2017	<p>Matéria: PEC 24/2017</p> <p>Ementa: Acrescenta o art. 212-A à Constituição Federal, para tornar permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, e revoga o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.</p> <p>Autor: Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Alvaro Dias (PV/PR), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Roberto Muniz (PP/BA), Senador Roberto Requião (MDB/PR), Senador Romário (PSB/RJ), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senador Vicentinho Alves (PL/TO)</p>
28/6/2017	<p>Matéria: PEC 25/2017</p> <p>Ementa: Altera os arts. 7º, 23, 24, 37, 40, 201, 203, 208, 227 e 244 da Constituição Federal para incorporar-lhes a nomenclatura “pessoa com deficiência”, utilizada pela Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência.</p> <p>Autor: Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador Eunício Oliveira (MDB/CE), Senador Fernando Collor (PTC/AL), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador Hélio José (MDB/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Pimentel (PT/CE), Senadora Kátia Abreu (MDB/TO), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Wilder Moraes (PP/GO)</p>

29/6/2017	<p>Matéria: RQS 471/2017</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial no dia 6 de novembro de 2017, às 11h, destinada a celebrar o Centenário de criação da Associação Nacional para a Promoção da Terapia Ocupacional.</p> <p>Autor: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)</p>
2/8/2017	<p>Matéria: RQS 602/2017</p> <p>Ementa: Requer VOTO DE CENSURA ao Presidente da República da Venezuela, Nicolás Maduro, em face das prisões ilegais do líder da oposição Leopoldo Lopes e do ex-prefeito de Caracas Antonio Ledezma, bem como dos atos de afronta cometidos contra a Assembleia Legislativa daquele país.</p> <p>Autor: Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), Senador Airton Sandoval (MDB/SP), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senador Raimundo Lira (MDB/PB), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Roberto Rocha (PSB/MA), Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senador Waldemir Moka (MDB/MS), Senador Wilder Morais (PP/GO)</p>

22/8/2017	<p>Matéria: PEC 28/2017</p> <p>Ementa: Altera o inciso XLII do art. 5º da Constituição Federal, para prever a inafiançabilidade e a imprescritibilidade dos crimes de peculato, concussão e corrupção.</p> <p>Autor: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Aírton Sandoval (MDB/SP), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador João Alberto Souza (MDB/MA), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Wilder Morais (PP/GO)</p>
4/9/2017	<p>Matéria: PEC 29/2017</p> <p>Ementa: Altera o art. 159 da Constituição Federal para disciplinar a distribuição de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).</p> <p>Autor: Autoria não registrada.</p>

5/9/2017	<p>Matéria: PDS 175/2017</p> <p>Ementa: Convoca plebiscito sobre a revogação do Estatuto do Desarmamento.</p> <p>Autor: Senador Wilder Morais (PP/GO), Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador José Medeiros (PODEMOS/MT), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senador Edison Lobão (MDB/MA), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Raimundo Lira (MDB/PB), Senador Aécio Neves (PSDB/MG), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senador Hélio José (MDB/DF), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Aírton Sandoval (MDB/SP), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)</p>
19/9/2017	<p>Matéria: PDS 178/2017</p> <p>Ementa: Dispõe sobre a convocação de plebiscito para consultar o povo sobre porte de arma de fogo e munição.</p> <p>Autor: Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador Aírton Sandoval (MDB/SP), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Edison Lobão (MDB/MA), Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Hélio José (MDB/DF), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senador Raimundo Lira (MDB/PB), Senador Roberto Rocha (PSB/MA), Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO), Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Wilder Morais (PP/GO)</p>

<p>20/9/2017</p>	<p>Matéria: PEC 30/2017</p> <p>Ementa: Altera a Constituição Federal, para promover modificações no sistema político-eleitoral do país.</p> <p>Autor: Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Aécio Neves (PSDB/MG), Senador Aírton Sandoval (MDB/SP), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Edison Lobão (MDB/MA), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador João Alberto Souza (MDB/MA), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PODEMOS/MT), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), Senador Valdir Raupp (MDB/RO))</p>
<p>20/9/2017</p>	<p>Matéria: PEC 31/2017</p> <p>Ementa: Dá nova redação aos arts. 103 e 109, para dispor sobre a legitimidade do Defensor Público-Geral Federal para a ação direta de inconstitucionalidade, a ação declaratória de constitucionalidade e o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.</p> <p>Autor: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Hélio José (MDB/DF), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Aírton Sandoval (MDB/SP), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senador Gladson Cameli (PP/AC), Senador Edison Lobão (MDB/MA), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senadora Ângela Portela (PDT/RR), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)</p>

20/9/2017	<p>Matéria: PEC 32/2017</p> <p>Ementa: Altera o art. 14 da Constituição Federal, dispondo sobre o procedimento para que o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os prefeitos possam se candidatar a outros cargos eletivos.</p> <p>Autor: Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Aécio Neves (PSDB/MG), Senador Airtton Sandoval (MDB/SP), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Edison Lobão (MDB/MA), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador João Alberto Souza (MDB/MA), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PODEMOS/MT), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), Senador Valdir Raupp (MDB/RO)</p>
-----------	--

27/9/2017	<p>Matéria: RQS 815/2017</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e na forma dos arts. 74, III, 145 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por sete senadores titulares e sete suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados da Administração Pública direta e indireta, de todos os Poderes e órgãos independentes, aí incluídas as empresas públicas e sociedades de economia mista, em desacordo com o teto constitucional ("supersalários"), bem como para estudar possibilidades de restituição desses valores ao Erário pelos beneficiários.</p> <p>Autor: Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Aécio Neves (PSDB/MG), Senador Aírton Sandoval (MDB/SP), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Edison Lobão (MDB/MA), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Fernando Collor (PTC/AL), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador João Alberto Souza (MDB/MA), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PODEMOS/MT), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador José Serra (PSDB/SP), Senadora Kátia Abreu (MDB/TO), Senador Magno Malta (PL/ES), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), Senador Roberto Requião (MDB/PR), Senador Roberto Rocha (PSB/MA), Senador Romero Jucá (MDB/RR), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Waldemir Moka (MDB/MS), Senador Wilder Morais (PP/GO)</p>
-----------	--

3/10/2017	<p>Matéria: PEC 34/2017</p> <p>Ementa: Acrescenta dispositivos ao art. 159 da Constituição Federal, para prever a destinação ao Fundo de Participação dos Estados e ao Fundo de Participação dos Municípios o equivalente a dez por cento dos rendimentos mensais das aplicações financeiras de fundos públicos federais.</p> <p>Autor: Senador Jader Barbalho (MDB/PA), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senadora Kátia Abreu (MDB/TO), Senador Roberto Requião (MDB/PR), Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Airton Sandoval (MDB/SP), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador José Medeiros (PODEMOS/MT), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador Edison Lobão (MDB/MA), Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senador Raimundo Lira (MDB/PB), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Valdir Raupp (MDB/RO)</p>
19/10/2017	<p>Matéria: PEC 35/2017</p> <p>Ementa: Altera o art. 6º da Constituição Federal, para incluir o acesso à água potável e ao saneamento básico no rol dos direitos sociais.</p> <p>Autor: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Airton Sandoval (MDB/SP), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Hélio José (PROS/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PODEMOS/MT), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)</p>

26/10/2017	<p>Matéria: R.S 16/2017</p> <p>Ementa: Nos termos dos parágrafos 3º e 4º do art. 91 do RISF, no sentido de que o PLS 264/2017 seja submetido ao Plenário do Senado Federal.</p> <p>Autor: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Airton Sandoval (MDB/SP), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador José Medeiros (PODEMOS/MT), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)</p>
7/11/2017	<p>Matéria: RQS 969/2017</p> <p>Ementa: Requer aditamento ao Requerimento nº 375, de 2017, que cria a CPI/BNDS, bem como ao Plano de Trabalho aprovado pela Comissão, para incluir, no escopo de abrangência desta, a investigação sobre eventuais irregularidades nas operações voltadas ao apoio à administração pública.</p> <p>Autor: Senador Airton Sandoval (MDB/SP), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Fernando Collor (PTC/AL), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador Hélio José (PROS/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador Jader Barbalho (MDB/PA), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)</p>

22/11/2017	<p>Matéria: RQS 1003/2017</p> <p>Ementa: Requer a realização de Sessão Temática com ex-Senadores da República para debater a defesa da soberania nacional.</p> <p>Autor: Senador Roberto Requião (MDB/PR), Senador Edison Lobão (MDB/MA), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Sérgio de Castro (PDT/ES), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Roberto Muniz (PP/BA), Senador José Medeiros (PODEMOS/MT), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Elber Batalha (PSB/SE)</p>
23/11/2017	<p>Matéria: PEC 39/2017</p> <p>Ementa: Altera o art. 5º da Constituição Federal para prever regime integralmente fechado para condenados por crime hediondo cometidos com violência contra a pessoa.</p> <p>Autor: Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador Aécio Neves (PSDB/MG), Senador Airton Sandoval (MDB/SP), Senadora Ângela Portela (PDT/RR), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Gladson Cameli (PP/AC), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador Jader Barbalho (MDB/PA), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PODEMOS/MT), Senador José Pimentel (PT/CE), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senador Waldemir Moka (MDB/MS)</p>

11/12/2017	<p>Matéria: R.S 17/2017</p> <p>Ementa: -</p> <p>Autor: Senador Raimundo Lira (MDB/PB), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Roberto Requião (MDB/PR), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Waldemir Moka (MDB/MS), Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Hélio José (PROS/DF), Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
14/12/2017	<p>Matéria: PEC 47/2017</p> <p>Ementa: Altera o art. 49 da Constituição Federal, para instituir a moção de desconfiança do Poder Legislativo contra ato do Presidente da República.</p> <p>Autor: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senador Airtton Sandoval (MDB/SP), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ), Senador Elber Batalha (PSB/SE), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Hélio José (PROS/DF), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PODEMOS/MT), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Romero Jucá (MDB/RR), Senador Sérgio de Castro (PDT/ES), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Wilder Morais (PP/GO)</p>

14/12/2017	<p>Matéria: PEC 49/2017</p> <p>Ementa: Altera o art. 102 da Constituição Federal para especializar decisões judiciais relativas a Chefes de Poder no âmbito da República.</p> <p>Autor: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senador Airton Sandoval (MDB/SP), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ), Senador Elber Batalha (PSB/SE), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Romero Jucá (MDB/RR), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Sérgio de Castro (PDT/ES)</p>
14/12/2017	<p>Matéria: PEC 50/2017</p> <p>Ementa: Assegura aos substitutos das serventias extrajudiciais e do foro judicial, investidos por concurso público, abrangidos pela Emenda Constitucional nº 22, de 29 de junho de 1982, o direito a efetivação no cargo de titular, quando de sua vacância a qualquer tempo.</p> <p>Autor: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senador Airton Sandoval (MDB/SP), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ), Senador Elber Batalha (PSB/SE), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Hélio José (PROS/DF), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PODEMOS/MT), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Romero Jucá (MDB/RR), Senador Sérgio de Castro (PDT/ES), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Vicentinho Alves (PL/TO), Senador Wilder Morais (PP/GO)</p>

18/12/2017	<p>Matéria: R.S 23/2017</p> <p>Ementa: -</p> <p>Autor: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Hélio José (PROS/DF), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)</p>
18/12/2017	<p>Matéria: R.S 24/2017</p> <p>Ementa: Recurso para que a matéria seja submetida ao Plenário (art. 91, §§ 3º e 4º, do RISF)</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senador Waldemir Moka (MDB/MS), Senador Airton Sandoval (MDB/SP), Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Hélio José (PROS/DF), Senador José Serra (PSDB/SP)</p>
6/2/2018	<p>Matéria: RQS 10/2018</p> <p>Ementa: Requerem, nos termos do inciso IV do § 7º art. 154, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão de Debate Temático para discutir a questão da violência e da segurança pública.</p> <p>Autor: Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Airton Sandoval (MDB/SP), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador Eduardo Lopes (REPÚBLICANOS/RJ), Senador Elber Batalha (PSB/SE), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senador Magno Malta (PL/ES), Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senador Sérgio de Castro (PDT/ES), Senador Waldemir Moka (MDB/MS), Senador Wilder Morais (PP/GO)</p>

7/2/2018	<p>Matéria: PEC 1/2018</p> <p>Ementa: Altera os incisos XVIII e XIX do art. 7º da Constituição Federal, para ampliar a duração da licença-maternidade e da licença-paternidade.</p> <p>Autor: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senador Airton Sandoval (MDB/SP), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Romero Jucá (MDB/RR), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Sérgio de Castro (PDT/ES), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Waldemir Moka (MDB/MS), Senador Wellington Fagundes (PL/MT)</p>
7/2/2018	<p>Matéria: PEC 2/2018</p> <p>Ementa: Altera os arts. 73 e 84 da Constituição Federal para modificar a forma de composição do Tribunal de Contas da União, dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal e dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.</p> <p>Autor: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senador Airton Sandoval (MDB/SP), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ), Senador Elmano Férrer (MDB/PI), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Pimentel (PT/CE), Senadora Kátia Abreu (S/Partido/TO), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Magno Malta (PL/ES), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Sérgio de Castro (PDT/ES), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Elber Batalha (PSB/SE)</p>

11/4/2018	<p>Matéria: PLS 177/2018</p> <p>Ementa: Dispõe sobre a federalização das rodovias PB-073, entre a BR-230 e a localidade de Rua Nova, no Município de Belém (PB), e a PB-105, em toda sua extensão.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
16/5/2018	<p>Matéria: RQS 300/2018</p> <p>Ementa: Requerem, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado, nos Anais do Senado, VOTO DE PESAR pelo falecimento do vereador de Campina Grande Antônio Luiz Cabral (Lula Cabral), ocorrido na manhã dessa terça-feira 15 de maio do presente ano, bem como que seja encaminhada as condolências à sua família.</p> <p>Autor: Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Raimundo Lira (PSD/PB)</p>
16/5/2018	<p>Matéria: RQS 301/2018</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado, nos Anais do Senado, VOTO DE PESAR pelo falecimento do Deputado Federal da Paraíba Rômulo Gouveia, ocorrido na madrugada do dia 13 de maio do presente ano.</p> <p>Autor: Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Raimundo Lira (PSD/PB), Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>

23/5/2018	<p>Matéria: RQS 316/2018</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, que seja criada Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), composta de dez senadores titulares e igual número de suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, prorrogáveis por mais sessenta dias, apurar e analisar possíveis irregularidades envolvendo o processo de privatização das Centrais Elétricas do Brasil (Eletrobras).</p> <p>Autor: Senador Hélio José (PROS/DF), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senadora Ângela Portela (PDT/RR), Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Pimentel (PT/CE), Senadora Kátia Abreu (PDT/TO), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Pedro Chaves (REPUBLICANOS/MS), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Roberto Requião (MDB/PR), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Wellington Fagundes (PL/MT)</p>
-----------	---

28/5/2018

Matéria: PRS 24/2018

Ementa: Fixa alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com combustíveis. O SENADO FEDERAL, na forma do art.155, V, "b", da Constituição Federal, RESOLVE:

Autor: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Airton Sandoval (MDB/SP), Senadora Ângela Portela (PDT/RR), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Edison Lobão (MDB/MA), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Gladson Cameli (PP/AC), Senador Hélio José (PROS/DF), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PODEMOS/MT), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Pedro Chaves (REPUBLICANOS/MS), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Roberto Muniz (PP/BA), Senador Rodrigues Palma (PL/MT), Senador Romero Jucá (MDB/RR), Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Waldemir Moka (MDB/MS), Senador Wilder Morais (DEM/GO)

29/5/2018	<p>Matéria: RQS 335/2018</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 154, § 7º, do Regimento Interno, a realização de sessão de debates temáticos para discutir a alta nos preços dos combustíveis nos últimos meses.</p> <p>Autor: Senador Jorge Viana (PT/AC), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senadora Ângela Portela (PDT/RR), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Edison Lobão (MDB/MA), Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Hélio José (PROS/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Pedro Chaves (REPUBLICANOS/MS), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Roberto Requião (MDB/PR), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)</p>
-----------	---

30/5/2018

Matéria: PRS 25/2018

Ementa: Fixa a alíquota máxima para a cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com Gás Liquefeito de Petróleo – GLP.

Autor: Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO), Senador Wilder Moraes (DEM/GO), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senador José Medeiros (PODEMOS/MT), Senador Gladson Cameli (PP/AC), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Aírton Sandoval (MDB/SP), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Rodrigues Palma (PL/MT), Senador Pedro Chaves (REPUBLICANOS/MS), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Romero Jucá (MDB/RR), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Zeze Perrella (MDB/MG), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI)

5/6/2018	<p>Matéria: PEC 9/2018</p> <p>Ementa: Acrescenta § 12 ao art. 14 da Constituição Federal, para vedar aos partidos vitoriosos em duas eleições consecutivas para Presidente da República, Governador e prefeito o registro de candidatos na terceira eleição para o mesmo cargo.</p> <p>Autor: Senador Thieres Pinto (PTB/RR), Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ), Senador João Alberto Souza (MDB/MA), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Airton Sandoval (MDB/SP), Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senador Wilder Morais (DEM/GO), Senador Rodrigues Palma (PL/MT), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Roberto Requião (MDB/PR), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)</p>
6/6/2018	<p>Matéria: PEC 10/2018</p> <p>Ementa: Altera o § 9º do art. 166 da Constituição Federal para fixar percentual da receita corrente líquida a ser destinado ao esporte por intermédio de emendas ao projeto de lei orçamentária.</p> <p>Autor: Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jader Barbalho (MDB/PA), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PODEMOS/MT), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Magno Malta (PL/ES), Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Rudson Leite (PV/RR), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Valdir Rupp (MDB/RO), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Wilder Morais (DEM/GO)</p>

21/6/2018	<p>Matéria: PEC 11/2018</p> <p>Ementa: Altera a Constituição Federal para elevar a idade máxima para escolha e nomeação de membros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e Tribunal de Contas da União.</p> <p>Autor: Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Aírton Sandoval (MDB/SP), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador José Medeiros (PODEMOS/MT), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Pedro Chaves (REPUBLICANOS/MS), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Waldemir Moka (MDB/MS), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador Paulo Páim (PT/RS)</p>
4/7/2018	<p>Matéria: PLS 327/2018</p> <p>Ementa: Estabelece a obrigatoriedade da publicação de informações ostensivas acerca da qualidade do café comercializado no Brasil.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>

11/7/2018	<p>Matéria: PEC 12/2018</p> <p>Ementa: Altera o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir aos Órgãos da Administração Pública a utilização dos recursos provenientes de captação própria.</p> <p>Autor: Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Aírton Sandoval (MDB/SP), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Hélio José (PROS/DF), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PODEMOS/MT), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Pedro Chaves (REPUBLICANOS/MS), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), Senador Roberto Muniz (PP/BA), Senador Rodrigues Palma (PL/MT), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Waldemir Moka (MDB/MS), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC)</p>
7/11/2018	<p>Matéria: PEC 16/2018</p> <p>Ementa: Altera o art. 37 da Constituição Federal, para restringir a quantidade de cargos em comissão na administração pública.</p> <p>Autor: Senador Givago Tenório (PP/AL), Senador Aírton Sandoval (MDB/SP), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Guaracy Silveira (DC/TO), Senador Hélio José (PROS/DF), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Medeiros (PODEMOS/MT), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Vicentinho Alves (PL/TO), Senador Walter Pinheiro (S/Partido/BA), Senador Wilder Moraes (DEM/GO)</p>

7/11/2018	<p>Matéria: PEC 17/2018</p> <p>Ementa: Altera o art. 78 da Constituição Federal para acrescentar a igualdade na qualidade da Educação Básica para todos como compromisso do Presidente da República no dia da posse.</p> <p>Autor: Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Givago Tenório (PP/AL), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador Hélio José (PROS/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Pimentel (PT/CE), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Walter Pinheiro (S/Partido/BA), Senador Wellington Fagundes (PL/MT)</p>
7/11/2018	<p>Matéria: PEC 18/2018</p> <p>Ementa: Dá nova redação aos arts. 206, 209 e 213 da Constituição Federal, para assegurar a oferta de educação básica gratuita nos estabelecimentos públicos e privados.</p> <p>Autor: Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Givago Tenório (PP/AL), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador Hélio José (PROS/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Pimentel (PT/CE), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Walter Pinheiro (S/Partido/BA), Senador Wellington Fagundes (PL/MT)</p>

7/11/2018	<p>Matéria: RQS 508/2018</p> <p>Ementa: Inclusão em Ordem do Dia dos Projeto de Lei da Câmara nºs 27 e 28/2016.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
28/11/2018	<p>Matéria: RQS 569/2018</p> <p>Ementa: Retirada de pauta da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária de 28 de novembro de 2018 do PLS 258/2016.</p> <p>Autor: Senador Vicentinho Alves (PL/TO), Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
12/12/2018	<p>Matéria: PEC 20/2018</p> <p>Ementa: Dá nova redação ao art. 102 da Constituição Federal para determinar a utilização do Preâmbulo como elemento de interpretação.</p> <p>Autor: Senador Guaracy Silveira (DC/TO), Senador Airton Sandoval (MDB/SP), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senadora Ângela Portela (PDT/RR), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Edison Lobão (MDB/MA), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eunício Oliveira (MDB/CE), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Pedro Chaves (REPUBLICANOS/MS), Senador Raimundo Lira (PSD/PB), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Roberto Requião (MDB/PR), Senador Romero Jucá (MDB/RR), Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Vicentinho Alves (PL/TO), Senador Walter Pinheiro (S/Partido/BA)</p>

6/2/2019	<p>Matéria: RQS 8/2019</p> <p>Ementa: Desarquivamento do PLC 8/2013.</p> <p>Autor: Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)</p>
7/2/2019	<p>Matéria: PEC 1/2019</p> <p>Ementa: Acrescenta ao art. 57 o §4º-A para dispor sobre o voto aberto na eleição das mesas no Congresso.</p> <p>Autor: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)</p>

7/2/2019	<p>Matéria: PEC 2/2019</p> <p>Ementa: Modifica o art. 37 da Constituição Federal, para suspender o transcurso do prazo de validade de concurso público na hipótese de o Poder Público suspender as nomeações por falta de recursos financeiros.</p> <p>Autor: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Weverton (PDT/MA)</p>
12/2/2019	<p>Matéria: PEC 3/2019</p> <p>Ementa: Altera a redação do art. 201 da Constituição Federal, para extinguir o auxílio-reclusão.</p> <p>Autor: Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Cid Gomes (PDT/CE), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Major Olímpio (PSL/SP), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Weverton (PDT/MA)</p>

12/2/2019	<p>Matéria: PEC 4/2019</p> <p>Ementa: Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal, para adequar a idade de inimputabilidade penal à nova realidade demográfica brasileira e combater a criminalidade.</p> <p>Autor: Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Cid Gomes (PDT/CE), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senadora Kátia Abreu (PDT/TO), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Weverton (PDT/MA)</p>
20/2/2019	<p>Matéria: PEC 8/2019</p> <p>Ementa: Acrescenta o inciso IX ao art. 200 da Constituição Federal.</p> <p>Autor: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Weverton (PDT/MA)</p>

20/2/2019	<p>Matéria: RQS 57/2019</p> <p>Ementa: Realização de Sessão de debates temáticos, com finalidade de discutir o projeto de lei anticrime, de autoria do Poder Executivo.</p> <p>Autor: Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)</p>
18/3/2019	<p>Matéria: RQS 145/2019</p> <p>Ementa: Desarquivamento do PLS 14/2013.</p> <p>Autor: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Weverton (PDT/MA), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)</p>

18/3/2019	<p>Matéria: RQS 148/2019</p> <p>Ementa: Desarquivamento do PLC 70/2014.</p> <p>Autor: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Telmário Mota (PROS/RR)</p>
19/3/2019	<p>Matéria: PDL 69/2019</p> <p>Ementa: Dispõe sobre a realização de plebiscito acerca da reeleição para membros das Casas Legislativas.</p> <p>Autor: Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)</p>

20/3/2019	<p>Matéria: PEC 23/2019</p> <p>Ementa: Altera o art. 17 da Constituição Federal para assegurar a representação parlamentar aos partidos que tenham obtido no mínimo cinco por cento dos votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados.</p> <p>Autor: Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Cid Gomes (PDT/CE), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)</p>
20/3/2019	<p>Matéria: RQS 165/2019</p> <p>Ementa: Desarquivamento do PLS 246/2017.</p> <p>Autor: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)</p>

27/3/2019	<p>Matéria: RQS 198/2019</p> <p>Ementa: Desarquivamento da PEC 40/2017.</p> <p>Autor: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)</p>
28/3/2019	<p>Matéria: RQS 212/2019</p> <p>Ementa: Desarquivamento do PLC 105/2013 e da PEC 24/2017.</p> <p>Autor: Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Cid Gomes (PDT/CE), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senadora Kátia Abreu (PDT/TO), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)</p>

28/3/2019	<p>Matéria: RQS 218/2019</p> <p>Ementa: Desarquivamento do PLC 30/2014.</p> <p>Autor: Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Wéverton (PDT/MA), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)</p>
1º/4/2019	<p>Matéria: RQS 219/2019</p> <p>Ementa: Desarquivamento do PLS 322/2014.</p> <p>Autor: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador José Serra (PSDB/SP), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)</p>

10/4/2019	<p>Matéria: PEC 52/2019</p> <p>Ementa: Altera o art. 128 da Constituição Federal para dispor sobre a nomeação do Procurador-Geral da República a partir de lista tríplice encaminhada pelos integrantes da carreira.</p> <p>Autor: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Weverton (PDT/MA)</p>
11/4/2019	<p>Matéria: RQS 282/2019</p> <p>Ementa: Realização de sessão de debates temáticos destinada a debater o tema sobre a Reforma da Previdência.</p> <p>Autor: Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Renilde Bulhões (PROS/AL), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), Senador Weverton (PDT/MA), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)</p>

21/5/2019	<p>Matéria: PEC 80/2019</p> <p>Ementa: Altera os artigos 182 e 186 da Constituição Federal para dispor sobre a função social da propriedade urbana e rural.</p> <p>Autor: Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Weverton (PDT/MA)</p>
-----------	---

21/5/2019

Matéria: PRS 48/2019

Ementa: Institui a Frente Parlamentar dos Senadores dos Estados do Norte e do Nordeste.

Autor: Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Irajá (PSD/TO), Senadora Kátia Abreu (PDT/TO), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senadora Renilde Bulhões (PROS/AL), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Cid Gomes (PDT/CE), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Weverton (PDT/MA), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE)

22/5/2019	<p>Matéria: PEC 82/2019</p> <p>Ementa: Modifica os arts. 93, 97 e 102 da Constituição Federal, para disciplinar os pedidos de vista nos tribunais e dispor sobre a declaração de inconstitucionalidade e a concessão de cautelares por tribunais.</p> <p>Autor: Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senador Major Olímpio (PSL/SP), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senadora Renilde Bulhões (PROS/AL), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)</p>
29/5/2019	<p>Matéria: PEC 86/2019</p> <p>Ementa: Dispõe sobre a atualização monetária dos repasses de recursos federais aos municípios.</p> <p>Autor: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Jader Barbalho (MDB/PA), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Weverton (PDT/MA), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)</p>

4/6/2019	<p>Matéria: RQS 499/2019</p> <p>Ementa: Realização de Sessão Especial, no dia 10/09/2019, a fim de homenagear os 75 anos da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen).</p> <p>Autor: Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)</p>
17/7/2019	<p>Matéria: RQS 625/2019</p> <p>Ementa: Realização de sessão especial, em 21 de outubro próximo, destinada a homenagear a Sociedade Brasileira de Eubiose – SBE.</p> <p>Autor: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)</p>
7/8/2019	<p>Matéria: RQS 658/2019</p> <p>Ementa: Realização de Sessão de Debates Temáticos a fim de debater o PL 3.511/2019.</p> <p>Autor: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senadora Kátia Abreu (PDT/TO), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)</p>

13/8/2019	<p>Matéria: PDL 508/2019</p> <p>Ementa: Convoca plebiscito sobre a criação do Estado de Tapajós, nos termos dos arts. 18, § 3º, e 49, XV, ambos da Constituição Federal.</p> <p>Autor: Senador Siqueira Campos (DEM/TO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Randolfé Rodrigues (REDE/AP), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senadora Kátia Abreu (PDT/TO), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)</p>
13/8/2019	<p>Matéria: PDL 509/2019</p> <p>Ementa: Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Maranhão do Sul.</p> <p>Autor: Senador Siqueira Campos (DEM/TO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Randolfé Rodrigues (REDE/AP), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senadora Kátia Abreu (PDT/TO), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)</p>

13/8/2019	<p>Matéria: PL 4421/2019</p> <p>Ementa: Acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 165 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a instalação de centros judiciários de solução consensual de conflitos em prédios públicos e comunitários.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
19/8/2019	<p>Matéria: R.S 16/2019</p> <p>Ementa: Requer Apreciação de Matéria pelo Plenário PL 1284/2019.</p> <p>Autor: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Romário (PODEMOS/RJ)</p>

4/9/2019

Matéria: PEC 133/2019

Ementa: Permite que os Estados, o Distrito Federal e os municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União; modifica renúncias previdenciárias; prevê benefício da Seguridade Social à criança vivendo em situação de pobreza; e dá outras providências.

Autor: Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Major Olímpio (PSL/SP), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA/GO), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

12/9/2019	<p>Matéria: PEC 136/2019</p> <p>Ementa: Acrescenta inciso LXXIX ao Art. 5º da Constituição Federal, para estabelecer o emprego de meios extrajudiciais de solução de conflitos como um direito fundamental.</p> <p>Autor: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA/GO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Weverton (PDT/MA), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)</p>
12/9/2019	<p>Matéria: PEC 137/2019</p> <p>Ementa: Altera o art. 205 da Constituição Federal, para definir a educação como vetor do progresso do país.</p> <p>Autor: Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senadora Kátia Abreu (PDT/TO), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Cid Gomes (PDT/CE), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)</p>

18/9/2019	<p>Matéria: PEC 145/2019</p> <p>Ementa: Altera o § 3º do art. 46 da Constituição Federal, para dispor sobre os suplentes de Senador.</p> <p>Autor: Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senadora Kátia Abreu (PDT/TO), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)</p>
24/9/2019	<p>Matéria: PL 5185/2019</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever, na educação superior, o atendimento às necessidades educativas das pessoas com transtornos específicos da aprendizagem e do desenvolvimento.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
16/10/2019	<p>Matéria: RQS 917/2019</p> <p>Ementa: Realização de Sessão Especial, no dia 18/11/2019, destinada a homenagear a Universidade Federal do Amazonas – UFAM.</p> <p>Autor: Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>

7/11/2019	<p>Matéria: PEC 195/2019</p> <p>Ementa: Modifica o art. 129 da Constituição Federal para disciplinar o compartilhamento sigiloso de informações entre Ministério Público e autoridades administrativas.</p> <p>Autor: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senadora Juíza Selma (PODEMOS/MT), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)</p>
11/11/2019	<p>Matéria: RQS 1006/2019</p> <p>Ementa: Criação da Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 (onze) membros titulares e 7 (sete) membros suplentes, destinada a apurar o desmatamento e o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal.</p> <p>Autor: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA/GO), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Cid Gomes (PDT/CE), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jayme Campos (DEM/MT)</p>

12/11/2019	<p>Matéria: PL 5957/2019</p> <p>Ementa: Altera os arts. 610 e 733 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para possibilitar a gratuidade àqueles que se declararem pobres, sob as penas da lei, para a realização consensual de inventário, partilha, separação, divórcio e extinção da união estável por via administrativa.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
27/11/2019	<p>Matéria: PL 6221/2019</p> <p>Ementa: Altera o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, para estabelecer a responsabilidade solidária da União e da pessoa natural ou jurídica de direito privado proprietária de bem imóvel tombado.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
27/11/2019	<p>Matéria: RQS 1050/2019</p> <p>Ementa: Realização de sessão especial, em 13 de dezembro próximo, destinada a homenagear o dia do Engenheiro e o 86º Aniversário do Sistema CONFEA/CREA.</p> <p>Autor: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Wellington Fagundes (PL/MT)</p>

4/12/2019	<p>Matéria: PEC 209/2019</p> <p>Ementa: Altera os arts. 102 e 105 da Constituição, transformando os recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>Autor: Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido/RJ), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Luiz Pastore (MDB/ES), Senador Major Olímpio (PSL/SP), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Reguffe (PODEMOS/DF), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Weverton (PDT/MA)</p>
12/12/2019	<p>Matéria: RQS 1118/2019</p> <p>Ementa: Realização de sessão especial, em 11/09/2020, destinada a Comemorar o Dia do Administrador.</p> <p>Autor: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)</p>
12/12/2019	<p>Matéria: RQS 1122/2019</p> <p>Ementa: Realização de sessão especial, em 29 de junho de 2020, destinada a comemorar o Dia Nacional da Aviação de Segurança Pública do Brasil.</p> <p>Autor: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)</p>

17/12/2019	<p>Matéria: PEC 228/2019</p> <p>Ementa: Altera os arts. 28, 29 e 77 da Constituição Federal, para definir as datas de realização do primeiro e segundo turno das eleições.</p> <p>Autor: Senador Irajá (PSD/TO), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senadora Kátia Abreu (PDT/TO), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Luiz Pastore (MDB/ES), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Reguffe (PODEMOS/DF), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Werverton (PDT/MA), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)</p>
17/12/2019	<p>Matéria: PL 6478/2019</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para determinar que, cessada a produção ou importação de produto, a oferta de peças de reposição deverá ser mantida por período razoável de tempo, não inferior a 5 (cinco) anos, na forma da lei.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>

18/12/2019	<p>Matéria: PRS 121/2019</p> <p>Ementa: Estabelece alíquota para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Inter-municipal e de Comunicação (ICMS) nas operações interestaduais relativas à carne bovina.</p> <p>Autor: Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Luiz Pastore (MDB/ES), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Reguffe (PODEMOS/DF), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)</p>
5/2/2020	<p>Matéria: RQS 28/2020</p> <p>Ementa: Realização de Sessão Especial, em 12/03/2020, destinada a celebrar o Dia Mundial do Rim.</p> <p>Autor: Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Jayme Campos (DEM/MT)</p>
28/2/2020	<p>Matéria: REQ 35/2020 - CDIR</p> <p>Ementa: Requer Licença nos para desempenhar missão política.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>

4/3/2020	<p>Matéria: RQS 94/2020</p> <p>Ementa: Realização de Sessão de debates temáticos, em data oportuna, para discutir a criação do Conselho Nacional da Amazônia Legal.</p> <p>Autor: Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Fernando Collor (PROS/AL), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)</p>
13/3/2020	<p>Matéria: PEC 9/2020</p> <p>Ementa: Acrescenta o art. 169-A à Constituição Federal, para vedar cortes e contingenciamentos nos orçamentos das instituições de educação superior mantidas pela União.</p> <p>Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senadora Kátia Abreu (PDT/TO), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Luiz Pastore (MDB/ES), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Albuquerque (PSD/AP), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Reguffe (PODEMOS/DF), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)</p>

27/3/2020	<p>Matéria: PL 1050/2020</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a fim de permitir a adoção <i>intuitu personae</i>.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
20/4/2020	<p>Matéria: PEC 13/2020</p> <p>Ementa: Cria Fundos Garantidores solidários no âmbito da política de desenvolvimento regional, para apoio e desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas.</p> <p>Autor: Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Weverton (PDT/MA), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Reguffe (PODEMOS/DF), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Prisco Bezerra (PDT/CE), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Confúcio Moura (MDB/RO)</p>
18/5/2020	<p>Matéria: PEC 17/2020</p> <p>Ementa: Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para modificar regras fiscais em decorrência do surto de COVID-19.</p> <p>Autor: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Major Olímpio (PSL/SP), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Confúcio Moura (MDB/RO)</p>

20/5/2020	<p>Matéria: PEC 20/2020</p> <p>Ementa: Determina a contagem em dobro, para fins de aposentadoria, do tempo de contribuição dos servidores públicos civis e militares das áreas de saúde e segurança pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, referente a serviço prestado nas ações de combate à pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).</p> <p>Autor: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Major Olímpio (PSL/SP), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)</p>
29/5/2020	<p>Matéria: RQS 492/2020</p> <p>Ementa: Adição de assinatura à proposta de emenda à constituição registrada no SEDOL nº SF/20548.69357-93, de autoria da Senadora Soraya Thronicke.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>

1º/6/2020	<p>Matéria: PEC 22/2020</p> <p>Ementa: Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para determinar o adiamento, por dois meses, das eleições municipais de 2020 e dos prazos eleitorais respectivos.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Reguffe (PODEMOS/DF), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)</p>
12/6/2020	<p>Matéria: RQS 713/2020</p> <p>Ementa: Adição de assinatura à proposta de emenda à constituição registrada no SEDOL nº SF/20852.49484-41, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
16/7/2020	<p>Matéria: RQS 1475/2020</p> <p>Ementa: Convite ao Sr. Milton Ribeiro, Ministro de Estado da Educação, para comparecer à sessão remota, por meio de videoconferência, para debater suas propostas e os planos para a educação de nosso país, e possibilitar aos senadores a apresentação das propostas que tramitam no Senado.</p> <p>Autor: Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Carlos Fávaro (PSD/MT), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM), Líder do PDT Weverton (PDT/MA), Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Esperidião Amin (PP/SC)</p>

16/7/2020	<p>Matéria: RQS 1480/2020</p> <p>Ementa: Adição de assinatura ao RQS nº 1475/2020.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
20/7/2020	<p>Matéria: RQS 1501/2020</p> <p>Ementa: Informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
12/8/2020	<p>Matéria: RQS 1782/2020</p> <p>Ementa: Adição de assinatura à PEC nº 29/2020.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
13/8/2020	<p>Matéria: PEC 29/2020</p> <p>Ementa: Introduz a renda básica como direito social.</p> <p>Autor: Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Meccias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Reguffe (PODEMOS/DF), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senador Carlos Fávaro (PSD/MT), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Jader Barbalho (MDB/PA), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Paulo Rocha (PT/PA)</p>
26/8/2020	<p>Matéria: RQS 2100/2020</p> <p>Ementa: Adição de assinatura à PEC nº 31/2020.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>

28/8/2020	<p>Matéria: PEC 31/2020</p> <p>Ementa: Altera o art. 150 da Constituição Federal para garantir a imunidade tributária aos livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.</p> <p>Autor: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Jader Barbalho (MDB/PA), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Reguffe (PODEMOS/DF), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Fernando Collor (PROS/AL), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)</p>
7/10/2020	<p>Matéria: REQ 214/2020 – CDIR</p> <p>Ementa: Requer licença para missão política.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>

3/11/2020

Matéria: RQS 2621/2020

EMENTA: Voto de repúdio ao advogado Cláudio Gastão da Rosa Filho, ao Juiz Rudson Marcos e ao Promotor de Justiça Thiago Carriço de Oliveira, por distorcerem fatos de um crime de estupro, expondo a vítima a sofrimento e humilhação.

AUTOR: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Carlos Fávaro (PSD/MT), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Kátia Abreu (PP/TO), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senadora Mara Gabrielli (PSDB/SP), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Luíz do Carmo (MDB/GO), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Elmano Férrer (PP/PI), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS/RJ), Senador Luís Carlos Heinze (PP/RS), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Fernando Collor (PROS/AL), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Reguffe (PODEMOS/DF), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Antonio Anastasia (PSD/MG), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Diego Tavares (PP/PB), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Ney Suassuna (REPUBLICANOS/PB), Senador Carlos Portinho (PSD/RJ)

20/11/2020	<p>Matéria: REQ 250/2020 - CDIR</p> <p>Ementa: Requer licença para desempenhar missão política.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
16/12/2020	<p>Matéria: REQ 293/2020 - CDIR</p> <p>Ementa: Requer licença para tratamento de saúde.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>
7/1/2021	<p>Matéria: REQ 1/2021 - CDIR</p> <p>Ementa: Requer licença para tratamento de saúde, nos termos do art. 43, §5º, do Regimento Interno.</p> <p>Autor: Senador José Maranhão (MDB/PB)</p>

ANEXO III

RELAÇÃO DAS RELATORIAS DAS QUAIS PARTICIPOU JOSÉ MARANHÃO NO SENADO FEDERAL (2003-2020)

5/4/1999	<p>Matéria: PRS 34/1999</p> <p>Ementa: altera os artigos 243 e 244 do Regimento Interno do Senado Federal, instituindo o projeto de bancada e o projeto coletivo multipartidário.</p> <p>Autor: Senadora Marina Silva (PT/AC)</p>
27/3/2003	<p>Matéria: PEC 9/2003</p> <p>Ementa: Adiciona um parágrafo ao artigo 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes).</p> <p>Autor: Senador Sérgio Cabral (MDB/RJ) e outros.</p>
15/10/2003	<p>Matéria: PLS 420/2003</p> <p>Ementa: Altera o artigo 15 da Lei nº 8429, de 02 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.</p> <p>Autor: Senador Marcelo Crivella (PL/RJ)</p>
5/2/2004	<p>Matéria: PEC 5/2004</p> <p>Ementa: Dá nova redação ao § 7º do art. 57 da Constituição Federal, com o objetivo de extinguir o pagamento de parcela indenizatória em razão de sessão legislativa extraordinária.</p> <p>Autor: Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT) e outros.</p>
4/3/2004	<p>Matéria: PLS 24/2004</p> <p>Ementa: Altera o artigo 57 da Lei nº 6360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar a que as bulas de medicamentos sejam impressas com letras cujas dimensões permitam a leitura fácil.</p> <p>Autor: Senador Romeu Tuma (PFL/SP)</p>

20/10/2004	<p>Matéria: PLS 301/2004</p> <p>Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da dotação e de uso do colete salva-vidas em helicópteros destinados à operação sobre grandes extensões de água.</p> <p>Autor: Senador Rodolpho Tourinho (PFL/BA)</p>
19/11/2004	<p>Matéria: RQS 1448/2004</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, "a"; 216 e 217, todos do Regimento Interno do Senado Federal, à Ministra de Estado de Minas e Energia para que providencie junto à PETROBRAS, a relação de todos os pagamentos efetuados pela supracitada empresa feitos diretamente na conta de credores do Estado do Mato Grosso do Sul no período de fevereiro de 2001 a maio de 2002.</p> <p>Autor: Senador Antero Paes de Barros (PSDB/MT)</p>
31/1/2005	<p>Matéria: PLC 10/2005</p> <p>Ementa: Acrescenta o inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. (Torna nula a inclusão automática de consumidor como sócio de sociedade comercial, inclusive de sociedade em conta de participação.)</p> <p>Autor: Câmara dos Deputados</p>
8/3/2005	<p>Matéria: MSF 102/2005</p> <p>Ementa: Propõe ao Senado Federal, seja autorizada a realização de operações financeiras voltadas ao reescalonamento de créditos brasileiros junto ao Banco de Moçambique, no valor equivalente US\$ 331,686,015.65 (trezentos e trinta e um milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quinze dólares norte-americanos e sessenta e cinco centavos), de acordo com o Contrato de Reestruturação da Dívida firmado em 31 de agosto de 2004.</p> <p>Autor: Presidência da República</p>
22/3/2007	<p>Matéria: PLS 146/2007</p> <p>Ementa: Dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências.</p> <p>Autor: Senador Magno Malta (PL/ES)</p>

1º/12/2009	<p>Matéria: PLS 537/2009</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre o embarque e o desembarque de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.</p> <p>Autor: Senador Eduardo Azeredo (PSDB/MG)</p>
31/3/2011	<p>Matéria: PLS 135/2011</p> <p>Ementa: Altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estimular a utilização de combustíveis de origem vegetal na aviação brasileira.</p> <p>Autor: Senador Pedro Taques (PDT/MT)</p>
23/5/2011	<p>Matéria: PLS 278/2011</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências, para proteger direitos dos usuários de serviços de transporte aéreo.</p> <p>Autor: Senadora Ângela Portela (PT/RR)</p>
28/6/2011	<p>Matéria: PLS 360/2011</p> <p>Ementa: Dispõe sobre a concessão da exploração de infraestrutura aeroportuária.</p> <p>Autor: Senador Vital do Rêgo (MDB/PB)</p>
23/8/2011	<p>Matéria: PLS 499/2011</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 7.565/86, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica.</p> <p>Autor: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)</p>
6/2/2013	<p>Matéria: PLS 22/2013</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), e a Lei nº 12.529, 30 de novembro de 2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, para proteger direitos dos usuários do transporte aéreo e dispor sobre infrações econômicas na exploração de linhas aéreas.</p> <p>Autor: Senadora Ângela Portela (PT/RR)</p>

20/2/2013	<p>Matéria: PLS 46/2013</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para determinar a instalação, nos aeroportos públicos, de sistema de vídeo destinado ao monitoramento da colocação das bagagens dos passageiros nas esteiras de restituição.</p> <p>Autor: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)</p>
23/4/2013	<p>Matéria: PLS 141/2013</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer condições e restrições à adoção de Termo de Ajustamento de Conduta como instrumento conciliatório nos casos de infração à legislação e às demais normas aplicáveis às prestadoras de serviços de telecomunicações.</p> <p>Autor: Senador Vital do Rêgo (MDB/PB)</p>
6/5/2013	<p>Matéria: PLS 155/2013</p> <p>Ementa: Altera a Lei 11.738/2008 que Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para imputar a União o pagamento do piso salarial dos profissionais do magistério da educação básica.</p> <p>Autor: Senador Cristovam Buarque (PDT/DF)</p>
18/9/2013	<p>Matéria: PLS 381/2013</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre o atendimento do passageiro com necessidade de assistência especial.</p> <p>Autor: Senador Humberto Costa (PT/PE)</p>
26/2/2014	<p>Matéria: PLS 61/2014</p> <p>Ementa: Acrescenta parágrafo ao art. 26 da Lei nº 11.182, de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências, para vedar a adoção de medidas de suspensão ou cancelamento de certificados sem os padrões estabelecidos no inciso XXX, do artigo 8º.</p> <p>Autor: Senador Vicentinho Alves (SOLIDARIEDADE/TO)</p>

26/2/2014	<p>Matéria: PLS 62/2014</p> <p>Ementa: Altera o Anexo III da Lei nº 11.182, de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências, para reduzir a taxa de emissão de certificado de homologação de tipo de balões.</p> <p>Autor: Senador Vicentinho Alves (SOLIDARIEDADE/TO)</p>
13/5/2014	<p>Matéria: PLS 173/2014</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nºs 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, para disciplinar a aplicação de recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) no fomento à aviação regional.</p> <p>Autor: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)</p>
2/12/2014	<p>Matéria: PLS 357/2014</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para incluir definições de veículos aéreos não tripulados e proibir a sua operação de forma autônoma ou para o transporte de pessoas, animais ou artigos perigosos.</p> <p>Autor: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)</p>
10/12/2014	<p>Matéria: PLS 399/2014</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para expandir a possibilidade de participação do capital estrangeiro nas empresas concessionárias de serviço de transporte aéreo.</p> <p>Autor: Comissão de Serviços de Infraestrutura</p>

3/2/2015	<p>Matéria: PLS 2/2015</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para revogar a restrição de participação do capital estrangeiro nas empresas concessionárias de serviço de transporte aéreo.</p> <p>Autor: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)</p>
10/3/2015	<p>Matéria: PLS 101/2015</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para dispor sobre obrigações das empresas aéreas em indenizar os valores pagos aos passageiros/consumidores, nos casos de atraso e cancelamento de voo, sem o prejuízo das demais disposições legais acerca dos danos morais e materiais sofridos.</p> <p>Autor: Senador Reguffe (PDT/DF)</p>
26/3/2015	<p>Matéria: PLS 170/2015</p> <p>Ementa: Acrescenta o art. 105-B à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, nas eleições de 2016.</p> <p>Autor: Senador Romário (PSB/RJ)</p>
22/4/2015	<p>Matéria: PLC 25/2015</p> <p>Ementa: Cria cargos efetivos e funções comissionadas nos quadros de pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais, destinados às Zonas Eleitorais, e transforma funções de Chefe de Cartório.</p> <p>Autor: Câmara dos Deputados</p>
28/4/2015	<p>Matéria: PLC 28/2015</p> <p>Ementa: Altera o Anexo II da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006 – Plano de Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, e dá outras providências.</p> <p>Autor: Câmara dos Deputados</p>
19/5/2015	<p>Matéria: PLS 289/2015</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para tornar obrigatório que empresas estrangeiras que operem transporte internacional de passageiros no país tenham, pelo menos, um comissário de bordo que fale a língua portuguesa, em cada aeronave.</p> <p>Autor: Senador Gladson Cameli (PP/AC)</p>

26/5/2015	<p>Matéria: PLS 306/2015</p> <p>Ementa: Estabelece diretrizes para o uso de Veículos Aéreos Não Tripulados – VANTs, suas subcategorias, os especiais ou experimentais, bem como de aeromodelos no espaço aéreo brasileiro.</p> <p>Autor: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)</p>
2/6/2015	<p>Matéria: PLS 330/2015</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para permitir o investimento estrangeiro na aviação civil.</p> <p>Autor: Senador Raimundo Lira (MDB/PB)</p>
18/6/2015	<p>Matéria: PLS 373/2015</p> <p>Ementa: Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos.</p> <p>Autor: Senador Elmano Férrer (PTB/PI)</p>
23/6/2015	<p>Matéria: RCE 69/2015</p> <p>Ementa: Requeremos, nos termos do art. 90, inciso XI, e do art. 101, inciso I, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a constitucionalidade das proposições de natureza autorizativa, ficando a deliberação dessas sobrestadas nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte até manifestação daquele colegiado (art. 335, inciso I).</p> <p>Autor: Senador Romário (PSB/RJ) e outros.</p>
13/7/2015	<p>Matéria: PLC 69/2015</p> <p>Ementa: Cria cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dá outras providências.</p> <p>Autor: Câmara dos Deputados</p>
4/8/2015	<p>Matéria: PLS 504/2015</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo valor à pensão especial devida aos deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982.</p> <p>Autor: Senadora Sandra Braga (MDB/AM)</p>

6/8/2015	<p>Matéria: PLS 516/2015</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para permitir que empresas de transporte aéreo regular de países do Mercado Comum do Sul (Mercosul) operem no país.</p> <p>Autor: Senador Walter Pinheiro (PT/BA)</p>
20/8/2015	<p>Matéria: PLS 551/2015</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para limitar o acréscimo de preço, na mesma faixa tarifária, em caso de remarcação de bilhete de passagem aérea pelo passageiro.</p> <p>Autor: Senador Raimundo Lira (MDB/PB)</p>
21/9/2015	<p>Matéria: PEC 127/2015</p> <p>Ementa: Altera o art. 109 da Constituição Federal, para dispor sobre a competência da justiça federal para o julgamento de ações decorrentes de acidentes de trabalho em que a União, entidades autárquicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista federal forem interessadas.</p> <p>Autor: Senador José Pimentel (PT/CE) e outros.</p>
23/9/2015	<p>Matéria: PLS 638/2015</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências, para incluir previsão de exercício de competências relativas a aeródromos através de convênios com órgãos estaduais.</p> <p>Autor: Senador Otto Alencar (PSD/BA)</p>
30/9/2015	<p>Matéria: PLS 660/2015</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para determinar que, no mercado interno de aviação, somente poderão ser usadas aeronaves com até 15 (quinze) anos de operação e para proibir a importação de aeronaves com mais de 3 (anos) de operação.</p> <p>Autor: Senador Raimundo Lira (MDB/PB)</p>

23/3/2015	<p>Matéria: PLS 132/2016</p> <p>Ementa: Altera a Lei no 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para incluir nos contratos de transporte de passageiros o direito de despachar bagagens, sem ônus, no limite que especifica.</p> <p>Autor: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)</p>
8/6/2016	<p>Matéria: PLC 27/2016</p> <p>Ementa: Dispõe sobre o subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, e dá outras providências.</p> <p>Autor: Câmara dos Deputados</p>
8/6/2016	<p>Matéria: PLC 29/2016</p> <p>Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, e dá outras providências.</p> <p>Autor: Câmara dos Deputados</p>
8/6/2016	<p>Matéria: PLC 31/2016</p> <p>Ementa: Altera os Anexos III, IV, V e VI da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.</p> <p>Autor: Câmara dos Deputados</p>
8/6/2016	<p>Matéria: PLC 34/2016</p> <p>Ementa: Altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, e dá outras providências.</p> <p>Autor: Câmara dos Deputados</p>

8/6/2016	<p>Matéria: PLC 35/2016</p> <p>Ementa: Altera a remuneração de servidores públicos; dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho; estabelece regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões; dispõe sobre a criação das carreiras do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, e sobre a remuneração dos cargos das carreiras das Agências Reguladoras, de que tratam as Leis nºs 10.871, de 20 de maio de 2004, e 10.768, de 19 de novembro de 2003; e dá outras providências.</p> <p>Autor: Câmara dos Deputados</p>
22/6/2016	<p>Matéria: PLS 258/2016</p> <p>Ementa: Institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.</p> <p>Autor: Comissão Diretora do Senado Federal</p>
19/10/2016	<p>Matéria: PLS 382/2016</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para remover as limitações à origem do investimento na aviação civil.</p> <p>Autor: Senador Gladson Cameli (PP/AC)</p>

José Maranhão

A coleção ***Grandes Vultos que Honraram o Senado*** foi instituída pela Resolução do Senado Federal nº 84, de 19 de novembro de 1996, com o objetivo de homenagear ex-Senadores que tenham se destacado como personalidades da história cultural, política e parlamentar brasileira.

Com esta publicação, o Senado Federal reverencia a trajetória de personalidades que exerceram o cargo de Senador da República, deixando contribuições para a vida política do País.

Nesta edição, o Senado Federal homenageia o ex-Senador José Maranhão, parlamentar pelo Estado da Paraíba entre os anos de 2003 e 2020.



BAIXE GRATUITAMENTE
ESTE LIVRO EM SEU CELULAR

SENADO FEDERAL

